



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

ANO LXI - Nº 004 - QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 15 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos da 4ª
Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura... 00030

1.2.1 – Leitura de Mensagem do Poder Ju- diciário pelo Ministro Nelson Jobim

1.2.2 – Leitura da Mensagem Presidencial pelo Deputado Inocêncio Oliveira, 1º Secretário do Congresso Nacional

1.2.3 – Pronunciamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo

1.2.4 – Pronunciamento do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇA- MENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL

4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), em 15 de fevereiro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional

(Inicia-se a sessão às 16 horas)

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Renan Calheiros: Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Deputado Inocêncio Oliveira, 1º Secretário; à sua esquerda: Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Dilma Roussef, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e o Deputado Nilton Capixaba, 2º Secretário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão e instalados os trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Convido todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Encontram-se na Casa o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, e a Sra. Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dra. Dilma Rousseff, que farão, neste momento, a entrega da Mensagem do Poder Judiciário e do Exmo. Sr. Presidente da República.

(A Srª Dilma Roussef entrega a Mensagem Presidencial ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.)

(O Sr. Nelson Jobim entrega a Mensagem do Poder Judiciário ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, para ler a Mensagem do Poder Judiciário.

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exma. Sra. Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que representa S.Exa. o Presidente da República; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo; Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Carvalho Vidigal; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta; Exmos. Srs. Conselheiros e Membros do Conselho Nacional de Justiça; Sras. e Srs. Embaixadores; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; Srs. Ministros do Poder Judiciário; Exmos. Srs. Ministros de Estado; demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores

Mensagem ao Congresso Nacional 2006

Na Abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Presidente **Nelson Jobim**

NESTE ATO O PODER JUDICIÁRIO NÃO EXERCE SOMENTE A OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL.

APRESENTAMOS O RELATÓRIO SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

ANALISAMOS A SITUAÇÃO DO JUDICIÁRIO.

RECOMENDAMOS AÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA LEGAL E JUDICIAL DO PAÍS.

HOJE SE CONSTITUI EM UM MARCO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS.

APROFUNDAMOS O ESTADO DE DIREITO, A DEMOCRACIA E A EDIFICAÇÃO DE UM ESTADO VERDADEIRAMENTE REPUBLICANO.

TUDO ISSO IMPLICA EM ESTABELECEER, DEFINITIVAMENTE, UM SISTEMA JUDICIÁRIO QUE RENUNCIA AO PATRIMONIALISMO COMO HERANÇA CULTURAL.

QUANTO AOS DIAGNÓSTICOS, A QUESTÃO JUDICIÁRIA É CONSENSUAL.

DE SUAS DECISÕES ATUAM NA LINHA INVERSA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

DESESTIMULA INVESTIMENTOS.

ESTIMULA A INADIMPLÊNCIA.

GERA IMPUNIDADE.

COMPROMETE A CREDIBILIDADE DA DEMOCRACIA.

OS CIDADÃOS QUEREM E PRECISAM DE UM SISTEMA LEGAL E JUDICIAL QUE SIRVA À NAÇÃO.

POR ISSO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004, FIRMAMOS O "PACTO DE ESTADO EM FAVOR DE UM JUDICIÁRIO MAIS RÁPIDO E REPUBLICANO".

ESTES FORAM OS COMPROMISSOS:

A) IMPLEMENTAR A REFORMA CONSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO;

B) REFORMAR O SISTEMA RECURSAL E DE PROCEDIMENTOS;

C) AMPLIAR O ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS;

D) OTIMIZAR A ATUAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS E DA JUSTIÇA ITINERANTE;

E) ENCONTRAR SOLUÇÃO PARA OS PRECATÓRIOS VENCIDOS E NÃO PAGOS;

F) ENFRENTAR, COM EFICÁCIA, AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS;

G) AMPLIAR A INFORMATIZAÇÃO DA JUSTIÇA;

H) PRODUZIR DADOS ESTATÍSTICOS PARA INSTRUIR UMA POLÍTICA JUDICIÁRIA;

I) PREVENIR A MULTIPLICAÇÃO DE DEMANDAS SOBRE UM MESMO TEMA.

A SOCIEDADE EXIGE QUE O "PACTO" NÃO SE REDUZA AO REGISTRO DE BOAS INTENÇÕES DOS PODERES DA REPÚBLICA.

A HISTÓRIA SE LEMBRARÁ DO QUE FIZERMOS E, EM ESPECIAL, DO QUE DEIXARMOS DE FAZER.

OS PODERES NACIONAIS DEVEM SER PARCEIROS NA EMPREITADA DE EDIFICAR UM PAÍS SOCIALMENTE JUSTO E INSTITUCIONALMENTE REPUBLICANO.

PARCEIROS NO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA.

PARCEIROS NAS REFORMAS LEGAIS E INSTITUCIONAIS.

ENFIM, PARCEIROS NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

SÓ A CONVERGÊNCIA DE VONTADES FORTALECE A AÇÃO.

RESSALTO QUE A AÇÃO RACIONAL DO JUIZ, DIFERENTEMENTE DE UM INVESTIDOR ECONÔMICO, DEVE BASEAR-SE EM VALORES, E NÃO EM INTERESSES¹.

O VALOR NORTEADOR DA AÇÃO RACIONAL DE UM JUIZ É A JUSTIÇA.

NÃO UMA JUSTIÇA DA METAFÍSICA.

UMA JUSTIÇA CONSTRUÍDA SOCIAL E HISTORICAMENTE.

O PODER JUDICIÁRIO, EM AMBIENTE DE GLOBALIZAÇÃO, TEM COMO CERTO QUE, TÃO IMPORTANTE QUANTO PROFERIR UMA DECISÃO CORRETA É PROFERI-LA EM TEMPO OPORTUNO E DE FORMA EFICAZ.

O PODER JUDICIÁRIO TRAIRIA A SUA FINALIDADE SE PERDESSE A DIMENSÃO VALORATIVA DO JUSTO;

TRAIRIA SE RENUNCIASSE AO SEU MANDATO CONSTITUCIONAL DE ZELAR PELO IMPÉRIO DA LEI;

TRAIRIA SE NEGLIGENCIASSE EM DECIDIR SOBRE A VALIDADE DOS ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO;

TRAIRIA SE NÃO FOSSE INDEPENDENTE.

NO ENTANTO, OUTROS VALORES PRECISAM SE INCORPORAR À AÇÃO RACIONAL DOS JUÍZES E À CULTURA JUDICIAL.

A TRANSPARÊNCIA E A EFICIÊNCIA SÃO FUNDAMENTAIS AO JUDICIÁRIO.

EFICIÊNCIA NÃO SE CONFUNDE COM RAPIDEZ.

UM JUDICIÁRIO EFICIENTE NÃO É APENAS AQUELE QUE PRODUZ DECISÕES RÁPIDAS.

HÁ QUE NÃO NEGLIGENCIAR OS CUSTOS, A EQUIDADE E O ACESSO PARA OS CIDADÃOS.

O PODER JUDICIÁRIO ESTÁ CONSCIENTE DO SEU PAPEL.

SABE QUE A NAÇÃO DESEJA, MERECE E EXIGE PRESTAÇÃO DE SUAS CONTAS.

O DESTINO DOS RECURSOS OUTORGADOS PELOS CONTRIBUÍNTES TEM QUE SER ENUNCIADO.

É TEMPO DO PODER JUDICIÁRIO SER TRANSPARENTE.

É TEMPO DO PODER JUDICIÁRIO PRESTAR CONTAS À NAÇÃO.

IMBUÍDO DE TAL ESPÍRITO, CUMPRO O DEVER CONSTITUCIONAL DE APRESENTAR O RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E SOBRE A SITUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.

PRESTAMOS CONTAS À SOCIEDADE.
COMO PRIMEIRO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, AFIRMO SER SUA MISSÃO INSTITUCIONAL PRECÍPUA:

(A) DESENVOLVER O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O PODER JUDICIÁRIO; E

(B) FOMENTAR CULTURA DE TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E PLANIFICAÇÃO.

AS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO REPRESENTAM INSTRUMENTO PARA O APRIMORAMENTO DO AUTOGOVERNO DO PODER JUDICIÁRIO.

SUA ESTRUTURA DISPERSA, DO PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO, TEMÁTICO E DE COMPETÊNCIAS, DIFICULTA A ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DE ABRANGÊNCIA NACIONAL.

DESSE MODO, O PRIMEIRO ANO DE ATIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA CONSTITUI UM MARCO HISTÓRICO NO PROCESSO DE REFORMA DO JUDICIÁRIO.

CONSTITUI UM MARCO NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM NÍVEL NACIONAL.

NOSSA MISSÃO INICIAL FOI BUSCAR FORMAS DE APERFEIÇOAMENTO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL NOS DIVERSOS RAMOS DO JUDICIÁRIO.

ENFOCAMOS ASPECTOS REFERENTES À TRANSPARÊNCIA, AGILIZAÇÃO, APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, MODERNIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

PRODUZIMOS ESTATÍSTICAS INÉDITAS, ABRANGENDO TODO O JUDICIÁRIO NACIONAL, COM INFORMAÇÕES SOBRE:

(A) RECEITAS E DESPESAS;

(B) QUANTIDADE DE MAGISTRADOS E FUNCIONÁRIOS;

(C) INVESTIMENTO EM INFORMATIZAÇÃO;

(D) TAXA DE CONGESTIONAMENTO;

(E) DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA; E

(F) PERFIL DAS DEMANDAS.

RESSALTAMOS A NECESSIDADE DE ATINGIR OS SEGUINTE OBJETIVOS FUNDAMENTAIS.

(A) DIMINUIR, DE MODO CLARAMENTE PERCEPTÍVEL, A MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO;

(B) REDUZIR AO ESTRITAMENTE NECESSÁRIO O DISTANCIAMENTO DA MAGISTRATURA EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS ESFERAS DE PODER, PÚBLICAS E PRIVADAS;

(C) ADOTAR INICIATIVAS QUE REPERCUTAM EM FAVOR DOS DIREITOS HUMANOS E DO ACESSO À JUSTIÇA, BEM COMO CONTRA O CRIME ORGANIZADO, A IMPUNIDADE E A VIOLÊNCIA URBANA;

(D) INSTITUCIONALIZAR UM NOVO MODELO ORGANIZACIONAL QUE PONHA FIM AO PURO "GERENCIAMENTO DE ROTINA", AO IMPROVISO E AO INSULAMENTO ADMINISTRATIVO;

ALÉM DO MAIS, QUEREMOS CONSOLIDAR A CULTURA DA REFORMA DAS INSTITUIÇÕES JUDICIÁRIAS COMO UM PROCESSO PERMANENTE, CONTÍNUO E MULTIFACETADO.

ELE NÃO SE ESGOTA EM SUA DIMENSÃO NORMATIVA.

ALCANÇA NECESSARIAMENTE O PLANO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA.

TODOS ESSES AVANÇOS NÃO TERIAM SIDO POSSÍVEIS SEM O APOIO POLÍTICO E A ATIVIDADE LEGIFERANTE DO CONGRESSO NACIONAL.

DESEJO AGRADECER À CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO FEDERAL PELO APOIO À REFORMA DO JUDICIÁRIO, INCLUSIVE NA SUA DIMENSÃO INFRACONSTITUCIONAL.

CINCO NOVAS LEIS, APROVADAS NA ESTEIRA DO PACTO DE ESTADO, ALTERAM SUBSTANCIALMENTE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

OS NOVOS TEXTOS BUSCAM A DURAÇÃO RAZOÁVEL DOS PROCESSOS - COMO QUEREM A CONSTITUIÇÃO E O POVO BRASILEIRO.

TAMBÉM FRUTO DA ATIVIDADE DESTA CASA, A CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, COM ATRIBUIÇÕES DE CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO E DE CONTROLE ÉTICO-DISCIPLINAR DE SEUS MEMBROS, É O PONTO MAIS ALTO DO PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

DAS DECISÕES TOMADAS EM 2005 PELO CNJ DESTACAM-SE:

(A) PROIBIÇÃO DO "NEPOTISMO" NO PODER JUDICIÁRIO;

(B) INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ESTATÍSTICAS JUDICIAIS;

(C) FIXAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E ESTADUAIS;

(D) DETERMINAÇÃO DE QUE AS PROMOÇÕES DE MAGISTRADOS OCORRAM EM SESSÃO PÚBLICA, COM VOTO ABERTO E FUNDAMENTADO;

(E) REGULAMENTAÇÃO DO REQUISITO DE PRÉVIA ATIVIDADE JURÍDICA PARA O INGRESSO NA MAGISTRATURA, PRIVILEGIANDO A EXPERIÊNCIA COMO FATOR DE ADMISSÃO NOS CONCURSOS.

DESTACO QUE A CONSTITUIÇÃO EXIGE TAMBÉM A APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES QUE ENTENDEMOS PRIORITÁRIAS PARA O APRIMORAMENTO DO JUDICIÁRIO NACIONAL.

NESTE PASSO, SUGERIMOS AO PODER LEGISLATIVO E AO PODER EXECUTIVO QUE SEJA DADA PRIORIDADE À APROVAÇÃO DOS PROJETOS SOBRE PROCESSO PENAL, PROCESSO TRABALHISTA E PROCESSO CIVIL, MENCIONADOS NO RELATÓRIO ANEXO A ESTA MENSAGEM.

CONSIDERAMOS PRIORITÁRIA A QUESTÃO DOS PRECATÓRIOS.

É ELA REVESTIDA DE EVIDENTE RELEVÂNCIA, POIS OS ESTADOS E MUNICÍPIOS NÃO TÊM COMO HONRAR SEUS COMPROMISSOS.

FRENTE A ESSAS DIFICULDADES, JUÍZES TÊM DEFERIDO PEDIDOS DE SEQUESTRO DE VALORES.

TÊM AUTORIZADO O PAGAMENTO DE TRIBUTOS CORRENTES COM PRECATÓRIOS.

NESSE CONTEXTO, A PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EM FACE DAS REPERCUSSÕES JUDICIAIS DO PROBLEMA - PROCUROU PROPOR MEDIDA ALTERNATIVA QUE CONCILIASSE O CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS COM AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

TAL PROPOSTA FOI DISCUTIDA COM OS LÍDERES DOS PARTIDOS - DO SENADO E DA CÂMARA -; COM GOVERNADORES E PREFEITOS.

A PROPOSTA VISA COMPATIBILIZAR A CAPACIDADE REAL DE PAGAMENTO DOS ENTES FEDERADOS COM O DIREITO DOS CREDORES, PRIVILEGIANDO OS QUE TÊM MENOS A RECEBER.

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA SUGERE AOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO QUE ESTABELEÇAM METAS PARA A PROGRESSIVA AMPLIAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS, COM A APROVAÇÃO DAS LEIS NECESSÁRIAS.

RECOMENDAMOS AINDA QUE OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO NACIONAL INTERCAMBIEM SOLUÇÕES CRIATIVAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DOS PROCESSOS E O USO MACIÇO DE INSUMOS TECNOLÓGICOS.

SUGERIMOS QUE SEJA INTENSIFICADO O APOIO AOS JUIZADOS ESPECIAIS E ÀS PRIMEIRAS INSTÂNCIAS DO JUDICIÁRIO.

PRETENDEMOS PRIORIDADE À ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS NACIONAIS DE MAGISTRATURA, VINCULADAS AO STJ E AO TST.

FINALMENTE, REIVINDICAMOS APOIO AOS PROJETOS DE PRODUÇÃO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS E À CRIAÇÃO DAS OUVIDORIAS DE JUSTIÇA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

O JUDICIÁRIO NACIONAL É COMPOSTO POR MAGISTRADOS E SERVIDORES DE EXTRAORDINÁRIA QUALIDADE, COMPARÁVEL AOS MELHORES SISTEMAS JUDICIAIS DO MUNDO.

A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL, AS REFORMAS PROCESSUAIS CONSTRUÍDAS CONSENSUALMENTE E AS MEDIDAS GERENCIAIS INDICADAS NO RELATÓRIO FARÃO COM QUE O PODER JUDICIÁRIO FUNCIONE CADA VEZ MELHOR.

FUNCIONE CADA VEZ MAIS EM COERÊNCIA COM AS EXIGÊNCIAS DE EFICIÊNCIA E JUSTIÇA QUE MARCAM O NOSSO TEMPO.

POR TAIS MOTIVOS, A FACE PROSPECTIVA DESTA MENSAGEM É OTIMISTA.

NÃO DE UM OTIMISMO INGÊNUO E ALIENADO.

É A UMA CRENÇA NO FUTURO ASSENTADA NA VISÃO DE QUANTO AVANÇAMOS E NA ANTEVISÃO DO QUE ESTÁ NO PORVIR.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**RELATÓRIO ANUAL 2005**

Presidente Nelson Jobim

Corregedor Nacional de Justiça

Antônio de Pádua Ribeiro.

Conselheiros

Vantuil Abdala, Marcus Antônio de Souza Faver, Cláudio Luiz Bueno de Godoy, Jirair Aram Meguerian, Germana de Oliveira Moraes, Douglas Alencar Rodrigues, Paulo Luiz Schmidt, Eduardo Kurtz Lorenzoni, Ruth Lies Scholte Carvalho, Oscar Otavio Coimbra Argollo, Paulo Luiz Neto Lobo, Alexandre de Moraes, Joaquim de Arruda Falcão Neto.

Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Justiça.

Juiz Flávio Dino de Castro e Costa Secretário Geral, Juiz Alexandre de Azevedo Silva, Juiz Elton Martinez Carvalho Leme.

Corregedoria Nacional de Justiça

Juiz Marcus Vinícius Reis Bastos – Assessor Chefe, Juiz Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz Antônio Jose Chavez Monteiro.

O Conselho Nacional de Justiça agradece ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar, bem como aos Tribunais Federais, Trabalhistas e Estaduais, pela colaboração no fornecimento de informações sobre suas atividades e dados estatísticos.

Elaboração sistematização dos dados e revisão, do Relatório Anual 2005: Flávio Dino; Ana Paula Candéas; Michelle Oliveira; Rondon de Andrade; Fábio Miro; Túlio Macedo; Alexandre Gorga

ÍNDICE**Introdução**

Resumo Executivo

I – Do Conselho Nacional de Justiça

1. Organização interna e funcionamento
2. Organograma do Conselho Nacional de Justiça
3. Atos Normativos
 - 3.1 Resoluções
 - 3.2 Recomendações
 - 3.3 Emendas Regimentais
4. Outros Atos
 - 4.1 Notas Técnicas
 - 4.2 Protocolo de Cooperação entre o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça
 - 4.3 Acordo de Cooperação Técnica para a Criação do Portal da Justiça Brasileira
5. Estatísticas do Conselho Nacional de Justiça

Gráfico nº 1

Gráfico nº 2

6. Da Corregedoria Nacional de Justiça

6.1 Diretrizes Institucionais

6.2 Estatísticas da Corregedoria Nacional de Justiça

Gráfico nº 3 .

Quadro nº1

Quadro nº 2

6.3 Projetos Desenvolvidos pela Corregedoria Nacional de Justiça

7. Das Comissões

7.1 Comissão de Estatística

7.2 Comissão sobre Especialização de Varas, Câmaras e Turmas

7.3 Comissão de Informatização

7.4 Comissão sobre os Juizados Especiais

7.5 Comissão sobre Fundos, Custas e Depósitos Judiciais

8. Grupos Especiais de Trabalho

8.1 Comitê Técnico de Orçamento e Finanças

Tabela I

Tabela II

Tabela III

Tabela IV

Tabela V

Tabela VI

Tabela VII

8.2 Comitê Técnico do Portal da Justiça Brasileira

8.3 Comissão Técnica para Estudos de Projetos de Lei

II – Do Poder Judiciário Nacional

1. Relatos do STF e dos Tribunais Superiores

1.1 Supremo Tribunal Federal

1.1.1 Dados sobre a prestação jurisdicional

1.1.2 Modernização de procedimentos

1.1.3 Pesquisas Realizadas

1.1.4 Redes de informação e novas tecnologias

1.1.5 Gestão administrativa e financeira

1.2 Superior Tribunal de Justiça

1.2.1 Prestação jurisdicional transparente

1.2.2 Agilização da Prestação Jurisdicional

1.2.3 Aproximação do STJ com a sociedade

1.2.4 Modernização do Judiciário

1.2.5 Conselho da Justiça Federal

1.3 Tribunal Superior do Trabalho

1.3.1 Processos autuados e processos decididos

1.3.2 Providências administrativas

1.3.3 Realizações

1.3.4 Conselho Superior da Justiça do Trabalho

1.4 Tribunal Superior Eleitoral

1.4.1 Competência e missão da Justiça Eleitoral

- 1.4.2 Cooperação Internacional
- 1.4.3 Dados Estatísticos
- 1.4.4 Referendo acerca da comercialização da arma de fogo e munição em território nacional
- 1.4.5 Gestão administrativa, financeira e orçamentária
- 1.4.6 Redes de informação e novas tecnologias
- 1.4.7 Revisão da Legislação Eleitoral
- 1.4.8 Pesquisas
- 1.5 Superior Tribunal Militar
- 1.5.1 Competências e Missão da Justiça Militar
- 1.5.2 Area Fim
- 1.5.3 Area Meio
- 2. Justiça em Números
- 2.1 Antecedentes e linhas metodológicas
- 2.2 Método quantitativo
- 2.3 Cálculo dos Indicadores Estatísticos ano-base 2004
- 2.4. Conclusões derivadas dessa experiência

III – Recomendações

- 1.1 Providências no âmbito normativo
- 1.2 Providências no âmbito administrativo e gerencial
- Justiça em Números

Anexo 1

RELATÓRIO ANUAL 2005

Introdução

Em 15 de dezembro de 2004, os chefes dos três Poderes firmaram o Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano. O documento afirma que poucos problemas nacionais possuem tanto consenso no tocante aos diagnósticos quanto a questão judiciária: a morosidade dos processos judiciais e a baixa eficácia de suas decisões retardam o desenvolvimento nacional, desestimulam investimentos, propiciam inadimplência, geram impunidade e comprometem a credibilidade da democracia.

O Poder Judiciário somente pode exercer seu mandato constitucional de zelar pelo império da lei, e em particular decidir sobre a validade dos atos dos Poderes Legislativo e Executivo, se forem satisfeitas três condições essenciais: independência, poder de execução das decisões e organização eficiente. O debate sobre a Reforma do Judiciário, institucionalizada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, que estabelece seu marco jurídico, tem como pano de fundo a consecução dessas condições essenciais.

A criação do Conselho Nacional de Justiça se insere na diretriz constitucional de fortalecimento e aprimoramento do Poder Judiciário. A Constituição Federal (artigo 103-B § 4º) atribuiu ao Conselho a função de controle da atuação

administrativa e financeira do Judiciário, competindo-lhe zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no âmbito da administração judiciária (artigo 37, *caput*).

Para ser eficiente, o Judiciário necessita maximizar sua capacidade de resolver as demandas da sociedade. É necessário que o sistema judicial brasileiro encontre o equilíbrio entre a necessidade de proporcionar uma solução rápida, econômica – leia-se acessível – e imparcial. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça considera que a sua missão institucional precípua é desenvolver o planejamento estratégico para o Poder Judiciário Nacional e fomentar uma cultura de transparência, eficiência e planificação.

A Constituição outorgou ao Conselho Nacional de Justiça a função de elaborar relatório anual a ser remetido ao Congresso Nacional (artigo 103-B § 4º VII). O relatório tem por objetivo descrever as atividades do Conselho, apresentar e analisar a situação do Poder Judiciário no País, podendo recomendar providências. As recomendações do Conselho representam um instrumento para a função política de aprimoramento do autogoverno do Poder Judiciário, cuja estrutura dispersa dos pontos de vista geográfico, temático e de competências dificulta a elaboração de uma estratégia político-institucional de abrangência nacional.

Desse modo, o primeiro relatório do Conselho Nacional de Justiça constitui um marco histórico no processo de reforma do Judiciário e na construção de uma cultura de planejamento estratégico em nível nacional.

O relatório está estruturado em três partes. A primeira parte descreve a organização interna e o funcionamento do Conselho, seus atos normativos, apresenta indicadores estatísticos e a atuação de suas diversas comissões e grupos de trabalho.

A segunda parte discorre sobre o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional nos diversos ramos do Judiciário, enfocando aspectos referentes à transparência, agilização, aproximação com a sociedade civil, modernização e reorganização administrativa. Pertinente a este tópico é o relatório estatístico abrangendo todo o Judiciário nacional, que segue como anexo, o qual apresenta informações sobre o volume de receitas e despesas, a quantidade de magistrados e funcionários, o investimento em informatização, a carga de trabalho, a taxa de congestionamento, os índices de recorribilidade externa e interna, a despesa com assistência judiciária e o perfil das demandas.

A terceira parte apresenta recomendações de providências consideradas pelo Conselho como prioritárias para o aprimoramento do serviço judiciário. As sugestões alcançam tanto o âmbito normativo quanto o administrativo e gerencial. É importante realçar que as recomendações não foram formuladas aleatoriamente, sem uma perspectiva estratégica mais ampla. Ao

contrário, são partes de uma estratégia mais geral que visa atingir os seguintes objetivos fundamentais:

- diminuir, de modo claramente perceptível para a sociedade brasileira, a morosidade do Judiciário;
- reduzir ao estritamente necessário o distanciamento da magistratura em relação às outras esferas de poder (públicas e privadas);
- adotar iniciativas que repercutam em favor dos direitos humanos e do acesso à Justiça, bem como contra o crime organizado, a impunidade e a violência urbana;
- institucionalizar um novo modelo organizacional que ponha fim ao puro “gerenciamento de rotina”, ao improvisado e ao insulamento administrativo;
- ampliar a legitimação democrática da magistratura, interagindo fortemente com a opinião pública e aumentando a visibilidade dos pontos positivos da atuação judicial;

A leitura do relatório permitirá a constatação dos imensos avanços obtidos em 2004 e 2005 na consecução dos objetivos estratégicos citados, merecendo destaque:

- o início da implementação da reforma constitucional do Judiciário (EC nº 45);
- a instalação do Conselho Nacional de Justiça, a aprovação do seu regimento interno, a sua institucionalização, a edição dos seus primeiros atos normativos e o início da formulação de políticas gerenciais nacionais;
- a consolidação da cultura da reforma das instituições judiciárias como um processo permanente, contínuo e multifacetado, que não se esgota em sua dimensão normativa, alcançando necessariamente o plano da gestão administrativa;
- a apresentação de um conjunto coerente e harmônico de reformas processuais, sintetizadas no Pacto de Estado celebrado em dezembro de 2004;
- a aprovação pelo Congresso Nacional de cinco dos projetos de lei eleitos como prioritários pelo Pacto de Estado.
- a diversidade e criatividade das soluções gerenciais que estão sendo intensificadas nos Tribunais, com ganhos de eficiência e economia de recursos públicos.

RESUMO EXECUTIVO

I – Do Conselho Nacional de Justiça

A criação do Conselho Nacional de Justiça, com atribuições de controle da atuação administrativa e fi-

nanceira do Poder Judiciário e de controle ético-disciplinar de seus membros, é o ponto mais alto do processo de aperfeiçoamento da administração da Justiça, como parte integrante do processo mais amplo de Reforma do Judiciário. As competências do Conselho estão descritas no artigo 103-B da Constituição Federal.

Em sua primeira gestão, a Presidência do Conselho definiu como missão precípua a formulação de políticas e estratégias nacionais para tornar o sistema judiciário mais eficiente e menos oneroso. Nessa perspectiva, em 2005, o CNJ concentrou suas atividades na organização do funcionamento interno do Órgão, na elaboração de atos normativos, no julgamento de processos, na elaboração de estudos e na proposição de diretrizes para o Judiciário.

Uma das principais atividades consistiu em expedir atos normativos e recomendar providências com vistas ao cumprimento dos dispositivos da Constituição Federal que tratam da autonomia e desenvolvimento do Poder Judiciário. Estatísticas do Conselho Nacional de Justiça apresentam o volume dos processos ingressados e julgados pelo novo órgão.

Das decisões tomadas pelo CNJ destacam-se: proibição do chamado “nepotismo” no Poder Judiciário; vedação ao exercício por magistrados de funções na Justiça Desportiva; instituição do Sistema Nacional de Estatísticas judiciais; fixação de recomendações estratégicas para os Juizados Especiais Federais e Estaduais; determinação de que as promoções no âmbito do Judiciário ocorram em sessão pública, com voto aberto e fundamentado; manifestação técnica contra alterações na Lei nº 10.259/2001; emissão de pareceres relativos a projetos de lei de expansão do Judiciário da União, almejando compatibilizar as pretensões dos diversos Tribunais com objetivos globais racionalmente fixados.

A Corregedoria Nacional de Justiça é órgão integrante do Conselho Nacional de Justiça com atribuições de fiscalização e disciplina judiciária. Nessa linha, a Corregedoria tem buscado políticas institucionais voltadas para a melhoria da prestação jurisdicional, trabalhando em conjunto e de forma integrada com os órgãos correccionais do País.

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça criou comissões temáticas, que têm a função de elaborar estudos e propor políticas para o Poder Judiciário: Estatística; Especialização de Varas, Câmaras e Turmas; Informatização; Juizados Especiais; Fundos, Depósitos Judiciais e Custas; Regulamentação da Emenda 45.

O Conselho instituiu os seguintes grupos especiais de trabalho: Comitê Técnico de Orçamento e Finanças; Comitê Técnico do Portal da Justiça Brasileira; Comissão Técnica para Estudos de Projetos de Lei (art. 88 da Lei nº 11.178/2005 – LDO).

II – Do Poder Judiciário Nacional

A movimentação processual do STF no ano de 2005 demonstra que cada ministro recebeu, em média, 7.127 processos por mês. Projeto em curso do STF estabeleceu meta de 172 dias para decisões monocráticas, visando à eliminação do estoque em 60 meses. Por outro lado, com o redesenho dos processos e a implantação da nova estrutura orgânica, a eliminação desse estoque ocorreria em aproximadamente dois anos, e o tempo médio de julgamento seria reduzido para 150 dias. Entretanto, o acompanhamento da implementação das ações dos processos e da implantação da estrutura, mostra que os tempos médios de protocolo e autuação ainda estão bastante superiores aos previstos na meta.

Com vistas à organização da pauta do Plenário, quadros estatísticos dos julgamentos foram realizados para conhecer o tempo de julgamento e os pontos de estrangulamento, o que propiciou julgamentos mais céleres e permitiu aos ministros, às partes e a seus advogados organizarem-se com antecedência. Foi implantado sistema de gerenciamento temático das pautas, agilizando julgamentos mediante o agrupamento de temas conexos, levando-se em conta inclusive a repercussão da solução dos feitos em outros tramitando no próprio STF e/ou nas instâncias ordinárias do Judiciário.

Foram realizadas pesquisas e formulados projetos de reorganização em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

Está em fase final a construção do novo modelo do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, implantado na forma de um “Portal de Serviços”, com sistema aberto disponível para todos os órgãos do Poder Judiciário, para os demais Poderes e para toda a sociedade. O STF avançou em sua integração na era digital, passando a fazer parte da Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS), tecnologia que permite criptografar documentos e outras informações trocadas por meio eletrônico, bem como dados relativos a processos, certidões e outros. A inovação permite atribuir-se valor probante ao documento eletrônico.

O STF participou do projeto de criação da TV Brasil, canal público que pretende promover a integração da América do Sul. Foram ainda identificados os maiores problemas da TV Justiça e apresentadas propostas para melhoria da grade de programação e adequação da emissora aos padrões tecnológicos atuais.

A questão do não-pagamento de precatórios tem evidente relevância no cenário nacional à medida que estados e municípios não têm honrado seus compromissos de pagamento determinados pelo Poder Judiciário. Frente a essas dificuldades, juízes têm deferido

pedidos de seqüestro para pagamento de precatórios, bem como autorizado o pagamento de tributos correntes com precatórios. Nesse contexto, a presidência do STF – em face das repercussões judiciais do problema – procurou construir uma medida alternativa que conciliasse o cumprimento das decisões judiciais com as dificuldades financeiras dos estados e municípios. Foi apresentada a líderes dos partidos, no Senado e na Câmara dos Deputados, bem como a governadores e prefeitos, minuta de proposta com vistas a uma solução normativa que permita compatibilizar a capacidade de pagamento dos entes federados com o direito dos credores, privilegiando os que têm menos a receber.

Já o Superior Tribunal de Justiça adotou em 2004 um Plano Estratégico com vistas a garantir prestação jurisdicional efetiva e transparente, agilizar a prestação jurisdicional, aproximar o STJ da sociedade e contribuir para a expansão e modernização do Judiciário. Nessa perspectiva, e coerente com sua missão constitucional de uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional, o STJ desenvolveu programas e projetos como:

- prestação jurisdicional transparente (Ouvidoria-Geral, STJ em Foco, Portais Corporativos, Educação Corporativa, Gestão por Competência);
- agilização da prestação jurisdicional;
- aproximação do STJ com a sociedade (comunicação institucional, acessibilidade e inclusão de idosos e portadores de deficiência, certidão de andamento **on-line** e biblioteca virtual);
- modernização do Judiciário (Projeto Integração para Troca de Dados entre Órgãos do Judiciário e Criação da Autoridade Certificadora do Judiciário).

Com o objetivo de ampliar a transparência de seus atos, dentro da missão de exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal visando promover a integração institucional e a padronização de procedimentos administrativos, o Conselho da Justiça Federal decidiu que suas reuniões seriam abertas ao público, a cada mês em uma diferente cidade do País.

Quanto ao TST, o Tribunal solucionou 19 % a mais de processos em relação a 2004. Entretanto, o melhor desempenho não significou redução importante no resíduo (245 mil processos), tendo em vista, em particular, a elevada taxa de recorribilidade interna no Tribunal. Providências administrativas foram tomadas para o aprimoramento desse desempenho, com destaque para o projeto relativo ao Sistema integrado de Gestão da Informação Jurisdicional. Vale sublinhar

ainda a criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, órgão responsável pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

No que tange à Justiça Eleitoral, é indiscutível que esta tem se destacado no cenário internacional pelo sucesso na condução das eleições brasileiras. O Tribunal tem cooperado tecnicamente com outros países no sentido de promover o aperfeiçoamento dos serviços eleitorais. Merece destaque a realização do Referendo sobre a comercialização de armas de fogo. O projeto “TSE COMPETENTE” mapeou as competências necessárias aos servidores para a execução e gerenciamento dos processos críticos de trabalho de suas unidades organizacionais. O TSE conquistou em 2005 a Certificação ISO 9001:2000, referente à sistematização das atividades de protocolização, autuação e distribuição dos processos nas classes de habeas corpus, mandado de segurança e medida cautelar. Registre-se, também, inovação no modelo de divulgação de resultados do Referendo 2005, diretamente por meio da página do TSE. O Aperfeiçoamento do Sistema de Identificação do Eleitor foi um dos focos do Tribunal Superior Eleitoral em 2005.

OTSE realizou pesquisas sobre a participação popular e o voto. Na avaliação sobre o Referendo, notou-se que quanto maior a renda, menor parece ser a participação comunitária e, inclusive, a própria valorização dessa participação. O discurso da importância do voto encontra pouca ressonância no cotidiano das pessoas. A segunda pesquisa avaliou a Campanha “Vota Brasil” do Referendo 2005, e sublinhou o perfil médio do eleitor brasileiro: cidadão que mora em cidades de pequeno e médio portes, tem 36 anos, escolaridade fundamental ou média, família com renda de até cinco salários mínimos, católico e com pouco ou nenhum interesse por política.

Com relação ao Superior Tribunal Militar, foram realizadas atividades como Seminário de Direito Militar, aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento de Processos na Justiça Militar da União, desenvolvimento do Sistema de Recebimento de Petições por Via Eletrônica, implementação do Sistema de Consultas à jurisprudência do STM por internet, armazenamento digital das sessões plenárias do SIM e disponibilização, ao vivo, das sessões de julgamento na **intranet** do Tribunal.

Finalmente, importa relatar que foi realizada a segunda edição do projeto “Justiça em Números”, instituído em 2004, com o objetivo de ampliar o conhecimento e demonstrar o desempenho do Poder Judiciário por meio de dados estatísticos. Os números colhidos, relativos ao ano de 2004, seguem em anexo ao relatório. A análise dos resultados da pesquisa contribui tanto para mudanças mais adequadas nas regras processuais, quanto para a busca de soluções administrativas e de

gestão dos Tribunais. Ademais, a “Justiça em Números” fornece subsídios fundamentais para a realização das funções do Conselho Nacional de Justiça, em matéria de controle administrativo e financeiro do Judiciário, bem como de formulação de políticas nacionais.

III – Recomendações

No âmbito normativo, o Conselho entende ser fundamental a aprovação dos projetos de reforma processual inseridos no Pacto de Estado subscrito em 2004, bem como dos projetos apresentados pela Comissão Especial Mista derivada do art. 7º da EC nº 45. O CNJ também propugna por especial atenção à problemática dos precatórios, buscando-se solução que viabilize os pagamentos determinados judicialmente, que já ultrapassam os R\$ 60 bilhões no tocante a Estados e Municípios. Finalmente, o CNJ apóia a aprovação de projetos que ampliem e estruturam melhor as Defensorias Públicas.

No âmbito administrativo e gerencial, o Conselho considera prioritário que os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça dos Estados, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais Regionais Eleitorais:

- colaborem ativamente para o fortalecimento do Sistema Nacional de Estatísticas Judiciais, desenvolvendo os programas necessários para o ágil e adequado fornecimento de informações para a pesquisa Justiça em Números;
- priorizem o fortalecimento e a modernização das primeiras instâncias do Judiciário, por meio de um planejamento orçamentário e administrativo;
- observem as conclusões da Comissão dos Juizados Especiais do CNJ, enunciadas neste relatório, referentes à gestão desse subsistema processual;
- intercambiem, de modo sistemático, soluções criativas para a administração e o uso de insumos tecnológicos;
- intensifiquem a busca de soluções contra a ineficiência administrativa e o anacronismo organizacional.
- colaborem para a implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho.
- cooperem para a instauração das Ouvidorias de Justiça vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça.
- dialoguem com os maiores usuários da Justiça (governos e grandes corporações privadas), visando mudanças de posturas e procedimentos que possam desonerar a máquina judicial

da excessiva demanda que recai sobre suas estruturas. Tal diálogo deve ser público e transparente, com ampla comunicação à sociedade.

I – Do Conselho Nacional de Justiça

A Reforma do Judiciário promulgada pela Emenda nº 45 de 2004 é um componente essencial para o fortalecimento da democracia e para a redefinição das interações entre o Estado e seus cidadãos. Como parte integrante desse movimento mais amplo, a criação do Conselho Nacional de Justiça é o ponto mais alto de um processo de reforma na administração judiciária. A partir da criação do Conselho e de sua instalação formal, em 14 de junho de 2005, o Poder Judiciário conta com um órgão cujas atribuições principais são o controle da sua atuação administrativa e financeira e o controle ético-disciplinar de seus membros. Sua ação tem por meta produzir consequências externas no sentido de propiciar aos cidadãos maior acesso à justiça, transparência na gestão administrativa e eficiência dos seus serviços, consolidando, assim, valores essenciais em um Poder Judiciário Republicano.

Em sua primeira gestão, o Conselho Nacional de Justiça tem enfatizado que a sua missão institucional precípua é a formulação de políticas e estratégias nacionais para tomar o sistema judiciário mais eficiente e menos oneroso.

Marco fundamental da normatização do CNJ foi à feitura do seu Regimento Interno e o estabelecimento de regras próprias destinadas a reger suas relações internas (entre os órgãos da instituição) e externas (laços com diversas outras instâncias do Poder Judiciário Nacional). A estrutura funcional do CNJ também passou por um período inicial de ajuste.

No período de 14 de junho – data da instalação do Conselho – a 20 de dezembro de 2005, as atividades do CNJ consistiram em organizar o funcionamento interno do órgão, produzir atos normativos, decidir e julgar processos de sua competência, elaborar estudos e propor diretrizes político-administrativas para o Poder Judiciário Nacional.

As atividades desenvolvidas pelo CNJ, bem como as medidas e as providências adotadas em seu processo de institucionalização, constam da primeira parte deste capítulo. Também constam dessa primeira parte as estatísticas internas do CNJ. E os resultados dos estudos levados a cabo pelas Comissões Temáticas.

1. Organização interna e funcionamento

Este item destaca atividades e deliberações empreendidas para o funcionamento e a organização institucional do Conselho Nacional de Justiça. Foram realizadas doze Sessões Ordinárias e uma Sessão Extraordinária. A

descrição das atividades abaixo está baseada nas Atas das Sessões publicadas no **Diário Oficial** da União. A descrição do funcionamento é feita cronologicamente, conforme as deliberações do Plenário.

- Instalação do Conselho Nacional de Justiça no Anexo II do Edifício do Supremo Tribunal Federal, em 14 de junho de 2005.

- Início do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça com auxílio de servidores do Supremo Tribunal Federal e servidores requisitados (Emenda Constitucional nº 45).

- Debate sobre o método para a feitura do Regimento Interno.

- Aprovação pelo Plenário de Comissões temáticas no CNJ. São os seguintes os temas e a composição das Comissões:

Estatística: Conselheiros Joaquim Falcão e Jirair Megueriam

Especialização de Varas e Turmas: Conselheiros Cláudio Godoy e Paulo Lobo

Juizados Especiais: Conselheiros Germana de Moraes e Eduardo Lorenzonni

Informatização: Conselheiros Oscar Argollo e Douglas Rodrigues

Fundos, Depósitos Judiciais e Custas: Conselheiros Marcus Faver e Ruth Carvalho

Regulamentação da Emenda Constitucional nº 45: Conselheiros Paulo Schmidt e Alexandre de Moraes.

- Discussão sobre o quadro de pessoal do CNJ, a criação do Departamento de Pesquisas Judiciárias e os subsídios dos Conselheiros.

- Discussão e votação dos destaques feitos pelos Conselheiros ao texto do Regimento Interno.

- Desenvolvimento do **site** do Conselho Nacional de Justiça e do sistema de acompanhamento processual.

- Elaboração e aprovação de Resolução dispondo sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça.

- Comunicação da aprovação do texto do projeto de lei a ser enviado ao Poder Legislativo que “dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências” em sessão administrativa do Supremo Tribunal Federal. O projeto de lei foi encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, por meio da Mensagem nº 45/2005, de 25 de agosto de 2005.

- Informatização na distribuição dos processos.

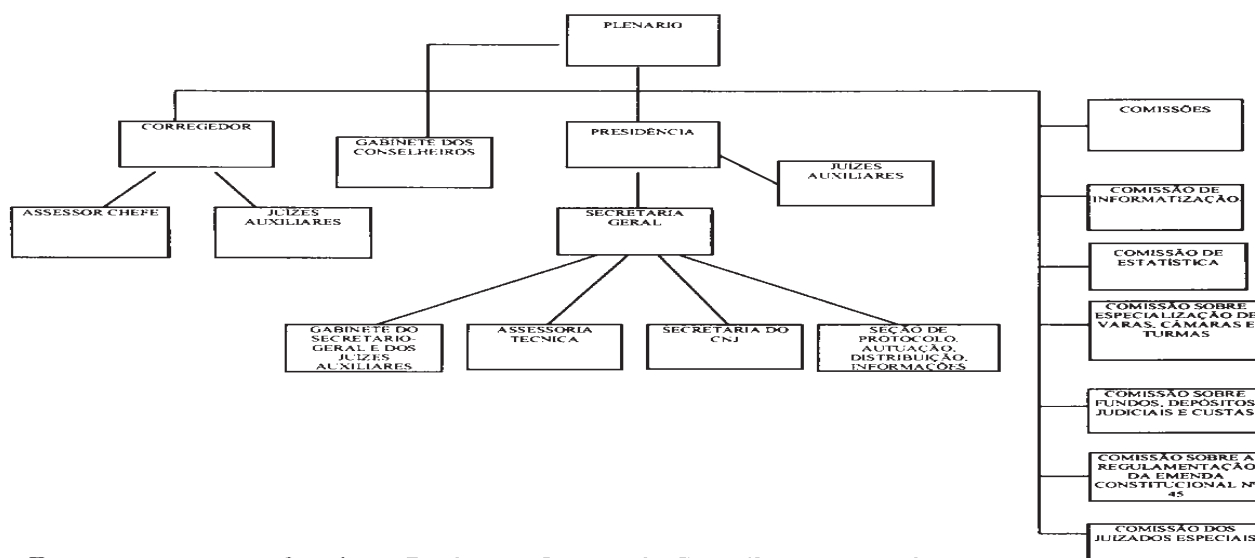
- Publicação das estatísticas processuais no **site** do Conselho Nacional de Justiça. Aperfeiçoamento das estatísticas. Atualização mensal das informações relativas aos Atos do Conselho. Criação de um módulo de consultas públicas.

- Análise dos projetos de lei sobre a criação de cargos em Tribunais pela Comissão

Técnica para Estudos de projeto de lei. A orientação da Presidência para a Comissão foi à observação da efetiva demanda judicial e da correspondente população a ser atendida.

Estas foram as principais ações no processo de construção institucional do Conselho Nacional de Justiça.

2. Organograma do Conselho Nacional de Justiça



Este organograma se baseia no Regimento Interno do Conselho e no Regulamento Geral da Secretaria editado pela Portaria nº 9, de 7 de novembro de 2005.

3. Atos Normativos

Uma das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Justiça consistiu em expedir atos normativos e recomendar providências com a finalidade de zelar pela observância do artigo 37 da Constituição Federal.

3.1 Resoluções

- Resolução nº 1, de 29 de junho de 2005

Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça. Publicação:

Diário Oficial da União, Seção I, em 30 de junho de 2005.

- Resolução nº 2, de 16 de agosto de 2005

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, e dá outras providências. Publicação: **Diário de Justiça**, Seção I, em 23 de agosto de 2005.

- Resolução nº 3, de 16 de agosto de 2005

Dispõe sobre as férias coletivas nos Juízes e Tribunais de 2º Grau e dá outras providências. Publicação: **Diário da Justiça**, Seção I, em 23 de agosto de 2005.

- Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2005

Cria o sistema de Estatística do Poder Judiciário e dá outras providências. Publicação: **Diário da Justiça**, Seção 1, em 23 de agosto de 2005.

- Resolução nº 5, de 16 de agosto de 2005

Estabelece limites de despesas com pessoal e encargos sociais para os órgãos do Poder Judiciário da União. Publicação: **Diário Oficial da União**, Seção 1, em 18 de agosto de 2005.

- Resolução nº 6, de 13 de setembro de 2005

Dispõe sobre a aferição do merecimento para a promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. Publicação: **Diário da Justiça**, Seção 1, em 16 de setembro de 2005.

- Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005

Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. Publicação: **Diário da Justiça**, Seção 1, em 14 de novembro de 2005.

- Resolução nº 8, de 29 de novembro de 2005.

Dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino, entre os dias 20 de dezembro a 6 de janeiro, e dá outras providências. Publicação: **Diário de Justiça**, Seção 1, de 6 de dezembro de 2005.

- Resolução nº 9, de 06 de dezembro de 2005

Dá nova redação ao art. 3º da Resolução nº 7, Publicação: **Diário de Justiça**, Seção 1, 19 de dezembro de 2005.

- Resolução nº 10, de 19 de dezembro de 2005

Veda o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares. Publicação: **Diário de Justiça**, Seção 1, 22 de dezembro de 2005.

3.2 Recomendações

- Recomendação nº 1, de 6 de dezembro de 2005

Recomenda aos Tribunais e outros órgãos do Poder Judiciário com atuação direta ou indireta sobre os Juizados Especiais a adoção de diversas medidas de aperfeiçoamento. Publicação: **Diário de Justiça**, Seção 1, 20 de dezembro de 2005.

3.3 Emendas Regimentais

- Emenda Regimental nº 1, de 6 de dezembro de 2005

Decorrente do Pedido de Providências nº 102/2005 requerido pelo Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça decidiu alterar a redação do inciso XXIV contido no artigo 19. Publicação: **Diário de Justiça**, Seção 1, de 15 de dezembro de 2005.

4. Outros Atos

4.1 Notas Técnicas

- Nota Técnica nº 1, de 18 de outubro de 2005

O Conselho Nacional de Justiça utilizou-se da Nota Técnica nº 1, conforme o art. 19, XV do Regimento Interno, para dirigir-se ao Congresso Nacional. O Conselho posicionou-se sobre as possíveis modificações na Lei nº 10.259/2001 que trata dos Juizados Especiais Federais. Essas modificações estavam sendo discutidas no bojo da Medida Provisória nº 252 por meio da Emenda nº 27. Essa Emenda previa o adiamento do pagamento, por parte do Governo Federal, de requisições dos Juizados Especiais Federais por falta de disponibilidade orçamentária específica. A posição do Conselho sobre a Emenda nº 27 foi a de que o dispositivo interfere profundamente na estrutura de funcionamento dos Juizados Especiais Federais, além de causar insegurança jurídica aos cidadãos, imprevisibilidade no cumprimento das obrigações judiciais por parte do Governo e ferir a celeridade na prestação jurisdicional acordada no “Pacto de Estado”. Publicação: **Diário da Justiça**, Seção 1, 29 de novembro de 2005.

4.2 Protocolo de Cooperação entre o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça.

O Protocolo de Cooperação foi celebrado entre o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça em 26 de agosto de 2005. O objeto do Protocolo é a promoção da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Supremo Tribunal Federal para a execução operacional da gestão administrativa do Conselho. Cumpre salientar que o Protocolo não implica compromissos financeiros ou transferências de recursos, correndo as despesas por conta das dotações orçamentárias próprias de cada parte. Publicação: **Diário Oficial da União**, Seção 3, de 17 de outubro de 2005.

4.3 Acordo de Cooperação Técnica para a Criação do Portal da Justiça Brasileira.

O Acordo de Cooperação Técnica para Criação do Portal da Justiça Brasileira foi celebrado em 30 de setembro de 2005 entre as seguintes partes: Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar e Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça.

A finalidade do Acordo é organizar e divulgar as informações existentes no Poder Judiciário por intermédio da criação do Portal da Justiça Brasileira. Os objetivos do Portal são: integrar a base de dados dos

órgãos jurisdicionais do País; organizar informações estatísticas do Poder Judiciário fornecidas por todas as unidades judiciais do País; colocar à disposição dos cidadãos, de modo centralizado, informações sobre andamento processual e jurisprudência em todos os órgãos judiciais; organizar rol nacional de condenados pelas justiças criminais; desenvolver e manter cadastro nacional de juizes; colocar à disposição dos usuários certidões emitidas por todos os órgãos jurisdicionais do País e desenvolver outros sistemas e cadastros de interesse do Poder Judiciário e de seus usuários.

O Conselho Nacional de Justiça foi designado no Acordo como o órgão normativo, diretivo e executor do Portal da Justiça Brasileira. O Acordo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos orçamentários por qualquer das partes. Publicação: **Diário Oficial da União**, Seção 3, de 6 de setembro de 2005.

5. Estatísticas do Conselho Nacional de Justiça.

O marco temporal para a formulação destas estatísticas foi a data de instalação do Conselho Nacional de Justiça em 14 de junho de 2005 (início das atividades do CNJ) até o dia 19 de dezembro de 2005.

Processos Distribuídos por Classe no Conselho Nacional de Justiça

(Excetuados os Processos da Corregedoria Nacional de Justiça)

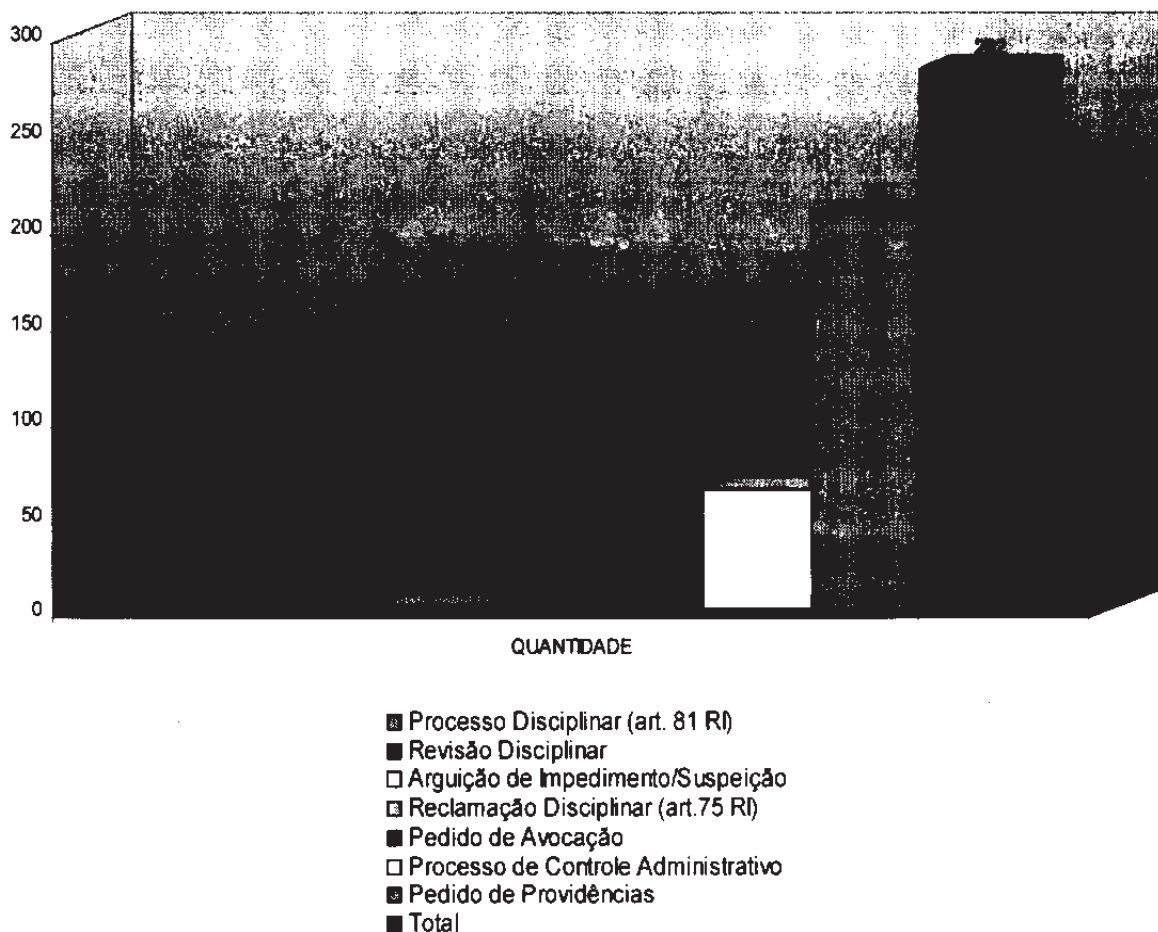


Gráfico 1

O gráfico nº 1 representa o universo de processos cuja tramitação inicia-se no Conselho Nacional de Justiça sem trâmite prévio pela Corregedoria Nacional

de Justiça. Até o dia 19 de dezembro de 2005 foram distribuídos para os Conselheiros 282 feitos, excetuando-se os feitos protocolados para a Corregedoria.

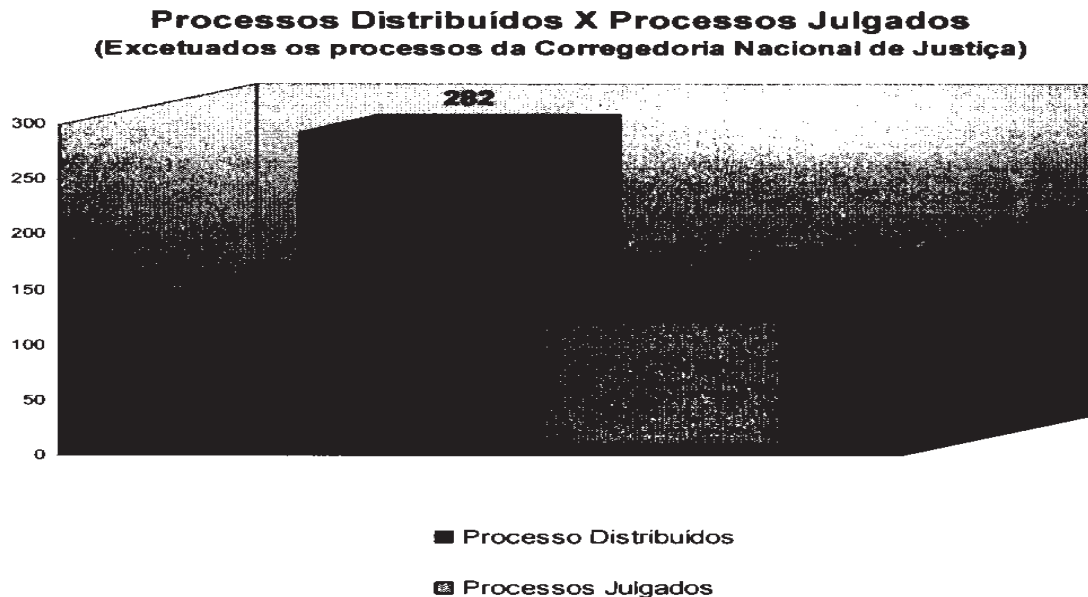


Gráfico 2

O gráfico nº. 2 representa o número de processos distribuídos aos Conselheiros e o número de processos julgados por eles. No universo de processos julgados foram incluídas as decisões monocráticas.

6. Da Corregedoria Nacional de Justiça

A Corregedoria Nacional de Justiça, desde a sua instalação, vem buscando estabelecer suas metas e políticas institucionais voltadas sempre para a melhoria da prestação jurisdicional.

Com a atribuição constitucional de fiscalização e disciplina judiciárias, a Corregedoria Nacional de Justiça tem buscado trabalhar em conjunto e de forma integrada com todos os órgãos correccionais do Poder Judiciário do País, sem que sejam suprimidas essas instâncias, à exceção de casos em que a via das Corregedorias de Justiça tenha sido esgotada ou, em casos excepcionais, em que a sua atuação seja indispensável.

A identificação e solução de casos paradigmáticos, relativos a situações irregulares, através de trabalho minucioso e profundo, têm servido para sinalizar e evitar que hipóteses semelhantes venham ocorrer.

6.1 Diretrizes Institucionais

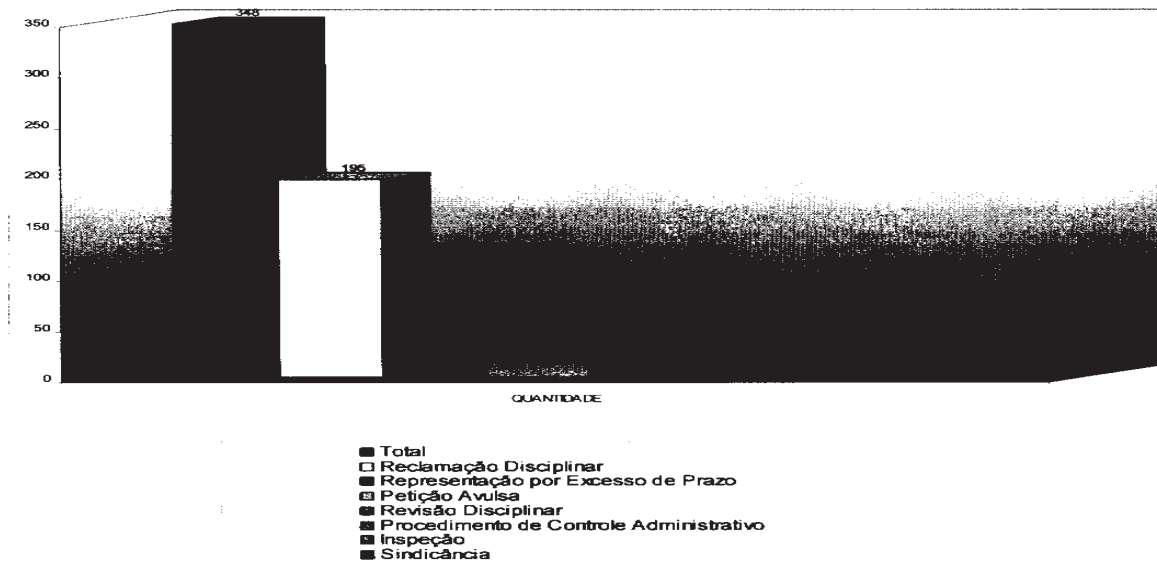
A Corregedoria Nacional de Justiça tem por diretriz essencial o estabelecimento de ações com a finalidade de estreitar os canais de comunicação, entendimento e trabalho com todos os demais órgãos correccionais do País.

Cabe registrar que a Corregedoria Nacional de Justiça tem, ainda, por norte a coordenação e a execução de atividades de desenvolvimento organizacional, modernização administrativa, de racionalização de métodos e uniformização de procedimentos, assim como a elaboração de normas e manuais de rotinas e análise.

Por fim, outras diretrizes essenciais aos trabalhos deste órgão concentram-se no planejamento, coordenação e integração de atividades de informática, de processamento eletrônico de dados e de desenvolvimento de sistemas necessários ao funcionamento, à modernização e ao aprimoramento dos serviços judiciários, além da formação e aprimoramento de funcionários para estas finalidades.

6.2 Estatísticas da Corregedoria Nacional de Justiça

Os processos que foram distribuídos à Corregedoria em 2005, em maior quantidade, foram as representações por excesso de prazo e as reclamações disciplinares, que correspondem a 90% dos processos. Muitos desses feitos são imediatamente solucionados, sem nenhuma burocracia e arquivados. Outros são arquivados porque são anônimos ou manifestamente inviáveis, especialmente aqueles que visam a interferir nas decisões judiciais.

Processos Protocolados para Corregedoria Nacional de Justiça*Gráfico 3*

O gráfico nº 3 representa as estatísticas dos processos na Corregedoria Nacional de Justiça. Esse gráfico representa os processos cuja tramitação se iniciou na Corregedoria Nacional de Justiça. Conforme o Regimento Interno *não serão objeto de distribuição os feitos de natureza disciplinar cuja tramitação, após protocolizada a respectiva peça na Secretaria, se inicia na Corregedoria do Conselho (Artigo 44).*

No quadro abaixo demonstra-se a quantidade de feitos na Corregedoria por fase de andamento processual da seguinte maneira:

Quadro nº 1

FASE PROCESSUAL	QUANT	%
Aguardando informações	132	37,93
Arquivados	117	33,62
Redistribuídos	2	0,57
Encaminhados à Presidência do CNJ	5	1,44
Encaminhados ao Conselho Nacional do MP	2	0,57
Julgados no Plenário ou em pauta	29	8,33
Com recurso (aguardando exame)	2	0,57
Aguardando parecer	53	15,23
Conclusos ao Ministro Corregedor	6	1,72
Total	348	100,00

No que se refere à distribuição de feitos por Unidades da Federação, observa-se o seguinte quadro:

Quadro nº 2

UF	QUANT	%
São Paulo	99	28,45%
Rio de Janeiro	44	12,64%
Distrito Federal	37	10,63%
Rio Grande do Sul	25	7,18%
Bahia	25	7,18%
Minas Gerais	20	5,75%
Pernambuco	13	3,74%
Mato Grosso	9	2,59%
Piauí	8	2,30%
Espírito Santo	7	2,01%
Goiás	7	2,01%
Alagoas	6	1,72%
Ceará	6	1,72%
Paraná	6	1,72%
Paraná	5	1,44%
Santa Catarina	5	1,44%
Amazonas	4	1,15%
Mato Grosso do Sul	4	1,15%
Tocantins	4	1,15%
Maranhão	4	1,15%
Sergipe	4	1,15%
Pará	2	0,57%
Rondônia	2	0,57%
Acre	1	0,29%
Rio Grande do Norte	1	0,29%
TOTAL	348	100,00%

6.3 Projetos Desenvolvidos pela Corregedoria Nacional de Justiça

Foi iniciada uma coleta de dados em todos os tribunais do País sobre seus respectivos órgãos correccionais, com o objetivo de se analisar os procedimentos disciplinares e, eventualmente, propor a adoção de um único sistema de procedimentos.

Os órgãos correccionais, de igual forma, foram consultados para que enviassem à Corregedoria Nacional de Justiça um quadro de suas respectivas situações atuais, os principais problemas enfrentados, bem como sugestões de projetos e idéias a serem analisados.

Foram solicitadas informações detalhadas sobre as serventias extrajudiciais, tais como aquelas que se encontram vagas e aquelas providas por concurso público. Pediram-se, ainda, aos tribunais de Justiça informações sobre a realização de concursos públicos para o preenchimento daquelas serventias vagas.

A corregedoria aguarda, para fins estatísticos e de controle, informações solicitadas de todos os tribunais do País sobre os processos e sindicâncias instaurados e em andamento contra magistrados, bem como sobre todas as penas disciplinares aplicadas nos últimos dois anos.

Têm sido levado a efeito encontros e contatos dos Juizes Auxiliares da Corregedoria Nacional de

Justiça com seus pares perante os todos os tribunais do País, com a finalidade de agilizar-se o processo de coleta de informações para instrução dos procedimentos perante este órgão.

7. Das Comissões

7.1 Comissão de Estatística

A comissão é composta pelos Conselheiros Joaquim Falcão e Jirair Aram Meguerian. As diretrizes adotadas para o aprimoramento do Sistema de Estatística do Poder Judiciário foram apresentadas na Sessão Ordinária de 18 de outubro de 2005.

Na sua exposição, o Conselheiro Joaquim Falcão explicou a importância da estatística para a missão institucional do Conselho Nacional de Justiça. As estatísticas são importantes porque o conselho detém a obrigação constitucional de elaborar semestralmente relatório sobre processos e sentenças prolatadas por unidade da federação. Em segundo lugar, as estatísticas servirão para fundamentar as decisões normativas e de planejamento. Por último, as estatísticas servem para formular um diagnóstico nacional do Poder Judiciário e estabelecer uma diferenciação entre os “Poderes Judiciários”, identificando seus problemas.

As prioridades iniciais do CNJ detectadas pelos Conselheiros quanto ao tema foram:

- a implementação do Sistema de Estatística do Poder Judiciário conforme a Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2005;
- a criação das estatísticas internas do CNJ;
- o estabelecimento de convênio com o IBGE e o fomento da participação de outras entidades no sistema estatístico.

Preliminarmente, a Comissão definiu que o Sistema de Estatística do Poder Judiciário necessita de uma estrutura organizacional para ser implementado (orçamento, convênio com o Supremo Tribunal Federal, recursos humanos e um sistema **on line**). A definição do modelo estatístico proposto pelo Conselho deve nortear-se pelo princípio de “padronização nacional exigível e diferenciação local voluntária”, com concomitante avaliação da consistência dos dados produzidos e informados.

Por fim, foi apresentado um cronograma de trabalho para a apuração dos dados estatísticos do Poder Judiciário Nacional como parte do “projeto Justiça em números” 2ª edição finalizado em 20 de dezembro de 2005.

7.2 Comissão sobre Especialização de Varas, Câmaras e Turmas

A comissão é composta pelos Conselheiros Cláudio Godoy e Paulo Lobo. O objetivo da comissão é responder às seguintes indagações:

- A especialização é sempre recomendável ou pode conduzir a menos eficiência da prestação jurisdicional?
- Pode a especialização contribuir para a redução da taxa de congestionamento?
- O que fazer ante a experiência de varas ou turmas especializadas que apresentam número excessivo de processos e outras de número reduzido?
- Como compatibilizar a especialização com o mandamento constitucional de descentralização dos tribunais mediante câmaras regionais?
- A especialização inibe ou estimula a recorribilidade?

Em seu primeiro relatório, a Comissão apresentou um levantamento preliminar da situação atual das especializações de seções, turmas e varas existentes nos Tribunais. A Comissão promoveu três reuniões para a análise dos dados coletados por entrevista ou por informações escritas prestadas pelos Tribunais.

Preliminarmente, apurou-se que as experiências com a especialização são diversificadas na Justiça do

Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Estadual, bem como dentre Tribunais do mesmo ramo judicial. As informações preliminares do estudo são resumidas a seguir.

Justiça Trabalhista

O Tribunal Superior do Trabalho está organizado em duas Seções Especializadas em Dissídios Individuais e uma Seção Especializada em Dissídios Coletivos. Entre os Tribunais Regionais do Trabalho, apenas 6 utilizam a especialização adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho. Três Tribunais Regionais do Trabalho contam cada um com uma Seção Especializada em Dissídios Individuais e Coletivos. Cabe mencionar que o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul) instalou duas Varas do Trabalho especializadas em acidentes de trabalho e fazenda pública.

Justiça Estadual

Neste âmbito do Poder Judiciário, os Conselheiros buscaram levantar as novas iniciativas de especialização de Varas, Turmas e Câmaras com o intuito de indicar um novo paradigma para gestão e divisão dos serviços jurisdicionais. Não foram examinados os casos comuns de especialização em Câmaras Cíveis e Criminais, em Varas Cíveis e Criminais ou ainda em Varas da Infância e Juventude, Varas do Júri, Varas de Família e Sucessões e Varas de Fazenda.

Os Tribunais de Justiça que responderam às indagações dos Conselheiros foram 18 (dezoito) de um total de 27 (vinte e sete) existentes. Contribuíram para o levantamento os Tribunais de Justiça de Acre, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. As conclusões da Comissão foram as seguintes:

- notou-se preocupação com a especialização de Câmaras voltadas para o julgamento de improbidade administrativa e de ações relativas a falência e meio ambiente em segunda instância;
- observou-se que algumas antigas experiências de especialização no julgamento de ações sobre tóxicos e sobre acidentes de trânsito foram abandonadas, inclusive pela absorção de parte de seu serviço pelos Juizados Especiais. Outras tentativas de especialização foram abandonadas dado o alto custo e pouco benefício que trouxeram;
- houve, em primeira instância, crescente especialização de Varas agrárias, de falência e de meio ambiente. Outra iniciativa pioneira

foi a dotação de competência a determinadas Varas pra julgar “ações sazonais” com altos índices de entrada na distribuição. Exemplos desse tipo de “ações sazonais” são ações bancárias, sobre cartão de crédito, telefonia e condomínio, dentre outras;

- existem exemplos interessantes de especialização de Varas no acompanhamento e cumprimento de penas alternativas;
- mereceu destaque o exemplo dos Juizados volantes.

Justiça Federal

Neste ramo do Poder Judiciário, observa-se tendência à especialização de Varas, Turmas e Câmaras. Não há, entretanto, convergência de opiniões sobre o assunto nos Tribunais Regionais Federais.

O Conselho da Justiça Federal, órgão central do sistema e com poderes correccionais (Art.105, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal), editou as Resoluções nº 317 e 328 de 2003. As citadas resoluções instituem tabelas de classes e assuntos processuais, subdivididas nos seguintes ramos do direito, em níveis hierárquicos: a) direito administrativo e outras matérias de direito público; b) direito civil e outras matérias de direito privado; c) direito tributário; d) direito previdenciário; e) direito penal; f) direito do consumidor; g) direito do trabalho; e h) direito processual.

Os Tribunais Regionais Federais que adotam a especialização de Turmas são os Tribunais da 1ª Região (Amazonas, Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins), 2ª Reunião (Rio de Janeiro e Espírito Santo), 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) e 4ª Região (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O Tribunal Regional da 5ª Região (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe) não adota a especialização em suas quatro Turmas julgadoras.

O TRF da 1ª Região promoveu análise das especializações das Varas federais na Seção Judiciária do Distrito Federal por meio de comissão de estudos instituída em 28 de fevereiro de 2005. A Comissão buscou identificar as mais importantes áreas de concentração temática: direito tributário; servidores públicos; licitações, contratos e ensino superior; direito administrativo e proteção ao patrimônio público; e direito civil.

O TRF da 2ª Região aprovou as conclusões da Comissão de Especialização instituída no âmbito do Tribunal em 18 de agosto de 2005. A comissão propôs a reestruturação dos órgãos julgadores em 8 (oito) Turmas especializadas, compostas de 3 (três) membros cada. Indicou também a constituição de 4 (quatro) Seções

distribuídas em três grupos de matérias. O primeiro grupo de matérias abrange direito penal, previdenciário, propriedade intelectual e industrial. As matérias do segundo grupo são direito tributário e matérias trabalhistas de competência da Justiça Federal. Por último, agrupam-se as matérias relativas a direito administrativo e outras matérias não compreendidas nas demais. No primeiro grau de jurisdição funcionam Varas criminais, previdenciárias e de competência comum.

O TRF da 3ª Região comporta um nível acentuado de especialização, particularmente no Estado de São Paulo. No âmbito da segunda instância, o tribunal está especializado em dez turmas e três seções. Quatro turmas e uma seção são especializadas em benefício previdenciário e assistencial. Na primeira instância, além da tradicional especialização em varas cíveis, criminais e de execuções fiscais, existem Varas especializadas em matéria agrária, crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores.

O TRF da 4ª Região está dividido em 8 (oito) turmas regulares, 2 (duas) turmas suplementares e 4 (quatro) seções. As 4 (quatro) seções tratam de matéria tributária; matéria administrativa, civil e comercial; matéria previdenciária e assistência social; e matéria penal. Os conselheiros apuraram junto ao presidente do TRF da 4ª Região que a experiência da especialização na primeira instância e na segunda instância é exitosa.

As conclusões preliminares da comissão sobre Especialização de Varas, Câmaras e Turmas sobre o assunto recomendam que:

- seja constituído grupo de trabalho com o concurso de profissionais do Direito com experiência no trato da questão de especialização de varas, turmas e câmaras no âmbito da Justiça do Trabalho, da Justiça Estadual e da Justiça Federal;
- sejam discutidas em profundidade as experiências das Justiças Estadual, Federal e Trabalhistas em seminário; e
- seja estimulada troca de informações no âmbito dos diversos ramos do Judiciário.

7.3 Comissão de Informatização

Os membros efetivos da Comissão de Informatização são os Conselheiros Oscar Argollo e Douglas Alencar Rodrigues, que contaram com a colaboração de dois membros consultores: o Desembargador Antônio César Rocha de Siqueira, do Tribunal de Justiça do Rio, e o Juiz João Amílcar Pavan, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

O objetivo da Comissão de Informatização é “formular propostas normativas para estabelecer parâme-

tros nacionais de informatização de todos os setores do Poder Judiciário brasileiro, de modo a promover níveis crescentes de qualidade, eficiência, transparência, interoperabilidade e acesso à Justiça, sem prejuízo da autonomia e independência dos respectivos núcleos já existentes”.

Os princípios norteadores da comissão são os citados a seguir.

- Universalidade: adotar sistema que possa ser utilizado por todos os setores e instâncias do Poder Judiciário, contemplando atividade-meio e atividades-fim.
- Simplicidade: adotar sistema que utilize, na medida do possível, tecnologia funcionalmente simples.
- Atualidade: adotar sistema que utilize tecnologia e funcionalidades modernas e com perspectiva de vida útil longa.
- Economicidade: adotar sistema que otimize tempo e recursos públicos.
- Independência: adotar sistema que garanta a independência tecnológica, econômica e operacional do Poder Judiciário.
- Eficiência: adotar sistema que atenda às necessidades quantitativas e qualitativas ditadas pela demanda endereçada ao Poder Judiciário.
- Disponibilidade: adotar sistema que se baseie preferencialmente em experiência tecnológica disponível e testada com sucesso no Poder Judiciário e que possa ser compartilhada a curto prazo.
- Modularidade: adotar sistema que permita implantação gradativa e compatível.
- Convergência: adotar sistema que possibilite a convergência de esforços tecnológicos para a consecução dos objetivos comuns.
- Continuidade: adotar sistema que privilegie a continuidade de esforços de manutenção, aperfeiçoamento e desenvolvimento tecnológico.
- Acessibilidade: adotar sistema que potencialize o acesso à Justiça e à informação.

A comissão apresentou relatório preliminar informando a agenda de trabalho na Sessão Ordinária de 25 de outubro de 2005. Foram três as fases de trabalho. Na primeira fase (25-7-2005 a 12-9-2005), realizaram-se reuniões técnicas e de planejamento. Na segunda fase (13-9-2005 a 18-10-2005), procedeu-se à coleta de dados via internet e formulou-se o relatório preliminar. Por fim, a terceira fase (19-10-2005 a 6-12-2005), que compreendeu a sistematização, a revisão das propos-

tas, a elaboração de relatório final e a apresentação de uma proposta de resolução.

A comissão instituiu o Grupo Especial de Apoio à Informatização (G-INFO), com o objetivo de ampliar o universo da discussão e agregar experiência de vários segmentos do Poder Judiciário e da sociedade civil. O G-INFO foi constituído por Magistrados e Gestores de Tecnologia da Informação que possuem níveis avançados de informatização e experiências bem-sucedidas no uso de ferramentas tecnológicas em suas instituições de origem.

A Comissão de Informatização do CNJ organizou, nos dias 17 e 18 de outubro, nas dependências do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, um workshop com os integrantes do G-INFO. A finalidade desse encontro de trabalho foi colher sugestões e parâmetros técnicos objetivos para a formulação de proposta de informatização do Poder Judiciário brasileiro. Adotou-se como sistemática de trabalho a divisão temática de grupos, cujas propostas foram, ao final, discutidas em reunião plenária.

O Grupo 1 trabalhou sobre o tema “avaliação e compartilhamento de sistemas e infra-estruturas de informática”. Propôs uma organização estrutural para a área meio e a área fim do Poder Judiciário. A área meio contaria com a seguinte estrutura:

- sistemas de automação de recursos humanos – 1. cadastro (movimentação, lotação, afastamento), 2. legislação, 3. benefícios, 4. pagamento, 5. capacitação e 6. gestão de talentos;
- sistemas de automação financeira e orçamentária – 1. planejamento, 2. acompanhamento e contabilidade e 3. execução;
- sistemas de automação logística – 1. transporte, 2. compras, 3. contratos, 4. patrimônio, 5. almoxarifado, 6. administração predial e 7. legislação administrativa;
- gestão de tecnologia da informação e comunicação – 1. gestão de segurança, 2. suporte ao usuário, 3. gestão de componentes e 4. metodologia de desenvolvimento.

A área fim contaria com sistemas de automação judicial: 1. distribuição/protocolo, 2. movimentação e tramitação, 3. audiências, 4. publicações, 5. decisões e 6. gestão da informação (estatística e relatório gerencial). O grupo sugeriu a criação de um Banco de Soluções do Judiciário, por meio do qual seria possível ao gestor escolher, para uso gratuito, ferramentas tecnológicas já desenvolvidas e testadas no âmbito do Poder Judiciário. Trata-se de um banco de dados com o objetivo de reunir e divulgar, de forma mais

completa e ampla possível, a todos os interessados, os projetos implantados ou em desenvolvimento que visam à melhoria da administração da Justiça ou da prestação jurisdicional.

O Grupo 2 estudou a “interoperabilidade”, conceito que engloba a “habilidade de dois ou mais sistemas (computadores, meios de comunicação, redes, **software** e outros componentes de tecnologia da informação) de interagir e de intercambiar dados de acordo com um método definido, de forma a obter os resultados esperados.”¹

Nessa perspectiva, o Grupo sugeriu a condução de projeto abrangente de padronização junto a todos os órgãos que operam no sistema judiciário nacional. Recomendou uma padronização abordando os seguintes tópicos: padronização de identificadores, criação de taxonomia de informações, padronização de tabelas básicas. Sobre o uso de tecnologias, o Grupo 2 recomendou a adoção de tecnologias baseadas em padrões abertos, definidos e suportados por múltiplos fornecedores e que privilegiem a independência de cada órgão que opera no sistema judiciário nacional. Aconselhou a preservação de investimentos realizados sem descartar a possibilidade da criação de módulos e sistemas comuns e integrados. Os padrões tecnológicos orientados foram service oriented architecture – SOA; extensible markup language (XML); web services; web services description language (WSDL); universal description, discovery and integration (UDDI); simple object application protocol (SOAP); protocolos padrão de comunicação da internet e a norma de segurança da informação (NBR/ISSO 17.799).

A respeito do Portal do Poder Judiciário, o Grupo 2 sugeriu a criação da interface central do Poder Judiciário para o relacionamento com o cidadão contendo informações de todos os órgãos do Judiciário e a interface comum de comunicação entre órgãos do Poder Judiciário. O Grupo 2 recomenda ainda a prestação de serviços de maneira integrada, transparente e em níveis crescentes de maturidade de “governo eletrônico”: portais emergentes (páginas estáticas), portais interativos (consultas dinâmicas), portais transacionais (transações **on-line**), portais interativos (reunião dos serviços prestados pelo Governo eletrônico), repositório para cadastros nacionais integrados. Por último, o grupo recomendou a integração entre órgãos do mesmo ramo do Judiciário; entre órgãos de ramos distintos do Judiciário; entre o Judiciário de 1º e 2º graus e os Tribunais Superiores; entre os órgãos do Judiciário, de segurança pública e entidades externas; e entre órgãos do Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça.

1 Definição de interoperabilidade dada pela ISO (International Standard Organization), organização responsável pelo registro de padrões internacionais:

O Grupo 3 formulou sugestões de funcionalidades, tarefas contempladas nos sistemas informatizados. As funcionalidades foram agrupadas em níveis básico, intermediário e avançado. As definidas como básicas são aquelas imprescindíveis ao bom funcionamento do Poder Judiciário; as intermediárias são as que devem ser implementadas em etapa subsequente de modo a garantir maior qualidade aos sistemas informatizados; e as avançadas são aquelas que significam uma sofisticação do sistema. Foram sugeridas 28 (vinte e oito) funcionalidades básicas, 17 (dezesete) intermediárias e 40 (quarenta) funcionalidades avançadas.

A Comissão de Informatização, baseando-se nas formulações de cada grupo de trabalho, apresentou relatório final das atividades no dia 6 de dezembro de 2005, indicou a rotina da evolução dos trabalhos e os objetivos a serem alcançados e formulou proposta de resolução sobre a informatização do Poder Judiciário. Nesse documento, a Comissão assinala que os sistemas de informação das unidades do Poder Judiciário são sistemas heterogêneos, em plataformas diversas, que cumprem o mesmo objetivo: aperfeiçoar o processamento das demandas do cidadão perante a Justiça.

Segundo o relatório, a interoperabilidade entre os sistemas é a solução para a integração dos sistemas de informação do Poder Judiciário. Não se trata apenas de um conceito em que se impõem regras para que os sistemas sejam interativos e que seus dados sejam intercambiáveis; o conceito leva também em conta todo um legado de sistemas, plataformas de **hardware** e **software** instalados, de fornecedores distintos. Para a Comissão, o momento é de quebra do isolamento por parte das unidades do Poder Judiciário mediante um objetivo comum: a otimização de custos, maximizando as oportunidades com o reuso da informação e dos sistemas.

Nesse sentido, o relatório afirma que cabe ao Conselho Nacional de Justiça definir as políticas, normas e padrões a serem seguidos, num esforço conjunto e contínuo para adequação de um legado, e que, cooperativamente, se estabeleça uma cultura organizacional de gerência e intercâmbio de informações entre os sistemas do Poder Judiciário.

A Comissão de Informatização propôs projeto de resolução que dispõe sobre a criação do Banco de Soluções do Poder Judiciário e cria o Grupo de Interoperabilidade (G-INP).

O G-INP terá por função qualificar os sistemas de informação que serão inseridos no Banco de Soluções e definir os padrões de interoperabilidade a serem utilizados no Poder Judiciário nos seguintes tópicos:

I – quanto à estrutura: parque tecnológico, sistemas de informação e conectividade;

II – quanto aos dados: padronização de identificadores (número de processos, unidades da Justiça, identificadores dos Magistrados, URL); taxonomia (tesouro, vocabulário controlado e banco terminológico); tabelas básicas (classificação processual, tabela de partes, tabela de movimentação e fases processuais, tabela de assuntos); definição de meta dados descritores de diferentes objetos (básicos, complementares, padrões de segurança, qualidade);

III – quantos às tecnologias: arquitetura orientada a serviços.

7.4 Comissão sobre Juizados Especiais.

A Comissão sobre Juizados Especiais é composta pelos Conselheiros Eduardo Lorenzoni e Germana Moraes. A Comissão foi encarregada de realizar um diagnóstico da situação dos Juizados Estaduais e Federais no País. Assim, iniciou suas atividades mantendo reuniões com os representantes dos juizados especiais federais e estaduais em 31-8-2005. Participaram dos encontros representantes de órgãos de classe (Ajufe e AMB) e dirigentes do Fonaje e do Fonajef. O objetivo dessas reuniões foi colher sugestões relativas à aplicação de formulário de coleta de dados destinados à elaboração de diagnóstico sobre os juizados especiais, sob o aspecto quantitativo, abrangendo número de processos, de sentenças e de audiências, entre outros dados.

A maior parte das sugestões, com a concordância da Comissão de Estatística do Conselho Nacional de Justiça, foi inserida nos formulários do Sistema de Estatística do Poder Judiciário criado pela Resolução nº 4/05 do CNJ.

Em seguida, deu-se início à coleta de sugestões para uma pesquisa de caráter qualitativo. Para tanto, a Comissão sobre Juizados valeu-se da recém-criada “Consulta Pública”, constante da barra de opções da página do CNJ na internet. Na consulta pública, que esteve no ar de meados de setembro a meados de outubro, foram solicitadas sugestões de questões que seriam formuladas aos juízes dos juizados especiais federais e estaduais, frisando que o objetivo da pesquisa era a de complementar a pesquisa quantitativa e propiciar ao CNJ um quadro mais completo acerca das condições de atendimento e de funcionamento dos juizados especiais no País.

Com base nas várias sugestões apresentadas e naquelas encaminhadas por professores universitários, a Comissão elaborou um questionário intitulado “Pesquisa Prévia de Tendências dos Juizados Especiais”, que foi aplicado aos coordenadores federais e estaduais dos juizados especiais.

A pesquisa englobou, em um primeiro formulário, questões de infra-estrutura e de funcionamento dos juizados, e, em outros dois, questões procedimentais atinentes aos juizados especiais criminais e cíveis.

Os trabalhos realizados pela Comissão culminaram na realização do I Encontro Nacional dos Juizados Especiais nos dias 10 e 11 de novembro, no Supremo Tribunal Federal. Por ocasião do Encontro, estiveram reunidos cerca de 100 (cem) Juízes Coordenadores de Juizados Federais e Estaduais de todo o País, que identificaram e priorizaram questões operacionais e funcionais que necessitam ser aperfeiçoadas para um melhor funcionamento dos Juizados Especiais.

Houve concordância entre os Juízes dos Juizados Estaduais e Federais em torno da definição da “Visão 2010” e da Missão dos Juizados, conforme segue:

VISÃO 2010 – “Ser um instrumento de pacificação social capaz de provocar a mudança de comportamento da sociedade, de forma a estimular o cumprimento voluntário das próprias obrigações e o respeito ao direito do próximo, contribuindo para a recuperação da imagem do Poder Judiciário e para o resgate da cidadania.”

MISSÃO – “Garantir o amplo acesso, a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional nas causas de competência dos Juizados Especiais com simplicidade e informalidade.”

No decorrer do Encontro, os Juízes dos Juizados Estaduais e Federais identificaram e priorizaram questões operacionais e funcionais que necessitam ser aperfeiçoadas para um melhor funcionamento dos Juizados Especiais.

Os Juizados Especiais, com seu rito simples e célere, vêm representando alternativa eficaz de acesso à Justiça, beneficiando milhões de pessoas, principalmente da camada mais pobre da população. Entretanto, os Juizados Especiais enfrentam graves problemas, gerados inclusive pela crescente demanda em razão de sua própria eficiência. Esses problemas foram identificados e priorizados pelos Juízes Coordenadores de Juizados Especiais durante o I Encontro Nacional de Juizados Especiais Estaduais e Federais.

Diante disto, os Poderes da República, Instituições, Tribunais, Associações e outras entidades reconheceram a importância que os Juizados Especiais têm para a Nação, principalmente para as camadas mais pobres da população.

O Conselho Nacional de Justiça se comprometeu a enviar esforços para, no âmbito de suas atribuições, dotar os Juizados Especiais dos meios necessários para uma prestação jurisdicional adequada, bem como definir e elaborar o plano estratégico nacional e acompanhar os planos estratégicos estaduais e federais, assumindo a responsabilidade imediata, dentre outras, das seguintes medidas:

- definição de meta de redução da taxa de congestionamento de processos nos Juizados;

- geração de novos indicadores estatísticos para os Juizados;
- constituição de grupos de estudo para tratar do financiamento dos Juizados Especiais;
- desenvolvimento de estudos técnicos e pesquisas sobre detecção, acompanhamento e geoprocessamento das demandas dos Juizados;
- expedição de recomendações aos órgãos judiciários para adoção de estratégias de melhoria de eficiência operacional e dos projetos estratégicos propostos durante o I Encontro Nacional dos Juizados Especiais;
- incentivo a debates e estudos sobre questões procedimentais e mudanças legislativas; e
- elaboração e desenvolvimento, com os magistrados, de projetos de implementação das medidas operacionais e estratégicas por eles priorizadas.

Nessa perspectiva, no dia 6 de dezembro de 2005, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Nelson Jobim, assinou a Recomendação N^o 1, que dispõe sobre a adoção de diversas medidas de aperfeiçoamento dos Juizados Especiais por parte dos Tribunais, Conselhos Administrativos, Coordenações de Juizados Especiais, Escolas de Magistratura, Diretorias de Foro e Juízes de Juizados Especiais. O ato recomendou a adoção das seguintes medidas:

- definição de metas regionais, estaduais e seccionais para os indicadores estratégicos do Sistema de Estatística do Poder Judiciário;
- elaboração de planos de ação para atingir as metas de melhoria definidas;
- elaboração e implementação das prioridades operacionais e estratégicas estabelecidas pelos Juízes Coordenadores dos Juizados Especiais por ocasião do I Encontro Nacional de Juizados Especiais Estaduais e Federais e validadas pelo CNJ; e
- incentivo a fóruns de debates sobre questões procedimentais e mudanças legislativas dos Juizados Especiais, inclusive o Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE e o Fórum Nacional de Juizados Especiais Federais – FONAJEF.

Em seus anexos, a recomendação estabelece as prioridades operacionais e estratégicas dos Juizados Especiais Estaduais e Federais.

São as seguintes as prioridades operacionais dos Juizados Especiais Estaduais:

- propiciar estrutura física, tecnológica e de pessoal adequada para processar os feitos de sua competência e gerar indicadores para medir esta adequação;
- existência na estrutura de cada tribunal de um órgão colegiado composto paritariamente por magistrados atuantes no sistema de juizados especiais e desembargadores, com o objetivo de planejar e supervisionar a implantação das políticas e ações estratégicas;
- que cada turma recursal conte com pelo menos um juiz atuante no Juizado Especial;
- adoção dos indicadores (dados estatísticos) do Conselho Nacional de Justiça como padrão para todos os tribunais.

São as seguintes as prioridades estratégicas dos Juizados Especiais Estaduais:

- instalação de Juizados Especiais autônomos, com Juízes titulares, em áreas cuja demanda regular justifique a estrutura;
- criação de quadro próprio de servidores para os Juizados Especiais;
- institucionalização da penhora **on Fine** pelo convênio Bacen/JUD;
- descentralização dos Juizados Especiais, de modo a estarem instalados em áreas em que haja demanda permanente;
- imediata implementação de “mutirões” de magistrados e de servidores para desobstruir os Juizados Especiais em que a taxa de congestionamento esteja elevada (acima da média nacional de 2004); e
- imediata implantação dos Juizados Especiais itinerantes.

São as seguintes as prioridades operacionais dos Juizados Especiais federais:

- elaboração de plano de comunicação que contemple **marketing** institucional e assessoria de imprensa;
- aprimoramento dos sistemas regionais para possibilitar a troca de informações e a geração de estatísticas;
- definição de normas nacionais de segurança de dados e de segurança do trabalho, com equipamentos adequados a atendimento virtual; e
- desenvolvimento de um sistema de informática para a Turma Nacional de Uniformização e para o Supremo Tribunal Federal no tocante aos processos oriundos dos Juizados Virtuais.

São as seguintes as prioridades estratégicas dos Juizados Especiais Federais:

- implementação de treinamento gerencial para magistrados e servidores que atuam em Juizados Especiais;
- estabelecimento de políticas de Juizados Especiais autônomos, exceto em áreas que não justifiquem em face da demanda;
- definição de política de ampliação da estrutura física e de servidores, com espaços próprios para Juizados adjuntos;
- estabelecimento de política de monitoramento contínuo da demanda nas Varas comuns e nos Juizados Especiais promovendo alteração nas respectivas especializações de acordo com o volume dos feitos em tramitação; e
- ampliação da atuação dos juizados itinerantes onde a distância e a demanda não justifiquem a atuação dos Juizados com estrutura própria.

7.5 Comissão sobre Fundos, Depósitos Judiciais e Custas.

A Comissão é composta pelos Conselheiros Marcus Faver e Ruth Carvalho. O principal objetivo da Comissão foi realizar um diagnóstico preliminar sobre o gerenciamento dos fundos, depósitos judiciais e custas no âmbito do Poder Judiciário. Em particular, a Comissão procurou deter-se também sobre o financiamento e custeio do Poder Judiciário Estadual.

A fim de fazer um levantamento sobre a existência dos fundos judiciais ou não, do gerenciamento dos depósitos judiciais e custas, os Conselheiros decidiram elaborar um questionário de âmbito nacional com nove perguntas disponibilizado via *web* com acesso restrito aos órgãos do Poder Judiciário.

As perguntas formuladas aos Tribunais Superiores e aos órgãos do Poder Judiciário Estadual, Federal e Trabalhista foram as seguintes:

1 – O Poder Judiciário dispõe de fundo especial de reaparelhamento?

- a) sim
- b) não

2 – Indique a lei ou ato administrativo que instituiu o fundo;

3 – Como são utilizados os recursos do fundo especial de reaparelhamento?

- a) custeio
- b) investimento
- c) pessoal

4 – Informe os valores totais arrecadados pelo Poder Judiciário:

- a) taxas
- b) custas
- c) emolumentos
- d) receitas de cartórios extrajudiciais
- e) doações
- f) receitas financeiras
- g) outros
- h) informado pelo total;

5 – O Poder Judiciário adota sistema de gerenciamento de depósitos judiciais, sistema de conta única ou outro sistema?

- a) sim
- b) não

6 – Informe os montantes de depósitos por tipo de banco:

- a) federal
- b) estadual
- c) privado
- d) informado pelo total

7 – Qual o modo de escolha pelo Tribunal do banco depositário?

- a) licitação
- b) ato administrativo discricionário
- c) outro

8 – Qual o vínculo jurídico entre o Tribunal do banco depositário?

- a) contrato
- b) convênio
- c) autorização
- d) permissão
- e) outro

9 – Qual a contrapartida do banco depositário ao Tribunal?

- a) valor pré-estabelecido
- b) valor percentual variável
- c) doação de bens duráveis
- d) contratação de mão-de-obra
- e) prestação de serviços
- f) prestação de serviços
- g) patrocínio de projetos, programas e eventos
- h) não há.

O levantamento efetuado a partir dos questionários proporcionou as seguintes informações enunciadas abaixo.

Justiça Federal

Os Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª não dispõem de um fundo especial de reaparelhamento. O TRF da 1ª não respondeu a essa indagação. Porém, todos os Tribunais informaram os valores arrecadados.

Os Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª não adotam o sistema de gerenciamento de depósitos judiciais, sistema de conta única ou outro sistema. O TRF da 1ª Região não informou a forma de gerenciamento.

O maior montante em depósitos encontra-se no TRF da 3ª Região no valor de R\$6.969.715.456,00 e o menor montante em depósitos encontra-se no TRF da 5ª Região no valor de R\$1.270.236.238,00.

Os Tribunais não responderam sobre a contrapartida do banco depositário ao Tribunal.

É importante ressaltar que no contexto da Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal, órgão central do sistema, exerce a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal em primeiro e segundo graus. Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal vem desenvolvendo estudos sobre o Fundo Nacional de Reaparelhamento da Justiça Federal.

A finalidade do Funjufe é apoiar projetos que visem à expansão e ao aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e à agilização dos julgamentos das causas de competência da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Justiça Trabalhista

Conforme as respostas dos Tribunais Regionais do Trabalho das vinte e quatro regiões, nenhum dispõe de fundo especial de reaparelhamento. Todos os Tribunais Regionais do Trabalho informaram sobre valores totais arrecadados em taxas, custas, emolumentos, receitas de cartórios extrajudiciais, doações, receitas financeiras e outros.

Apenas os Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª, 17ª, 18ª, 21ª. Regiões responderam que adotam sistema de gerenciamento de depósitos judiciais.

A quase totalidade dos Tribunais Regionais do Trabalho gere os montantes dos depósitos judiciais por meio de banco federal, à exceção dos Tribunais Regionais do Trabalho da 15ª e 16ª Regiões que detêm depósitos em banco estadual e federal. Os Tribunais Regionais do Trabalho da 20ª e 23ª informaram o total dos montantes dos depósitos sem referência ao tipo de banco.

A licitação não é o modo de escolha pelos Tribunais Regionais do Trabalho para o banco depositário. Os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 7ª, 10ª, 11ª, 13ª, 19ª, 22ª, e 24ª fazem sua escolha do banco depositário por ato administrativo discricionário. Os Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 4ª, 6ª, 8ª, 9ª, 15ª, 16ª,

17ª, 18ª, e 21ª utilizam outro modo de escolha que não o ato administrativo discricionário.

Ao quesito qual o vínculo jurídico entre o Tribunal e o banco depositário, treze TRT responderam que o vínculo jurídico é o convênio. Seis TRT optaram por outro vínculo jurídico. Apenas um dos Tribunais escolheu o contrato como forma do vínculo jurídico. Nenhum optou pela autorização ou pela permissão. Quatro Tribunais não informaram o tipo de vínculo jurídico.

Na questão sobre qual a contrapartida do banco depositário ao Tribunal, a resposta mais citada pelos Tribunais é o patrocínio de projetos, programas e eventos (onze Tribunais). A segunda resposta mais citada para a questão foi a doação de bens duráveis (nove tribunais). Em terceiro lugar, a resposta mais citada foi a prestação de serviços (cinco Tribunais) Quatro Tribunais responderam que não há contrapartida. Três Tribunais responderam que recebem como contrapartida um valor pré-estabelecido. Apenas dois Tribunais recebem como contrapartida a contratação de mão de obra.

Justiça Estadual

A maioria dos Tribunais de Justiça Estaduais dispõe de fundo especial de reaparelhamento do Poder Judiciário, à exceção do estado de Pernambuco. Os Tribunais de Justiça de Alagoas, Amapá e Mato Grosso não responderam a esta questão. Nenhum Tribunal indicou a Lei ou o Ato Administrativo que instituiu o fundo. Os recursos do fundo são usados pela maioria dos Tribunais para investimento e custeio. Os Tribunais de Justiça do Acre, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul informaram que utilizam os recursos do fundo apenas para investimento. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, além de usar os recursos do fundo para custeio e investimento, também os utiliza para pessoal. Os valores arrecadados foram informados por todos os Tribunais, à exceção do Tribunal de Justiça do Amapá.

Os Tribunais de Justiça dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins dispõem de um sistema de gerenciamento dos depósitos judiciais. Os Tribunais de Justiça dos Estados do Acre, Distrito Federal Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais e Pernambuco não dispõem de sistema de gerenciamento dos depósitos judiciais.

Os Tribunais de Justiça de Goiás, Paraíba, Rio de Janeiro e Roraima repartem seus depósitos em banco federal e banco privado. Os Tribunais de Justiça do Maranhão, Piauí e Tocantins aplicam seus depósitos em banco federal. Os Tribunais de Justiça do Ceará, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe alocam seus depósitos

em banco estadual. Os Tribunais que alocam os depósitos apenas em banco privado são os do Amazonas e de Mato Grosso. Onze dos vinte e sete Tribunais não responderam em que tipo de banco são alocados os depósitos.

Os Tribunais de Justiça que adotam a licitação como modo de escolha do banco depositário são os de Santa Catarina e Paraíba. A escolha por ato administrativo discricionário do banco depositário é adotada pelos Tribunais de Justiça do Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. Os Tribunais do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe adotam outro método de escolha que não a licitação e o ato administrativo discricionário. Oito Tribunais não responderam à questão.

O vínculo jurídico entre os Tribunais de Justiça do Amazonas, Paraíba, Santa Catarina e o banco depositário é o contrato. O Tribunal de Justiça do Amazonas concomitante ao contrato adota também a autorização como vínculo jurídico com o banco depositário. Isso ocorre com o Tribunal de Justiça de Goiás que adota a autorização e outro tipo de vínculo jurídico. Outro tipo de vínculo jurídico é adotado pelos Tribunais do Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Tocantins que não o contrato, o convênio, a autorização ou a permissão. O instituto do convênio é adotado pelos Tribunais de Justiça do Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe. A permissão não é adotada por nenhum dos Tribunais. Deixaram de responder a questão oito Tribunais.

Por último, as respostas relativas à questão sobre qual a contrapartida do banco depositário ao Tribunal foram as seguintes: a opção mais citada foi a doação de bens duráveis (nove respostas). A segunda resposta mais citada foi valor percentual variável e patrocínio de projetos, programas e eventos com seis ocorrências em cada uma. Em seguida, quatro respostas indicam que não há contrapartida do banco depositário para o Tribunal. Ainda encontramos três Tribunais que recebem como contrapartida valor pré-estabelecido e outros três Tribunais que recebem prestação de serviços. Oito Tribunais não responderam a questão.

Esta é a descrição preliminar do estudo desenvolvido pela Comissão sobre Fundos, Custas e Depósitos Judiciais com a colaboração da Assessoria Técnica do Conselho Nacional de Justiça e da Assessoria de Gestão Estratégica. A partir desses resultados, a Comissão desenvolverá análises e estudos aprofundados em colaboração com os diversos ramos do Poder Judiciário nacional. Essas análises, que serão levadas a cabo em concerto com os Tribunais, objetivam estabelecer critérios transparentes de gestão de recursos financeiros

observando os princípios constitucionais dispostos no artigo 37 **caput** da Constituição Federal.

8. Grupos Especiais de Trabalho

8.1. Comitê Técnico de Orçamento e Finanças

O Comitê Técnico de Orçamento e Finanças foi instituído pela Portaria nº 7, de 5 de outubro de 2005. O Comitê reporta-se ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, e sua coordenação compete ao titular da área de orçamento e finanças do Supremo Tribunal Federal.

Os titulares do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças são o Coordenador de Orçamento e Finanças do Supremo Tribunal Federal; o Subsecretário de Programação Orçamentária do Superior Tribunal de Justiça, o Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal; o Secretário de Planejamento do Superior Tribunal Militar; o Secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior Eleitoral; o Secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal Superior do Trabalho; o Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

A competência do Comitê Técnico é oferecer subsídios para a elaboração dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e de alterações orçamentárias; acompanhar a tramitação desses projetos no Congresso Nacional; oferecer subsídios para proposição de emendas de interesse do Poder Judiciário da União; e informar ao Conselho Nacional de Justiça sobre o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias afetos ao Poder Judiciário da União. Compete ainda ao Comitê analisar e dar parecer sobre a limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000; e subsidiar a elaboração dos pareceres do Conselho Nacional de Justiça sobre matéria orçamentária e financeira. Por último, compete ao Comitê encaminhar, até o 30º dia do final de cada trimestre, relatório sobre a execução dos investimentos constantes dos orçamentos de cada órgão, evidenciando as causas da não execução dos projetos, quando for o caso.

O primeiro parecer do Comitê assinalou que a Proposta Orçamentária do Poder Judiciário da União para o exercício de 2006 foi elaborada pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento e Orçamento com base nos artigos 99, 165, 166 e 167 da Constituição Federal e nos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005.

Proposta Orçamentária

A proposta orçamentária dos Órgãos do Poder Judiciário da União para o exercício de 2006 contempla recursos para a manutenção das diversas unidades juris-

dicionadas, pagamento de pessoal e encargos sociais e para os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que visam à melhoria e à expansão dos serviços prestados à sociedade. Para esse conjunto de despesas foram consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União recursos da ordem de R\$17.000.000.000,00(dezesseis bilhões de reais), distribuídos por categoria de programação conforme demonstrado na Tabela I abaixo.

Com referência ao volume de recursos, a proposta para 2006 apresenta aumento significativo nos orçamentos de diversos órgãos: na Justiça Eleitoral, 24%; Justiça Federal, 19%; Justiça Militar, 15%, Justiça do Trabalho, 9%. Em sentido oposto, o Superior Tribunal de Justiça teve redução de 28% na programação de outros custeios e capital, comparativamente com os valores autorizados para 2005.

RELATÓRIO ANUAL 2005**Tabela I – Comparativo Proposta 2006 x Autorizado 2005**

PROGRAMA GRUPO DE DESPESAS	PROPOSTA 2006 (A)	AUTORIZADO 2005 (B)	% (C=A/B)
10.000 - Supremo Tribunal Federal	318.859.474	304.936.578	5
Pessoal e Encargos Sociais	178.660.861	171.935.607	4
Outros Custeios e Capital	140.198.613	133.000.971	5
11.000 - Superior Tribunal de Justiça	561.945.862	572.541.620	-2
Pessoal e Encargos Sociais ¹	448.568.186	416.001.205	8
Outros Custeios e Capital ¹	113.377.676	156.540.415	-28
12.000 - Justiça Federal	4.508.710.151	3.802.399.079	19
Pessoal e Encargos Sociais ¹	3.541.327.473	2.972.161.759	19
Outros Custeios e Capital ¹	967.382.678	830.237.320	17
13.000 - Justiça Militar	220.932.234	191.876.562	15
Pessoal e Encargos Sociais	183.932.234	162.944.856	13
Outros Custeios e Capital	37.000.000	28.931.706	28
14.000 - Justiça Eleitoral	3.074.306.595	2.488.882.349	24
Pessoal e Encargos Sociais	2.021.080.095	1.679.990.207	20
Outros Custeios e Capital ²	1.053.226.500	808.892.142	30
15.000 - Justiça do Trabalho	7.401.733.012	6.770.269.208	9
Pessoal e Encargos Sociais ¹	6.460.492.878	5.850.646.396	10
Outros Custeios e Capital ¹	941.240.134	919.622.812	2
16.000 - Tribunal de Justiça do DF e Territórios	943.693.034	878.103.255	7
Pessoal e Encargos Sociais	772.616.034	727.502.629	6
Outros Custeios e Capital	171.077.000	150.600.626	14
TOTAL	17.830.180.362	15.009.008.651	13
Pessoal e Encargos Sociais	13.606.677.761	11.981.182.659	14
Outros Custeios e Capital	3.423.502.601	3.027.825.992	13
(¹) Exclui Precatórios e RPV	3.032.663.266	2.006.525.441	51

Outros Custeios e Capital

Em relação aos referenciais monetários estabelecidos pelo Poder Executivo, nos termos do art.19 da LDO/06, (Lei nº 10.178/05), a proposta está situada como segue:

Tabela II – Outros Custeios e Capital – Comparativo 2006 x 2005

R\$ 1,00

Órgão/Grupo da Despesa	PROPOSTA 2006 (A)	AUTORIZADO 2005 (B)	% Variação 2006/2005 (C)
10.000 – Supremo Tribunal Federal	140.198.613	133.000.971	5
11.000 – Superior Tribunal de Justiça ¹	113.377.676	156.540.415	-28
12.000 – Justiça Federal ¹	967.382.678	830.237.320	17
13.000 – Justiça Militar	37.000.000	28.931.706	28
14.000 – Justiça Eleitoral	1.053.226.500	808.892.142	30
15.000 – Justiça do Trabalho ¹	941.240.134	919.622.812	2
16.000 – Tribunal de Justiça do DF e Territórios	171.077.000	150.600.626	14
TOTAL	3.423.502.601	3.027.825.992	13

(*) Exclui Precatórios e RPV

Os recursos para investimentos propostos para 2006 são da ordem de 546,4 milhões de reais, representando um decréscimo de 18% em relação ao autorizado em 2005, conforme demonstrado na Tabela III:

Tabela III – Comparativo de Investimentos 2005 x 2006

Órgão/Grupo da Despesa	Autorizado 2005	Previsão 2006	% Variação
Supremo Tribunal Federal	22.191.875	14.629.896	-34
Conselho Nacional de Justiça	1.650.000	169.250	-90
Superior Tribunal de Justiça	55.548.695	13.355.200	-76
Justiça Federal	162.207.604	138.341.048	-15
Justiça Militar	5.128.750	6.445.770	26
Justiça Eleitoral	63.815.894	144.262.646	126
Justiça do Trabalho	301.612.636	193.015.123	-36
Justiça do DF e Territórios	56.850.647	36.186.000	-36
Total	669.096.101	546.404.933	-18

RELATÓRIO ANUAL 2005

Destacam-se, abaixo, os principais investimentos constantes da proposta orçamentária para 2006:

No Supremo Tribunal Federal:

Recuperação e Modernização das Instalações do STF	R\$ 3,6 milhões;
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação	R\$ 3,2 milhões

No Superior Tribunal de Justiça :

Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento Magistrados	R\$ 4,0 milhões
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação	R\$ 2,4 milhões

Na Justiça Federal:

Modernização de Instalações da Justiça Federal	R\$ 18,5 milhões
Implantação de Varas	R\$ 4,5 milhões
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação	R\$ 14,1 milhões
Construção de Diversos Edifícios Sedes de Seções Judiciárias	R\$ 64,7 milhões

Na Justiça Eleitoral:

Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração	R\$ 48,0 milhões
Construção do Edifício Sede do Tribunal Superior Eleitoral	R\$ 20,0 milhões
Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para a JE	R\$ 1,2 milhões
Construção e Ampliação de Diversas Serventias Eleitorais	R\$ 28,5 milhões

Na Justiça do Trabalho:

Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação	R\$ 20,3 milhões
Ampliação e Construção de Diversas Sedes de TRT e FÓRUMs	R\$ 89,0 milhões

Na Justiça do DF e Territórios:

Implantação do Sistema Eletrônico de Vigilância e Segurança	4,1 milhões
Reforma de Modernização do Bloco “A” do Fórum de Brasília	3,0 milhões
Implantação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais	16,0 milhões

Pessoal e Encargos Sociais

Os parâmetros estabelecidos pela LDO/2006 atenderam às despesas com a folha de pagamento dos magistrados da União, servidores, aposentadorias e pensões, bem como o provimento de cargos e funções vagos e decorrentes de criação e transformação, tendo

sido consignados para os Órgãos do Poder Judiciário da União os valores constantes da Tabela VI.

O valor proposto para o exercício de 2006 para o Poder, de R\$13,6 (treze bilhões e seiscentos milhões reais), sinaliza um acréscimo de 14% em relação ao autorizado para 2005

Tabela IV – Programação para Pessoal e Encargos Sociais

ÓRGÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Supremo Tribunal Federal	172.789.659
Conselho Nacional de Justiça	5.871.202
Superior Tribunal de Justiça ¹	448.568.186
Justiça Federal ¹	3.541.327.473
Justiça Militar da União	183.932.234
Justiça Eleitoral ²	2.021.080.095
Justiça do Trabalho ¹	6.460.492.878
Tribunal de Justiça do DF e Territórios	772.616.034
TOTAL	13.606.677.761

(¹) Exclui Precatórios e RPV**2.171.907.886****(²) Inclui Proc.Eleitoral/2006****162.200.000**

Os limites estabelecidos para as despesas com pessoal e encargos sociais devem guardar proporção com a receita corrente líquida (RCL), conforme previsto no artigo 19 da LRF. No caso do Poder Judiciário, o percentual de comprometimento dessas despesas não pode exceder a 5,70%, que representam 95% do limite legal de 6,00% da RCL. Em 2005, estima-se que

a despesa líquida chegará a 3,16% da RCL, portanto com uma margem de expansão de 2,54% da RCL.

Os valores propostos mostram-se compatíveis com os limites estabelecidos no art. 20 da lei Complementar nº 101/2000, conforme demonstrado a seguir:

Tabela V – Limite LRF por Órgão**R\$ 1,00**

STF	0,073726	0,070040	231.571.684	219.993.100	139.702.041
CNJ	0,006000	0,005700	18.845.812	17.930.521	5.871.202
STJ	0,224276	0,213062	704.442.319	669.220.203	349.872.693
JF	1,194704	1,134969	3.752.528.148	3.564.901.741	3.179.595.286
JM	0,101798	0,096708	319.744.643	303.757.411	153.168.424
JE²	0,924375	0,878156	2.903.431.972	2.758.260.373	1.546.547.973
JT	3,475121	3,301365	10.915.247.442	10.369.485.070	5.160.995.822
TOTAL	5,888000	5,585890	18.977.392.008	17.930.521.410	13.606.677.761
JDFT	0,275000	0,261250	855.406.330	820.578.065	615.566.686
TOTAL			19.832.798.338	18.751.099.475	14.222.244.447

Receita Corrente Líquida - RCL projetada para 2006 – R\$ 314.096.867.000

(¹) Despesa prevista para 2006 deduzidas as fontes vinculadas (156 e 129) R\$ 2.293.157.634, contribuição do servidor e patronal.

(2) Exclui despesa referente ao processo eleitoral de 2006 R\$ 162.200.000.

Por força de mandamento constitucional (art. 100, § 2º), as dotações destinadas ao pagamento de precatórios são consignadas aos tribunais que proferiram a sentença. A Lei de Diretrizes Orçamentárias disciplina, no art. 26, as regras para realização dos pagamentos aos beneficiários desses créditos. Neste contexto, foram alocados recursos conforme distribuição a seguir demonstrada:

Tabela VI – Precatórios Judiciais e RPVs

ÓRGÃO	VALOR (R\$ 1,00)
11.000 - Superior Tribunal de Justiça	40.277.248
12.000 – Justiça Federal	2.450.303.604
15.000 – Justiça do Trabalho	541.562.694
TOTAL	3.032.143.546

Receitas Oriundas de Custas e Emolumentos Judiciais

A Emenda nº 45/2005 determina que as receitas provenientes das custas e emolumentos judiciais serão destinadas exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça. Nesse sentido, foram previstos recursos da ordem de R\$206 milhões de reais na fonte de recursos 127, vinculada ao Poder Judiciário da União. A previsão desta fonte de recursos para 2006 cresce em torno de 12% em relação à previsão de 2005.

Tabela VII – Previsão de Custas e Emolumentos Judiciais

ÓRGÃO	VALOR (R\$ 1,00)
STF	8.444.151
STJ	6.828.730
JF	58.231.464
JM	2.228.507
JE	63.435.749
JT	56.590.819
JDFT	10.303.954
TOTAL	206.163.374

Conclusão

Os valores propostos foram os resultantes das demandas apresentadas pelos órgãos do Poder Judiciário da União, das negociações com o Poder Executivo da União e dos parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (Lei nº 11.178/2005), e representam o indispensável para o atendimento das necessidades de manutenção dos serviços prestados, bem como aos investimentos necessários à melhoria dos serviços jurisdicionais.

Assim, o parecer do Comitê Técnico de Orçamento e Finanças concluiu que a Proposta Orçamentária do Poder Judiciário da União atendeu aos requisitos da Legislação e foi elaborada segundo os critérios emanados do Órgão Central de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.2 Comitê Técnico do Portal da Justiça Brasileira

O Comitê Técnico do Portal da Justiça Brasileira foi instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica de 30 de setembro de 2005. O Comitê é composto por representantes da área de tecnologia pertencentes aos quadros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar e do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça.

A Portaria nº 8, de 5 de outubro de 2005, designou o Juiz Flávio Dino de Castro e Costa, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, para coordenar o Comitê Técnico do Portal da Justiça Brasileira. A implantação do Portal ocorrerá em 2006, a partir das diretrizes aprovadas pela Comissão de Informática do Conselho Nacional de Justiça.

8.3 Comissão Técnica para Estudos de Projetos de Lei

A Comissão Técnica foi constituída pela Portaria nº 336, de 29 de setembro de 2005, com base no Protocolo de Cooperação entre o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça. A Comissão desenvolveu estudos sobre projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional observando preceito da Lei de Diretriz Orçamentária para o ano de 2006 (art. 88, inciso IV, da Lei nº 11.178 de 2005).

A Comissão auxiliou o Conselho Nacional de Justiça em sua missão constitucional de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Os projetos de lei relativos ao aumento de gastos no Poder Judiciário da União foram autuados no Conselho como pedido de providências conforme o Regimento Interno do órgão (art. 109).

Esses pedidos de providências foram analisados pela Comissão Técnica, que proferiu parecer indicativo a respeito do aumento de gastos com pessoal e encargos sociais. Em seguida, esses processos foram distribuídos aos conselheiros, que levaram ao plenário do Conselho para apreciação.

Abaixo, os projetos de lei encontram-se agrupados por ramo do Poder Judiciário, constando a síntese da decisão do Plenário.

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROJETOS DE LEI	DECISÃO DO PLENÁRIO
PLC 5318/2005 Cria cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.	Relator: Alexandre de Moraes Pedido de Providências nº 112 “O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art.88 da Lei nº11.178/2005, manifestou-se parcialmente favorável ao Projeto de Lei nº5.318/2005, que cria cargos e funções no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Alexandre de Moraes. Plenário, 29 de novembro de 2005”.

JUSTIÇA FEDERAL

PROJETOS DE LEI	DECISÃO DO PLENÁRIO
PLC 5829/2005 Dispõe sobre a criação de 400 (quatrocentas) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País e dá outras providências.	Relator: Oscar Argollo Pedido de Providências nº 127 “O Conselho, por maioria, em cumprimento ao disposto no art.88 da Lei nº11.178/2005, manifestou-se parcialmente favorável ao Projeto de Lei nº5.829/2005, que dispõe sobre a criação de 400 (quatrocentas) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no país, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Oscar Argollo. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Paulo Schmidt, que entendiam que não deveria constar da decisão do Conselho referência a número mínimo de Varas Federais a serem criadas”. Plenário, 06 de dezembro de 2005”.

RELATÓRIO ANUAL 2005**JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PROJETOS DE LEI	DECISÃO DO PLENÁRIO
PLC 3248/2004 Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios.	Relatora: Germana de Moraes Pedido de Providências nº 93 “O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art.88 da Lei nº11.178/2005, manifestou-se parcialmente favorável ao Projeto de Lei nº3.248/2005, que trata da Atualização da Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios, nos termos do voto proferido pelo Conselheira Germana de Moraes. Plenário, 06 de dezembro de 2005.”

CARREIRAS JUDICIÁRIAS DA UNIÃO

PROJETOS DE LEI	DECISÃO DO PLENÁRIO
PLC 5845/2005 Dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.	Relator: Oscar Argollo Pedido de Providências nº123 “O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 11.178/2005, manifestou-se favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5.845/2005, que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Oscar Argollo. Plenário, 29 de novembro de 2005”.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROJETOS DE LEI	DECISÃO DO PLENÁRIO
PLC 5819/2005 Dispõe sobre as atividades de apoio ao Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.	Relator: Ruth Carvalho Pedido de Providências nº121 “O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 11.178/2005, manifestou-se favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 5819/2005, que dispõe sobre as atividades de apoio do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto proferido pela Conselheira Ruth Carvalho. Plenário, 29 de novembro de 2005”

II – Do Poder Judiciário Nacional

Neste capítulo, almeja-se atender à orientação constitucional de retratar a situação do “Poder Judiciário no País”. Para tanto, divide-se a abordagem em duas grandes partes: na primeira, são sintetizadas informações prestadas pelos órgãos de direção do Judiciário (STF e Tribunais Superiores); na segunda, é descrita a pesquisa “Justiça em Números”, cujos resultados encontram-se em anexo como peça integrante deste relatório. A soma das duas partes permite que os Poderes do Estado e a sociedade civil apreendam a situação do Judiciário brasileiro, seus principais projetos, sua

estrutura, seus recursos humanos e seu desempenho – sob a perspectiva dos órgãos de cúpula e com base em detalhadas informações estatísticas (inclusive por ramo do Judiciário e por unidade federada).

1. Relatos do STF e dos Tribunais Superiores

1.1 Supremo Tribunal Federal

1.1.1 Dados sobre a prestação jurisdicional.

A movimentação processual do STF no ano de 2005 pode ser verificada no quadro abaixo, que demonstra também a evolução da atividade jurisdicional nos últimos anos:

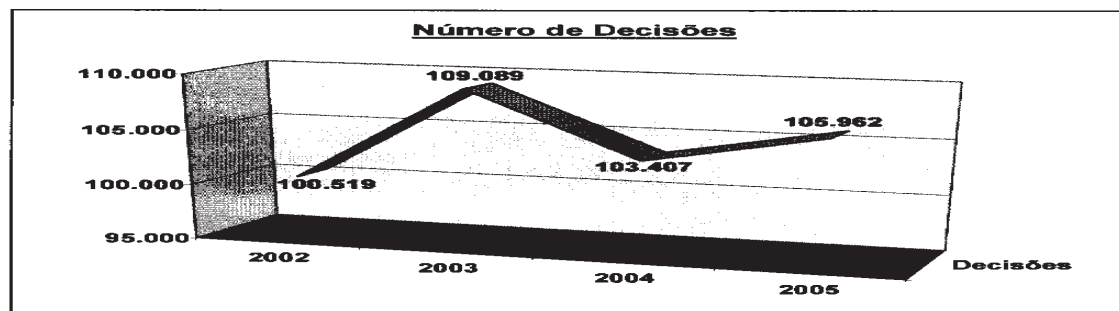
	2002	2003	2004	2005
Protocolizados	160.522	87.184	83.660	95.213
Finalizados	125.997	125.074	85.545	83.177
Distribuídos	87.313	111.916	70.976	79.577
Homologações de desistência	34.387	50.918	4.537	386

	2002	2003	2004	2005
Monocráticas	100.519	109.089	103.407	105.962
Colegiadas	88.911	98.932	92.273	90.857
Liminares	11.608	10.157	11.134	15.105
De mérito	543	1.222	1.717	2.244
Em recursos	99.976	107.867	101.690	103.718
Em originários	94.738	99.572	95.602	97.534
Em originários	5.781	9.517	7.805	8.428
Controle difuso	100.126	108.645	103.056	105.658
Controle concentrado	393	444	351	304

RELATÓRIO ANUAL 2005

	2002	2003	2004	2005*
Processos do Presidente	5.447	8.476	5.931	1.360*

* A Emenda Constitucional nº 45 excluiu do STF duas classes de processos da competência do Presidente: Carta Rogatória e Sentença Estrangeira.



Tramitação no Supremo e Indicadores Estatísticos

	2004	2005
Decisões finais ¹	85.545	83.177
Casos novos ²	83.716	95.213
Estoque ³	182.979	186.039
Casos Novos por magistrado (11 Magistrados)	7.611	8.655
Carga de trabalho (11 Magistrados)	24.523	25.367
Taxa de Congestionamento	70,15%	70,43%
Recursos internos	14.876	19.367
Decisões proferidas ⁴	103.595	105.962
Taxa de Recorribilidade Interna	14,36%	18,28%
Recursos internos providos ⁵	3.475	1.548
Recursos internos julgados ⁶	26.262	21.275
Taxa de Reforma (Recursos Internos)	13,23%	7,28%

Notas:

1 - Quantidade de processos transitados em julgado.

2 - Quantidade de processos protocolizados.

3 - Quantidade de processos em estoque em 31 de dezembro do ano anterior.

4 - Número total de julgamentos em todos os processos.

5 - Quantidade de recursos que tiveram julgamento provido ou provido em parte.

6 - Quantidade de recursos julgados (julgamento geral).

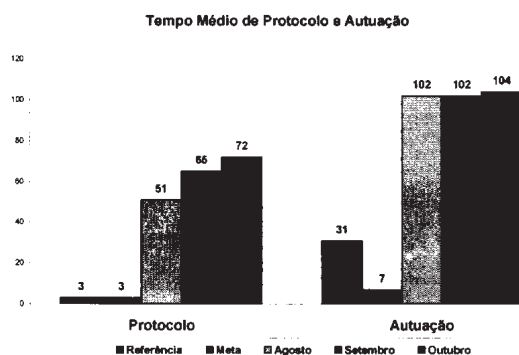
1.1.2 Modernização de Procedimentos

Eficiência em decisões monocráticas

O projeto “Atingindo a Excelência Operacional no Supremo”, desenvolvido em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDO, levantou o tempo médio de julgamento dos processos em decisões monocráticas no Supremo (289 dias) e estabeleceu meta de 172 dias para esse tipo de julgamento, visando à eliminação do estoque em 60 meses.

Com o redesenho dos processos e a implantação da nova estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal, a eliminação desse estoque ocorreria em aproximadamente 2 anos, e o tempo médio de julgamento seria reduzido para 150 dias.

Entretanto, pelo acompanhamento da implementação das ações dos processos redesenhados e da implantação da estrutura, observa-se que os tempos médios de protocolo e autuação estão bastante superiores aos previstos na meta.



As prováveis causas do aumento dos tempos médios de protocolo e autuação são:

- aumento de 29% na média de entrada de processos no Supremo (2004 – 7.062 processos; 2005-9.123);
- produtividade das equipes inferior ao previsto, pois ainda estão em fase de adaptação às novas rotinas de registro e autuação (inclusão de novos dados como CPF/CNPJ, nº OAB, legislação invocada, colocação do assunto); e
- alteração na sistemática de distribuição dos Agravos de Instrumentos encaminhados ao Tribunal, relativos ao disposto no art. 102, inciso III, alínea a da Constituição Federal.

Desse modo, considerando que a média de entrada de processos no Supremo se mantenha em 9.100 processos/mês (média de jan./05 a out./05), para eliminar o estoque de processos pendentes de registro e autuação em 6 meses e manter o fluxo estável (sem gerar estoques) faz-se necessário:

- alocar força-tarefa para redução do estoque;
- garantir a produtividade de pelo menos 39 processos/dia por pessoa no protocolo, a partir de outubro/05;
- reduzir o tempo médio de autuação de 34,88 min/processo para 13,7 min/processo. Para atingir a produtividade diária requerida, a Secretaria do Tribunal instalou força-tarefa no protocolo em 10-11-05, com 5 estudantes da UnB e previsão de mais 2 alunos até o final do ano. Além disso, tem realizado acompanhamento diário, no local de trabalho, da evolução da produtividade, identificando ações complementares a serem implementadas.

Ainda sob o enfoque do projeto, a Secretaria do Tribunal está firmando novo contrato de prestação de serviços com o tNDG para conceber o Modelo Referencial de Organização dos Gabinetes, identificar oportunidades de melhorias e acompanhar a implantação dos processos de trabalho redesenhados.

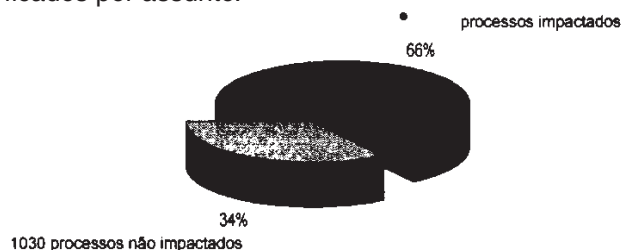
Pauta Proativa

A organização e o gerenciamento da pauta do Plenário era vontade antiga dos Ministros da Corte. Ações idênticas ingressam diariamente no Tribunal, e a falta de geração automática da informação impedia que o Presidente pudesse definir prioridades, determinar o dia do julgamento e avisar o Relator.

A pauta foi dividida em 21 temas, os processos do Plenário receberam relatório sucinto (em forma de espelho) e quadros estatísticos dos julgamentos foram realizados, com vistas a conhecer o tempo de julgamento, pontos de estrangulamento, tempo de sustentação oral, entre outros.

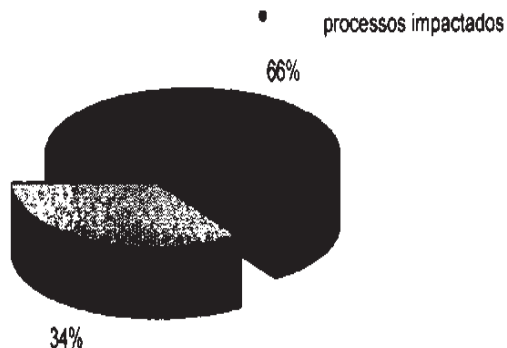
Isto tem propiciado julgamentos mais céleres e permitido aos Ministros, às partes e a seus advogados organizar-se com antecedência.

Com base na relação de processos disponíveis no gabinete do Ministro Gilmar Mendes, foram identificados 45 temas que impactavam 1.957 processos, que representam 66% dos 2.987 previamente classificados por assunto.



Total: 2.987 processos previamente classificados

De posse desses dados, foi levantado o impacto desses temas no total de processos pendentes de julgamento no Supremo, obtendo-se à época a estimativa de 67.000 processos já classificados (66%).



Total: 101.454 processos já classificados

No mês de novembro, foram revistas as teses jurídicas dos casos considerados como líderes, bem como dos verbetes vinculados às teses destinadas ao cálculo do impacto. Como resultado desse trabalho, os verbetes foram agrupados em 43 temas, dos quais 9 já foram julgados.

1.1.3. Pesquisas Realizadas

A Imagem do Poder Judiciário junto à população brasileira

Durante o ano de 2005, foram realizadas pela Universidade de Brasília diversas ondas de pesquisas visando ao conhecimento da imagem do Judiciário junto à população brasileira.

O espectro pesquisado nos grupos focais foi o mais diversificado possível, sendo composto desde pessoas de baixa renda, passando por membros de Organizações Não-Governamentais, Magistrados e assessores de magistrados.

As análises focalizaram os contrapontos e os consensos dos participantes dos diferentes grupos e perfis, destacando os aspectos: acesso ao Poder Judiciário; acesso à informação; efetividade das decisões judiciais; existência de corrupção ou favorecimento; e as relações pessoais entre magistrados e a população.

Vale destacar o comparativo das duas ondas de pesquisa de opinião junto à população, em que se pôde notar o movimento das percepções e avaliar em que grau o Supremo e outras instituições foram atingidas pelas turbulências políticas.

Finalizando esse ciclo, será realizada no 1º semestre de 2006 a terceira onda de pesquisas.

Importante destacar que todos os resultados mencionados estão publicados no site www.stf.gov.br/seminario.

Perfil das Maiores Demandas do Supremo Tribunal Federal

Ainda em parceria com a Universidade de Brasília, foram identificados os maiores demandantes do Supremo, utilizando como base conjunto de processos registrados no período de 1º de janeiro de 2002 a 30 de junho de 2004.

O estudo permitiu a proposição de indicadores estatísticos e a definição de métodos de coleta de dados para geração automática e validação de informações eletrônicas. Os relatórios e as conclusões das pesquisas estão disponíveis no site www.stf.gov.br/seminario.

O resultado desse trabalho municiará novos estudos sobre coleta e tratamento de informações de processos jurisdicionais e está intimamente relacionado com a concepção do “Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário”.

1.1.4 Redes de informação e novas tecnologias.

Sistema Integrado de Informações do Poder Judiciário

Está em fase final a construção do novo modelo do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – BNDPJ. Trata-se de um sistema aberto (internet), disponível para todos os órgãos do Poder Judiciário, demais poderes da União e sociedade, que possibilitará a obtenção de informações e indicadores em qualquer lugar do Brasil.

Implantado na forma de um “Portal de Serviços”, com ferramentas de análise de gestão integradas, o banco permitirá aos diferentes usuários interagir com o sistema para acessar informações de seu interesse e compartilhar o conhecimento, gerando um ciclo virtuoso, nos quais as partes interessadas passam a alimentar cada vez mais e melhor a base de dados central, obtendo como resultado dados analíticos, indicadores e consolidações ainda mais úteis. O BNDPJ integrará o sistema nacional de estatísticas do Poder Judiciário, gerido pelo CNJ.

Autoridade Certificadora da Justiça

O Supremo deu mais um passo à sua consolidação na era digital, passando a fazer parte da Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS. A tecnologia permite que sejam criptografados documentos e outras informações trocadas por meio eletrônico, bem como dados relativos a processos, certidões e outros. A inovação funciona conferindo valor probante ao documento eletrônico.

TV Brasil

O Supremo participou do projeto de criação da TV Brasil, canal público do Estado Brasileiro para o

exterior. A emissora pretende promover a integração dos povos da América do Sul e já foi transmitida em caráter experimental por seis dias durante o Fórum Social Mundial.

TV Justiça

Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, foram identificados os maiores problemas da TV Justiça e apresentadas propostas para melhoria da grade de programação e adequação da emissora aos padrões tecnológicos atuais.

A Secretaria promoveu a aquisição de equipamentos e o novo formato da TV estará no ar no início de 2006.

Dentre as inovações, destacam-se o novo padrão de tela – dividida ao estilo “CNN” – e a mudança do sinal do satélite de B3 (que só transmite para as operadoras de TV paga) para o satélite B1 (que pode ser captado por quem tem antenas parabólicas).

Além disso, a TV vai ter um perfil informativo, dando mais ênfase aos telejornais e boletins de notícias de hora em hora. Os parceiros que produzem programas para a TV Justiça receberão um CD com as novas diretrizes a serem seguidas e os modelos de arte/identificação/créditos adotados.

Institucionalmente, a TV será organizada a partir de um Conselho Estratégico, que vai definir as grandes linhas a serem adotadas. No dia-a-dia, um Comitê Editorial vai traçar normas e acompanhar a execução do que for decidido.

1.1.5. Gestão administrativa e financeira Reorganização administrativa

A reorganização administrativa promovida em 2005 resultou dos estudos de racionalização de procedimentos, identificação de gargalos e elevação da eficiência administrativa.

A estrutura orgânica foi redesenhada, mediante a construção de cadeias de comando leves e ágeis, bem como a formação de condutas gerenciais empreendedoras.

Nesse redesenho, os volumes de serviço foram distribuídos para maior uniformidade das tarefas e responsabilidades, unindo funções duplicadas ou de mesma característica e privilegiando o fluxo do trabalho, de forma que a estrutura acompanhasse a cadeia de ações do macroprocesso.

O trabalho também abrangeu o redimensionamento do Quadro de Pessoal da Secretaria, passando o quantitativo de pessoal voltado para as áreas de apoio indireto e direto à atividade-fim para a proporção de 54% – 46%, respectivamente, e a amplitude de

controle na relação chefe-subordinado, para 1-13 no apoio direto e para 1-17 no apoio indireto.

O foco foi direcionado para o apoio direto à atividade-fim (julgamento), porém foram promovidos ajustes em algumas outras unidades, corrigindo-se distorções e promovendo-se a modernização de conceitos e procedimentos.

Plano de Metas

O Plano de Trabalho instituído para o biênio 2004-2006 previa atuação estratégica e empreendedora da Administração, além de caracterizar a gestão por ações pro ativas e decisões tempestivas, com foco centrado nos resultados e na satisfação de jurisdicionados e usuários, a par da correta aplicação dos recursos públicos.

Com base nessas premissas, as metas definidas no documento vêm sendo mensalmente acompanhadas em reuniões com a Presidência e os secretários relatam o andamento das ações sob sua responsabilidade, ressaltando as oportunidades de melhoria e as dificuldades encontradas. Nesses encontros, algumas metas sofreram alteração e foram ampliadas, o que gerou redefinição de prazos e ações.

Reformulação de procedimentos

Com vistas à maior racionalidade administrativa e eficiência operacional, promoveu-se à revisão dos procedimentos da Secretaria do Tribunal. Foram criados indicadores de desempenho, adotados novos procedimentos operacionais e padronizados os serviços.

Foram adotadas as seguintes ações com vistas a racionalizar os trâmites processuais e dar-lhes celeridade:

- as petições judiciais protocoladas no Supremo passaram a ter a indicação do CPF ou CNPJ do requerente e, mediante convênio firmado com a Secretaria da Receita Federal, pode-se verificar possíveis homônimos e dar agilidade aos procedimentos;

- as folhas dos autos que contêm as peças processuais dos Recursos Extraordinários e dos Agravos de Instrumento passaram a ser identificadas em sistema eletrônico para redução do tempo do juízo de admissibilidade;

- o encaminhamento à Procuradoria-Geral da República de processos com fundamento em idêntica controvérsia passou a ser feito mediante seleção de dois processos representativos e o despacho com providências sucessivas utilizado sempre que possível.

Otimização de gastos

A Secretaria do Tribunal promoveu estudo no qual se apurou que a relação de servidores versus terceirizados era de 47% x 53%. Objetivando inverter essa relação, racionalizar serviços e otimizar a despe-

sa com contratos de prestação continuada de serviço, promoveu-se a redução de 156 postos de trabalho. A economia apurada será de aproximadamente R\$3,5 milhões por ano.

Promoveu-se também o alinhamento dos valores constantes dos contratos de prestação continuada de serviço com os preconizados pelos sindicatos, acrescido de 20% para os respectivos postos de trabalho. Essa medida resultará em economia de cerca de R\$1,8 milhões por ano.

A Secretaria instituiu, ainda, controle mais eficaz dos gastos com telefonia do Tribunal, atribuindo aos usuários a responsabilidade pelo ressarcimento do valor das ligações efetuadas em caráter particular. Com essa medida, registrou-se redução da ordem de 70% no valor total dessa despesa, aproximadamente R\$ 1,08 milhão por ano.

Aplicação do teto remuneratório

Em observância ao dispositivo constitucional relativo ao teto, o Supremo encaminhou ofício aos presidentes dos Tribunais comunicando a publicação da lei que instituiu o subsídio de Ministro do STF e da Resolução nº 306/2005 que tomou público o subsídio mensal dos Magistrados da União e prestando informações acerca da aplicação do teto remuneratório.

Além disso, foram realizados estudos sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional na magistratura, analisando a legislação federal e estadual sobre o tema. O trabalho levantou cinco grandes conjuntos de remuneração, quais sejam: subsídio; verbas sujeitas ao teto; verbas sujeitas ao cotejo individualizado com o teto; verbas não sujeitas ao teto; verbas *subjudice*.

Sobre esse tema, foram realizadas reuniões com: Ministros da Previdência e do Planejamento; Secretários e técnicos dos Ministérios da Previdência e do Planejamento; Diretores-Gerais e de Recursos Humanos dos Tribunais; Presidentes dos Tribunais Superiores e do TJDF; Ministros do Supremo; Associações de Magistrados: AMB, AJUFE ANAMATRA e AMAJUM; Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça.

Após isso, o tema será novamente levado à apreciação dos Ministros da Corte e, então, submetido ao Conselho Nacional de Justiça para regulamentação.

Ainda nessa linha, a Secretaria do Tribunal encaminhou formulário a todos os servidores da Corte para declararem quanto à percepção de remuneração, provento ou pensão de outro órgão público (federal, estadual ou municipal; administração direta ou indireta), para fins de cotejo com o teto remuneratório.

Precatórios

A questão do não pagamento de precatórios tem assumido relevância no cenário nacional à medida que Estados e Municípios não têm honrado seus compromissos de pagamento determinados pelo Poder Judiciário. O total de precatórios pendentes a preços de junho de 1994 era de 61 bilhões, dos quais 73% se referem a débitos estaduais.

Por outro lado, Estados e Municípios apresentam situação financeira complicada. Os Estados possuem média de comprometimento de sua Receita Corrente Líquida de 85% (pessoal, saúde, educação e pagamentos de dívida), ou seja, do total de recursos, restam apenas 15% para outros gastos e investimentos.

Frente a essas dificuldades, os órgãos do Judiciário têm deferido pedidos de seqüestro para pagamento de precatórios, bem como autorizado o pagamento de tributos correntes com precatórios.

Diante do exposto, o STF procurou construir uma medida alternativa que conciliasse o cumprimento das decisões judiciais com a dificuldade financeira dos Estados e Municípios.

Durante o ano de 2005, inúmeras reuniões foram realizadas com o objetivo de equacionar os diversos interesses e de buscar uma solução comum. Em novembro, foi apresentada aos Líderes dos partidos, no Senado e na Câmara dos Deputados, uma minuta da proposta final.

A proposta objetiva uma solução para os precatórios que permita compatibilizar a capacidade de pagamento dos entes federados com o direito de recebimento por parte dos credores. Almeja-se inclusive resguardar a credibilidade do Poder Judiciário, mediante o exato cumprimento de suas determinações.

Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça

A Secretaria do CNJ pratica os atos de gestão atinentes ao Conselho, por disposição regimental ou por delegação do Presidente, mas a execução administrativa se dá por meio da estrutura do Supremo, mediante protocolo de cooperação firmado entre as secretarias dos dois órgãos. Esse modelo tem por objetivo evitar a duplicação de estruturas e meios, com reflexos positivos nos gastos públicos.

Durante o ano de 2005, o CNJ contou com rubrica específica consignada no Orçamento do Supremo. Para o ano de 2006, o Conselho já contará com orçamento próprio no OGU.

1.2 Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça adotou desde 2004 um Plano Estratégico com os seguintes objetivos: garantir uma prestação jurisdicional efetiva e transparente; agilizar a prestação jurisdicional; aproximar o Superior

Tribunal de Justiça da sociedade; e contribuir para a expansão e modernização do Judiciário.

Nessa perspectiva, e coerente com sua missão constitucional de uniformizar a interpretação do direito federal infraconstitucional, o STJ desenvolveu programas e projetos abaixo assinalados.

1.2.1 Prestação jurisdicional transparente.

- Instalação da Ouvidoria-Geral.
- Implantação dos projetos STJ em Foco, Portais Corporativos e a criação de página **web** individual para os Ministros.
- Adequação do orçamento ao plano estratégico com investimentos no incremento tecnológico e administrativo do Tribunal. Economia de 3% no reequilíbrio dos contratos e redirecionamento dos recursos para as necessidades da instituição.
- Desenvolvimento e qualificação de servidores e gestores pela implantação dos Projetos de Educação Corporativa e Gestão por Competência.
- Programas de estágio para 427 estudantes de nível superior e 204 estudantes de nível médio.
- Programa de Estágio para 20 estudantes portadores de necessidades especiais.
- Acordo de Cooperação Institucional entre o STJ e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, visando a contratação, a partir de janeiro/2006, de forma gradativa, de 40 estudantes dos cursos de graduação da UNB, oriundos do sistema de cotas para negros.
- Incremento na produtividade da ordem de 50% em relação à média dos julgados dos últimos 5 anos. Foram julgados até novembro de 2005, 254.798 processos, em média 8.806 por Ministro.

1.2.2 Agilização da Prestação Jurisdicional

- A meta do STJ era tramitar, pelo menos, 80% dos processos em até 180 dias. Dados do mês de novembro demonstram que, dos processos recursais baixados nos últimos 12 meses, 70% tramitaram em 180 dias.
- Catálogo de Questões Jurídicas. Todas as teses jurídicas julgadas no Tribunal estão sendo selecionadas e catalogado o acervo de decisão dos Ministros. Uma vez informada a tese de que trata o processo, o sistema informatizado indica automaticamente as decisões já tomadas, organizando-as por Ministro.
- Apesar do aumento crescente no número de causas entrando no Tribunal, 29% a mais

do que a média dos últimos 5 anos, o número de feitos tramitando reduziu-se em cerca de 18%, o que representou menos 32.000 processos nos gabinetes. Atualmente a produção de julgados é superior à demanda, fato que não ocorria há cerca de dez anos.

- Implantação de Sistemas da Qualidade, com base no modelo de Gestão ISO nº 9.901/2000. Estão certificadas quatro unidades: Secretaria Judiciária (atividades de autuação, classificação e distribuição de processos); Gabinete do Ministro José Arnaldo (atividades de análise e julgamento de processos originários); Gabinete do Ministro Diretor da Revista (elaboração das publicações oficiais do Tribunal); e Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações (atividades de recebimento, processamento e solução de solicitações de suporte em tecnologia da informação).

1.2.3 Aproximação do STJ com a sociedade

- Comunicação institucional. O Ministro Presidente recebeu e respondeu as cartas destinadas ao STJ, por meio da home page, no link “Cartas ao Presidente”.
- Desenvolvimento do projeto de acessibilidade e de inclusão de idosos e portadores de deficiência. O objetivo foi adaptar o espaço físico do STJ aos portadores de necessidades especiais.
- Estímulo ao trabalho voluntário no âmbito do STJ. Participação de servidores e Magistrados aposentados como instrutores ou facilitadores.
- Serviço de certidão de andamento online.
- Biblioteca Virtual – BDJur. Rede de informações digitais formada pelo Poder Judiciário e órgãos essenciais e auxiliares da Justiça. Esse serviço incentiva a criação de bibliotecas digitais, integrando-as a um único portal.

1.2.4 Modernização do Judiciário

- Projeto Integração. Cria um mecanismo para troca de dados entre órgãos do Judiciário, partes envolvidas nos processos e entidades interessadas de forma simples. A ferramenta de software foi desenvolvida pelo STJ e encontra-se em homologação pelo TJ-DF, TJ-SE, TRF da 1ª Região e TRF da 2ª Região. A meta do STJ é receber, até março do próximo ano, 50% dos dados processuais referentes à autuação dos processos encaminhados a esta Corte.

- Criação de uma Autoridade Certificadora do Judiciário. A aplicação inicial é a certificação digital com a chancela eletrônica de documentos nos gabinetes.

1.2.5 Conselho da Justiça Federal

A missão principal do Conselho da Justiça Federal é exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, com a finalidade de promover a integração institucional e a padronização de procedimentos administrativos. As decisões do colegiado que fixam normas são objeto de Resoluções, atos normativos cujo cumprimento é obrigatório em toda a Justiça Federal.

Com o objetivo de ampliar a transparência de seus atos, o Conselho da Justiça Federal decidiu que suas reuniões seriam abertas ao público, a cada mês em uma diferente cidade do País.

1.3 Tribunal Superior do Trabalho

1.3.1 Processos autuados e processos decididos

Foram autuados no TST, até outubro de 2005, 101.635 (cento e um mil, seiscentos e trinta e cinco) processos. No mesmo período, o Tribunal solucionou 111.122 (cento e onze mil, cento e vinte e dois) processos. Isso significa 19% (dezenove por cento) a mais de processos solucionados, se comparado com o mesmo período de 2004. A média de processos solucionados por magistrado foi de 479 processos por mês.

Apesar do maior número de processos decididos em 2005, o desempenho do Tribunal não significou redução importante no resíduo, que está no patamar de 245.370 (duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta) processos. Nos últimos doze meses, o resíduo recuou apenas 1,1%.

A explicação apresentada pelo TST para a existência do resíduo é atribuída, em parte, à taxa de recorribilidade interna no Tribunal, que está no patamar de 23,3% (vinte e três vírgula três por cento).

1.3.2 Providências administrativas

- Elaboração de propostas de projetos de lei alterando normas do processo do trabalho em tramitação no Congresso Nacional (EL nº 4730/2004, PL nº 4731/2004, PL nº 4732/2004, PL nº 4733/2004, EL nº 4734/2004 e PL nº 4735/2004).
- Celebração de Convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria da Receita Federal em 14 de junho de 2005. O convênio destina-se a auxiliar o juízo de execução pelo intercâmbio de informações sobre dados cadastrais.
- Celebração de Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Central do Brasil em

22 de setembro de 2005. O Sistema BACEN JUJ (penhora eletrônica) objetiva dar efetividade às decisões judiciais nos processos de execução.

- Celebração de Convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego em 24 de novembro de 2005. O objeto do convênio é o intercâmbio de informações sobre organização sindical.
- Revisão de súmulas e orientações jurisprudenciais.
- Criação da comissão temporária composta por Ministros para elaboração de anteprojeto de lei sobre o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Resolução Administrativa nº 1066/2005).
- Aprovação do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução Administrativa nº 1064/2005);
- Criação de comissão temporária composta por Ministros para a elaboração da proposta de estrutura e funcionamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Resolução Administrativa nº 1045/2005);
- Fixação de normas processuais trabalhistas em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 (Instrução Normativa nº 27); e
- Concessão de prioridade na tramitação dos processos em que são partes pessoas portadoras de deficiência física.

1.3.3 Realizações

- Desenvolvimento de projeto relativo ao Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional, que consiste no reaparelhamento das varas trabalhistas, na informatização das salas de audiência, no desenvolvimento do *software* denominado “Sistema AUD”, na implantação do sistema de automação das salas de sessão de julgamento dos Tribunais, acesso remoto às redes corporativas dos Tribunais pelos magistrados; no desenvolvimento de sistema unificado de administração de processos; na interligação dos órgãos da Justiça do Trabalho, por meio de circuitos privativos de rede de comunicação de dados; e na implantação do “Portal de Conhecimento Corporativo da Justiça do Trabalho”.
- Implantação de “pregão eletrônico” para a realização de certames licitatórios.
- Implantação de “sistema de registro de preços” para aquisições.

- Conclusão da obra de construção de nova sede do Tribunal Superior do Trabalho.

1.3.4 Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004 para atuar como órgão central do Poder Judiciário Trabalhista. Trata-se do órgão responsável pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

O Conselho é composto pelos Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e por cinco Presidentes de Tribunais

Regionais do Trabalho eleitos por seus pares. As reuniões ordinárias do Conselho são mensais. Desde sua instalação, as principais providências foram:

- aprovação da participação do Presidente da ANAMATRA nas sessões de Conselho (Resolução nº 1/2005);
- aprovação da proposta orçamentária da Justiça do Trabalho de 20 grau referente ao exercício de 2006 (Resolução nº 1/2005);
- aprovação do sistema único de cálculo da Justiça do Trabalho (SUCJT) e a fixação da tabela única para a atualização e conversão de débitos trabalhistas (Resolução nº 8/2005).

1.4 Tribunal Superior Eleitoral

1.4.1 Competência e Missão da Justiça Eleitoral

O TSE tem suas principais competências fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15-7-65). Exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira, em ação conjunta com os Tribunais Regionais Eleitorais, que são os responsáveis diretos pela administração do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral é o instrumento de garantia da seriedade do processo eleitoral, seja no comando das eleições, evitando abusos e fraudes, seja na preservação de direitos e garantias por meio da fixação e fiel observância de diretrizes claras e firmes, fundamentadas em lei.

1.4.2 Cooperação Internacional

A Justiça Eleitoral tem-se destacado no cenário internacional pelo sucesso na condução das eleições brasileiras. Em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), tem cooperado tecnicamente com outros países no sentido de promover o aperfeiçoamento dos serviços eleitorais, com vistas à consolidação da democracia. Neste ano foram assinados acordos de

cooperação com Argentina, Panamá, Paraguai, Honduras e República Dominicana.

1.4.3 Dados Estatísticos

Os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral julgaram 3.236 processos, sendo 991 em sessões plenárias/administrativas e 2.245 em decisões monocráticas. Nas sessões colegiadas foram julgados 501 agravos regimentais, 324 embargos de declaração, 84 recursos extraordinários, 69 agravos de instrumento e 12 recursos ordinários.

Do total de processos distribuídos este ano os destaques, por quantidade de ações, foram os seguintes: agravo de instrumento (1.205), recurso especial eleitoral (732), petição (155), medida cautelar (142), processo administrativo (136), representação (120) e mandado de segurança (103). Essas foram as informações estatísticas prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral relativas ao ano de 2005.

1.4.4 Referendo acerca da comercialização de armas de fogo e munição em território nacional.

O Referendo foi determinado pela Lei 10.826/2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. Para entrar em vigor o art. 35, que dispõe sobre a proibição da “comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei”, ficou determinado, em seu § 1º, que dependeria de aprovação mediante referendo popular, previsto para outubro de 2005. O § 2º esclarecia que, em caso de aprovação do referendo popular, o disposto no artigo entraria em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Com uma dotação de R\$202 milhões, o Referendo realizou-se sem contratempos. Conforme dados da Secretaria de Informática, aproximadamente 95 milhões de eleitores compareceram às urnas, elegendo o “NÃO” com 63,94% dos votos válidos. A abstenção foi de 21,85%. O resultado final do Referendo foi homologado em 8 de novembro de 2005, nos termos da Resolução TSE nº 22.116.

A apuração dos votos iniciou-se às 17 horas e 05 minutos, no Estado do Espírito Santo, que foi o primeiro a concluir a apuração, às 20 horas e 34 minutos do dia 23 de outubro. O último Estado a concluir a apuração dos votos foi o Acre, às 10 horas e 29 minutos do dia 25 de outubro.

1.4.5 Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária.

Em 2005, face ao orçamento autorizado em 2004, observou-se um incremento nas dotações da ordem de 19% devido ao ingresso dos novos servidores (previsto

pela Lei nº 10.842/2004) e fruto de negociação com o Poder Executivo e o Congresso Nacional quanto às suas necessidades.

Objetivando melhorar as condições funcionais e sociais dos servidores, colaboradores e cidadãos usuários desta Justiça especializada, foram implantados vários projetos, entre eles o TSECOMPETENTE. Ele tem como objetivo dotar a Secretaria do Tribunal de um modelo de gestão de pessoas baseado em competências, conceitualmente consistente e alinhado aos objetivos institucionais. Para a implantação do modelo foi feito o mapeamento das competências necessárias aos servidores para a execução e gerenciamento dos processos críticos de trabalho de suas unidades organizacionais.

O projeto prevê, ainda, o mapeamento das competências atuais dos servidores, para executar e gerenciar tais processos. As eventuais diferenças identificadas serão necessárias para oferecer melhores condições de avaliação do desempenho funcional e para orientar a capacitação e os procedimentos de lotação. A redução dessas diferenças vai alinhar melhores performances às necessidades da organização. Todas as informações prospectadas serão suportadas por uma ferramenta informatizada para proporcionar agilidade, segurança e principalmente uma maneira mais eficaz de gerenciar e monitorar todos os dados colhidos.

O Tribunal Superior Eleitoral conquistou em 2005 a Certificação ISO 9001:2000, referente à sistematização das atividades de protocolização, autuação e distribuição dos processos nas classes de *habeas corpus*, mandado de segurança e medida cautelar.

Entre as iniciativas do TSE, também destaca-se o início da construção da nova sede do TSE, marcado pelo lançamento da pedra fundamental no dia 5 de dezembro de 2005. Por meio do Contrato nº 55/2005, firmado com a empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., foram contratados os serviços para a elaboração e fornecimento de conjunto de projetos executivos, de arquitetura e complementares.

1.4.6 Redes de Informação e Novas Tecnologias

No tocante às inovações no âmbito da informatização administrativa, foi desenvolvido e implantado o Módulo I do SIGO – Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, já utilizado pela Justiça Eleitoral em todo o país no tocante ao Orçamento de 2005. Iniciou-se o desenvolvimento do Módulo II do SIGO, voltado para o orçamento de pessoal da Justiça Eleitoral.

Uma nova versão do SADP (Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos) foi reestruturada e adequada para adaptações a novas tecnologias e necessidades das áreas do TSE e do TRE, com previsão de adoção de protocolo unificado e documento

eletrônico nas zonas eleitorais. A primeira fase deste sistema tem previsão de conclusão em fevereiro de 2006 e implantação nacional até dezembro de 2006.

Registre-se, também, inovação no modelo de divulgação de resultados do Referendo 2005, diretamente por meio da página do TSE, no endereço www.justicaeleitoral.gov.br.

O aperfeiçoamento do atual Sistema de Identificação do Eleitor foi um dos focos do Tribunal Superior Eleitoral em 2005, que constituiu, para este fim, um grupo de trabalho, através das Portarias nºs 471/2004 e 184/2005. Os objetivos do novo sistema são aumentar a segurança do processo de identificação do eleitor no momento do voto, reduzindo a intervenção do mesário, aprimorar o processo de identificação de pluralidade de inscrições no Cadastro Nacional de Eleitores através do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais e, ainda, proporcionar um documento de identidade a todo cidadão brasileiro, em particular àqueles que possuem apenas o título de eleitor.

A implantação do novo título prevê a atualização cadastral do eleitor em duas fases. Na primeira, realizada de forma escalonada, será expedido o título de eleitor ainda em papel, mas já dotado de novos elementos de segurança, tais como o tipo de papel, utilização de dados biométricos (impressão digital, fotografia e assinatura do eleitor) e dados voluntários (CPF e RG). A fotografia, a imagem compactada da impressão digital, a codificação da impressão digital, a assinatura e os dados pessoais do eleitor serão armazenados no cadastro do eleitor e realizado o cruzamento de dados utilizando o sistema AFIS. Na urna eletrônica serão acrescentados a codificação da impressão digital do eleitor e um leitor ótico para leitura da impressão digital. A segunda fase, prevista para se iniciarem 2010, consiste na adoção de documento de identificação do eleitor contendo os dados biométricos em cartões com processador (chip), registrados e armazenados durante a execução da primeira fase do projeto. As urnas serão dotadas de um processador.

O grupo de trabalho já realizou um levantamento de custos materiais e operacionais para as mudanças. A intenção do TSE é recadastrar os 121.980.804 eleitores, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Eleitores (Abril/2005).

O primeiro passo para a implementação deste projeto foi a realização, no dia 4 de outubro de 2005, da Audiência Pública TSE nº 1/2005, que reuniu a comunidade, empresas e partidos políticos, com a intenção de alinhar projetos básicos que compõem o escopo do plano. Além dos esclarecimentos prestados durante a audiência, o TSE recebeu, por escrito, questionamentos técnicos e de natureza global. A Audiência Pública reforçou a importância do espírito de colaboração en-

tre os participantes na construção de um projeto para o bem dos cidadãos e da democracia.

1.4.7 Revisão da Legislação Eleitoral

Contribuindo para o aperfeiçoamento do processo eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral instituiu Comissão para apresentar propostas visando rever a legislação relativa a delitos eleitorais e aprimorar o sistema de prestação de contas pelos candidatos a mandatos eletivos e partidos políticos. Com conclusão dos trabalhos foi elaborado Anteprojeto de Revisão dos Delitos Eleitorais e Respectivo Processo, que foi encaminhado aos Excelentíssimos Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, objetivando a apreciação pelo Congresso Nacional. Tal iniciativa foi tomada para oferecer à sociedade brasileira positividade de um Direito Eleitoral afeiçoado ao exercício do Estado Democrático de Direito.

1.4.8 Pesquisas

Foram realizadas duas pesquisas pela equipe do Instituto NEXUS – Centro de Informação Estratégica, encomendadas pela TV Cultura – Fundação Padre Anchieta, instituição responsável pelas campanhas institucionais do Tribunal Superior Eleitoral.

A primeira, com objetivo de avaliar a opinião da população brasileira, de forma aprofundada, sobre o Referendo do Comércio de Armas de Fogo e Munição, utilizando técnica de pesquisa qualitativa, os grupos focais. Foram ouvidos residentes em Belo Horizonte – MG, cidade considerada mercado-teste no Brasil, realizada no período de 16 e 21 de março de 2005. A pesquisa tinha como objetivos: avaliar o grau de informação e interesse da população em relação aos temas relacionados ao Referendo da Venda de Armas; perceber o valor atribuído à participação e ao voto e analisar a receptividade ao Referendo Popular; conhecer as posições favoráveis e contrárias à proibição da venda de armas para avaliar como deveria ser a atuação do Tribunal Superior Eleitoral na condução do Referendo Popular.

Durante a pesquisa, foram questionados vários temas, dentre eles a avaliação da situação da segurança pública. Observou-se um elevado consenso entre o grupo em relação às más condições da segurança pública e, também, de que as leis protegem os “bandidos”. Outra instituição mal avaliada foi a polícia. Leis que protegem “bandidos”, Justiça que solta criminosos e polícia corrupta e ineficiente fazem, de acordo com a pesquisa, com que predomine a idéia da impunidade, favorecendo o aumento da criminalidade. Cabe ressaltar que nas classes A e B há uma queixa de que a segurança pública, que deveria ser gratuita e ofertada pelo

Estado, acaba sendo privatizada. O indivíduo tem que arcar com o custo da sua proteção e da família.

No tocante a armas, não se constata diferenças significativas nos discursos das classes sociais. De uma forma geral, os participantes avaliam que a arma deixa a pessoa mais corajosa, valente e produz uma sensação de poder. Arma representa potência, daí essa associação com o masculino. Contudo, os participantes acham que para se ter uma arma é importante saber usar e guardar, para diminuir os riscos de acidentes e para que se consiga utilizá-la de forma eficaz no momento de necessidade e tensão. É importante que a pessoa que possui uma arma tenha equilíbrio e preparo psicológico. Restou demonstrado também, que as mulheres, de uma forma geral, são mais refratárias às armas de fogo.

Foi pesquisada, também, a Campanha do Desarmamento, evidenciando-se que esta poderia ajudar a diminuir a violência “acidental”, doméstica, e a do trânsito, não a do crime organizado. O predomínio da idéia de que a campanha só desarma as pessoas de bem, de que ela faz aumentar o poderio dos bandidos e de que não há diminuição da violência fez com que a campanha do desarmamento fosse mal avaliada.

O Estatuto do Desarmamento, de uma forma geral, foi mal avaliado pelos participantes e associado às idéias de que favorece a atuação dos bandidos, dificultando o acesso às armas pelo cidadão de bem; de que haverá aumento dos assaltos; encorajamento dos bandidos que se tomarão mais audaciosos; do comércio ilegal e do contrabando.

Na avaliação sobre o Referendo, foram levantados assuntos como: capital social, participação comunitária e associativismo, com um relevante resultado: quanto maior a renda, menor parece ser a participação comunitária e, inclusive, a própria valorização dessa participação. No que se refere à política e à importância do voto, existe forte consenso entre os participantes de todos os grupos, constatando-se que o discurso da importância do voto encontra pouca ressonância no cotidiano das pessoas. Quanto ao Referendo e a avaliação de sua importância, alguns participantes afirmaram que o voto no Referendo é mais importante do que o na eleição. Expressar uma opinião é mais importante que votar. Esse tipo de participação é percebido como um direito da população. Trata-se de uma forma da população rejeitar as leis que não lhe agradam. Há uma sensação de que a participação e o voto individual vão fazer mais diferença.

A segunda pesquisa encomendada foi sobre a Avaliação da Campanha “Vota Brasil” do Referendo 2005. A pesquisa de campo foi realizada a nível nacional – 25 Estados brasileiros e DF, no período de 29 de

outubro a 11 de novembro de 2005, com o público de ambos os sexos, com mais de 16 anos, eleitores.

Como conclusões e sugestões foram destacadas: o perfil médio do eleitor brasileiro, que é um cidadão que mora em cidades de pequeno e médio portes, tem 36 anos, escolaridade fundamental ou média, sua família vive com uma renda de até cinco salários mínimos, é católico e tem pouco ou nenhum interesse por política.

Revela, também, a associação entre a Justiça Eleitoral e a campanha “Vota Brasil”. A pesquisa mostra que a Justiça Eleitoral poderia aproveitar mais a campanha, para se posicionar melhor na mente do eleitor brasileiro. Os quantitativos de 78,4% não saber dizer de quem é essa marca e 88,1% não saber apontar quem é o anunciante da campanha são significativos. Fica indicada, portanto, não simplesmente assinar as peças, mas utilizar essa grande mídia para agregar valor à imagem.

Quanto ao Referendo de 2005, a pesquisa ilustra dois aspectos importantes: a experiência de se fazer um Referendo no Brasil não encontra paralelo na história da democracia no País, ainda com um tema complexo e de cognição difícil. Pesou também o fato de o decreto legislativo ter demorado muito tempo para ser aprovado, reduzindo o prazo para a produção da campanha. Desta forma, até mais do que em uma eleição para cargos públicos, havia uma necessidade mais evidente, que se impunha à Justiça Eleitoral, de informar e esclarecer à população sobre o que seria votado no Referendo, como se daria esse procedimento, suas implicações e até mesmo o significado de um referendo.

Nesse sentido, a pesquisa revela que a campanha “Vota Brasil” de 2005 conseguiu atingir uma efetividade bastante positiva. Mesmo que não encontre muita facilidade para explicar o que representa um processo de um referendo, 40% da população conseguiu indicar corretamente, através da verbalização de um conceito, o que ele representa. Ao mesmo tempo, a sondagem mostra que 51,6% dizem se lembrar da pergunta que foi feita no Referendo e, o mais importante, 80,3% indicam corretamente a associação da opção 1 com o voto no Não e a opção 2 com o voto no Sim. Restando, ainda, indicar que 68,4% souberam apontar corretamente a consequência efetiva que o seu voto poderia implicar, ou seja, as pessoas sabiam que ao votar no SIM estavam optando pelo estabelecimento da proibição do comércio de armas de fogo e munição e o NÃO, na manutenção de tal comércio.

1.5 Superior Tribunal Militar

1.5.1 Competências e Missão da Justiça Militar

A missão constitucional do STM é o julgamento dos crimes militares assim especificados em lei. A Justiça Castrense, a mais antiga do País, com 197 anos

de existência, cumpre o papel de resguardar valores como manutenção da ordem e da disciplina, o respeito à hierarquia e o cumprimento do dever, essenciais à existência das Forças Armadas.

1.5.2 Área Fim

Foram realizadas as seguintes atividades.

- V Seminário de Direito Militar, com vistas a difundir o trabalho da Justiça Militar e uniformizar procedimentos no âmbito do direito penal militar.

- Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento de Processos na Justiça Militar da União – SAM, que permite o controle informatizado dos andamentos dos processos no STM, bem como das petições e documentos de natureza judicial, mediante a utilização de códigos de barras e leitores óticos.

- Desenvolvimento do Sistema de Recebimento de Petições por Via Eletrônica – e STM – petição *on line*. Possibilita de maneira mais ágil, mais segura e menos onerosa ao jurisdicionado da Justiça Militar da União, o protocolo das petições iniciais e incidentais, bem como dos pedidos de certidão de inteiro teor para fins diversos.

- Integração do STM com o Sistema Push-STF.

- Implementação do Sistema de Consultas à jurisprudência do Superior Tribunal Militar, em sua página na internet.

- Funcionamento do Sistema de Gravação e Degravação Digital do STM – PSS -Process & Storage Sound . O objetivo do sistema é armazenar todo o acervo de áudio das sessões plenárias do STM, em meio digital, possibilitando o acesso aos pronunciamentos, facilitando os serviços de degravação e geração de acervo sonoro, bem como a disponibilidade, ao vivo, das sessões de julgamento na rede de computadores (intranet) do STM.

1.5.3 Área Meio

Foram realizadas as seguintes atividades.

- Modernização das instalações da Justiça Militar, iniciada em 2005;

- Construção da nova sede das Auditorias da 1ª CJM/RJ (conclusão prevista para o início de 2006);

- Gestão Documental. Aprovação dos instrumentos arquivísticos para a organização dos acervos documentais da Justiça Militar da União, o plano de classificação e a tabela de

temporalidade de documentos administrativos. Início do projeto de organização dos arquivos da Justiça Militar da União pelas Auditorias da 1ª CJM;

- Área de Informática. Melhoria da velocidade de transmissão de dados entre as Auditorias e o STM por meio da rede de dados, com o aumento da velocidade de transmissão. Publicidade dos editais de licitação lançados à praça na intranet;

- Área de Recursos Humanos. Realização de programas de capacitação profissional e a melhoria da qualidade de vida, mediante participação dos servidores em congressos, seminários, cursos de aperfeiçoamento e palestras com profissionais das áreas médica e psicológica;

2. Justiça em Números

2.1 Antecedentes e linhas metodológicas

O Estado moderno tornou-se ao longo da História um ente planificador. O caráter complexo da gestão pública produziu um número considerável de documentos estatísticos como elementos de informação para decisões políticas e administrativas. As estatísticas são ferramentas indispensáveis para orientar decisões de políticas públicas e de planejamento estratégico.

No âmbito judicial, a criação do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário (BNDPJ) no ano de 1990 surgiu da necessidade de modernização da sua administração e de formulação de uma política judicial. A idéia inicial, defendida em 1989 pelo Ministro José Néri da Silveira, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, propunha *um sistema de intercâmbio de informações com o emprego de metodologia e linguagem comuns*². Segundo o Ministro, a implantação de Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário tornaria exequível a análise crítica com base em números da *difícil e complexa prestação jurisdicional no Brasil*³.

O idealizador do BNDPJ o concebia como um instrumento destinado ao conhecimento da realidade judiciária brasileira, com o objetivo de possibilitar o estudo à vista de elementos concretos e não por meras conjecturas, de seus problemas estruturais, de suas deficiências e dificuldades de funcionamento, indicando-se as medidas legislativas ou de outra ordem orientadas a seu aperfeiçoamento e boa consecução das competências constitucionais⁴.

No período de 1989 a 1991 foram realizadas diversas reuniões e encontros das Presidências dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Superiores e Associações de Magistrados com o então Presidente do Supremo para a construção de consensos em torno da linguagem e informações pertinentes ao Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. O BNDPJ foi instalado para ser um instrumento de gestão, transparência e avaliação de desempenho do sistema judiciário nacional.

As estatísticas contidas no BNDPJ dizem respeito principalmente a dois tipos de informação: a movimentação processual – processos distribuídos e julgados – e o número de cargos de juizes – cargos providos e percentual de vacância.

A pesquisa Justiça em Números, instituída em 2004 pelo Ministro Nelson Jobim, aprofunda os objetivos fundadores do BNDPJ, ampliando o processo de conhecimento e demonstrando o desempenho do Poder Judiciário nacional não apenas por meio de dados estatísticos, mas pela construção de indicadores orientados para a explicação dos dados coletados. Essa nova etapa de levantamento de dados estatísticos e de indicadores decorre de fatos político-institucionais como as discussões no Congresso Nacional para a Reforma do Poder Judiciário, a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 e a instalação do Conselho Nacional de Justiça.

A pesquisa “Justiça em Números, 1ª edição”, levada a cabo antes da instalação do Conselho Nacional de Justiça, demonstra – na explicação do Ministro Nelson Jobim – que o sistema judicial é moroso, pois existe um *travamento brutal no sistema que inviabiliza resultados efetivos*. Porém, conforme pondera o Ministro, *uma coisa é ter sistema moroso, outra coisa é saber por que é moroso*⁵.

Tal análise apresenta dois eixos fundamentais para o enfrentamento dos problemas no sistema judicial brasileiro. O primeiro diz respeito às necessárias mudanças nas regras de processo discutidas e consolidadas no documento *Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano*. Esse Pacto foi assinado pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em 15 de dezembro de 2004. O conteúdo refere-se à reforma do sistema recursal e de procedimentos, a alterações nos Códigos de Processo Civil e Processo Penal, assim como no processo trabalhista. O documento apresenta uma lista de projetos de lei considerados prioritários para o bom funcionamento do sistema judicial brasileiro.

2 Silveira, José Néri da. A Informática como Meio de Modernização do Poder Judiciário: o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário. Palestra proferida no Simpósio sobre Informática no Judiciário, Belo Horizonte, em 22/2/1991. Acervo da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

3 Idem.

4 Idem.

5 Entrevista coletiva do Ministro Nelson Jobim no Seminário Justiça em Números, em 12 de maio de 2005. Em Palavra dos Ministros – Entrevistas. Consulta em 30 de novembro de 2005 no sítio www.stf.gov.br.

O segundo eixo diz respeito à gestão dos tribunais. No entender do Ministro Jobim, para esse problema, faz-se necessário trabalhar *no sistema pro-ativo dos tribunais no sentido de gerir a massa de processos que têm, bem como trabalhar harmonicamente com outros [tribunais] para criar soluções administrativas e de gestão*⁶.

Cabe explicitar os “valores” que constituem o pressuposto da pesquisa “Justiça em Números” para evitar uma interpretação errônea dos objetivos da pesquisa e das recomendações ao Poder Judiciário nacional formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça. A pesquisa ocorre sob a égide da transparência, que está conectada com a responsabilidade dos juízes de prestação de contas (*accountability*). Outro valor norteador dessa pesquisa é a eficiência. O Judiciário, para ser eficiente, necessita maximizar sua capacidade de resolver as demandas da sociedade. Os elementos da eficiência são rapidez, custo, equidade e grau de acesso à Justiça. A definição de eficiência no comportamento do Judiciário está relacionada com o equilíbrio entre esses elementos e a imparcialidade. A constituição de uma base de dados nacional ampla e centralizada possibilitará o conhecimento do grau de congestionamento, dos custos e do acesso ao sistema judicial.

A centralização desses dados em uma única base gerida pelo Conselho Nacional de Justiça evita o problema da pluralidade das fontes e de indicadores sobre um mesmo assunto. Muitas vezes, resultados diferentes tornam inexequíveis as comparações e o estudo das evoluções do sistema judiciário. Mesmo no caso de uma definição formal constante dos indicadores, os resultados podem variar em função das diversas modalidades de pesquisa.

Por isso, cumpre definir a abrangência dessa pesquisa e esclarecer o método de trabalho do “Justiça em Números, 2ª edição”, cujos resultados seguem em anexo ao presente relatório. A pesquisa representa um *projeto longitudinal*⁷, pois deve ser levado a efeito durante um período de tempo.

Para descrever o método da pesquisa “Justiça em Números”, cabe esclarecer as seguintes questões⁸:

O que recobrem os dados?

Os dados recobrem as seguintes categorias gerais.

- Insumos, dotações e graus de utilização. Levantaram-se dados sobre despesas, pessoal, recolhimentos/receitas, informática e área física.

- Litigiosidade e carga de trabalho. Foram calculados os casos novos, a carga de trabalho, a taxa de congestionamento, a taxa de recorribilidade externa e interna e a taxa de reforma da decisão.

- Acesso à justiça. Averiguou-se a despesa com assistência judiciária e o quantitativo de pessoal atendido.

- Perfil das demandas. Buscou-se levantar a participação governamental nas demandas judiciais.

Qual a origem dos dados?

Antes da instalação do Conselho Nacional de Justiça, essas definições foram trabalhadas pela assessoria de gestão estratégica do Supremo Tribunal Federal em concerto com juízes das esferas estadual, federal e trabalhista. Conforme a perspectiva de projeto longitudinal da pesquisa “Justiça em Números”, os indicadores propostos deverão se manter nos próximos levantamentos/pesquisas para que os respondentes consolidem essas definições e que os dados coletados sejam homogêneos ao longo do tempo.

As informações são fornecidas originariamente pelos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Superiores. Os dados apresentados são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que participaram da pesquisa. A fim de evitar equívocos, os dados apresentados pelos tribunais são submetidos à validação pelos órgãos respondentes.

Por qual procedimento e por quem foram os dados recolhidos?

Na 1ª edição do “Justiça em Números”, (levantamento do exercício ano-base 2003), os dados foram capturados em planilhas de Excel. Os processos de reuniões técnicas para esclarecimento, de coleta dos dados e de geração dos indicadores levaram nove meses e resultaram no relatório consolidado.

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Resolução nº 4, de 16 de agosto de 2005, criou o Sistema de Estatística do Poder Judiciário. O objetivo desse sistema é concentrar e analisar os dados encaminhados por todos os tribunais do País (art. 1º da Resolução nº 4, do CNJ). Até que o Sistema de Estatística do Poder Judiciário Nacional seja regulamentado pelo Conselho, a Secretaria do Supremo Tribunal Federal, por meio da Assessoria de Gestão Estratégica, é o órgão responsável pela disciplina de coleta e consolidação dos dados.

A fim de aprimorar os meios de coleta de dados, tornando-os céleres para a 2ª edição do “Justiça em Números”, a Assessoria de Gestão Estratégica do Supremo

6 Entrevista coletiva do Ministro Nelson Jobim em 12 de maio de 2005.

7 Arnaud, André-Jean et alii. Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 498.

8 Graxitz, Madeleine. *Méthodes des Sciences Sociales*. Éditions Dalloz. Paris, 2001.

Tribunal Federal concebeu um sistema de informação para a coleta dos dados via *web* referentes ao ano-base 2004. Os trabalhos da Assessoria de Gestão Estratégica foram supervisionados pela Comissão de Estatística do Conselho Nacional de Justiça e auxiliados pela Secretaria do CNJ (art. 2º da Resolução do CNJ).

Os formulários de coleta de dados via *web* foram desenvolvidos pela Assessoria de Gestão Estratégica do STF. Esses formulários sofreram ajustes orientados por Elton Leme e Alexandre Azevedo Silva, Juízes Auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, e pelo Secretário Geral do Conselho, Juiz Flávio Dino de Castro e Costa. Esses ajustes foram discutidos exaustivamente em reuniões técnicas entre os juízes e a Assessoria de Gestão Estratégica.

O procedimento de coleta de dados ocorreu em diversas fases. Primeiramente, o Conselho Nacional de Justiça enviou ofícios a todos os Presidentes de Tribunais solicitando a colaboração na pesquisa e a designação de um responsável pelo preenchimento dos formulários de informação.

Na segunda fase, foram realizadas reuniões com os responsáveis pelo preenchimento dos dados por subdivisão do Poder Judiciário (estadual, federal e trabalhista). Essas reuniões técnicas tinham por objetivo esclarecer dúvidas sobre o preenchimento, a linguagem e a utilização de termos.

A terceira fase consistiu na validação das informações pelos tribunais. Após o preenchimento dos formulários, geraram-se relatórios. Esses relatórios foram enviados para os tribunais para conferência e correção dos equívocos no preenchimento, quando existentes. Após a validação dos dados brutos foram gerados os indicadores.

2.2 Método quantitativo

O método quantitativo utilizado na pesquisa caracterizou-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas. Foram aplicados modelos matemáticos para a construção dos indicadores. O recurso a esses procedimentos visa encontrar uma explicação pra a realidade do Poder Judiciário brasileiro, livre de conjecturas subjetivas.

Os indicadores construídos e apresentados vão além da contagem numérica de processos distribuídos e processos julgados, números de juízes, número de cargos de juízes providos e números de cargos vagos ou ainda número de habitantes atendidos por juiz. Ademais, os indicadores buscam superar as explicações tradicionais dadas à “crise do Judiciário” e a sua morosidade, que normalmente apregoam a necessidade do aumento de número de juízes e funcionários. A construção desses indicadores é, portanto, um esforço metodológico de confirmar ou refutar algumas das explicações dadas no passado. Porém,

além disso, representa um ponto de inflexão na busca de explicações objetivas e soluções criativas para um sistema judiciário complexo e diversificado. Finalmente, essa pesquisa representa uma tentativa de criar uma cultura judicial de planejamento e gestão estratégica em um contexto político-econômico de recursos escassos.

2.3 Cálculo dos Indicadores Estatísticos (ano-base 2004)

Em anexo, são apresentados todos os indicadores com breve explicação conceitual. O CD-ROM que acompanha este relatório permite amplas análises, inclusive em termos comparativos (anos anteriores, ramos do Judiciário, unidades federadas, etc.).

2.4 Conclusões derivadas da experiência

Vale reiterar que a pesquisa “Justiça em Números” é um projeto longitudinal, necessitando para tanto de uma continuidade temporal. Essa continuidade temporal e metodológica terá por finalidade consolidar o sistema de intercâmbio de informações entre os órgãos do Poder Judiciário, uniformizar a linguagem dos tribunais e fomentar uma cultura de planejamento estratégico – aqui entendido como arte de aplicar com eficácia os recursos disponíveis e explorar de maneira racional as condições favoráveis existentes com vistas a alcançar determinados objetivos. Dessa maneira, “Justiça em Números” pretende ser um mecanismo institucional que proporcione informação de maneira regular e sistemática para instruir o processo decisório relativo às políticas públicas judiciais.

Contudo, a consolidação desse projeto de maneira duradoura necessita do aprimoramento de uma cultura de informação e gestão. Alguns órgãos do Poder Judiciário tiveram dificuldades de preenchimento nos formulários por não disporem em sua estrutura organizacional de informações consolidadas. Outros, por não contarem com um parque informático atualizado, tiveram dificuldades no manuseio das ferramentas de processamento de dados e no preenchimento dos formulários oferecidos no sítio do Conselho Nacional de Justiça. Agregue-se ainda outro complicador na coleta dos dados, qual seja, o fluxo das informações internas de cada órgão do Poder Judiciário. Por isso, detectou-se que para a construção de informações confiáveis, é necessário um diálogo organizacional interno entre as unidades administrativas.

O Conselho Nacional de Justiça, no tocante às suas competências constitucionais, não poupará esforços para o aprimoramento do “Justiça em Números” como instrumento institucional de auxílio ao processo decisório de formulação de uma política judiciária nacional.

III – Recomendações

Este capítulo decorre do dever constitucional de o Conselho Nacional de Justiça propor providências que considera prioritárias para o aprimoramento da Justiça brasileira.

1.1 Providências no âmbito normativo

1 – O Conselho Nacional de Justiça sugere ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que seja dada prioridade à aprovação dos projetos de lei abaixo relacionados em matéria de processo penal.

Os Projetos de Lei nºs 4.203/01, 4.205/01 e 4.208/01, de iniciativa do Poder Executivo, possuem como Relator o Deputado Ibrahim Abi-Ackel e, em 5-12-2005, aguardavam votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados:

PL nº 4.203/01 – altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao Tribunal do Júri, criando a instrução preliminar, anterior ao recebimento da acusação e da pronúncia, simplificando o instituto do desaforamento, a instrução em plenário, além de modificar a matéria relativa aos quesitos e dá outras providências.

PL nº 4.205/01 – altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos à atividade probatória, impedindo a fundamentação de condenação em provas colhidas na investigação, salvo em algumas hipóteses e modifica a sistemática da perícia e da oitiva de testemunhas.

PL nº 4.208/01 – altera dispositivos do Código de Processo Penal referentes às medidas cautelares, especialmente no que concerne à prisão preventiva.

2 – O Conselho Nacional de Justiça sugere ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que seja dada prioridade à aprovação dos projetos de lei abaixo relacionados em matéria de processo trabalhista:

PL nº 4.730/04 – foi iniciado pelo Poder Executivo, possui como relator o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e, em 6-12-2005, encontrava-se na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados para deliberação. Tal projeto permite que o próprio advogado declare a autenticidade das cópias oferecidas como provas no processo trabalhista, dispensando o procedimento de autenticação, que se mostra dispendioso, moroso, e pouco eficaz. Ressalte-se que a proposta regulamenta e permite a impugnação dos documentos apresentados e impõe a responsabilização do advogado pelas suas declarações.

PL nº 4.731/04 – foi iniciado pelo Poder Executivo, possui como Relator o Deputado Vicentinho e, em 5-12-2005, aguardava deliberação pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Apresentação do voto em separado pela Deputada Dra. Clair. Propõe que o executado, ao ser

notificado da sentença condenatória, pague ou apresente bens aptos a garantir a dívida. A omissão acarretará vedação ao recurso da execução. A finalidade da proposta é agilizar a execução e impedir manobras de ocultamento de bens, usuais na seara trabalhista.

PL nº 4.732/04 – foi iniciado pelo Poder Executivo, possui como Relator o Deputado Vicentinho e, em 5-12-2005, aguardava deliberação pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Esse projeto dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, restringindo o recurso de revista para uniformização de jurisprudência aos casos em que a lei estadual ultrapasse os limites jurisdicionais de um determinado Tribunal Regional do Trabalho.

PL nº 4.733/04 – foi iniciado pelo Poder Executivo e, em 5-12-2005, aguardava designação de relator. Esse projeto reduz a possibilidade de interposição de embargos ao Tribunal Superior do Trabalho, eliminando a possibilidade da Seção de Dissídios Individuais examinar em duplicidade a violação da lei federal.

PL nº 3.165/04, apenso ao PL nº 4.734/04 – foi proposto pelo Deputado Costa Ferreira e possui como Relatora a Deputada Vanessa Grazziotin. Foi apresentado parecer pela rejeição do projeto e aprovação do PL nº 4.734/04, apensado, como substitutivo, bem como aberto prazo de 5 (cinco) sessões, em 1º-12-2005, para apresentação de emendas ao substitutivo. A finalidade desse projeto é desestimular recursos desnecessários, que ostentem apenas fins de protelação da satisfação da sentença, ao exigir o depósito prévio de sessenta salários mínimos do empregador que, tendo perdido na primeira instância, queira recorrer aos tribunais.

PL nº 4.735/04 – foi iniciado pelo Poder Executivo, possui como Relator o Deputado Maurício Rands e, em 5-12-2005, foi aberto prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentação de emendas ao projeto. Esse projeto exige depósito prévio para a ação rescisória. O depósito tem o escopo de filtrar as ações rescisórias, pois será revertido em multa se essa for julgada improcedente pelo Tribunal.

3 – O Conselho Nacional de Justiça sugere ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que seja dada prioridade à aprovação dos projetos de lei abaixo relacionados em matéria de processo civil:

PL nº 1.823/96, apensado ao PL nº 4.729/04 – foi proposto pela Deputada Zulaê Cobra, possui como Relator o Deputado Vicente Arruda e, em 5-12-2005, estava aguardando parecer. Esse projeto altera a redação do artigo 554 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a sustentação oral de recurso, autorizando a concessão da palavra ao recorrente e ao recorrido, inclusive nos casos de julgamento de recurso de agravo e embargos de declaração.

PL nº 4.827/98 (CD) e PL nº 94/02 (SF) – foi proposto pela Deputada Zulaê Cobra, possui como Relator o Senador Pedro Simon e foi apresentado relatório reformulado com voto pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Em 5-12-2005 estava aguardando deliberação pela Comissão. Esse projeto institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos. O Conselho Nacional de Justiça sugere que sejam acatadas as sugestões do Pacto de Estado na aprovação desse projeto.

PLS nº 520/99 (SF) e PL nº 6.954/02 (CD) – foi proposto pelo Senador Pedro Simon, possui como Relator o Deputado Sérgio Miranda e foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto reconstituído. Apresentado parecer pela rejeição do projeto e 10 (dez) apensados, e pela aprovação do PL nº 7.165/02, apensado. Em 5-12-2005 aguardava deliberação pela Comissão. O Conselho Nacional de Justiça recomenda a aprovação do projeto com as sugestões oferecidas no Pacto de Estado.

PL nº 4.331/01 (CD) ou PLC nº 61/03 (SF) – foi proposto pelo Deputado Roberto Batochio e, em 5-12-2005, aguardava designação de relator em virtude de o anterior passar a integrar a Mesa Diretora. Propõe a revogação do artigo 188 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre cômputo em quádruplo do prazo para contestar e em dobro para recorrer, quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público. O Conselho Nacional de Justiça sugere que sejam acatadas as sugestões do Pacto de Estado na aprovação desse projeto.

PL nº 731/03 (CD), apensado ao PL nº 4.725/04 (CD) – foi proposto pelo Deputado Léo Alcântara, possui como Relator o Deputado Inaldo Leitão e, em 5-12-2005, aguardava parecer. Dispõe sobre o uso da escritura pública e da execução de serviços notariais em separações, divórcios, promessas de compra e venda de imóveis e partilha amigável de bens.

PL nº 1.343/03 (CD) – foi proposto pelo Deputado Aloysio Nunes Ferreira, possui como Relator o Deputado Vilmar Rocha e, em 6-12-2005, encontrava-se na pauta da reunião da Comissão para deliberação. Acrescenta o § 2º ao art. 541 do Código de Processo Civil, com o objetivo de estabelecer requisitos para o conhecimento do recurso especial, transformando o parágrafo único em § 1º. O Conselho Nacional de Justiça propõe que o projeto seja aprovado com as sugestões contidas no Pacto de Estado.

PL nº 4.497/04 (CD) – foi iniciado pelo Poder Executivo, possui como Relator o Deputado Luiz Couto, sendo apresentado recurso contra a apreciação conclusiva de comissão, REC nº 184/05, pelo Deputado Paulo Bauer e outros e REC nº 185/05 pelo Deputado Mauro Benevides. Em 5-12-2005 aguardava deliberação do recurso. Propõe mudanças ao processo de execução por título extrajudicial. O objetivo da reforma é simplificar e agilizar o processo de execução, reequilibrando os direitos e deveres das partes e reduzindo o acesso a mecanismos puramente protelatórios. Segundo a proposta, são concedidos ao credor alguns direitos como o de indicar os bens do devedor a serem penhorados e de obter, no início do processo, certidão com a qual poderá gravar os bens do devedor até o valor da dívida. Dentre os pontos essenciais em que se alicerça o presente projeto encontra-se a modificação da sistemática dos embargos à execução, que poderão ser ajuizados independentemente da prévia segurança do juízo, mas ficarão desprovidos de efeito suspensivo, que somente será concedido em casos excepcionais e com o juízo já garantido por penhora ou caução. Ademais, a alienação em hasta pública perde a preferência para outros meios expropriatórios, quais sejam, a adjudicação em favor do exequente e a alienação por iniciativa particular, reguladas pela proposição.

PL nº 4.108/04 (CD) – proposto pelo Deputado Maurício Rands e possui como Relator o Deputado Bosco Costa. Foi apresentado parecer do relator pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo, bem como complementação de voto pelo relator. O parecer com a complementação de voto foi aprovado por unanimidade. Em 29-11-2005 foi aberto prazo de 5 (cinco) sessões para apresentação de recurso. Dá nova redação ao § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, para expungir desse dispositivo o ponto em que exclui da incidência da norma geral, prevista no § 3º desse mesmo artigo,

a Fazenda Pública quando ela é condenada em quantia que não seja de pequeno valor. O Conselho Nacional de Justiça recomenda que o projeto seja aprovado com as sugestões previstas no Pacto de Estado.

PLS nº 138/04 (SF) – proposto pelo Senador Pedro Simon, possui como Relator o Senador Demóstenes Torres e foi devolvido, a pedido do relator, para reexame de seu relatório. Acrescenta parágrafo ao artigo 496 do Código de Processo Civil, limitando a possibilidade de apresentação de recursos, e dá outras providências. O Conselho Nacional de Justiça recomenda que o projeto seja aprovado com as sugestões previstas no Pacto de Estado.

PLS nº 136/04 (SF) – proposto pelo Senador Pedro Simon, possui como Relator o Senador Demóstenes Torres e foi devolvido, a pedido do relator, para reexame de seu relatório. Modifica o artigo 520 do Código de Processo Civil, conferindo efeito devolutivo à apelação, e dá outras providências. O Conselho Nacional de Justiça propõe que o projeto seja aprovado com as sugestões contidas no Pacto de Estado.

4 – O Conselho Nacional de Justiça sugere ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que seja dada prioridade à aprovação da PEC nº 358/05.

PEC nº 358/05 (CD) – iniciada pelo Senado Federal, possui como Relator o Deputado Paes Landim e, em 24-11-2005, foi aberto prazo de 10 (dez) sessões para apresentação de emendas.

Altera dispositivos dos artigos 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, e acrescenta os artigos 97-A, 105-A, 111-8 e 116-A. Trata-se da segunda parte da reforma constitucional do Judiciário, cuja conclusão é recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça.

5 – O Conselho Nacional de Justiça solicita aos Poderes Legislativo e Executivo especial consideração à demanda do Tribunal Superior do Trabalho que sugere prioridade à aprovação da PEC nº 359/05, que dá nova redação ao artigo 103-A da Constituição Federal, dispondo sobre a súmula impeditiva de recurso e dos Projetos de Lei nºs 4.730/04, 4.731/04, 4.732/04, 4.733/04, 4.734/04 e 4.735/04.

6 – O Conselho Nacional de Justiça solicita aos Poderes Legislativo e Executivo especial consideração à demanda do Superior Tribunal de Justiça que sugere prioridade à aprovação da PLC nº 5.829/05, dispondo sobre a criação de quatrocentas Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País.

7 – O Conselho Nacional de Justiça solicita aos Poderes Legislativo e Executivo especial consideração à demanda do Superior Tribunal Militar que sugere prioridade à aprovação das propostas de emenda à Constituição Federal e aos projetos de lei abaixo relacionados:

PEC nº 358/05 – referente aos artigos 123 e 124 da Constituição Federal.

PEC nº 347/96 – dá nova redação ao artigo 57 da Constituição Federal.

PEC nº 27/05 – acrescenta ao Conselho Nacional de Justiça um Ministro do STM.

PL nº 2.014/03 – estabelece a competência do Tribunal do Júri para julgamento de militares nos crimes dolosos contra civis.

PL nº 2.773/00 – altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.

PLS nº 687/99 – define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.

PL nº 6.040/02 – altera a redação do art. 10 do Código de Processo Penal Militar, atribuindo competência ao Juiz-Auditor de requisitar a instauração de inquérito policial militar.

PL nº 5845/05 – dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

PL nº 5.650/05 – acrescenta parágrafos aos artigos 430 e 443 do Código de Processo Penal Militar, disciplinando a competência do Juiz de Direito do juízo militar.

PL nº 1.410/03 – altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.

Em decorrência dos compromissos do Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, cumpre realçar o trabalho da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional. Criada em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, a Comissão tem por finalidade elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na emenda cons-

titucional. Além dessa atribuição, a Comissão deve propugnar alterações na legislação federal.

Cabe lembrar que a Comissão foi presidida pelo Deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) tendo como Relator o Senador José Jorge (PFL-PE). Em 15-12-2005, o Senador apresentou seu relatório final ao Presidente do Senado, Renan Calheiros. O referido relatório contém requerimentos de urgência para a tramitação de 15 projetos (dez na Câmara e cinco no Senado) que alteram o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil, a legislação trabalhista e sugere a criação de duas subcomissões temporárias para exame de propostas referentes à reforma processual no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara. Também contempla seis projetos de lei propostos pela referida Comissão, quais sejam:

PLS nº 14/06 – regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça.

PL nº 6.541/06 – regula o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET), e dá outras providências.

PLS nº 12/06 – regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

PLS nº 13/06 – regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

PL nº 6.542/06 – dispõe sobre a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

PL nº 6.543/06 – altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para legitimar, para a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, as pessoas lesadas ou ameaçadas de lesão por ato do Poder Público, e dá outras providências.

8 – O Conselho Nacional de Justiça sugere ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo que seja dada especial atenção à discussão e à aprovação do PL nº 6.541/06 e do PL nº 12/06. Considerando que o Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas (PL nº 6.541/06) modifica o sistema de pagamento aos empregados vencedores na demanda. Considerando que os empregados passarão a receber a quantia determinada na decisão judicial relativa a créditos de salários, rendimentos ou comissões, até o valor de 40 (quarenta)

salários mínimos diretamente do Fundo, ao invés de aguardarem a localização de bens do empregador que sejam passíveis de penhora.

Considerando que a Repercussão Geral das Questões Constitucionais no Supremo Tribunal Federal propiciará maior celeridade e qualidade na prestação jurisdicional. Considerando que somente serão analisados pela Corte Constitucional os recursos extraordinários cuja matéria ultrapassar o interesse subjetivo das partes, ou seja, quando o julgamento puder refletir de forma significativa na ordem jurídica, observados os aspectos morais, econômicos, políticos e sociais da decisão.

9 – O Conselho Nacional de Justiça propugna que sejam aprovados atos normativos necessários para que estados e municípios honrem seus compromissos de pagamento de precatórios determinados pelo Poder Judiciário.

Considerando os estudos e as sugestões formuladas pelo Supremo Tribunal Federal;

Considerando que a aprovação desses atos normativos compatibilizaria a capacidade de pagamento dos entes federados com o direito de recebimento por parte dos credores, além de resguardar a credibilidade do Poder Judiciário, mediante o exato cumprimento de suas determinações.

10 – O Conselho Nacional de Justiça sugere aos Poderes Legislativo e Executivo que estabeleçam metas para a progressiva ampliação da Defensoria Pública da União e dos Estados, com a aprovação das leis necessárias.

Considerando que um dos compromissos do Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano é o acesso à Justiça por meio da Defensoria Pública;

Considerando que o número de defensores não chega a atender a todos os tribunais e varas da Justiça Federal na Justiça do Trabalho, na Justiça Militar e Tribunais Superiores bem como na Justiça dos estados.

1.2 Providências no âmbito administrativo e gerencial

As recomendações do Conselho Nacional de Justiça contidas neste item do Relatório representam as diretrizes pelas quais os diversos ramos do Poder Judiciário devem pautar seu planejamento estratégico, em cumprimento da obrigação constitucional prescrita no artigo 103-B, § 4º, inciso VII da Constituição Federal. Tais recomendações servem de orientação para os órgãos do Poder Judiciário em seus planos gerenciais e metas administrativas.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Justiça apresenta as seguintes prioridades:

1 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça dos estados, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais

Regionais do Trabalho e os Tribunais Regionais Eleitorais ajustem suas estruturas internas para fornecer as informações necessárias para a elaboração da 3ª edição da pesquisa “Justiça em Números”, que terá 2005 como ano-base para a geração de indicadores.

Considerando que as estatísticas são ferramentas indispensáveis para orientar decisões de políticas e de planejamento estratégico;

Considerando que as estatísticas são um instrumento de gestão, transparência e avaliação de desempenho do sistema judiciário nacional;

Considerando que a centralização das estatísticas na base única do “Justiça em Números” gerida pelo Conselho Nacional de Justiça evita o problema da pluralidade das fontes e de indicadores sobre um mesmo resultado.

2 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que seja priorizada a modernização das primeiras instâncias por meio de um planejamento orçamentário e administrativo que contemple as necessidades de tais unidades judiciais.

Considerando que a maior acumulação de processos se concentra na Primeira Instância;

Considerando as imensas deficiências estruturais verificadas em Varas e Juizados;

Considerando que a Primeira Instância representa o primeiro patamar de acesso dos cidadãos ao Judiciário e por conseguinte de seu acesso à Justiça

3 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que sejam observadas as conclusões e as indicações da Comissão dos Juizados Especiais enunciadas no item 7.4 deste relatório, no planejamento pelos Tribunais da gestão de patrimônio, gestão tecnológica, gestão de pessoas e gestão de processos.

Considerando que os Juizados Especiais, com seu rito simples e célere, vêm representando alternativa eficaz de acesso à Justiça;

Considerando que os Juizados Especiais Estaduais e Juizados Especiais Federais têm beneficiado milhões de pessoas, principalmente da camada mais pobre da população.

4 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que os órgãos do Poder Judiciário nacional intertroquem soluções criativas para a administração do processo e o uso de insumos tecnológicos, conforme apontado pela Comissão de Informatização.

Considerando as extensas dimensões territoriais do País, as desigualdades regionais e as diferentes demandas por acesso à Justiça;

Considerando que a organização do Poder Judiciário no Brasil é complexa, fragmentada e não-uniforme.

5 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que as instituições do Poder Judiciário nacional busquem maximizar suas capacidades gerenciais adotando

soluções criativas contra a ineficiência administrativa e o anacronismo organizacional em um contexto de recursos escassos.

Considerando que para desempenhar suas funções constitucionais, o Poder Judiciário necessita de independência, de poder de execução das decisões e de organização eficiente;

Considerando que a disponibilidade de recursos materiais é condição necessária, mas não suficiente, da organização eficiente do Poder Judiciário;

Considerando que o volume de recursos gastos nas instituições nacionais do Poder Judiciário não guarda relação direta com a produtividade na prestação jurisdicional e o julgamento dos casos novos.

6 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que os ramos do Poder Judiciário estadual, federal e trabalhista colaborem com o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho na implantação das Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Considerando que a Constituição Federal dispõe sobre a criação de Escolas Nacionais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;

Considerando que a legitimidade do Judiciário, no sistema democrático brasileiro, baseia-se nos critérios de competência técnica, imparcialidade e autoridade moral.

7 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda que os ramos do Poder Judiciário nacional colaborem para a criação e implantação das Ouvidorias de Justiça vinculadas ao Conselho.

Considerando que as Ouvidorias de Justiça vinculadas ao Conselho terão a missão de colaborar com a ampliação do acesso aos serviços judiciais, a eficiência na prestação jurisdicional, a excelência na gestão administrativa;

Considerando que o Conselho pretende instaurar uma Ouvidoria de Justiça em cada estado da Federação.

8 – O Conselho Nacional de Justiça recomenda o diálogo público e transparente com os governos e corporações privadas, grandes usuários do Judiciário, visando mudanças de condutas e procedimentos que desonerem a máquina judicial da excessiva demanda sobre sua estrutura.

Considerando que parte expressiva dos conflitos na sociedade brasileira ultrapassa a escala de controvérsias tópicas e individuais e assume feições coletivas, gerando expressiva quantidade de processos sobre o mesmo assunto;

Considerando que os maiores usuários do Judiciário são os governos e as grandes corporações.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ANEXO I
JUSTIÇA EM NÚMEROS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA EM NÚMEROS INDICADORES
ESTATÍSTICOS DO PODER
JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL ANO 2004

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL SOBRE O PIB FEDERAL:

Região	Dpj	PIB	G1
1ª Região	793.982.291	451.686.430.000	0,176%
2ª Região	490.171.438	247.776.420.000	0,198%
3ª Região	671.463.583	579.946.150.000	0,116%
4ª Região	617.052.490	302.321.390.000	0,204%
5ª Região	376.227.919	130.024.850.000	0,289%
MÉDIA	589.779.544	342.351.048.000	0,197%

$$G_1 = \frac{Dpj}{PIB}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça Federal
PIB ⇒ Produto Interno Bruto Federal

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

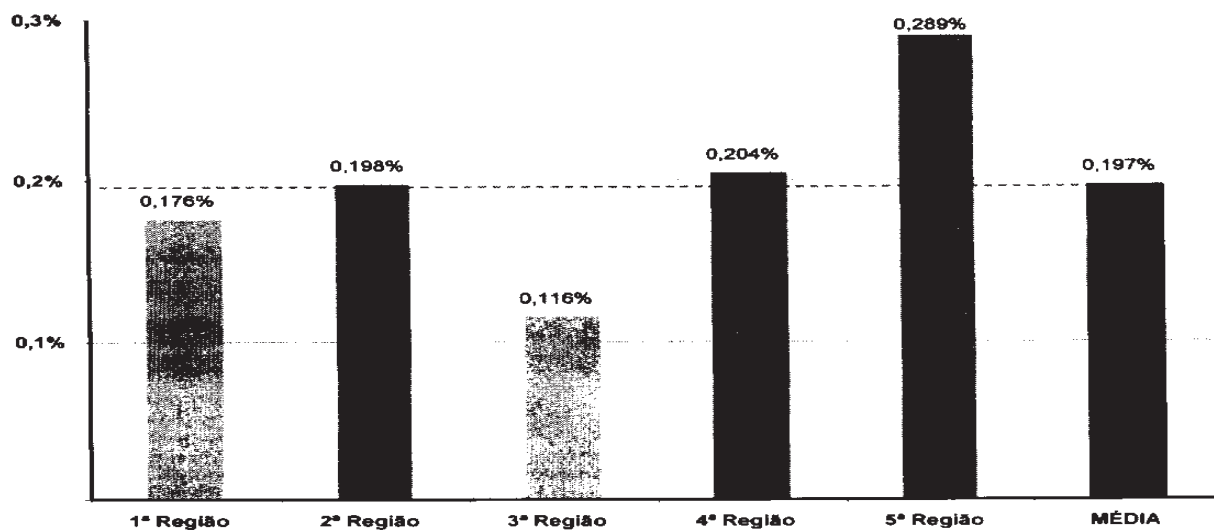


Gráfico 1 – Despesa Total sobre o PIB

1.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL SOBRE A DESPESA PÚBLICA:

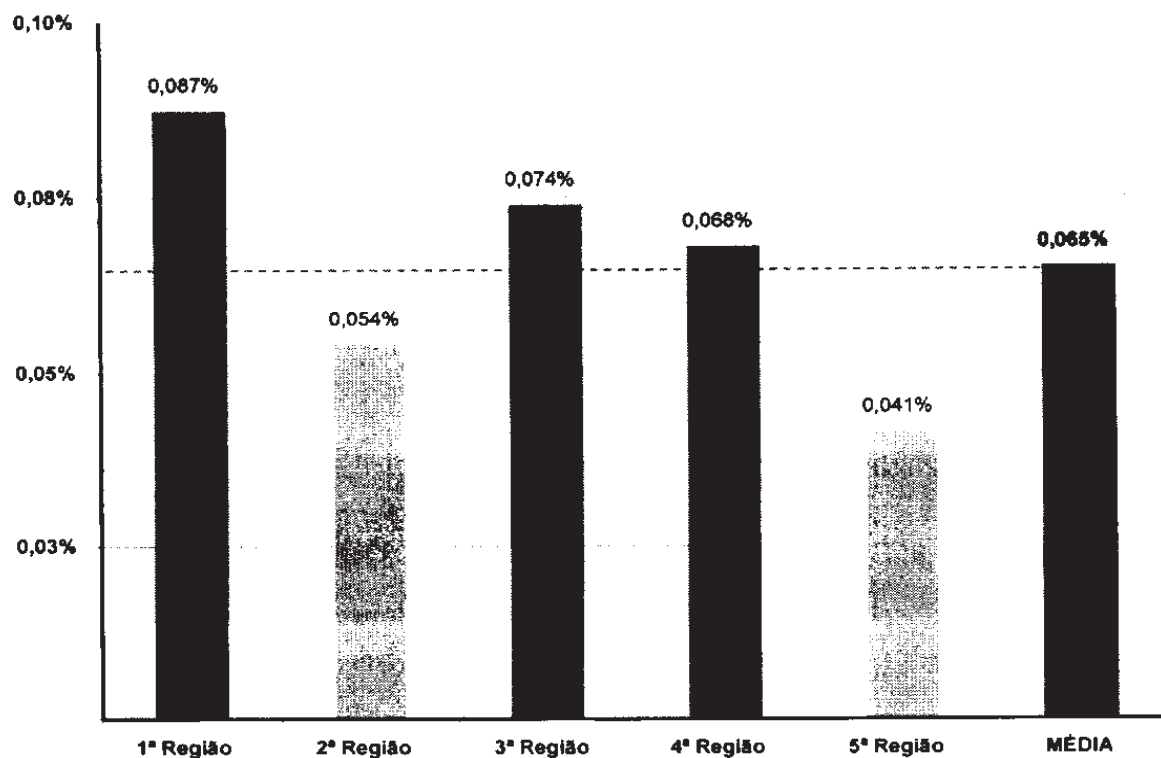
Região	Dpj	GT	G2
1ª Região	793.982.291	908.148.000.000	0,087%
2ª Região	490.171.438	908.148.000.000	0,054%
3ª Região	671.463.583	908.148.000.000	0,074%
4ª Região	617.052.490	908.148.000.000	0,068%
5ª Região	376.227.919	908.148.000.000	0,041%
MÉDIA	589.779.544	908.148.000.000	0,065%

$$G_2 = \frac{Dpj}{GT}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça Federal*GT* ⇒ Gasto Total (Despesa Pública Federal)**Metodologia:**

1. Os Tribunais Federais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foi considerado como Gasto Total (Despesa Pública Federal) o orçamento liquidado da União.

**Gráfico 2 – Despesa Total sobre a Despesa Pública**

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

Região	<i>Prh</i>	<i>Bs</i>	<i>Dpj</i>	<i>G3</i>	<i>G4</i>
1ª Região	694.791.502	99.190.789	793.982.291	87,51%	12,49%
2ª Região	441.200.962	48.970.476	490.171.438	90,01%	9,99%
3ª Região	555.830.365	115.633.218	671.463.583	82,78%	17,22%
4ª Região	500.161.034	116.891.456	617.052.490	81,06%	18,94%
5ª Região	351.495.750	24.732.167	376.227.919	93,43%	6,57%
MÉDIA	547.995.966	95.171.485	589.779.544	86,96%	13,04%

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{D_{pj}} \quad G_4 = \frac{B_s}{D_{pj}}$$

Onde:

Prh ⇒ Despesa com Pessoal (recursos humanos) da Justiça Federal
Bs ⇒ Despesa com Bens e Serviços da Justiça Federal
DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal (*Prh*) foram computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete, etc.), tanto para ativos quanto para inativos e servidores que não são do quadro efetivo, remunerados pelo orçamento do Judiciário Federal;
2. Na Despesa com Bens e Serviços foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as relativas a pessoal e encargos (*Prh*).

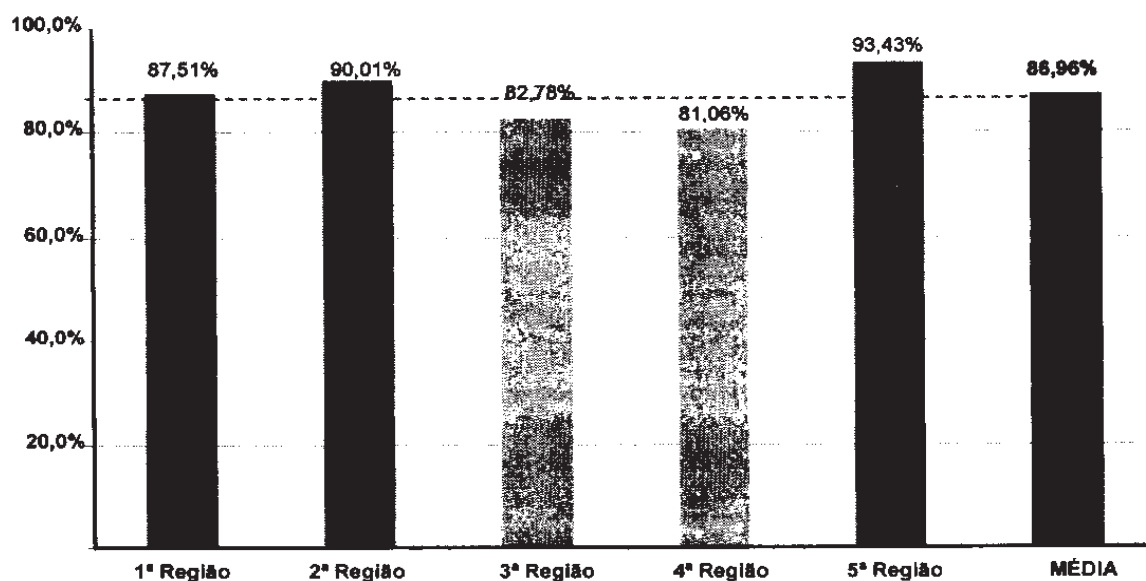


Gráfico 3 – Despesa com Pessoal sobre a Despesa Total

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

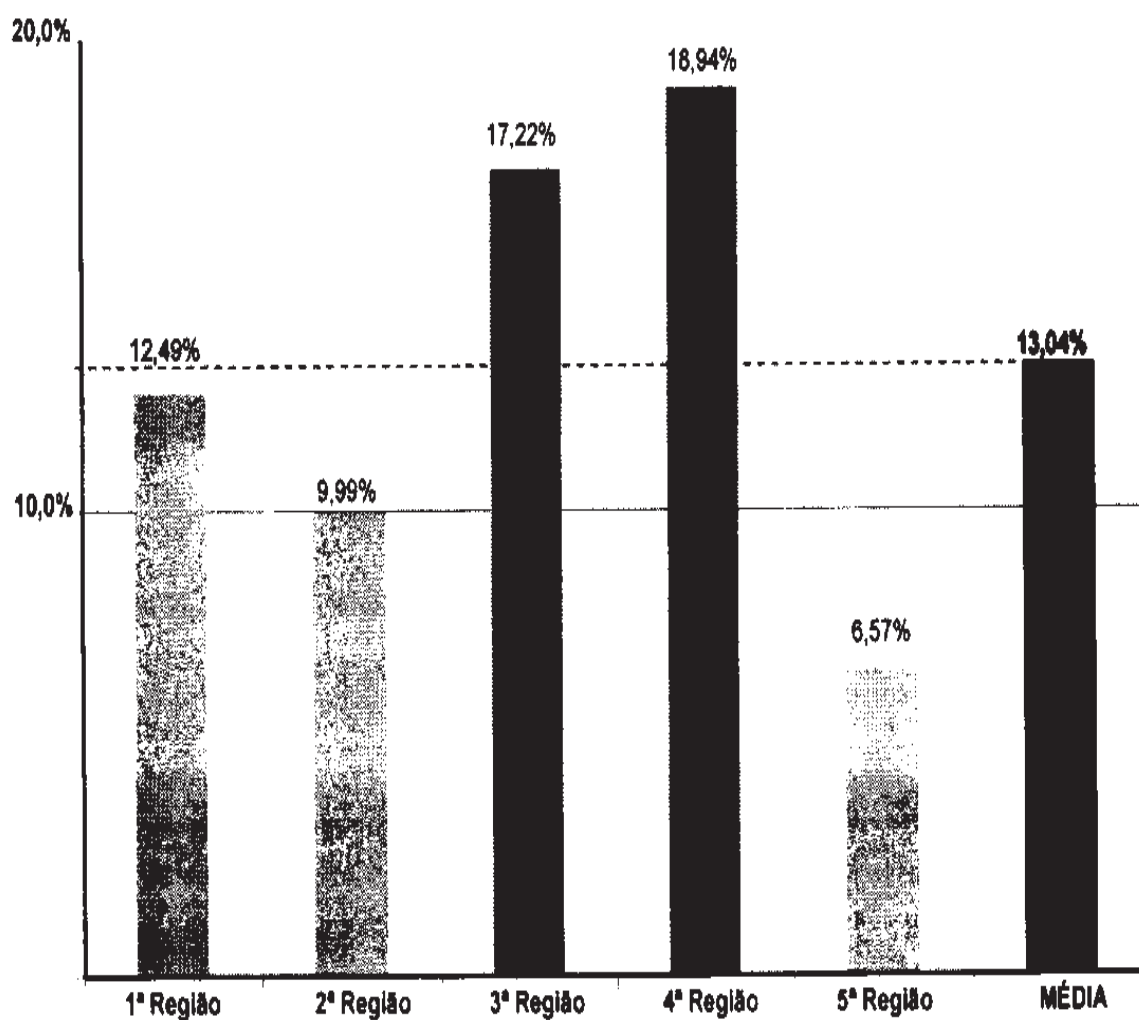


Gráfico 4 - Despesa com Bens e Serviços sobre a Despesa Total

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

Região	Pe	Cca	Dpj	G5	G6
1ª Região	630.556.783	163.425.508	793.982.291	79,42%	20,58%
2ª Região	389.785.915	100.385.523	490.171.438	79,52%	20,48%
3ª Região	543.015.664	128.447.918	671.463.583	80,87%	19,13%
4ª Região	459.636.138	157.416.352	617.052.490	74,49%	25,51%
5ª Região	298.546.864	77.681.053	376.227.919	79,35%	20,65%
MÉDIA	505.748.625	137.418.825	589.779.544	78,73%	21,27%

$$G_5 = \frac{P_E}{D_{pj}} \quad G_6 = \frac{C_{CA}}{D_{pj}}$$

Onde:

Pe ⇒ Despesa com Pessoal e Encargos da Justiça Federal
 Cca ⇒ Despesa com Custeio e Capital da Justiça Federal
 DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal e Encargos (Pe) foram computadas as parcelas de índole remuneratória, dos servidores ativos e inativos do quadro permanente, remunerados pelo orçamento do Judiciário Local, excluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias;
2. Na Despesa com Custeio e Capital (Cca) foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, incluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, bem como as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não são do quadro permanente.

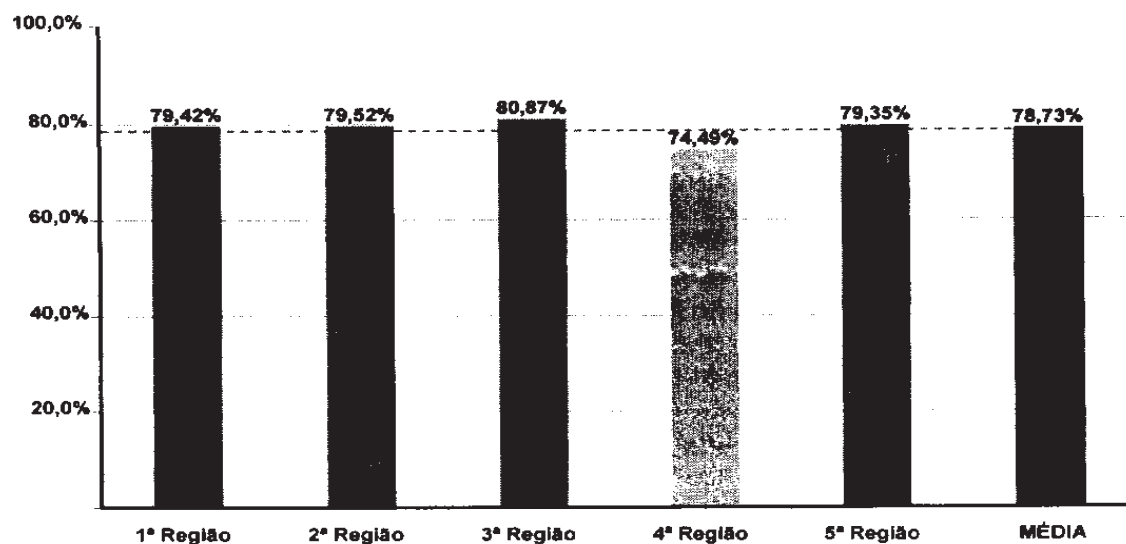


Gráfico 5 - Despesa com Pessoal e Encargos sobre a Despesa Total

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

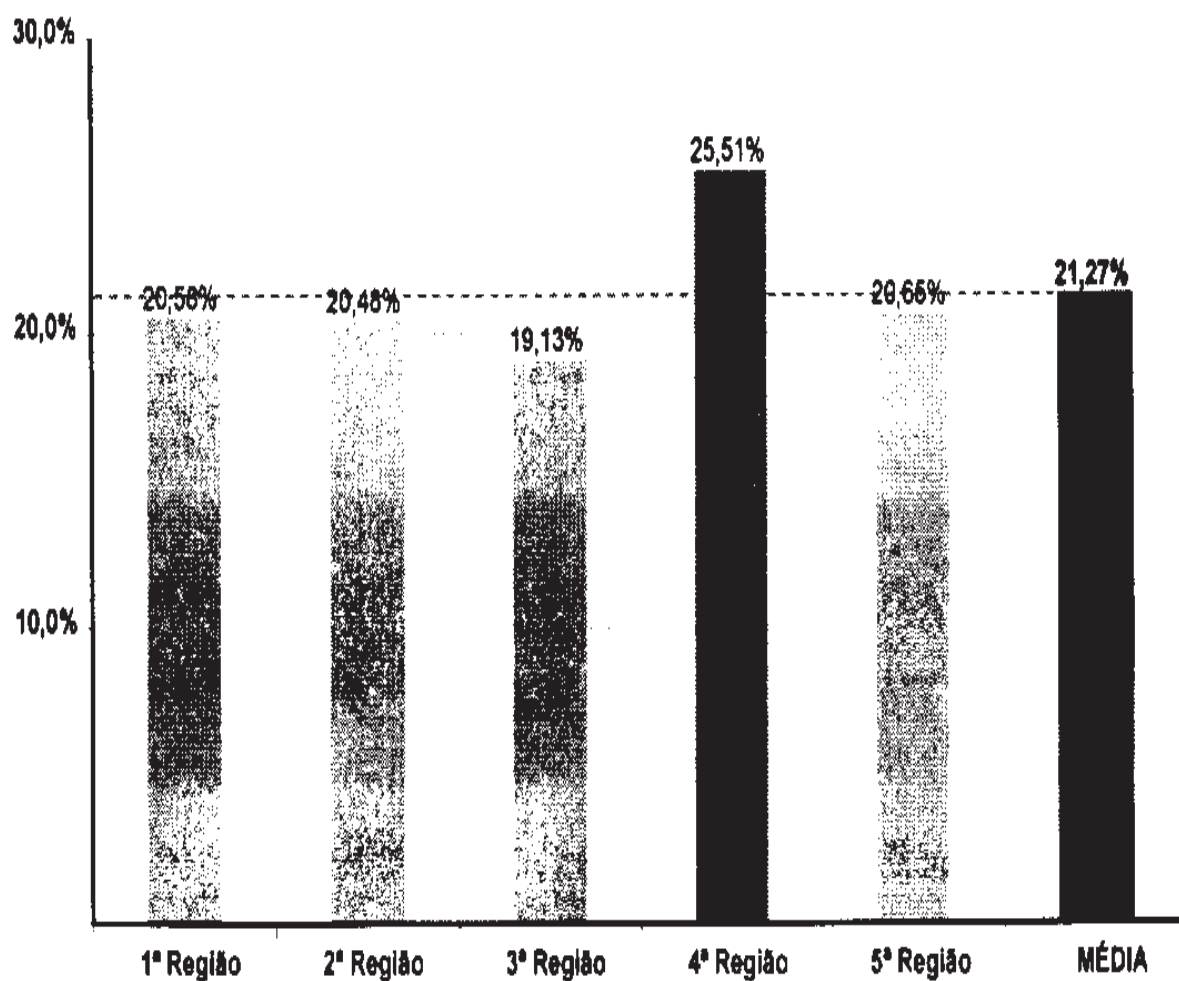


Gráfico 6 - Despesa com Custeio e Capital sobre a Despesa Total

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.5. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL POR HABITANTE:

Região	Dpj	h1	G7
1ª Região	793.982.291	66.587.256	R\$ 11,92
2ª Região	490.171.438	18.555.774	R\$ 26,42
3ª Região	671.463.583	42.055.928	R\$ 15,97
4ª Região	617.052.490	26.635.629	R\$ 23,17
5ª Região	376.227.919	27.746.437	R\$ 13,56
MÉDIA	589.779.544	36.316.205	R\$ 18,21

$$G_7 = \frac{Dpj}{h_1}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça Federal
 h_1 ⇒ Número de habitantes da Região

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

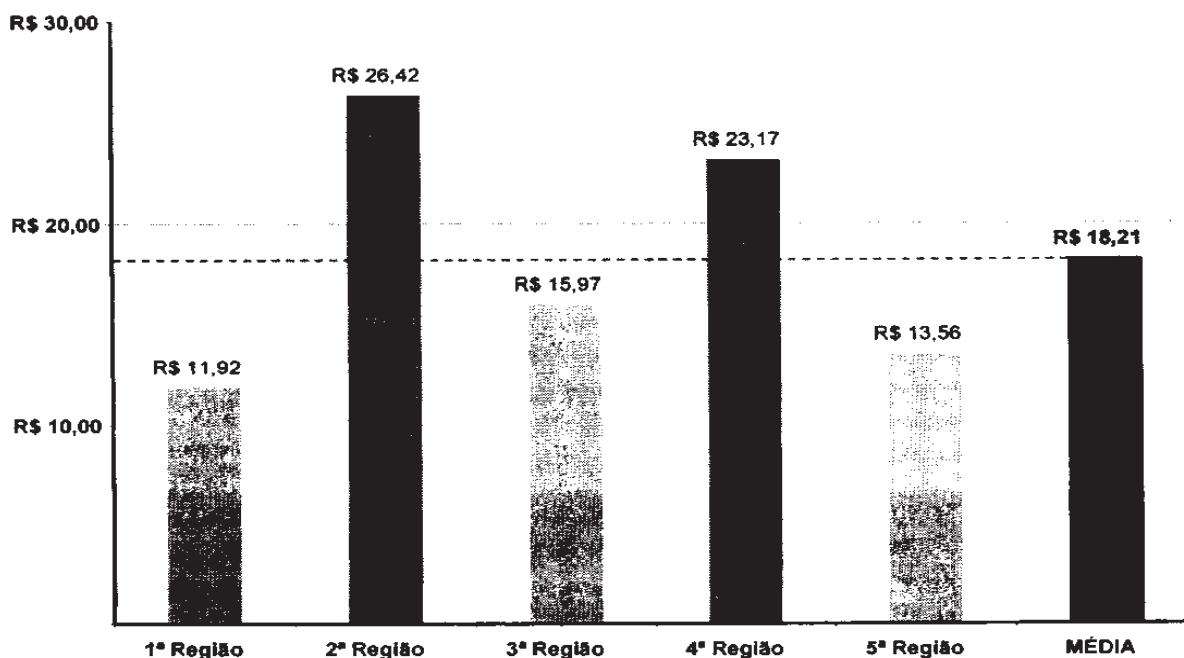


Gráfico 7 – Despesa Total por habitante

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	Mag	h₂	G₈
1ª Região	275	665,87	0,413
2ª Região	218	185,56	1,175
3ª Região	255	420,56	0,606
4ª Região	326	266,36	1,224
5ª Região	121	277,46	0,436
MÉDIA	239	363,16	0,771

$$G_8 = \frac{Mag}{h_2}$$

Onde:

Mag ⇒ Número de Magistrados da Região*h₂* ⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Considera-se como Magistrados na Justiça Federal de 2º grau o número de cargos criados e no 1º grau o número de cargos providos até 31/12/2004;
2. Os Magistrados que atuam duplamente nos Juizados Especiais e no 1º grau foram computados, exclusivamente, neste último;
3. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

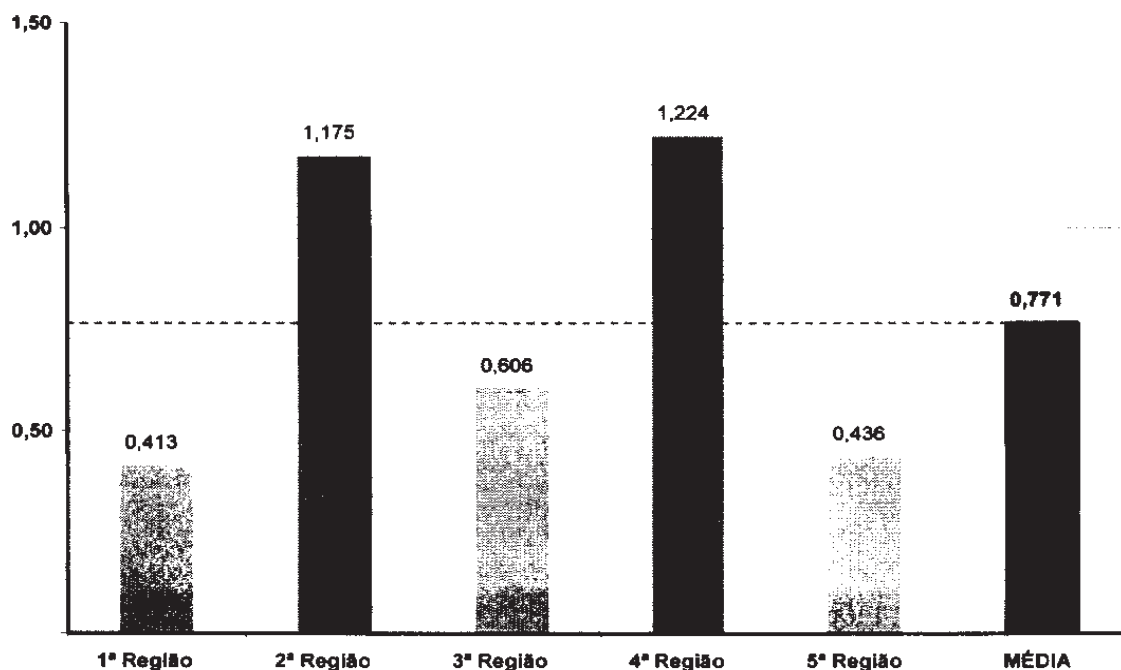


Gráfico 8 – Magistrados por 100.000 habitantes

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.7. PESSOAL AUXILIAR DA JUSTIÇA FEDERAL POR 100.000 HABITANTES:

Região	<i>Paux</i>	<i>h2</i>	<i>G9</i>
1º Região	8.101	665,87	12,17
2º Região	5.631	185,56	30,35
3º Região	8.039	420,56	19,12
4º Região	5.640	266,36	21,17
5º Região	3.732	277,46	13,45
MÉDIA	6.229	363,16	19,25

$$G_9 = \frac{Paux}{h_2}$$

Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal auxiliar*h₂* ⇒ Número total de habitantes da região dividido por 100.000**Metodologia:**

1. No Total de Pessoal Auxiliar em atividade considerou-se os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os cedidos, os licenciados, os afastados, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados a contratação temporária de mão-de-obra;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

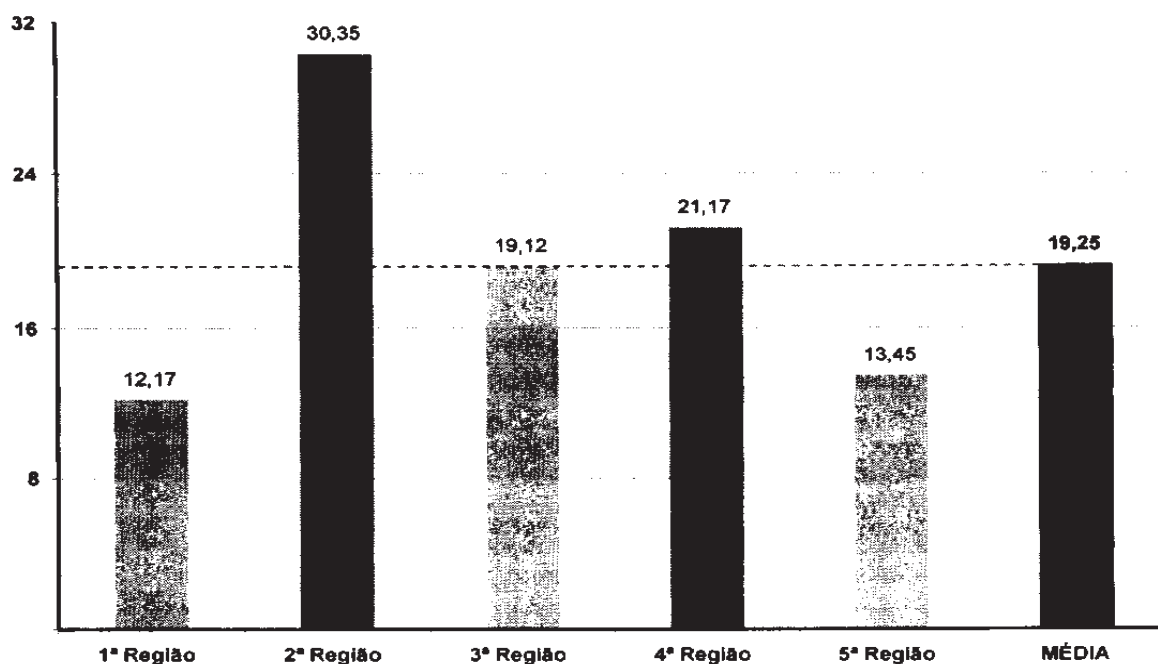


Gráfico 9 – Pessoal Auxiliar por 100.000 habitantes

1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO DA JUSTIÇA FEDERAL POR 100.000 HABITANTES:

Região	Pap	h₂	G₁₀
1ª Região	5.586	665,87	8,39
2ª Região	3.359	185,56	18,10
3ª Região	4.760	420,56	11,32
4ª Região	4.434	266,36	16,65
5ª Região	1.983	277,46	7,15
MÉDIA	4.024	363,16	12,32

$$G_{10} = \frac{Pap}{h_2}$$

Onde:

Pap ⇒ Total de pessoal auxiliar do Quadro Efetivo

h₂ ⇒ Número total de habitantes da região dividido por 100.000

Metodologia:

1. No Total de Pessoal do Quadro efetivo em atividade considerou-se apenas os servidores ativos do quadro permanente, ocupantes de cargo de provimento efetivo;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

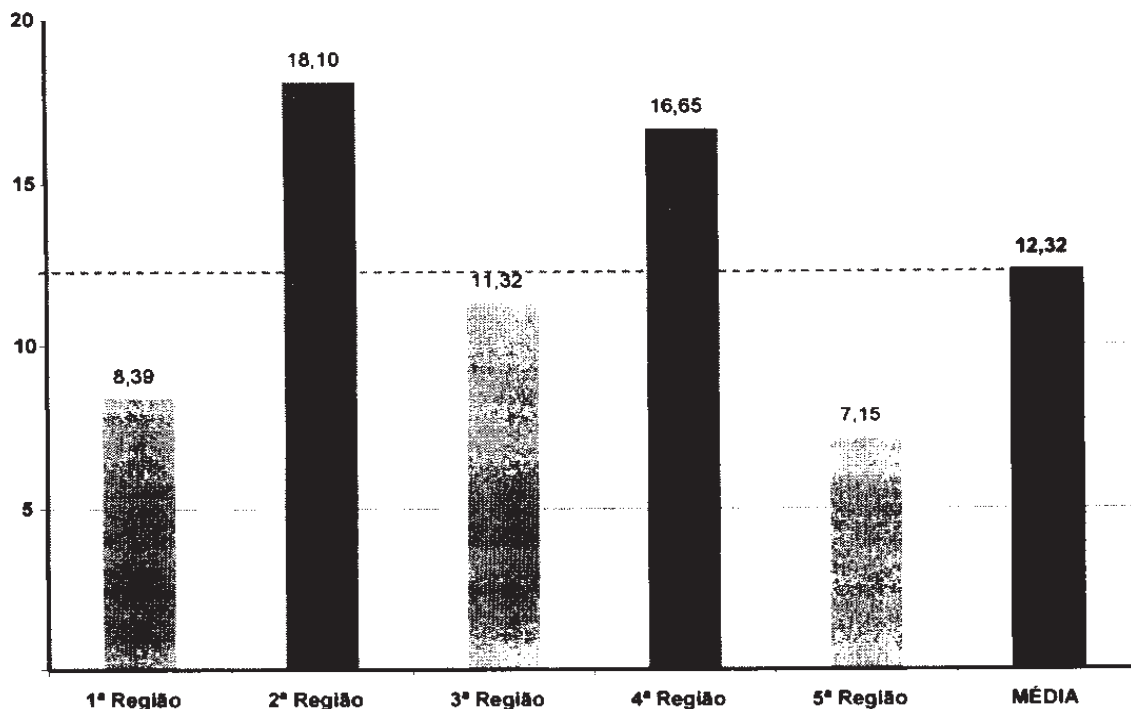


Gráfico 10 – Pessoal do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	T	Dpj	I1
1ª Região	5.018.909	793.982.291	0,63%
2ª Região	3.401.806	490.171.438	0,69%
3ª Região	12.648.647	671.463.583	1,88%
4ª Região	9.733.958	617.052.490	1,58%
5ª Região	1.200.082	376.227.919	0,32%
MÉDIA	6.400.680	589.779.544	1,02%

$$I_1 = \frac{T}{Dpj}$$

Onde:

T ⇒ Custas e Recolhimentos Diversos
 DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram considerados como Recolhimentos Diversos todos os valores arrecadados pela Justiça Federal, inclusive nos Juizados Especiais, tais como alvarás, certidões e fotocópias, excetuados os valores arrecadados em execução fiscal;

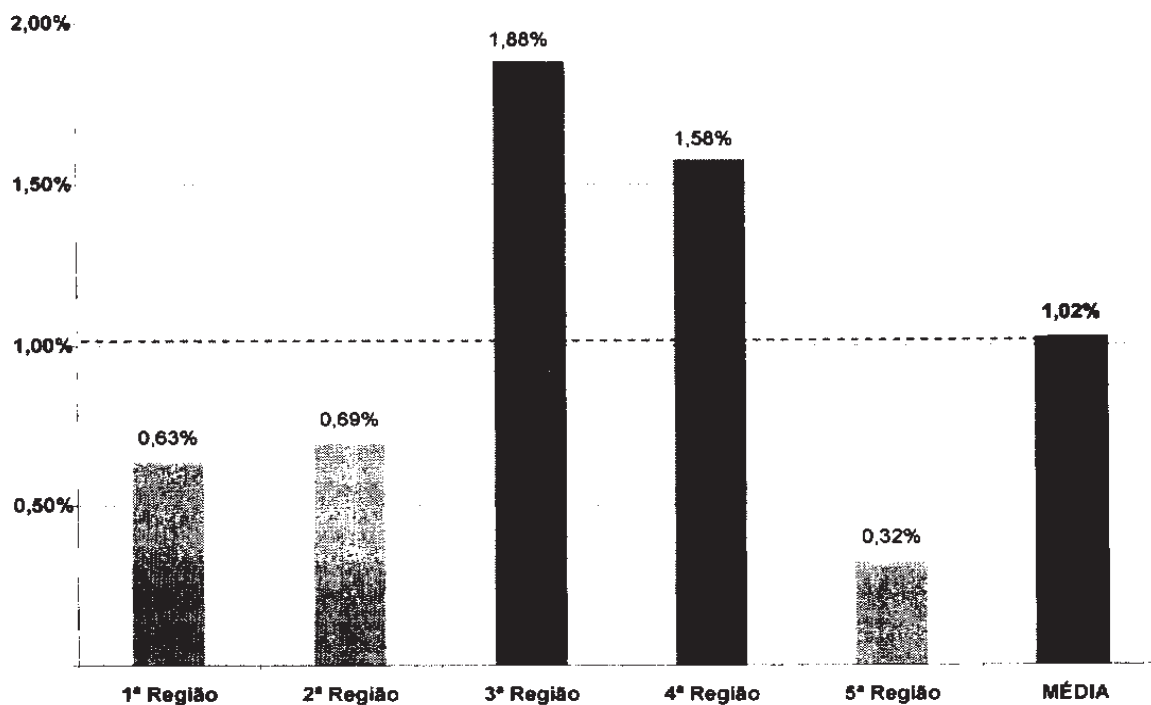


Gráfico 11 – Valores recolhidos sobre a Despesa Total

1.10. RECEITAS DECORRENTES DE EXECUÇÃO FISCAL NA JUSTIÇA FEDERAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

Região	<i>i</i>	<i>Dpj</i>	<i>I₂</i>
1ª Região	2.027.937.670	793.982.291	255,41%
2ª Região	871.680.692	490.171.438	177,83%
3ª Região	3.197.521.299	671.463.583	476,20%
4ª Região	883.749.427	617.052.490	143,22%
5ª Região	indisponível	376.227.919	indisponível
MÉDIA	1.745.222.272	589.779.544	263,17%

$$I_2 = \frac{i}{Dpj}$$

Onde:

i ⇒ Receitas e Recolhimentos Diversos
DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Considerou-se como receitas as decorrentes de Execução Fiscal na Justiça Federal.

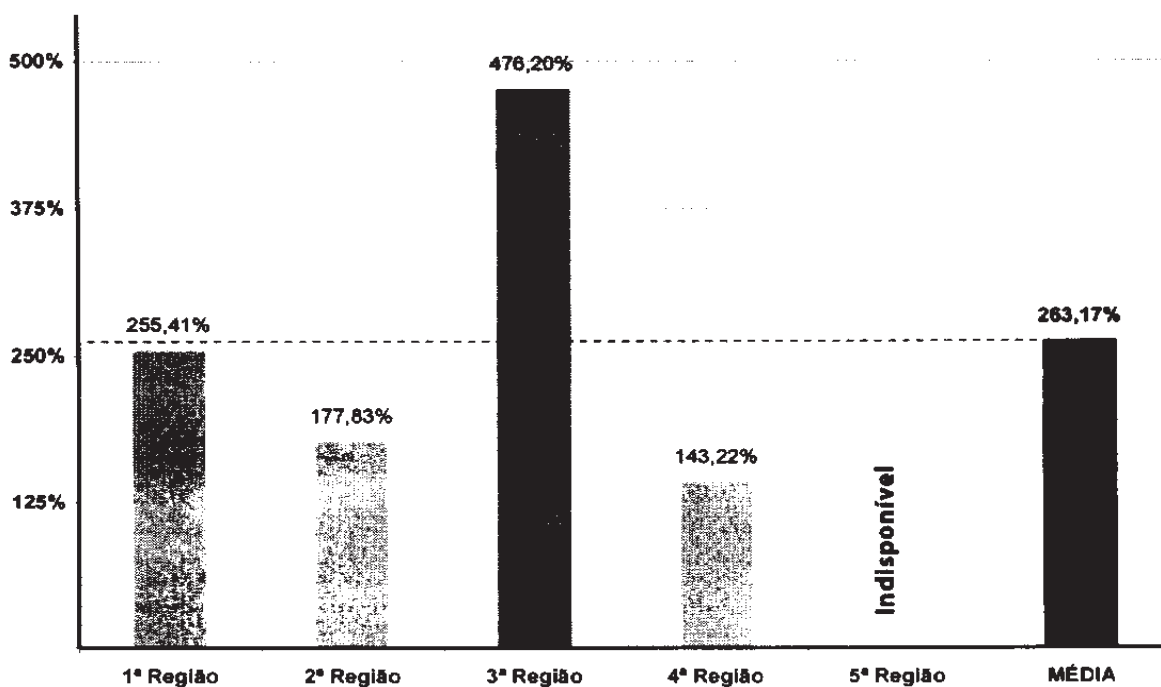


Gráfico 12 – Receitas da Execução Fiscal sobre a Despesa Total

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.11. DEPÓSITOS JUDICIAIS EM PROCESSOS DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	Depósitos
1º Região	4.647.245.319
2º Região	3.267.844.559
3º Região	6.969.715.456
4º Região	2.221.434.240
5º Região	1.270.236.238
MÉDIA	3.675.295.162

$$DepJud = Depósitos\_Judiciais$$

Metodologia:

1. Foi informado o montante de depósitos judiciais até 31/12/2004, inclusive a arrecadação da dívida ativa no ano.

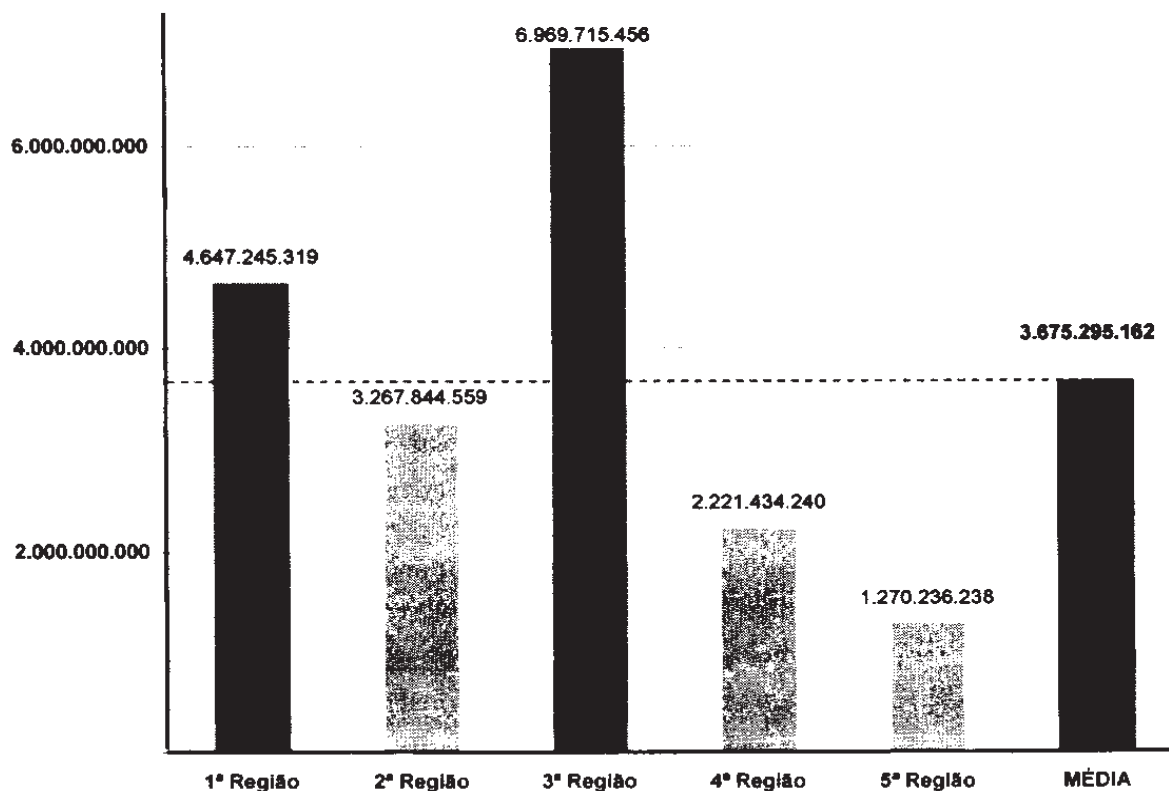


Gráfico 13 – Depósitos Judiciais

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA NA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	Ginf	Dpj	Inf1
1ª Região	11.596.899	793.982.291	1,46%
2ª Região	7.985.590	490.171.438	1,63%
3ª Região	23.445.410	671.463.583	3,49%
4ª Região	17.027.149	617.052.490	2,76%
5ª Região	5.694.458	376.227.919	1,51%
MÉDIA	13.149.901	589.779.544	2,17%

$$Inf_1 = \frac{G_{inf}}{Dpj}$$

Onde:

G_{inf} ⇒ Gastos com Informática da Justiça Federal
 DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Federais, no ano de 2004 excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram computados todos os gastos com informática, independentemente de existir origem e orçamento, fundos, convênios, etc.

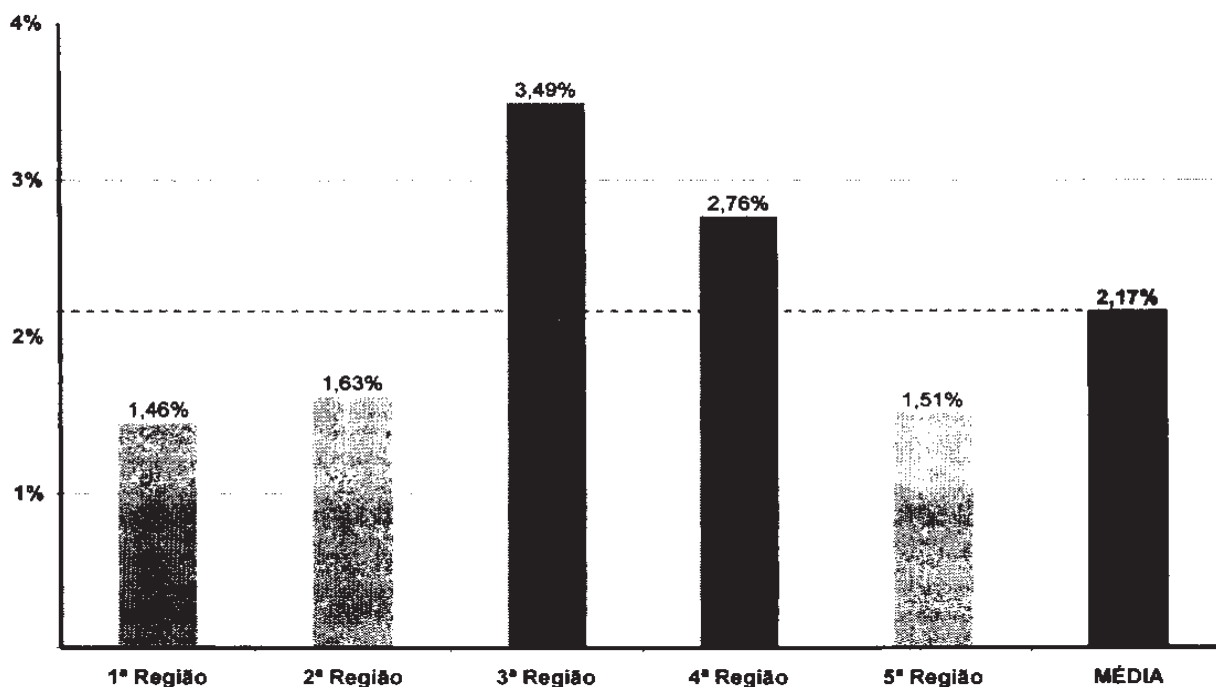


Gráfico 14 – Gastos com Informática sobre a Despesa Total

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	Comp	Ui	Inf2
1º Região	6.389	9.847	0,65
2º Região	3.437	4.832	0,71
3º Região	7.888	6.241	1,26
4º Região	5.650	5.055	1,12
5º Região	3.229	2.989	1,08
MÉDIA	5.319	5.793	0,96

$$Inf_2 = \frac{Comp}{Ui}$$

Onde:

Comp ⇒ Número de computadores de uso pessoal*Ui* ⇒ Usuários de computador**Metodologia:**

1. Foram levantados todos os equipamentos em uso, microcomputadores e *laptops* e terminais de uso pessoal, interligados em rede ou não;
2. Foram incluídos como usuários de computador todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam, continuamente, os computadores do órgão.

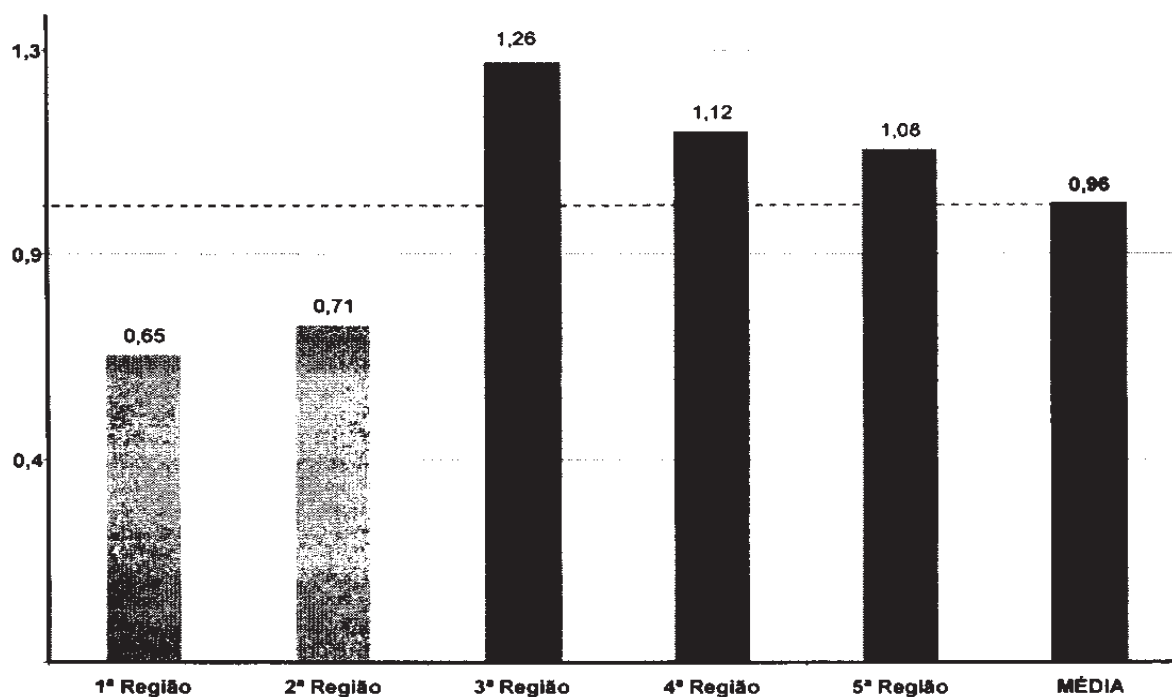


Gráfico 15 – Número de computadores por usuário

1.14. OCUPAÇÃO DE ÁREA EM m² NA JUSTIÇA FEDERAL:**1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL:**

Região	Dpj	M²total	Dm²
1º Região	793.982.291	386.445	R\$ 2.054,58
2º Região	490.171.438	199.533	R\$ 2.456,59
3º Região	671.463.583	291.778	R\$ 2.301,28
4º Região	617.052.490	199.723	R\$ 3.089,54
5º Região	376.227.919	115.160	R\$ 3.267,00
MÉDIA	589.779.544	238.528	R\$ 2.633,80

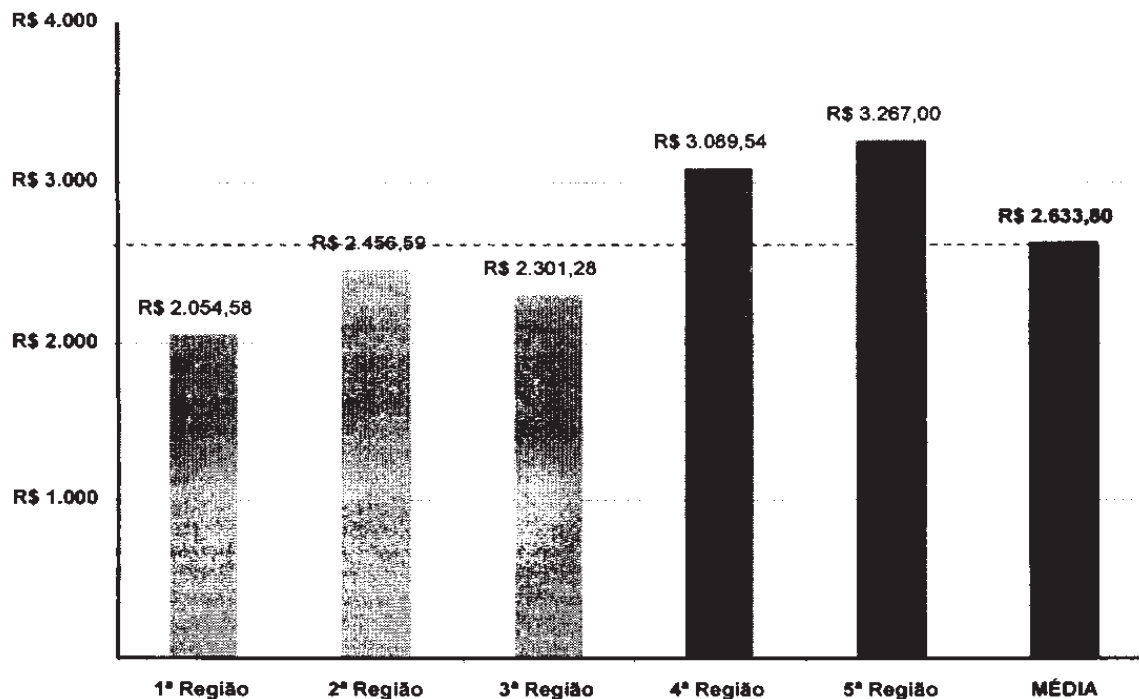
$$D_{m^2} = \frac{D_{pj}}{m^2 total}$$

Onde:

DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

m²total ⇒ Área Total em metros quadrados**Metodologia:**

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram, a partir do orçamento liquidado em 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
2. A ocupação em m² total incluiu a área total de todos os prédios da Justiça Federal, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

**Gráfico 16 – Despesa Total sobre a área total**

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:

Região	<i>Paux</i>	<i>M²útil</i>	<i>Pm²</i>
1ª Região	8.101	227.884	0,036
2ª Região	5.849	150.057	0,039
3ª Região	8.039	270.205	0,029
4ª Região	5.640	180.752	0,031
5ª Região	3.732	204.135	0,018
MÉDIA	6.272	206.607	0,030

$$P_{m^2} = \frac{Paux}{m^2 \text{ útil}}$$

Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal auxiliar*m²útil* ⇒ Área útil total em metros quadrados

Metodologia:

1. No Total de Pessoal Auxiliar em atividade considerou-se os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os cedidos, os licenciados, os afastados, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados a contratação temporária de mão-de-obra;
2. A ocupação em m² útil incluiu a área útil total de todos os prédios da Justiça Federal, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

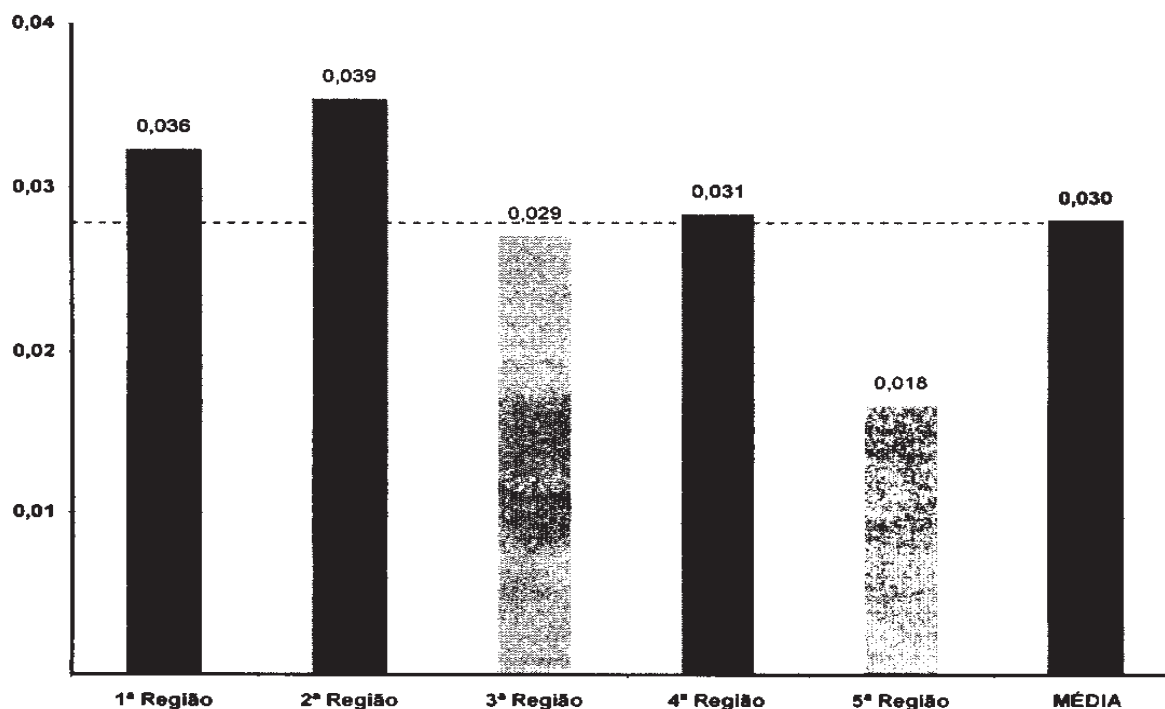


Gráfico 17 – Pessoas por área útil

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

Região	Proc	M²útil	Proc m²
1ª Região	2.800.474	227.884	12,29
2ª Região	868.596	150.057	5,79
3ª Região	2.363.913	270.205	8,75
4ª Região	1.135.325	180.752	6,28
5ª Região	452.611	204.135	2,22
MÉDIA	1.524.184	206.607	7,06

$$proc_{m^2} = \frac{proc}{m^2 \text{ útil}}$$

Onde:

proc ⇒ Total de Processos*m²útil* ⇒ Área útil total em metros quadrados

Metodologia:

1. Foram considerados todos os processos existentes na Justiça Federal em 31/12/2004;
2. A ocupação em m² incluiu a área útil total de todos os prédios da Justiça Federal, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

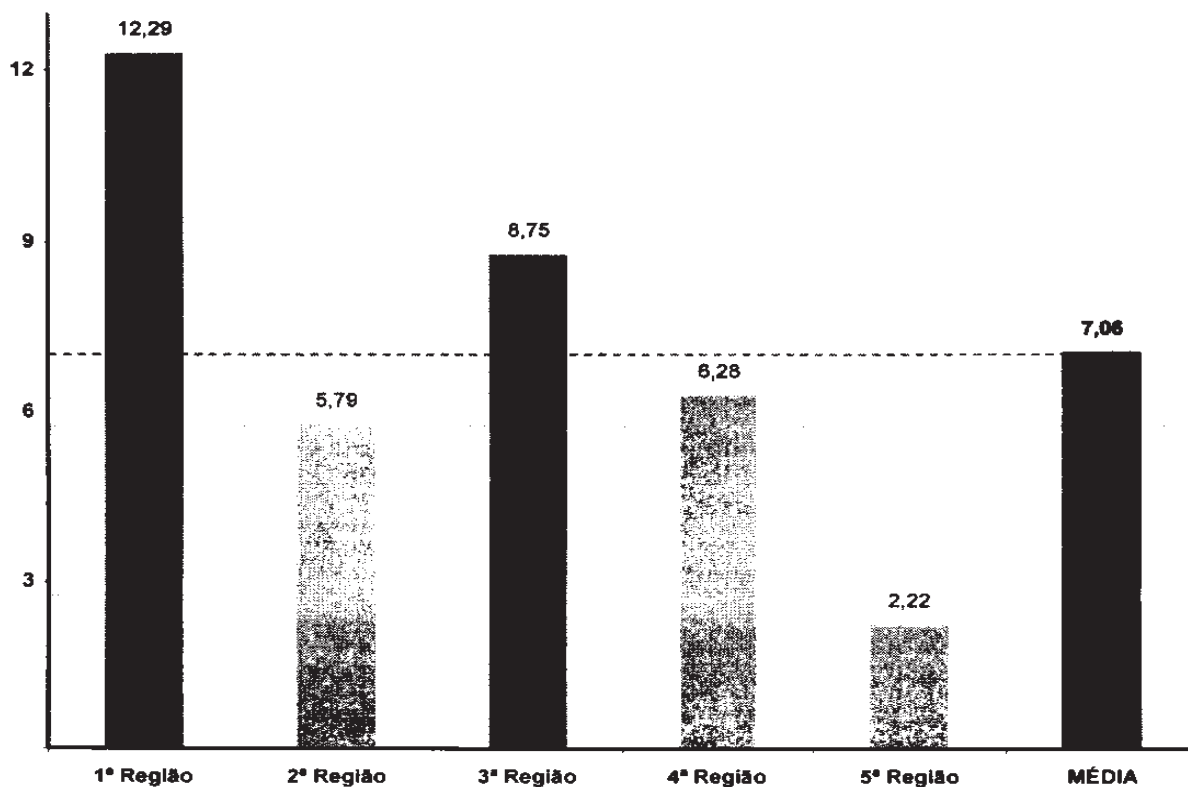


Gráfico 18 – Processos por área útil

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA FEDERAL 2º GRAU:

Região	CN 2º	h2	Ch 2º
1ª Região	88.581	665,87	133,03
2ª Região	33.629	185,56	181,23
3ª Região	193.045	420,56	459,02
4ª Região	141.653	266,36	531,82
5ª Região	55.148	277,46	198,76
MÉDIA	102.411	363,16	300,77

$$C_h 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{h_2}$$

Onde:

CN

⇒ Casos Novos no 2º grau

h₂

⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

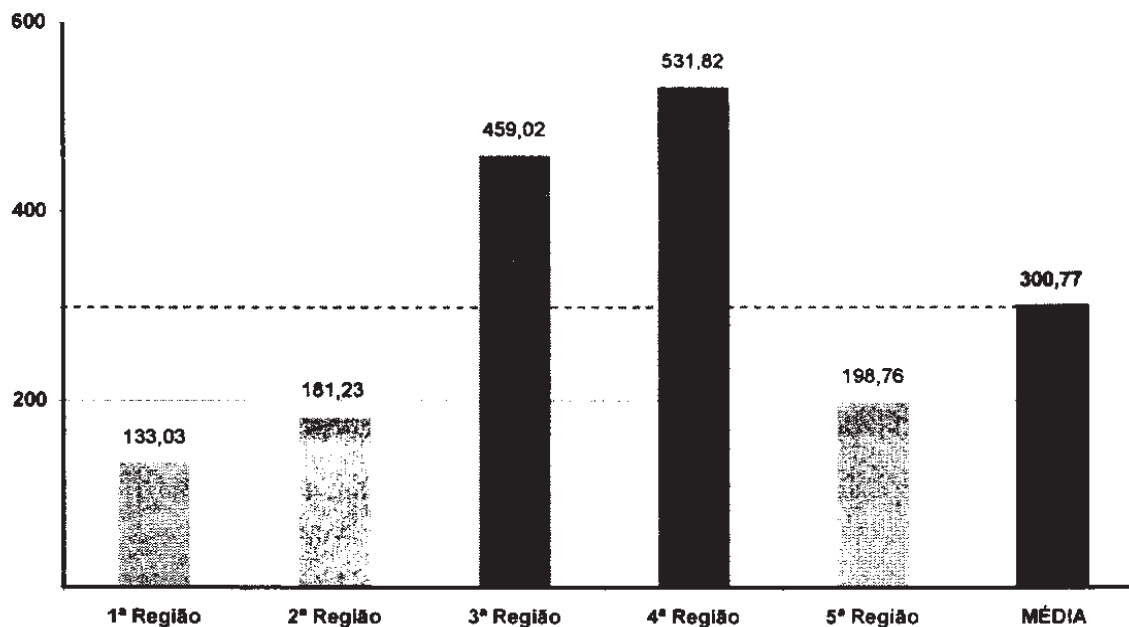


Gráfico 19 – Casos novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

2.1.2. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU:

Região	CN 1º	h₂	Ch 1º
1º Região	199.187	665,87	299,14
2º Região	131.739	185,56	709,96
3º Região	320.211	420,56	761,39
4º Região	270.169	266,36	1.014,31
5º Região	38.096	277,46	137,30
MÉDIA	191.880	363,16	584,42

$$C_h 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{h_2}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos nas no 1º grau

h₂ ⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos Ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

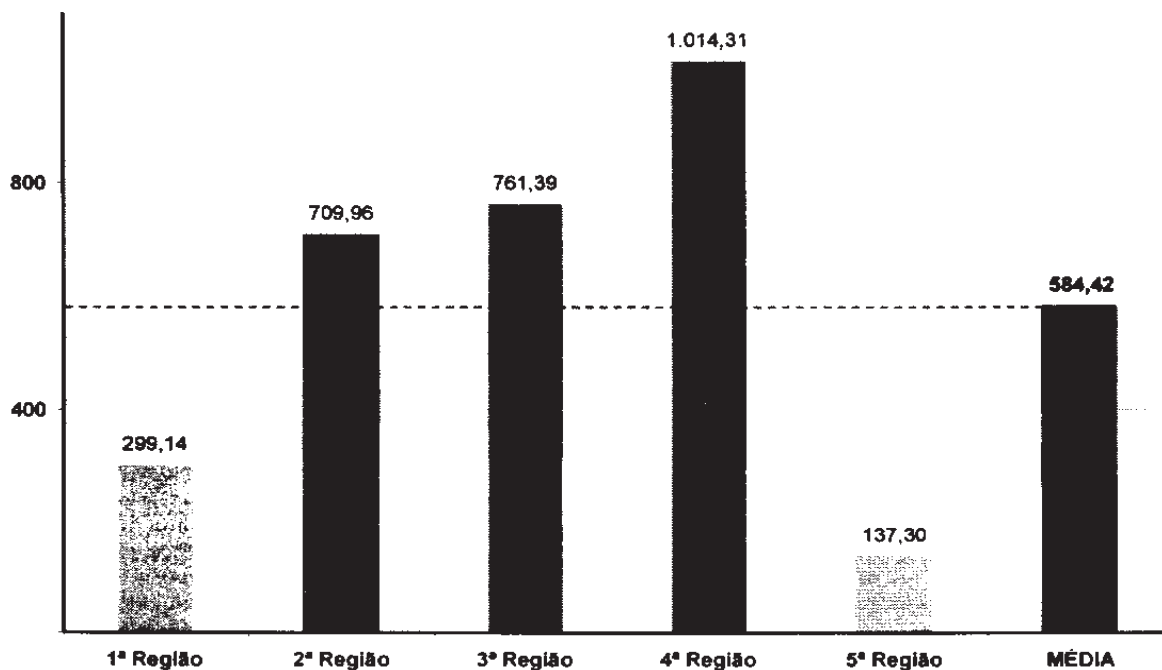


Gráfico 20 – Casos novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.3. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA FEDERAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

Região	CN JE	h₂	Ch JE
1ª Região	490.059	665,87	735,97
2ª Região	178.815	185,56	963,66
3ª Região	703.479	420,56	1.672,72
4ª Região	220.873	266,36	829,24
5ª Região	131.845	277,46	475,18
MÉDIA	345.014	363,16	935,35

$$C_h JE = \frac{CN_{JE}}{h_2}$$

Onde:

CN

⇒ Casos Novos nos Juizados Especiais

h₂

⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

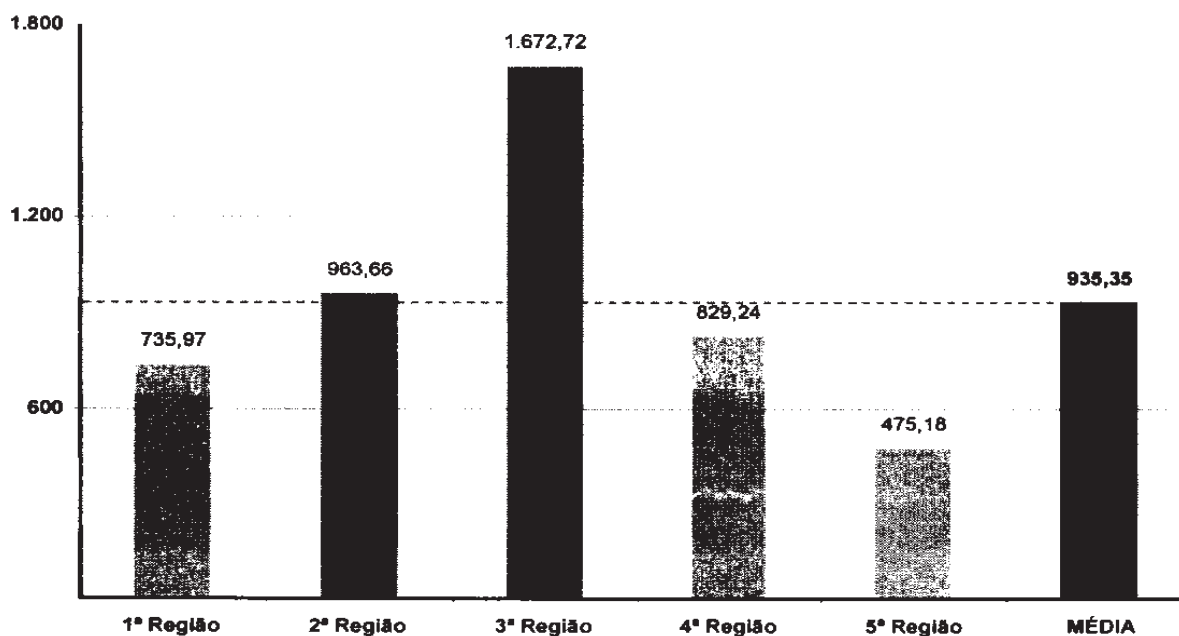


Gráfico 21 – Casos novos por 100.000 habitantes nos Juizados Especiais

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NA JUSTIÇA FEDERAL 2º GRAU:

Região	CN 2º	Mag 2º	Cm 2º
1º Região	88.581	27	3.280,78
2º Região	33.629	27	1.245,52
3º Região	193.045	43	4.489,42
4º Região	141.653	27	5.246,41
5º Região	55.148	15	3.676,53
MÉDIA	102.411	28	3.587,73

$$C_m 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos no 2º grau

Mag ⇒ Número de Magistrados do 2º Grau

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados na Justiça Federal de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

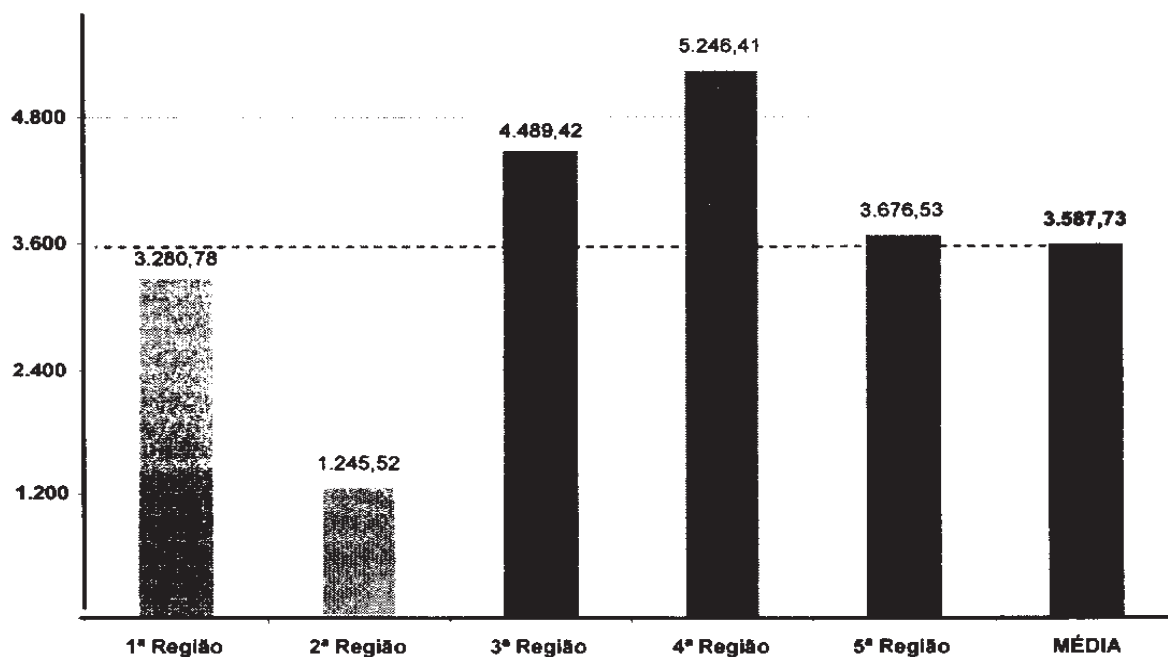


Gráfico 22 – Casos Novos por Magistrados no 2º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU:

Região	CN 1º	Mag 1º	Cm 1º
1º Região	199.187	208	957,63
2º Região	131.739	151	872,44
3º Região	320.211	203	1.577,39
4º Região	270.169	231	1.169,56
5º Região	38.096	93	409,63
MÉDIA	191.880	177	997,33

$$C_m 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos no 1º grau

Mag ⇒ Número de Magistrados do 1º Grau

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça Federal de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

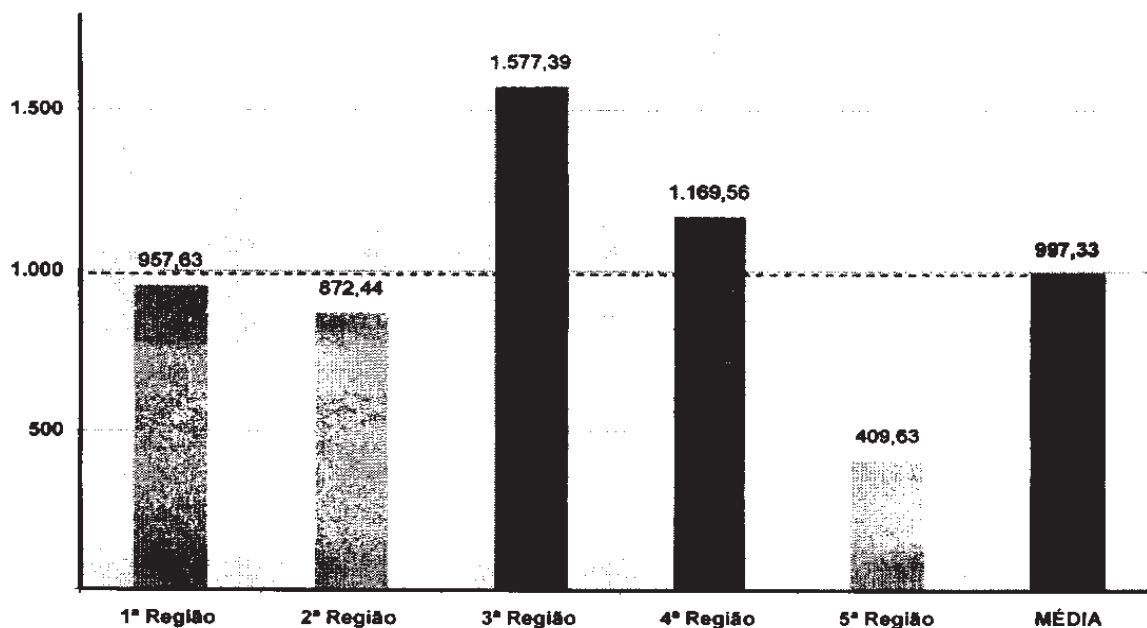


Gráfico 23 – Casos Novos por Magistrados no 1º Grau

2.2.3. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

Região	CN JE	Mag JE	Cm JE
1º Região	490.059	40	12.251
2º Região	178.815	40	4.470
3º Região	703.479	9	78.164
4º Região	220.873	68	3.248
5º Região	131.845	13	10.142
MÉDIA	345.014	34	21.655

$$C_m JE = \frac{CN_{JE}}{Mag_{JE}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos nos Juizados Especiais

Mag ⇒ Número de Magistrados dos Juizados Especiais

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os Magistrados que atuam duplamente nos Juizados Especiais e no 1º grau foram computados, exclusivamente, neste último;

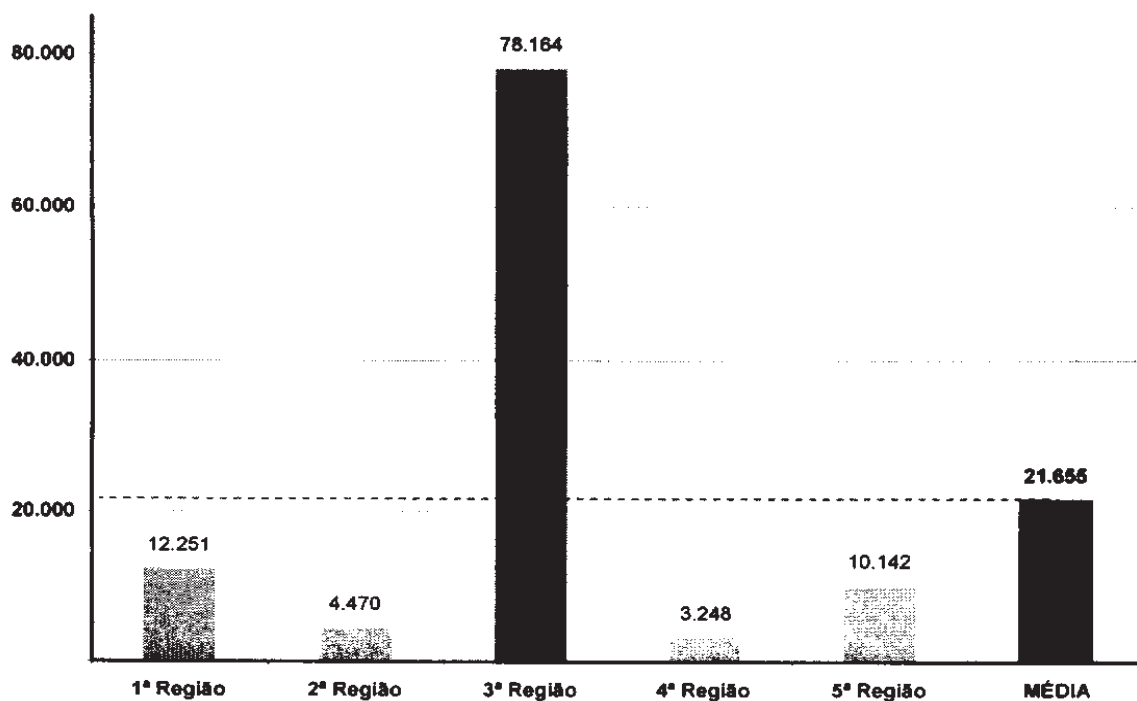


Gráfico 24 – Casos Novos por Magistrado nos Juizados Especiais

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.1. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2º GRAU:

Região	CN 2º	Cpj 2º	Mag 2º	κ 2º
1ª Região	88.581	166.079	27	9.432
2ª Região	33.629	125.457	27	5.892
3ª Região	193.045	405.857	43	13.928
4ª Região	141.653	104.887	27	9.131
5ª Região	55.148	86.947	15	9.473
MÉDIA	102.411	177.845	28	9.571

$$\kappa_{2^\circ} = \frac{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Onde:

- CN ⇒ Casos Novos
 Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento
 Mag ⇒ Número de Magistrados de 2º grau

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Federal de 2º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados na Justiça Federal de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

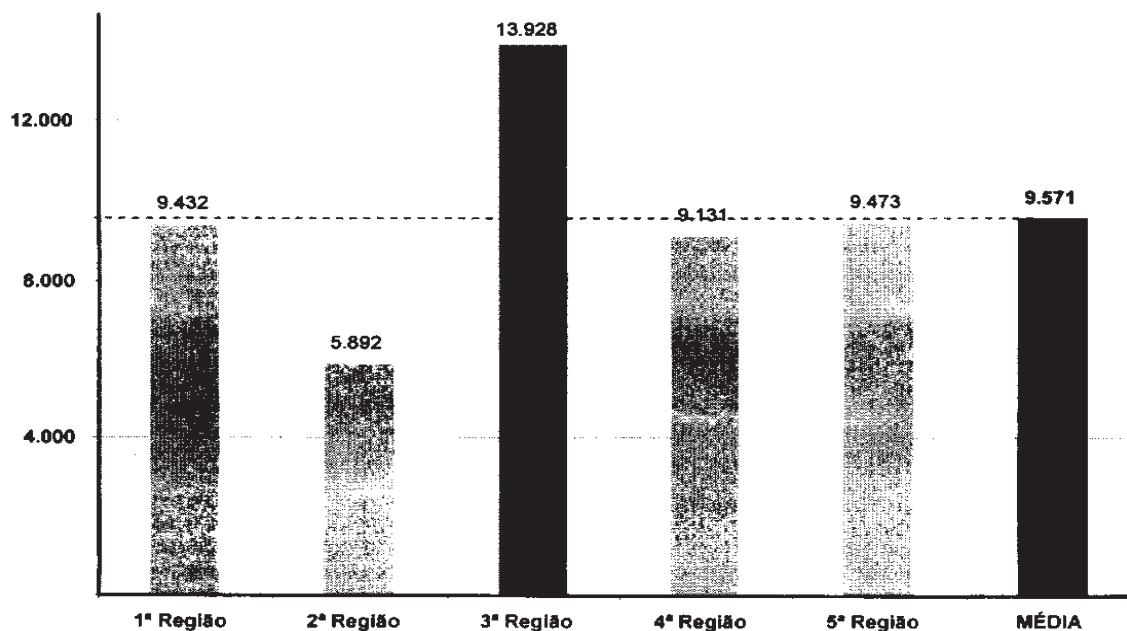


Gráfico 25 – Carga de Trabalho no 2º Grau

2.4.2. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU:

Região	CN 1º	Cpj 1º	Mag 1º	K 1º
1ª Região	199.187	670.406	208	4.181
2ª Região	131.739	421.571	151	3.664
3ª Região	320.211	1.317.150	203	8.066
4ª Região	270.169	692.776	231	4.169
5ª Região	38.096	522.812	93	6.031
MÉDIA	191.880	724.943	177	5.222

$$K_{1^\circ} = \frac{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

Mag ⇒ Número de Magistrados de 1º grau

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Federal de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça Federal de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

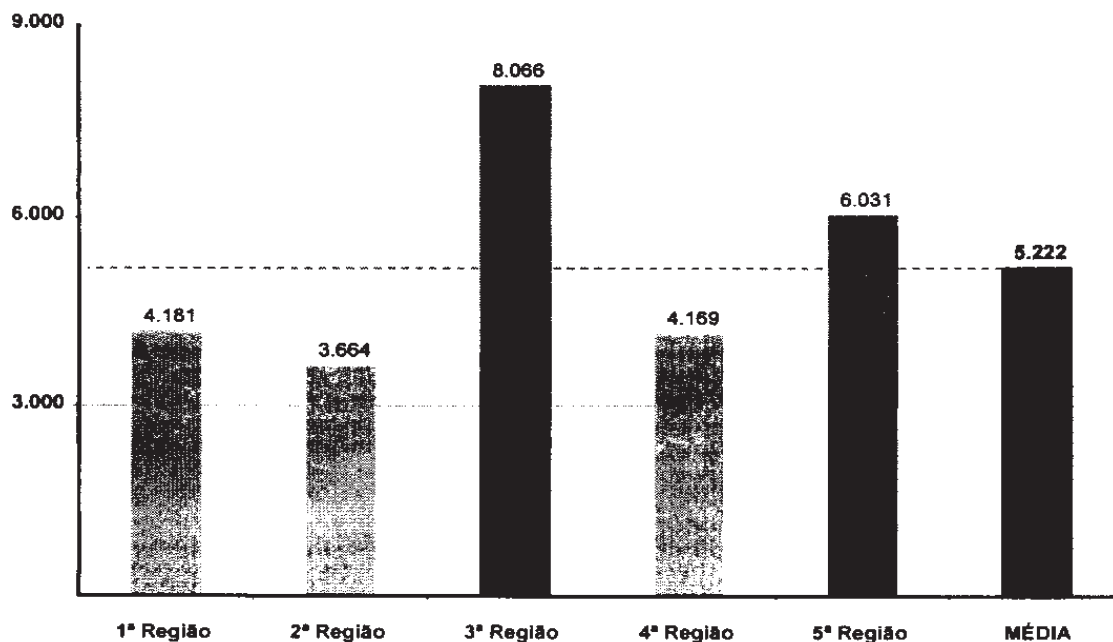


Gráfico 26 – Carga de Trabalho no 1º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.3. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA FEDERAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

Região	CN JE	Cpj JE	Mag JE	K JE
1ª Região	450.946	270.521	40	18.037
2ª Região	178.815	167.592	28	12.372
3ª Região	673.442	134.807	9	89.805
4ª Região	178.163	268.095	68	6.563
5ª Região	131.845	91.040	13	17.145
MÉDIA	322.642	186.411	32	28.784

$$K_{JE} = \frac{CN_{JE} + Cpj_{JE}}{Mag_{JE}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

Mag ⇒ Número de Magistrados de Juizado Especial

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação nos Juizados Especiais em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Os Magistrados que atuam duplamente nos Juizados Especiais e no 1º grau foram computados, exclusivamente, neste último;

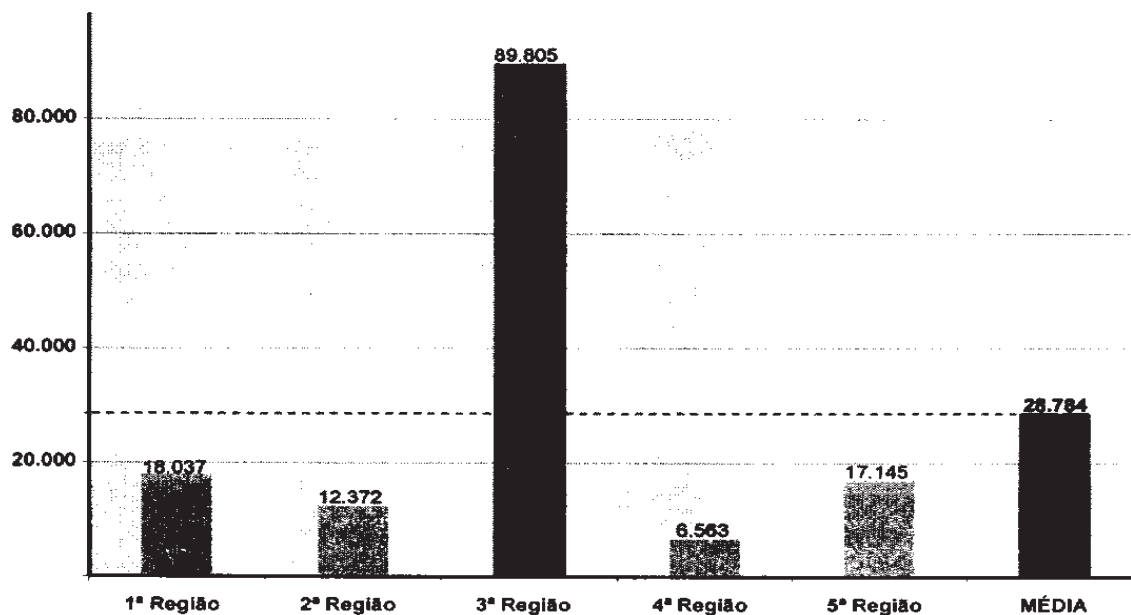


Gráfico 27 – Carga de Trabalho nos Juizados Especiais

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL 2º GRAU:

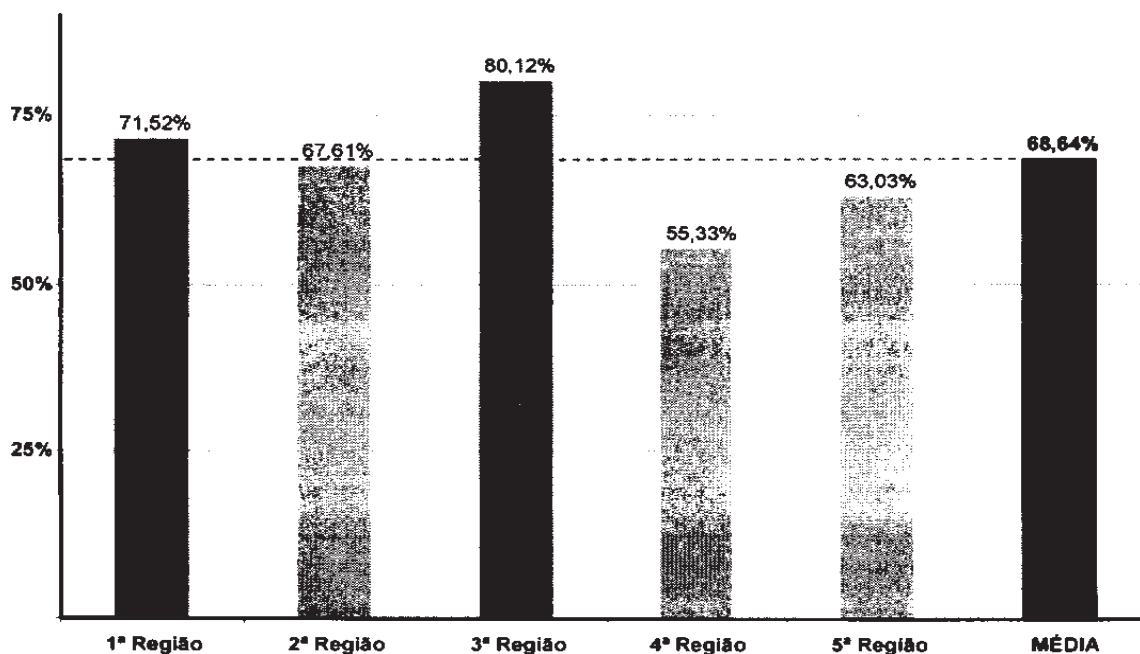
Região	Sent 2º	CN 2º	Cpj 2º	Γ 2º
1ª Região	72.530	88.581	166.079	71,52%
2ª Região	51.530	33.629	125.457	67,61%
3ª Região	119.087	193.045	405.857	80,12%
4ª Região	110.126	141.653	104.887	55,33%
5ª Região	52.530	55.148	86.947	63,03%
MÉDIA	81.161	102.411	177.845	68,64%

$$\Gamma_{2^\circ} = 1 - \frac{Sent_{2^\circ}}{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}$$

Onde:

CN $\Rightarrow$ Casos NovosCpj $\Rightarrow$ Casos Pendentes de JulgamentoSent $\Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Federal de 2º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (Sent) os despachos de mero expediente.

**Gráfico 28 - Taxa de Congestionamento do 2º Grau**

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.2. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU:

Região	Sent 1º	CN 1º	Cpj 1º	Γ 1º
1º Região	145.855	199.187	670.406	83,23%
2º Região	67.751	131.739	421.571	87,76%
3º Região	174.845	320.211	1.317.150	89,32%
4º Região	255.932	270.169	692.776	73,42%
5º Região	66.901	38.096	522.812	88,07%
MÉDIA	142.257	191.880	724.943	84,36%

$$\Gamma_{1^\circ} = 1 - \frac{Sent_{1^\circ}}{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

Sent ⇒ N° de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Federal de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Federal de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (Sent) os despachos de mero expediente.

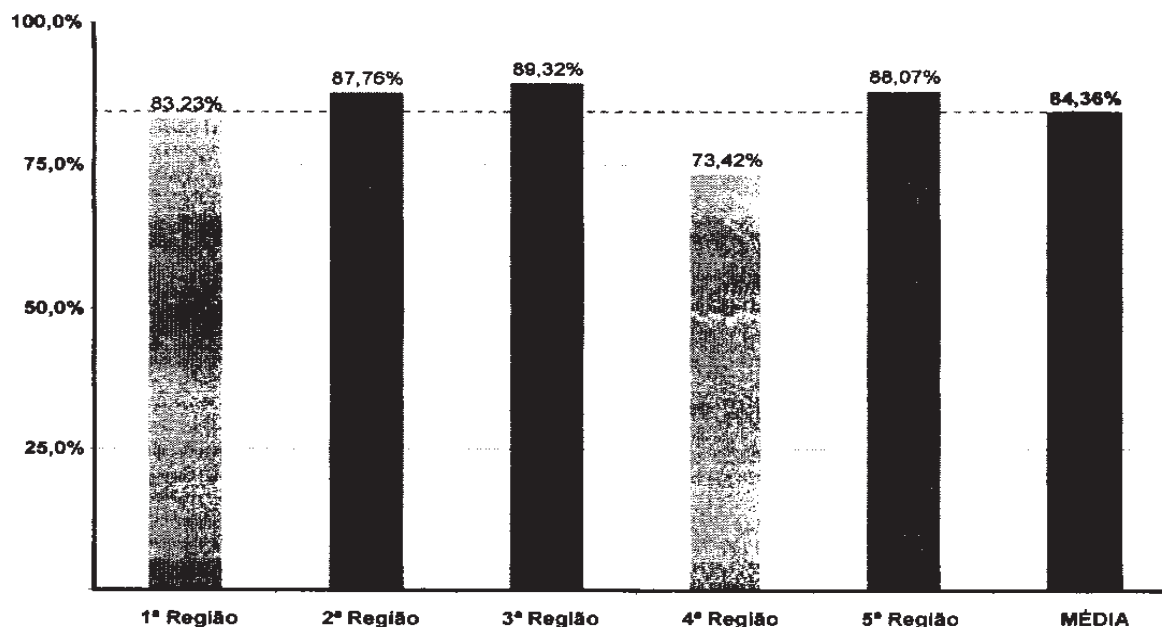


Gráfico 29 - Taxa de Congestionamento do 1º Grau

2.5.3. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

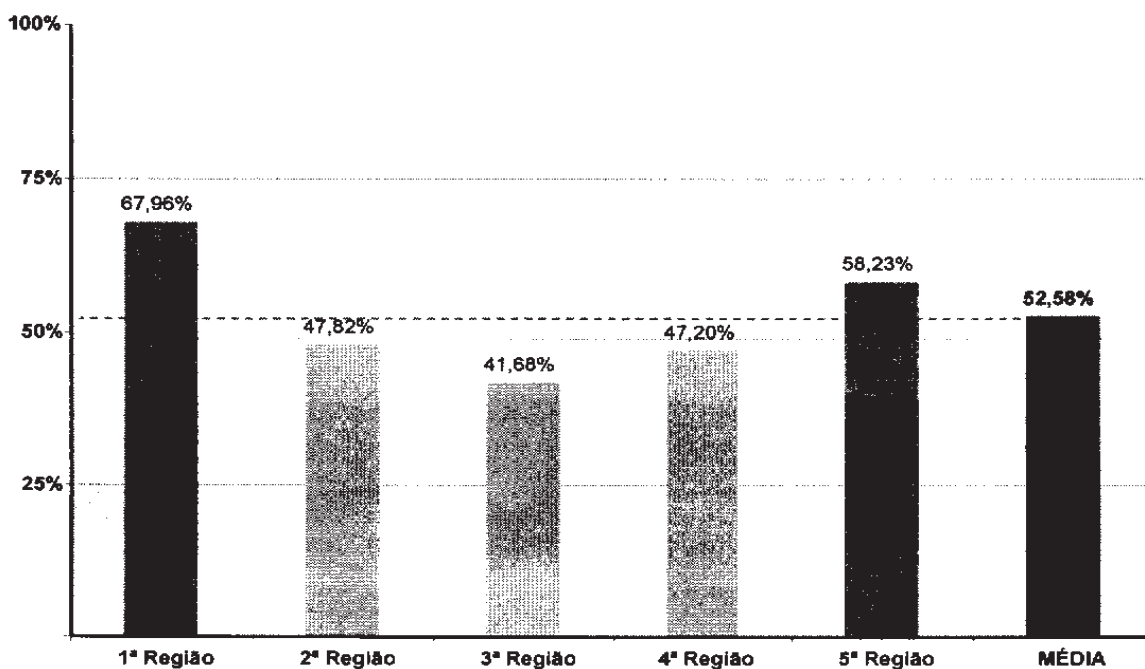
Região	<i>Sent JE</i>	<i>CN JE</i>	<i>Cpj JE</i>	ΓJE
1ª Região	231.138	450.946	270.521	67,96%
2ª Região	180.766	178.815	167.592	47,82%
3ª Região	471.399	673.442	134.807	41,68%
4ª Região	235.606	178.163	268.095	47,20%
5ª Região	93.103	131.845	91.040	58,23%
MÉDIA	242.402	322.642	186.411	52,58%

$$\Gamma_{JE} = 1 - \frac{Sent_{JE}}{CN_{JE} + Cpj_{JE}}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos*Cpj* ⇒ Casos Pendentes de Julgamento*Sent* ⇒ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação nos Juizados Especiais em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (*Sent*) os despachos de mero expediente.

**Gráfico 30 - Taxa de Congestionamento dos Juizados Especiais**

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL 2º GRAU:

Região	<i>Rsup</i> 2º	<i>Pj</i> 2º	<i>τ</i> 2º
1ª Região	15.729	72.530	21,69%
2ª Região	7.998	27.213	29,39%
3ª Região	23.037	119.087	19,34%
4ª Região	25.069	110.126	22,76%
5ª Região	17.393	52.530	33,11%
MÉDIA	17.845	76.297	25,26%

$$\tau_{2^\circ} = \frac{R_{sup2^\circ}}{P_{j2^\circ}}$$

Onde:

*Rsup*2º ⇒ Recursos à Instância Superior*Pj*2º ⇒ Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, *Habeas Corpus* e Reclamação;
2. Consideram-se decisões judiciais no 2º grau, os acórdãos publicados em 2004.

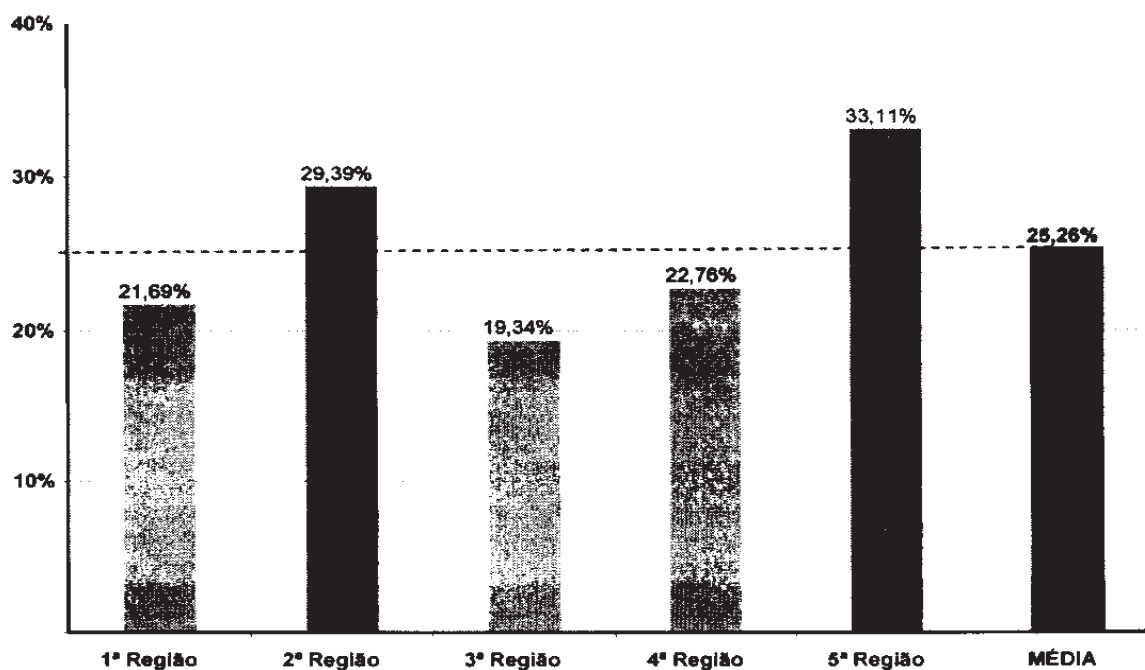


Gráfico 31 – Taxa de Recorribilidade Externa do 2º Grau

2.6.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL 1º GRAU:

Região	<i>Rsup 1º</i>	<i>Pj 1º</i>	τ_{1°
1º Região	73.055	145.855	50,09%
2º Região	28.602	117.909	24,26%
3º Região	93.323	174.845	53,37%
4º Região	111.799	255.932	43,68%
5º Região	43.968	66.901	65,72%
MÉDIA	70.149	152.288	47,42%

$$\tau_{1^\circ} = \frac{Rsup_{1^\circ}}{Pj_{1^\circ}}$$

Onde:

Rsup 1º ⇒ Recursos à Instância Superior

Pj 1º ⇒ Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, *Habeas Corpus* e Reclamação.
2. Foram também computadas as remessas necessárias quando desacompanhadas de recurso voluntário;
3. Consideram-se decisões judiciais de 1º grau, as sentenças e as decisões interlocutórias publicadas em 2004.

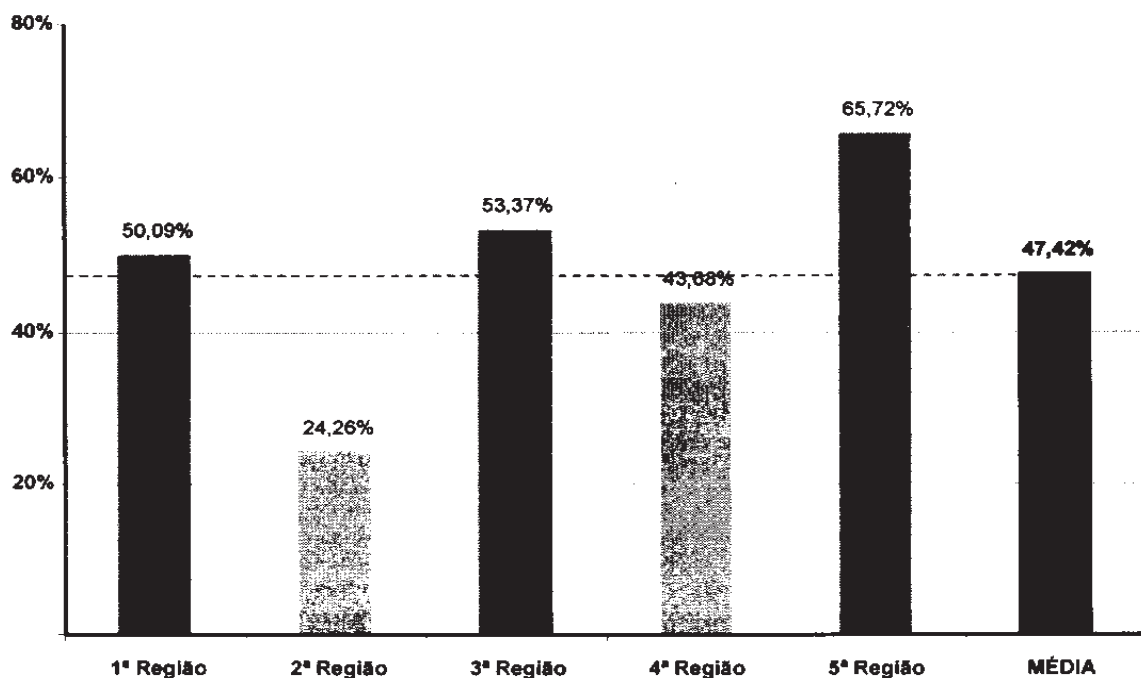


Gráfico 32 – Taxa de Recorribilidade Externa do 1º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

Região	<i>Rsup JE</i>	<i>Pj JE</i>	τ_{JE}
1ª Região	37.066	231.138	16,04%
2ª Região	58.172	191.719	30,34%
3ª Região	30.037	471.399	6,37%
4ª Região	41.045	235.606	17,42%
5ª Região	indisponível	93.103	indisponível
MÉDIA	33.264	244.593	17,54%

$$\tau_{JE} = \frac{R_{sup JE}}{P_{j JE}}$$

Onde:

Rsup → Recursos à Instância Superior*Pj* → Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, *Habeas Corpus* e Reclamação;
2. Consideram-se decisões judiciais nos Juizados Especiais, as sentenças e acórdãos recursais publicados em 2004.

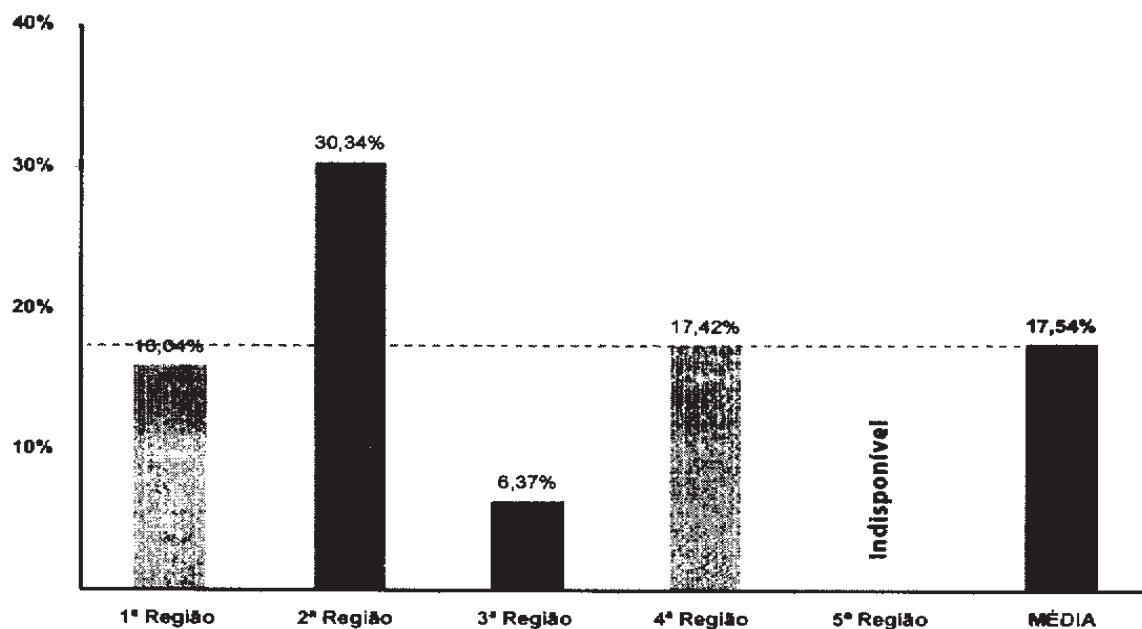


Gráfico 33 – Taxa de Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 2º GRAU:

Região	<i>Rint</i> 2º	<i>D</i> 2º	$\tau_{int\ 2^\circ}$
1º Região	10.980	64.533	17,01%
2º Região	7.680	51.530	14,90%
3º Região	24.002	119.087	20,16%
4º Região	27.931	96.400	28,97%
5º Região	7.383	46.709	15,81%
MÉDIA	15.595	75.652	19,37%

$$\tau_{int\ 2^\circ} = \frac{R_{int\ 2^\circ}}{D_{2^\circ}}$$

Onde:

Rint ⇒ Recursos internos
D ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

- Foram considerados Recursos Internos (*Rint*) aqueles interpostos para julgamento no mesmo grau de Jurisdição, tais como: Embargos de Declaração, Agravos Internos (Regimentais ou Legais), Embargos Infringentes.

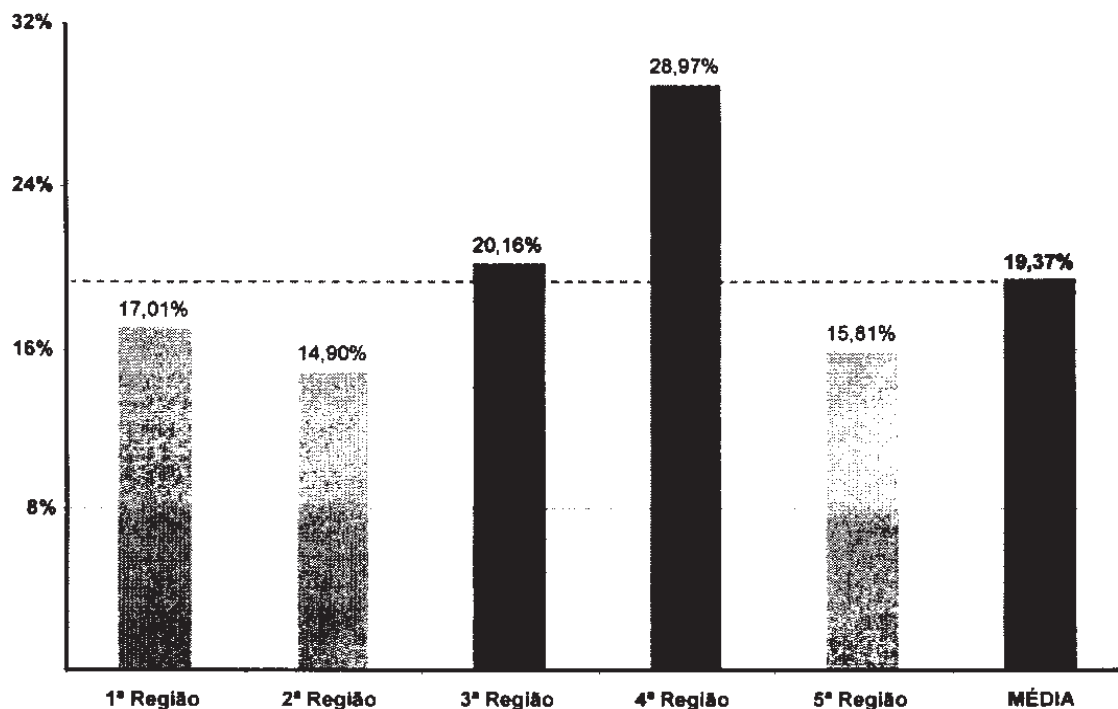


Gráfico 34 – Taxa de Recorribilidade Interna do 2º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 1º GRAU:

Região	<i>Rint</i> 1º	<i>D</i> 1º	$\tau_{int\ 1^\circ}$
1º Região	6.642	139.203	4,77%
2º Região	indisponível	72.578	indisponível
3º Região	5.130	169.794	3,02%
4º Região	27.547	228.385	12,06%
5º Região	indisponível	66.901	indisponível
MÉDIA	13.106	135.372	6,62%

$$\tau_{int\ 1^\circ} = \frac{R_{int\ 1^\circ}}{D_{1^\circ}}$$

Onde:

Rint ⇒ Recursos internos

D ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

1. No 1º grau, foram considerados Recursos Internos (*Rint*), somente os Embargos de Declaração.

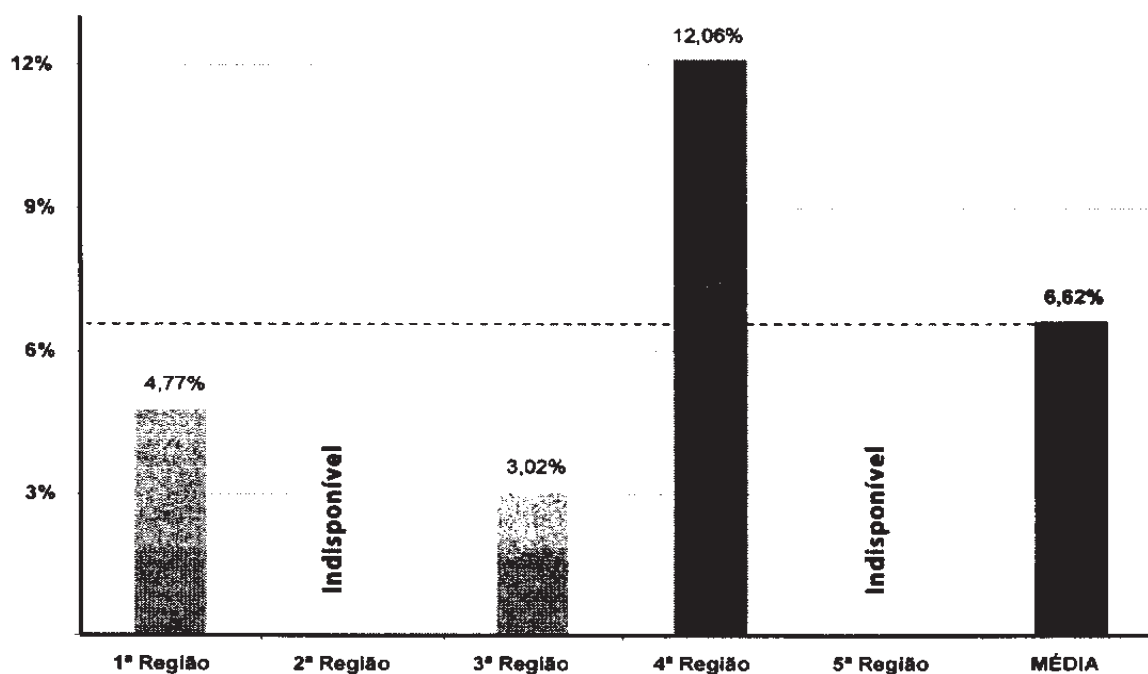


Gráfico 35 – Taxa de Recorribilidade Interna do 1º Grau

2.7.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

Região	<i>R_{int JE}</i>	<i>D_{JE}</i>	$\tau_{int JE}$
1ª Região	621	258.444	0,24%
2ª Região	indisponível	172.914	indisponível
3ª Região	717	482.390	0,15%
4ª Região	4.195	308.354	1,36%
5ª Região	indisponível	93.103	indisponível
MÉDIA	1.107	263.041	0,58%

$$\tau_{int JE} = \frac{R_{int JE}}{D_{JE}}$$

Onde:

R_{int} ⇒ Recursos internos
D ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

1. Nos Juizados Especiais, foram considerados Recursos Internos (*R_{int}*) somente os Embargos de Declaração;

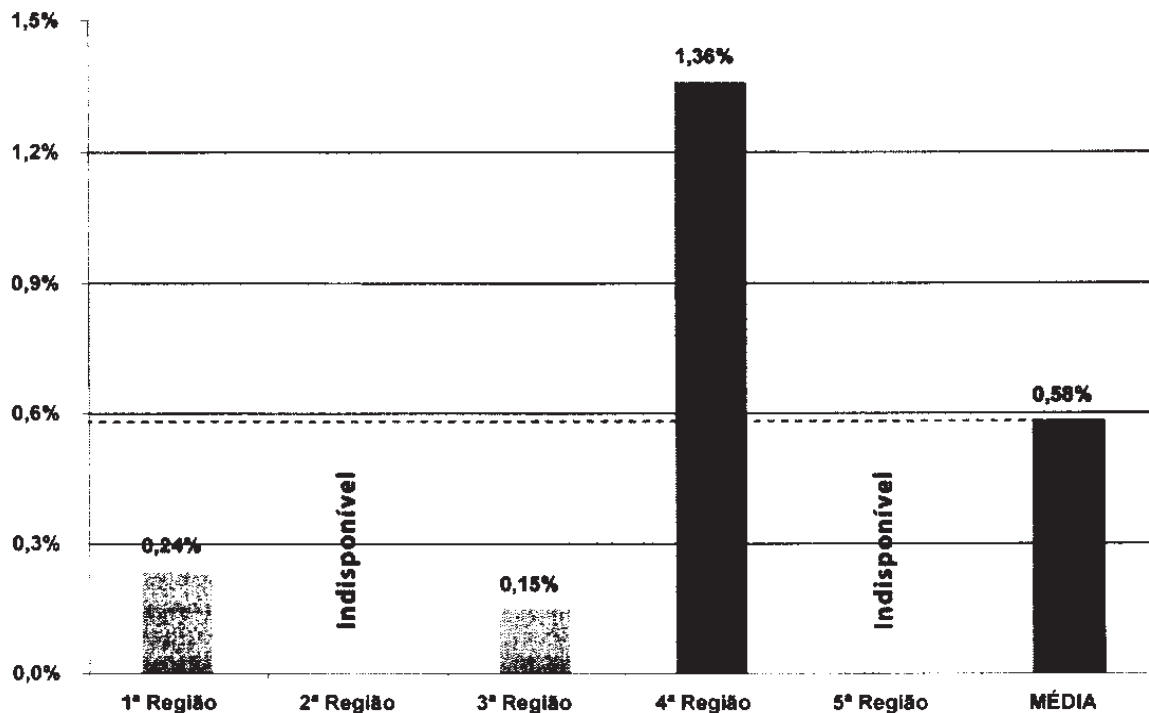


Gráfico 36 – Taxa de Recorribilidade Interna dos Juizados Especiais

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 2º GRAU:

Região	Rp 2º	Rj 2º	Rd 2º
1ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
2ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
3ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
4ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
5ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
MÉDIA	Indisponível	indisponível	indisponível

$$Rd_{2^\circ} = \frac{Rp_{2^\circ}}{Rj_{2^\circ}}$$

Onde:

Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)*Rj* ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

- Foram considerados como Recursos Julgados (*Rj*) os acórdãos publicados em 2004.

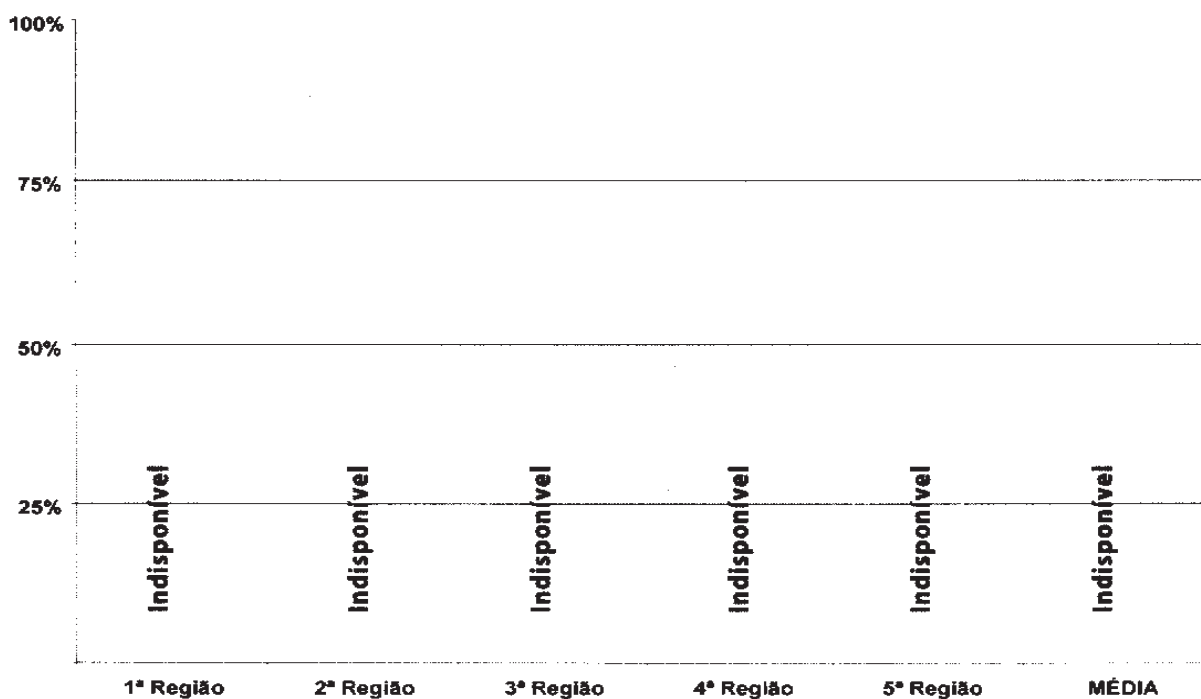


Gráfico 37 – Taxa de Reforma da Decisão no 2º Grau

2.8.2. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 1º GRAU:

Região	<i>Rp</i> 1º	<i>Rj</i> 1º	<i>Rd</i> 1º
1º Região	2.095	6.652	31,49%
2º Região	indisponível	indisponível	indisponível
3º Região	indisponível	indisponível	indisponível
4º Região	indisponível	indisponível	indisponível
5º Região	indisponível	indisponível	indisponível
MÉDIA	2.095	6.652	31,49%

$$Rd_{1^\circ} = \frac{Rp_{1^\circ}}{Rj_{1^\circ}}$$

Onde:

Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)
Rj ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

1. Foram consideradas como Recursos Julgados (*Rj*) as Sentenças terminativas proferidas em 2004.

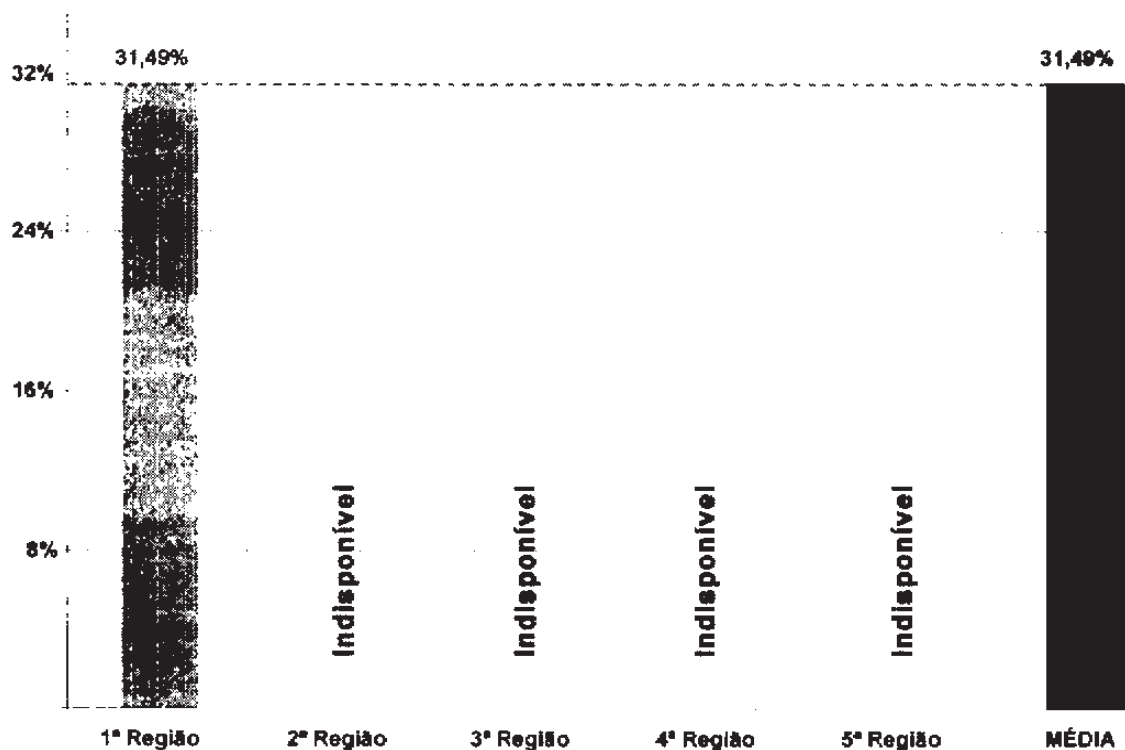


Gráfico 38 – Taxa de Reforma da Decisão no 1º Grau

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.3. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

Região	<i>Rp JE</i>	<i>Rj JE</i>	<i>Rd JE</i>
1ª Região	10.608	27.571	38,48%
2ª Região	indisponível	indisponível	indisponível
3ª Região	571	11.495	4,97%
4ª Região	164	312	52,56%
5ª Região	1.553	4.210	36,89%
MÉDIA	2.579	8.718	33,22%

$$Rd_{JE} = \frac{Rp_{JE}}{Rj_{JE}}$$

Onde:

Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)
Rj ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

- Foram consideradas como Recursos Julgados (*Rj*) as Sentenças terminativas proferidas em 2004.

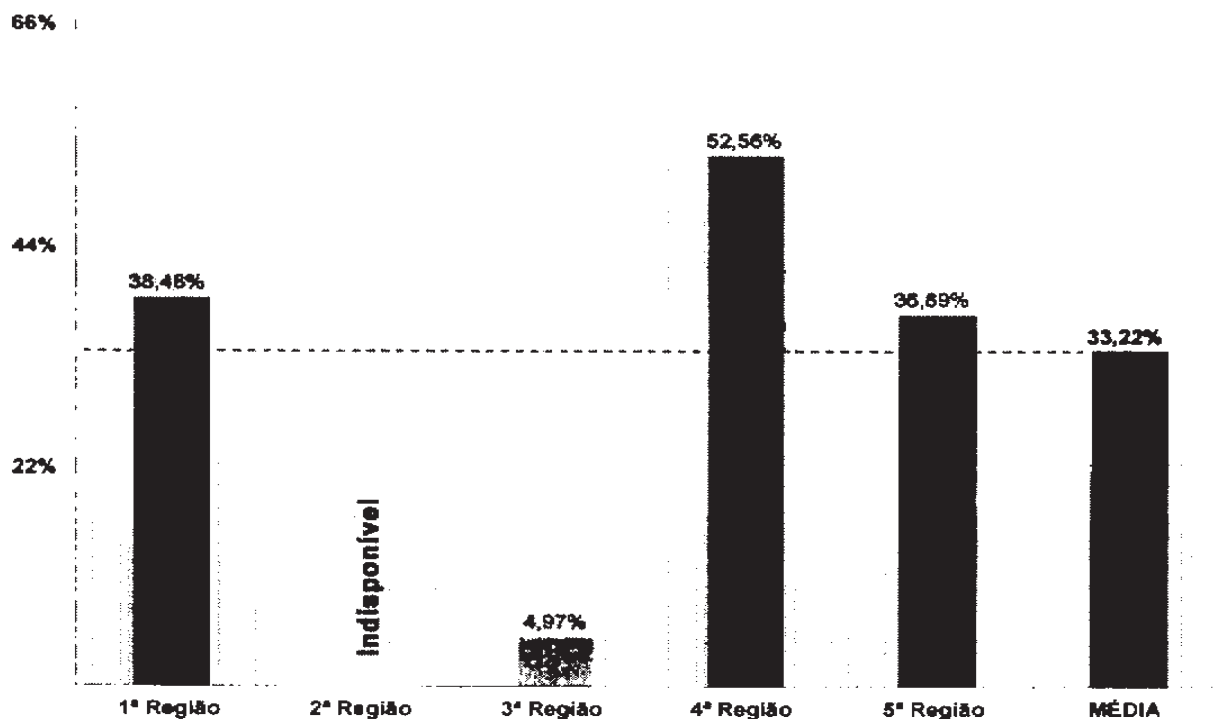


Gráfico 39 – Taxa de Reforma da Decisão nos Juizados Especiais

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE O PIB FEDERAL:

Região	JG	PIB	A1
1ª Região	2.092.321	451.686.430.000	0,00046%
2ª Região	922.684	247.776.420.000	0,00037%
3ª Região	2.350.133	579.946.150.000	0,00041%
4ª Região	6.045.271	302.321.390.000	0,00200%
5ª Região	indisponível	130.024.850.000	indisponível
MÉDIA	2.852.602	342.351.048.000	0,00081%

$$A_1 = \frac{JG}{PIB}$$

Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita

PIB ⇒ Produto Interno Bruto Federal

Metodologia:

1. Foram incluídas as despesas com Defensoria Pública, remuneração de defensores dativos, e convênios com a OAB, que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O valor de PIB Federal utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o valor informado pelo IBGE em 2003 e atualizado pela estimativa de crescimento dos últimos três anos.

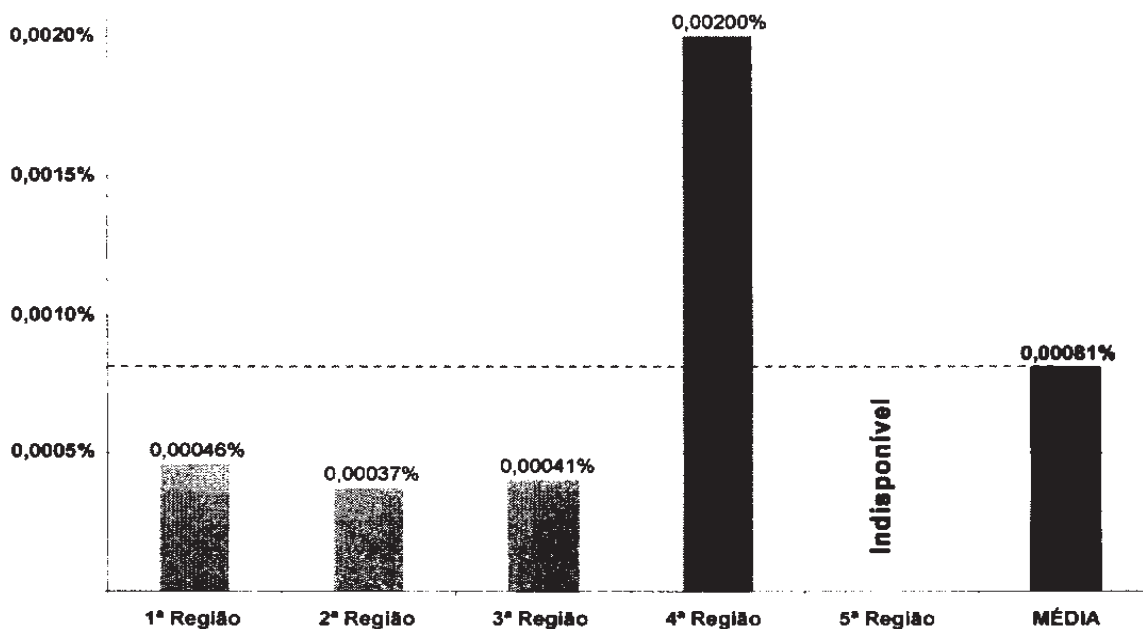


Gráfico 40 – Despesa com Assistência Judiciária sobre o PIB

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL:

Região	JG	GT	A2
1ª Região	2.092.321	908.148.000.000	0,000230%
2ª Região	922.684	908.148.000.000	0,000102%
3ª Região	2.350.133	908.148.000.000	0,000259%
4ª Região	6.045.271	908.148.000.000	0,000666%
5ª Região	indisponível	908.148.000.000	indisponível
MÉDIA	2.852.602	908.148.000.000	0,000314%

$$A_2 = \frac{JG}{GT}$$

Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita

GT ⇒ Gasto Total (Despesa Pública Federal)

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. Foi considerado como Gasto Total (Despesa Pública Federal) o orçamento liquidado da União.

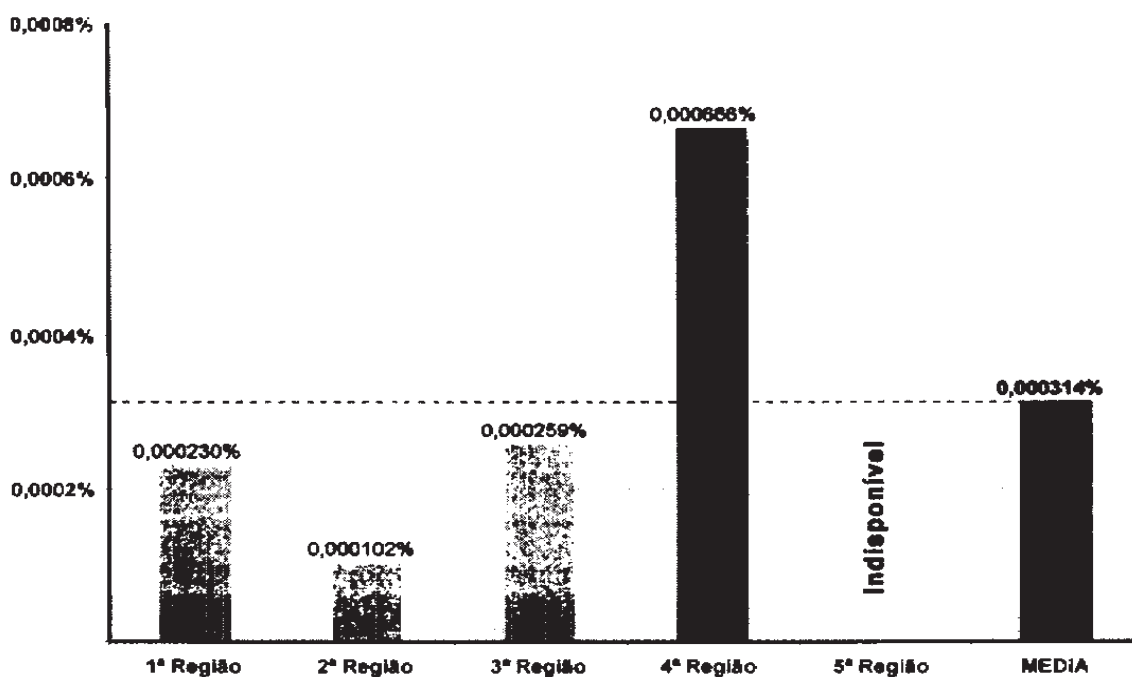


Gráfico 41 – Despesa com Assistência Judiciária sobre a Despesa Pública Total

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	JG	Dpj	A3
1ª Região	2.092.321	793.982.291	0,26%
2ª Região	922.684	490.171.438	0,19%
3ª Região	2.350.133	671.463.583	0,35%
4ª Região	6.045.271	617.052.490	0,98%
5ª Região	indisponível	376.227.919	indisponível
MÉDIA	2.852.602	589.779.544	0,45%

$$A_3 = \frac{JG}{Dpj}$$

Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita

DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça Federal

Metodologia:

1. No cálculo de *JG* foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. Foi considerado como despesa da Justiça Federal (*DPJ*) o orçamento liquidado de 2004, excluídos os Precatórios Judiciais e as RPV's (Requisições de Pequeno Valor);

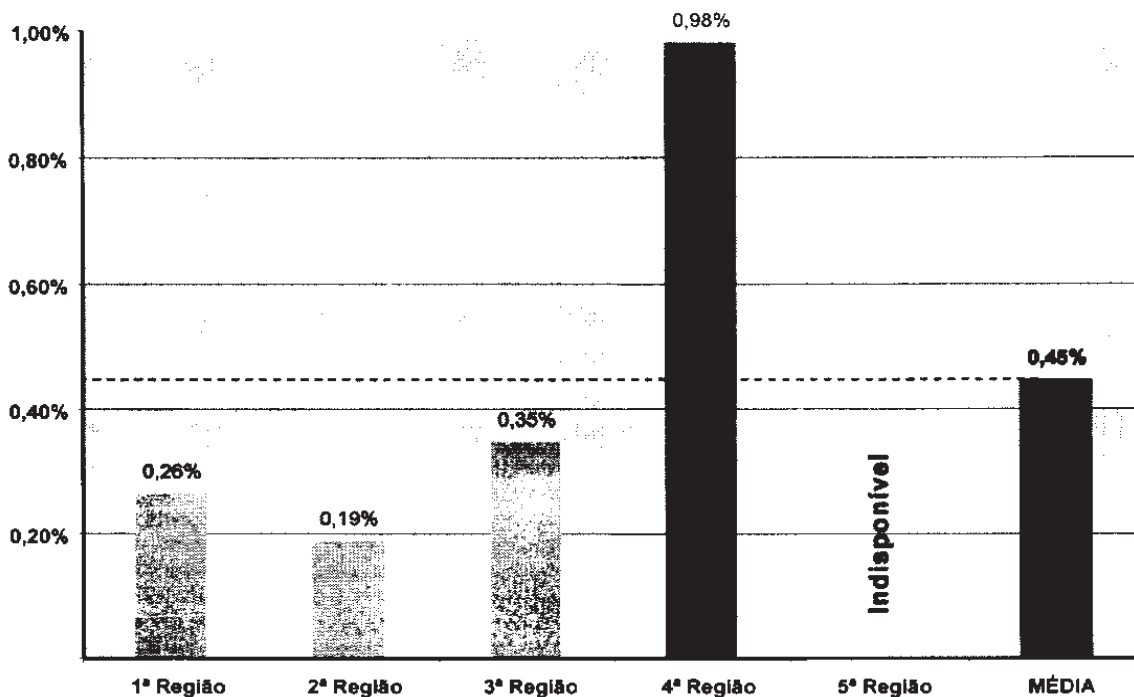


Gráfico 42 – Despesa com Assistência Judiciária sobre a Despesa Total

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.4. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA POR HABITANTE:

Região	JG	h1	A4
1ª Região	2.092.321	66.587.256	R\$0,03
2ª Região	922.684	18.555.774	R\$0,05
3ª Região	2.350.133	42.055.928	R\$0,06
4ª Região	6.045.271	26.635.629	R\$0,23
5ª Região	indisponível	27.746.437	indisponível
MÉDIA	2.852.602	36.316.205	R\$0,09

$$A_4 = \frac{JG}{h_1}$$

Onde:

JG $\Rightarrow$ Assistência Judiciária Gratuita
 h_1 $\Rightarrow$ Número de habitantes na Região

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

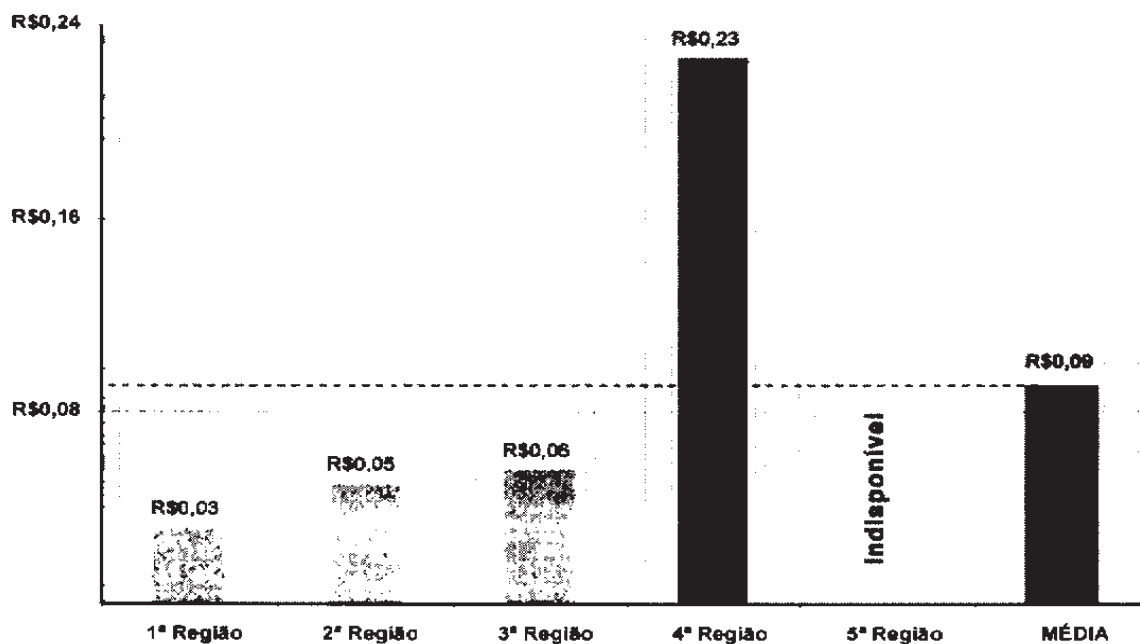


Gráfico 43 – Despesa com Assistência Judiciária por habitante

3.5. PESSOAS ATENDIDAS:

Região	PA
1º Região	1.069.577
2º Região	187.494
3º Região	755.837
4º Região	420.771
5º Região	32.236
MÉDIA	493.183

PA = Pessoas _ Atendidas

Metodologia:

1. Foi computado o **número de pessoas** que ingressaram com alguma ação judicial no Poder Judiciário Federal, no ano de 2004, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental.

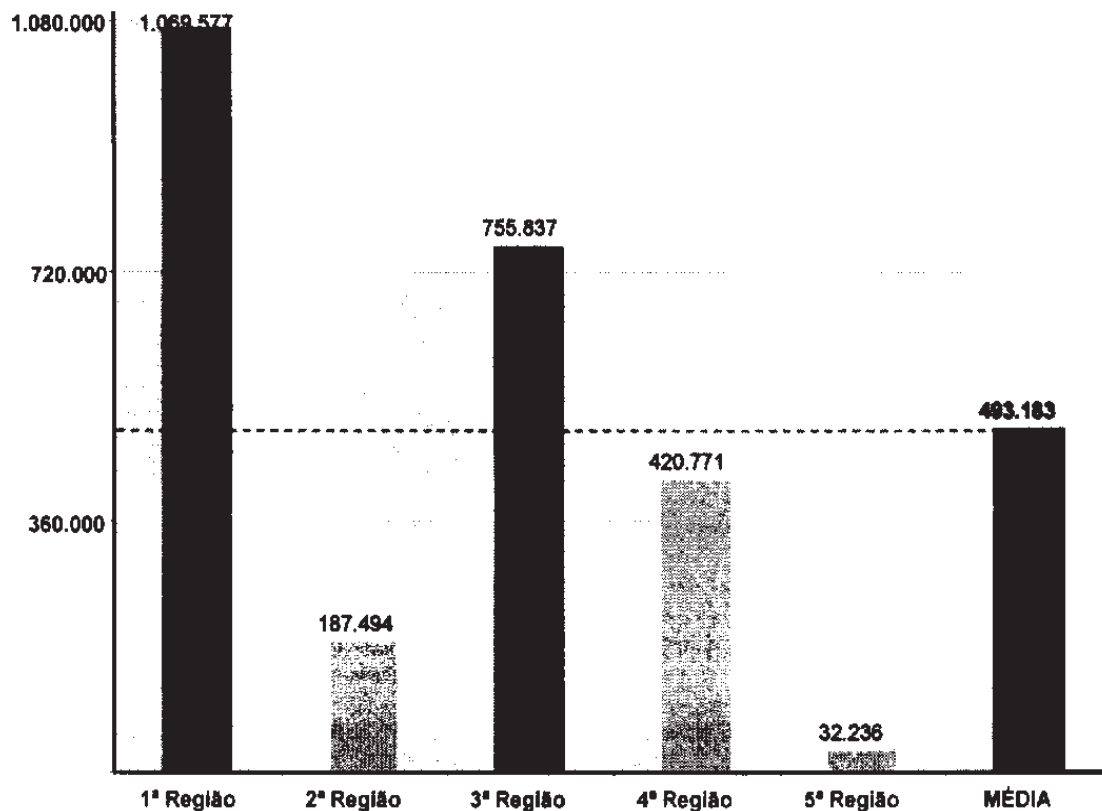


Gráfico 44 – Pessoas atendidas

RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	DGov1
1ª Região	205.841
2ª Região	55.111
3ª Região	194.643
4ª Região	124.218
5ª Região	55.780
MÉDIA	127.119

$$DGov_i = Demanda\_Por$$

Metodologia:

1. Número total de Ações propostas PELA União, Governo Federal, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

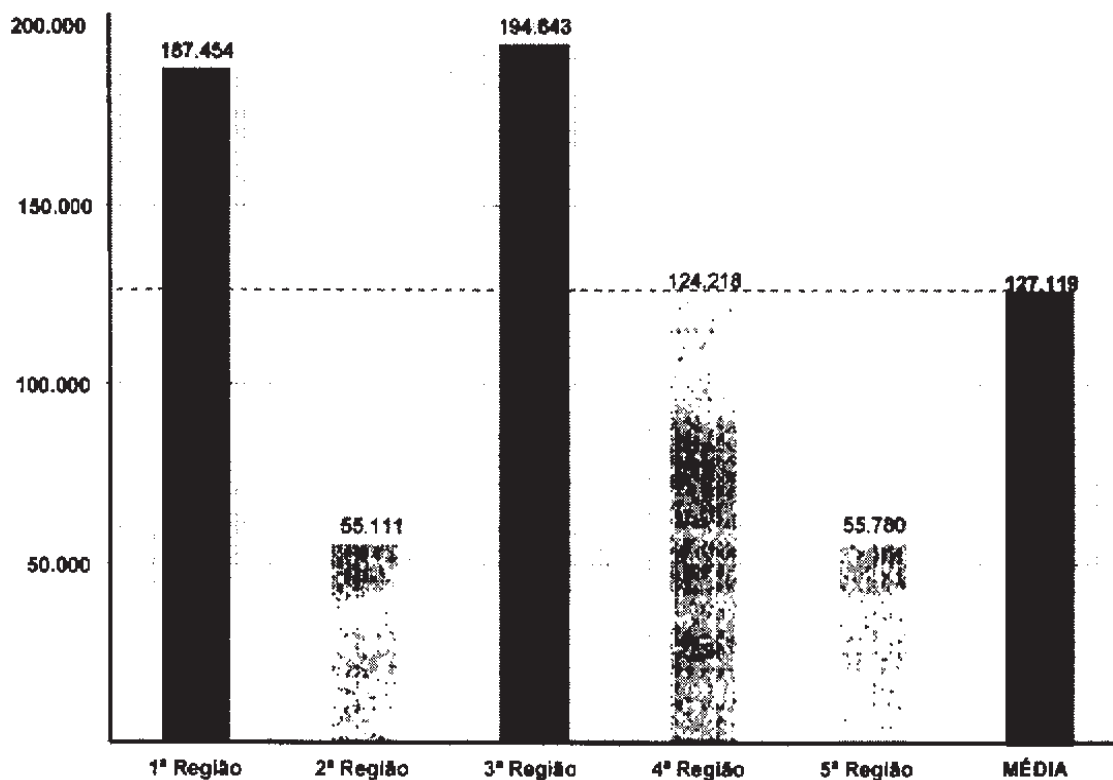


Gráfico 45 – Demanda Governamental na Justiça - POR

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA FEDERAL:

Região	DGov2
1º Região	192.617
2º Região	163.643
3º Região	188.732
4º Região	319.617
5º Região	81.094
MÉDIA	189.141

$$DGov_2 = Demanda\_Contra$$

Metodologia:

1. Número total de Ações propostas CONTRA a União, Governo Federal, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

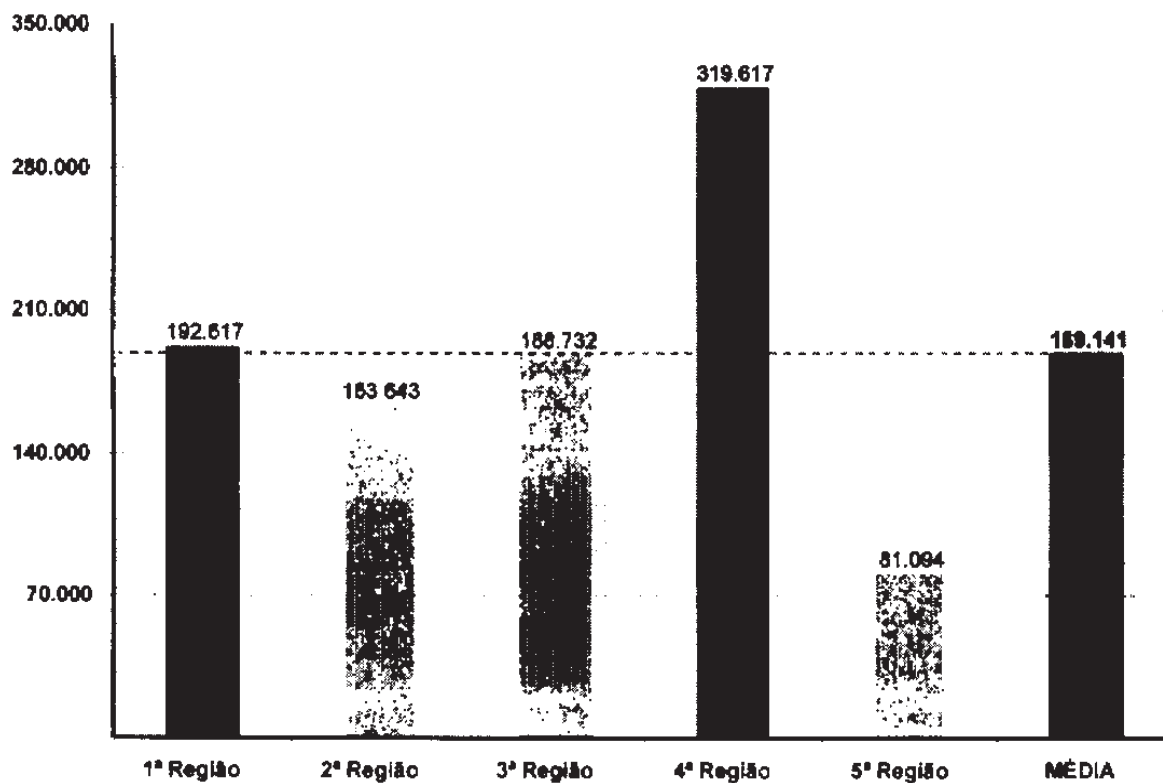


Gráfico 46 – Demanda Governamental na Justiça - CONTRA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA EM NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS DO PODER
JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO ANO 2004

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O PIB REGIONAL

Região	UF	Dpj	PIB	G1
1ª	Rio de Janeiro	696.320.704	216.335.900.000	0,32%
2ª	São Paulo	663.269.306	278.598.890.000	0,24%
3ª	Minas Gerais	647.673.782	159.458.610.000	0,41%
4ª	Rio Grande do Sul	470.139.035	132.831.520.000	0,35%
5ª	Bahia	362.445.868	78.977.090.000	0,46%
6ª	Pernambuco	286.362.616	46.430.180.000	0,62%
7ª	Ceará	122.655.907	30.780.500.000	0,40%
8ª	Pará / Amapá	196.435.625	35.839.370.000	0,55%
9ª	Paraná	263.269.386	103.579.620.000	0,25%
10ª	DF / Tocantins	206.976.252	49.872.710.000	0,42%
11ª	Amazonas / Roraima	172.295.295	33.723.240.000	0,51%
12ª	Santa Catarina	229.148.231	65.910.250.000	0,35%
13ª	Paraíba	158.697.615	14.795.090.000	1,07%
14ª	Rondônia / Acre	113.422.267	12.135.950.000	0,93%
15ª	Campinas	462.373.071	278.598.890.000	0,17%
16ª	Maranhão	57.327.544	14.522.940.000	0,39%
17ª	Espírito Santo	83.382.377	31.440.520.000	0,27%
18ª	Goiás	108.246.064	39.803.290.000	0,27%
19ª	Alagoas	68.486.364	11.149.090.000	0,61%
20ª	Sergipe	68.891.398	12.076.170.000	0,57%
21ª	Rio Grande do Norte	82.497.208	14.793.820.000	0,56%
22ª	Piauí	41.614.763	7.841.370.000	0,53%
23ª	Mato Grosso	80.208.131	22.748.370.000	0,35%
24ª	Mato Grosso do Sul	72.326.305	19.511.870.000	0,37%
MÉDIA		238.102.713	71.323.135.417	0,46%
TST		433.006.757	1.769.202.000.000	0,02%

$$G_1 = \frac{Dpj}{PIB}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho
 PIB ⇒ Produto Interno Bruto Regional

Metodologia:

- Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
- Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O PIB REGIONAL

Região	UF	Dpj	PIB	G1
1ª	Rio de Janeiro	696.320.704	216.335.900.000	0,32%
2ª	São Paulo	663.269.306	278.598.890.000	0,24%
3ª	Minas Gerais	647.673.782	159.458.610.000	0,41%
4ª	Rio Grande do Sul	470.139.035	132.831.520.000	0,35%
5ª	Bahia	362.445.868	78.977.090.000	0,46%
6ª	Pernambuco	286.362.616	46.430.180.000	0,62%
7ª	Ceará	122.655.907	30.780.500.000	0,40%
8ª	Pará / Amapá	196.435.625	35.839.370.000	0,55%
9ª	Paraná	263.269.386	103.579.620.000	0,25%
10ª	DF / Tocantins	206.976.252	49.872.710.000	0,42%
11ª	Amazonas / Roraima	172.295.295	33.723.240.000	0,51%
12ª	Santa Catarina	229.148.231	65.910.250.000	0,35%
13ª	Paraíba	158.697.615	14.795.090.000	1,07%
14ª	Rondônia / Acre	113.422.267	12.135.950.000	0,93%
15ª	Campinas	462.373.071	278.598.890.000	0,17%
16ª	Maranhão	57.327.544	14.522.940.000	0,39%
17ª	Espírito Santo	83.382.377	31.440.520.000	0,27%
18ª	Goiás	108.246.064	39.803.290.000	0,27%
19ª	Alagoas	68.486.364	11.149.090.000	0,61%
20ª	Sergipe	68.891.398	12.076.170.000	0,57%
21ª	Rio Grande do Norte	82.497.208	14.793.820.000	0,56%
22ª	Piauí	41.614.763	7.841.370.000	0,53%
23ª	Mato Grosso	80.208.131	22.748.370.000	0,35%
24ª	Mato Grosso do Sul	72.326.305	19.511.870.000	0,37%
MÉDIA		238.102.713	71.323.135.417	0,46%
TST		433.006.757	1.769.202.000.000	0,02%

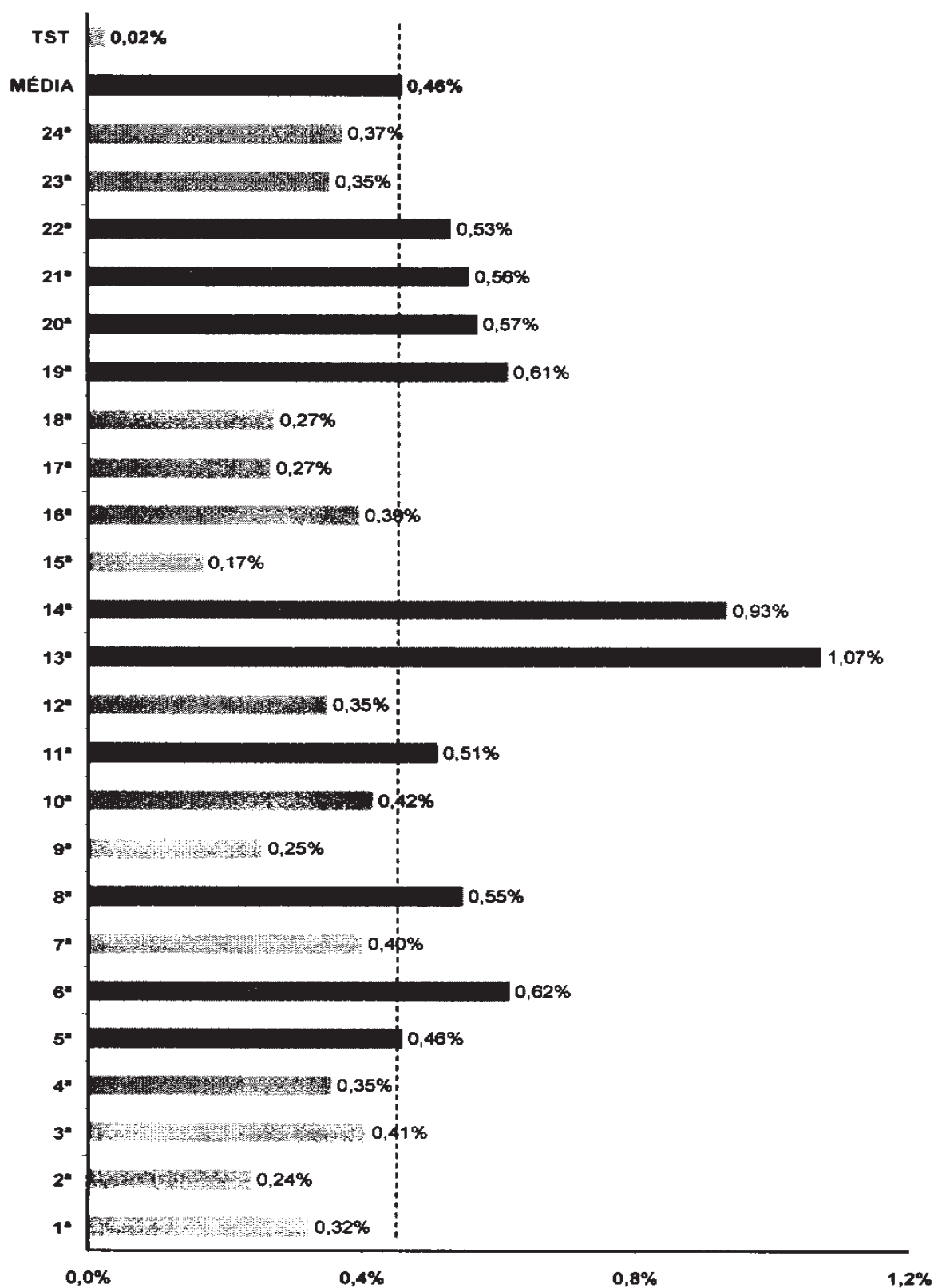
$$G_1 = \frac{Dpj}{PIB}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho
 PIB ⇒ Produto Interno Bruto Regional

Metodologia:

1. Os Tribunais informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas Justças do trabalho no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O PIB REGIONAL

1.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA PÚBLICA

Região	UF	Dpj	GT	G2
1ª	Rio de Janeiro	696.320.704	908.148.000.000	0,077%
2ª	São Paulo	663.269.306	908.148.000.000	0,073%
3ª	Minas Gerais	647.673.782	908.148.000.000	0,071%
4ª	Rio Grande do Sul	470.139.035	908.148.000.000	0,052%
5ª	Bahia	362.445.868	908.148.000.000	0,040%
6ª	Pernambuco	286.362.616	908.148.000.000	0,032%
7ª	Ceará	122.655.907	908.148.000.000	0,014%
8ª	Pará / Amapá	196.435.625	908.148.000.000	0,022%
9ª	Paraná	263.269.386	908.148.000.000	0,029%
10ª	DF / Tocantins	206.976.252	908.148.000.000	0,023%
11ª	Amazonas / Roraima	172.295.295	908.148.000.000	0,019%
12ª	Santa Catarina	229.148.231	908.148.000.000	0,025%
13ª	Paraíba	158.697.615	908.148.000.000	0,017%
14ª	Rondônia / Acre	113.422.267	908.148.000.000	0,012%
15ª	Campinas	462.373.071	908.148.000.000	0,051%
16ª	Maranhão	57.327.544	908.148.000.000	0,006%
17ª	Espírito Santo	83.382.377	908.148.000.000	0,009%
18ª	Goiás	108.246.064	908.148.000.000	0,012%
19ª	Alagoas	68.486.364	908.148.000.000	0,008%
20ª	Sergipe	68.891.398	908.148.000.000	0,008%
21ª	Rio Grande do Norte	82.497.208	908.148.000.000	0,009%
22ª	Piauí	41.614.763	908.148.000.000	0,005%
23ª	Mato Grosso	80.208.131	908.148.000.000	0,009%
24ª	Mato Grosso do Sul	72.326.305	908.148.000.000	0,008%
MÉDIA		238.102.713	908.148.000.000	0,026%
TST		433.006.757	908.148.000.000	0,048%

$$G_2 = \frac{Dpj}{GT}$$

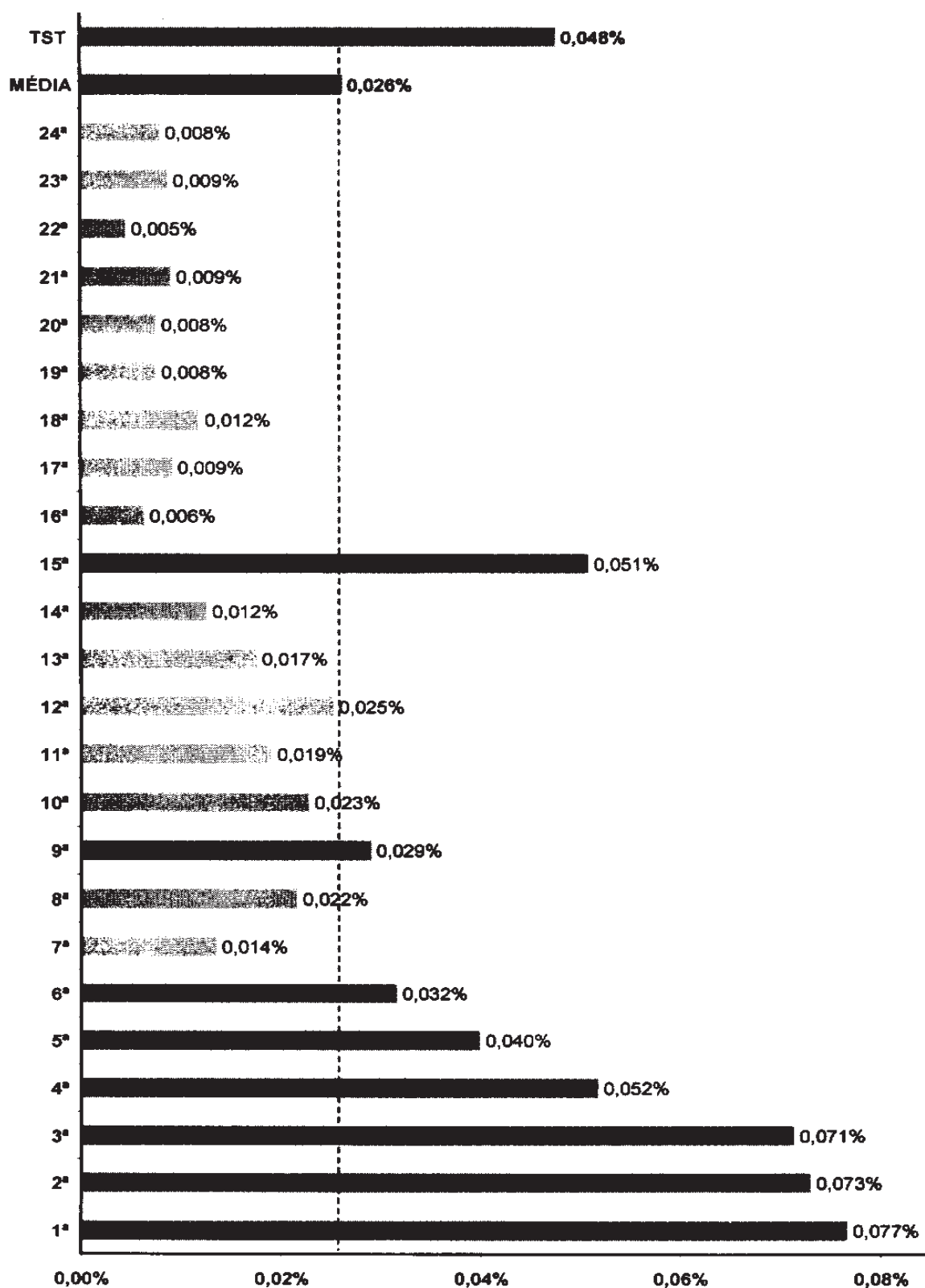
Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho

GT ⇒ Gasto Total (Despesa Pública Federal)

Metodologia:

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foi considerado como Gasto Total (Despesa Pública Federal) o orçamento liquidado da União.

1.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA PÚBLICA

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

Região	UF	Prh	Bs	Dpj	G3	G4
1ª	Rio de Janeiro	647.694.405	43.945.507	696.320.704	93,02%	6,31%
2ª	São Paulo	627.293.233	35.901.643	663.269.306	94,58%	5,41%
3ª	Minas Gerais	633.350.404	14.323.378	647.673.782	97,79%	2,21%
4ª	Rio Grande do Sul	441.526.398	28.612.638	470.139.035	93,91%	6,09%
5ª	Bahia	339.847.454	22.940.256	362.445.868	93,77%	6,33%
6ª	Pernambuco	274.704.955	11.657.661	286.362.616	95,93%	4,07%
7ª	Ceará	117.576.163	5.079.743	122.655.907	95,86%	4,14%
8ª	Pará / Amapá	182.288.116	14.147.510	196.435.625	92,80%	7,20%
9ª	Paraná	243.215.364	20.054.021	263.269.386	92,38%	7,62%
10ª	DF / Tocantins	175.942.607	31.033.645	206.976.252	85,01%	14,99%
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	indisponível	172.295.295	Indisponível	indisponível
12ª	Santa Catarina	216.193.157	12.955.074	229.148.231	94,35%	5,65%
13ª	Paraíba	148.293.012	10.404.603	158.697.615	93,44%	6,56%
14ª	Rondônia / Acre	102.034.466	11.387.801	113.422.267	89,96%	10,04%
15ª	Campinas	441.942.454	20.430.617	462.373.071	95,58%	4,42%
16ª	Maranhão	51.762.364	14.218.712	57.327.544	90,29%	24,80%
17ª	Espírito Santo	83.724.792	9.526.852	83.382.377	100,41%	11,43%
18ª	Goiás	96.783.542	11.462.521	108.246.064	89,41%	10,59%
19ª	Alagoas	64.973.992	3.512.373	68.486.364	94,87%	5,13%
20ª	Sergipe	53.143.247	15.748.151	68.891.398	77,14%	22,86%
21ª	Rio Grande do Norte	72.338.026	10.159.181	82.497.208	87,69%	12,31%
22ª	Piauí	36.706.685	4.458.089	41.614.763	88,21%	10,71%
23ª	Mato Grosso	65.053.857	15.154.274	80.208.131	81,11%	18,89%
24ª	Mato Grosso do Sul	66.384.391	3.391.159	72.326.305	91,78%	4,69%
MÉDIA		225.337.960	16.108.931	238.102.713	91,34%	8,58%
TST		288.513.544	144.493.213	433.006.757	66,63%	33,37%

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{Dpj}$$

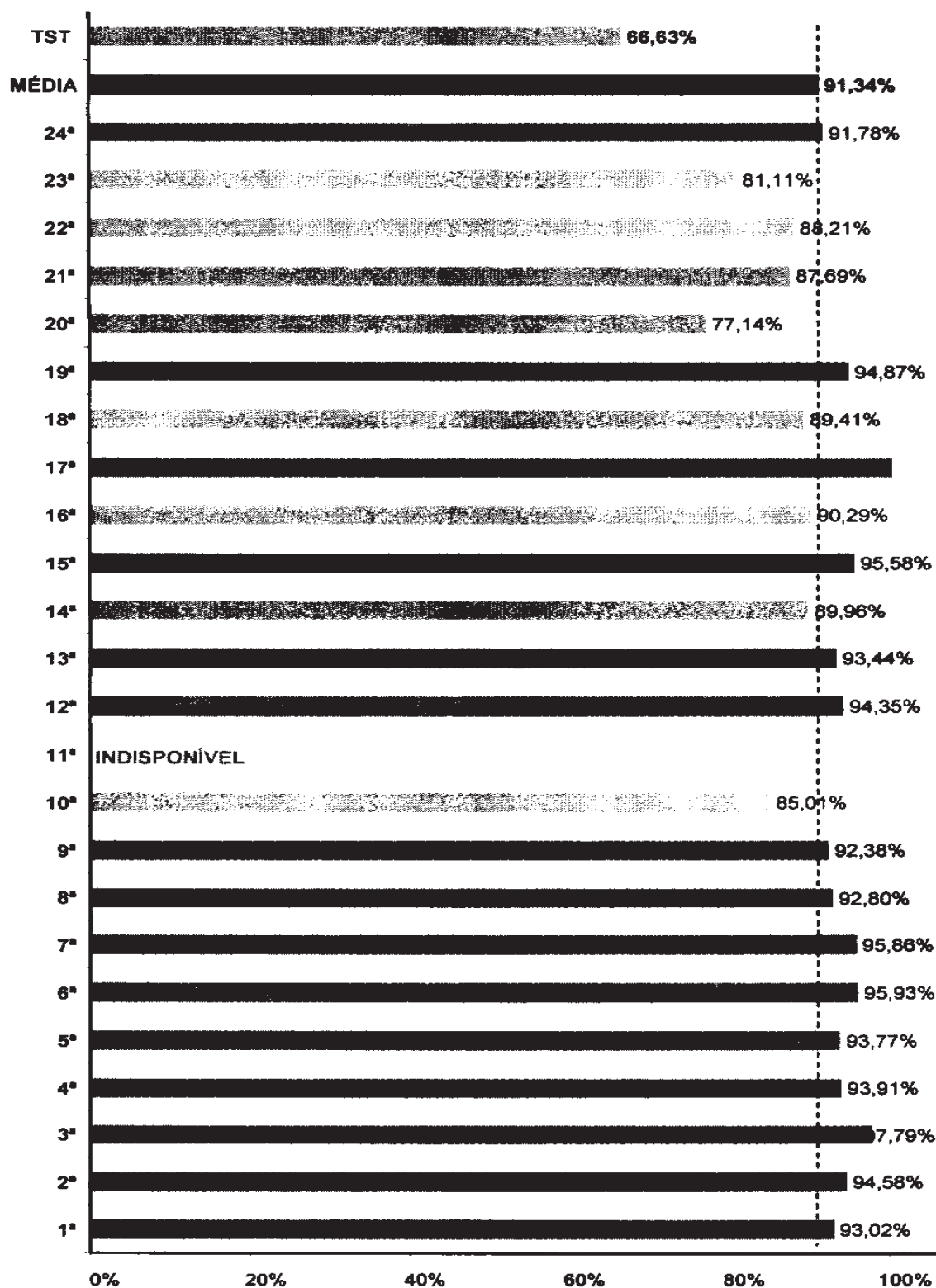
$$G_4 = \frac{B_s}{Dpj}$$

Onde:

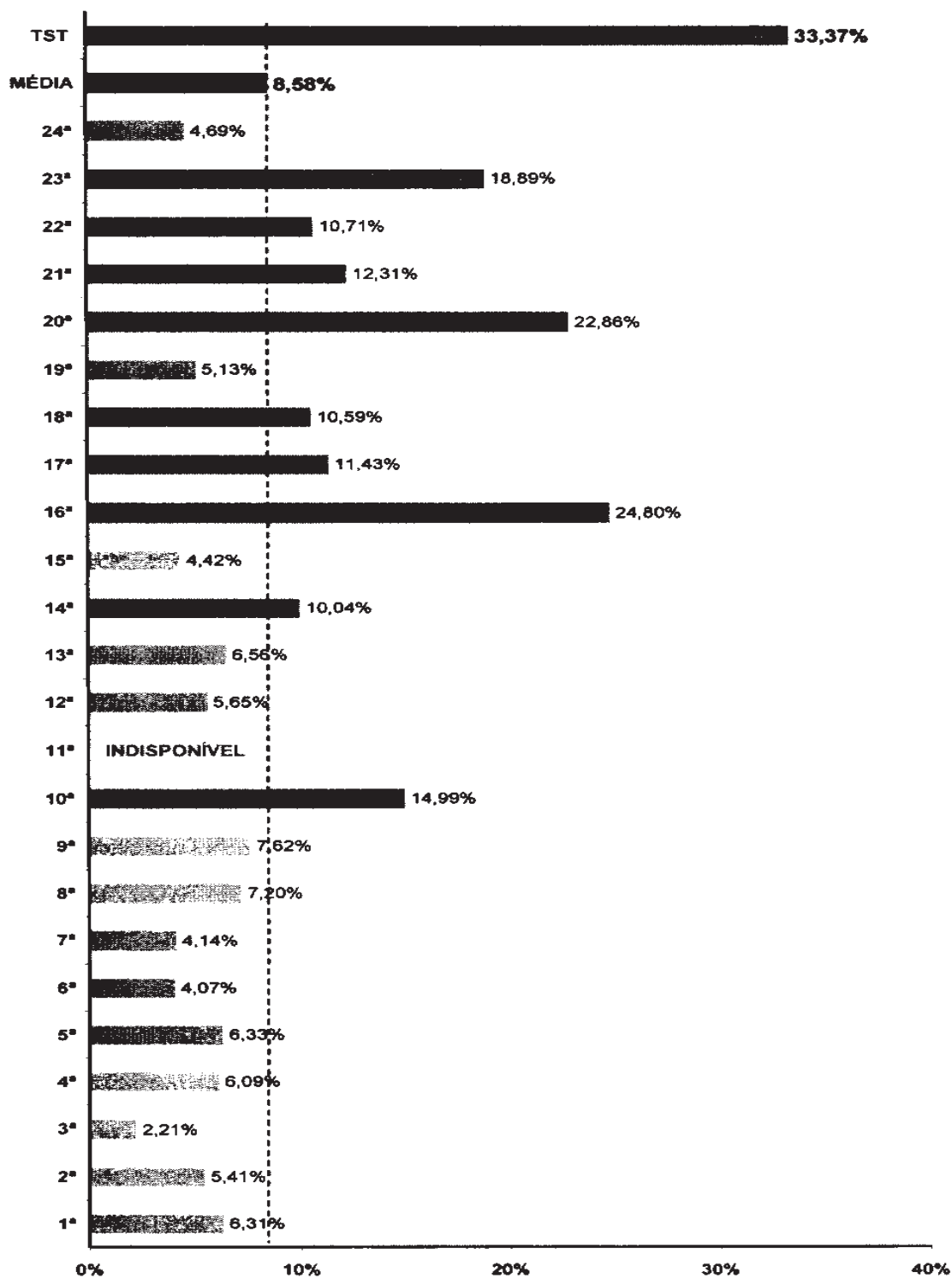
- P_{rh} ⇒ Despesa com Pessoal (recursos humanos) da Justiça do Trabalho
 B_s ⇒ Despesa com Bens e Serviços da Justiça do Trabalho
 Dpj ⇒ Despesa Total da Justiça do Trabalho

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal (P_{rh}) foram computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete, etc.), tanto para ativos quanto para inativos e servidores que não são do quadro efetivo, remunerados pelo orçamento do Judiciário Trabalhista;
2. Na Despesa com Bens e Serviços foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as relativas a pessoal e encargos.

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL

Região	UF	Pe	Cca	Dpj	G5	G6
1ª	Rio de Janeiro	558.288.064	132.282.735	696.320.704	80,18%	19,00%
2ª	São Paulo	598.514.033	64.680.842	663.269.306	90,24%	9,75%
3ª	Minas Gerais	628.808.188	18.865.594	647.673.782	97,09%	2,91%
4ª	Rio Grande do Sul	429.954.832	31.280.902	470.139.035	91,45%	6,65%
5ª	Bahia	298.675.113	64.112.597	362.445.868	82,41%	17,69%
6ª	Pernambuco	266.094.401	20.268.215	286.362.616	92,92%	7,08%
7ª	Ceará	112.869.545	9.786.362	122.655.907	92,02%	7,98%
8ª	Pará / Amapá	179.793.479	16.642.146	196.435.625	91,53%	8,47%
9ª	Paraná	241.161.977	22.107.409	263.269.386	91,60%	8,40%
10ª	DF / Tocantins	148.483.611	58.492.641	206.976.252	71,74%	28,26%
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	Indisponível	172.295.295	indisponível	indisponível
12ª	Santa Catarina	196.386.138	32.762.093	229.148.231	85,70%	14,30%
13ª	Paraíba	146.771.431	11.926.185	158.697.615	92,48%	7,52%
14ª	Rondônia / Acre	92.249.106	21.173.161	113.422.267	81,33%	18,67%
15ª	Campinas	421.762.649	40.610.422	462.373.071	91,22%	8,78%
16ª	Maranhão	43.108.799	8.653.565	57.327.544	75,20%	15,09%
17ª	Espírito Santo	73.894.688	19.356.956	83.382.377	88,62%	23,21%
18ª	Goiás	94.420.782	13.825.282	108.246.064	87,23%	12,77%
19ª	Alagoas	59.369.022	9.117.342	68.486.364	86,69%	13,31%
20ª	Sergipe	43.263.930	25.627.468	68.891.398	62,80%	37,20%
21ª	Rio Grande do Norte	70.233.694	12.263.513	82.497.208	85,13%	14,87%
22ª	Piauí	35.393.862	5.770.912	41.614.763	85,05%	13,87%
23ª	Mato Grosso	63.588.925	16.619.206	80.208.131	79,28%	20,72%
24ª	Mato Grosso do Sul	57.051.318	5.941.914	72.326.305	78,88%	8,22%
MÉDIA		211.310.330	28.789.890	238.102.713	85,64%	14,32%
TST		265.512.201	167.494.556	433.006.757	61,32%	38,68%

$$G_5 = \frac{P_e}{Dpj} \quad G_6 = \frac{C_{CA}}{Dpj}$$

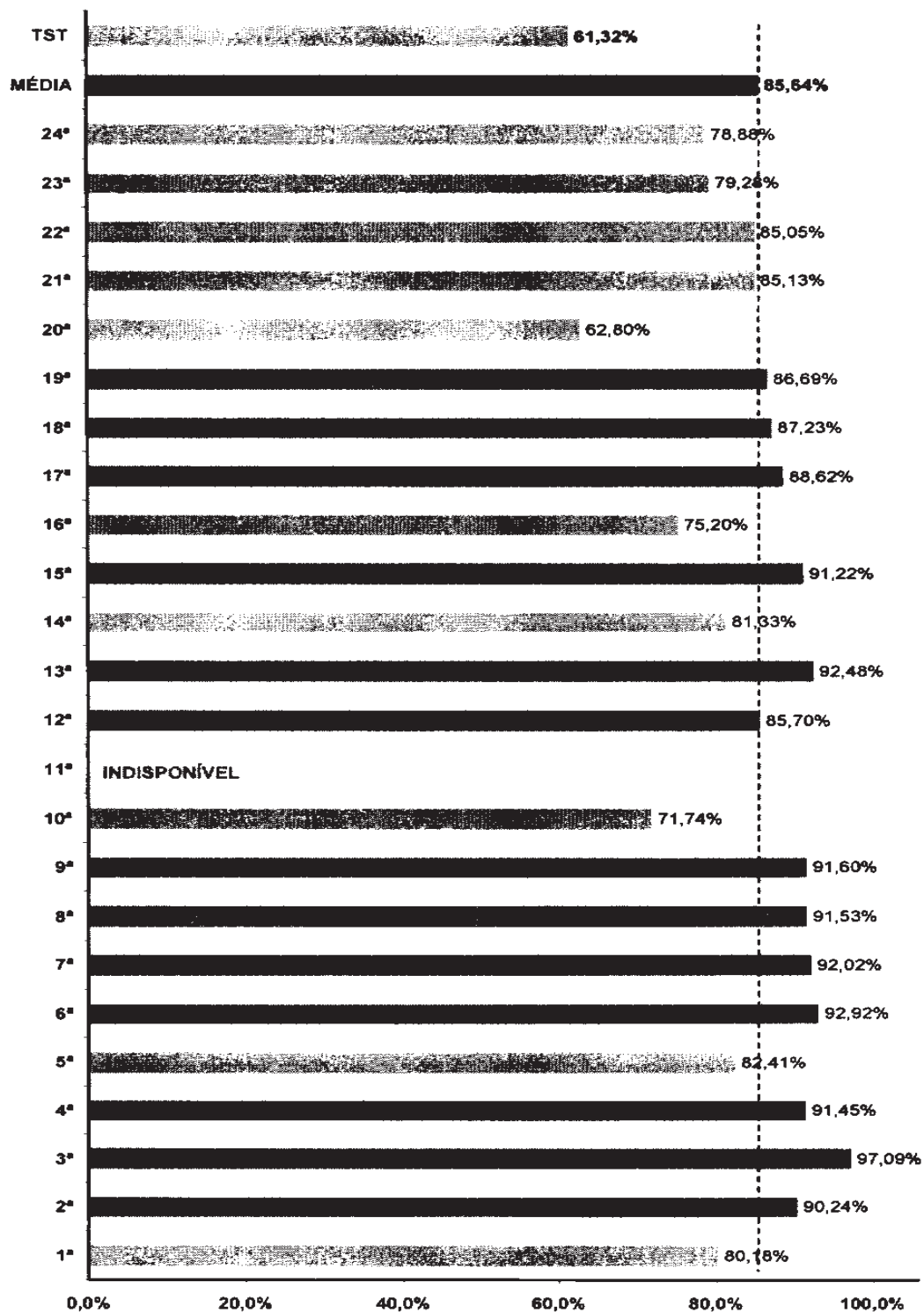
Onde:

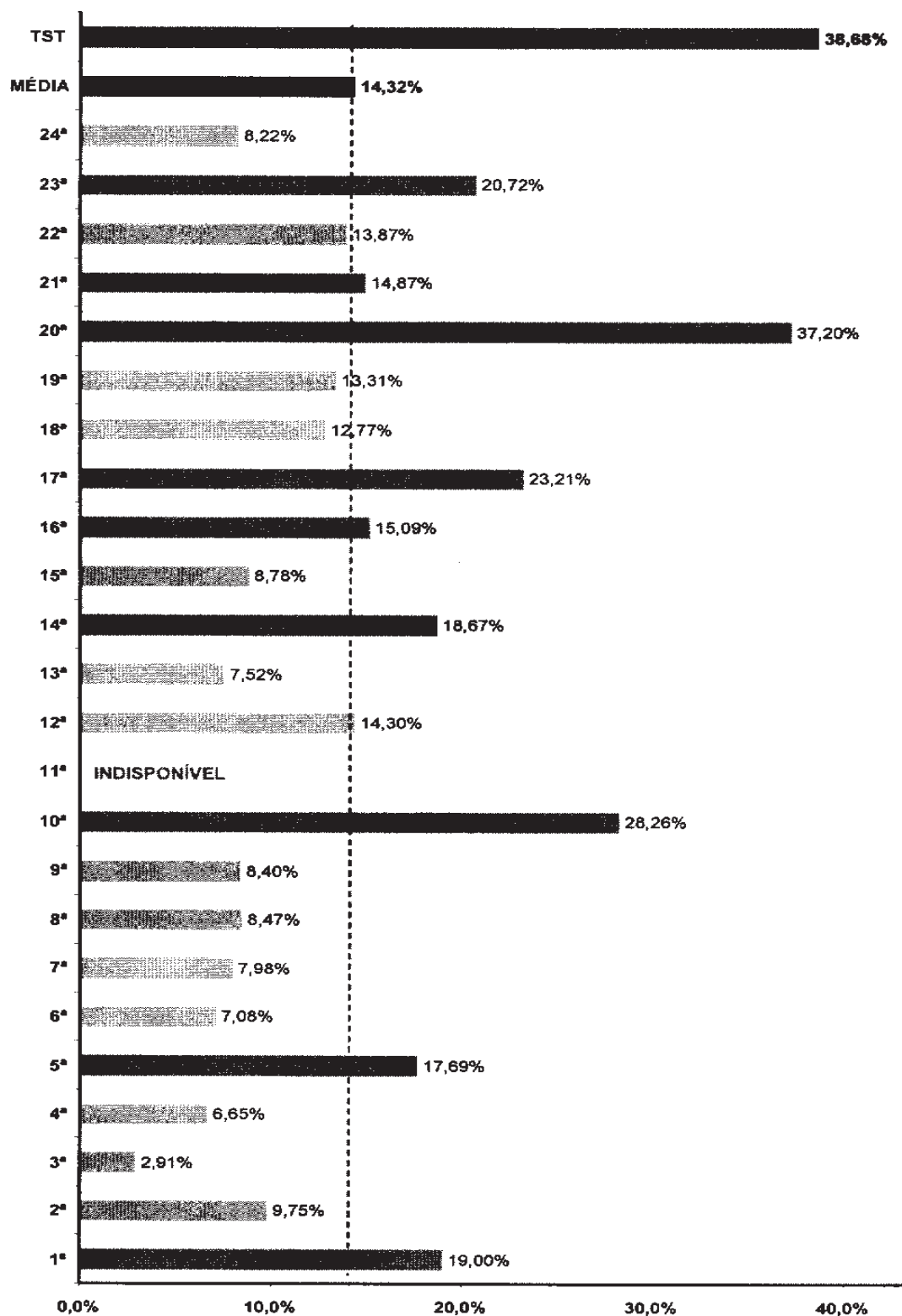
P_e ⇒ Despesa com Pessoal e Encargos da Justiça do Trabalho
 C_{ca} ⇒ Despesa com Custeio e Capital da Justiça do Trabalho
 DPJ ⇒ Despesa Total da Justiça do Trabalho

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal e Encargos (P_e) foram computadas as parcelas de índole remuneratória, para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, remunerados pelo orçamento do Judiciário Local, excluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias;
2. Na Despesa com Custeio e Capital (C_{ca}) foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, incluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, bem como as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não são do quadro permanente.

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.5. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR HABITANTE:

Região	UF	Dpj	h1	G7
1ª	Rio de Janeiro	696.320.704	15.203.750	R\$ 45,80
2ª	São Paulo	663.269.306	19.912.613	R\$ 33,31
3ª	Minas Gerais	647.673.782	18.993.720	R\$ 34,10
4ª	Rio Grande do Sul	470.139.035	10.726.063	R\$ 43,83
5ª	Bahia	362.445.868	13.682.074	R\$ 26,49
6ª	Pernambuco	286.362.616	8.323.911	R\$ 34,40
7ª	Ceará	122.655.907	7.976.563	R\$ 15,38
8ª	Pará / Amapá	196.435.625	7.397.581	R\$ 26,55
9ª	Paraná	263.269.386	10.135.388	R\$ 25,98
10ª	DF / Tocantins	206.976.252	3.544.693	R\$ 58,39
11ª	Amazonas / Roraima	172.295.295	3.520.622	R\$ 48,94
12ª	Santa Catarina	229.148.231	5.774.178	R\$ 39,68
13ª	Paraíba	158.697.615	3.568.350	R\$ 44,47
14ª	Rondônia / Acre	113.422.267	2.192.413	R\$ 51,73
15ª	Campinas	462.373.071	19.912.613	R\$ 23,22
16ª	Maranhão	57.327.544	6.021.504	R\$ 9,52
17ª	Espírito Santo	83.382.377	3.352.024	R\$ 24,88
18ª	Goiás	108.246.064	5.508.245	R\$ 19,65
19ª	Alagoas	68.486.364	2.980.910	R\$ 22,97
20ª	Sergipe	68.891.398	1.934.596	R\$ 35,61
21ª	Rio Grande do Norte	82.497.208	2.962.107	R\$ 27,85
22ª	Piauí	41.614.763	2.977.259	R\$ 13,98
23ª	Mato Grosso	80.208.131	2.749.145	R\$ 29,18
24ª	Mato Grosso do Sul	72.326.305	2.230.702	R\$ 32,42
MÉDIA		238.102.713	7.565.876	R\$ 32,01
TST		433.006.757	181.581.024	R\$ 2,38

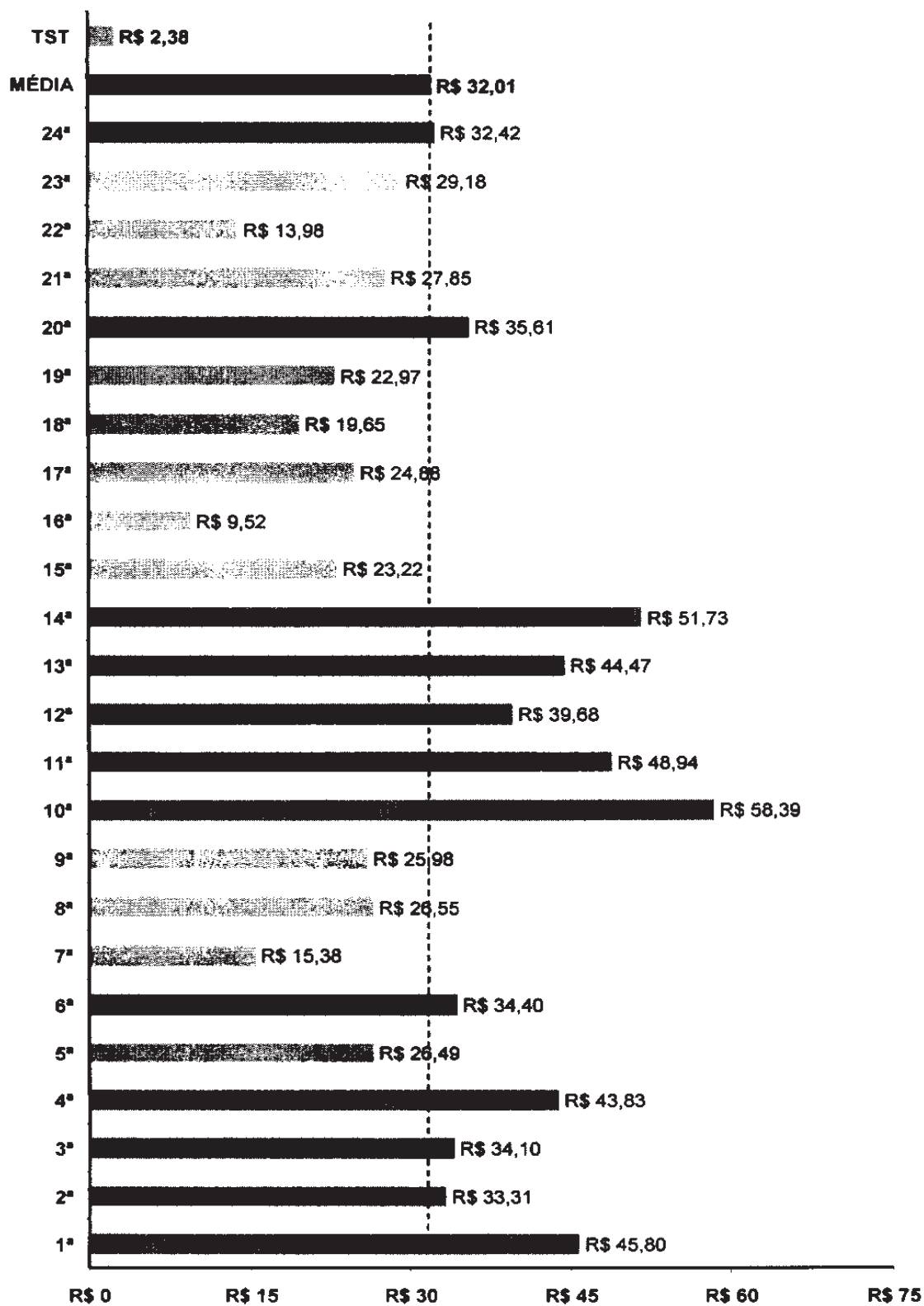
$$G_7 = \frac{D_{pj}}{h_1}$$

Onde:

D_{pj} ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho
 h_1 ⇒ Número de habitantes da Região

Metodologia:

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

1.5. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR HABITANTE:

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	Mag	h2	G8
1ª	Rio de Janeiro	281	152,04	1,85
2ª	São Paulo	303	199,13	1,52
3ª	Minas Gerais	237	189,94	1,25
4ª	Rio Grande do Sul	221	107,26	2,06
5ª	Bahia	168	136,82	1,23
6ª	Pernambuco	126	83,24	1,51
7ª	Ceará	44	79,77	0,55
8ª	Pará / Amapá	92	73,98	1,24
9ª	Paraná	150	101,35	1,48
10ª	DF / Tocantins	77	35,45	2,17
11ª	Amazonas / Roraima	53	35,21	1,51
12ª	Santa Catarina	104	57,74	1,80
13ª	Paraíba	51	35,68	1,43
14ª	Rondônia / Acre	56	21,92	2,55
15ª	Campinas	266	199,13	1,34
16ª	Maranhão	36	60,22	0,60
17ª	Espírito Santo	54	33,52	1,61
18ª	Goiás	72	55,08	1,31
19ª	Alagoas	39	29,81	1,31
20ª	Sergipe	31	19,35	1,60
21ª	Rio Grande do Norte	42	29,62	1,42
22ª	Piauí	24	29,77	0,81
23ª	Mato Grosso	43	27,49	1,56
24ª	Mato Grosso do Sul	44	22,31	1,97
MÉDIA		109	75,66	1,49
TST		17	1.815,81	0,01

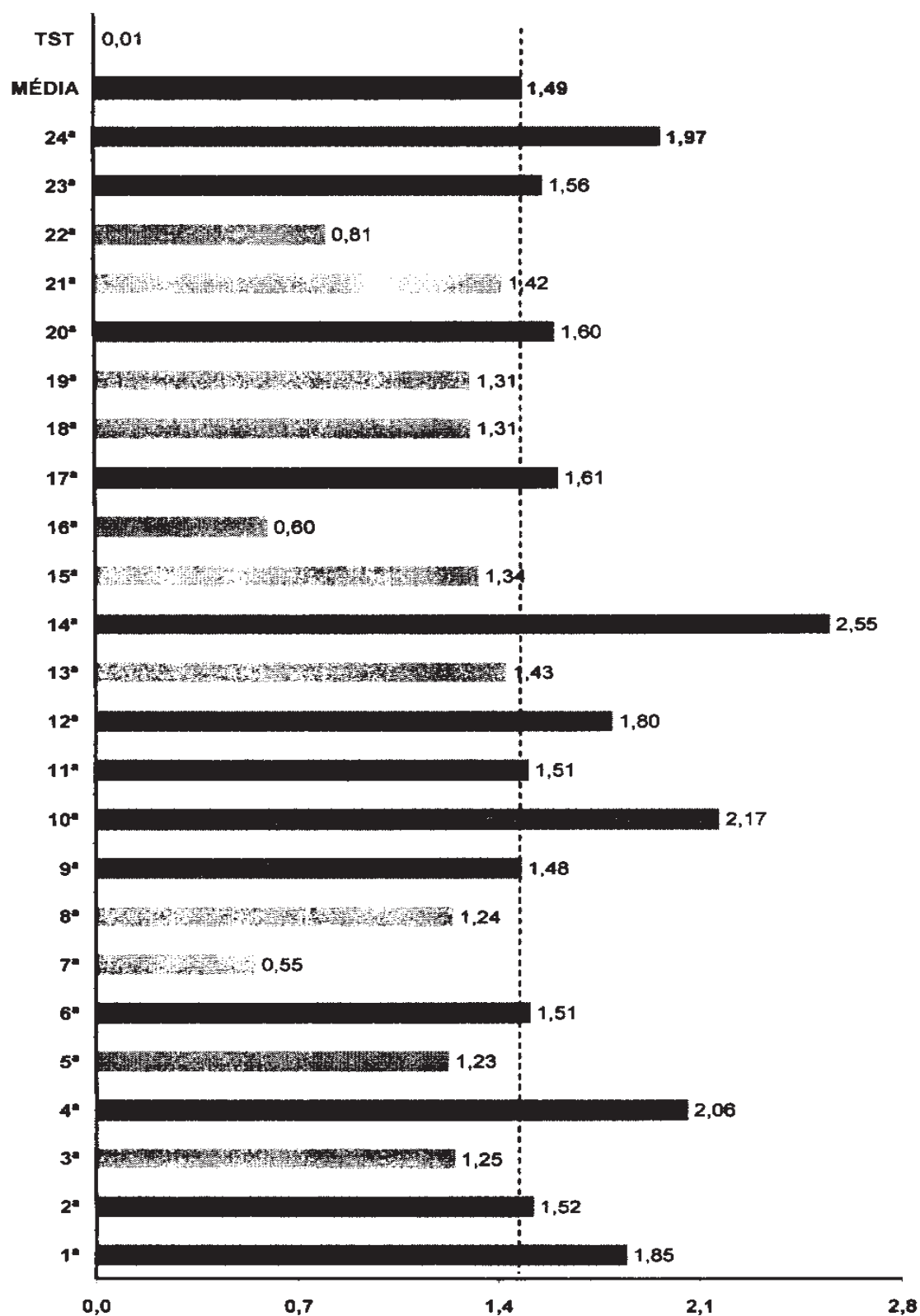
$$G_8 = \frac{Mag}{h_2}$$

Onde:

Mag ⇒ Número de Magistrados da Região
 h_2 ⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Considera-se como Magistrados na Justiça do trabalho de 2º grau o número de cargos criados e no 1º grau o número de cargos providos até 31/12/2004;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.7. PESSOAL AUXILIAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR 100.000 HABITANTES:

Região	UF	Paux	h2	G9
1ª	Rio de Janeiro	3.397	152,04	22,34
2ª	São Paulo	3.655	199,13	18,36
3ª	Minas Gerais	3.420	189,94	18,01
4ª	Rio Grande do Sul	2.611	107,26	24,34
5ª	Bahia	1.933	136,82	14,13
6ª	Pernambuco	1.792	83,24	21,53
7ª	Ceará	804	79,77	10,08
8ª	Pará / Amapá	1.283	73,98	17,34
9ª	Paraná	1.642	101,35	16,20
10ª	DF / Tocantins	1.431	35,45	40,37
11ª	Amazonas / Roraima	990	35,21	28,12
12ª	Santa Catarina	1.587	57,74	27,48
13ª	Paraíba	1.095	35,68	30,69
14ª	Rondônia / Acre	756	21,92	34,48
15ª	Campinas	3.458	199,13	17,37
16ª	Maranhão	626	60,22	10,40
17ª	Espírito Santo	735	33,52	21,93
18ª	Goiás	1.213	55,08	22,02
19ª	Alagoas	614	29,81	20,60
20ª	Sergipe	444	19,35	22,95
21ª	Rio Grande do Norte	760	29,62	25,66
22ª	Piauí	405	29,77	13,60
23ª	Mato Grosso	549	27,49	19,97
24ª	Mato Grosso do Sul	579	22,31	25,96
MÉDIA		1.491	75,66	19,70
TST		2.166	1.815,81	1,19

$$G_9 = \frac{Paux}{h_2}$$

Onde:

$Paux$ ⇒ Total de Pessoal auxiliar

h_2 ⇒ Número total de habitantes da região dividido por 100.000

Metodologia:

1. No Total de Pessoal Auxiliar em atividade considerou-se os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os cedidos, os licenciados, os afastados, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados a contratação temporária de mão-de-obra;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR 100.000 HABITANTES:

Região	UF	Pap	h2	G10
1ª	Rio de Janeiro	2.982	152,04	19,61
2ª	São Paulo	2.971	199,13	14,92
3ª	Minas Gerais	2.546	189,94	13,40
4ª	Rio Grande do Sul	2.531	107,26	23,60
5ª	Bahia	1.787	136,82	13,06
6ª	Pernambuco	1.518	83,24	18,24
7ª	Ceará	647	79,77	8,11
8ª	Pará / Amapá	1.027	73,98	13,88
9ª	Paraná	1.482	101,35	14,62
10ª	DF / Tocantins	981	35,45	27,68
11ª	Amazonas / Roraima	933	35,21	26,50
12ª	Santa Catarina	1.416	57,74	24,52
13ª	Paraíba	931	35,68	26,09
14ª	Rondônia / Acre	645	21,92	29,42
15ª	Campinas	2.586	199,13	12,99
16ª	Maranhão	337	60,22	5,60
17ª	Espírito Santo	465	33,52	13,87
18ª	Goiás	591	55,08	10,73
19ª	Alagoas	373	29,81	12,51
20ª	Sergipe	373	19,35	19,28
21ª	Rio Grande do Norte	527	29,62	17,79
22ª	Piauí	247	29,77	8,30
23ª	Mato Grosso	374	27,49	13,60
24ª	Mato Grosso do Sul	385	22,31	17,26
MÉDIA		1.194	75,66	16,90
TST		1.456	1.815,81	0,80

$$G_{10} = \frac{Pap}{h_2}$$

Onde:

Pap ⇒ Total de pessoal auxiliar do Quadro Efetivo

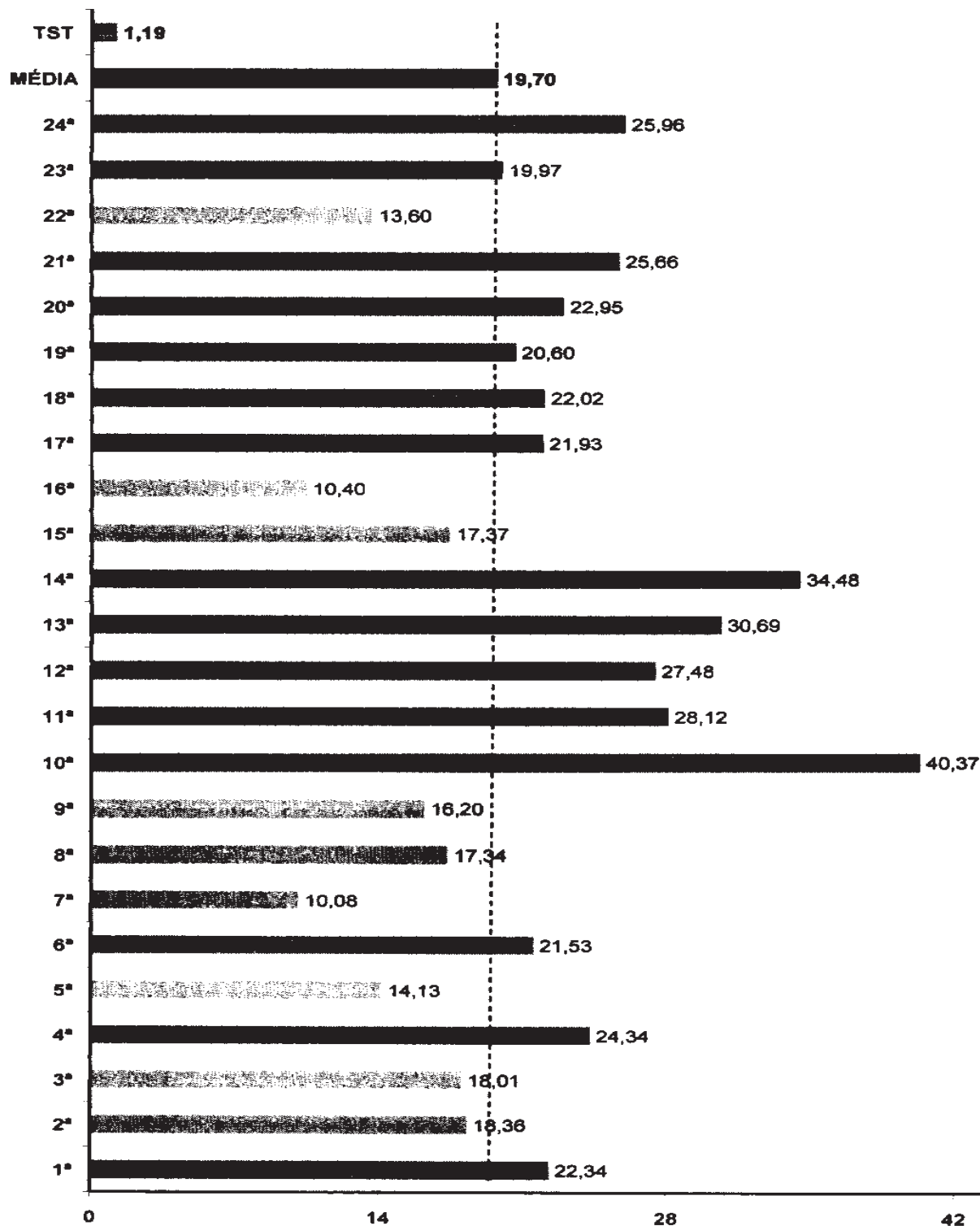
h_2 ⇒ Número total de habitantes da região dividido por 100.000

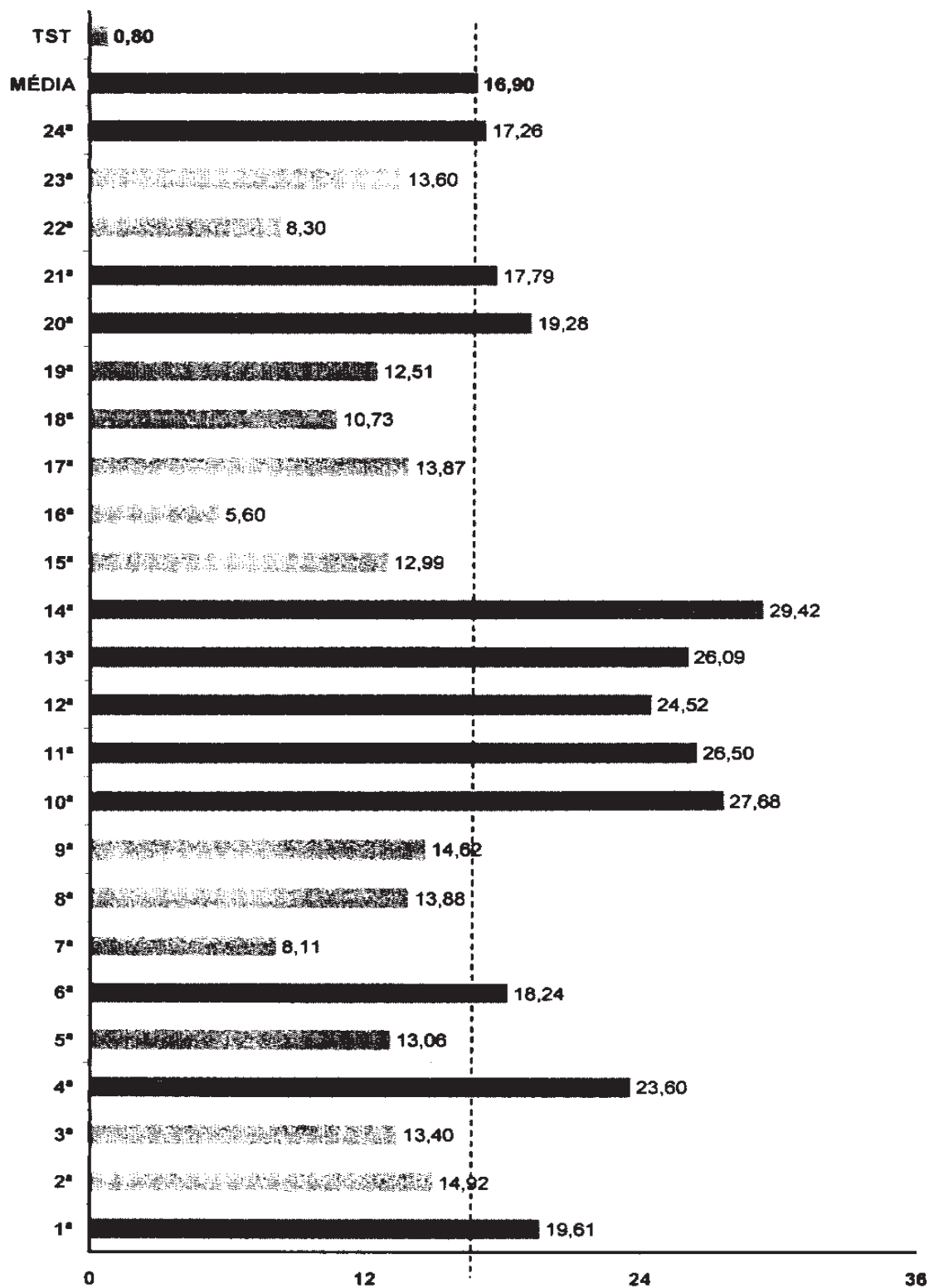
Metodologia:

1. No Total de Pessoal Auxiliar do quadro efetivo considerou-se apenas os servidores ativos do quadro permanente, ocupantes de cargo de provimento efetivo;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - INTEGRANTES

1.7. PESSOAL AUXILIAR DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR 100.000 HABITANTES:



1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO POR 100.000 HABITANTES:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	T	Dpj	I1
1ª	Rio de Janeiro	7.620.925	696.320.704	1,09%
2ª	São Paulo	38.176.377	663.269.306	5,76%
3ª	Minas Gerais	5.819.198	647.673.782	0,90%
4ª	Rio Grande do Sul	12.010.750	470.139.035	2,55%
5ª	Bahia	9.192.846	362.445.868	2,54%
6ª	Pernambuco	2.519.564	286.362.616	0,88%
7ª	Ceará	941.764	122.655.907	0,77%
8ª	Pará / Amapá	2.798.827	196.435.625	1,42%
9ª	Paraná	14.046.468	263.269.386	5,34%
10ª	DF / Tocantins	3.469.514	206.976.252	1,68%
11ª	Amazonas / Roraima	1.006.019	172.295.295	0,58%
12ª	Santa Catarina	4.170.903	229.148.231	1,82%
13ª	Paraíba	695.229	158.697.615	0,44%
14ª	Rondônia / Acre	763.408	113.422.267	0,67%
15ª	Campinas	10.985.270	462.373.071	2,38%
16ª	Maranhão	745.978	57.327.544	1,30%
17ª	Espírito Santo	1.661.397	83.382.377	1,99%
18ª	Goiás	1.920.986	108.246.064	1,77%
19ª	Alagoas	864.715	68.486.364	1,26%
20ª	Sergipe	762.268	68.891.398	1,11%
21ª	Rio Grande do Norte	589.791	82.497.208	0,71%
22ª	Piauí	1.416.861	41.614.763	3,40%
23ª	Mato Grosso	1.745.802	80.208.131	2,18%
24ª	Mato Grosso do Sul	698.798	72.326.305	0,97%
MÉDIA		5.192.652	238.102.713	1,81%
TST		43.779	433.006.757	0,01%

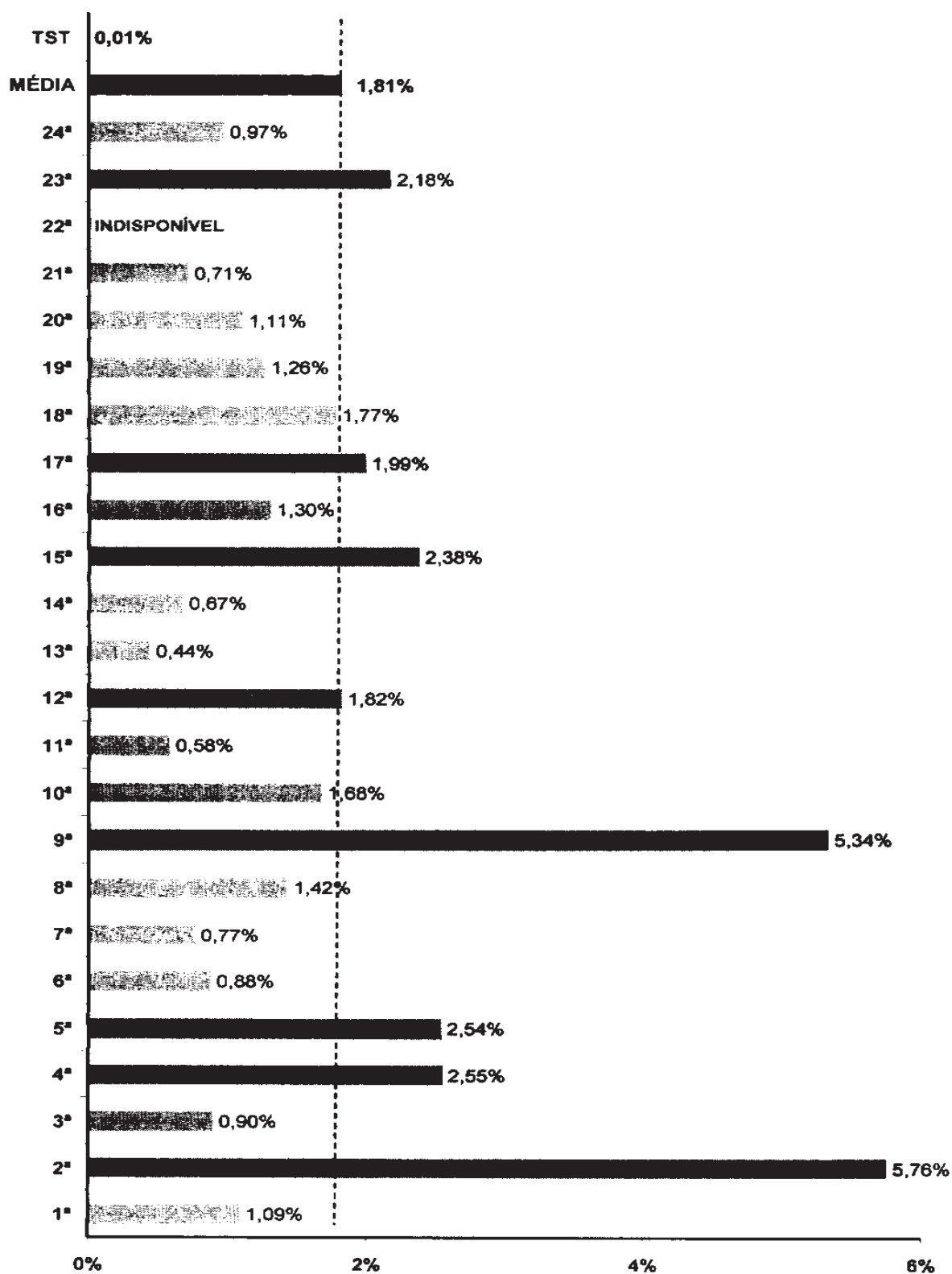
$$I_1 = \frac{T}{Dpj}$$

Onde:

T ⇒ Custas e Recolhimentos Diversos
 Dpj ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho

Metodologia:

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram considerados como Recolhimentos Diversos todos os valores arrecadados pela Justiça do trabalho com base no art. 789-B da CLT (certidões, fotocópias, cartas de sentença, de adjudicação, de remição e de arrematação).

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.10. RECEITAS DECORRENTES DE ATIVIDADE DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA TOTAL:

Região	UF	iprev	Dpj	I2
1ª	Rio de Janeiro	82.674.726	696.320.704	11,87%
2ª	São Paulo	145.748.326	663.269.306	21,97%
3ª	Minas Gerais	267.968.559	647.673.782	41,37%
4ª	Rio Grande do Sul	96.075.555	470.139.035	20,44%
5ª	Bahia	37.782.227	362.445.868	10,42%
6ª	Pernambuco	19.569.949	286.362.616	6,83%
7ª	Ceará	6.487.616	122.655.907	5,29%
8ª	Pará / Amapá	16.955.741	196.435.625	8,63%
9ª	Paraná	88.749.675	263.269.386	33,71%
10ª	DF / Tocantins	10.215.480	206.976.252	4,94%
11ª	Amazonas / Roraima	9.538.486	172.295.295	5,54%
12ª	Santa Catarina	25.160.737	229.148.231	10,98%
13ª	Paraíba	6.718.988	158.697.615	4,23%
14ª	Rondônia / Acre	4.455.005	113.422.267	3,93%
15ª	Campinas	95.148.963	462.373.071	20,58%
16ª	Maranhão	430.994.541	57.327.544	751,81%
17ª	Espírito Santo	11.753.606	83.382.377	14,10%
18ª	Goiás	15.988.387	108.246.064	14,77%
19ª	Alagoas	7.001.683	68.486.364	10,22%
20ª	Sergipe	4.680.189	68.891.398	6,79%
21ª	Rio Grande do Norte	3.223.226	82.497.208	3,91%
22ª	Piauí	878.303	41.614.763	2,11%
23ª	Mato Grosso	5.544.682	80.208.131	6,91%
24ª	Mato Grosso do Sul	7.446.781	72.326.305	10,30%
MÉDIA		58.365.060	238.102.713	12,17%

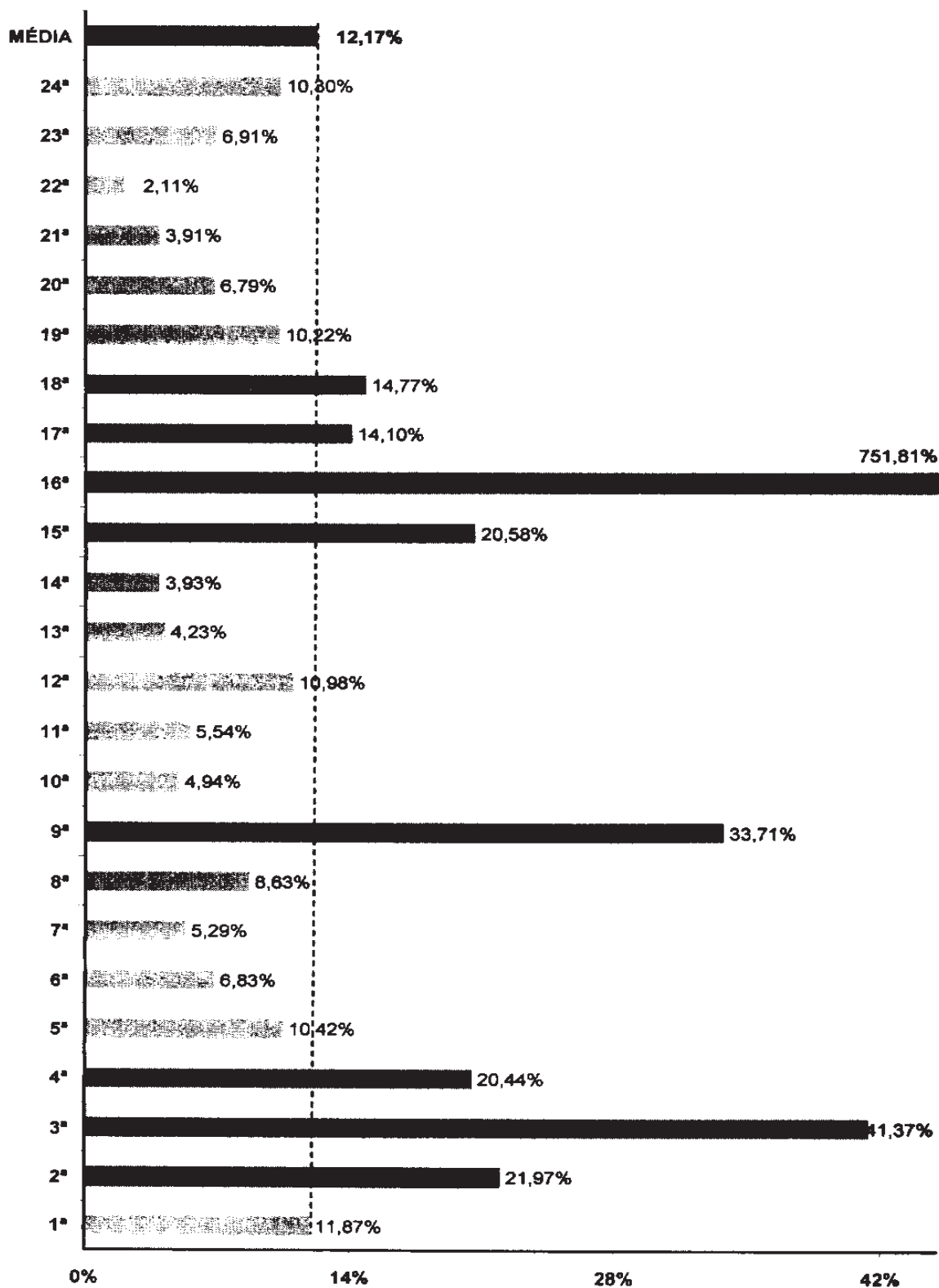
$$I_2 = \frac{iprev}{Dpj}$$

Onde:

iprev ⇒ Receitas de Execução Previdenciária
Dpj ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho

Metodologia:

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas Justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram consideradas como receitas as decorrentes de Execução Previdenciária.

1.10. RECEITAS DECORRENTES DE ATIVIDADE DE EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA TOTAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.10.a RECEITAS DECORRENTES DE ARRECAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA TOTAL:

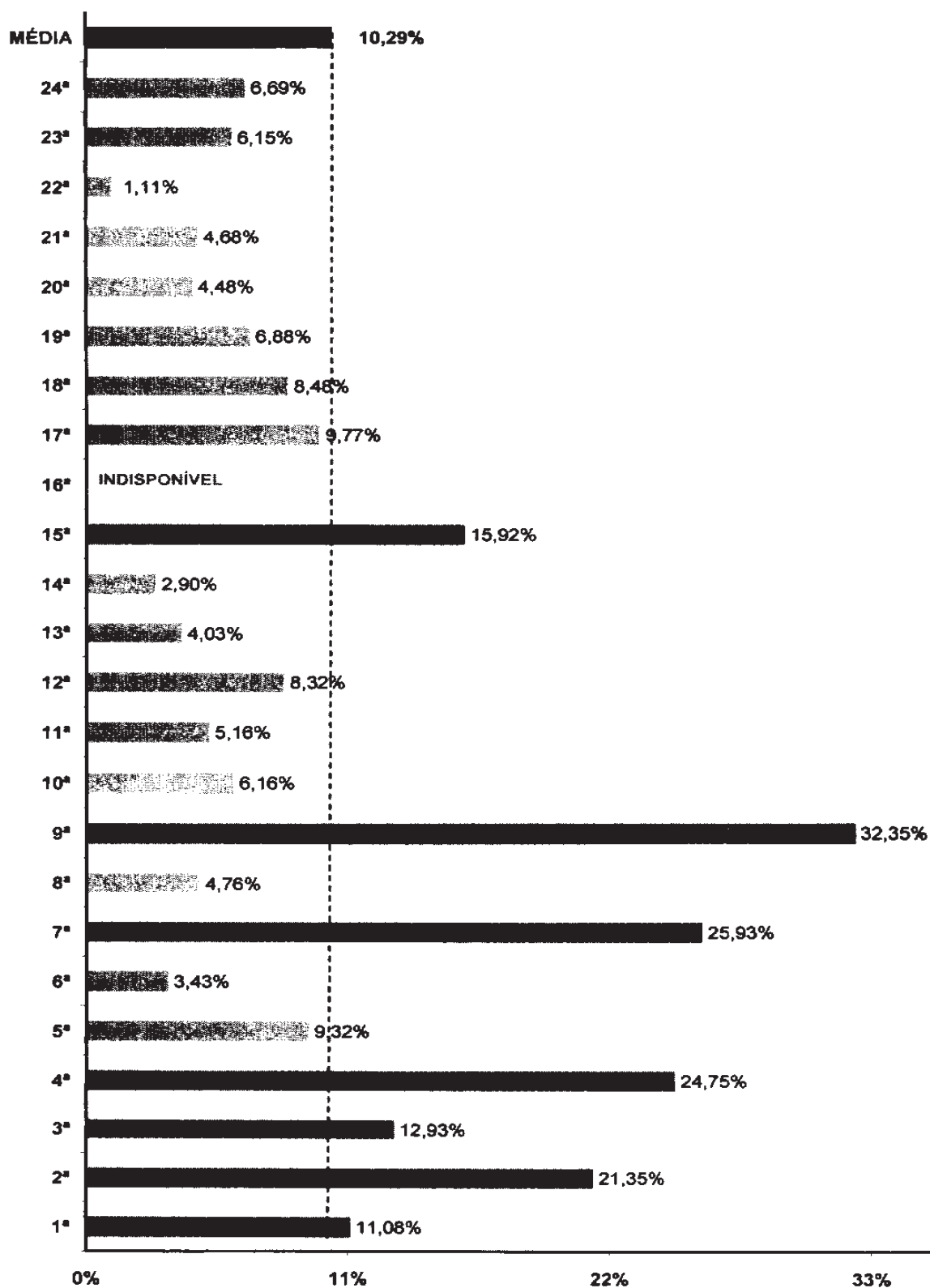
Região	UF	irend	Dpj	I3
1ª	Rio de Janeiro	77.119.260	696.320.704	11,08%
2ª	São Paulo	141.596.755	663.269.306	21,35%
3ª	Minas Gerais	83.725.592	647.673.782	12,93%
4ª	Rio Grande do Sul	116.363.363	470.139.035	24,75%
5ª	Bahia	33.773.262	362.445.868	9,32%
6ª	Pernambuco	9.813.369	286.362.616	3,43%
7ª	Ceará	31.800.634	122.655.907	25,93%
8ª	Pará / Amapá	9.345.643	196.435.625	4,76%
9ª	Paraná	85.162.950	263.269.386	32,35%
10ª	DF / Tocantins	12.754.146	206.976.252	6,16%
11ª	Amazonas / Roraima	8.882.904	172.295.295	5,16%
12ª	Santa Catarina	19.063.454	229.148.231	8,32%
13ª	Paraíba	6.390.013	158.697.615	4,03%
14ª	Rondônia / Acre	3.294.359	113.422.267	2,90%
15ª	Campinas	73.620.917	462.373.071	15,92%
16ª	Maranhão	274.102.240	57.327.544	indisponível
17ª	Espírito Santo	8.146.151	83.382.377	9,77%
18ª	Goiás	9.180.727	108.246.064	8,48%
19ª	Alagoas	4.708.659	68.486.364	6,88%
20ª	Sergipe	3.088.864	68.891.398	4,48%
21ª	Rio Grande do Norte	3.864.316	82.497.208	4,68%
22ª	Piauí	460.609	41.614.763	1,11%
23ª	Mato Grosso	4.931.035	80.208.131	6,15%
24ª	Mato Grosso do Sul	4.841.366	72.326.305	6,69%
MÉDIA		42.275.274	238.102.713	10,29%

$$I_2 = \frac{irend}{Dpj}$$

Onde:

irend ⇒ Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda*Dpj* ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho**Metodologia:**

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram consideradas como receitas as decorrentes de Retenção de Imposto de Renda.

1.10.a RECEITAS DE ARREC. DE IR NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE A DESPESA TOTAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

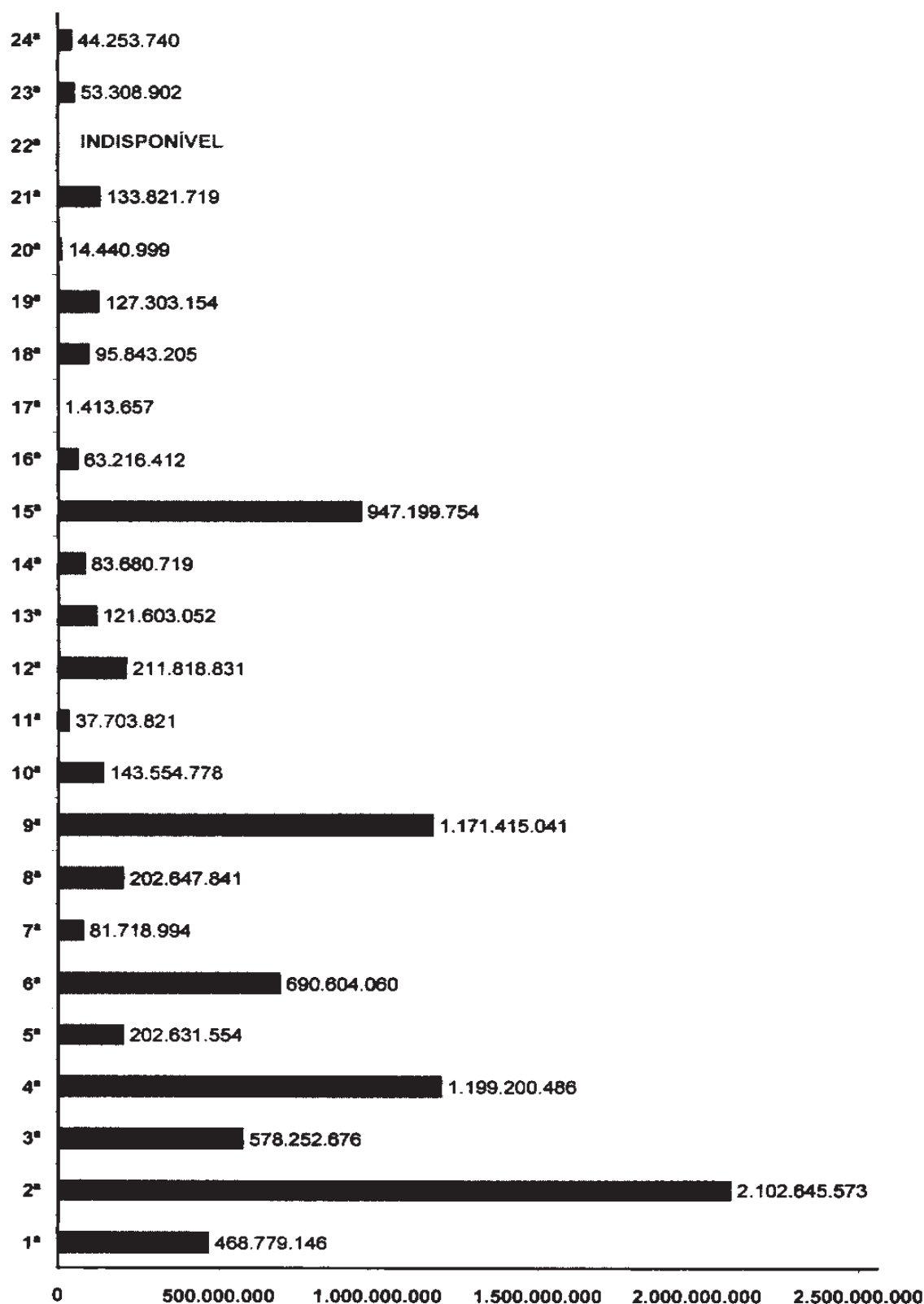
1.11. DEPÓSITOS JUDICIAIS EM PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	Depósitos
1ª	Rio de Janeiro	468.779.146
2ª	São Paulo	2.102.645.573
3ª	Minas Gerais	578.252.676
4ª	Rio Grande do Sul	1.199.200.486
5ª	Bahia	202.631.554
6ª	Pernambuco	690.604.060
7ª	Ceará	81.718.994
8ª	Pará / Amapá	202.647.841
9ª	Paraná	1.171.415.041
10ª	DF / Tocantins	143.554.778
11ª	Amazonas / Roraima	37.703.821
12ª	Santa Catarina	211.818.831
13ª	Paraíba	121.603.052
14ª	Rondônia / Acre	83.680.719
15ª	Campinas	947.199.754
16ª	Maranhão	63.216.412
17ª	Espírito Santo	1.413.657
18ª	Goiás	95.843.205
19ª	Alagoas	127.303.154
20ª	Sergipe	14.440.999
21ª	Rio Grande do Norte	133.821.719
22ª	Piauí	indisponível
23ª	Mato Grosso	53.308.902
24ª	Mato Grosso do Sul	44.253.740
MÉDIA		381.611.222

$$DepJud = Depósitos \_ Judiciais$$

Metodologia:

1. Foi informado o montante de depósitos judiciais até 31/12/2004.

1.11. DEPÓSITOS JUDICIAIS EM PROCESSOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	G_{inf}	D_{pj}	Inf1
1ª	Rio de Janeiro	4.504.590	696.320.704	0,65%
2ª	São Paulo	4.804.305	663.269.306	0,72%
3ª	Minas Gerais	1.897.152	647.673.782	0,29%
4ª	Rio Grande do Sul	6.416.025	470.139.035	1,36%
5ª	Bahia	indisponível	362.445.868	indisponível
6ª	Pernambuco	2.958.316	286.362.616	1,03%
7ª	Ceará	907.962	122.655.907	0,74%
8ª	Pará / Amapá	1.747.741	196.435.625	0,89%
9ª	Paraná	4.840.156	263.269.386	1,84%
10ª	DF / Tocantins	927.215	206.976.252	0,45%
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	172.295.295	indisponível
12ª	Santa Catarina	2.022.403	229.148.231	0,88%
13ª	Paraíba	769.765	158.697.615	0,49%
14ª	Rondônia / Acre	670.407	113.422.267	0,59%
15ª	Campinas	3.383.737	462.373.071	0,73%
16ª	Maranhão	indisponível	57.327.544	indisponível
17ª	Espírito Santo	1.493.011	83.382.377	1,79%
18ª	Goiás	795.519	108.246.064	0,73%
19ª	Alagoas	1.309.344	68.486.364	1,91%
20ª	Sergipe	1.020.680	68.891.398	1,48%
21ª	Rio Grande do Norte	490.554	82.497.208	0,59%
22ª	Piauí	200.040	41.614.763	0,48%
23ª	Mato Grosso	814.016	80.208.131	1,01%
24ª	Mato Grosso do Sul	1.109.196	72.326.305	1,53%
MÉDIA		2.051.530	238.102.713	0,96%
TST		5.319.417	433.006.757	1,23%

$$Inf_1 = \frac{G_{inf}}{D_{pj}}$$

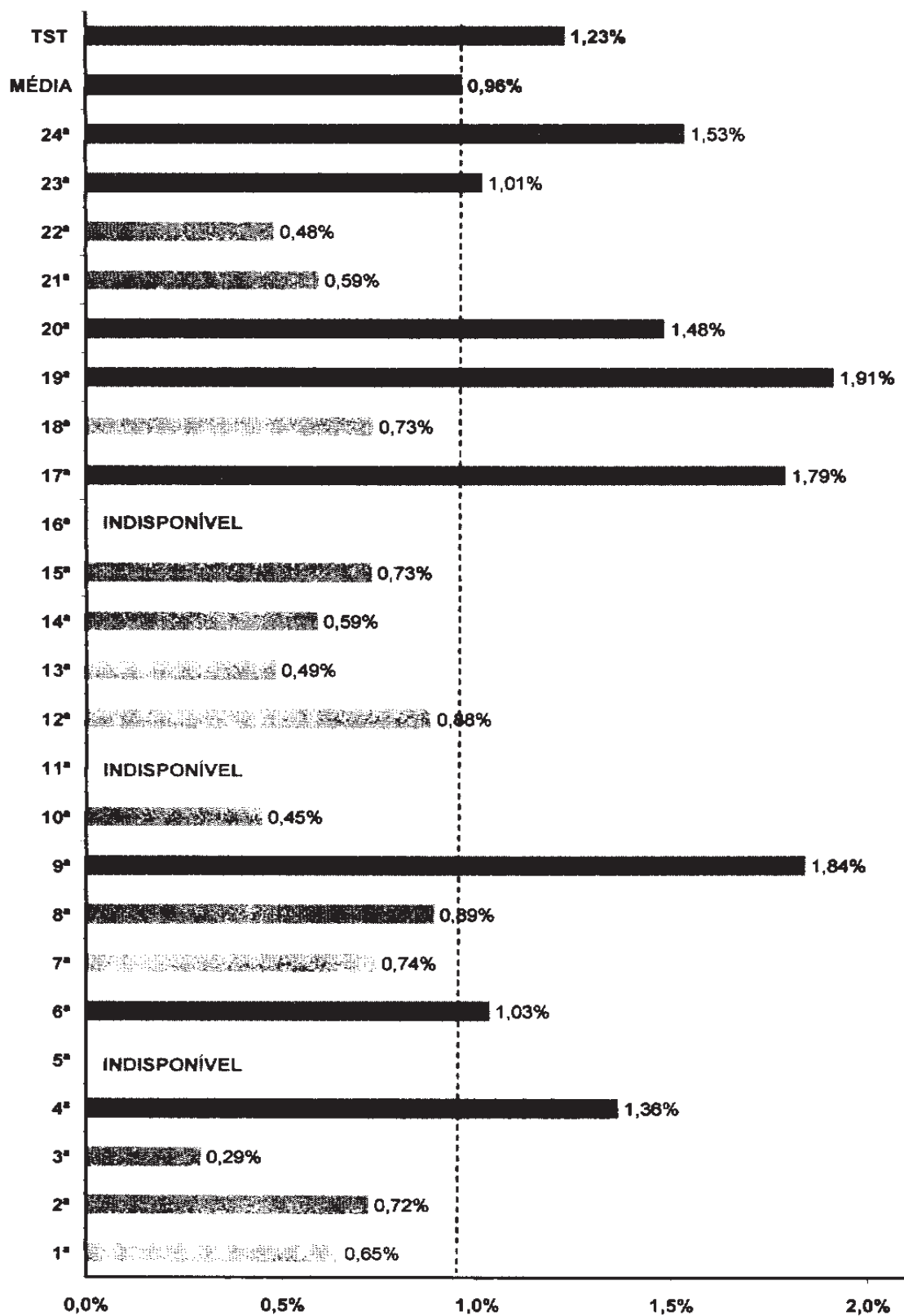
Onde:

G_{inf} ⇒ Gastos com Informática da Justiça do Trabalho

D_{pj} ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho

Metodologia:

1. As justiças do trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças do trabalho, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram computados todos os gastos com informática, independentemente de existir origem em orçamento, fundos, convênios, etc.

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	Comp	Ui	Inf2
1ª	Rio de Janeiro	2.000	indisponível	indisponível
2ª	São Paulo	2.499	2.888	0,87
3ª	Minas Gerais	1.999	3.157	0,63
4ª	Rio Grande do Sul	1.943	2.487	0,78
5ª	Bahia	1.031	1.604	0,64
6ª	Pernambuco	1.055	1.550	0,68
7ª	Ceará	462	804	0,57
8ª	Pará / Amapá	648	825	0,79
9ª	Paraná	802	1.473	0,54
10ª	DF / Tocantins	1.023	1.381	0,74
11ª	Amazonas / Roraima	458	indisponível	indisponível
12ª	Santa Catarina	1.326	1.487	0,89
13ª	Paraíba	1.048	1.095	0,96
14ª	Rondônia / Acre	871	871	1,00
15ª	Campinas	2.898	3.000	0,97
16ª	Maranhão	321	indisponível	indisponível
17ª	Espírito Santo	452	814	0,56
18ª	Goiás	787	1.052	0,75
19ª	Alagoas	335	451	0,74
20ª	Sergipe	319	444	0,72
21ª	Rio Grande do Norte	360	718	0,50
22ª	Piauí	240	420	0,57
23ª	Mato Grosso	311	514	0,61
24ª	Mato Grosso do Sul	449	539	0,83
MÉDIA		985	1.313	0,73
TST		2.060	2.068	1,00

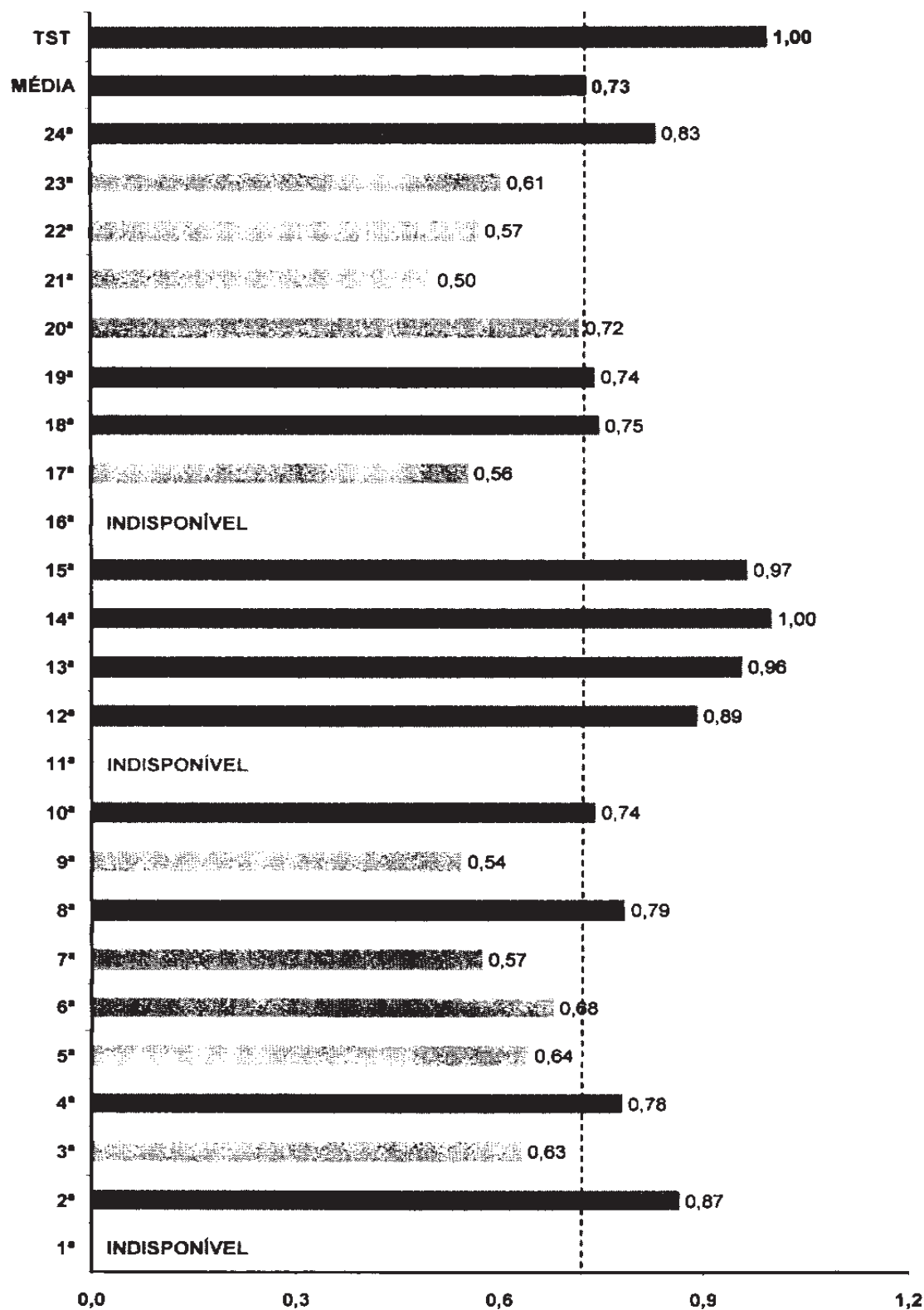
$$Inf_2 = \frac{Comp}{Ui}$$

Onde:

Comp ⇒ Número de computadores de uso pessoal
 Ui ⇒ Usuários de computador

Metodologia:

- Foram levantados todos os equipamentos em uso, microcomputadores e *laptops* e terminais de uso pessoal, interligados em rede ou não;
 Foram incluídos como usuários de computador todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam, continuamente, os computadores do órgão.

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14. OCUPAÇÃO DE ÁREA EM m² NA JUSTIÇA DO TRABALHO:**1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL**

Região	UF	Dpj	m²total	Dm²
1ª	Rio de Janeiro	696.320.704	93.569	R\$ 7.441,79
2ª	São Paulo	663.269.306	226.717	R\$ 2.925,54
3ª	Minas Gerais	647.673.782	70.300	R\$ 9.213,00
4ª	Rio Grande do Sul	470.139.035	96.431	R\$ 4.875,39
5ª	Bahia	362.445.868	96.544	R\$ 3.754,22
6ª	Pernambuco	286.362.616	47.836	R\$ 5.986,37
7ª	Ceará	122.655.907	38.019	R\$ 3.226,16
8ª	Pará / Amapá	196.435.625	51.935	R\$ 3.782,34
9ª	Paraná	263.269.386	117.199	R\$ 2.246,34
10ª	DF / Tocantins	206.976.252	39.567	R\$ 5.231,03
11ª	Amazonas / Roraima	172.295.295	49.436	R\$ 3.485,25
12ª	Santa Catarina	229.148.231	53.908	R\$ 4.250,73
13ª	Paraíba	158.697.615	23.012	R\$ 6.896,30
14ª	Rondônia / Acre	113.422.267	24.287	R\$ 4.670,08
15ª	Campinas	462.373.071	169.325	R\$ 2.730,69
16ª	Maranhão	57.327.544	19.013	R\$ 3.015,26
17ª	Espírito Santo	83.382.377	24.389	R\$ 3.418,85
18ª	Goiás	108.246.064	22.085	R\$ 4.901,34
19ª	Alagoas	68.486.364	27.808	R\$ 2.462,86
20ª	Sergipe	68.891.398	35.027	R\$ 1.966,81
21ª	Rio Grande do Norte	82.497.208	62.935	R\$ 1.310,83
22ª	Piauí	41.614.763	14.400	R\$ 2.889,91
23ª	Mato Grosso	80.208.131	14.863	R\$ 5.396,50
24ª	Mato Grosso do Sul	72.326.305	34.473	R\$ 2.098,06
MÉDIA		238.102.713	60.545	R\$ 4.090,65
TST		433.006.757	101.546	R\$ 4.264,14

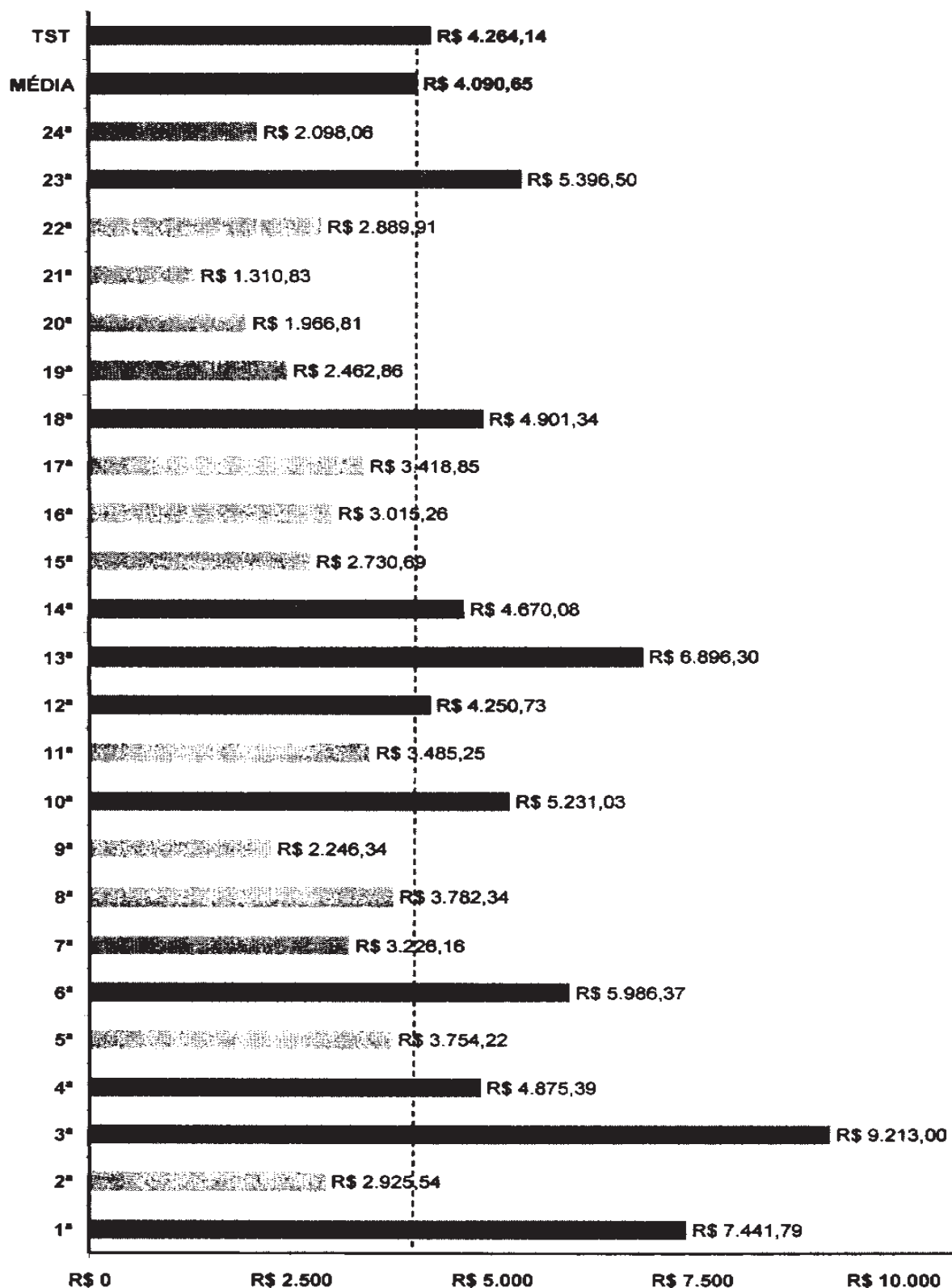
$$D_{m^2} = \frac{D_{pj}}{m^2 total}$$

Onde:

D_{pj} ⇒ Despesa da Justiça do Trabalho
 $m^2 total$ ⇒ Área Total em metros quadrados

Metodologia:

1. As Justiças do Trabalho informaram as despesas que efetivamente realizaram, a partir do orçamento liquidado em 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
2. A ocupação em m² total incluiu a área total de todos os prédios da Justiça do trabalho, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:

Região	UF	Paux	m²útil	Pm²
1ª	Rio de Janeiro	3.678	84.372	0,044
2ª	São Paulo	3.958	226.717	0,017
3ª	Minas Gerais	3.657	70.300	0,052
4ª	Rio Grande do Sul	2.832	74.076	0,038
5ª	Bahia	2.101	53.720	0,039
6ª	Pernambuco	1.918	41.034	0,047
7ª	Ceará	848	30.214	0,028
8ª	Pará / Amapá	1.375	35.408	0,039
9ª	Paraná	1.792	97.757	0,018
10ª	DF / Tocantins	1.508	39.567	0,038
11ª	Amazonas / Roraima	1.043	31.452	0,033
12ª	Santa Catarina	1.691	34.076	0,050
13ª	Paraíba	1.146	20.494	0,056
14ª	Rondônia / Acre	812	24.288	0,033
15ª	Campinas	3.724	138.093	0,027
16ª	Maranhão	662	20.592	0,032
17ª	Espírito Santo	789	15.006	0,053
18ª	Goiás	1.285	20.660	0,062
19ª	Alagoas	653	20.172	0,032
20ª	Sergipe	475	8.035	0,059
21ª	Rio Grande do Norte	802	32.112	0,025
22ª	Piauí	429	10.184	0,042
23ª	Mato Grosso	592	11.453	0,052
24ª	Mato Grosso do Sul	623	19.422	0,032
MÉDIA		1.600	48.300	0,040
TST		2.183	16.885	0,129

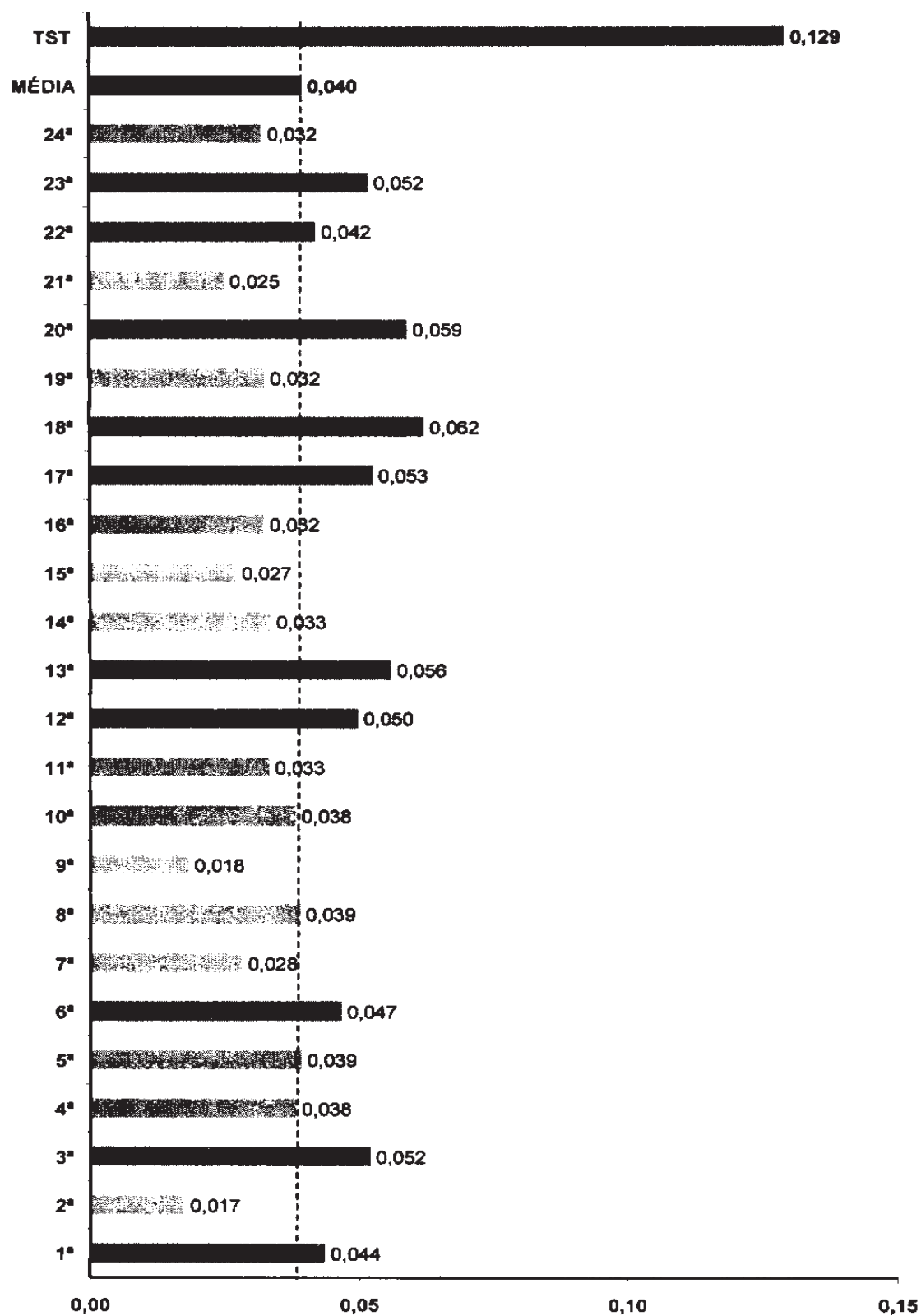
$$P_{m^2} = \frac{P_{aux}}{m^2_{\text{útil}}}$$

Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal Auxiliar
m²útil ⇒ Área Útil Total em metros quadrados

Metodologia:

1. Foram considerados os Magistrados e todo o Pessoal Auxiliar (servidores, requisitados, terceirizados, contratados, estagiários etc.);
2. A ocupação em m² útil incluiu a área útil total de todos os prédios da Justiça do trabalho, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

Região	UF	Proc	m ² útil	Proc m ²
1ª	Rio de Janeiro	287.454	84.372	3,41
2ª	São Paulo	2.751.875	226.717	12,14
3ª	Minas Gerais	468.869	70.300	6,67
4ª	Rio Grande do Sul	382.665	74.076	5,17
5ª	Bahia	177.409	53.720	3,30
6ª	Pernambuco	2.622.554	41.034	63,91
7ª	Ceará	229.547	30.214	7,60
8ª	Pará / Amapá	129.725	35.408	3,66
9ª	Paraná	203.889	97.757	2,09
10ª	DF / Tocantins	90.791	39.567	2,29
11ª	Amazonas / Roraima	364.522	31.452	11,59
12ª	Santa Catarina	120.404	34.076	3,53
13ª	Paraíba	291.860	20.494	14,24
14ª	Rondônia / Acre	17.046	24.288	0,70
15ª	Campinas	455.120	138.093	3,30
16ª	Maranhão	43.318	20.592	2,10
17ª	Espírito Santo	63.559	15.006	4,24
18ª	Goiás	160.831	20.660	7,78
19ª	Alagoas	161.645	20.172	8,01
20ª	Sergipe	87.748	8.035	10,92
21ª	Rio Grande do Norte	39.671	32.112	1,24
22ª	Piauí	50.815	10.184	4,99
23ª	Mato Grosso	38.461	11.453	3,36
24ª	Mato Grosso do Sul	231.632	19.422	11,93
MÉDIA		394.642	48.300	8,26
TST		indisponível	16.885	indisponível

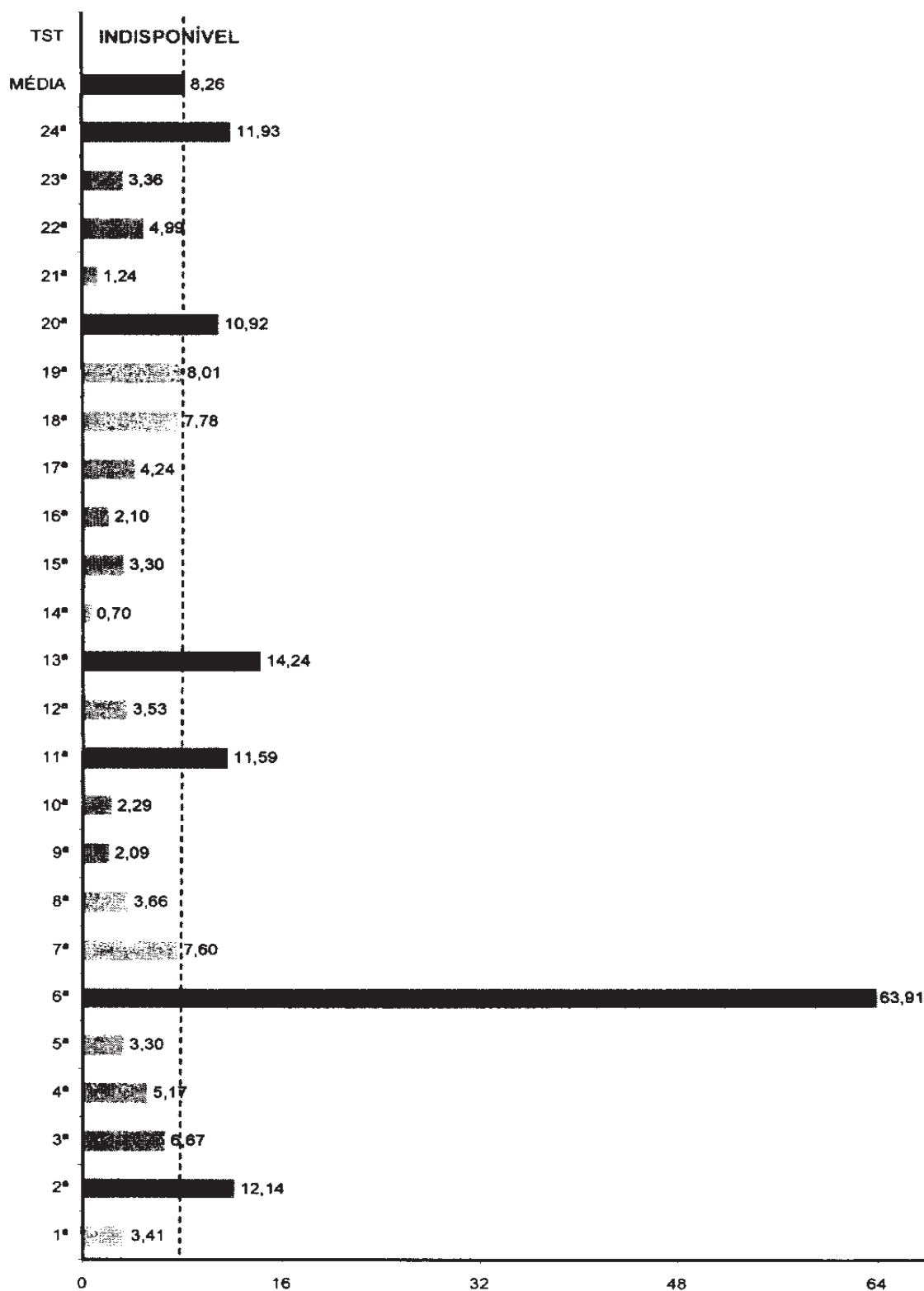
$$proc_{m^2} = \frac{proc}{m^2 \text{ útil}}$$

Onde:

 $proc$ ⇒ Número Total de Processos $m^2 \text{ útil}$ ⇒ Área Útil Total em metros quadrados

Metodologia:

- Foram considerados todos os processos em papel (em tramitação e arquivados) existentes na Justiça do trabalho em 31/12/2004;
- A ocupação em m² útil incluiu a área útil total de todos os prédios da Justiça do trabalho, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

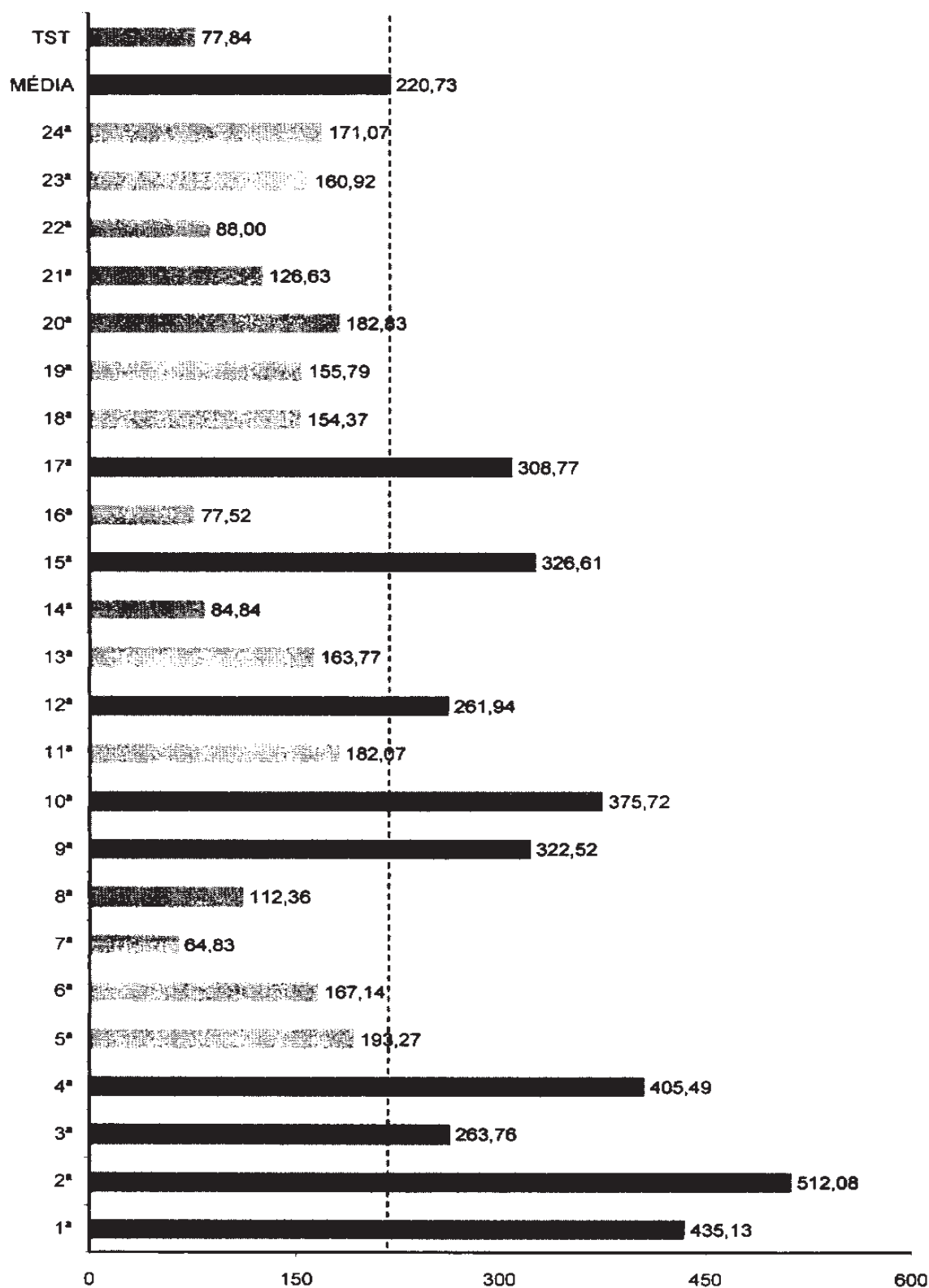
Região	UF	CN 2º	h2	Ch 2º
1ª	Rio de Janeiro	66.156	152,04	435,13
2ª	São Paulo	101.968	199,13	512,08
3ª	Minas Gerais	50.097	189,94	263,76
4ª	Rio Grande do Sul	43.493	107,26	405,49
5ª	Bahia	26.444	136,82	193,27
6ª	Pernambuco	13.913	83,24	167,14
7ª	Ceará	5.171	79,77	64,83
8ª	Pará / Amapá	8.312	73,98	112,36
9ª	Paraná	32.689	101,35	322,52
10ª	DF / Tocantins	13.318	35,45	375,72
11ª	Amazonas / Roraima	6.410	35,21	182,07
12ª	Santa Catarina	15.125	57,74	261,94
13ª	Paraíba	5.844	35,68	163,77
14ª	Rondônia / Acre	1.860	21,92	84,84
15ª	Campinas	65.037	199,13	326,61
16ª	Maranhão	4.668	60,22	77,52
17ª	Espírito Santo	10.350	33,52	308,77
18ª	Goiás	8.503	55,08	154,37
19ª	Alagoas	4.644	29,81	155,79
20ª	Sergipe	3.537	19,35	182,83
21ª	Rio Grande do Norte	3.751	29,62	126,63
22ª	Piauí	2.620	29,77	88,00
23ª	Mato Grosso	4.424	27,49	160,92
24ª	Mato Grosso do Sul	3.816	22,31	171,07
MÉDIA		20.923	75,66	220,73
TST		141.335	1.815,81	77,84

$$C_h 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{h_2}$$

Onde:

 CN_2 ⇒ Casos Novos nas diversas estruturas da Justiça do Trabalho h_2 ⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 2º grau, no ano de 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.2. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	CN 1º	h2	Ch 1º
1ª	Rio de Janeiro	269.650	152,04	1.773,58
2ª	São Paulo	514.395	199,13	2.583,26
3ª	Minas Gerais	257.979	189,94	1.358,23
4ª	Rio Grande do Sul	164.211	107,26	1.530,95
5ª	Bahia	130.217	136,82	951,73
6ª	Pernambuco	108.995	83,24	1.309,42
7ª	Ceará	49.147	79,77	616,14
8ª	Pará / Amapá	78.582	73,98	1.062,27
9ª	Paraná	138.928	101,35	1.370,72
10ª	DF / Tocantins	53.411	35,45	1.506,79
11ª	Amazonas / Roraima	56.153	35,21	1.594,97
12ª	Santa Catarina	72.936	57,74	1.263,14
13ª	Paraíba	31.873	35,68	893,21
14ª	Rondônia / Acre	19.074	21,92	870,00
15ª	Campinas	265.643	199,13	1.334,04
16ª	Maranhão	27.385	60,22	454,79
17ª	Espírito Santo	36.064	33,52	1.075,89
18ª	Goiás	59.612	55,08	1.082,23
19ª	Alagoas	38.684	29,81	1.297,72
20ª	Sergipe	17.175	19,35	887,78
21ª	Rio Grande do Norte	31.472	29,62	1.062,49
22ª	Piauí	10.218	29,77	343,20
23ª	Mato Grosso	41.203	27,49	1.498,76
24ª	Mato Grosso do Sul	23.022	22,31	1.032,05
MÉDIA		104.001	75,66	1.198,06

$$C_h 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{h_2}$$

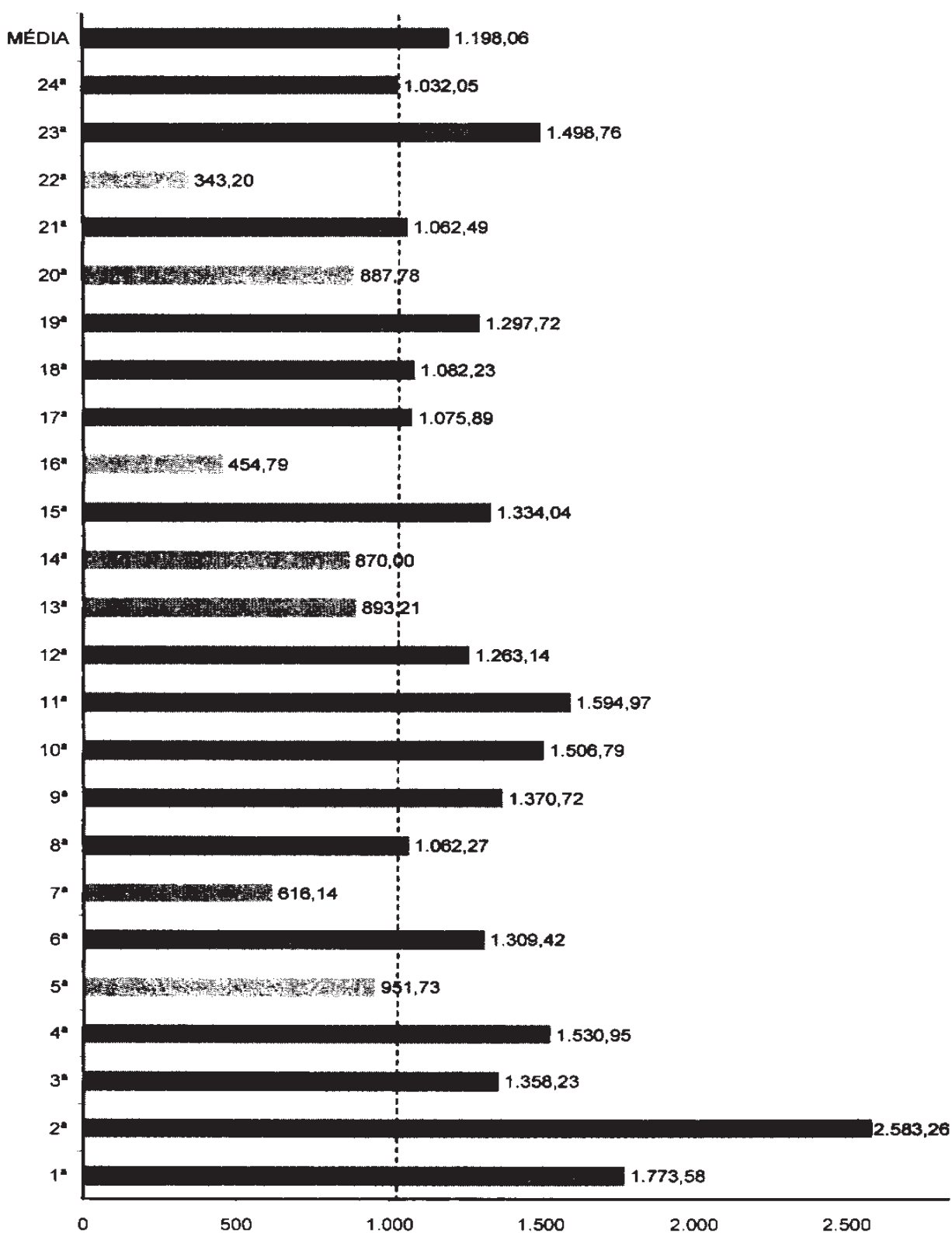
Onde:

CN_1 ⇒ Casos Novos nas diversas estruturas da Justiça do Trabalho

h_2 ⇒ Número total de habitantes da Região dividido por 100.000

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 1º grau, em 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

2.1.2. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	CN 2º	Mag 2º	Cm 2º
1ª	Rio de Janeiro	66.156	54	1.225,11
2ª	São Paulo	101.968	64	1.593,25
3ª	Minas Gerais	50.097	36	1.391,58
4ª	Rio Grande do Sul	43.493	36	1.208,14
5ª	Bahia	26.444	29	911,86
6ª	Pernambuco	13.913	18	772,94
7ª	Ceará	5.171	8	646,38
8ª	Pará / Amapá	8.312	23	361,39
9ª	Paraná	32.689	28	1.167,46
10ª	DF / Tocantins	13.318	17	783,41
11ª	Amazonas / Roraima	6.410	8	801,25
12ª	Santa Catarina	15.125	18	840,28
13ª	Paraíba	5.844	8	730,50
14ª	Rondônia / Acre	1.860	8	232,50
15ª	Campinas	65.037	36	1.806,58
16ª	Maranhão	4.668	8	583,50
17ª	Espírito Santo	10.350	8	1.293,75
18ª	Goiás	8.503	8	1.062,88
19ª	Alagoas	4.644	8	580,50
20ª	Sergipe	3.537	8	442,13
21ª	Rio Grande do Norte	3.751	8	468,88
22ª	Piauí	2.620	8	327,50
23ª	Mato Grosso	4.424	8	553,00
24ª	Mato Grosso do Sul	3.816	8	477,00
MÉDIA		20.923	19	844,24
TST		141.335	17	8.313,82

$$C_m 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

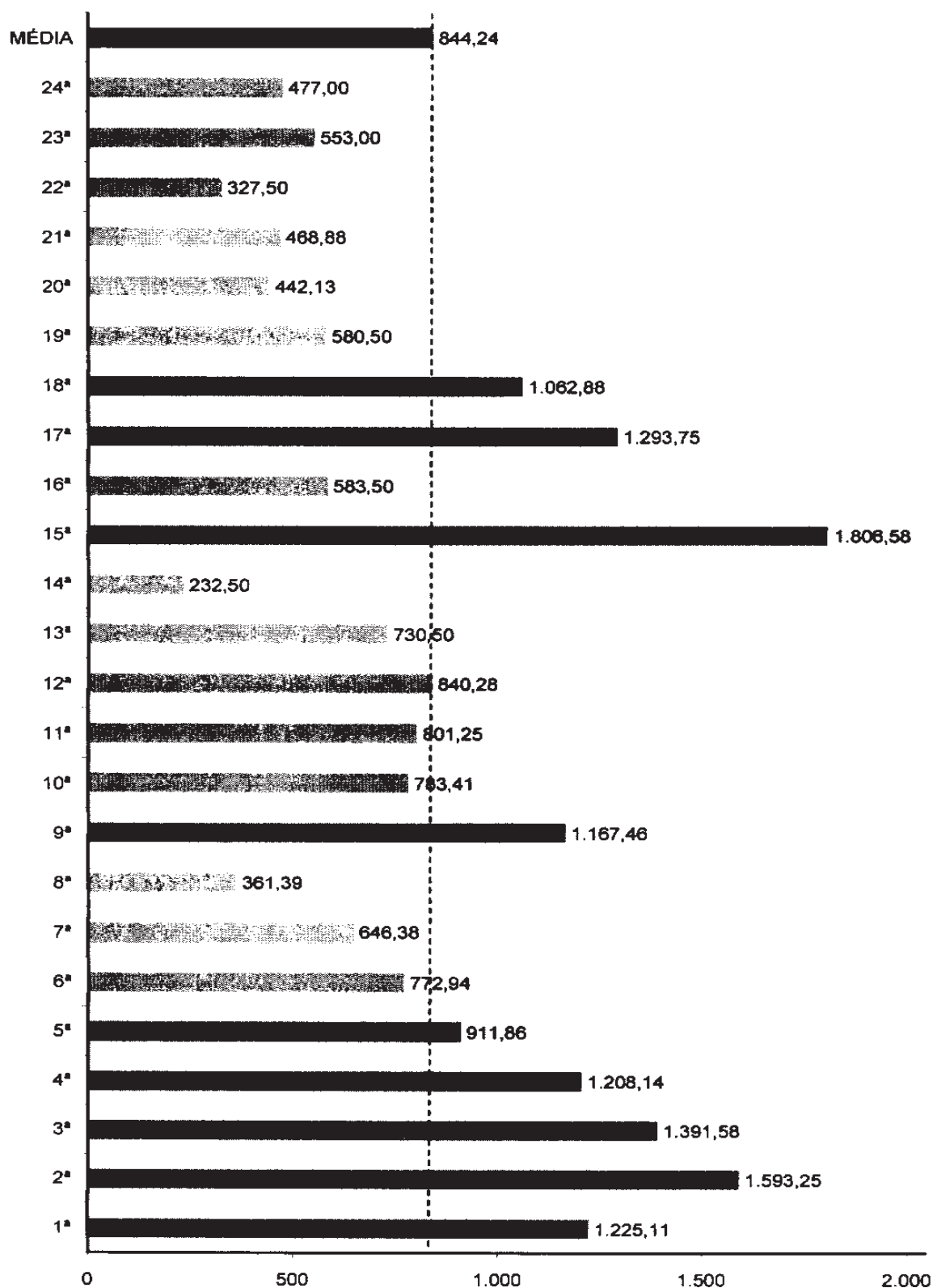
Onde:

CN_2 ⇒ Casos Novos nas diversas estruturas da Justiça do Trabalho

Mag_2 ⇒ Número de Magistrados da Região

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 2º grau, no ano de 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados na Justiça do trabalho de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	CN 1º	Mag 1º	Cm 1º
1ª	Rio de Janeiro	269.650	227	1.187,89
2ª	São Paulo	514.395	239	2.152,28
3ª	Minas Gerais	257.979	201	1.283,48
4ª	Rio Grande do Sul	164.211	185	887,63
5ª	Bahia	130.217	139	936,81
6ª	Pernambuco	108.995	108	1.009,21
7ª	Ceará	49.147	36	1.365,19
8ª	Pará / Amapá	78.582	69	1.138,87
9ª	Paraná	138.928	122	1.138,75
10ª	DF / Tocantins	53.411	60	890,18
11ª	Amazonas / Roraima	56.153	45	1.247,84
12ª	Santa Catarina	72.936	86	848,09
13ª	Paraíba	31.873	43	741,23
14ª	Rondônia / Acre	19.074	48	397,38
15ª	Campinas	265.643	230	1.154,97
16ª	Maranhão	27.385	28	978,04
17ª	Espírito Santo	36.064	46	784,00
18ª	Goiás	59.612	64	931,44
19ª	Alagoas	38.684	31	1.247,87
20ª	Sergipe	17.175	23	746,74
21ª	Rio Grande do Norte	31.472	34	925,65
22ª	Piauí	10.218	16	638,63
23ª	Mato Grosso	41.203	35	1.177,23
24ª	Mato Grosso do Sul	23.022	36	639,50
MÉDIA		104.001	90	1.018,70

$$C_m 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

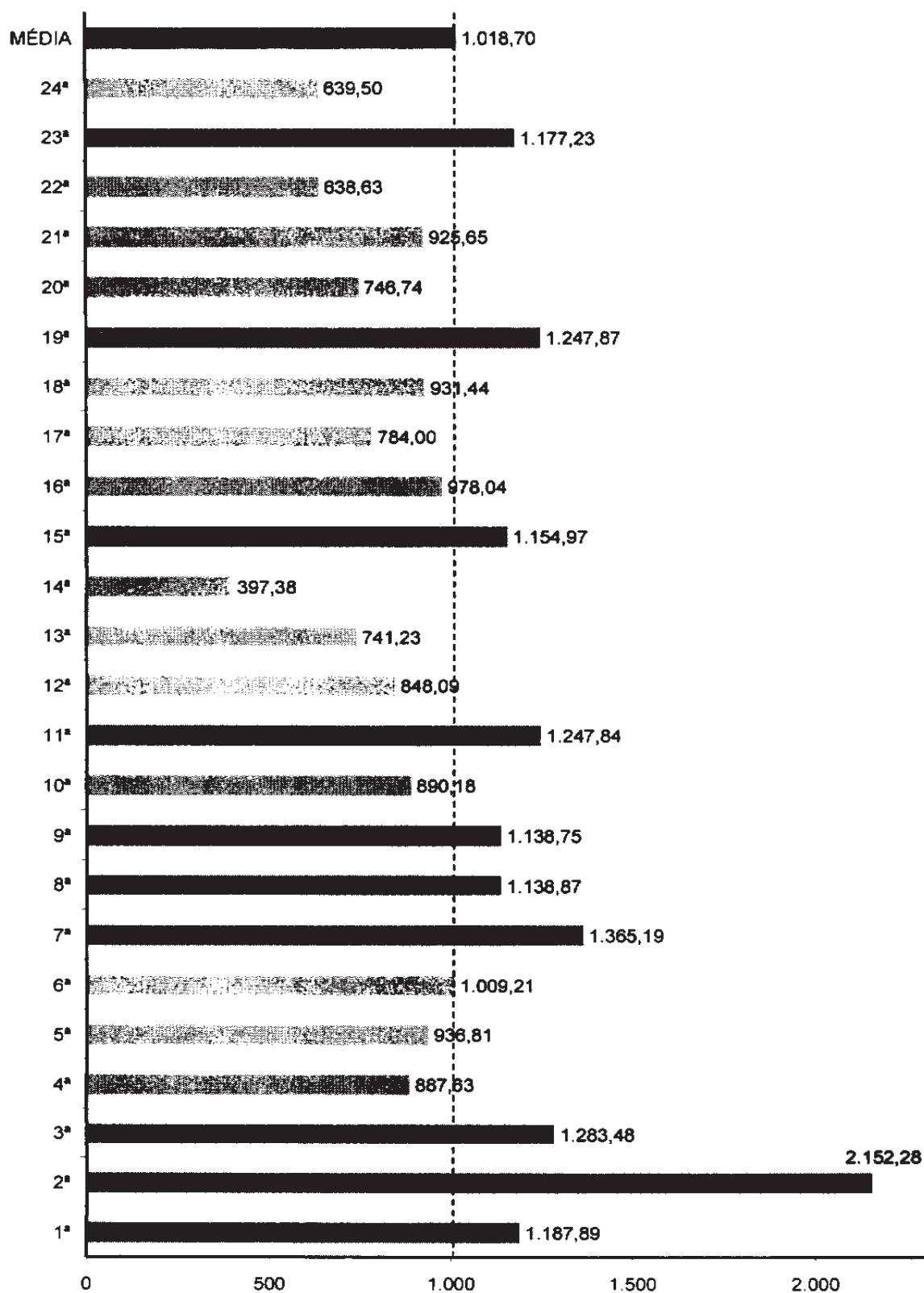
Onde:

CN_{1° ⇒ Casos Novos nas diversas estruturas da Justiça do Trabalho

Mag_{1° ⇒ Número de Magistrados da Região

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 1º grau, em 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça do trabalho de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

2.2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.1. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

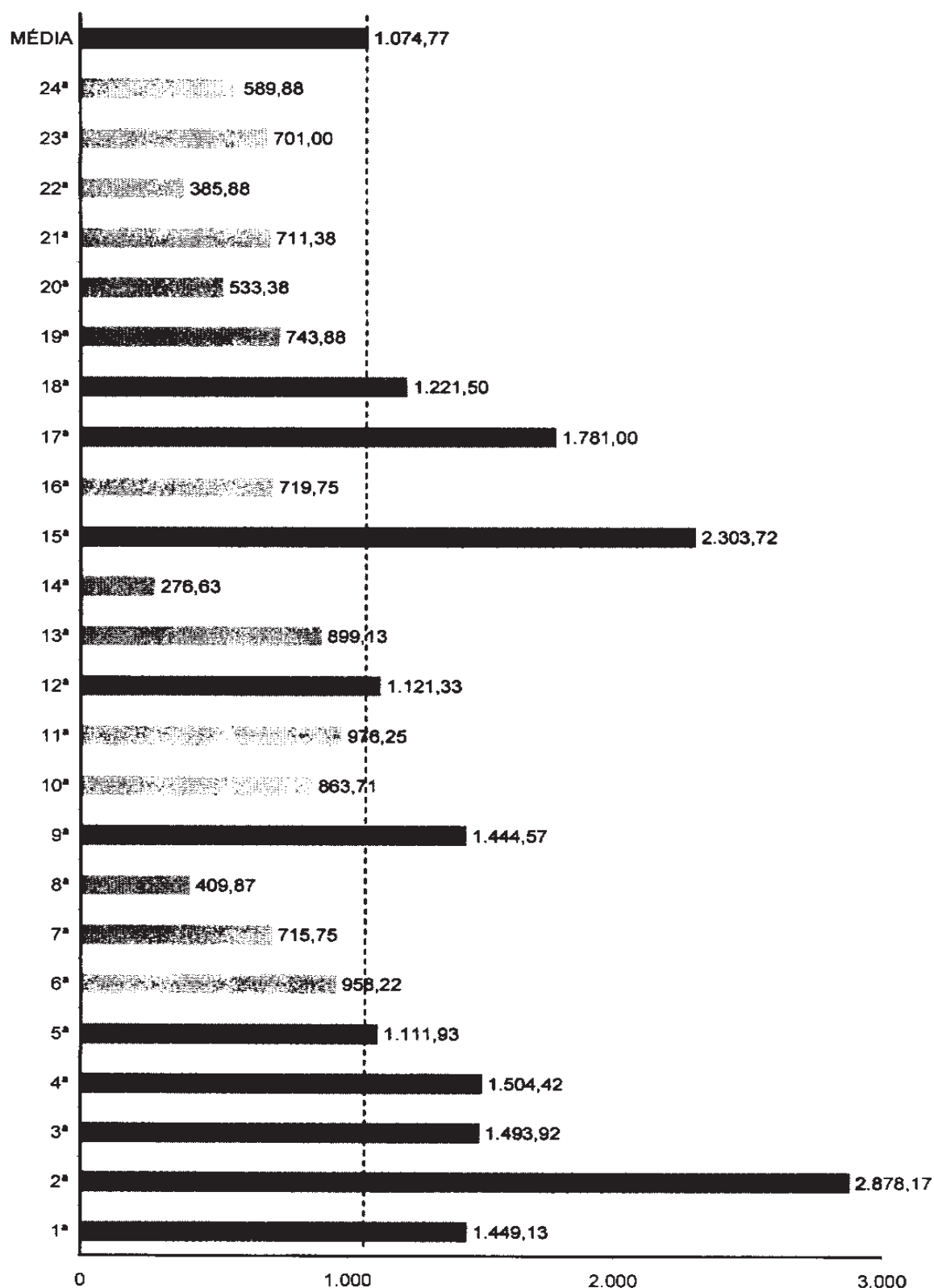
Região	UF	CN 2º	CPJ 2º	Mag 2º	K 2º
1ª	Rio de Janeiro	66.156	12.097	54	1.449,13
2ª	São Paulo	101.968	82.235	64	2.878,17
3ª	Minas Gerais	50.097	3.684	36	1.493,92
4ª	Rio Grande do Sul	43.493	10.666	36	1.504,42
5ª	Bahia	26.444	5.802	29	1.111,93
6ª	Pernambuco	13.913	3.335	18	958,22
7ª	Ceará	5.171	555	8	715,75
8ª	Pará / Amapá	8.312	1.115	23	409,87
9ª	Paraná	32.689	7.759	28	1.444,57
10ª	DF / Tocantins	13.318	1.365	17	863,71
11ª	Amazonas / Roraima	6.410	1.400	8	976,25
12ª	Santa Catarina	15.125	5.059	18	1.121,33
13ª	Paraíba	5.844	1.349	8	899,13
14ª	Rondônia / Acre	1.860	353	8	276,63
15ª	Campinas	65.037	17.897	36	2.303,72
16ª	Maranhão	4.668	1.090	8	719,75
17ª	Espírito Santo	10.350	3.898	8	1.781,00
18ª	Goiás	8.503	1.269	8	1.221,50
19ª	Alagoas	4.644	1.307	8	743,88
20ª	Sergipe	3.537	730	8	533,38
21ª	Rio Grande do Norte	3.751	1.940	8	711,38
22ª	Piauí	2.620	467	8	385,88
23ª	Mato Grosso	4.424	1.184	8	701,00
24ª	Mato Grosso do Sul	3.816	903	8	589,88
MÉDIA		20.923	6.977	19	1.074,77
TST		141.335	224.495	17	21.519,41

$$K_{2^\circ} = \frac{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Onde:

 CN_2 ⇒ Casos Novos Cpj_2 ⇒ Casos Pendentes de Julgamento Mag_2 ⇒ Número de Magistrados de 2º grau da Região**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 2º grau, no ano de 2004, excluídos os que comportam decisões judiciais
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça do trabalho de 2º grau, em 31/12/2003, foram excluídos os sobrestados aguardando apreciação de AI em Recurso de Revista ou RE;
3. Considera-se como Magistrados na Justiça do trabalho de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

2.4.1. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.2. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	CN 1º	CPJ 1º	Mag 1º	K 1º
1ª	Rio de Janeiro	269.650	395.488	227	2.930,12
2ª	São Paulo	514.395	519.580	239	4.326,26
3ª	Minas Gerais	257.979	119.026	201	1.875,65
4ª	Rio Grande do Sul	164.211	171.051	185	1.812,23
5ª	Bahia	130.217	155.091	139	2.052,58
6ª	Pernambuco	108.995	103.548	108	1.967,99
7ª	Ceará	49.147	45.680	36	2.634,08
8ª	Pará / Amapá	78.582	41.028	69	1.733,48
9ª	Paraná	138.928	191.019	122	2.704,48
10ª	DF / Tocantins	53.411	29.344	60	1.379,25
11ª	Amazonas / Roraima	56.153	22.184	45	1.740,82
12ª	Santa Catarina	72.936	81.826	86	1.799,56
13ª	Paraíba	31.873	39.483	43	1.659,44
14ª	Rondônia / Acre	19.074	15.456	48	719,38
15ª	Campinas	265.643	357.370	230	2.708,75
16ª	Maranhão	27.385	28.635	28	2.000,71
17ª	Espírito Santo	36.064	31.379	46	1.466,15
18ª	Goiás	59.612	20.697	64	1.254,83
19ª	Alagoas	38.684	36.906	31	2.438,39
20ª	Sergipe	17.175	14.059	23	1.358,00
21ª	Rio Grande do Norte	31.472	54.514	34	2.529,00
22ª	Piauí	10.218	12.038	16	1.391,00
23ª	Mato Grosso	41.203	20.254	35	1.755,91
24ª	Mato Grosso do Sul	23.022	18.600	36	1.156,17
MÉDIA		104.001	105.177	90	1.974,76

$$K_{1^\circ} = \frac{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

CN_i ⇒ Casos Novos

Cpj_i ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

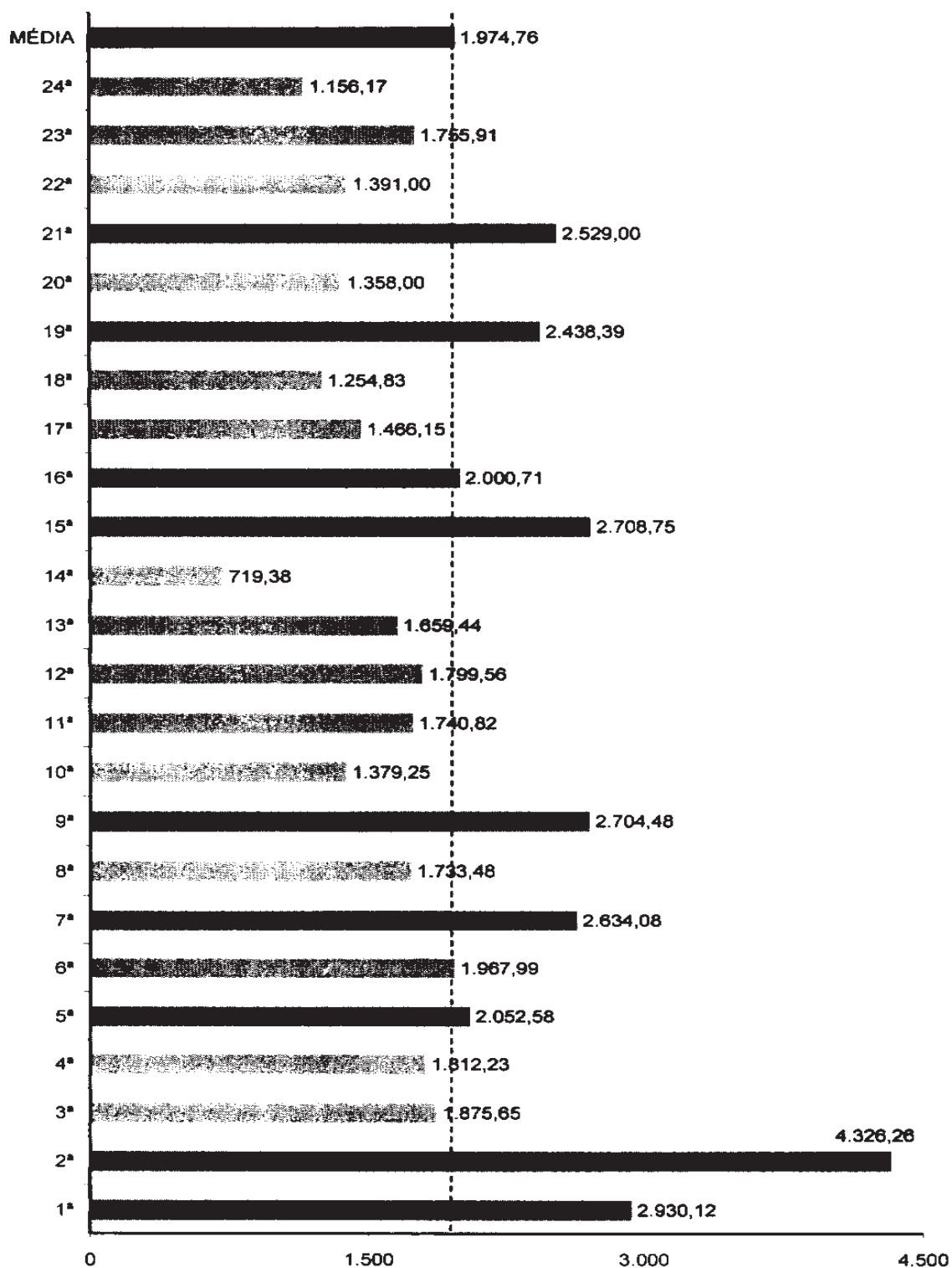
Mag_i ⇒ Número de Magistrados de 1º grau da Região

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 1º grau, em 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça do trabalho de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça do trabalho de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.2. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.2.a CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHECIMENTO 1º GRAU:

Região	UF	CN 1º	CPJ 1º	Mag 1º	κ 1º
1ª	Rio de Janeiro	202.457	173.631	227	1.656,78
2ª	São Paulo	331.810	198.732	239	2.219,84
3ª	Minas Gerais	190.708	21.448	201	1.055,50
4ª	Rio Grande do Sul	117.538	63.284	185	977,42
5ª	Bahia	100.835	46.812	139	1.062,21
6ª	Pernambuco	76.225	15.360	108	848,01
7ª	Ceará	40.471	12.072	36	1.459,53
8ª	Pará / Amapá	59.181	6.052	69	945,41
9ª	Paraná	98.864	64.366	122	1.337,95
10ª	DF / Tocantins	39.124	3.919	60	717,38
11ª	Amazonas / Roraima	45.147	4.395	45	1.100,93
12ª	Santa Catarina	50.602	27.962	86	913,53
13ª	Paraíba	18.078	2.551	43	479,74
14ª	Rondônia / Acre	13.568	1.477	48	313,44
15ª	Campinas	211.133	117.209	230	1.427,57
16ª	Maranhão	19.737	4.428	28	863,04
17ª	Espírito Santo	27.483	5.744	46	722,33
18ª	Goiás	40.785	3.232	64	687,77
19ª	Alagoas	23.697	9.235	31	1.062,32
20ª	Sergipe	11.649	1.326	23	564,13
21ª	Rio Grande do Norte	17.731	3.729	34	631,18
22ª	Piauí	6.958	1.574	16	533,25
23ª	Mato Grosso	19.566	4.532	35	688,51
24ª	Mato Grosso do Sul	16.634	3.766	36	566,67
MÉDIA		74.166	33.202	90	951,43

$$\kappa_{1^\circ} = \frac{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

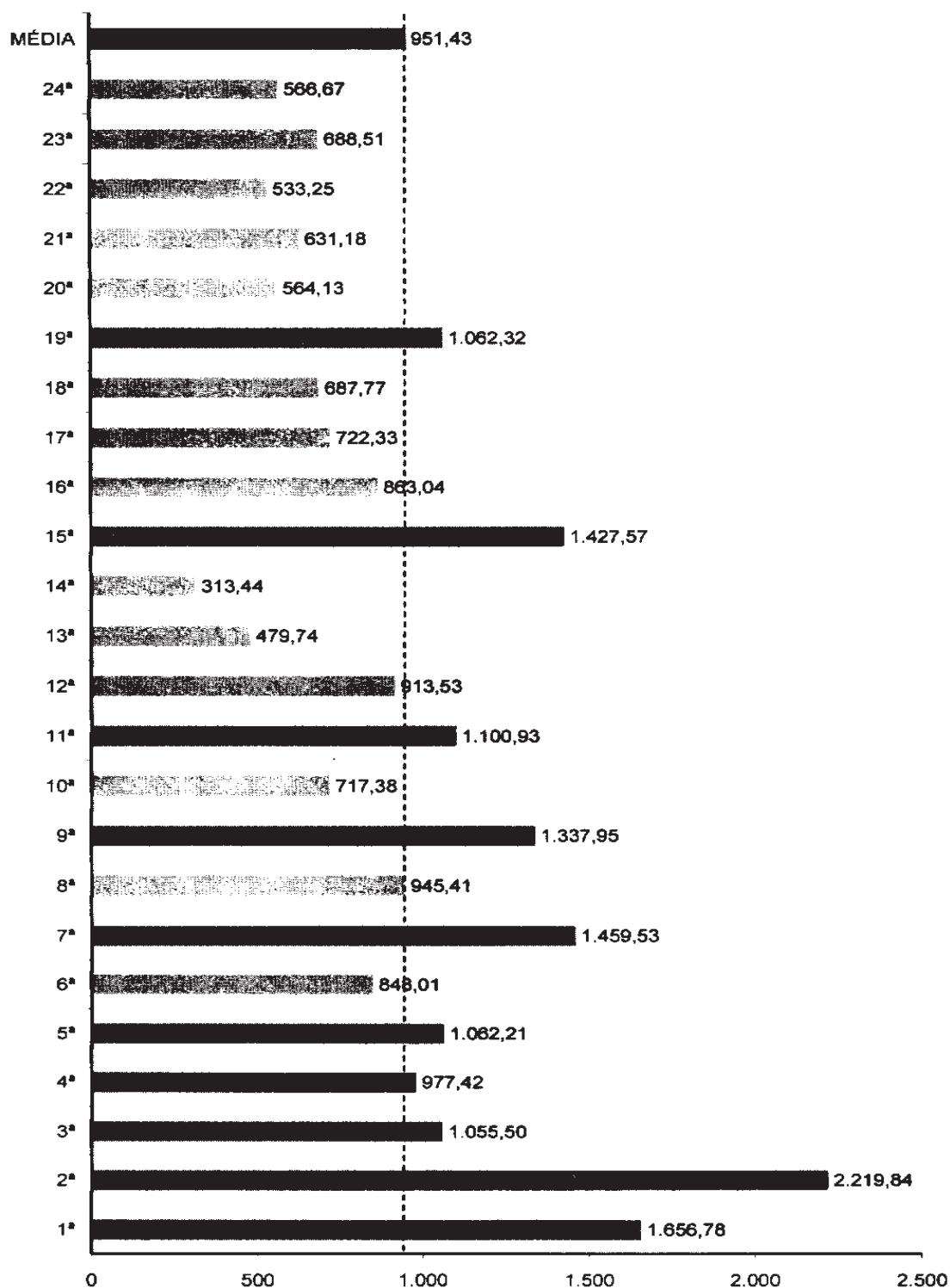
- CN_{1° $\Rightarrow$ Casos Novos
 Cpj_{1° $\Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento
 Mag_{1° $\Rightarrow$ Número de Magistrados de 1º grau da Região

Metodologia:

1. Casos novos foram as Reclamações recebidas em 2004 e Embargos Declaratórios;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos na fase de conhecimento, em 31/12/2003;
3. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça do trabalho de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.2.a CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHEC. 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.2.b CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO 1º GRAU:

Região	UF	CN 1º	CPJ 1º	Mag 1º	K 1º
1ª	Rio de Janeiro	67.193	221.857	227	1.273,35
2ª	São Paulo	182.585	320.848	239	2.106,41
3ª	Minas Gerais	67.271	97.578	201	820,14
4ª	Rio Grande do Sul	46.673	107.767	185	834,81
5ª	Bahia	29.382	108.279	139	990,37
6ª	Pernambuco	32.770	88.188	108	1.119,98
7ª	Ceará	8.676	33.608	36	1.174,56
8ª	Pará / Amapá	19.401	34.976	69	788,07
9ª	Paraná	40.064	126.653	122	1.366,53
10ª	DF / Tocantins	14.287	25.425	60	661,87
11ª	Amazonas / Roraima	11.006	17.789	45	639,89
12ª	Santa Catarina	22.334	53.864	86	886,02
13ª	Paraíba	13.795	36.932	43	1.179,70
14ª	Rondônia / Acre	5.506	13.979	48	405,94
15ª	Campinas	54.510	240.161	230	1.281,18
16ª	Maranhão	7.648	24.207	28	1.137,68
17ª	Espírito Santo	8.581	25.635	46	743,83
18ª	Goiás	18.827	17.465	64	567,06
19ª	Alagoas	14.987	27.671	31	1.376,06
20ª	Sergipe	5.526	12.733	23	793,87
21ª	Rio Grande do Norte	13.741	50.785	34	1.897,82
22ª	Piauí	3.260	10.464	16	857,75
23ª	Mato Grosso	21.637	15.722	35	1.067,40
24ª	Mato Grosso do Sul	6.388	14.834	36	589,50
MÉDIA		29.835	71.976	90	1.023,32

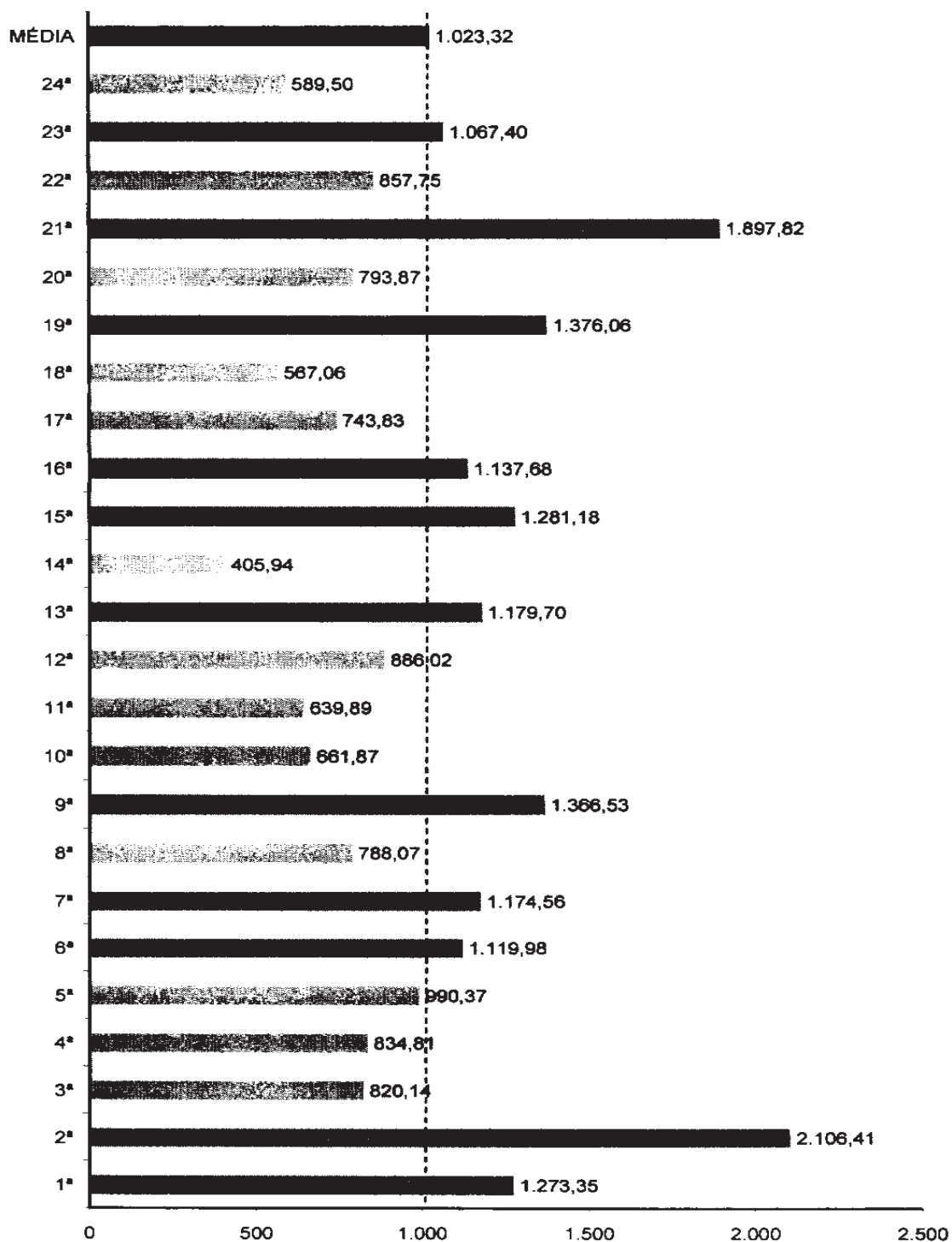
$$K_{1^\circ} = \frac{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

 CN_{1° ⇒ Casos Novos Cpj_{1° ⇒ Casos Pendentes de Julgamento Mag_{1° ⇒ Número de Magistrados de 1º grau da Região**Metodologia:**

1. Casos novos foram as Execuções iniciadas em 2004, processos recebidos de outros órgãos para execução, processos desarquivados e títulos executivos extrajudiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em execução, em 31/12/2003;
3. Em sentenças foram consideradas as execuções encerradas;
4. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça do trabalho de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.2.b CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	Sent 2º	CN 2º	CPJ 2º	Γ 2º
1ª	Rio de Janeiro	46.490	66.156	12.097	40,59%
2ª	São Paulo	75.537	101.968	82.235	58,99%
3ª	Minas Gerais	48.719	50.097	3.684	9,41%
4ª	Rio Grande do Sul	42.502	43.493	10.666	21,52%
5ª	Bahia	25.913	26.444	5.802	19,64%
6ª	Pernambuco	12.781	13.913	3.335	25,90%
7ª	Ceará	4.675	5.171	555	18,35%
8ª	Pará / Amapá	8.323	8.312	1.115	11,71%
9ª	Paraná	28.441	32.689	7.759	29,69%
10ª	DF / Tocantins	10.549	13.318	1.365	28,16%
11ª	Amazonas / Roraima	5.673	6.410	1.400	27,36%
12ª	Santa Catarina	15.127	15.125	5.059	25,05%
13ª	Paraíba	6.556	5.844	1.349	8,86%
14ª	Rondônia / Acre	1.968	1.860	353	11,07%
15ª	Campinas	54.728	65.037	17.897	34,01%
16ª	Maranhão	3.640	4.668	1.090	36,78%
17ª	Espírito Santo	10.855	10.350	3.898	23,81%
18ª	Goiás	7.910	8.503	1.269	19,05%
19ª	Alagoas	4.506	4.644	1.307	24,28%
20ª	Sergipe	3.396	3.537	730	20,41%
21ª	Rio Grande do Norte	3.999	3.751	1.940	29,73%
22ª	Piauí	2.746	2.620	467	11,05%
23ª	Mato Grosso	4.549	4.424	1.184	18,88%
24ª	Mato Grosso do Sul	4.004	3.816	903	15,15%
MÉDIA		18.066	20.923	6.977	23,73%
TST		116.653	141.335	224.495	68,11%

$$\Gamma_{2^\circ} = 1 - \frac{Sent_{2^\circ}}{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}$$

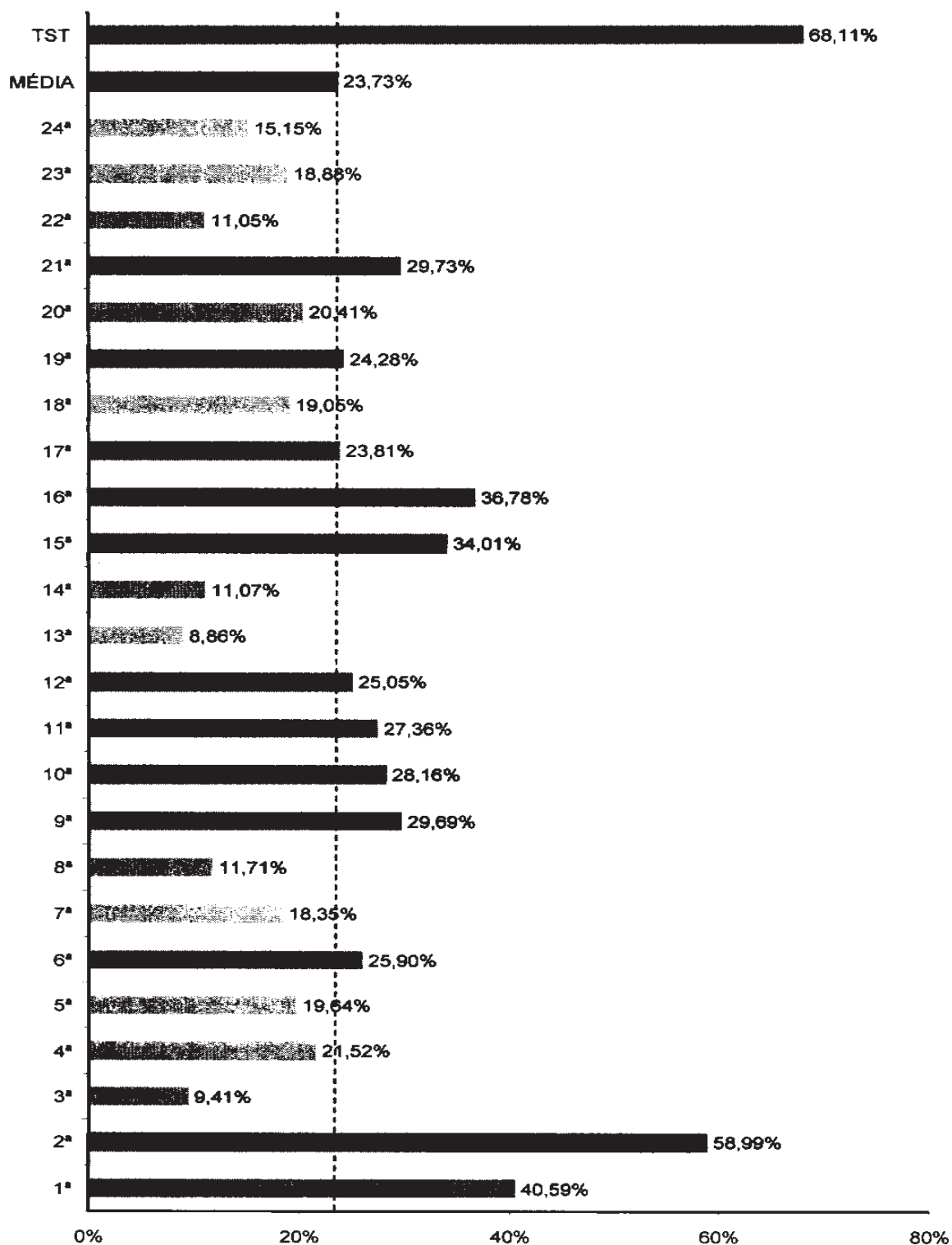
Onde:

 CN_{2° $\Rightarrow$ Casos Novos Cpj_{2° $\Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento $Sent_{2^\circ}$ $\Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 2º grau, no ano de 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça do trabalho de 2º grau, em 31/12/2003, foram excluídos os sobrestados aguardando apreciação de AI em Recurso de Revista ou RE;
3. Foram computadas todas as formas de solução do processo: Acórdãos, Acórdãos em Embargo de Declaração, Decisão Monocrática, etc.;
4. Não foram computados como Sentença ($Sent$) os despachos de mero expediente;
5. Não foram computados, no estoque do 2º grau, os Recursos de Revista pendentes de despacho

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.2. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	Sent 1º	CN 1º	CPJ 1º	Γ 1º
1ª	Rio de Janeiro	221.553	269.650	395.488	66,69%
2ª	São Paulo	488.028	514.395	519.580	52,80%
3ª	Minas Gerais	226.566	257.979	119.026	39,90%
4ª	Rio Grande do Sul	152.529	164.211	171.051	54,50%
5ª	Bahia	104.588	130.217	155.091	63,34%
6ª	Pernambuco	93.577	108.995	103.548	55,97%
7ª	Ceará	43.280	49.147	45.680	54,36%
8ª	Pará / Amapá	72.096	78.582	41.028	39,72%
9ª	Paraná	134.592	138.928	191.019	59,21%
10ª	DF / Tocantins	44.718	53.411	29.344	45,96%
11ª	Amazonas / Roraima	47.389	56.153	22.184	39,51%
12ª	Santa Catarina	70.382	72.936	81.826	54,52%
13ª	Paraíba	26.420	31.873	39.483	62,97%
14ª	Rondônia / Acre	19.609	19.074	15.456	43,21%
15ª	Campinas	245.741	265.643	357.370	60,56%
16ª	Maranhão	24.867	27.385	28.635	55,61%
17ª	Espírito Santo	30.409	36.064	31.379	54,91%
18ª	Goiás	48.602	59.612	20.697	39,48%
19ª	Alagoas	32.594	38.684	36.906	56,88%
20ª	Sergipe	16.068	17.175	14.059	48,56%
21ª	Rio Grande do Norte	25.970	31.472	54.514	69,80%
22ª	Piauí	7.166	10.218	12.038	67,80%
23ª	Mato Grosso	23.856	41.203	20.254	61,18%
24ª	Mato Grosso do Sul	23.393	23.022	18.600	43,80%
MÉDIA		92.666	104.001	105.177	53,80%

$$\Gamma_{1^\circ} = 1 - \frac{Sent_{1^\circ}}{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}$$

Onde:

CN_{1° $\Rightarrow$ Casos Novos

Cpj_{1° $\Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento

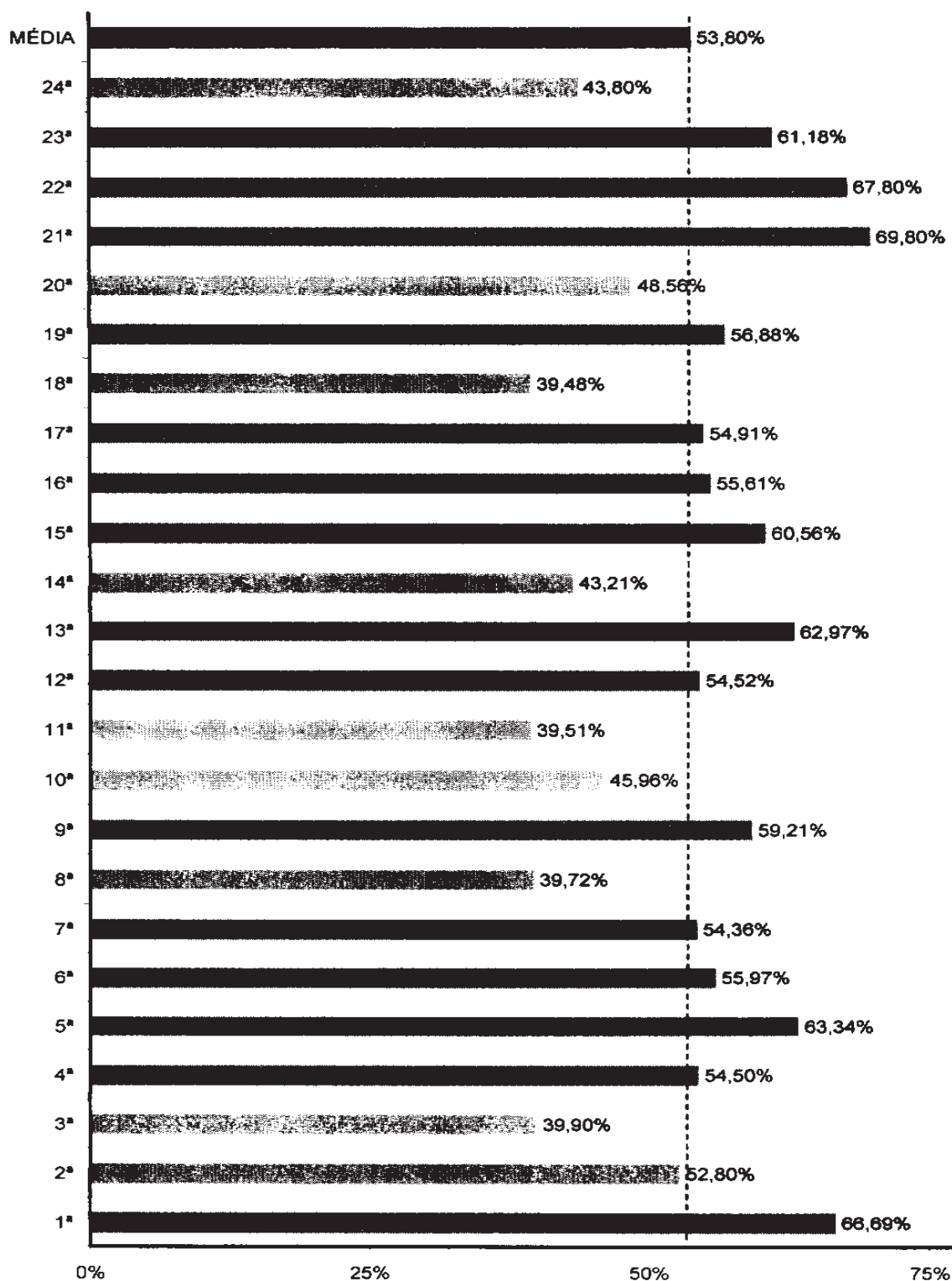
$Sent_{1^\circ}$ $\Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça do trabalho de 1º grau, em 2004, excluídos os que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça do trabalho de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (*Sent*) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.2. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.2.a TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHECIMENTO 1º GRAU:

Região	UF	Sent 1º	CN 1º	CPJ 1º	Γ 1º
1ª	Rio de Janeiro	188.549	202.457	173.631	49,87%
2ª	São Paulo	292.543	331.810	198.732	44,86%
3ª	Minas Gerais	172.407	190.708	21.448	18,74%
4ª	Rio Grande do Sul	113.171	117.538	63.284	37,41%
5ª	Bahia	91.607	100.835	46.812	37,96%
6ª	Pernambuco	68.400	76.225	15.360	25,32%
7ª	Ceará	38.136	40.471	12.072	27,42%
8ª	Pará / Amapá	55.768	59.181	6.052	14,51%
9ª	Paraná	88.427	98.864	64.366	45,83%
10ª	DF / Tocantins	34.920	39.124	3.919	18,87%
11ª	Amazonas / Roraima	39.026	45.147	4.395	21,23%
12ª	Santa Catarina	49.783	50.602	27.962	36,63%
13ª	Paraíba	17.112	18.078	2.551	17,05%
14ª	Rondônia / Acre	13.591	13.568	1.477	9,66%
15ª	Campinas	199.342	211.133	117.209	39,29%
16ª	Maranhão	18.438	19.737	4.428	23,70%
17ª	Espírito Santo	21.612	27.483	5.744	34,96%
18ª	Goiás	37.630	40.785	3.232	14,51%
19ª	Alagoas	23.468	23.697	9.235	28,74%
20ª	Sergipe	10.310	11.649	1.326	20,54%
21ª	Rio Grande do Norte	15.809	17.731	3.729	26,33%
22ª	Piauí	5.879	6.958	1.574	31,09%
23ª	Mato Grosso	17.447	19.566	4.532	27,60%
24ª	Mato Grosso do Sul	16.373	16.634	3.766	19,74%
MÉDIA		67.906	74.166	33.202	27,99%

$$\Gamma_{1^\circ} = 1 - \frac{Sent_{1^\circ}}{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}$$

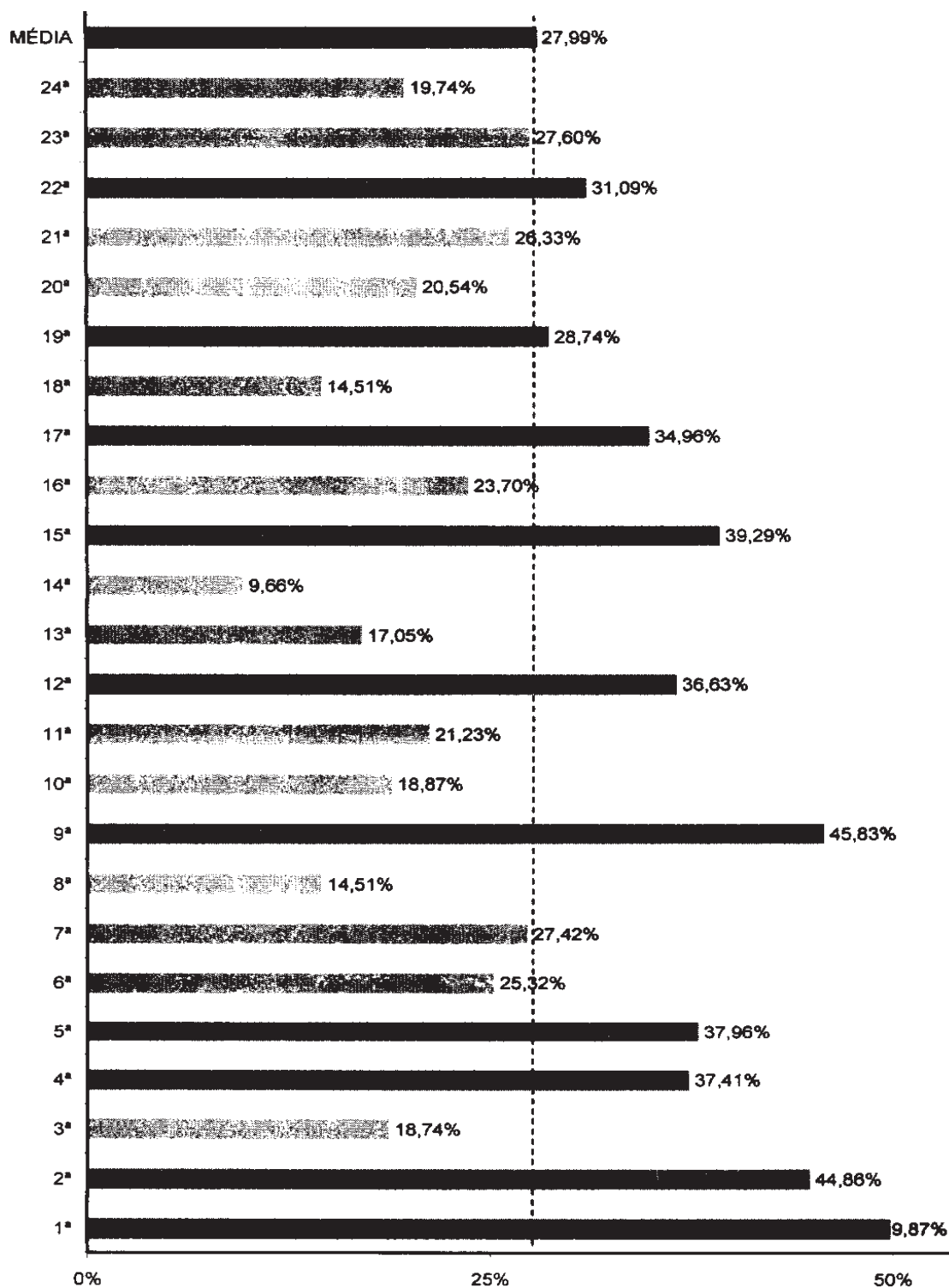
Onde:

 CN_{1° ⇒ Casos Novos Cpj_{1° ⇒ Casos Pendentes de Julgamento $Sent_{1^\circ}$ ⇒ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo**Metodologia:**

1. Casos novos foram as Reclamações recebidas em 2004 e Embargos Declaratórios;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos na fase de conhecimento, em 31/12/2003;
3. Foram computadas todas as decisões que põe fim ao processo na fase de conhecimento;
4. Não foram computados como sentença (Sent) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.2.a TAXA DE CONGEST. DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHEC. 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.2.b TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO 1º GRAU:

Região	UF	Sent 1º	CN 1º	CPJ 1º	Γ 1º
1ª	Rio de Janeiro	33.004	67.193	221.857	88,58%
2ª	São Paulo	195.485	182.585	320.848	61,17%
3ª	Minas Gerais	54.159	67.271	97.578	67,15%
4ª	Rio Grande do Sul	39.358	46.673	107.767	74,52%
5ª	Bahia	12.981	29.382	108.279	90,57%
6ª	Pernambuco	25.177	32.770	88.188	79,19%
7ª	Ceará	5.144	8.676	33.608	87,83%
8ª	Pará / Amapá	16.328	19.401	34.976	69,97%
9ª	Paraná	46.165	40.064	126.653	72,31%
10ª	DF / Tocantins	9.798	14.287	25.425	75,33%
11ª	Amazonas / Roraima	8.363	11.006	17.789	70,96%
12ª	Santa Catarina	20.599	22.334	53.864	72,97%
13ª	Paraíba	9.308	13.795	36.932	81,65%
14ª	Rondônia / Acre	6.018	5.506	13.979	69,11%
15ª	Campinas	46.399	54.510	240.161	84,25%
16ª	Maranhão	6.429	7.648	24.207	79,82%
17ª	Espírito Santo	8.797	8.581	25.635	74,29%
18ª	Goiás	10.972	18.827	17.465	69,77%
19ª	Alagoas	9.126	14.987	27.671	78,61%
20ª	Sergipe	5.758	5.526	12.733	68,46%
21ª	Rio Grande do Norte	10.161	13.741	50.785	84,25%
22ª	Piauí	1.287	3.260	10.464	90,62%
23ª	Mato Grosso	6.409	21.637	15.722	82,84%
24ª	Mato Grosso do Sul	7.020	6.388	14.834	66,92%
MÉDIA		24.760	29.835	71.976	76,71%

$$\Gamma_{1^\circ} = 1 - \frac{Sent_{1^\circ}}{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}$$

Onde:

CN_{1° ⇒ Casos Novos

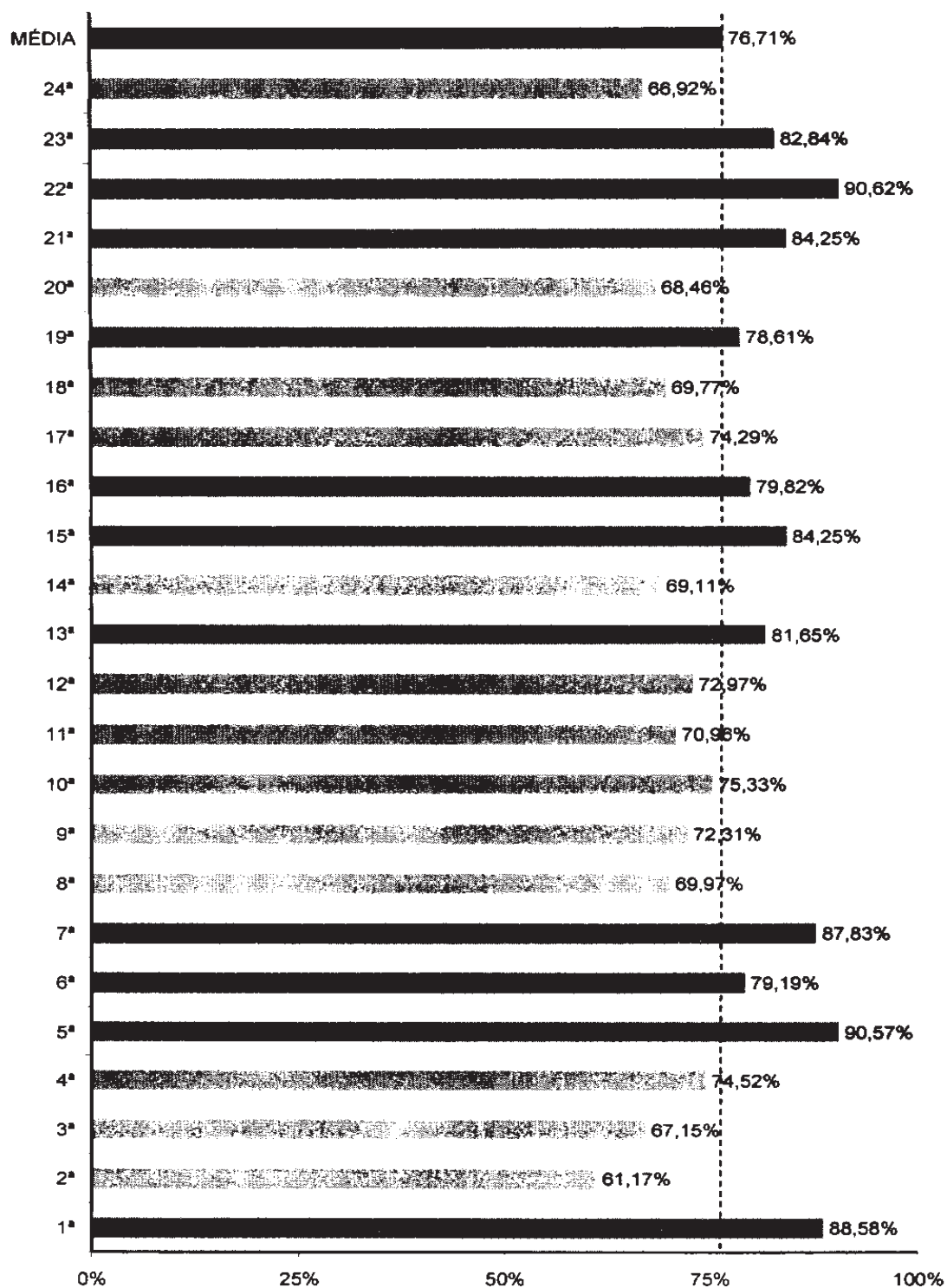
Cpj_{1° ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

$Sent_{1^\circ}$ ⇒ N° de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo

Metodologia:

1. Casos novos foram as Execuções iniciadas em 2004, processos recebidos de outros órgãos para execução, processos desarquivados e títulos executivos extrajudiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em execução, em 31/12/2003;
3. Em sentenças foram consideradas as execuções encerradas;
4. Não foram computados como sentença (Sent) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.2.b TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DE ACÓRDÃOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO 2º GRAU:

Região	UF	Rsup 2º	Apublic	$\tau_{2^\circ ac}$
1ª	Rio de Janeiro	15.898	39.333	40,42%
2ª	São Paulo	20.730	60.826	34,08%
3ª	Minas Gerais	14.570	37.440	38,92%
4ª	Rio Grande do Sul	14.234	35.335	40,28%
5ª	Bahia	5.010	18.151	27,60%
6ª	Pernambuco	4.054	10.436	38,85%
7ª	Ceará	1.236	3.694	33,46%
8ª	Pará / Amapá	2.826	6.601	42,81%
9ª	Paraná	8.398	22.495	37,33%
10ª	DF / Tocantins	3.242	7.518	43,12%
11ª	Amazonas / Roraima	1.923	4.622	41,61%
12ª	Santa Catarina	4.110	12.379	33,20%
13ª	Paraíba	1.715	5.478	31,31%
14ª	Rondônia / Acre	526	1.571	33,48%
15ª	Campinas	15.051	44.825	33,58%
16ª	Maranhão	711	2.826	25,16%
17ª	Espírito Santo	3.227	7.043	45,82%
18ª	Goiás	2.032	6.811	29,83%
19ª	Alagoas	1.245	3.593	34,65%
20ª	Sergipe	642	2.932	21,90%
21ª	Rio Grande do Norte	922	3.682	25,04%
22ª	Plauí	1.082	2.450	44,16%
23ª	Mato Grosso	1.009	3.873	26,05%
24ª	Mato Grosso do Sul	885	3.422	25,86%
MÉDIA		5.220	14.472	34,52%
TST		5.959	75.184	7,93%

$$\tau_{2^\circ ac} = \frac{R_{sup 2^\circ}}{A_{public}}$$

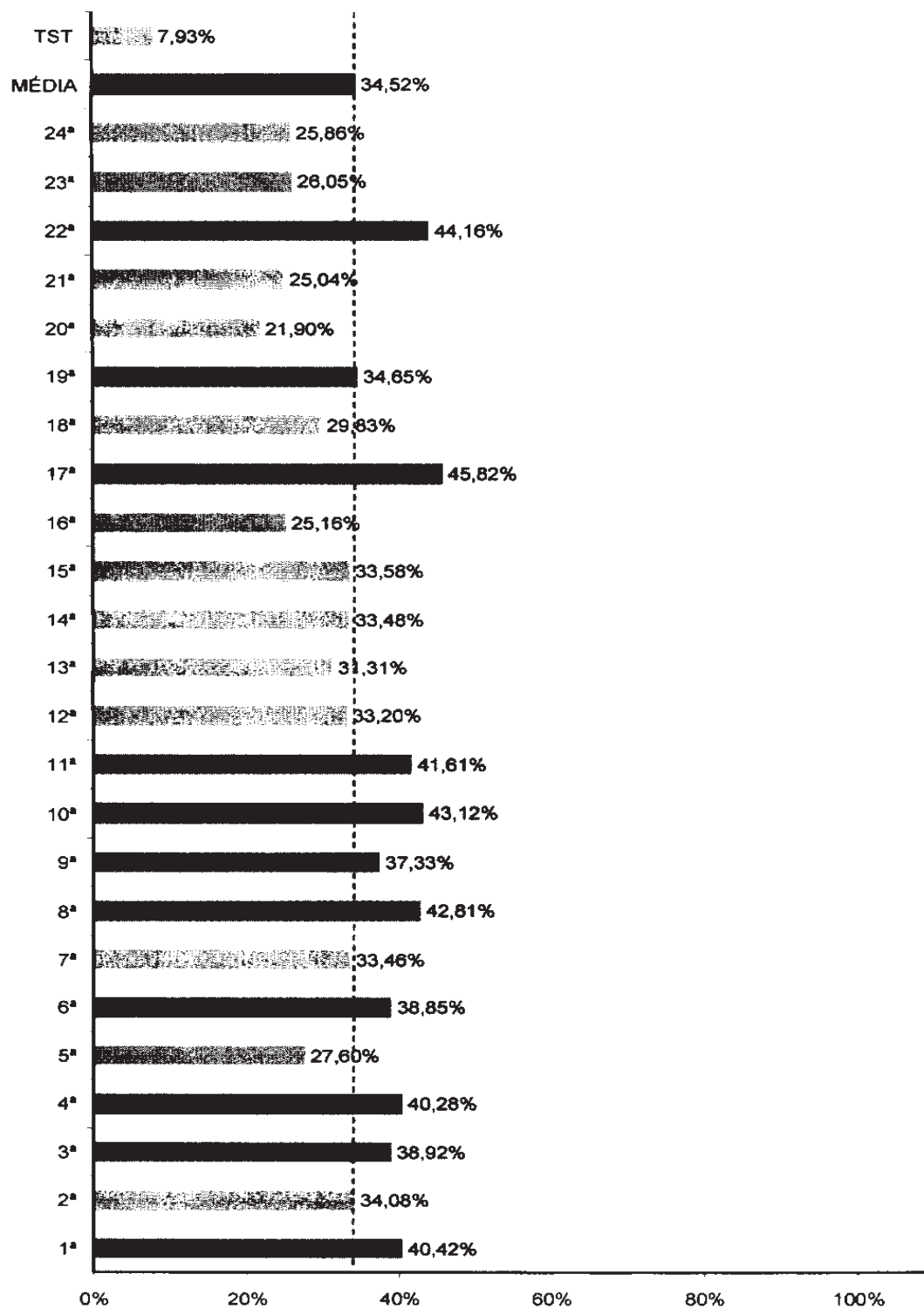
Onde:

 $R_{sup 2^\circ} \Rightarrow$ Recursos à Instância Superior $A_{public} \Rightarrow$ Acórdãos Publicados

Metodologia:

1. Em $R_{sup 2^\circ}$ foram considerados os Recursos de Revista interpostos e os Recursos Ordinários para o TST;
2. Em Acórdãos publicados, foram considerados todos os acórdãos publicados em 2004, menos os acórdãos em Embargo de Declaração.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DE ACÓRDÃOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.2.a TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU:

Região	UF	RO + ROP's	Sent	$\tau_{1º Ro}$
1ª	Rio de Janeiro	33.908	81.067	41,83%
2ª	São Paulo	74.853	121.577	61,57%
3ª	Minas Gerais	32.933	54.920	59,97%
4ª	Rio Grande do Sul	35.781	48.313	74,06%
5ª	Bahia	16.844	34.693	48,55%
6ª	Pernambuco	10.309	23.700	43,50%
7ª	Ceará	3.990	11.726	34,03%
8ª	Pará / Amapá	6.765	11.680	57,92%
9ª	Paraná	23.968	39.293	61,00%
10ª	DF / Tocantins	6.877	16.718	41,14%
11ª	Amazonas / Roraima	6.856	9.822	69,80%
12ª	Santa Catarina	12.904	20.912	61,71%
13ª	Paraíba	3.341	7.079	47,20%
14ª	Rondônia / Acre	1.363	4.095	33,28%
15ª	Campinas	53.922	85.897	62,78%
16ª	Maranhão	3.988	7.486	53,27%
17ª	Espírito Santo	5.215	9.639	54,10%
18ª	Goiás	6.651	12.482	53,28%
19ª	Alagoas	3.510	7.012	50,06%
20ª	Sergipe	2.290	5.173	44,27%
21ª	Rio Grande do Norte	2.806	7.812	35,92%
22ª	Piauí	1.500	3.128	47,95%
23ª	Mato Grosso	3.390	7.874	43,05%
24ª	Mato Grosso do Sul	2.463	5.565	44,26%
MÉDIA		14.851	26.569	51,02%

$$\tau_{1º Ro} = \frac{RO + ROP'S}{Sent}$$

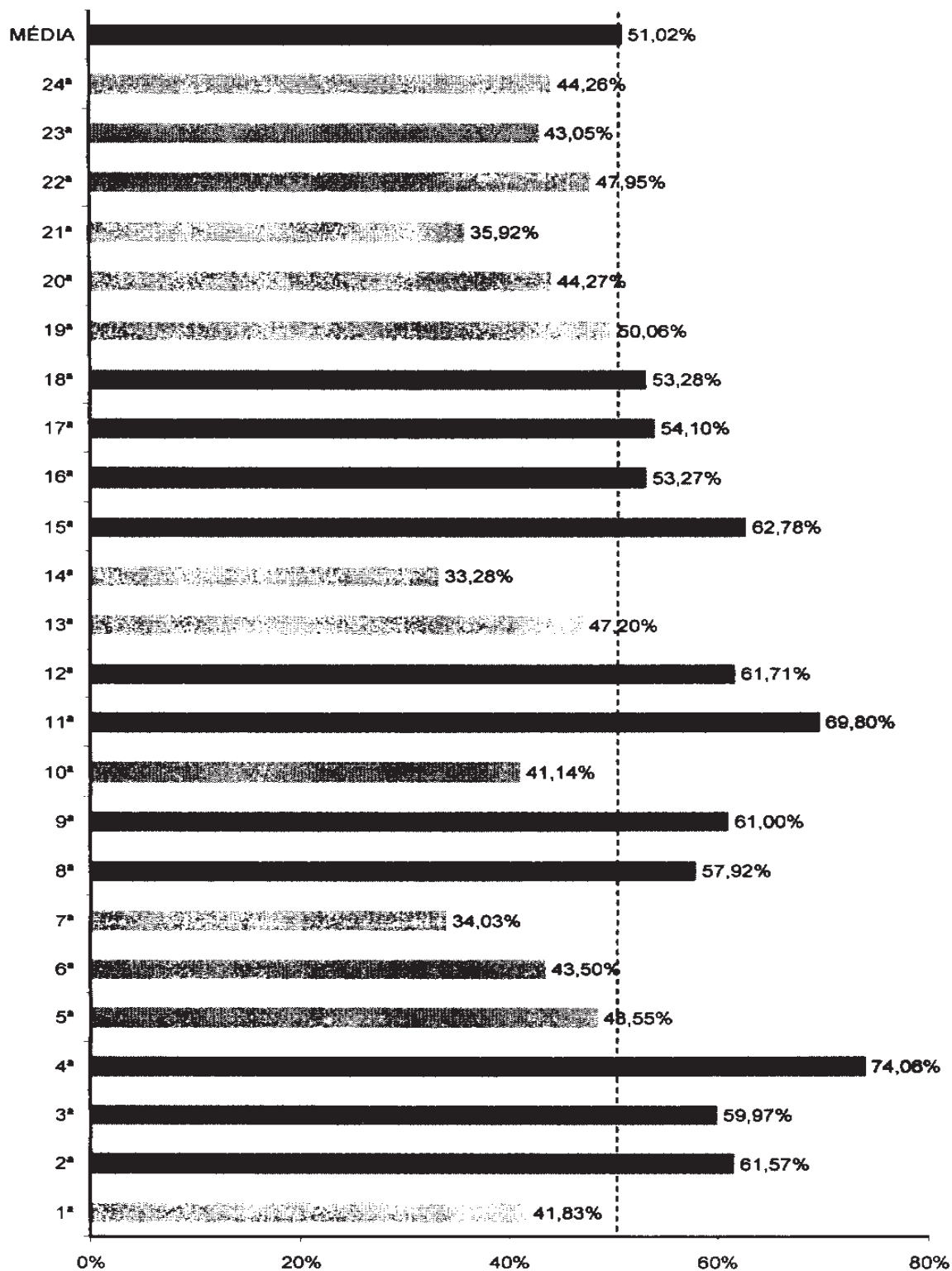
Onde:

RO + ROP'S ⇒ Recursos Ordinários
Sent ⇒ Processos Julgados

Metodologia:

1. Foram considerados todos os Recursos Ordinários e Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo Interpostos no ano de 2004;
2. Em Sent, não foram consideradas as decisões de arquivamento, de extinção do processo por desistência e decisão de homologação de acordo.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.6.2.a TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.2.b TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU:

Região	UF	AP	Sent	$\tau_{1^\circ AP}$
1ª	Rio de Janeiro	5.204	6.848	75,99%
2ª	São Paulo	11.231	14.420	77,88%
3ª	Minas Gerais	7.431	9.289	80,00%
4ª	Rio Grande do Sul	7.562	5.957	126,94%
5ª	Bahia	5.256	7.791	67,46%
6ª	Pernambuco	3.262	4.314	75,61%
7ª	Ceará	470	836	56,22%
8ª	Pará / Amapá	1.149	1.441	79,74%
9ª	Paraná	5.258	7.394	71,11%
10ª	DF / Tocantins	949	1.598	59,39%
11ª	Amazonas / Roraima	601	743	80,89%
12ª	Santa Catarina	2.517	2.700	93,22%
13ª	Paraíba	795	1.485	53,54%
14ª	Rondônia / Acre	265	422	62,80%
15ª	Campinas	8.309	9.081	91,50%
16ª	Maranhão	382	680	56,18%
17ª	Espírito Santo	1.888	1.615	116,90%
18ª	Goiás	1.301	1.883	69,09%
19ª	Alagoas	743	1.286	57,78%
20ª	Sergipe	872	1.057	82,50%
21ª	Rio Grande do Norte	462	1.046	44,17%
22ª	Piauí	360	331	108,76%
23ª	Mato Grosso	376	855	43,98%
24ª	Mato Grosso do Sul	439	715	61,40%
MÉDIA		2.683	3.351	74,71%

$$\tau_{1^\circ AP} = \frac{AP}{Sent}$$

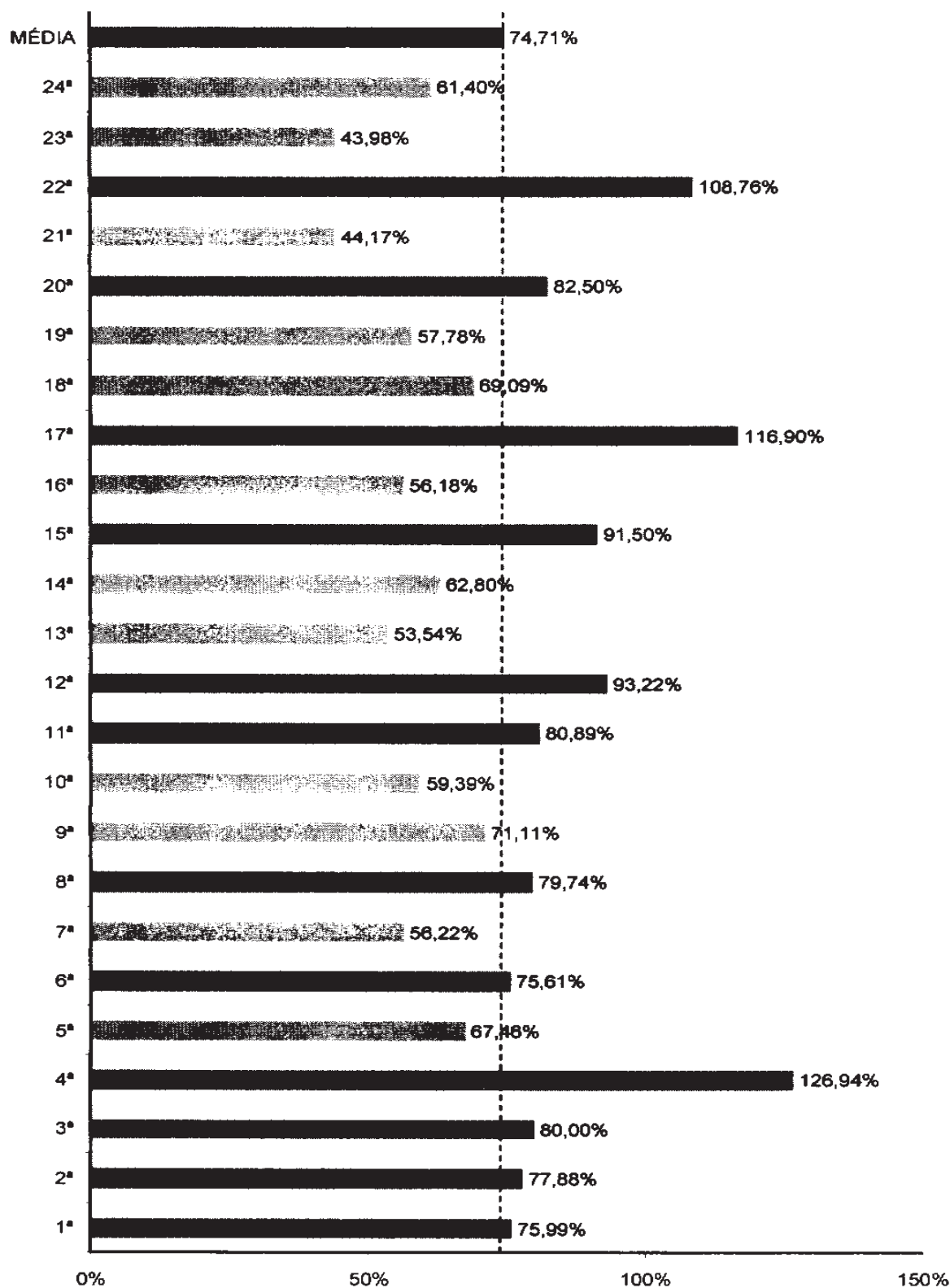
Onde:

AP ⇒ Agravos de Petição

Sent ⇒ Decisões em Embargo de Execução

Metodologia:

1. Em AP, foram considerados os Agravos de Petição;
2. Em Sent, foram consideradas as Decisões em Embargo de Execução.

2.6.2.b TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DE DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	AI	DA	τ_{2AI}
1ª	Rio de Janeiro	5.914	15.916	37,16%
2ª	São Paulo	11.475	19.077	60,15%
3ª	Minas Gerais	9.160	16.370	55,96%
4ª	Rio Grande do Sul	13.425	15.530	86,45%
5ª	Bahia	3.664	5.315	68,94%
6ª	Pernambuco	3.877	4.303	90,10%
7ª	Ceará	434	1.264	34,34%
8ª	Pará / Amapá	2.060	3.102	66,41%
9ª	Paraná	4.069	8.427	48,29%
10ª	DF / Tocantins	1.968	3.331	59,08%
11ª	Amazonas / Roraima	872	2.066	42,21%
12ª	Santa Catarina	1.629	4.273	38,12%
13ª	Paraíba	1.044	1.763	59,22%
14ª	Rondônia / Acre	517	585	88,38%
15ª	Campinas	6.183	13.893	44,50%
16ª	Maranhão	525	876	59,93%
17ª	Espírito Santo	1.580	3.162	49,97%
18ª	Goiás	1.582	2.167	73,00%
19ª	Alagoas	851	1.293	65,82%
20ª	Sergipe	360	688	52,33%
21ª	Rio Grande do Norte	593	923	64,25%
22ª	Piauí	369	1.274	28,96%
23ª	Mato Grosso	492	945	52,06%
24ª	Mato Grosso do Sul	568	928	61,21%
MÉDIA		3.050	5.311	57,78%
TST		indisponível	indisponível	indisponível

$$\tau_{2AI} = \frac{AI}{DA}$$

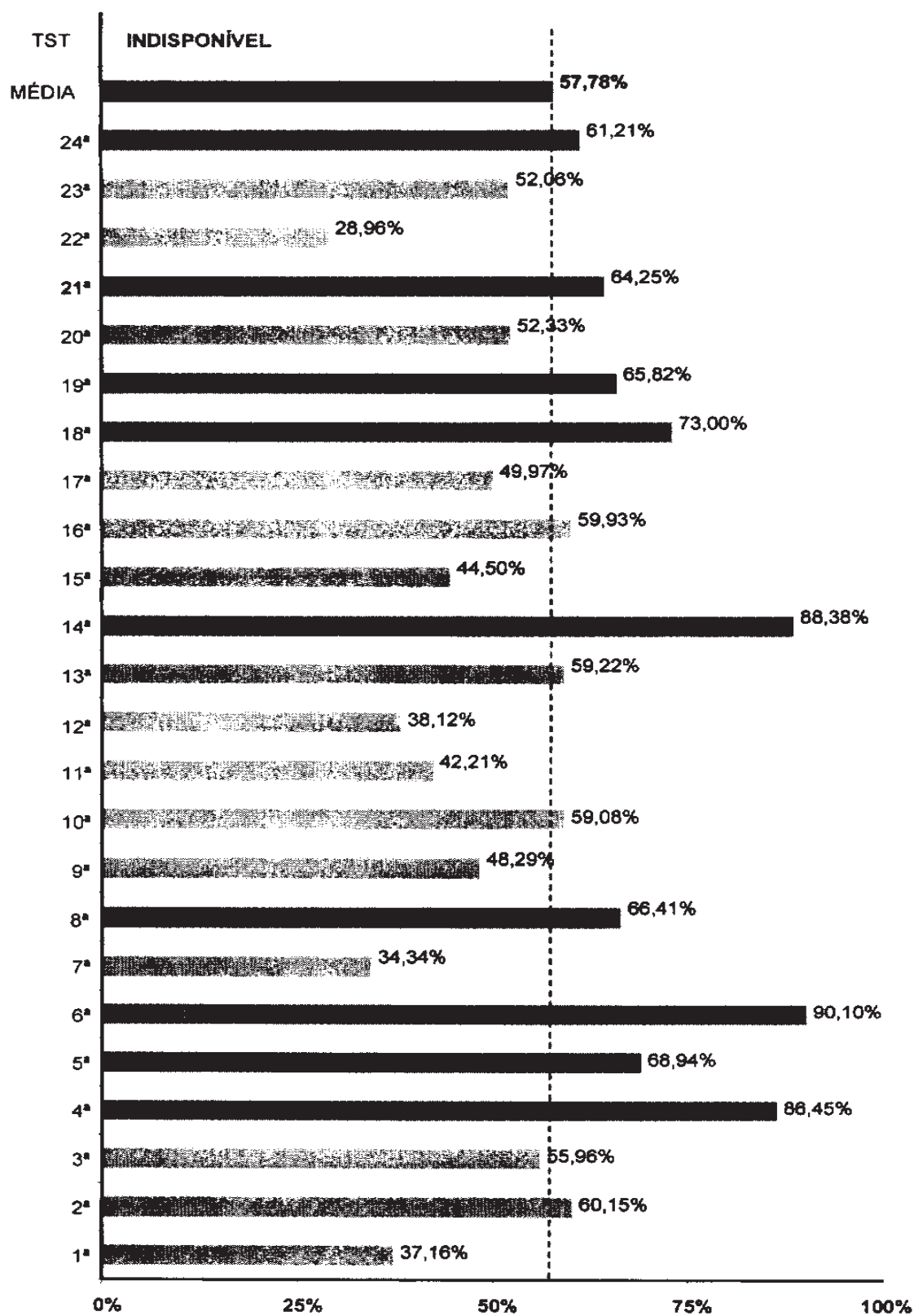
Onde:

AI ⇒ Agravos às Decisões de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST;

DA ⇒ Decisões de Admissibilidade de Recurso.

Metodologia:

1. Foram considerados, para o AI, todos os Agravos às Decisões de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST;
2. Foram consideradas, para o DA, todas as Decisões de Admissibilidade de Recursos.

2.6.3. TAXA DE RECOR. EXT. DE DESP. DE ADMIS. NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	ED	Sent	$\tau_{int 1^\circ}$
1ª	Rio de Janeiro	23.360	81.067	28,82%
2ª	São Paulo	41.358	121.577	34,02%
3ª	Minas Gerais	20.135	54.830	36,72%
4ª	Rio Grande do Sul	12.910	48.313	26,72%
5ª	Bahia	13.694	34.693	39,47%
6ª	Pernambuco	9.382	23.700	39,59%
7ª	Ceará	1.056	11.726	9,01%
8ª	Pará / Amapá	2.482	11.680	21,25%
9ª	Paraná	11.801	39.293	30,03%
10ª	DF / Tocantins	3.711	16.718	22,20%
11ª	Amazonas / Roraima	1.646	9.822	16,76%
12ª	Santa Catarina	4.207	20.912	20,12%
13ª	Paraíba	1.433	7.079	20,24%
14ª	Rondônia / Acre	364	4.095	8,89%
15ª	Campinas	21.167	85.897	24,64%
16ª	Maranhão	1.122	7.486	14,99%
17ª	Espírito Santo	4.015	9.639	41,65%
18ª	Goiás	2.949	12.482	23,63%
19ª	Alagoas	1.414	7.012	20,17%
20ª	Sergipe	1.444	5.173	27,91%
21ª	Rio Grande do Norte	1.343	7.812	17,19%
22ª	Piauí	428	3.128	13,68%
23ª	Mato Grosso	1.501	7.874	19,06%
24ª	Mato Grosso do Sul	861	5.565	15,47%
MÉDIA		7.658	26.566	23,84%

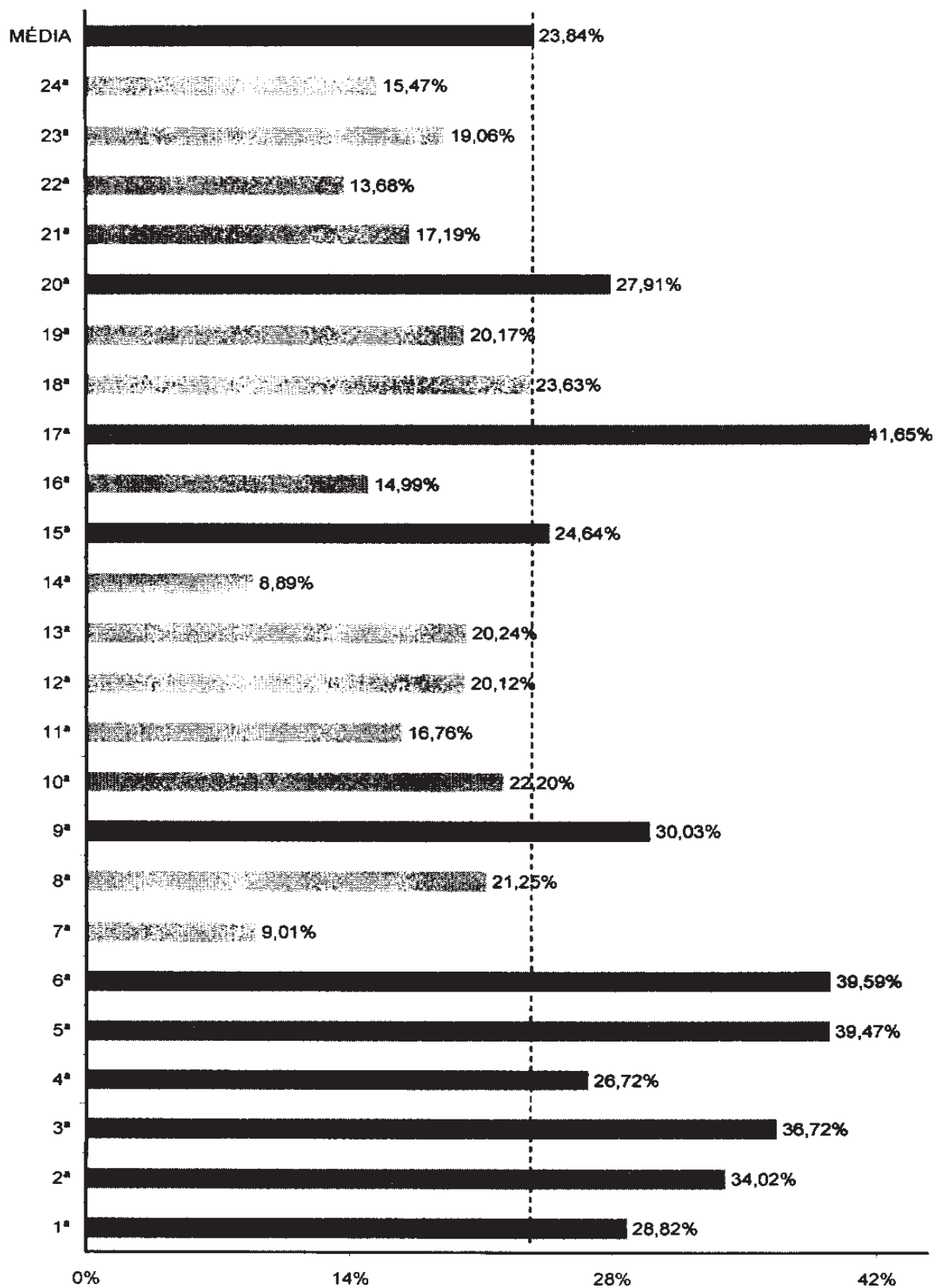
$$\tau_{int, 1^\circ} = \frac{ED}{Sent}$$

Onde:

ED ⇒ Embargos de Declaração
Sent ⇒ Processos Julgados

Metodologia:

1. Foram considerados todos os Embargos de Declaração interpostos em 2004;
2. Em Sent, não foram consideradas as decisões de arquivamento, de extinção do processo por desistência e decisão de homologação de acordo.

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA DE DECISÃO MONOCRÁTICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	Ag	Decmono	$\tau_{int 2^\circ}$
1ª	Rio de Janeiro	436	1.201	36,30%
2ª	São Paulo	157	472	33,26%
3ª	Minas Gerais	230	1.182	19,46%
4ª	Rio Grande do Sul	227	1.135	20,00%
5ª	Bahia	193	704	27,41%
6ª	Pernambuco	90	406	22,17%
7ª	Ceará	4	113	3,54%
8ª	Pará / Amapá	234	463	50,54%
9ª	Paraná	302	736	41,03%
10ª	DF / Tocantins	177	779	22,72%
11ª	Amazonas / Roraima	88	76	115,79%
12ª	Santa Catarina	159	750	21,20%
13ª	Paraíba	133	279	47,67%
14ª	Rondônia / Acre	7	105	6,67%
15ª	Campinas	623	1.178	52,89%
16ª	Maranhão	53	32	165,63%
17ª	Espírito Santo	120	302	39,74%
18ª	Goiás	46	191	24,08%
19ª	Alagoas	53	94	56,38%
20ª	Sergipe	22	31	70,97%
21ª	Rio Grande do Norte	58	73	79,45%
22ª	Piauí	5	36	13,89%
23ª	Mato Grosso	33	145	22,76%
24ª	Mato Grosso do Sul	23	73	31,51%
MÉDIA		145	440	42,71%
TST		4.996	25.224	19,81%

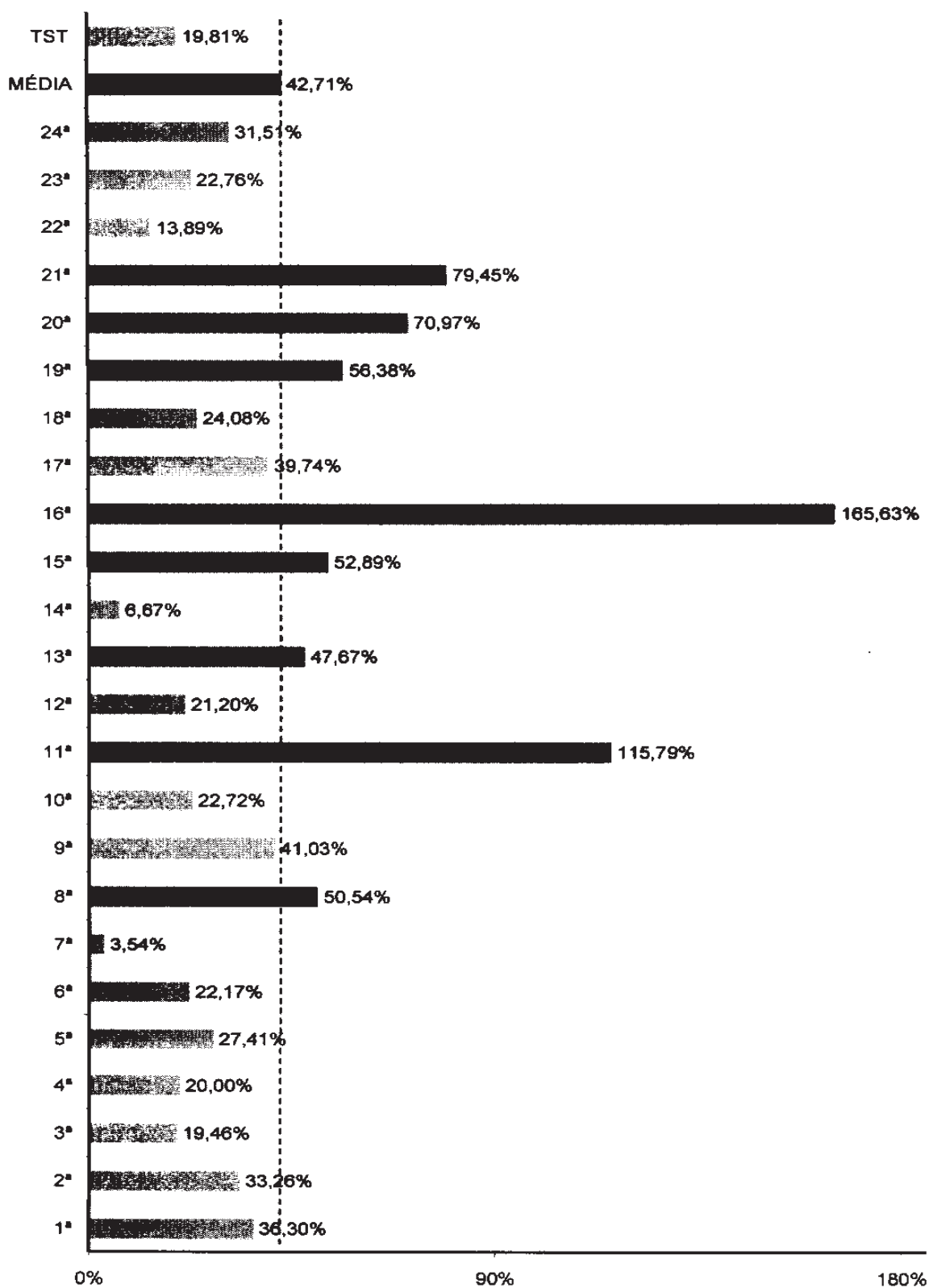
$$\tau_{int 2^\circ} = \frac{Ag}{Decmono}$$

Onde:

Ag ⇒ Agravos de Recursos e Agravos do art. 557
 $Decmono$ ⇒ Decisões Monocráticas

Metodologia:

1. Em Ag, foram considerados os Agravos de Recursos, os Agravos Regimentais e os Agravos do artigo 557.

2.7.2. TAXA DE RECOR. INTERNA DE DEC. MONOC. NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA DE ACÓRDÃOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	R _{int}	A _{public}	$\tau_{int Ac}$
1ª	Rio de Janeiro	9.921	39.333	25,22%
2ª	São Paulo	14.484	60.826	23,81%
3ª	Minas Gerais	10.854	37.440	28,99%
4ª	Rio Grande do Sul	6.310	35.335	17,86%
5ª	Bahia	5.867	18.151	32,32%
6ª	Pernambuco	2.038	10.436	19,53%
7ª	Ceará	622	3.694	16,84%
8ª	Pará / Amapá	1.265	6.601	19,16%
9ª	Paraná	6.226	22.495	27,68%
10ª	DF / Tocantins	2.114	7.518	28,12%
11ª	Amazonas / Roraima	1.022	4.622	22,11%
12ª	Santa Catarina	2.057	12.379	16,62%
13ª	Paraíba	895	5.478	16,34%
14ª	Rondônia / Acre	123	1.571	7,83%
15ª	Campinas	8.522	44.825	19,01%
16ª	Maranhão	761	2.826	26,93%
17ª	Espírito Santo	3.476	7.043	49,35%
18ª	Goiás	1.271	6.811	18,66%
19ª	Alagoas	723	3.593	20,12%
20ª	Sergipe	623	2.932	21,25%
21ª	Rio Grande do Norte	426	3.682	11,57%
22ª	Piauí	291	2.450	11,88%
23ª	Mato Grosso	638	3.873	16,47%
24ª	Mato Grosso do Sul	549	3.422	16,04%
MÉDIA		3.378	14.472	21,40%
TST		20.147	75.184	26,80%

$$\tau_{int Ac} = \frac{R_{int}}{A_{public}}$$

Onde:

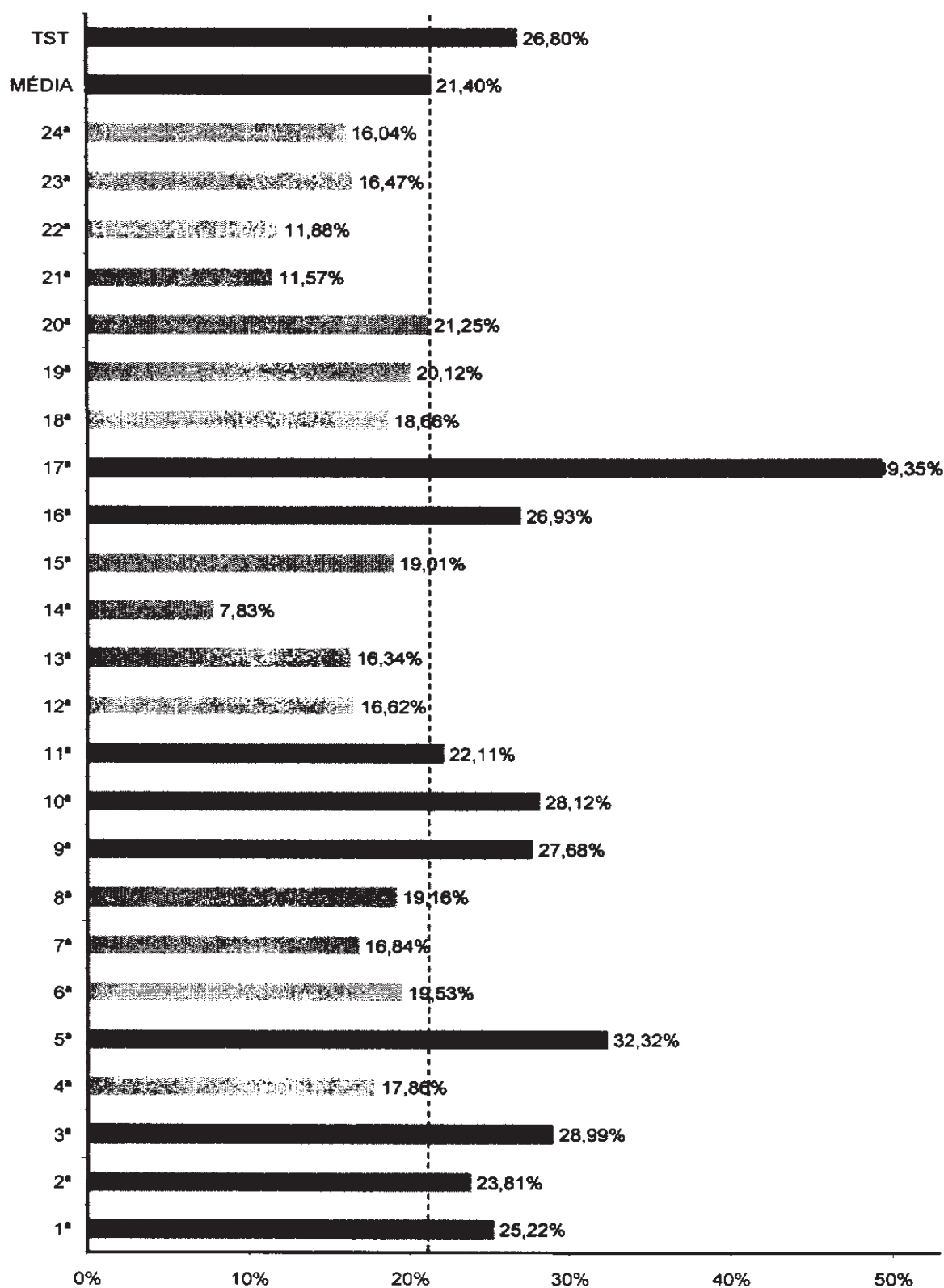
R_{int} ⇒ Embargos de Declaração

A_{public} ⇒ Acórdãos Publicados

Metodologia:

1. Em A_{public}, não foram considerados os Acórdãos em Embargo de Declaração;
2. No TST, são considerados Recursos Internos, os Embargos de Declaração e os Embargos à SDI.

2.7.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA DE ACÓRDÃOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

Região	UF	Rp 2º	Rj 2º	Rd 2º
1ª	Rio de Janeiro	11.095	27.618	40,17%
2ª	São Paulo	23.977	72.417	33,11%
3ª	Minas Gerais	19.570	46.275	42,29%
4ª	Rio Grande do Sul	18.909	41.624	45,43%
5ª	Bahia	9.070	25.305	35,84%
6ª	Pernambuco	4.554	11.999	37,95%
7ª	Ceará	1.578	4.346	36,31%
8ª	Pará / Amapá	2.330	6.103	38,18%
9ª	Paraná	16.073	27.841	57,73%
10ª	DF / Tocantins	3.463	9.898	34,99%
11ª	Amazonas / Roraima	202	715	28,25%
12ª	Santa Catarina	6.506	15.913	40,88%
13ª	Paraíba	2.049	6.154	33,30%
14ª	Rondônia / Acre	661	1.853	35,67%
15ª	Campinas	21.711	57.418	37,81%
16ª	Maranhão	1.855	3.700	50,14%
17ª	Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
18ª	Goiás	3.737	8.609	43,41%
19ª	Alagoas	1.787	4.557	39,21%
20ª	Sergipe	998	3.275	30,47%
21ª	Rio Grande do Norte	1.161	1.898	61,17%
22ª	Piauí	1.286	2.986	43,07%
23ª	Mato Grosso	1.258	3.523	35,71%
24ª	Mato Grosso do Sul	1.577	3.797	41,53%
MÉDIA		6.475	16.159	40,11%
TST		indisponível	indisponível	indisponível

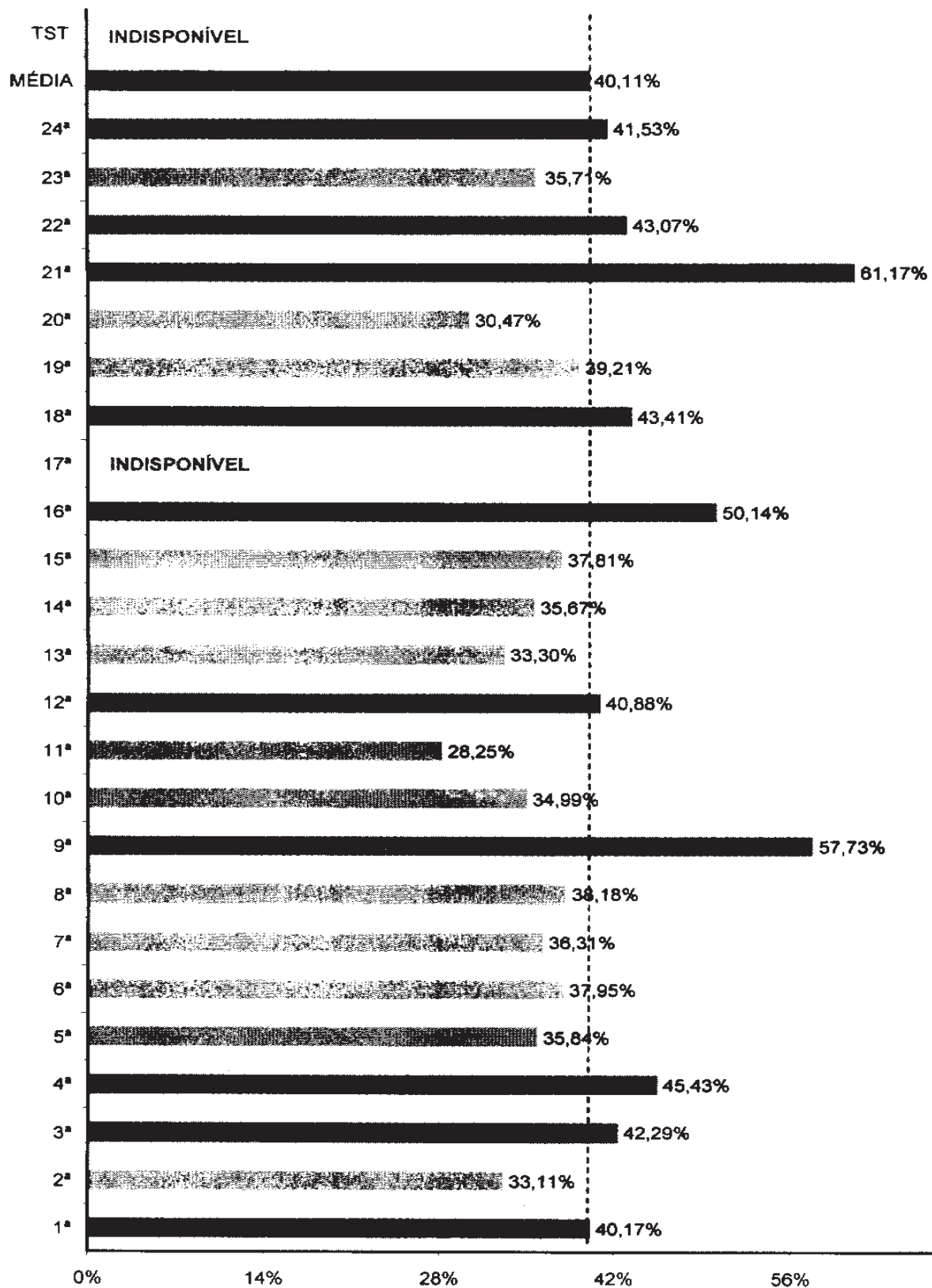
$$Rd_{2^\circ} = \frac{Rp_{2^\circ}}{Rj_{2^\circ}}$$

Onde:

Rp_2 $\Rightarrow$ Recursos providos (ainda que parcialmente)
 Rj_2 $\Rightarrow$ Recursos julgados

Metodologia:

1. Para Rp, foram considerados todos os Recursos de Revista e Agravos de Instrumento providos, ainda que em parte, no TST;
2. Pra Rj, foram considerados todos os Recursos de Revista e Agravos de Instrumento interpostos para o TST e por este julgados.

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO 2º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.2. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

Região	UF	Rp 1º	Rj 1º	Rd 1º
1ª	Rio de Janeiro	11.480	32.199	35,65%
2ª	São Paulo	19.019	58.557	32,48%
3ª	Minas Gerais	14.896	36.295	41,04%
4ª	Rio Grande do Sul	18.638	33.615	55,45%
5ª	Bahia	7.190	17.794	40,41%
6ª	Pernambuco	3.806	10.186	37,37%
7ª	Ceará	294	1.024	28,71%
8ª	Pará / Amapá	2.536	6.216	40,80%
9ª	Paraná	13.014	21.510	60,50%
10ª	DF / Tocantins	indisponível	indisponível	indisponível
11ª	Amazonas / Roraima	8.834	10.065	87,77%
12ª	Santa Catarina	5.836	12.056	48,41%
13ª	Paraíba	1.783	4.881	36,53%
14ª	Rondônia / Acre	623	1.603	38,86%
15ª	Campinas	56.636	100.984	56,08%
16ª	Maranhão	indisponível	indisponível	indisponível
17ª	Espírito Santo	3.452	7.189	48,02%
18ª	Goiás	3.401	6.192	54,93%
19ª	Alagoas	523	1.200	43,58%
20ª	Sergipe	879	2.386	36,84%
21ª	Rio Grande do Norte	indisponível	indisponível	indisponível
22ª	Piauí	1.020	1.990	51,26%
23ª	Mato Grosso	1.258	3.543	35,51%
24ª	Mato Grosso do Sul	1.438	3.189	45,09%
MÉDIA		8.407	17.746	45,49%

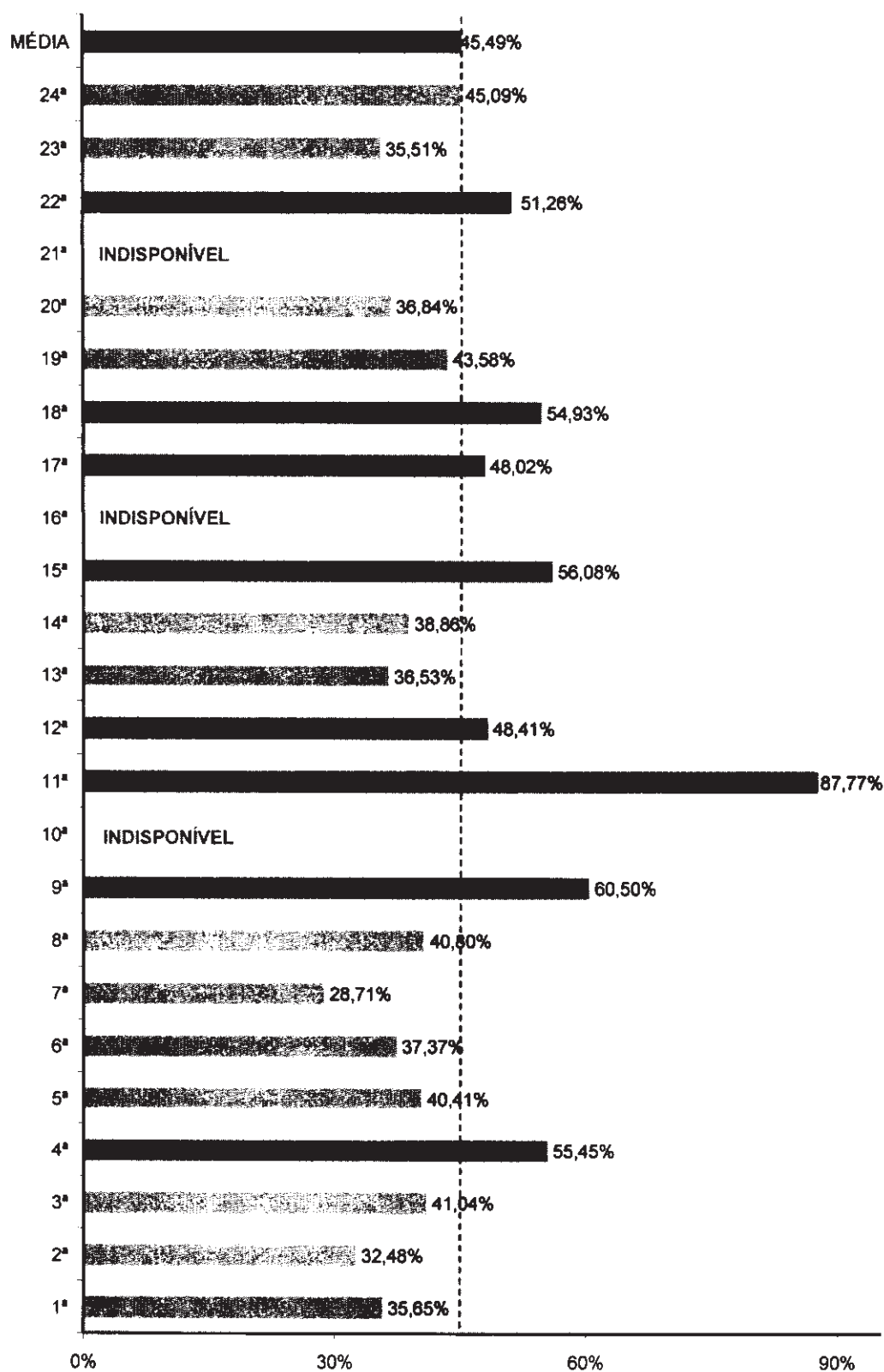
$$Rd_{1^\circ} = \frac{Rp_{1^\circ}}{Rj_{1^\circ}}$$

Onde:

Rp_1 $\Rightarrow$ Recursos providos (ainda que parcialmente)
 Rj_1 $\Rightarrow$ Recursos julgados

Metodologia:

1. Em Rp, foram considerados todos os Recursos Ordinários, Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo, Agravos de Instrumento e Agravos de Petição interpostos para o TRT e providos ainda que em parte;
2. Em Rj, foram considerados todos os Recursos Ordinários, Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo, Agravos de Instrumento e Agravos de Petição interpostos para o TRT e por este efetivamente julgados.

2.8.2. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO 1º GRAU:

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O PIB REGIONAL:

Região	UF	JG	PIB	A1
1ª	Rio de Janeiro	indisponível	216.335.900.000	indisponível
2ª	São Paulo	indisponível	278.598.890.000	indisponível
3ª	Minas Gerais	indisponível	159.458.610.000	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	indisponível	132.831.520.000	indisponível
5ª	Bahia	indisponível	78.977.090.000	indisponível
6ª	Pernambuco	indisponível	46.430.180.000	indisponível
7ª	Ceará	indisponível	30.780.500.000	indisponível
8ª	Pará / Amapá	indisponível	35.839.370.000	indisponível
9ª	Paraná	indisponível	103.579.620.000	indisponível
10ª	DF / Tocantins	indisponível	49.872.710.000	indisponível
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	33.723.240.000	indisponível
12ª	Santa Catarina	400	65.910.250.000	0,00000%
13ª	Paraíba	indisponível	14.795.090.000	0,00000%
14ª	Rondônia / Acre	indisponível	12.135.950.000	indisponível
15ª	Campinas	indisponível	278.598.890.000	indisponível
16ª	Maranhão	indisponível	14.522.940.000	indisponível
17ª	Espírito Santo	14.822	31.440.520.000	0,00005%
18ª	Goiás	indisponível	39.803.290.000	indisponível
19ª	Alagoas	indisponível	11.149.090.000	indisponível
20ª	Sergipe	indisponível	12.076.170.000	indisponível
21ª	Rio Grande do Norte	30.000	14.793.820.000	0,00020%
22ª	Piauí	indisponível	7.841.370.000	indisponível
23ª	Mato Grosso	19.659	22.748.370.000	0,00009%
24ª	Mato Grosso do Sul	indisponível	19.511.870.000	indisponível
MÉDIA		12.976	139.238.290.000	0,00007%
TST		indisponível	1.769.202.000.000	indisponível

$$A_1 = \frac{JG}{PIB}$$

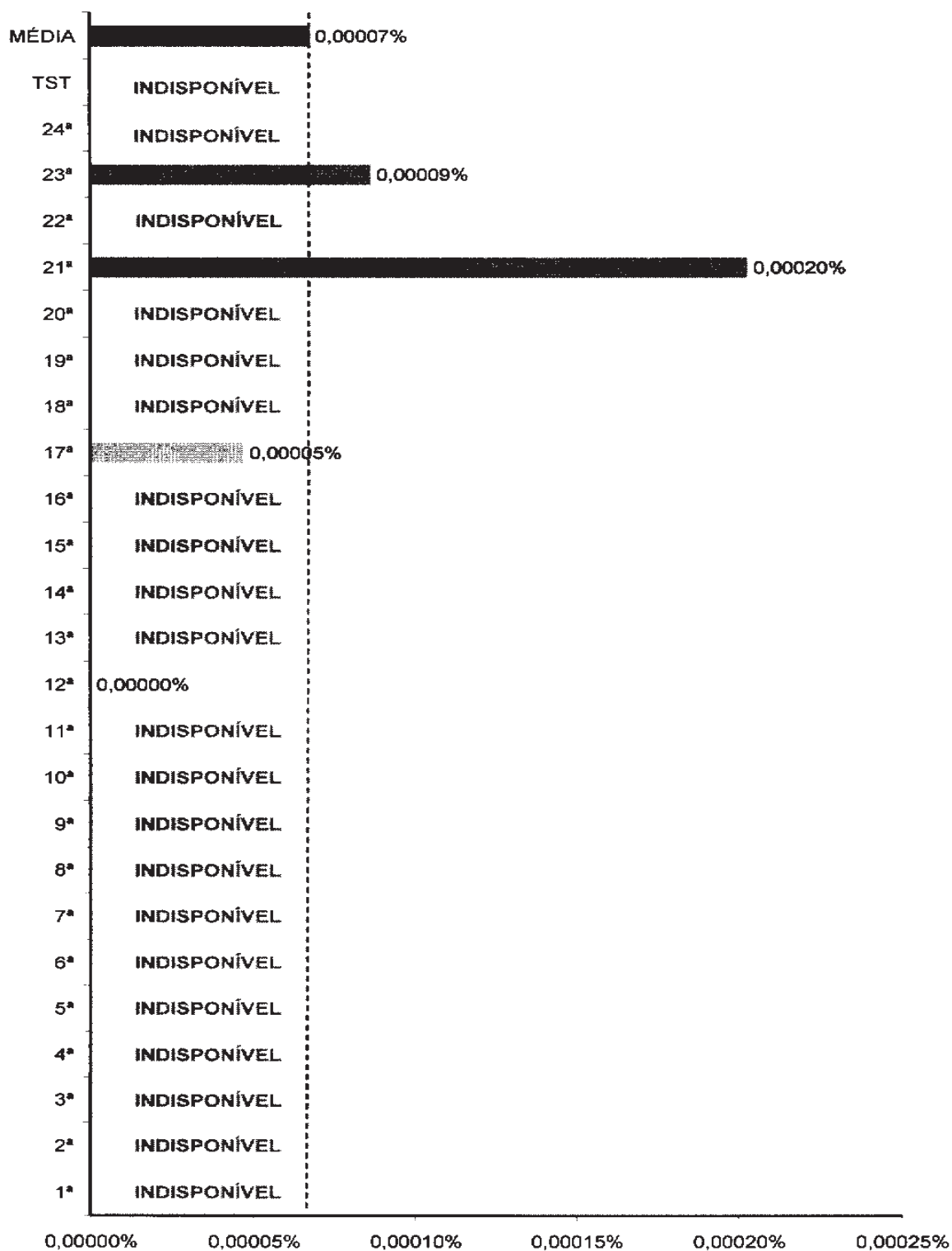
Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
PIB ⇒ Produto Interno Bruto Federal

Metodologia:

1. No cálculo de JG, foram incluídas as despesas com Defensoria Pública, remuneração de defensores dativos, e convênios com a OAB, que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O valor de PIB utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o valor informado pelo IBGE em 2003 e atualizado pela estimativa de crescimento dos últimos três anos.

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE O PIB REGIONAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL:

Região	UF	JG	GT	A2
1ª	Rio de Janeiro	indisponível	908.148.000.000	indisponível
2ª	São Paulo	indisponível	908.148.000.000	indisponível
3ª	Minas Gerais	indisponível	908.148.000.000	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	indisponível	908.148.000.000	indisponível
5ª	Bahia	indisponível	908.148.000.000	indisponível
6ª	Pernambuco	indisponível	908.148.000.000	indisponível
7ª	Ceará	indisponível	908.148.000.000	indisponível
8ª	Pará / Amapá	indisponível	908.148.000.000	indisponível
9ª	Paraná	indisponível	908.148.000.000	indisponível
10ª	DF / Tocantins	indisponível	908.148.000.000	indisponível
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	908.148.000.000	indisponível
12ª	Santa Catarina	400	908.148.000.000	0,0000000%
13ª	Paraíba	indisponível	908.148.000.000	indisponível
14ª	Rondônia / Acre	indisponível	908.148.000.000	indisponível
15ª	Campinas	indisponível	908.148.000.000	indisponível
16ª	Maranhão	indisponível	908.148.000.000	indisponível
17ª	Espírito Santo	14.822	908.148.000.000	0,0000016%
18ª	Goiás	indisponível	908.148.000.000	indisponível
19ª	Alagoas	indisponível	908.148.000.000	indisponível
20ª	Sergipe	indisponível	908.148.000.000	indisponível
21ª	Rio Grande do Norte	30.000	908.148.000.000	0,0000033%
22ª	Piauí	indisponível	908.148.000.000	indisponível
23ª	Mato Grosso	19.659	908.148.000.000	0,0000022%
24ª	Mato Grosso do Sul	indisponível	908.148.000.000	indisponível
MÉDIA		12.976	908.148.000.000	0,0000014%
TST		indisponível	908.148.000.000	indisponível

$$A_2 = \frac{JG}{GT}$$

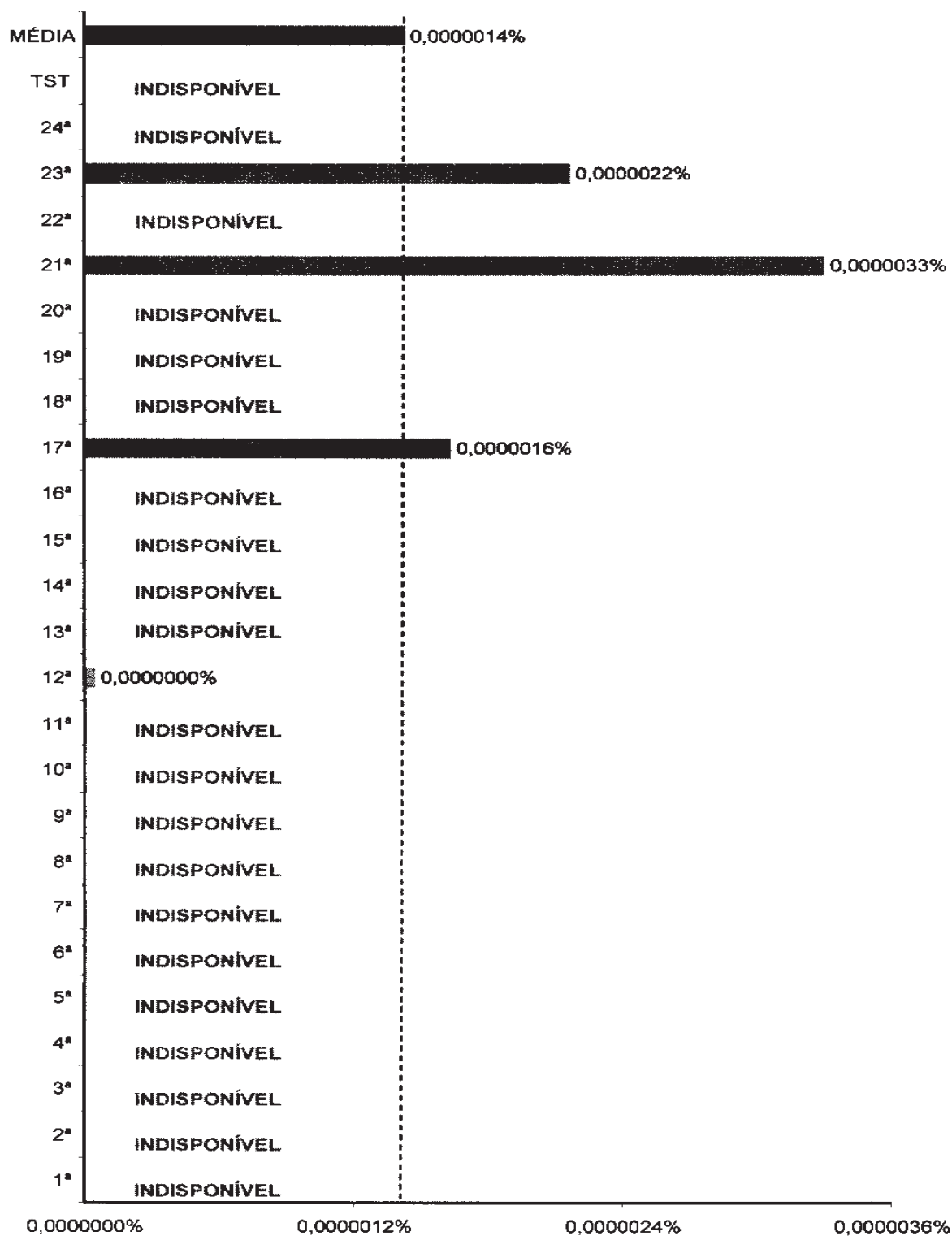
Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
GT ⇒ Gasto Total (despesa pública federal)

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. Foi considerado como Gasto Total (despesa pública federal) o orçamento liquidado da União.

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE DESPESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	JG	Dpj	A3
1ª	Rio de Janeiro	indisponível	696.320.704	indisponível
2ª	São Paulo	indisponível	663.269.306	indisponível
3ª	Minas Gerais	indisponível	647.673.782	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	indisponível	470.139.035	indisponível
5ª	Bahia	indisponível	362.445.868	indisponível
6ª	Pernambuco	indisponível	286.362.616	indisponível
7ª	Ceará	indisponível	122.655.907	indisponível
8ª	Pará / Amapá	indisponível	196.435.625	indisponível
9ª	Paraná	indisponível	263.269.386	indisponível
10ª	DF / Tocantins	indisponível	206.976.252	indisponível
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	172.295.295	indisponível
12ª	Santa Catarina	400	229.148.231	0,00017%
13ª	Paraíba	indisponível	158.697.615	indisponível
14ª	Rondônia / Acre	indisponível	113.422.267	Indisponível
15ª	Campinas	indisponível	462.373.071	Indisponível
16ª	Maranhão	indisponível	57.327.544	Indisponível
17ª	Espírito Santo	14.822	83.382.377	0,01778%
18ª	Goiás	indisponível	108.246.064	Indisponível
19ª	Alagoas	indisponível	68.486.364	Indisponível
20ª	Sergipe	indisponível	68.891.398	Indisponível
21ª	Rio Grande do Norte	30.000	82.497.208	0,03636%
22ª	Piauí	indisponível	41.614.763	Indisponível
23ª	Mato Grosso	19.659	80.208.131	0,02451%
24ª	Mato Grosso do Sul	indisponível	72.326.305	Indisponível
MÉDIA		12.976	245.898.875	0,01577%
TST		indisponível	433.006.757	indisponível

$$A_3 = \frac{JG}{Dpj}$$

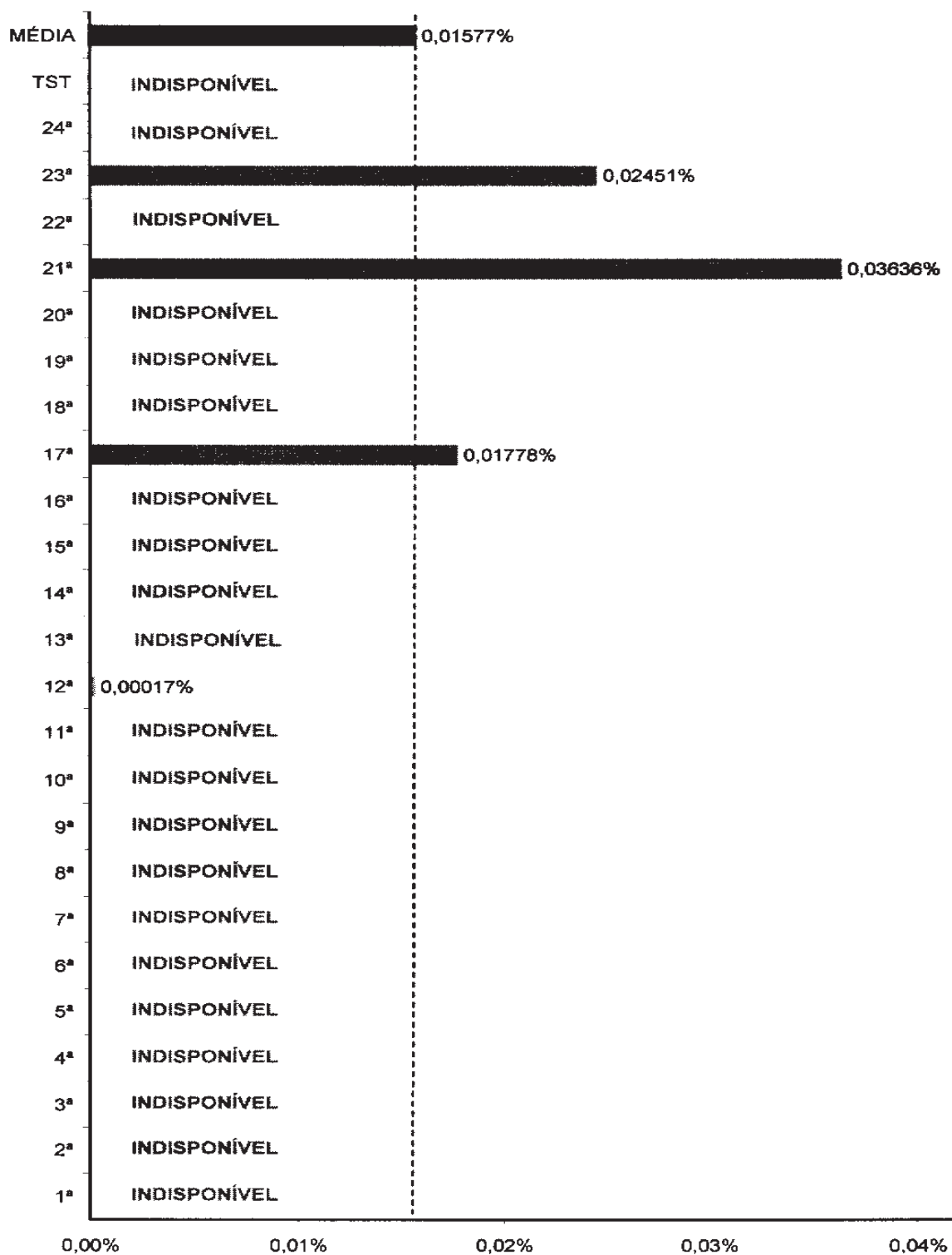
Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
Dpj ⇒ Despesa da Justiça Federal

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. Foi considerado como Despesa da Justiça do Trabalho (DPJ) o orçamento liquidado de 2004, excluídos os Precatórios Judiciais e as RPV's (Requisições de Pequeno Valor);

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO SOBRE DESPESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.4. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO POR HABITANTE:

Região	UF	JG	h1	A4
1ª	Rio de Janeiro	indisponível	15.203.750	indisponível
2ª	São Paulo	indisponível	19.912.613	indisponível
3ª	Minas Gerais	indisponível	18.993.720	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	indisponível	10.726.063	indisponível
5ª	Bahia	indisponível	13.682.074	indisponível
6ª	Pernambuco	indisponível	8.323.911	indisponível
7ª	Ceará	indisponível	7.976.563	indisponível
8ª	Pará / Amapá	indisponível	7.397.581	indisponível
9ª	Paraná	indisponível	10.135.388	indisponível
10ª	DF / Tocantins	indisponível	3.544.693	indisponível
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível	3.520.622	indisponível
12ª	Santa Catarina	400	5.774.178	R\$0,00007
13ª	Paraíba	indisponível	3.568.350	indisponível
14ª	Rondônia / Acre	indisponível	2.192.413	indisponível
15ª	Campinas	indisponível	19.912.613	indisponível
16ª	Maranhão	indisponível	6.021.504	indisponível
17ª	Espírito Santo	14.822	3.352.024	R\$0,00442
18ª	Goiás	indisponível	5.508.245	indisponível
19ª	Alagoas	indisponível	2.980.910	indisponível
20ª	Sergipe	indisponível	1.934.596	indisponível
21ª	Rio Grande do Norte	30.000	2.962.107	R\$0,01013
22ª	Piauí	indisponível	2.977.259	indisponível
23ª	Mato Grosso	19.659	2.749.145	R\$0,00715
24ª	Mato Grosso do Sul	indisponível	2.230.702	indisponível
MÉDIA		12.976	14.526.482	R\$0,00435
TST		indisponível	181.581.024	indisponível

$$A_4 = \frac{JG}{h_1}$$

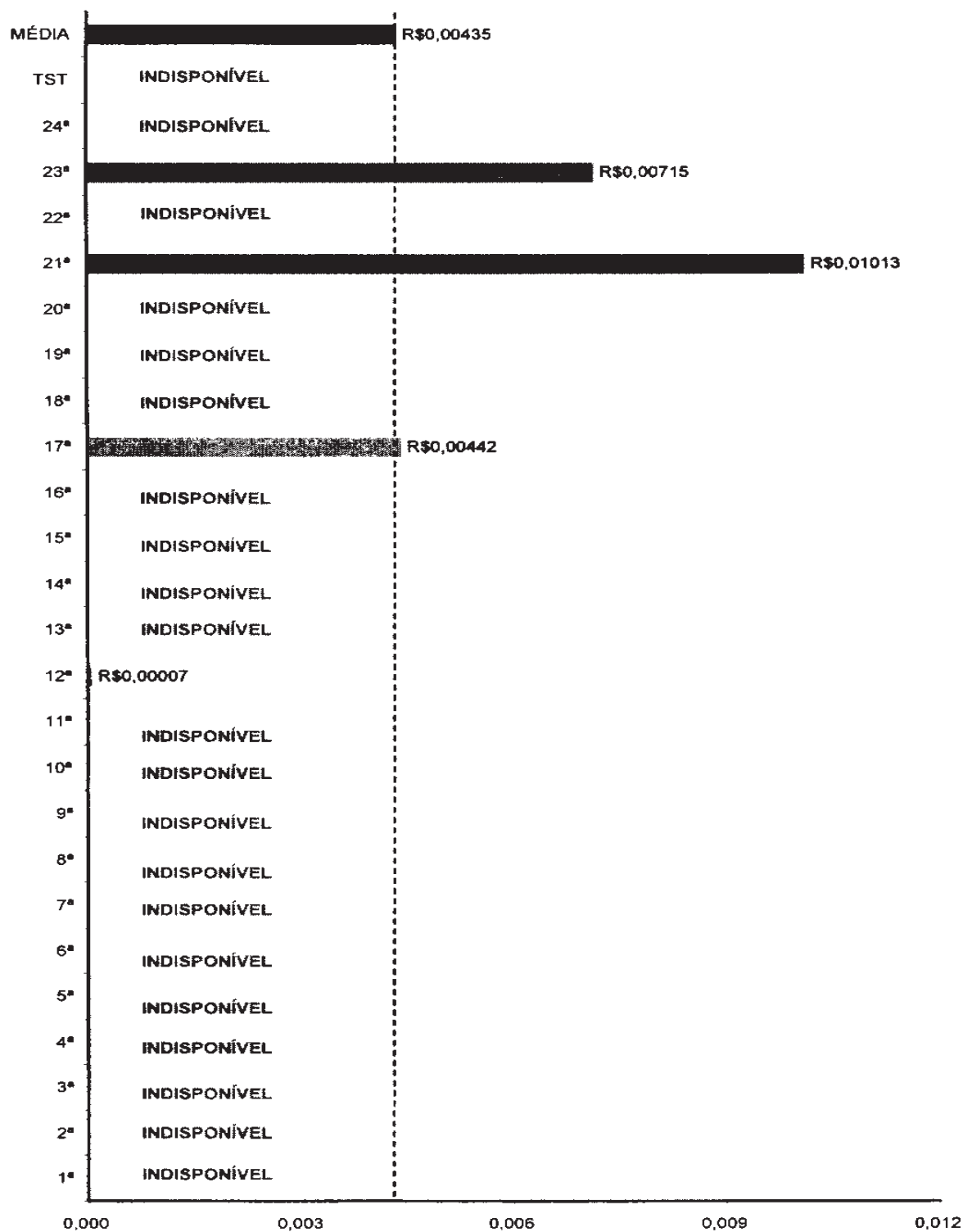
Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
h₁ ⇒ Número de habitantes na Região

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.4. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO POR HABITANTE:

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.5. PESSOAS ATENDIDAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Região	UF	Pessoas
1ª	Rio de Janeiro	indisponível
2ª	São Paulo	378.136
3ª	Minas Gerais	182.258
4ª	Rio Grande do Sul	79.889
5ª	Bahia	48.949
6ª	Pernambuco	71.390
7ª	Ceará	39.597
8ª	Pará / Amapá	indisponível
9ª	Paraná	94.780
10ª	DF / Tocantins	38.473
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível
12ª	Santa Catarina	44.081
13ª	Paraíba	23.330
14ª	Rondônia / Acre	14.092
15ª	Campinas	205.009
16ª	Maranhão	indisponível
17ª	Espírito Santo	57.237
18ª	Goiás	41.053
19ª	Alagoas	26.090
20ª	Sergipe	11.542
21ª	Rio Grande do Norte	23.839
22ª	Piauí	83.100
23ª	Mato Grosso	24.834
24ª	Mato Grosso do Sul	18.808
MÉDIA		75.324
TST		indisponível

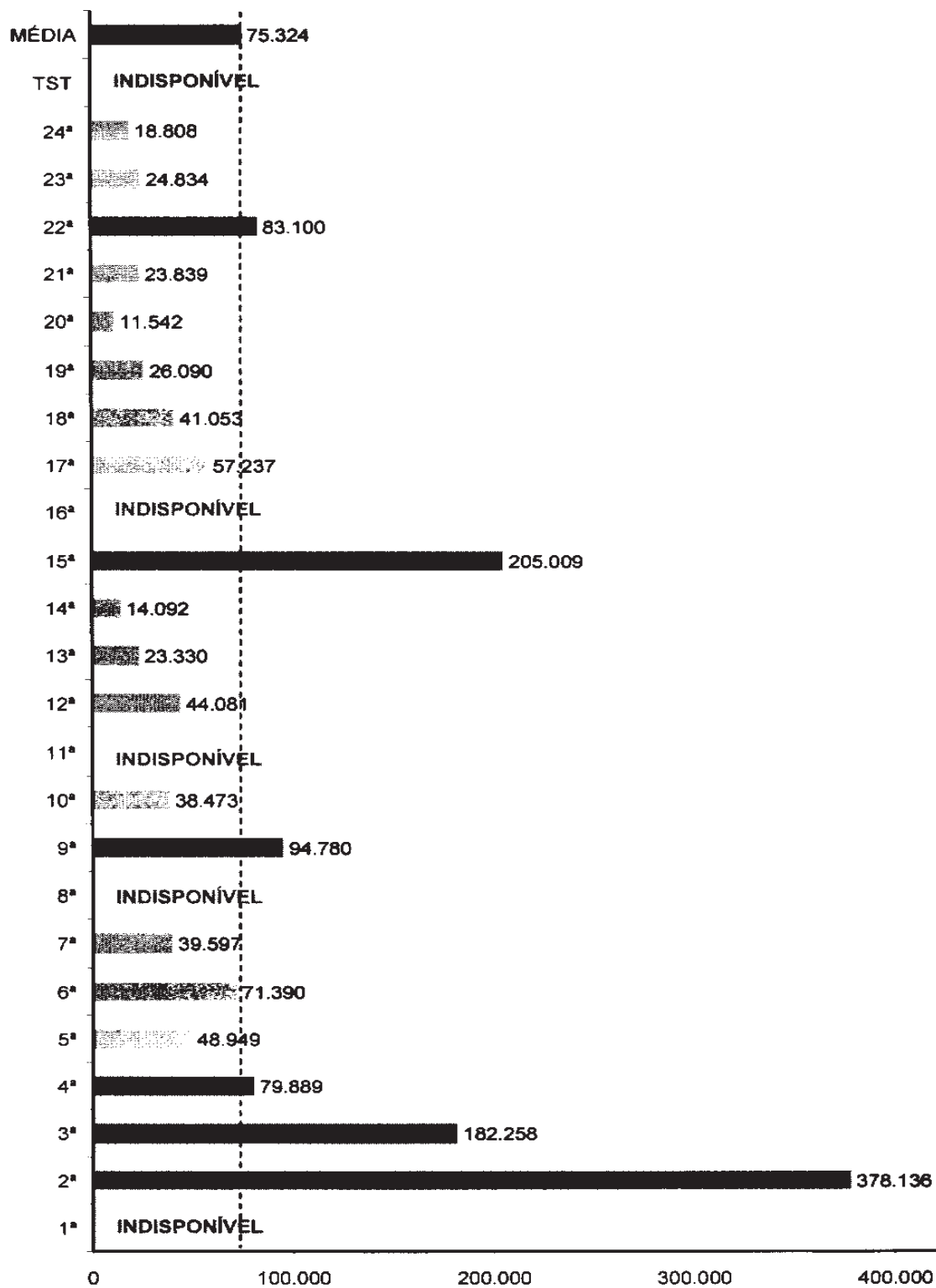
PA = Pessoas _ Atendidas

Metodologia:

1. Foi computado o **número de pessoas** que ingressaram com alguma ação judicial justiça do trabalho, no ano de 2004, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental.

ACESSO À JUSTIÇA – PESSOAS ATENDIDAS

3.5. PESSOAS ATENDIDAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:



RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (POR)

Região	UF	DGov1
1ª	Rio de Janeiro	indisponível
2ª	São Paulo	indisponível
3ª	Minas Gerais	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	928
5ª	Bahia	indisponível
6ª	Pernambuco	indisponível
7ª	Ceará	indisponível
8ª	Pará / Amapá	indisponível
9ª	Paraná	2.596
10ª	DF / Tocantins	1.031
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível
12ª	Santa Catarina	1.200
13ª	Paraíba	indisponível
14ª	Rondônia / Acre	indisponível
15ª	Campinas	2.665
16ª	Maranhão	indisponível
17ª	Espírito Santo	indisponível
18ª	Goiás	2.228
19ª	Alagoas	454
20ª	Sergipe	108
21ª	Rio Grande do Norte	indisponível
22ª	Piauí	indisponível
23ª	Mato Grosso	indisponível
24ª	Mato Grosso do Sul	indisponível
MÉDIA		1.246
TST		indisponível

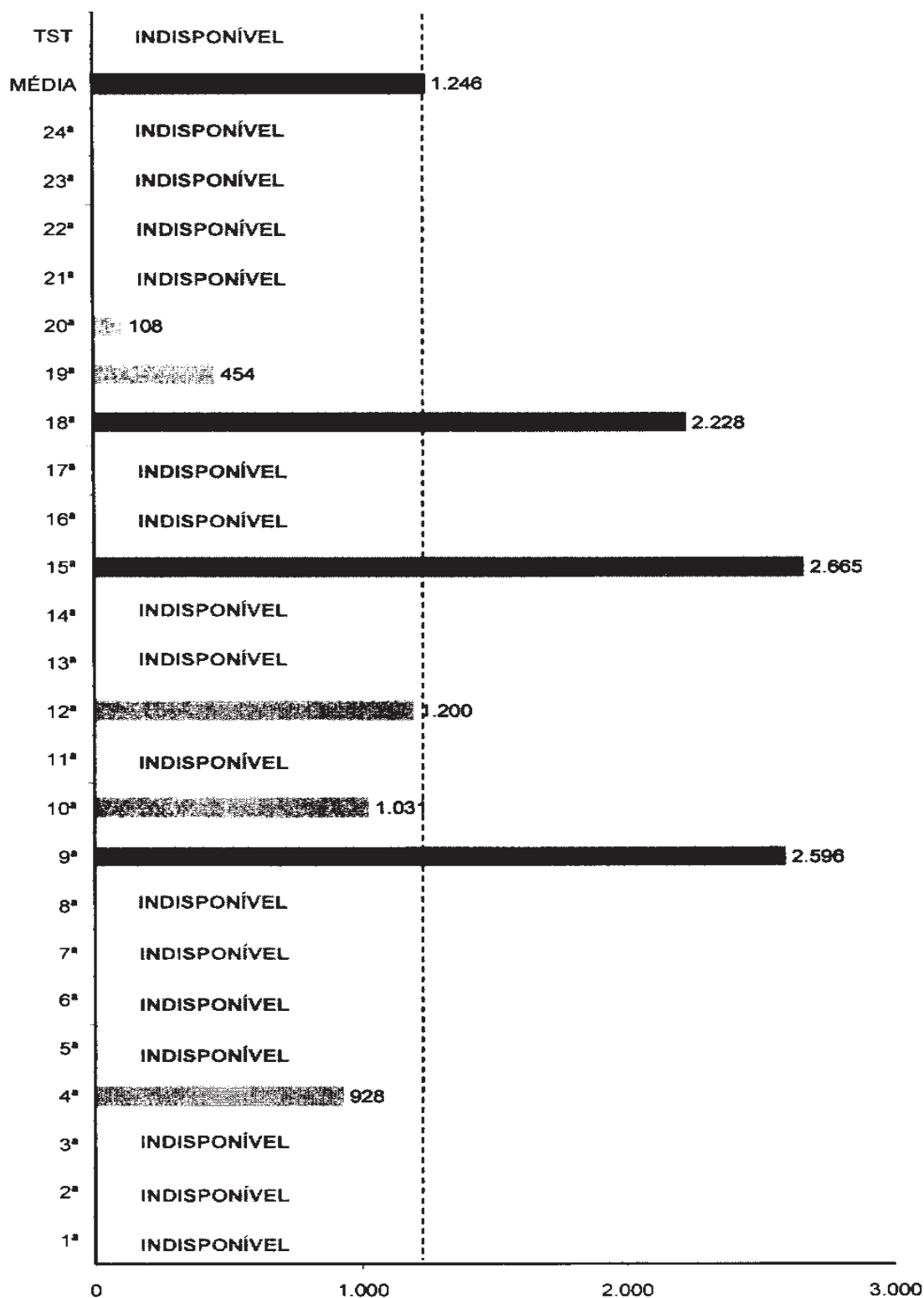
$$D_{Gov_1} = Demanda\_Por$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas PELA União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

PERFIL DAS DEMANDAS – PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO (POR)



RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CONTRA)

Região	UF	DGov2
1ª	Rio de Janeiro	indisponível
2ª	São Paulo	3.361
3ª	Minas Gerais	indisponível
4ª	Rio Grande do Sul	64.359
5ª	Bahia	4.604
6ª	Pernambuco	594
7ª	Ceará	3.461
8ª	Pará / Amapá	indisponível
9ª	Paraná	2.596
10ª	DF / Tocantins	792
11ª	Amazonas / Roraima	indisponível
12ª	Santa Catarina	1.170
13ª	Paraíba	indisponível
14ª	Rondônia / Acre	1.219
15ª	Campinas	9.770
16ª	Maranhão	indisponível
17ª	Espírito Santo	indisponível
18ª	Goiás	4.018
19ª	Alagoas	1.636
20ª	Sergipe	201
21ª	Rio Grande do Norte	2.484
22ª	Piauí	indisponível
23ª	Mato Grosso	indisponível
24ª	Mato Grosso do Sul	524
MÉDIA		6.719
TST		indisponível

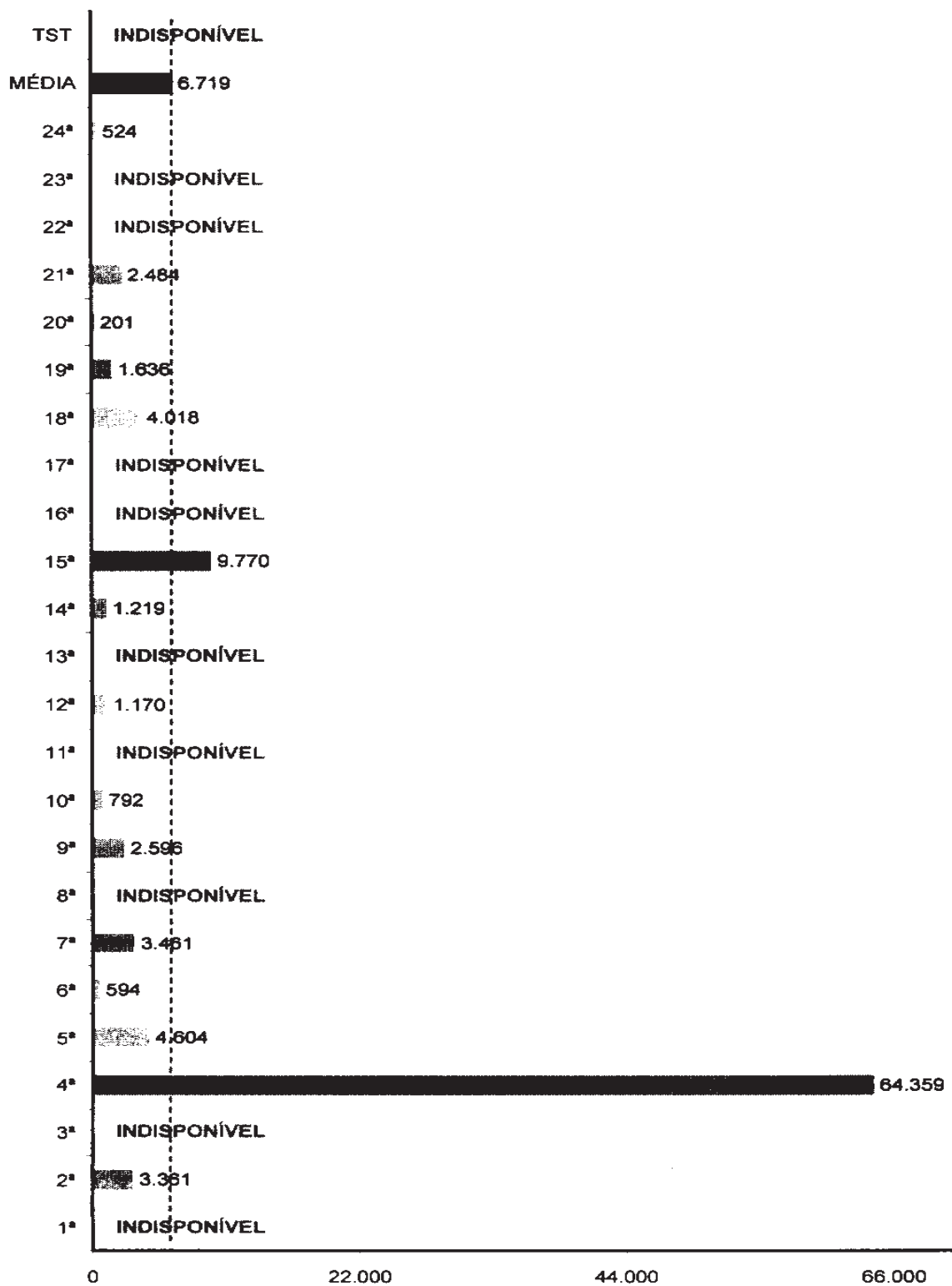
$$DGov_2 = Demanda\_Contra$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas CONTRA a União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

PERFIL DAS DEMANDAS – PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO (CONTRA)



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

JUSTIÇA EM NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS DO PODER
JUDICIÁRIO

JUSTIÇA ESTADUAL ANO 2004

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O PIB ESTADUAL:

UF	Dpj	PIB	G1
Acre	64.182.161	2.872.800.000	2,23%
Alagoas	114.702.642	11.149.090.000	1,03%
Amapá	93.888.656	3.372.580.000	2,78%
Amazonas	161.973.722	31.830.930.000	0,51%
Bahia	552.861.325	78.977.090.000	0,70%
Ceará	267.716.178	30.780.500.000	0,87%
Distrito Federal	792.348.158	45.364.490.000	1,75%
Espírito Santo	329.249.886	31.440.520.000	1,05%
Goiás	281.677.460	39.803.290.000	0,71%
Maranhão	209.769.108	14.522.940.000	1,44%
Mato Grosso	294.424.584	22.748.370.000	1,29%
Mato Grosso do Sul	185.233.207	19.511.870.000	0,95%
Minas Gerais	1.131.474.886	159.458.610.000	0,71%
Pará	228.174.272	32.466.790.000	0,70%
Paraíba	168.034.618	14.795.090.000	1,14%
Paraná	445.284.456	103.579.620.000	0,43%
Pernambuco	321.356.452	46.430.180.000	0,69%
Piauí	119.882.423	7.841.370.000	1,53%
Rio de Janeiro	1.388.416.855	216.335.900.000	0,64%
Rio Grande do Norte	188.181.247	14.793.820.000	1,27%
Rio Grande do Sul	1.101.369.649	132.831.520.000	0,83%
Rondônia	167.062.239	9.263.150.000	1,80%
Roraima	33.333.007	1.892.310.000	1,76%
Santa Catarina	383.936.212	65.910.250.000	0,58%
São Paulo	2.782.807.714	557.197.780.000	0,50%
Sergipe	138.268.788	12.076.170.000	1,14%
Tocantins	61.531.559	4.508.220.000	1,36%
MÉDIA	444.708.943	63.398.342.593	1,13%

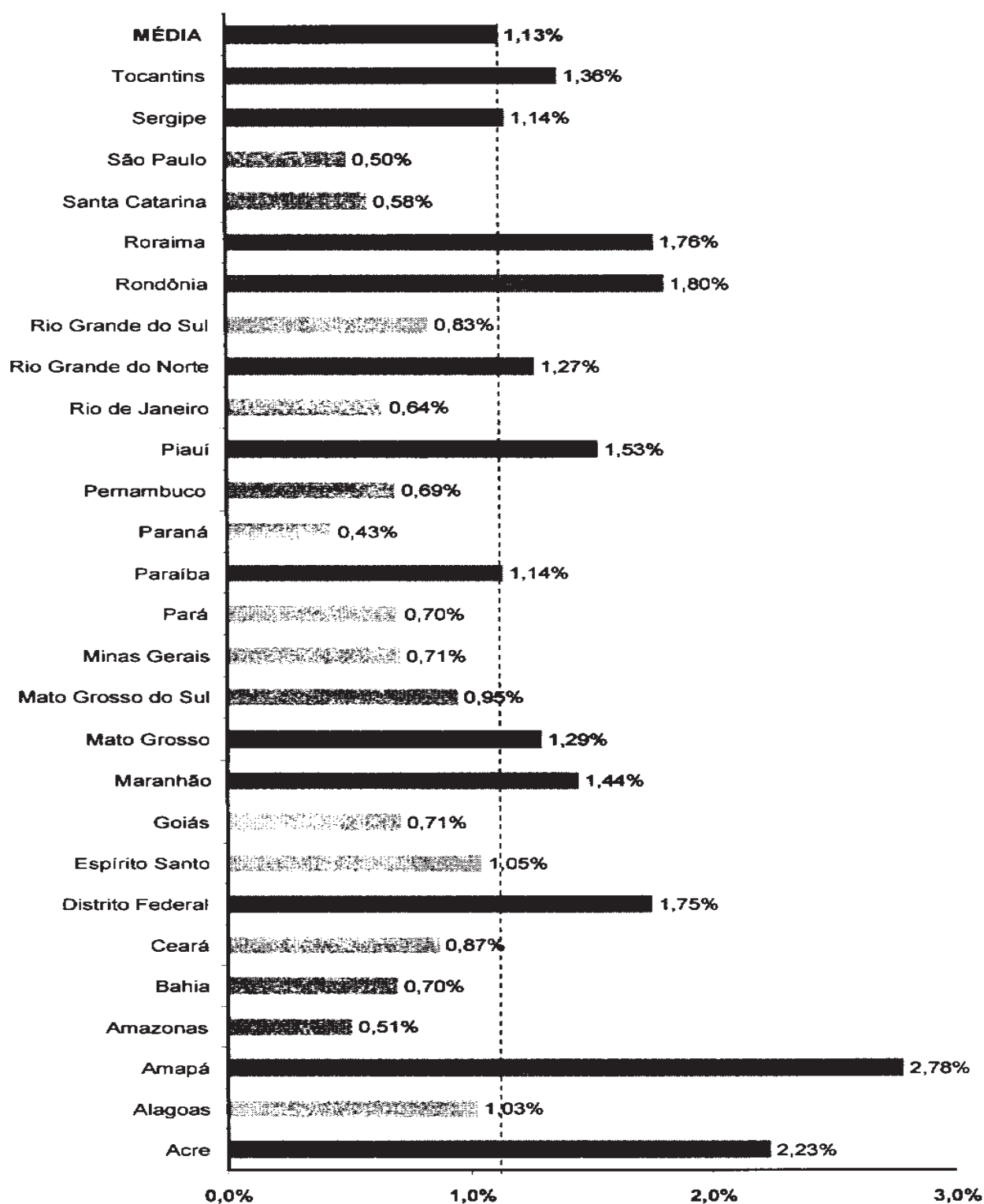
$$G_1 = \frac{Dpj}{PIB}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual
 PIB ⇒ Produto Interno Bruto Estadual

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA**1.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE O PIB ESTADUAL:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE A DESPESA PÚBLICA:

UF	<i>Dpj</i>	<i>GT</i>	<i>G2</i>
Acre	64.182.161	1.349.054.347	4,76%
Alagoas	114.702.642	2.647.697.481	4,33%
Amapá	93.888.656	1.255.915.941	7,48%
Amazonas	161.973.722	4.500.550.619	3,60%
Bahia	552.861.325	12.961.886.339	4,27%
Ceará	267.716.178	6.982.677.892	3,83%
Distrito Federal	792.348.158	908.148.000.000	0,09%
Espírito Santo	329.249.886	5.661.972.391	5,82%
Goiás	281.677.460	7.282.336.920	3,87%
Maranhão	209.769.108	3.321.960.770	6,31%
Mato Grosso	294.424.584	4.758.201.878	6,19%
Mato Grosso do Sul	185.233.207	3.919.006.252	4,73%
Minas Gerais	1.131.474.886	21.726.607.976	5,21%
Pará	228.174.272	5.089.621.672	4,48%
Paraíba	168.034.618	3.125.968.510	5,38%
Paraná	445.284.456	11.885.322.392	3,75%
Pernambuco	321.356.452	7.971.159.869	4,03%
Piauí	119.882.423	2.413.218.179	4,97%
Rio de Janeiro	1.388.416.855	27.502.839.323	5,05%
Rio Grande do Norte	188.181.247	3.236.257.707	5,81%
Rio Grande do Sul	1.101.369.649	15.391.164.235	7,16%
Rondônia	167.062.239	2.138.074.418	7,81%
Roraima	33.333.007	711.030.076	4,69%
Santa Catarina	383.936.212	7.671.102.405	5,00%
São Paulo	2.782.807.714	65.724.833.218	4,23%
Sergipe	138.268.788	2.532.029.128	5,46%
Tocantins	61.531.559	2.173.781.282	2,83%
MÉDIA	444.708.943	8.997.471.970	5,04%

$$G_2 = \frac{Dpj}{GT}$$

Onde:

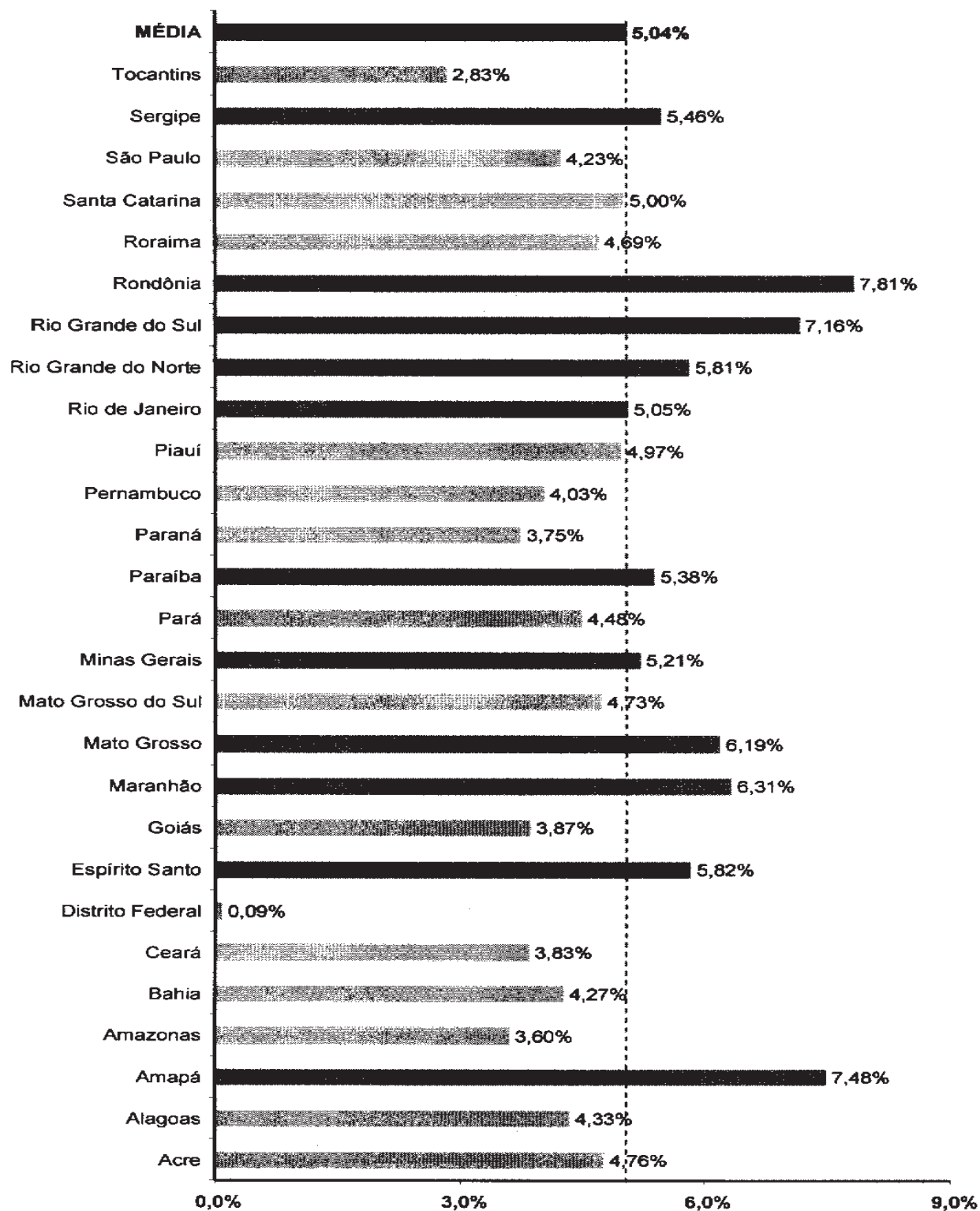
Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual*GT* ⇒ Gasto Total (Despesa Pública Estadual)

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foi considerado como Gasto Total (despesa pública estadual) o orçamento liquidado dos Estados e da União para o DF.
4. Os valores relativos do DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da União (art. 21, XIII, CF).

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA

1.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE A DESPESA PÚBLICA:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.1. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

UF	Prh	Bs	Dpj	G3	G4
Acre	indisponível	indisponível	64.182.161	indisponível	indisponível
Alagoas	97.529.537	6.969.650	114.702.642	85,03%	6,08%
Amapá	58.872.251	15.127.111	93.888.656	62,70%	16,11%
Amazonas	144.685.601	18.142.835	161.973.722	89,33%	11,20%
Bahia	452.401.510	90.077.729	552.861.325	81,83%	16,29%
Ceará	238.151.092	29.565.085	267.716.178	88,96%	11,04%
Distrito Federal	727.450.599	64.897.559	792.348.158	91,81%	8,19%
Espírito Santo	283.556.038	45.693.848	329.249.886	86,12%	13,88%
Goiás	272.845.247	8.832.213	281.677.460	96,86%	3,14%
Maranhão	187.801.801	21.967.307	209.769.108	89,53%	10,47%
Mato Grosso	214.011.182	65.789.134	294.424.584	72,69%	22,34%
Mato Grosso do Sul	147.867.035	37.366.172	185.233.207	79,83%	20,17%
Minas Gerais	1.069.302.309	62.172.577	1.131.474.886	94,51%	5,49%
Pará	193.704.928	34.469.344	228.174.272	84,89%	15,11%
Paraíba	146.675.501	21.359.116	168.034.618	87,29%	12,71%
Paraná	538.358.489	45.282.354	445.284.456	120,90%	10,17%
Pernambuco	284.581.326	36.775.127	321.356.452	88,56%	11,44%
Piauí	113.285.127	6.597.297	119.882.423	94,50%	5,50%
Rio de Janeiro	995.297.073	229.943.006	1.388.416.855	71,69%	16,56%
Rio Grande do Norte	172.110.144	7.354.999	188.181.247	91,46%	3,91%
Rio Grande do Sul	957.769.348	143.600.301	1.101.369.649	86,96%	13,04%
Rondônia	142.043.537	25.018.702	167.062.239	85,02%	14,98%
Roraima	21.988.116	11.344.891	33.333.007	65,96%	34,04%
Santa Catarina	346.179.200	18.279.887	383.936.212	90,17%	4,76%
São Paulo	2.565.681.621	217.126.093	2.782.807.714	92,20%	7,80%
Sergipe	102.451.267	35.817.521	138.268.788	74,10%	25,90%
Tocantins	indisponível	indisponível	61.531.559	indisponível	indisponível
MÉDIA	418.983.995	51.982.794	444.708.943	86,69%	13,31%

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{D_{pj}} \quad G_4 = \frac{B_s}{D_{pj}}$$

Onde:

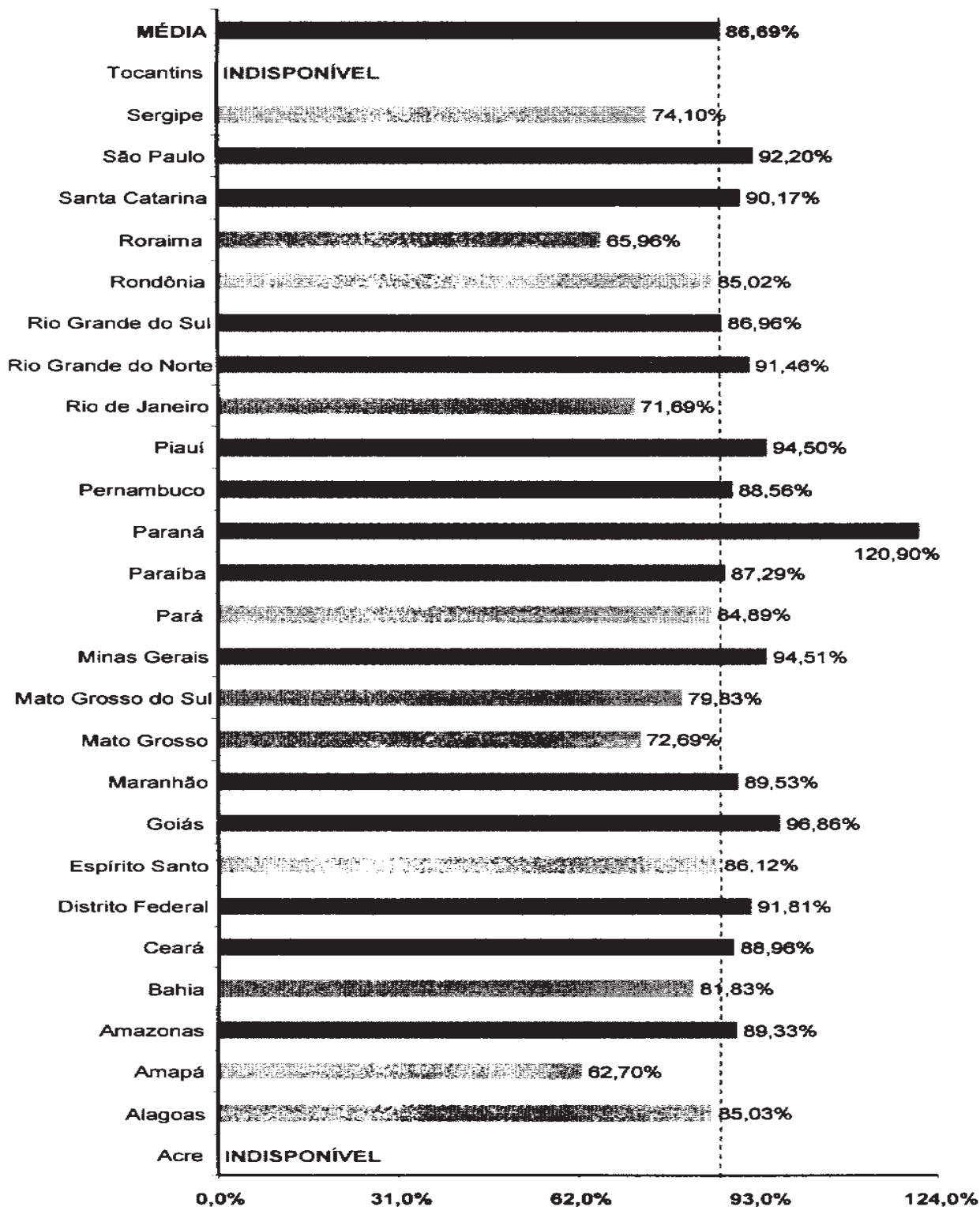
P_{rh} ⇒ Despesa com Pessoal (recursos humanos)
 B_s ⇒ Despesa com Bens e Serviços
 D_{pj} ⇒ Despesa Total da Justiça Estadual

Metodologia:

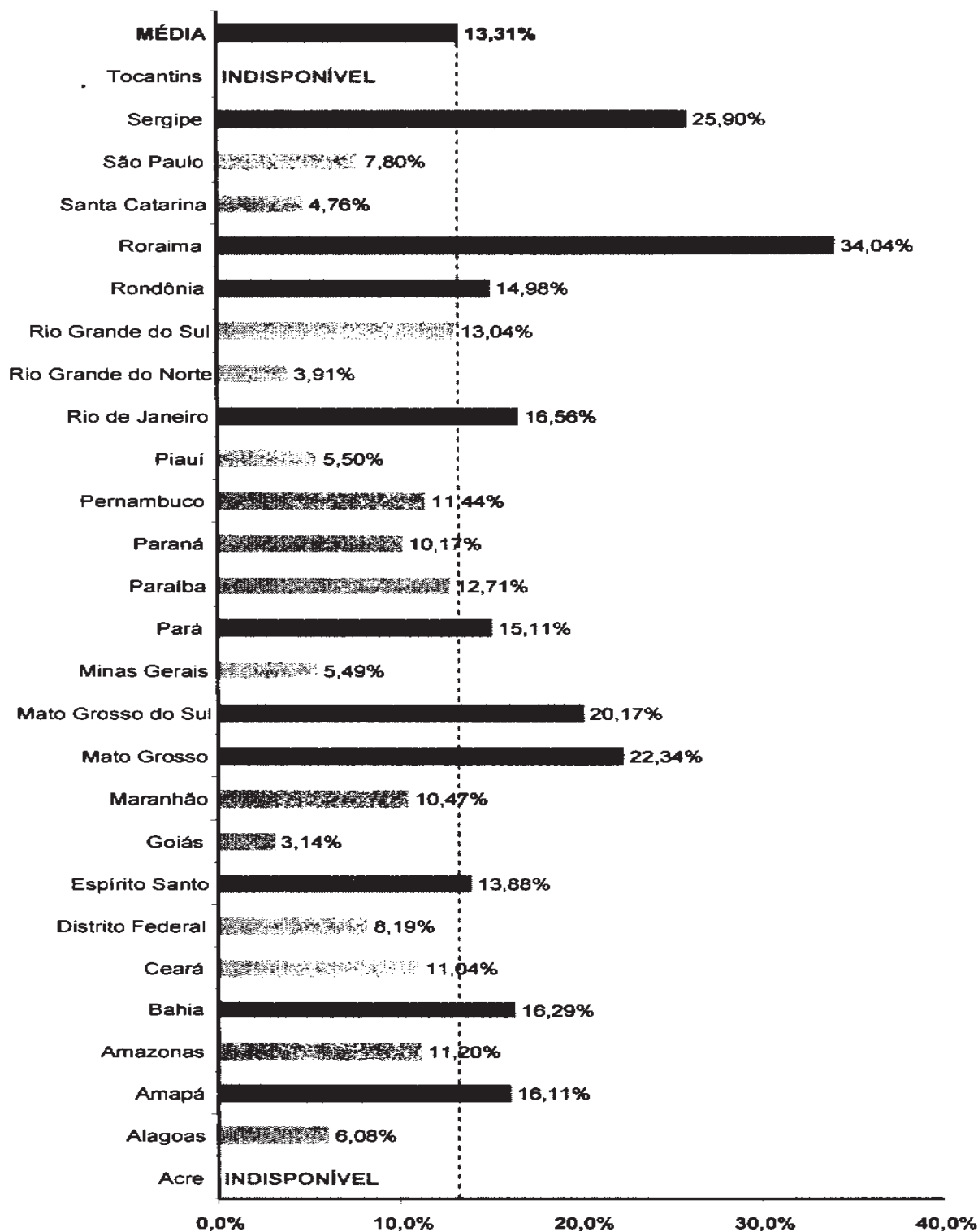
1. Na Despesa com Pessoal (P_{rh}) foram computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete, etc.), tanto para ativos quanto para inativos e servidores que não são do quadro efetivo, remunerados pelo orçamento do Judiciário Estadual;
2. Na Despesa com Bens e Serviços foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as relativas a pessoal (P_{rh}).

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA

1.3.1. DESPESA TOTAL COM PESSOAL SOBRE A DESPESA TOTAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.1. DESPESA TOTAL COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA

1.3.2. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

UF	Pe	Cca	Dpj	G 5	G 6
Acre	indisponível	indisponível	64.182.161	indisponível	indisponível
Alagoas	90.559.887	9.294.953	114.702.642	78,95%	8,10%
Amapá	49.979.171	24.020.192	93.888.656	53,23%	25,58%
Amazonas	141.908.212	20.920.223	161.973.722	87,61%	12,92%
Bahia	442.246.173	100.233.655	552.861.325	79,99%	18,13%
Ceará	227.988.969	39.727.209	267.716.178	85,16%	14,84%
Distrito Federal	669.349.297	122.998.861	792.348.158	84,48%	15,52%
Espírito Santo	265.509.666	63.740.220	329.249.886	80,64%	19,36%
Goiás	260.192.442	21.485.017	281.677.460	92,37%	7,63%
Maranhão	154.079.116	55.689.993	209.769.108	73,45%	26,55%
Mato Grosso	190.826.532	88.973.783	294.424.584	64,81%	30,22%
Mato Grosso do Sul	125.024.507	60.208.700	185.233.207	67,50%	32,50%
Minas Gerais	999.002.945	132.471.940	1.131.474.886	88,29%	11,71%
Pará	171.369.041	56.805.231	228.174.272	75,10%	24,90%
Paraíba	139.100.654	28.933.963	168.034.618	82,78%	17,22%
Paraná	454.762.407	128.878.436	445.284.456	102,13%	28,94%
Pernambuco	261.895.585	59.460.867	321.356.452	81,50%	18,50%
Piauí	105.331.873	14.550.551	119.882.423	87,86%	12,14%
Rio de Janeiro	971.234.747	254.005.332	1.388.416.855	69,95%	18,29%
Rio Grande do Norte	162.869.827	16.595.317	188.181.247	86,55%	8,82%
Rio Grande do Sul	933.340.321	168.029.328	1.101.369.649	84,74%	15,26%
Rondônia	138.955.095	28.107.144	167.062.239	83,18%	16,82%
Roraima	20.629.987	12.703.020	33.333.007	61,89%	38,11%
Santa Catarina	312.632.166	51.827.022	383.936.212	81,43%	13,50%
São Paulo	2.388.372.045	394.435.669	2.782.807.714	85,83%	14,17%
Sergipe	104.108.199	34.160.589	138.268.788	75,29%	24,71%
Tocantins	indisponível	indisponível	61.531.559	indisponível	indisponível
MÉDIA	391.250.755	79.530.289	444.708.943	80,63%	19,37%

$$G_5 = \frac{P_e}{D_{pj}} \quad G_6 = \frac{C_{CA}}{D_{pj}}$$

Onde:

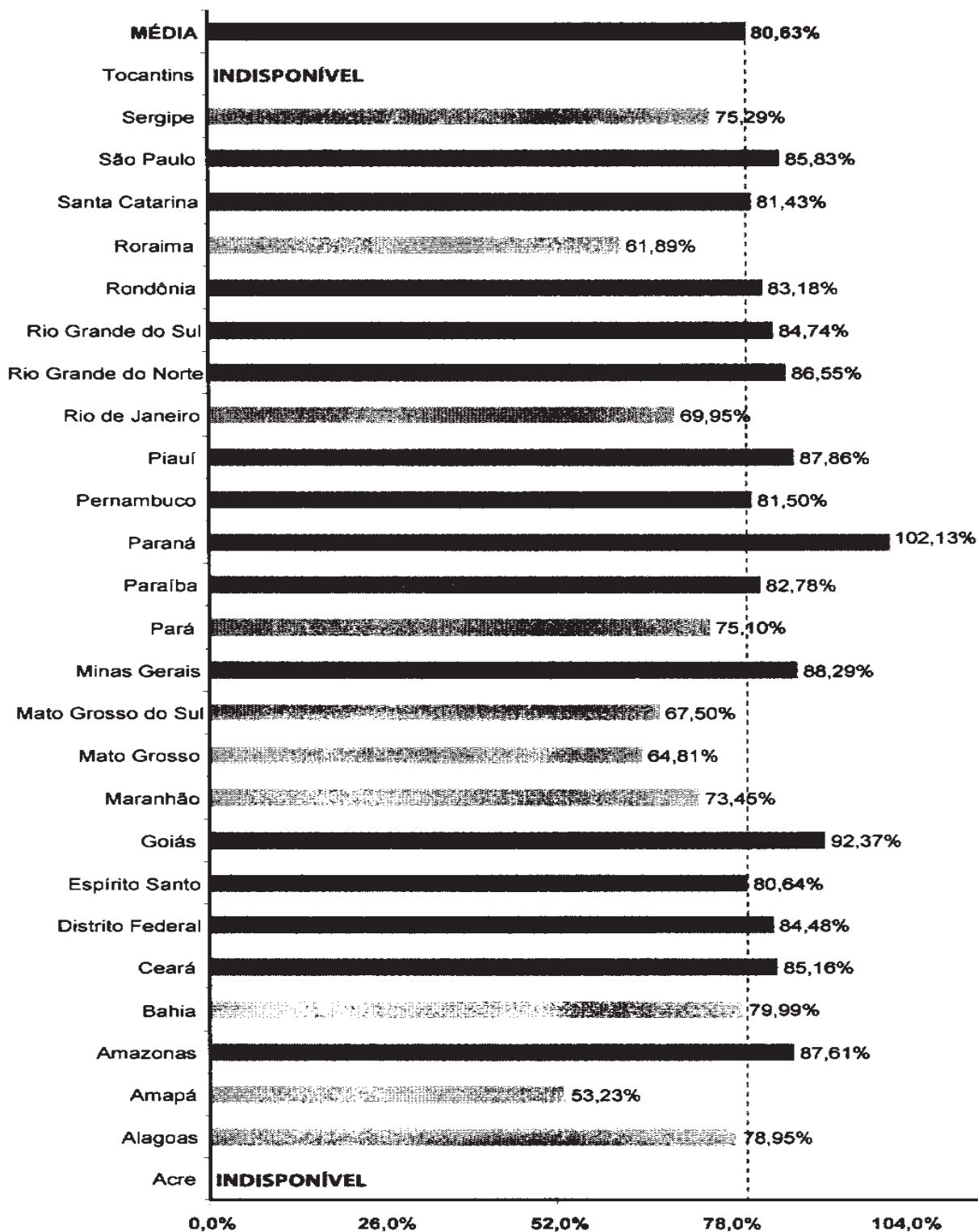
P_e ⇒ Despesa com Pessoal e Encargos
 C_{CA} ⇒ Despesa com Custeio e Capital
 D_{pj} ⇒ Despesa Total da Justiça Estadual

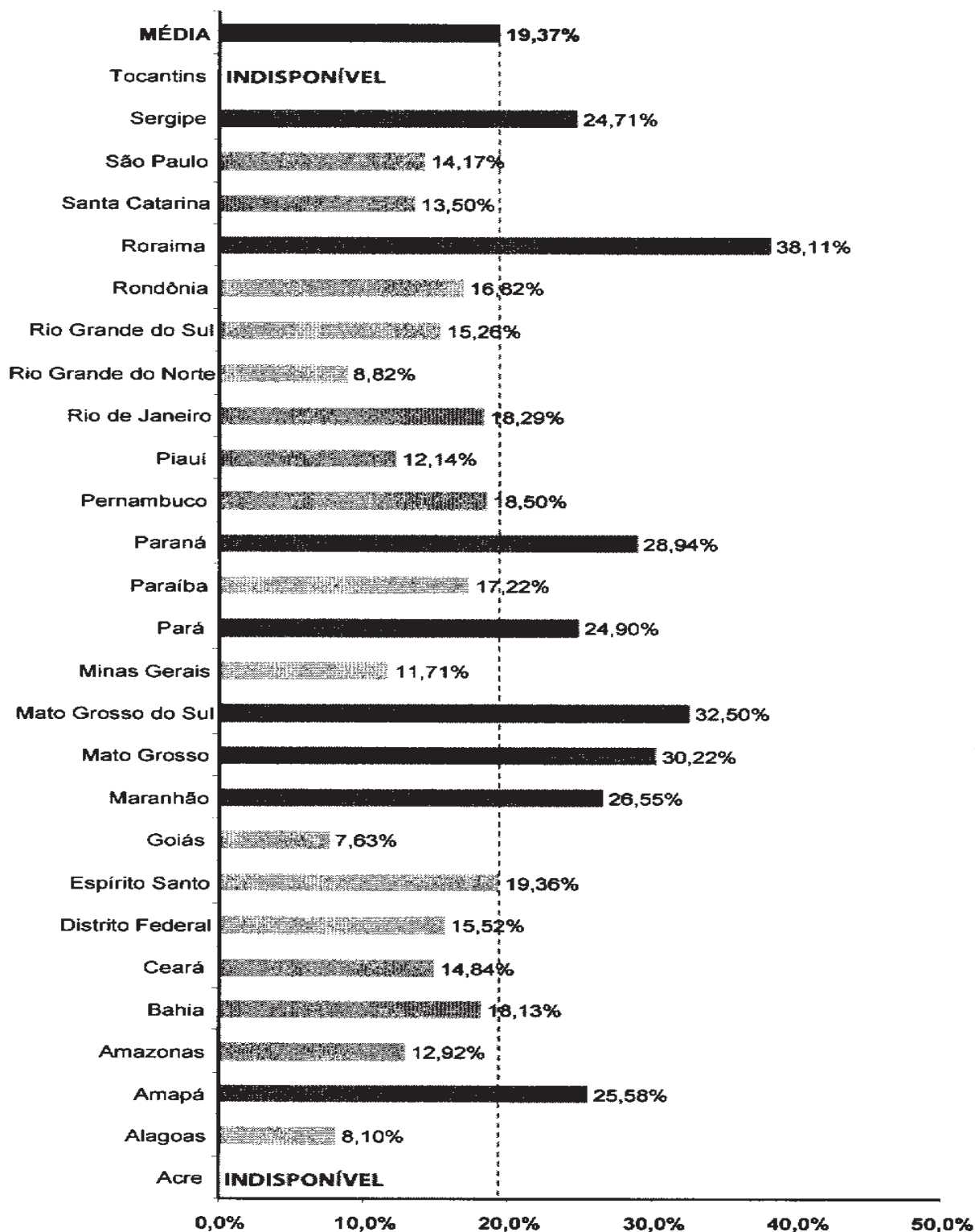
Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal e Encargos (P_e) foram computadas as parcelas de índole remuneratória, para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, remunerados pelo orçamento do Judiciário Estadual, excluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias;
2. Na Despesa com Custeio e Capital (C_{CA}) foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, incluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, bem como as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não são do quadro permanente.

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.3.2. DESPESA TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOBRE A DESPESA TOTAL:



INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA**1.3.2. DESPESA TOTAL COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.5. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL POR HABITANTE:

UF	<i>Dpj</i>	<i>h1</i>	<i>G7</i>
Acre	64.182.161	630.328	R\$ 101,82
Alagoas	114.702.642	2.980.910	R\$ 38,48
Amapá	93.888.656	547.400	R\$ 171,52
Amazonas	161.973.722	3.138.726	R\$ 51,60
Bahia	552.861.325	13.682.074	R\$ 40,41
Ceará	267.716.178	7.976.563	R\$ 33,56
Distrito Federal	792.348.158	2.282.049	R\$ 347,21
Espírito Santo	329.249.886	3.352.024	R\$ 98,22
Goiás	281.677.460	5.508.245	R\$ 51,14
Maranhão	209.769.108	6.021.504	R\$ 34,84
Mato Grosso	294.424.584	2.749.145	R\$ 107,10
Mato Grosso do Sul	185.233.207	2.230.702	R\$ 83,04
Minas Gerais	1.131.474.886	18.993.720	R\$ 59,57
Pará	228.174.272	6.850.181	R\$ 33,31
Paraíba	168.034.618	3.568.350	R\$ 47,09
Paraná	445.284.456	10.135.388	R\$ 43,93
Pernambuco	321.356.452	8.323.911	R\$ 38,61
Piauí	119.882.423	2.977.259	R\$ 40,27
Rio de Janeiro	1.388.416.855	15.203.750	R\$ 91,32
Rio Grande do Norte	188.181.247	2.962.107	R\$ 63,53
Rio Grande do Sul	1.101.369.649	10.726.063	R\$ 102,68
Rondônia	167.062.239	1.562.085	R\$ 106,95
Roraima	33.333.007	381.896	R\$ 87,28
Santa Catarina	383.936.212	5.774.178	R\$ 66,49
São Paulo	2.782.807.714	39.825.226	R\$ 69,88
Sergipe	138.268.788	1.934.596	R\$ 71,47
Tocantins	61.531.559	1.262.644	R\$ 48,73
MÉDIA	444.708.943	6.725.223	R\$ 68,57

$$G_7 = \frac{Dpj}{h_1}$$

Onde:

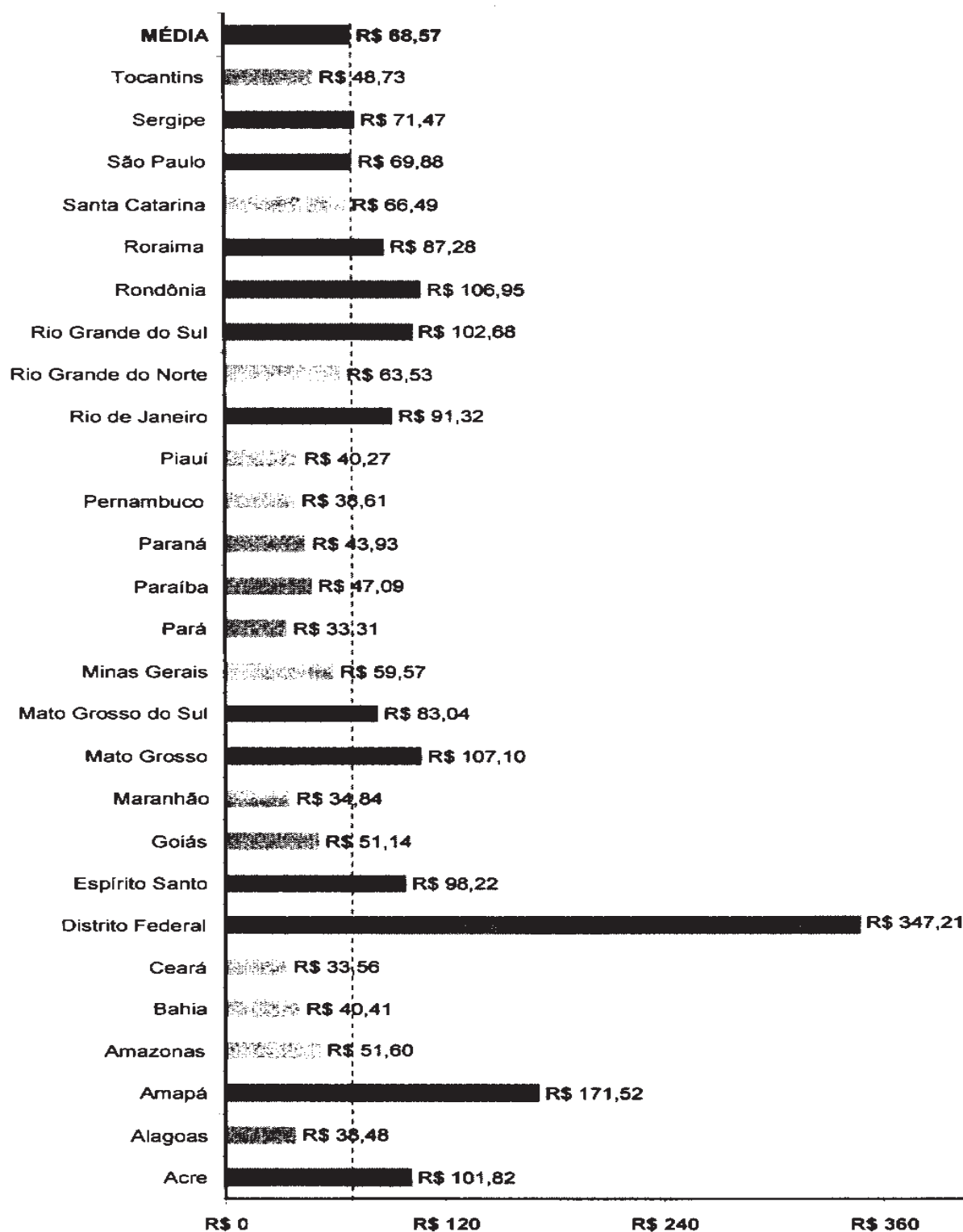
Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual
h₁ ⇒ Número de habitantes do Estado

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - DESPESA

1.5. DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL POR HABITANTE:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	Mag	h ₂	G ₈
Acre	69	6,30	10,95
Alagoas	127	29,81	4,26
Amapá	64	5,47	11,69
Amazonas	175	31,39	5,58
Bahia	538	136,82	3,93
Ceará	358	79,77	4,49
Distrito Federal	253	22,82	11,09
Espírito Santo	351	33,52	10,47
Goiás	304	55,08	5,52
Maranhão	248	60,22	4,12
Mato Grosso	261	27,49	9,49
Mato Grosso do Sul	167	22,31	7,49
Minas Gerais	913	189,94	4,81
Pará	282	68,50	4,12
Paraíba	251	35,68	7,03
Paraná	578	101,35	5,70
Pernambuco	464	83,24	5,57
Piauí	160	29,77	5,37
Rio de Janeiro	954	152,04	6,27
Rio Grande do Norte	231	29,62	7,80
Rio Grande do Sul	691	107,26	6,44
Rondônia	129	15,62	8,26
Roraima	48	3,82	12,57
Santa Catarina	367	57,74	6,36
São Paulo	1.693	398,25	4,25
Sergipe	108	19,35	5,58
Tocantins	118	12,63	9,35
MÉDIA	367	67,25	6,98

$$G_8 = \frac{Mag}{h_2}$$

Onde:

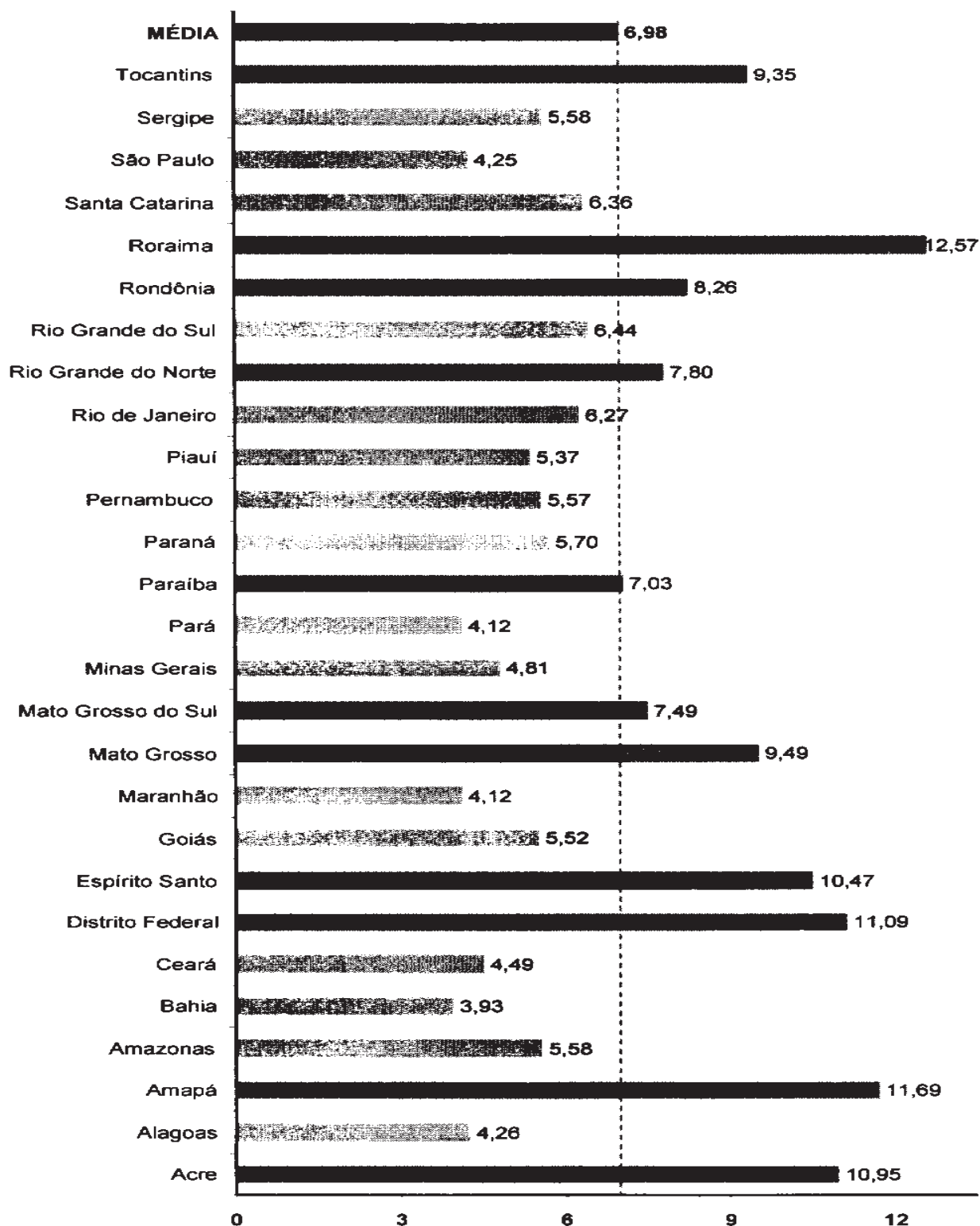
Mag ⇒ Número de Magistrados do Estado

h₂ ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000**Metodologia:**

1. Considera-se como Magistrados na Justiça Estadual de 2º grau o número de cargos criados e no 1º grau o número de cargos providos até 31/12/2004;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - INTEGRANTES

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.7. PESSOAL AUXILIAR DA JUSTIÇA ESTADUAL POR 100.000 HABITANTES:

UF	Paux	h2	G9
Acre	1.450	6,30	230,04
Alagoas	1.098	29,81	36,83
Amapá	1.110	5,47	202,78
Amazonas	2.324	31,39	74,04
Bahia	10.340	136,82	75,57
Ceará	5.024	79,77	62,98
Distrito Federal	6.645	22,82	291,19
Espírito Santo	3.742	33,52	111,63
Goiás	4.931	55,08	89,52
Maranhão	4.510	60,22	74,90
Mato Grosso	4.830	27,49	175,69
Mato Grosso do Sul	3.716	22,31	166,58
Minas Gerais	17.577	189,94	92,54
Pará	3.044	68,50	44,44
Paraíba	4.420	35,68	123,87
Paraná	6.932	101,35	68,39
Pernambuco	6.733	83,24	80,89
Piauí	2.110	29,77	70,87
Rio de Janeiro	23.900	152,04	157,20
Rio Grande do Norte	2.933	29,62	99,02
Rio Grande do Sul	13.564	107,26	126,46
Rondônia	2.277	15,62	145,77
Roraima	655	3,82	171,51
Santa Catarina	8.620	57,74	149,29
São Paulo	41.993	398,25	105,44
Sergipe	3.265	19,35	168,77
Tocantins	1.311	12,63	103,83
MÉDIA	7.002	67,25	122,22

$$G_9 = \frac{Paux}{h_2}$$

Onde:

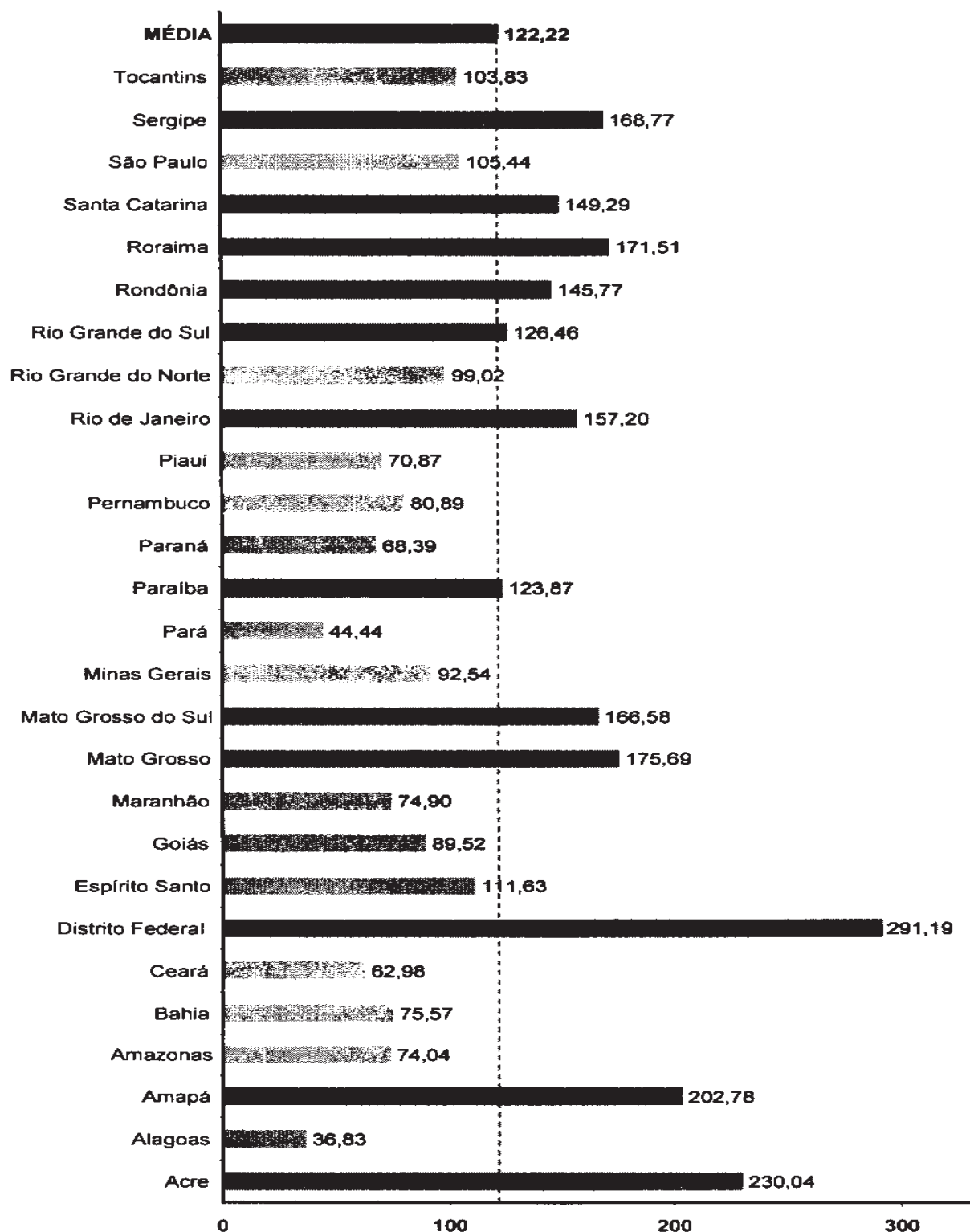
Paux ⇒ Total de Pessoal auxiliar

h₂ ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000**Metodologia:**

1. No Total de Pessoal Auxiliar em atividade considerou-se os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os cedidos, os licenciados, os afastados, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados a contratação temporária de mão-de-obra;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - INTEGRANTES

1.7. PESSOAL AUXILIAR DA JUSTIÇA ESTADUAL POR 100.000 HABITANTES:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO DA JUSTIÇA ESTADUAL POR 100.000 HABITANTES:

UF	Pap	h ₂	G ₁₀
Acre	810	6,30	128,50
Alagoas	300	29,81	10,06
Amapá	539	5,47	98,47
Amazonas	1.531	31,39	48,78
Bahia	9.685	136,82	70,79
Ceará	3.285	79,77	41,18
Distrito Federal	4.403	22,82	192,94
Espírito Santo	2.488	33,52	74,22
Goiás	3.702	55,08	67,21
Maranhão	861	60,22	14,30
Mato Grosso	3.089	27,49	112,36
Mato Grosso do Sul	2.271	22,31	101,81
Minas Gerais	7.833	189,94	41,24
Pará	1.863	68,50	27,20
Paraíba	2.704	35,68	75,78
Paraná	3.900	101,35	38,48
Pernambuco	4.870	83,24	58,51
Piauí	1.422	29,77	47,76
Rio de Janeiro	14.994	152,04	98,62
Rio Grande do Norte	1.708	29,62	57,66
Rio Grande do Sul	7.188	107,26	67,01
Rondônia	2.072	15,62	132,64
Roraima	423	3,82	110,76
Santa Catarina	4.306	57,74	74,57
São Paulo	40.665	398,25	102,11
Sergipe	1.142	19,35	59,03
Tocantins	983	12,63	77,85
MÉDIA	4.779	67,25	75,18

$$G_{10} = \frac{Pap}{h_2}$$

Onde:

Pap ⇒ Total de pessoal auxiliar do Quadro Efetivo

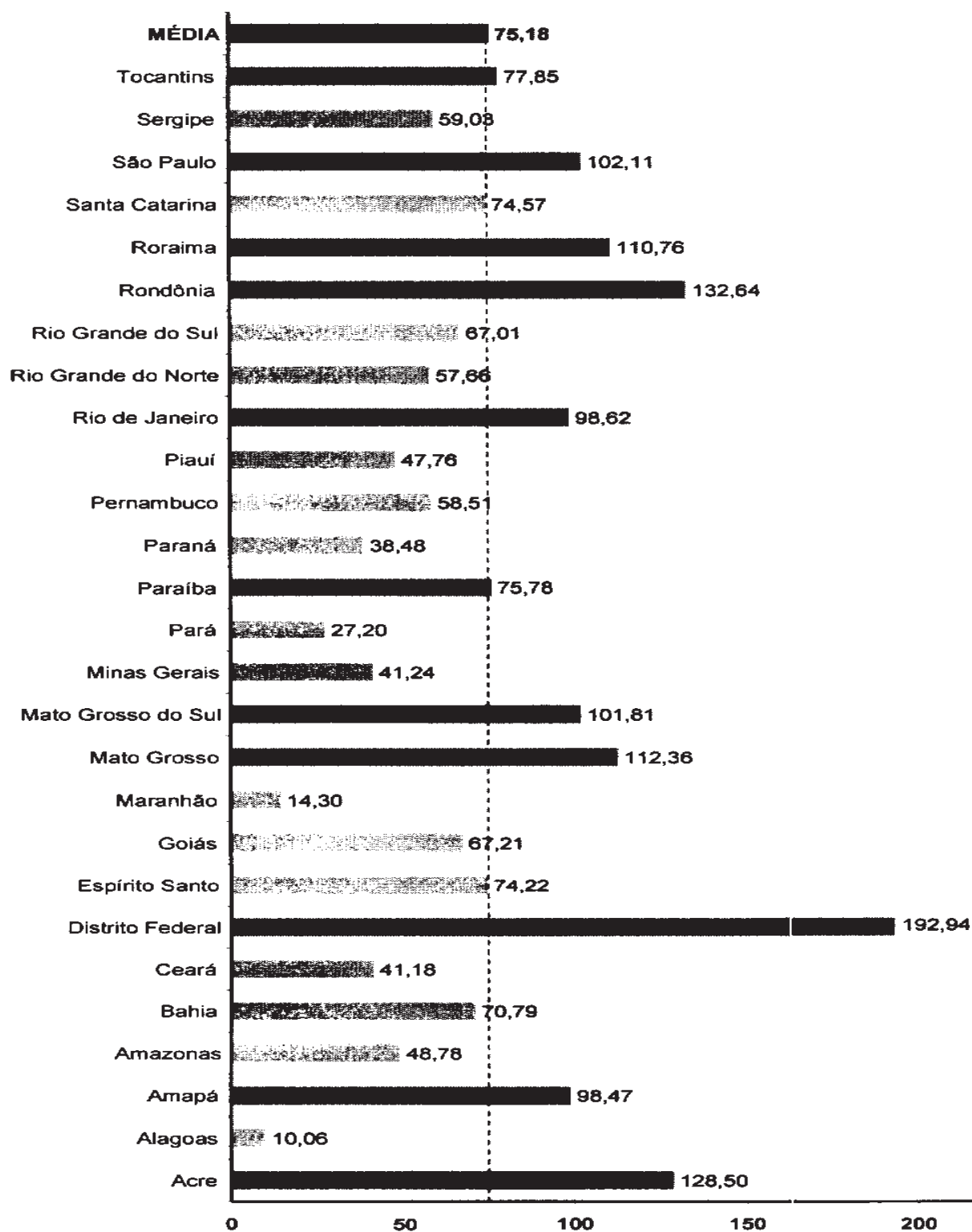
h₂ ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000

Metodologia:

1. No Total de Pessoal do Quadro efetivo em atividade considerou-se apenas os servidores ativos do quadro permanente, ocupantes de cargo de provimento efetivo;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO - INTEGRANTES

1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO POR 100.000 HABITANTES:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	T	Dpj	I1
Acre	2.659.913	64.182.161	4,14%
Alagoas	6.452.180	114.702.642	5,63%
Amapá	indisponível	93.888.656	indisponível
Amazonas	19.727.185	161.973.722	12,18%
Bahia	54.121.501	552.861.325	9,79%
Ceará	23.883.808	267.716.178	8,92%
Distrito Federal	1.824.119	792.348.158	0,23%
Espírito Santo	14.351.432	329.249.886	4,36%
Goiás	90.781.438	281.677.460	32,23%
Maranhão	10.770.208	209.769.108	5,13%
Mato Grosso	40.765.751	294.424.584	13,85%
Mato Grosso do Sul	20.766.476	185.233.207	11,21%
Minas Gerais	140.319.377	1.131.474.886	12,40%
Pará	14.302.705	228.174.272	6,27%
Paraíba	9.226.397	168.034.618	5,49%
Paraná	55.242.453	445.284.456	12,41%
Pernambuco	39.203.771	321.356.452	12,20%
Piauí	2.894.048	119.882.423	2,41%
Rio de Janeiro	353.886.528	1.388.416.855	25,49%
Rio Grande do Norte	5.116.768	188.181.247	2,72%
Rio Grande do Sul	131.809.772	1.101.369.649	11,97%
Rondônia	3.822.101	167.062.239	2,29%
Roraima	1.451.761	33.333.007	4,36%
Santa Catarina	30.238.981	383.936.212	7,88%
São Paulo	200.126.805	2.782.807.714	7,19%
Sergipe	5.795.302	138.268.788	4,19%
Tocantins	64.608.624	61.531.559	105,00%
MÉDIA	51.181.631	444.708.943	9,00%

$$I_1 = \frac{T}{Dpj}$$

Onde:

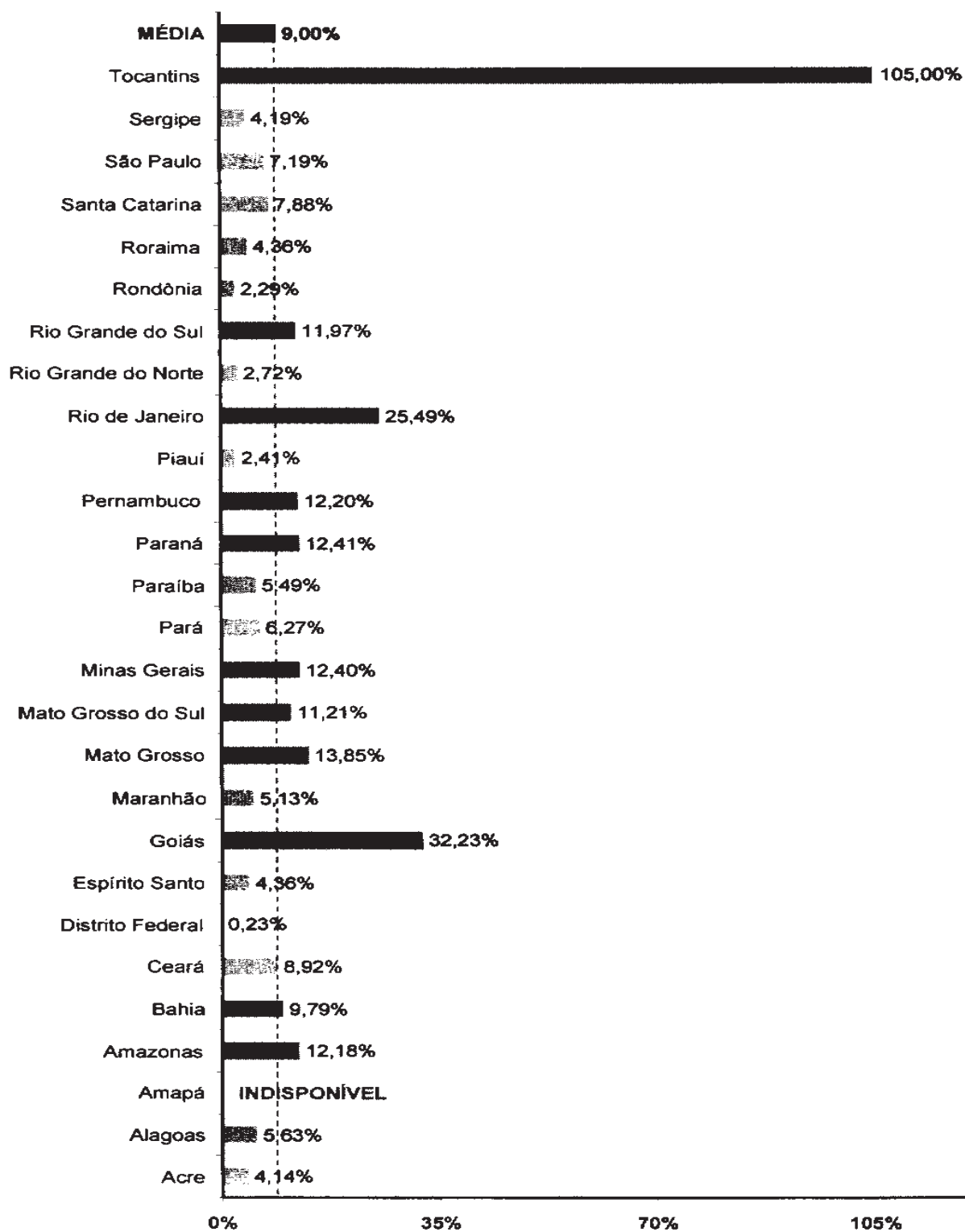
T ⇒ Custas e Recolhimentos Diversos
 Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram considerados como Recolhimentos Diversos todos os valores arrecadados pelas Justiças Estaduais e Distrito Federal, inclusive nos Juizados Especiais, tais como taxas, custas, emolumentos, alvarás, certidões e fotocópias, excetuados os valores arrecadados em execução fiscal;

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – VALORES E RECEITAS

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.10. RECEITAS DECORRENTES DE EXECUÇÃO FISCAL NA JUSTIÇA ESTADUAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

UF	i	Dpj	I2
Acre	indisponível	64.182.161	indisponível
Alagoas	indisponível	114.702.642	indisponível
Amapá	indisponível	93.888.656	indisponível
Amazonas	23.860.962	161.973.722	14,73%
Bahia	5.139.724	552.861.325	0,93%
Ceará	indisponível	267.716.178	indisponível
Distrito Federal	13.590.582	792.348.158	1,72%
Espírito Santo	indisponível	329.249.886	indisponível
Goiás	27.848.778	281.677.460	9,89%
Maranhão	7.452.060	209.769.108	3,55%
Mato Grosso	37.803.447	294.424.584	12,84%
Mato Grosso do Sul	indisponível	185.233.207	indisponível
Minas Gerais	280.332.630	1.131.474.886	24,78%
Pará	170.408.361	228.174.272	74,68%
Paraíba	1.818.970	168.034.618	1,08%
Paraná	305.262	445.284.456	0,07%
Pernambuco	indisponível	321.356.452	indisponível
Piauí	indisponível	119.882.423	indisponível
Rio de Janeiro	indisponível	1.388.416.855	indisponível
Rio Grande do Norte	778.429	188.181.247	0,41%
Rio Grande do Sul	225.961.530	1.101.369.649	20,52%
Rondônia	37.619.736	167.062.239	22,52%
Roraima	indisponível	33.333.007	indisponível
Santa Catarina	817.780.734	383.936.212	213,00%
São Paulo	indisponível	2.782.807.714	indisponível
Sergipe	indisponível	138.268.788	indisponível
Tocantins	19.451	61.531.559	0,03%
MÉDIA	59.495.709	444.708.943	13,41%

$$I_2 = \frac{i}{Dpj}$$

Onde:

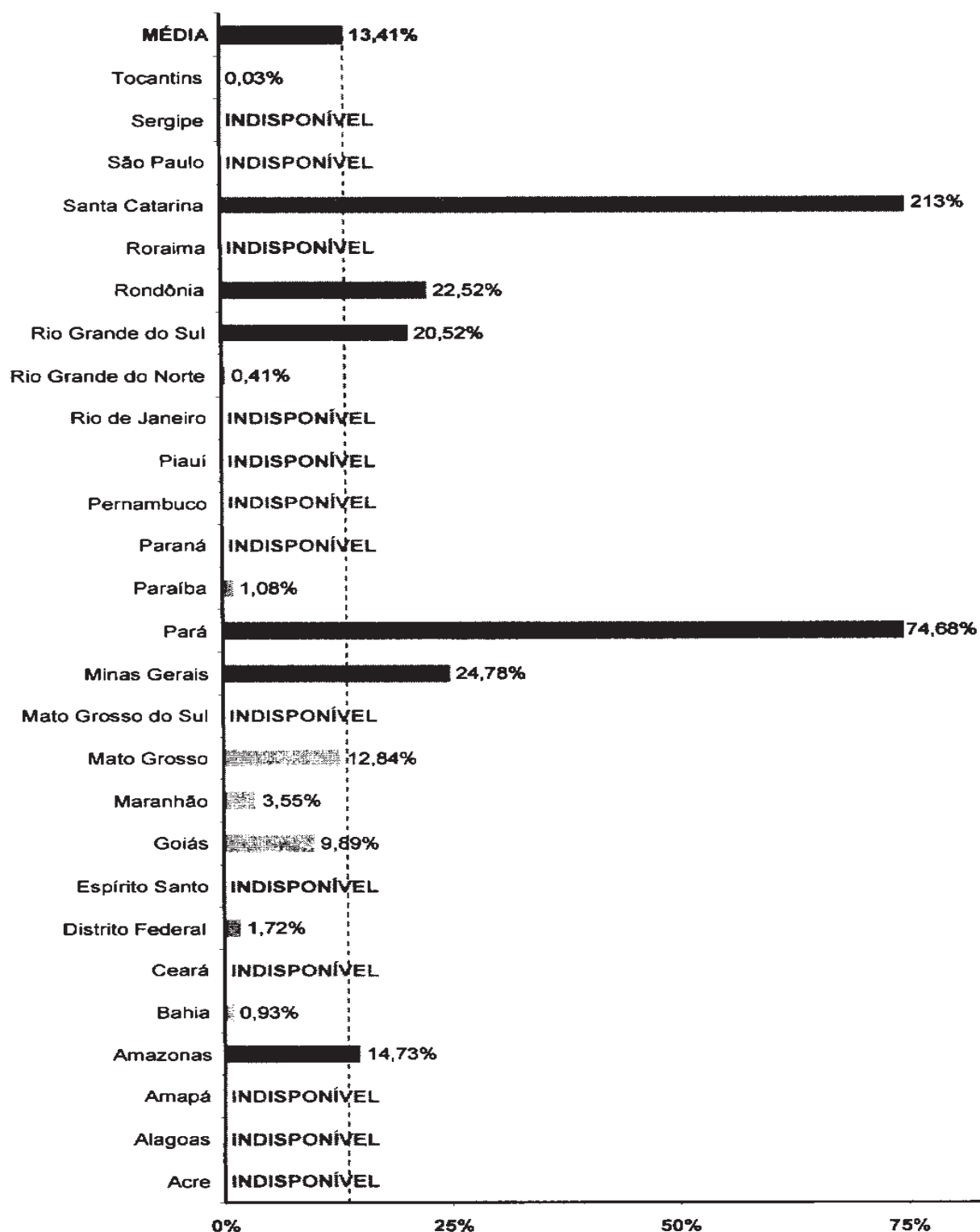
i ⇒ Receitas de Execução Fiscal
Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Considerou-se como receitas as decorrentes de Execução Fiscal nas Justiças Estaduais e Distrito Federal.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – VALORES E RECEITAS

1.10. RECEITAS DECORRENTES DE EXECUÇÃO FISCAL SOBRE A DESPESA TOTAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.11. DEPÓSITOS JUDICIAIS EM PROCESSOS DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	DepJud
Acre	indisponível
Alagoas	6.452.180
Amapá	indisponível
Amazonas	49.875.106
Bahia	25.983.040
Ceará	51.154.778
Distrito Federal	230.906.920
Espírito Santo	indisponível
Goiás	234.203.036
Maranhão	27.266.535
Mato Grosso	124.077.133
Mato Grosso do Sul	105.718.741
Minas Gerais	1.058.000.000
Pará	61.359.140
Paraíba	47.788.188
Paraná	1.003.227.395
Pernambuco	indisponível
Piauí	12.146.739
Rio de Janeiro	3.139.182.781
Rio Grande do Norte	30.282.378
Rio Grande do Sul	1.082.157.445
Rondônia	10.748.960
Roraima	indisponível
Santa Catarina	396.891.882
São Paulo	9.903.469.399
Sergipe	57.540.911
Tocantins	22.580.333
MÉDIA	370.359.220

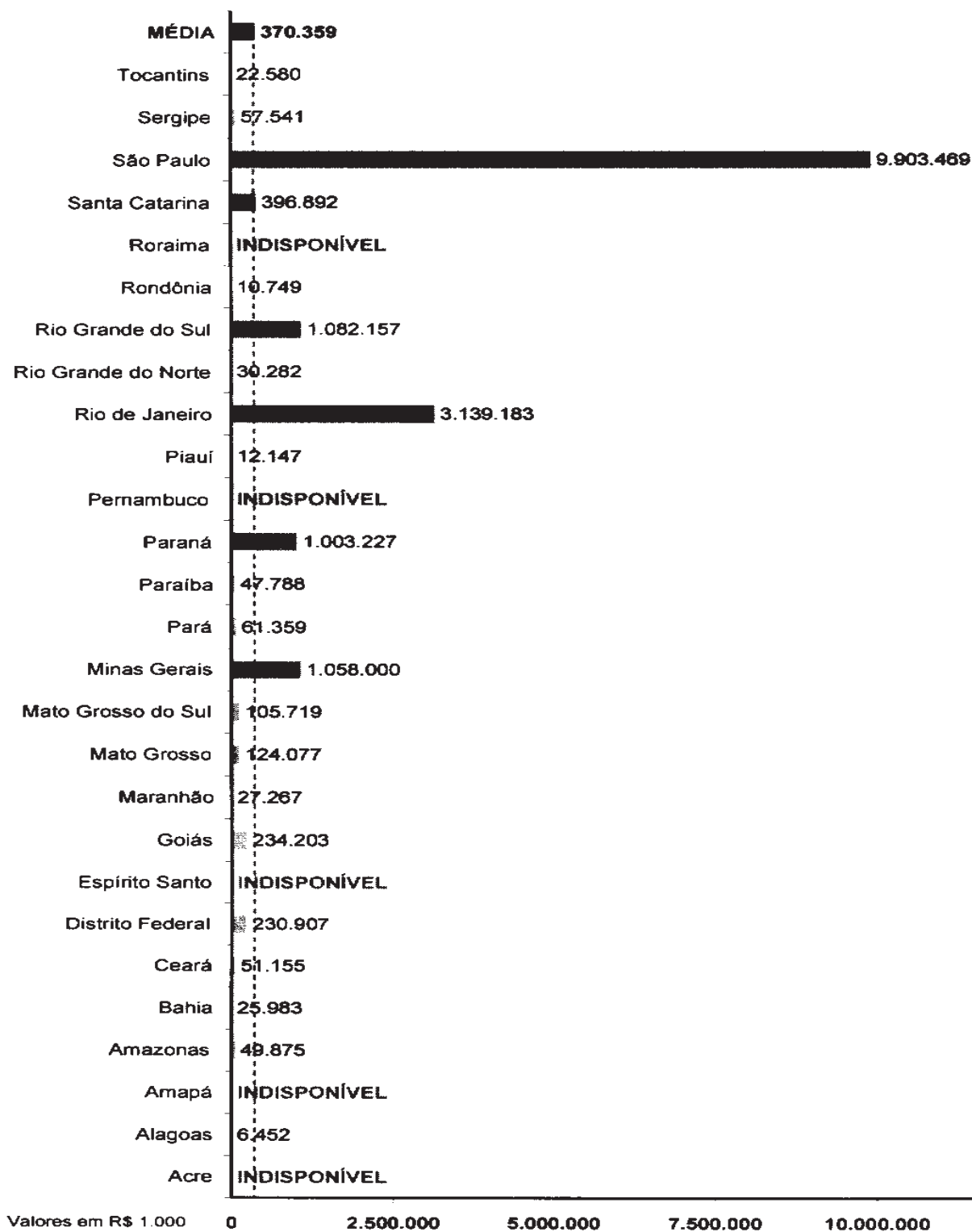
DepJud = Depósitos _ Judiciais

Metodologia:

1. Foi informado o montante de depósitos judiciais até 31/12/2004, inclusive a arrecadação da dívida ativa no ano.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – VALORES E RECEITAS

1.11. DEPÓSITOS JUDICIAIS EM PROCESSOS DA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	Ginf	Dpj	Inf1
Acre	indisponível	64.182.161	indisponível
Alagoas	776.330	114.702.642	0,68%
Amapá	352.944	93.888.656	0,38%
Amazonas	1.117.000	161.973.722	0,69%
Bahia	14.472.731	552.861.325	2,62%
Ceará	6.800.575	267.716.178	2,54%
Distrito Federal	12.956.544	792.348.158	1,64%
Espírito Santo	3.808.453	329.249.886	1,16%
Goiás	6.301.496	281.677.460	2,24%
Maranhão	4.301.523	209.769.108	2,05%
Mato Grosso	7.800.000	294.424.584	2,65%
Mato Grosso do Sul	6.504.442	185.233.207	3,51%
Minas Gerais	11.822.694	1.131.474.886	1,04%
Pará	3.661.200	228.174.272	1,60%
Paraíba	3.538.706	168.034.618	2,11%
Paraná	8.291.588	445.284.456	1,86%
Pernambuco	4.019.978	321.356.452	1,25%
Piauí	1.080.998	119.882.423	0,90%
Rio de Janeiro	47.209.921	1.388.416.855	3,40%
Rio Grande do Norte	2.822.360	188.181.247	1,50%
Rio Grande do Sul	24.214.153	1.101.369.649	2,20%
Rondônia	1.594.804	167.062.239	0,95%
Roraima	485.901	33.333.007	1,46%
Santa Catarina	12.612.548	383.936.212	3,29%
São Paulo	50.127.571	2.782.807.714	1,80%
Sergipe	917.954	138.268.788	0,66%
Tocantins	1.040.667	61.531.559	1,69%
MÉDIA	9.178.195	444.708.943	1,76%

$$Inf_1 = \frac{G_{inf}}{Dpj}$$

Onde:

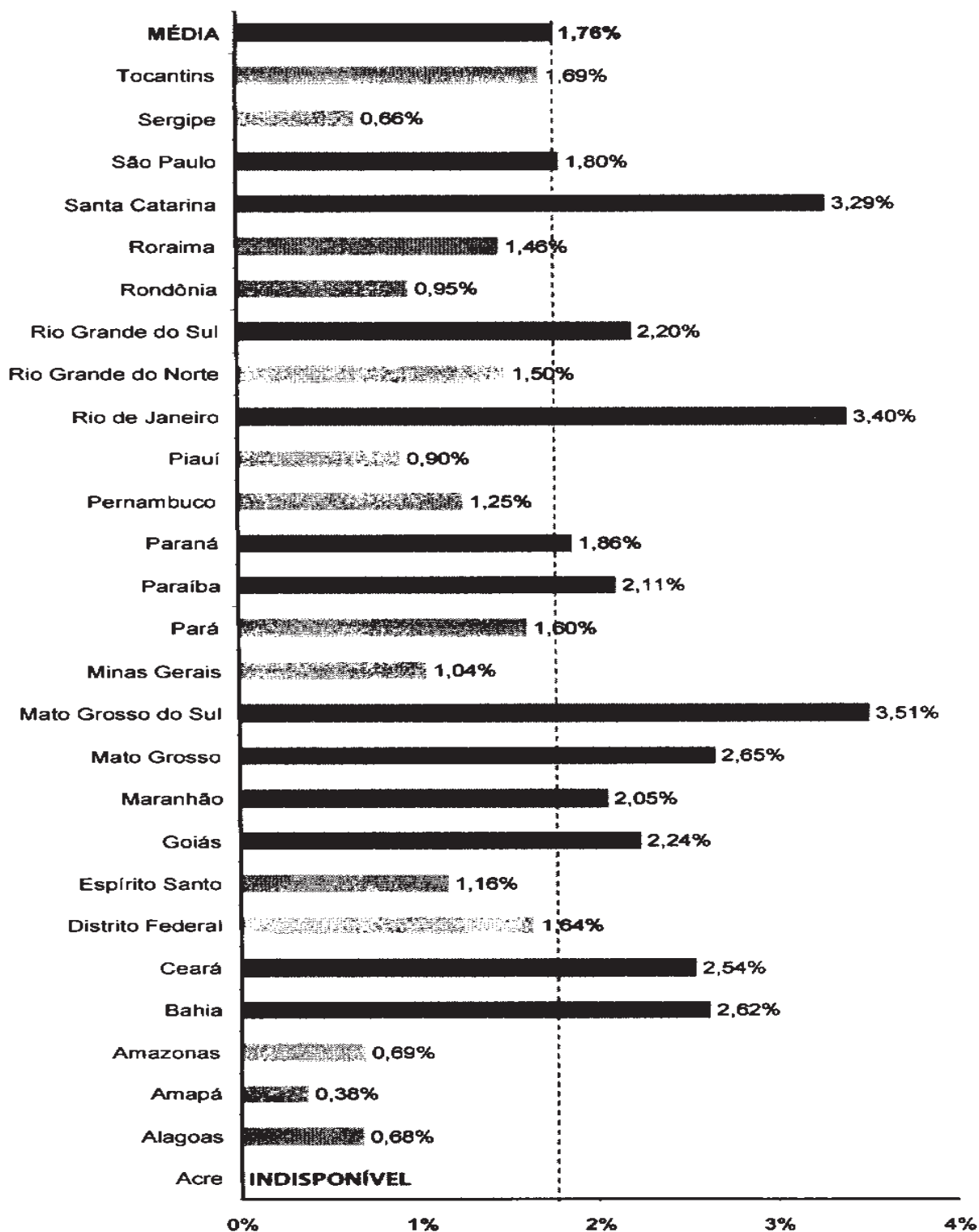
G_{inf} ⇒ Gastos com Informática da Justiça Estadual
 Dpj ⇒ Despesa da Justiça Estadual

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado pelas justiças Estaduais e Distrito Federal, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram computados todos os gastos com informática, independentemente de existir origem em orçamento, fundos, convênios, etc.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – INFORMÁTICA

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA DA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	Comp	Ui	Inf2
Acre	578	indisponível	indisponível
Alagoas	1.092	2.800	0,39
Amapá	845	890	0,95
Amazonas	382	1.540	0,25
Bahia	4.806	6.320	0,76
Ceará	1.747	3.494	0,50
Distrito Federal	3.374	5.308	0,64
Espírito Santo	3.750	3.500	1,07
Goiás	2.974	3.700	0,80
Maranhão	1.651	3.859	0,43
Mato Grosso	5.167	4.800	1,08
Mato Grosso do Sul	3.002	2.900	1,04
Minas Gerais	11.180	17.032	0,66
Pará	1.563	2.722	0,57
Paraíba	1.554	2.174	0,71
Paraná	2.073	5.264	0,39
Pernambuco	7.296	6.079	1,20
Piauí	662	1.324	0,50
Rio de Janeiro	12.991	14.069	0,92
Rio Grande do Norte	1.452	1.614	0,90
Rio Grande do Sul	8.637	10.280	0,84
Rondônia	1.582	1.490	1,06
Roraima	384	615	0,62
Santa Catarina	7.664	7.550	1,02
São Paulo	24.490	31.000	0,79
Sergipe	1.303	2.126	0,61
Tocantins	551	1.219	0,45
MÉDIA	4.176	5.526	0,74

$$Inf_2 = \frac{Comp}{Ui}$$

Onde:

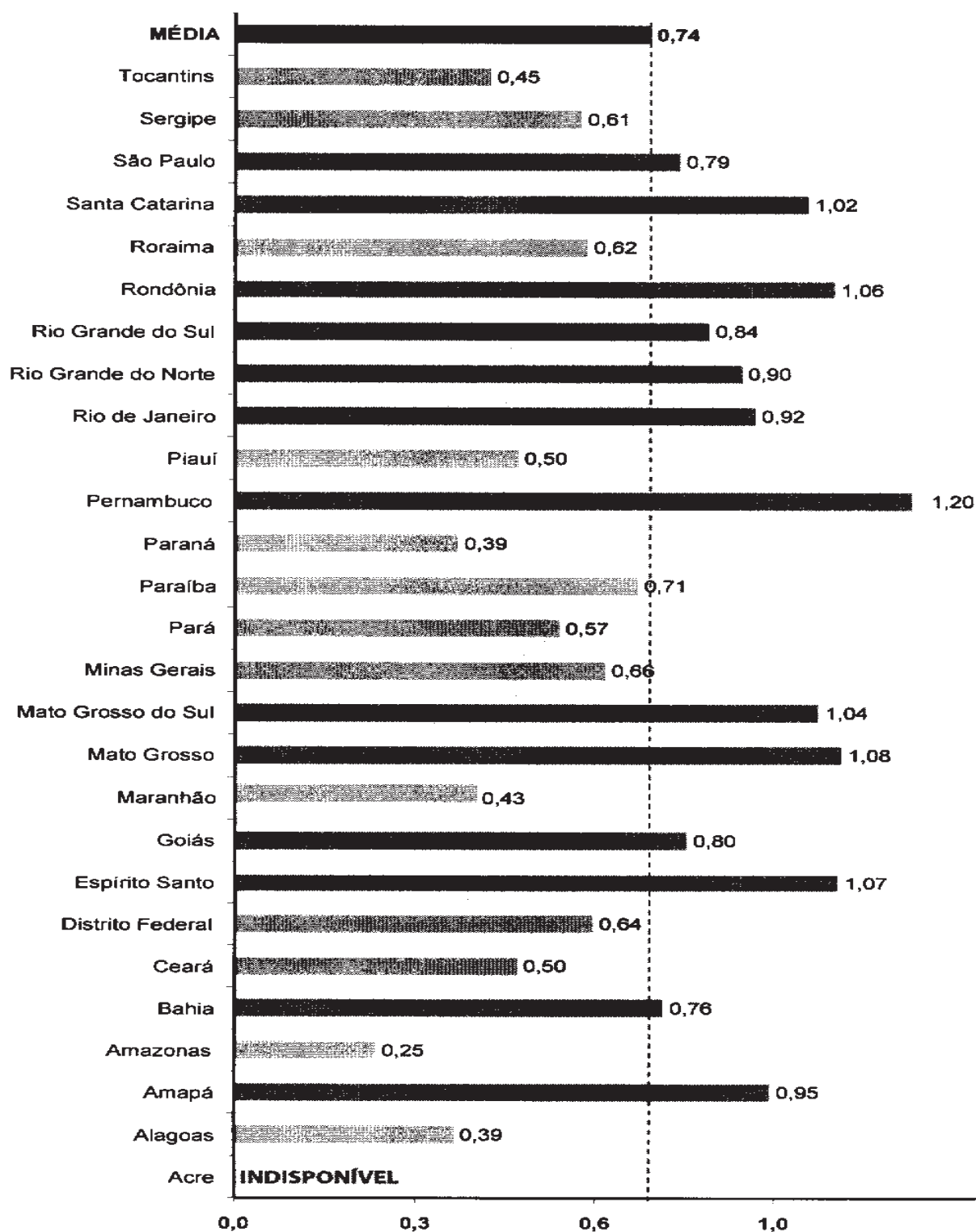
Comp ⇒ Número de computadores de uso pessoal
 Ui ⇒ Usuários de computador

Metodologia:

1. Foram levantados todos os equipamentos em uso, microcomputadores e *laptops* e terminais de uso pessoal, interligados em rede ou não;
2. Foram incluídos como usuários de computador todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam, continuamente, os computadores do órgão.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – INFORMÁTICA

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14. OCUPAÇÃO DE ÁREA EM m² NA JUSTIÇA ESTADUAL:**1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL:**

UF	Dpj	m²total	Dm²
Acre	indisponível	1.755.657	R\$ 36,56
Alagoas	114.702.642	34.046	R\$ 3.369,09
Amapá	93.888.656	88.845	R\$ 1.056,77
Amazonas	161.973.722	32.939	R\$ 4.917,37
Bahia	552.861.325	422.449	R\$ 1.308,71
Ceará	267.716.178	373.983	R\$ 715,85
Distrito Federal	792.348.158	297.507	R\$ 2.663,29
Espírito Santo	329.249.886	indisponível	indisponível
Goiás	281.677.460	237.646	R\$ 1.185,28
Maranhão	209.769.108	61.891	R\$ 3.389,33
Mato Grosso	294.424.584	167.151	R\$ 1.761,43
Mato Grosso do Sul	185.233.207	273.766	R\$ 676,61
Minas Gerais	1.131.474.886	405.611	R\$ 2.789,56
Pará	228.174.272	81.236	R\$ 2.808,78
Paraíba	168.034.618	104.283	R\$ 1.611,33
Paraná	445.284.456	378.876	R\$ 1.175,28
Pernambuco	321.356.452	157.579	R\$ 2.039,34
Piauí	119.882.423	64.371	R\$ 1.862,36
Rio de Janeiro	1.388.416.855	497.178	R\$ 2.792,60
Rio Grande do Norte	188.181.247	65.797	R\$ 2.860,05
Rio Grande do Sul	1.101.369.649	404.794	R\$ 2.720,82
Rondônia	167.062.239	178.495	R\$ 935,95
Roraima	33.333.007	36.009	R\$ 925,69
Santa Catarina	383.936.212	211.634	R\$ 1.814,16
São Paulo	2.782.807.714	1.156.421	R\$ 2.406,40
Sergipe	138.268.788	93.808	R\$ 1.473,96
Tocantins	61.531.559	94.234	R\$ 652,97
MÉDIA	444.708.943	295.239	R\$ 1.996,52

$$D_{m^2} = \frac{D_{pj}}{m^2 total}$$

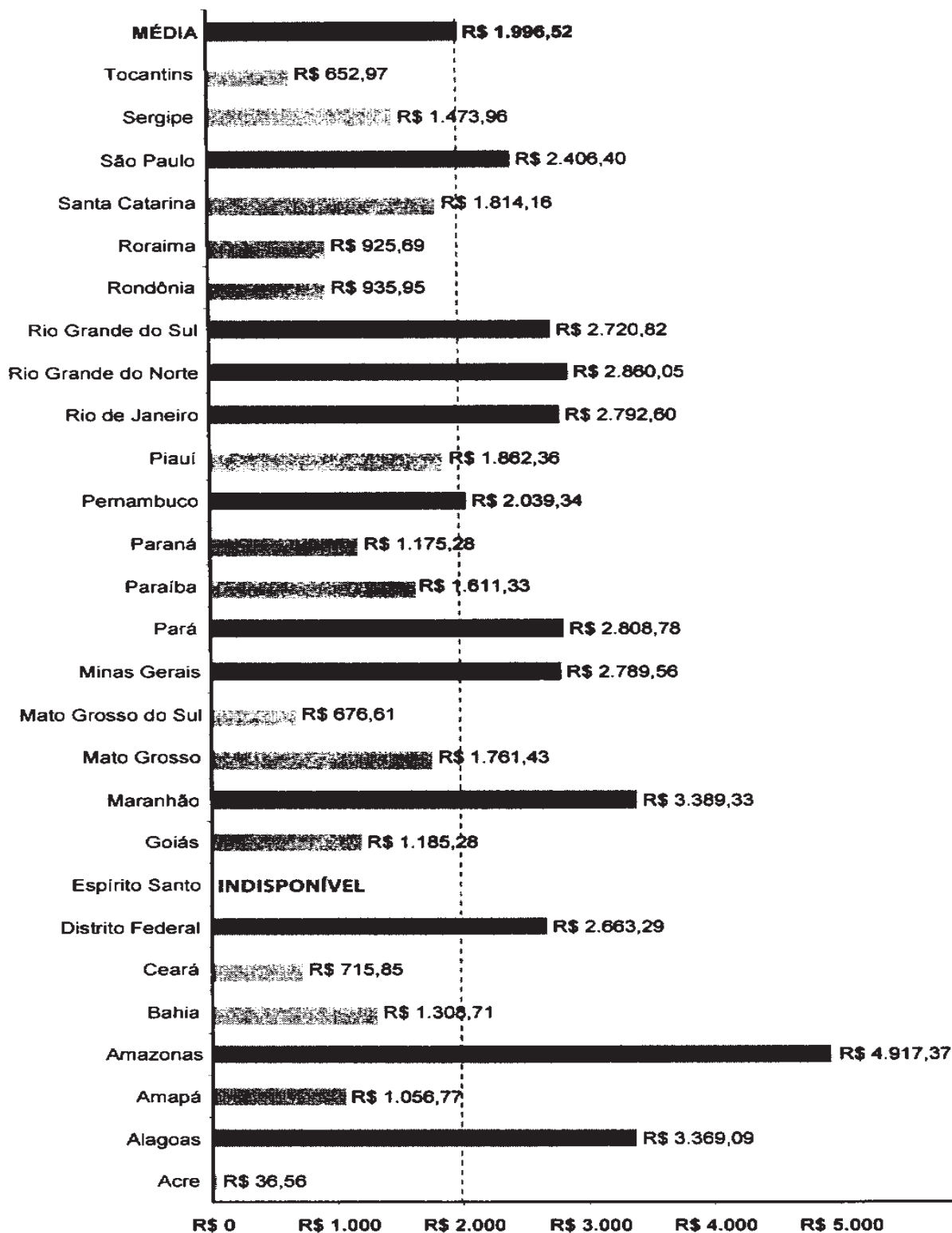
Onde:

D_{pj} ⇒ Despesa da Justiça Estadual
 $m^2 total$ ⇒ Área Total em metros quadrados

Metodologia:

1. As Justiças Estaduais e do DF informaram as despesas que efetivamente realizaram, a partir do orçamento liquidado em 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
2. A ocupação em m² total incluiu a área total de todos os prédios das Justiças Estaduais e Distrito Federal, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – ÁREA

1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:

UF	Paux	m ² útil	Pm ²
Acre	1.519	24.939	0,061
Alagoas	1.225	indisponível	indisponível
Amapá	1.174	41.677	0,028
Amazonas	2.499	21.354	0,117
Bahia	10.878	308.876	0,035
Ceará	5.382	292.950	0,018
Distrito Federal	6.898	205.834	0,034
Espírito Santo	4.093	indisponível	indisponível
Goiás	5.235	237.646	0,022
Maranhão	4.758	61.892	0,077
Mato Grosso	5.091	167.663	0,030
Mato Grosso do Sul	3.883	127.887	0,030
Minas Gerais	18.490	405.611	0,046
Pará	3.326	81.236	0,041
Paraíba	4.671	102.836	0,045
Paraná	7.510	272.569	0,028
Pernambuco	7.197	157.579	0,046
Piauí	2.270	64.371	0,035
Rio de Janeiro	24.854	247.090	0,101
Rio Grande do Norte	3.164	65.797	0,048
Rio Grande do Sul	14.255	404.794	0,035
Rondônia	2.406	39.132	0,061
Roraima	703	22.717	0,031
Santa Catarina	8.987	211.634	0,042
São Paulo	43.686	1.156.310	0,038
Sergipe	3.373	122.673	0,027
Tocantins	1.429	42.894	0,033
MÉDIA	7.369	195.518	0,044

$$P_{m^2} = \frac{Paux}{m^2_{\text{útil}}}$$

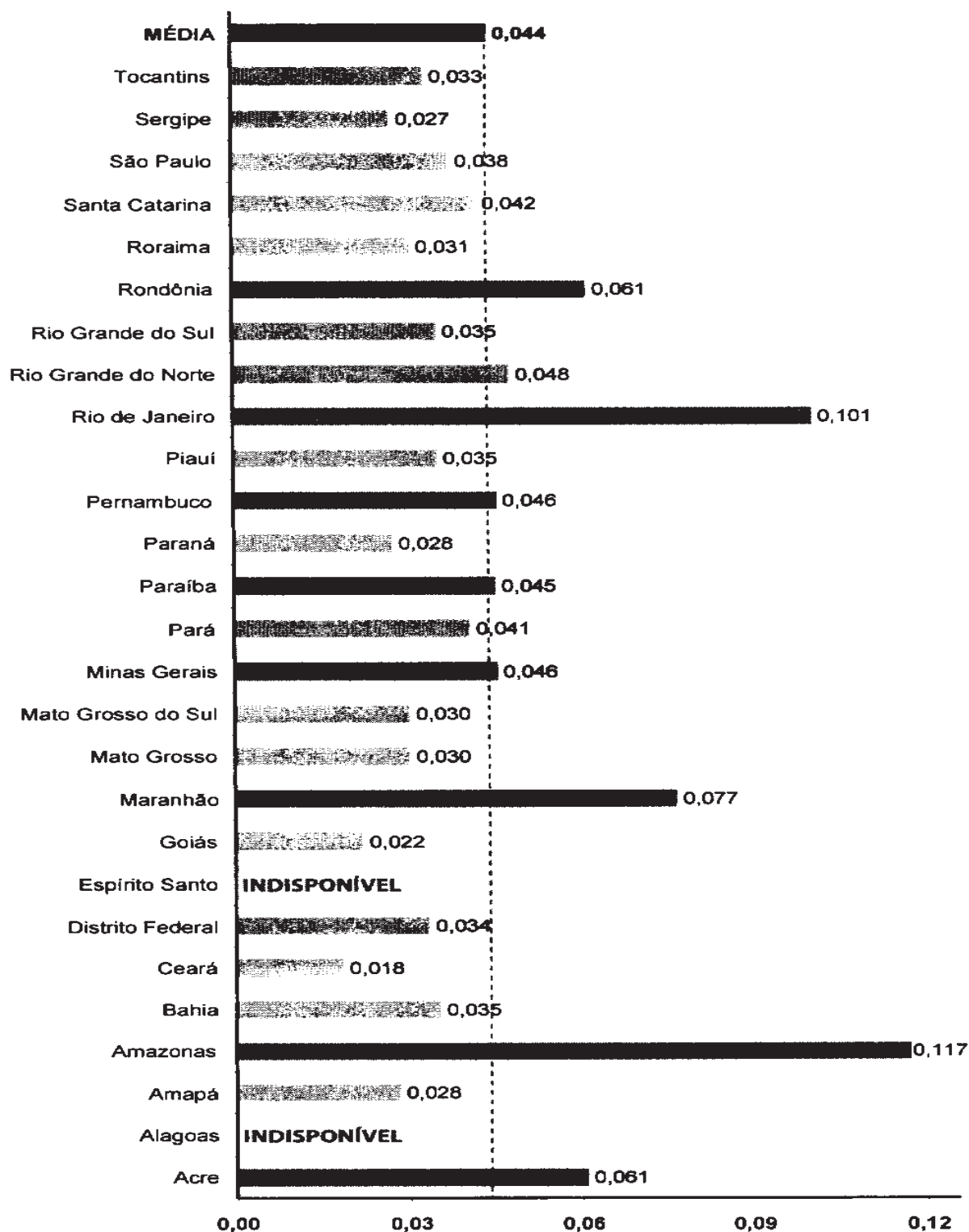
Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal Auxiliar

m²útil ⇒ Área Útil Total em metros quadrados

Metodologia:

1. Foram considerados os Magistrados e todo o Pessoal Auxiliar (servidores, requisitados, terceirizados, contratados, estagiários etc.);
2. A ocupação em m² útil incluiu a área útil total de todos os prédios das Justiças Estaduais, independentemente da finalidade.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – ÁREA**1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

UF	proc	m ² útil	proc m ²
Acre	96.294	24.939	3,86
Alagoas	3.926	indisponível	indisponível
Amapá	1.020	41.677	0,02
Amazonas	127.059	21.354	5,95
Bahia	725.009	308.876	2,35
Ceará	259.944	292.950	0,89
Distrito Federal	532.397	205.834	2,59
Espírito Santo	93.774	indisponível	indisponível
Goiás	32.530	237.646	0,14
Maranhão	175.255	61.892	2,83
Mato Grosso	422.081	167.663	2,52
Mato Grosso do Sul	425.041	127.887	3,32
Minas Gerais	indisponível	405.611	indisponível
Pará	556.363	81.236	6,85
Paraíba	287.320	102.836	2,79
Paraná	1.070.637	272.569	3,93
Pernambuco	465.544	157.579	2,95
Piauí	indisponível	64.371	indisponível
Rio de Janeiro	2.105.484	247.090	8,52
Rio Grande do Norte	195.411	65.797	2,97
Rio Grande do Sul	3.716.723	404.794	9,18
Rondônia	522.170	39.132	13,34
Roraima	indisponível	22.717	indisponível
Santa Catarina	1.443.744	211.634	6,82
São Paulo	11.484.809	1.156.310	9,93
Sergipe	146.018	122.673	1,19
Tocantins	93.907	42.894	2,19
MÉDIA	1.040.936	195.518	4,09

$$proc_{m^2} = \frac{proc}{m^2 \text{ útil}}$$

Onde:

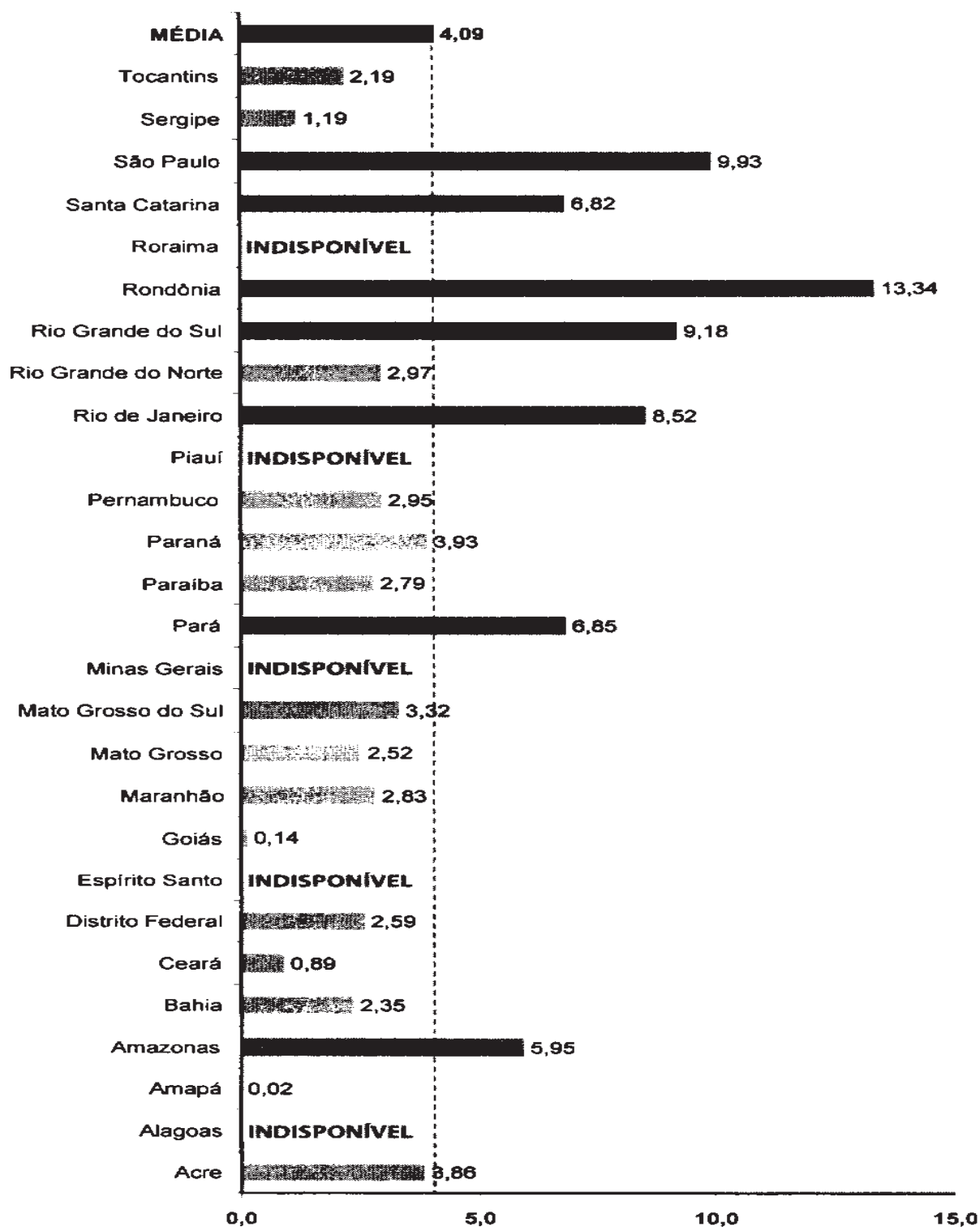
$proc_{m^2}$ ⇒ Número Total de Processos

$m^2 \text{ útil}$ ⇒ Área Útil Total em metros quadrados

Metodologia:

1. Foram considerados todos os processos em papel (em tramitação e arquivados) existentes na Justiça Estadual em 31/12/2004;
2. A ocupação em m² útil incluiu a área útil total de todos os prédios das Justiças Estaduais, independentemente da finalidade.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO – ÁREA

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:

UF	CN 2º	h2	Ch 2º
Acre	1.291	6,30	204,81
Alagoas	4.312	29,81	144,65
Amapá	indisponível	5,47	indisponível
Amazonas	9.340	31,39	297,57
Bahia	21.042	136,82	153,79
Ceará	17.159	79,77	215,12
Distrito Federal	36.774	22,82	1.611,45
Espírito Santo	14.990	33,52	447,19
Goiás	26.509	55,08	481,26
Maranhão	10.209	60,22	169,54
Mato Grosso	12.753	27,49	463,89
Mato Grosso do Sul	18.151	22,31	813,69
Minas Gerais	46.267	189,94	243,59
Pará	9.050	68,50	132,11
Paraíba	11.766	35,68	329,73
Paraná	63.889	101,35	630,36
Pernambuco	21.196	83,24	254,64
Piauí	2.883	29,77	96,83
Rio de Janeiro	91.356	152,04	600,88
Rio Grande do Norte	4.225	29,62	142,63
Rio Grande do Sul	224.024	107,26	2.088,59
Rondônia	8.196	15,62	524,68
Roraima	indisponível	3,82	indisponível
Santa Catarina	41.293	57,74	715,13
São Paulo	119.568	398,25	300,23
Sergipe	8.345	19,35	431,36
Tocantins	2.536	12,63	200,85
MÉDIA	25.129	67,25	347,59

$$C_h 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{h_2}$$

Onde:

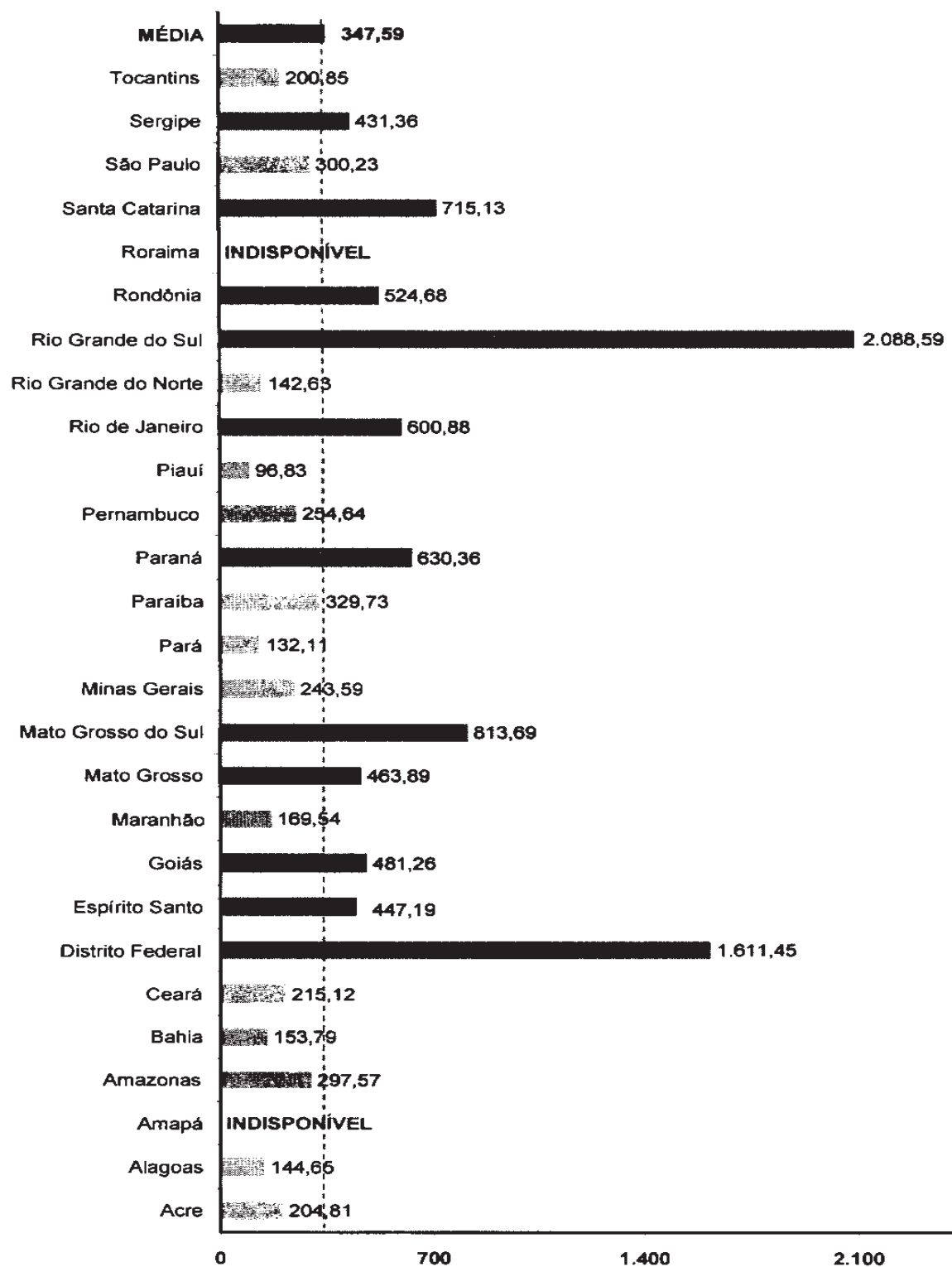
 CN_2 ⇒ Casos Novos no 2º grau h_2 ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.2. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:

UF	CN 1º	h2	Ch 1º
Acre	18.397	6,30	2.918,64
Alagoas	indisponível	29,81	indisponível
Amapá	indisponível	5,47	indisponível
Amazonas	89.124	31,39	2.839,50
Bahia	297.736	136,82	2.176,10
Ceará	184.295	79,77	2.310,46
Distrito Federal	187.864	22,82	8.232,25
Espírito Santo	137.051	33,52	4.088,60
Goiás	261.529	55,08	4.747,96
Maranhão	84.465	60,22	1.402,72
Mato Grosso	134.068	27,49	4.876,72
Mato Grosso do Sul	156.561	22,31	7.018,46
Minas Gerais	1.014.026	189,94	5.338,74
Pará	137.354	68,50	2.005,11
Paraíba	129.088	35,68	3.617,58
Paraná	530.622	101,35	5.235,34
Pernambuco	265.656	83,24	3.191,48
Piauí	48.029	29,77	1.613,20
Rio de Janeiro	467.790	152,04	3.076,81
Rio Grande do Norte	84.664	29,62	2.858,24
Rio Grande do Sul	869.532	107,26	8.106,72
Rondônia	67.926	15,62	4.348,42
Roraima	indisponível	3,82	indisponível
Santa Catarina	496.449	57,74	8.597,74
São Paulo	3.986.675	398,25	10.010,43
Sergipe	81.278	19,35	4.201,29
Tocantins	39.943	12,63	3.163,44
MÉDIA	407.088	67,25	4.415,66

$$C_h 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{h_2}$$

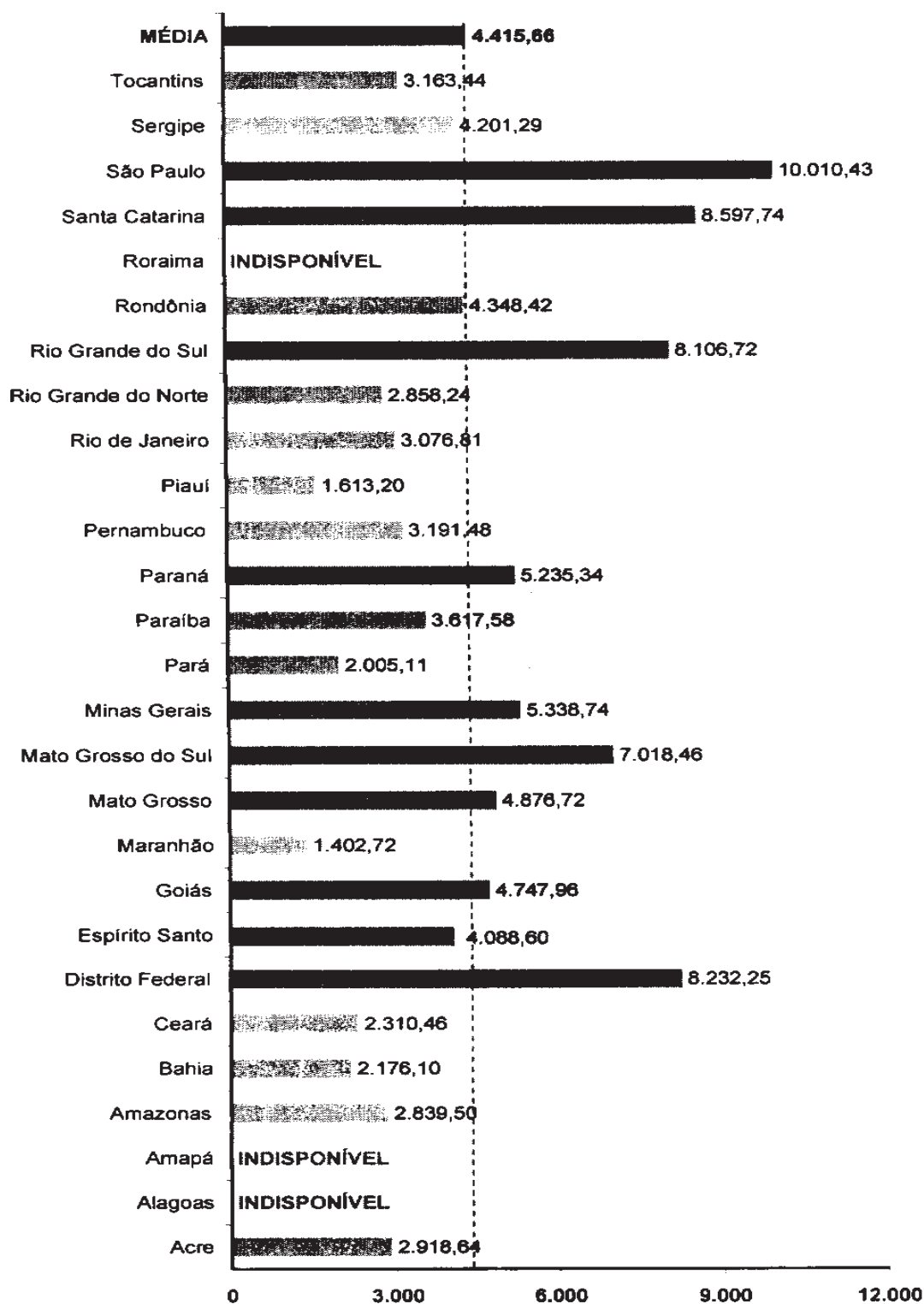
Onde:

 CN_1 ⇒ Casos Novos no 1º grau h_2 ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.1.2. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.1.3. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	CN JE	h2	Ch JE
Acre	26.210	6,30	4.158,15
Alagoas	indisponível	29,81	indisponível
Amapá	38.961	5,47	7.117,46
Amazonas	29.814	31,39	949,88
Bahia	156.478	136,82	1.143,67
Ceará	48.117	79,77	603,23
Distrito Federal	98.023	22,82	4.295,39
Espírito Santo	indisponível	33,52	indisponível
Goiás	86.916	55,08	1.577,93
Maranhão	10.646	60,22	176,80
Mato Grosso	78.590	27,49	2.858,71
Mato Grosso do Sul	47.970	22,31	2.150,44
Minas Gerais	559.807	189,94	2.947,33
Pará	32.842	68,50	479,43
Paraíba	51.685	35,68	1.448,43
Paraná	93.405	101,35	921,57
Pernambuco	109.471	83,24	1.315,14
Piauí	24.062	29,77	808,19
Rio de Janeiro	505.427	152,04	3.324,36
Rio Grande do Norte	67.306	29,62	2.272,23
Rio Grande do Sul	503.565	107,26	4.694,78
Rondônia	40.328	15,62	2.581,68
Roraima	indisponível	3,82	indisponível
Santa Catarina	48.522	57,74	840,33
São Paulo	983.601	398,25	2.469,79
Sergipe	22.506	19,35	1.163,34
Tocantins	16.491	12,63	1.306,07
MÉDIA	153.364	67,25	2.150,18

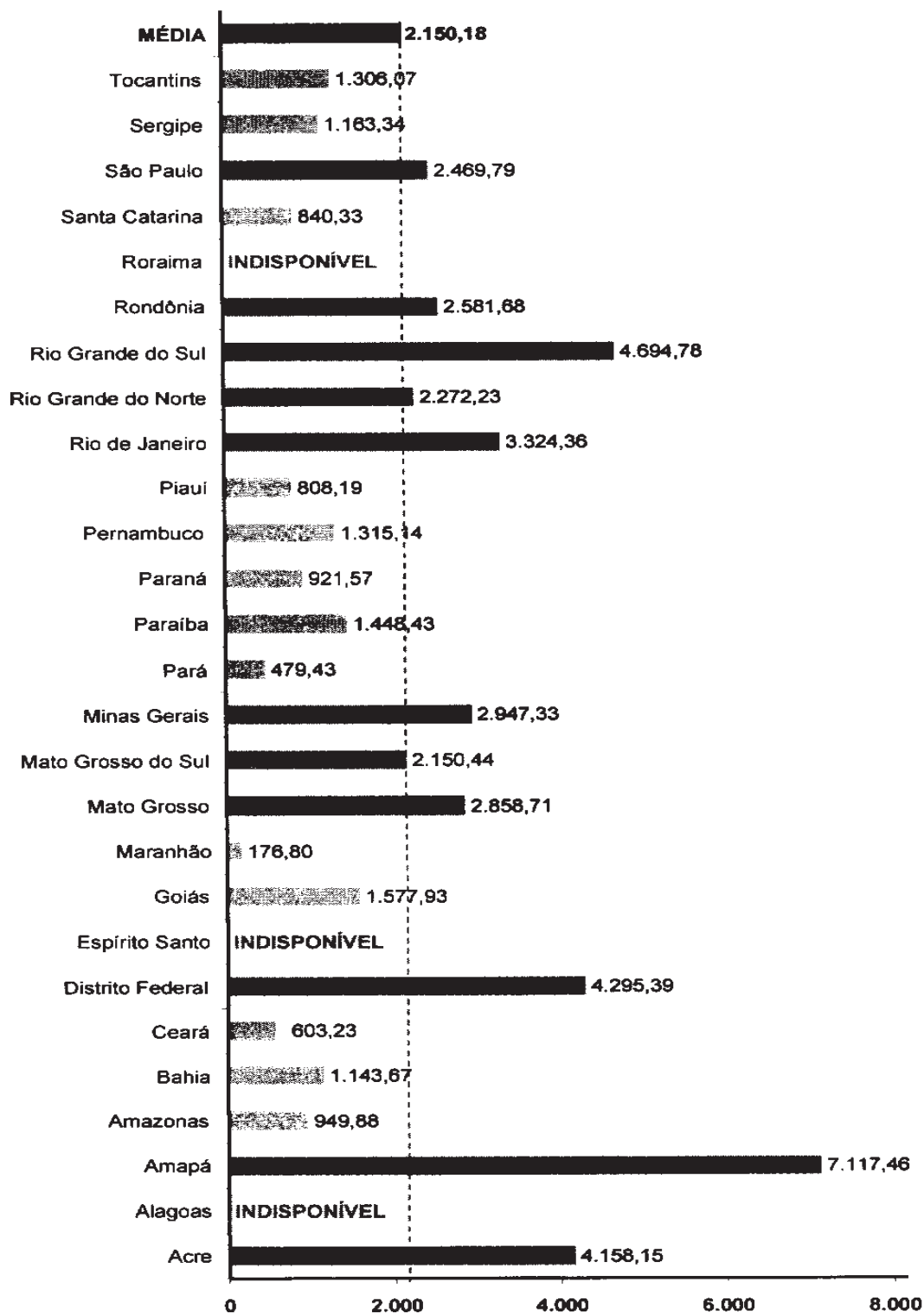
$$C_h JE = \frac{CN_{JE}}{h_2}$$

Onde:

 CN_{JE} ⇒ Casos Novos nos Juizados Especiais h_2 ⇒ Número total de habitantes do Estado dividido por 100.000**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.1.3. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:

UF	CN 2º	Mag 2º	Cm 2º
Acre	1.291	9	143,44
Alagoas	4.312	11	392,00
Amapá	indisponível	9	indisponível
Amazonas	9.340	19	491,58
Bahia	21.042	30	701,40
Ceará	17.159	23	746,04
Distrito Federal	36.774	35	1.050,69
Espírito Santo	14.990	21	713,81
Goiás	26.509	32	828,41
Maranhão	10.209	20	510,45
Mato Grosso	12.753	27	472,33
Mato Grosso do Sul	18.151	25	726,04
Minas Gerais	46.267	117	395,44
Pará	9.050	30	301,67
Paraíba	11.766	19	619,26
Paraná	63.889	119	536,88
Pernambuco	21.196	30	706,53
Piauí	2.883	16	180,19
Rio de Janeiro	91.356	160	570,98
Rio Grande do Norte	4.225	15	281,67
Rio Grande do Sul	224.024	124	1.806,65
Rondônia	8.196	13	630,46
Roraima	indisponível	7	indisponível
Santa Catarina	41.293	40	1.032,33
São Paulo	119.568	132	905,82
Sergipe	8.345	13	641,92
Tocantins	2.536	12	211,33
MÉDIA	25.129	40	574,61

$$C_m 2^\circ = \frac{CN_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Onde:

CN_2 ⇒ Casos Novos no 2º grau

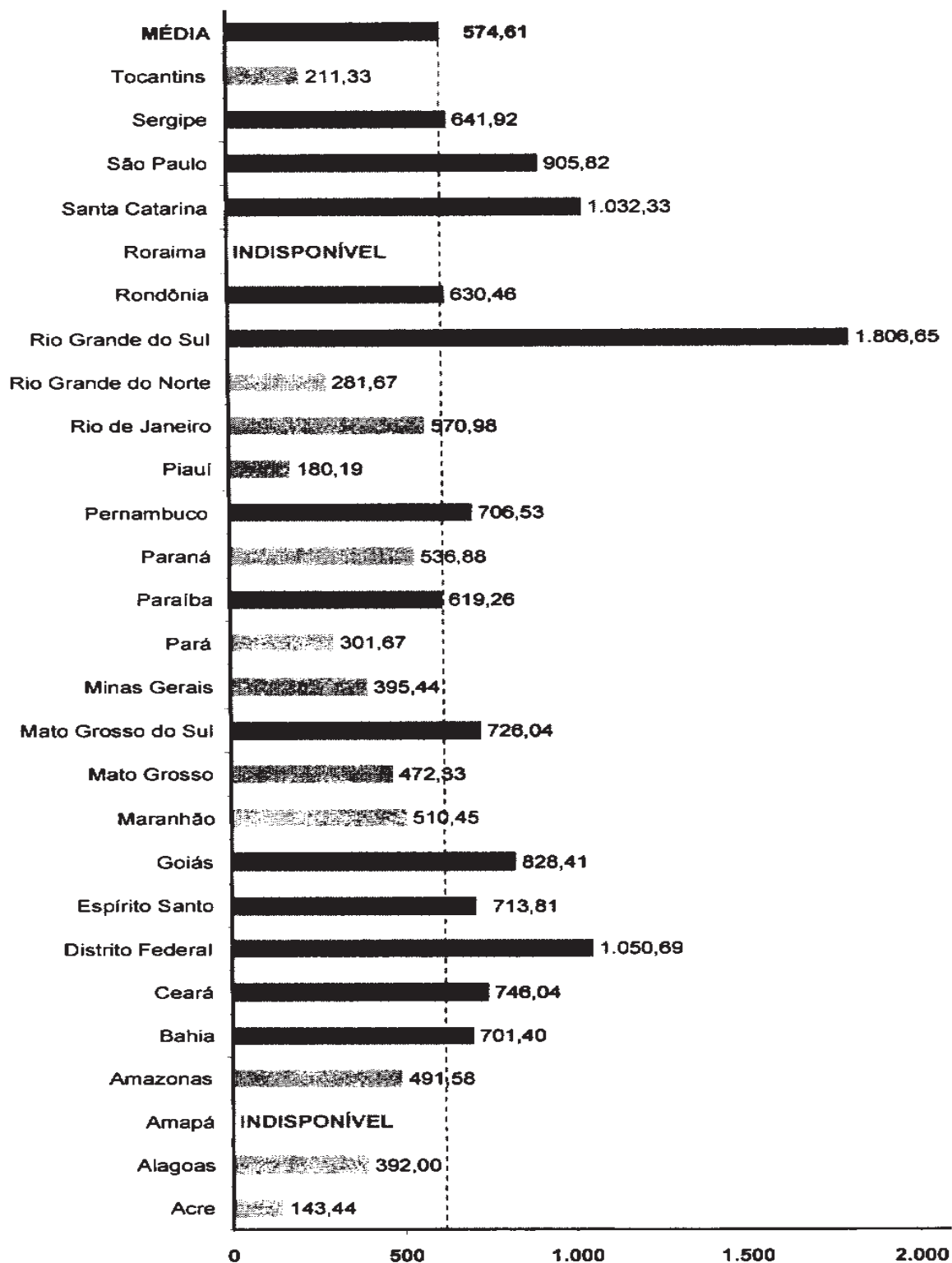
Mag_2 ⇒ Número de Magistrados de 2º grau do Estado

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:

UF	CN 1º	Mag 1º	Cm 1º
Acre	18.397	39	471,72
Alagoas	indisponível	95	indisponível
Amapá	indisponível	52	indisponível
Amazonas	89.124	119	748,94
Bahia	297.736	508	586,09
Ceará	184.295	289	637,70
Distrito Federal	187.864	175	1.073,51
Espírito Santo	137.051	280	489,47
Goiás	261.529	176	1.485,96
Maranhão	84.465	206	410,02
Mato Grosso	134.068	234	572,94
Mato Grosso do Sul	156.561	128	1.223,13
Minas Gerais	1.014.026	667	1.520,28
Pará	137.354	249	551,62
Paraíba	129.088	207	623,61
Paraná	530.622	406	1.306,95
Pernambuco	265.656	353	752,57
Piauí	48.029	127	378,18
Rio de Janeiro	467.790	700	668,27
Rio Grande do Norte	84.664	186	455,18
Rio Grande do Sul	869.532	533	1.631,39
Rondônia	67.926	98	693,12
Roraima	indisponível	26	indisponível
Santa Catarina	496.449	316	1.571,04
São Paulo	3.986.675	1.526	2.612,50
Sergipe	81.278	82	991,20
Tocantins	39.943	76	525,57
MÉDIA	407.088	291	915,87

$$C_m 1^\circ = \frac{CN_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

CN_{1° ⇒ Casos Novos no 1º grau

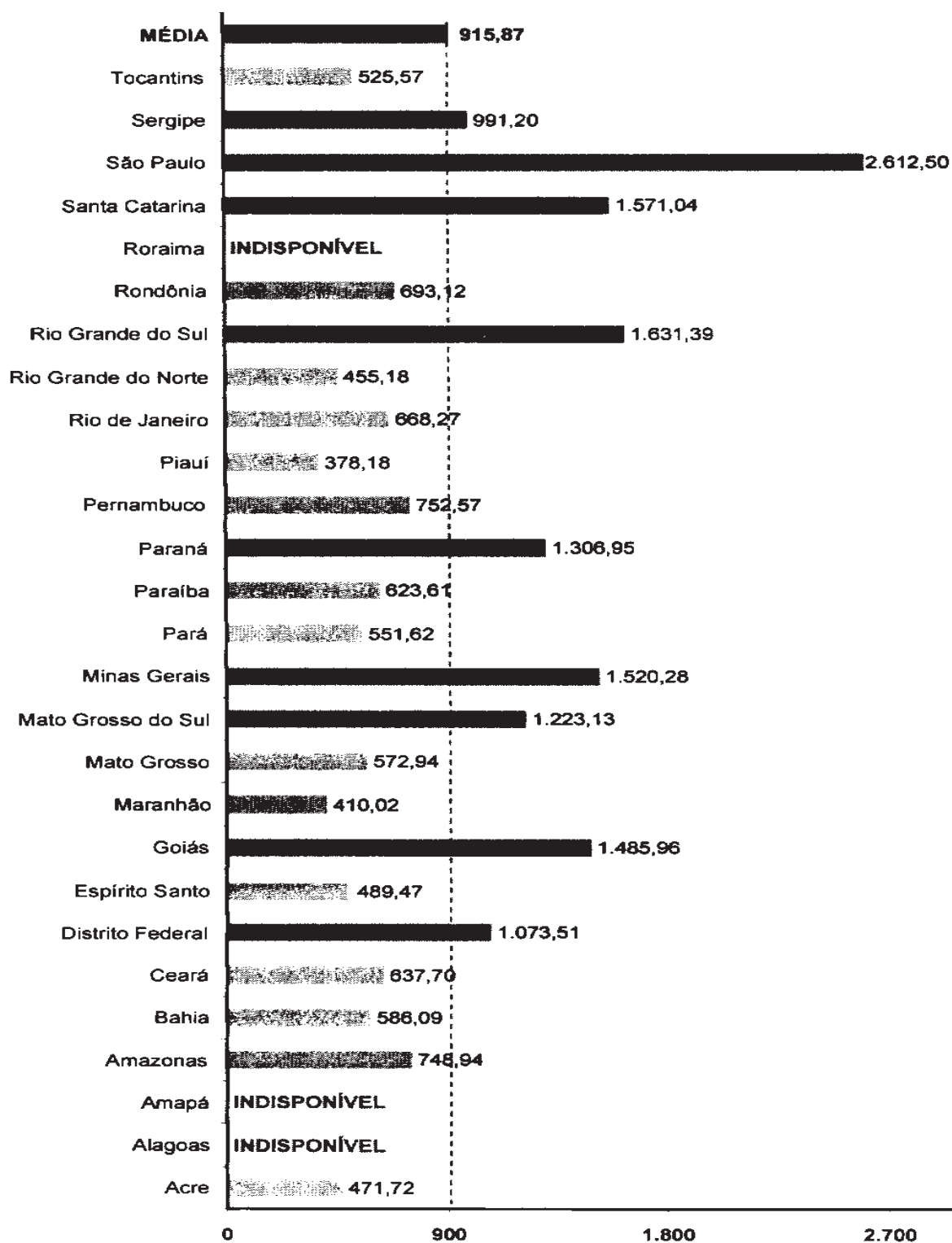
Mag_{1° ⇒ Número de Magistrados de 1º grau do Estado

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça Estadual e do DF de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.2.2. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.2.3. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	CN JE	Mag JE	Cm JE
Acre	26.210	21	1.248,10
Alagoas	indisponível	21	indisponível
Amapá	38.961	3	12.987,00
Amazonas	29.814	37	805,78
Bahia	156.478	0	indisponível
Ceará	48.117	46	1.046,02
Distrito Federal	98.023	43	2.279,60
Espírito Santo	indisponível	50	indisponível
Goiás	86.916	96	905,38
Maranhão	10.646	22	483,91
Mato Grosso	78.590	0	indisponível
Mato Grosso do Sul	47.970	14	3.426,43
Minas Gerais	559.807	129	4.339,59
Pará	32.842	3	10.947,33
Paraíba	51.685	25	2.067,40
Paraná	93.405	53	1.762,36
Pernambuco	109.471	81	1.351,49
Piauí	24.062	17	1.415,41
Rio de Janeiro	505.427	94	5.376,88
Rio Grande do Norte	67.306	30	2.243,53
Rio Grande do Sul	503.565	34	14.810,74
Rondônia	40.328	18	2.240,44
Roraima	indisponível	15	indisponível
Santa Catarina	48.522	11	4.411,09
São Paulo	983.601	35	28.102,89
Sergipe	22.506	13	1.731,23
Tocantins	16.491	30	549,70
MÉDIA	153.364	35	2.093,58

$$C_m JE = \frac{CN_{JE}}{Mag_{JE}}$$

Onde:

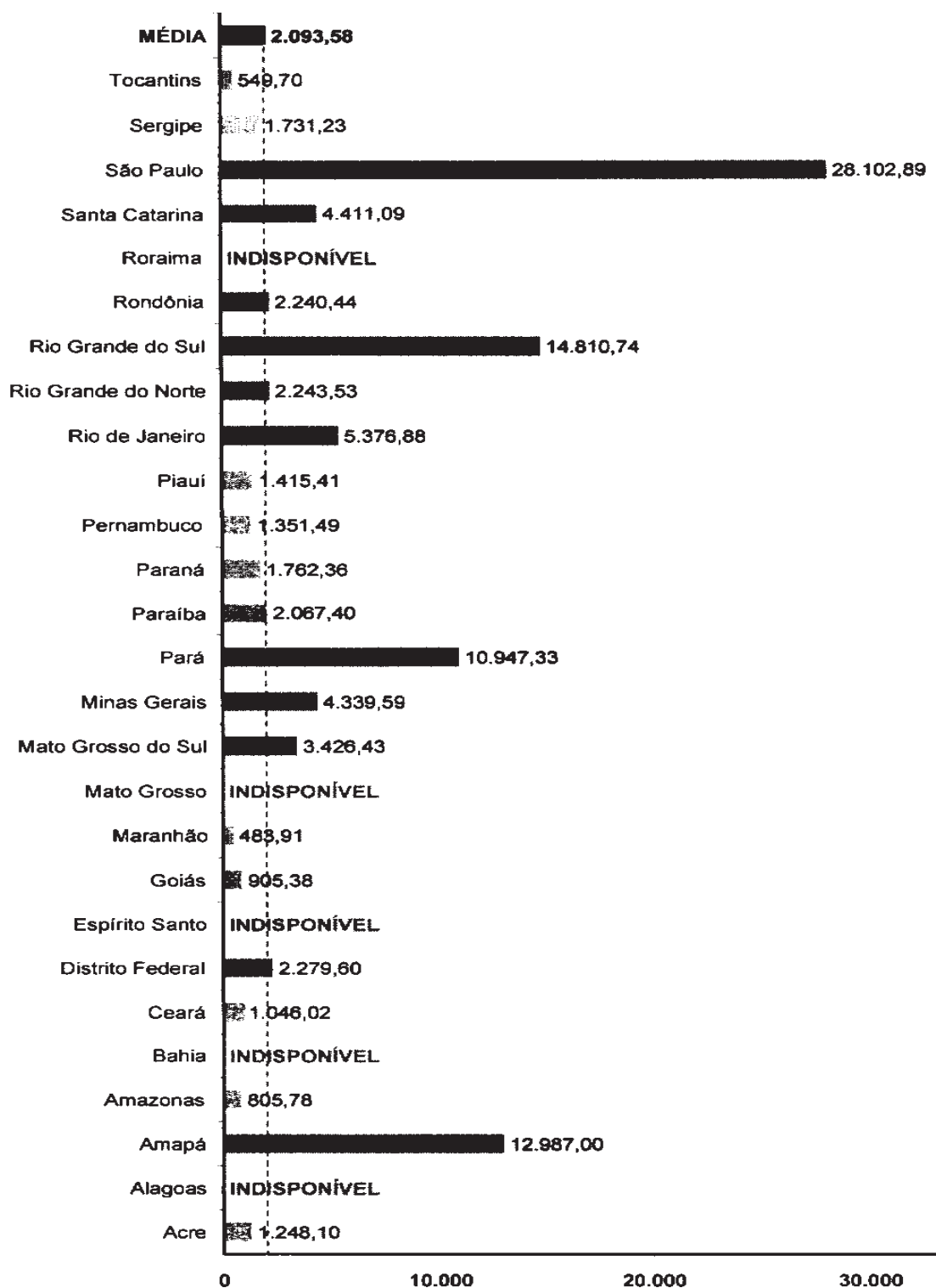
CN_{JE} ⇒ Casos Novos nos Juizados Especiais

Mag_{JE} ⇒ Número de Magistrados de Juizados Especiais do Estado

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os Magistrados que atuam duplamente nos Juizados Especiais e no 1º grau foram computados, exclusivamente, neste último;
3. Foram excluídos da média os valores não disponíveis.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CASOS NOVOS

2.2.3. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.1. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:

UF	CN 2º	Cpj 2º	Mag 2º	K 2º
Acre	1.291	indisponível	9	indisponível
Alagoas	4.312	15.052	11	1.760,36
Amapá	indisponível	indisponível	9	indisponível
Amazonas	9.340	2.833	19	640,68
Bahia	21.042	98.368	30	3.980,33
Ceará	17.159	83.842	23	4.391,35
Distrito Federal	36.774	51.235	35	2.514,54
Espírito Santo	14.990	15.617	21	1.457,48
Goiás	26.509	8.529	32	1.094,94
Maranhão	10.209	2.254	20	623,15
Mato Grosso	12.753	5.800	27	687,15
Mato Grosso do Sul	18.151	7.868	25	1.040,76
Minas Gerais	46.267	94.822	117	1.205,89
Pará	9.050	5.249	30	476,63
Paraíba	11.766	7.332	19	1.005,16
Paraná	63.889	25.001	119	746,97
Pernambuco	21.196	34.825	30	1.867,37
Piauí	2.883	1.289	16	260,75
Rio de Janeiro	91.356	24.424	160	723,63
Rio Grande do Norte	4.225	5.757	15	665,47
Rio Grande do Sul	224.024	66.160	124	2.340,19
Rondônia	8.196	3.210	13	877,38
Roraima	indisponível	indisponível	7	indisponível
Santa Catarina	41.293	32.417	40	1.842,75
São Paulo	119.568	267.701	132	2.933,86
Sergipe	8.345	4.194	13	964,54
Tocantins	2.536	indisponível	12	indisponível
MÉDIA	25.129	37.556	41	1.482,67

$$K_{2^\circ} = \frac{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}{Mag_{2^\circ}}$$

Onde:

CN_{2° ⇒ Casos Novos

Cpj_{2° ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

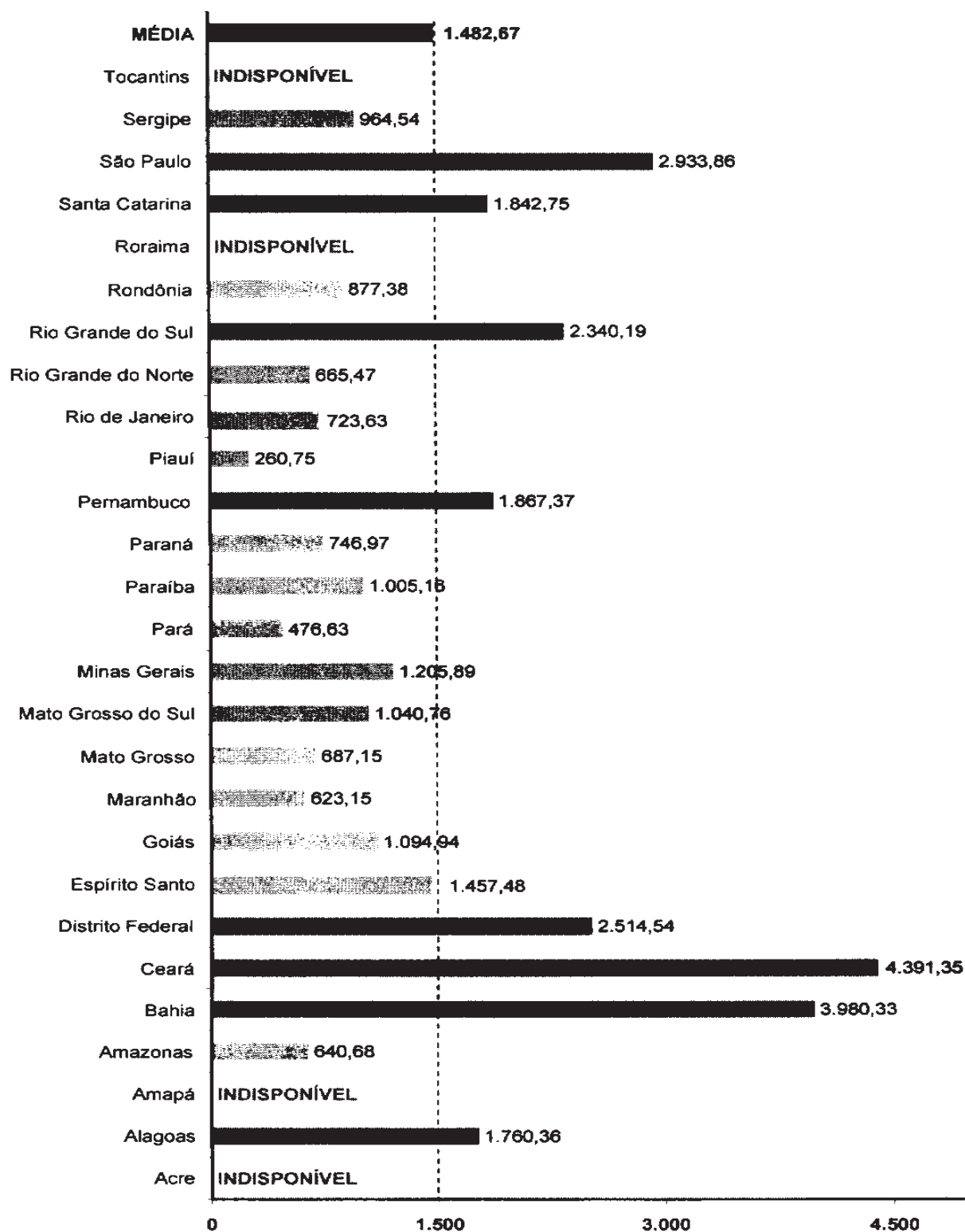
Mag_{2° ⇒ Número de Magistrados de 2º grau do Estado

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau o número de cargos criados até 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.1. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.2. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:

UF	CN 1º	Cpj 1º	Mag 1º	K 1º
Acre	18.397	indisponível	39	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	95	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	52	indisponível
Amazonas	89.124	194.966	119	2.387,31
Bahia	297.736	1.313.571	508	3.171,86
Ceará	184.295	586.715	289	2.667,85
Distrito Federal	187.864	379.425	175	3.241,65
Espírito Santo	137.051	indisponível	280	indisponível
Goiás	261.529	708.567	176	5.511,91
Maranhão	84.465	221.851	206	1.486,97
Mato Grosso	134.068	397.361	234	2.271,06
Mato Grosso do Sul	156.561	390.455	128	4.273,56
Minas Gerais	1.014.026	1.385.736	667	3.597,84
Pará	137.354	348.869	249	1.952,70
Paraíba	129.088	198.165	207	1.580,93
Paraná	530.622	1.512.120	406	5.031,38
Pernambuco	265.656	40.109	353	866,19
Piauí	48.029	149.075	127	1.552,00
Rio de Janeiro	467.790	3.129.197	700	5.138,55
Rio Grande do Norte	84.664	138.741	186	1.201,10
Rio Grande do Sul	869.532	1.782.195	533	4.975,10
Rondônia	67.926	166.412	98	2.391,20
Roraima	indisponível	indisponível	26	indisponível
Santa Catarina	496.449	1.320.149	316	5.748,73
São Paulo	3.986.675	10.242.524	1.526	9.324,51
Sergipe	81.278	65.246	82	1.786,88
Tocantins	39.943	indisponível	76	indisponível
MÉDIA	407.088	1.174.831	291	3.041,74

$$K_{1^\circ} = \frac{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}{Mag_{1^\circ}}$$

Onde:

CN_{1° ⇒ Casos Novos

Cpj_{1° ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

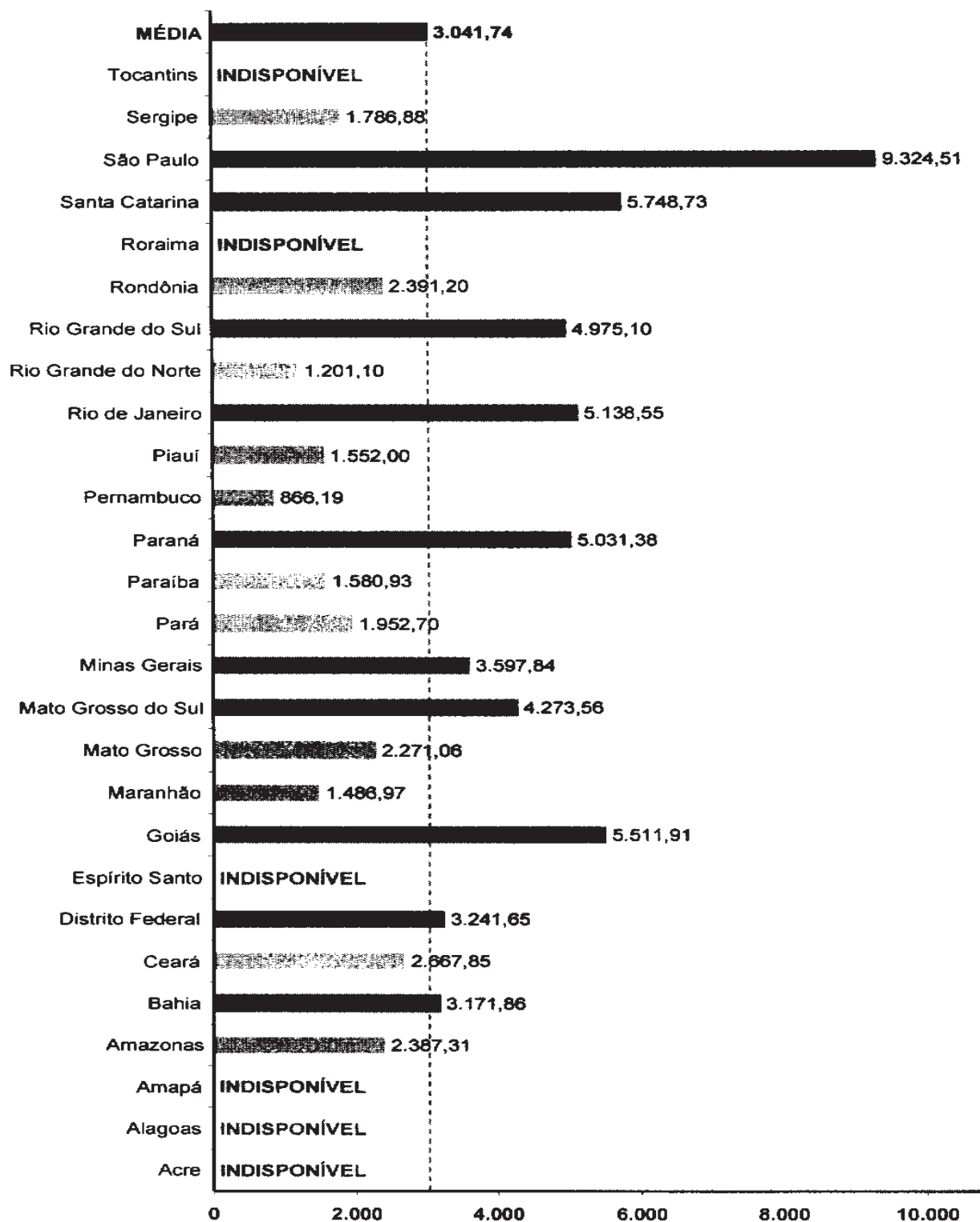
Mag_{1° ⇒ Número de Magistrados de 1º grau do Estado

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados em atividade na Justiça Estadual e do DF de 1º grau o número de cargos providos em 31/12/2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.2. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.3. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	CN JE	Cpj JE	Mag JE	K JE
Acre	26.210	1.906	21	1.338,86
Alagoas	indisponível	indisponível	21	indisponível
Amapá	38.961	13.934	3	17.631,67
Amazonas	29.814	1.839	37	855,49
Bahia	156.478	378.615	0	indisponível
Ceará	48.117	21.192	46	1.506,72
Distrito Federal	98.023	44.390	43	3.311,93
Espírito Santo	indisponível	indisponível	50	indisponível
Goiás	86.916	82.571	96	1.765,49
Maranhão	10.646	34.389	22	2.047,05
Mato Grosso	78.590	69.790	0	indisponível
Mato Grosso do Sul	47.970	68.976	14	8.353,29
Minas Gerais	559.807	373.988	129	7.238,72
Pará	32.842	53.339	3	28.727,00
Paraíba	51.685	27.231	25	3.156,64
Paraná	93.405	123.459	53	4.091,77
Pernambuco	109.471	43.484	81	1.888,33
Piauí	24.062	9.993	17	2.003,24
Rio de Janeiro	505.427	567.974	94	11.419,16
Rio Grande do Norte	67.306	12.155	30	2.648,70
Rio Grande do Sul	503.565	241.462	34	21.912,56
Rondônia	40.328	8.787	18	2.728,61
Roraima	indisponível	indisponível	15	indisponível
Santa Catarina	48.522	90.179	11	12.609,18
São Paulo	983.601	974.584	35	55.948,14
Sergipe	22.506	10.382	13	2.529,85
Tocantins	16.491	20.584	30	1.235,83
MÉDIA	153.364	136.467	35	3.929,38

$$K_{JE} = \frac{CN_{JE} + Cpj_{JE}}{Mag_{JE}}$$

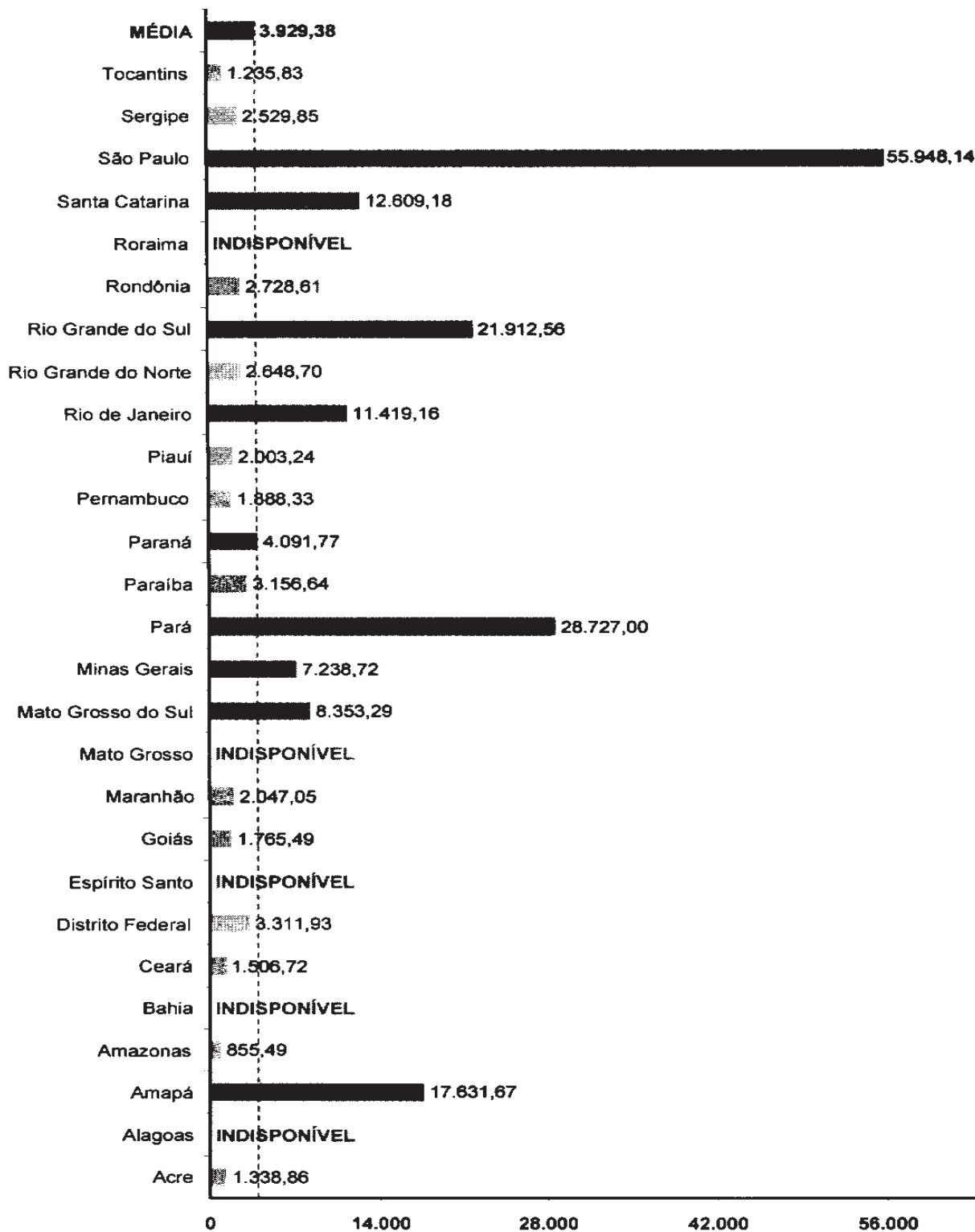
Onde:

 CN_{JE} ⇒ Casos Novos Cpj_{JE} ⇒ Casos Pendentes de Julgamento Mag_{JE} ⇒ Número de Magistrados de Juizados Especiais do Estado**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação nos Juizados Especiais em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Os Magistrados que atuam duplamente nos Juizados Especiais e no 1º grau foram computados, exclusivamente, neste último.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CARGA DE TRABALHO

2.4.3. CARGA DE TRABALHO DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:

UF	Sent 2º	CN 2º	Cpj 2º	Γ 2º
Acre	indisponível	1.291	indisponível	indisponível
Alagoas	3.023	4.312	15.052	84,39%
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	7.315	9.340	2.833	39,91%
Bahia	12.639	21.042	98.368	89,42%
Ceará	6.508	17.159	83.842	93,56%
Distrito Federal	28.332	36.774	51.235	67,81%
Espírito Santo	10.952	14.990	15.617	64,22%
Goiás	31.728	26.509	8.529	9,45%
Maranhão	4.546	10.209	2.254	63,52%
Mato Grosso	12.562	12.753	5.800	32,29%
Mato Grosso do Sul	22.190	18.151	7.868	14,72%
Minas Gerais	43.730	46.267	94.822	69,01%
Pará	4.318	9.050	5.249	69,80%
Paraíba	11.883	11.766	7.332	37,78%
Paraná	63.072	63.889	25.001	29,04%
Pernambuco	10.186	21.196	34.825	81,82%
Piauí	2.677	2.883	1.289	35,83%
Rio de Janeiro	86.842	91.356	24.424	24,99%
Rio Grande do Norte	3.897	4.225	5.757	60,96%
Rio Grande do Sul	235.676	224.024	66.160	18,78%
Rondônia	6.739	8.196	3.210	40,92%
Roraima	indisponível	indisponível	Indisponível	indisponível
Santa Catarina	35.572	41.293	32.417	51,74%
São Paulo	93.620	119.568	267.701	75,83%
Sergipe	7.010	8.345	4.194	44,09%
Tocantins	1.344	2.536	indisponível	indisponível
MÉDIA	22.204	25.129	37.556	52,17%

$$\Gamma_{2^\circ} = 1 - \frac{Sent_{2^\circ}}{CN_{2^\circ} + Cpj_{2^\circ}}$$

Onde:

$CN_2 \Rightarrow$ Casos Novos

$Cpj_2 \Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento

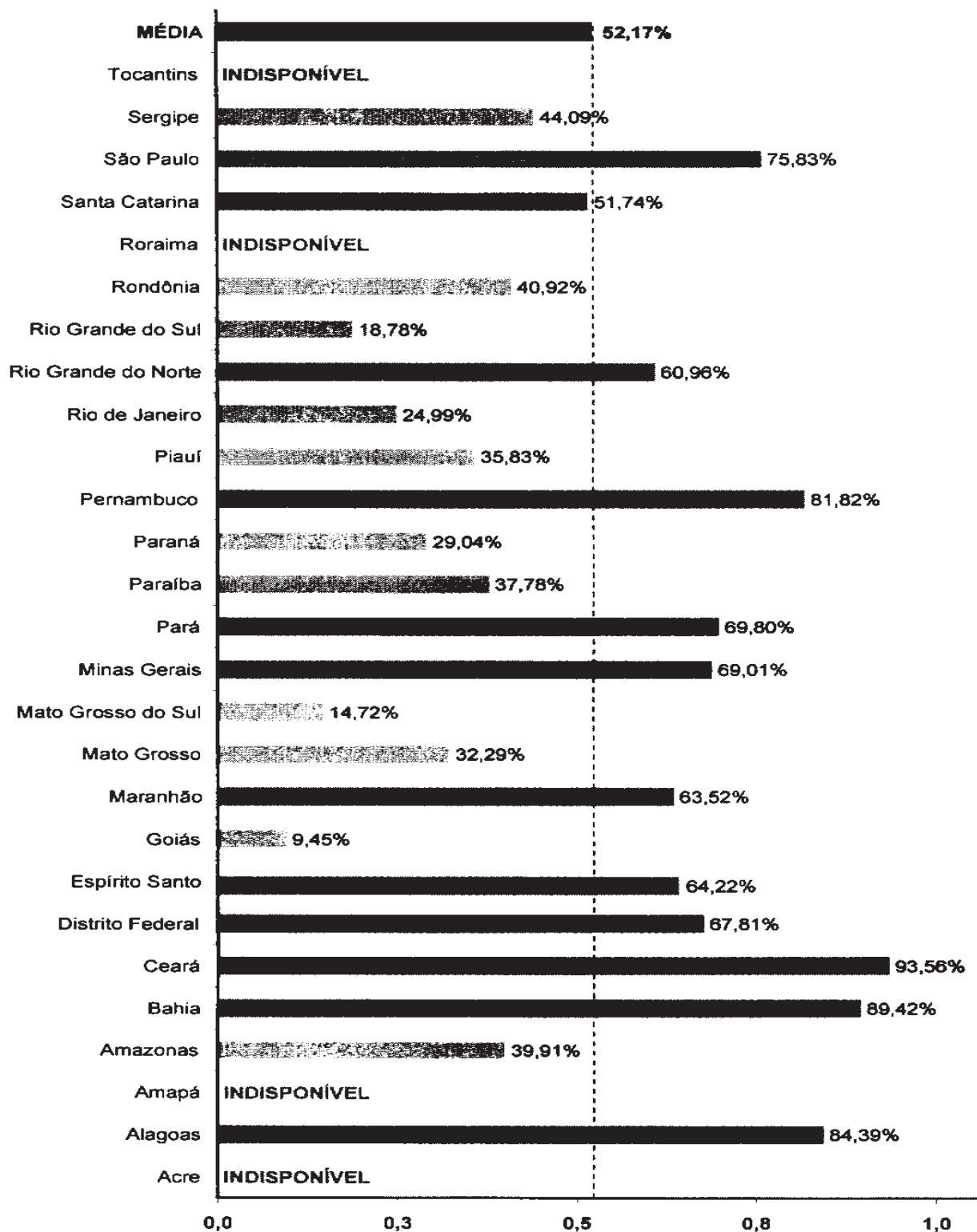
$Sent_2 \Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual e do DF de 2º grau, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (*Sent*) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.2. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:

UF	Sent 1º	CN 1º	Cpj 1º	Γ 1º
Acre	indisponível	18.397	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	40.990	89.124	194.966	85,57%
Bahia	206.605	297.736	1.313.571	87,18%
Ceará	57.748	184.295	586.715	92,51%
Distrito Federal	199.433	187.864	379.425	64,84%
Espírito Santo	142.813	137.051	indisponível	indisponível
Goiás	160.408	261.529	708.567	83,46%
Maranhão	54.770	84.465	221.851	82,12%
Mato Grosso	87.841	134.068	397.361	83,47%
Mato Grosso do Sul	98.972	156.561	390.455	81,91%
Minas Gerais	612.039	1.014.026	1.385.736	74,50%
Pará	38.014	137.354	348.869	92,18%
Paraíba	87.078	129.088	198.165	73,39%
Paraná	293.513	530.622	1.512.120	85,63%
Pernambuco	849.077	265.656	40.109	indisponível
Plauí	57.488	48.029	149.075	70,83%
Rio de Janeiro	343.758	467.790	3.129.197	90,44%
Rio Grande do Norte	30.338	84.664	138.741	86,42%
Rio Grande do Sul	667.354	869.532	1.782.195	74,83%
Rondônia	55.370	67.926	166.412	76,37%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	238.494	496.449	1.320.149	86,87%
São Paulo	2.026.087	3.986.675	10.242.524	85,76%
Sergipe	70.482	81.278	65.246	51,90%
Tocantins	32.519	39.943	indisponível	indisponível
MÉDIA	259.967	407.088	1.174.831	80,51%

$$\Gamma_{1^\circ} = 1 - \frac{Sent_{1^\circ}}{CN_{1^\circ} + Cpj_{1^\circ}}$$

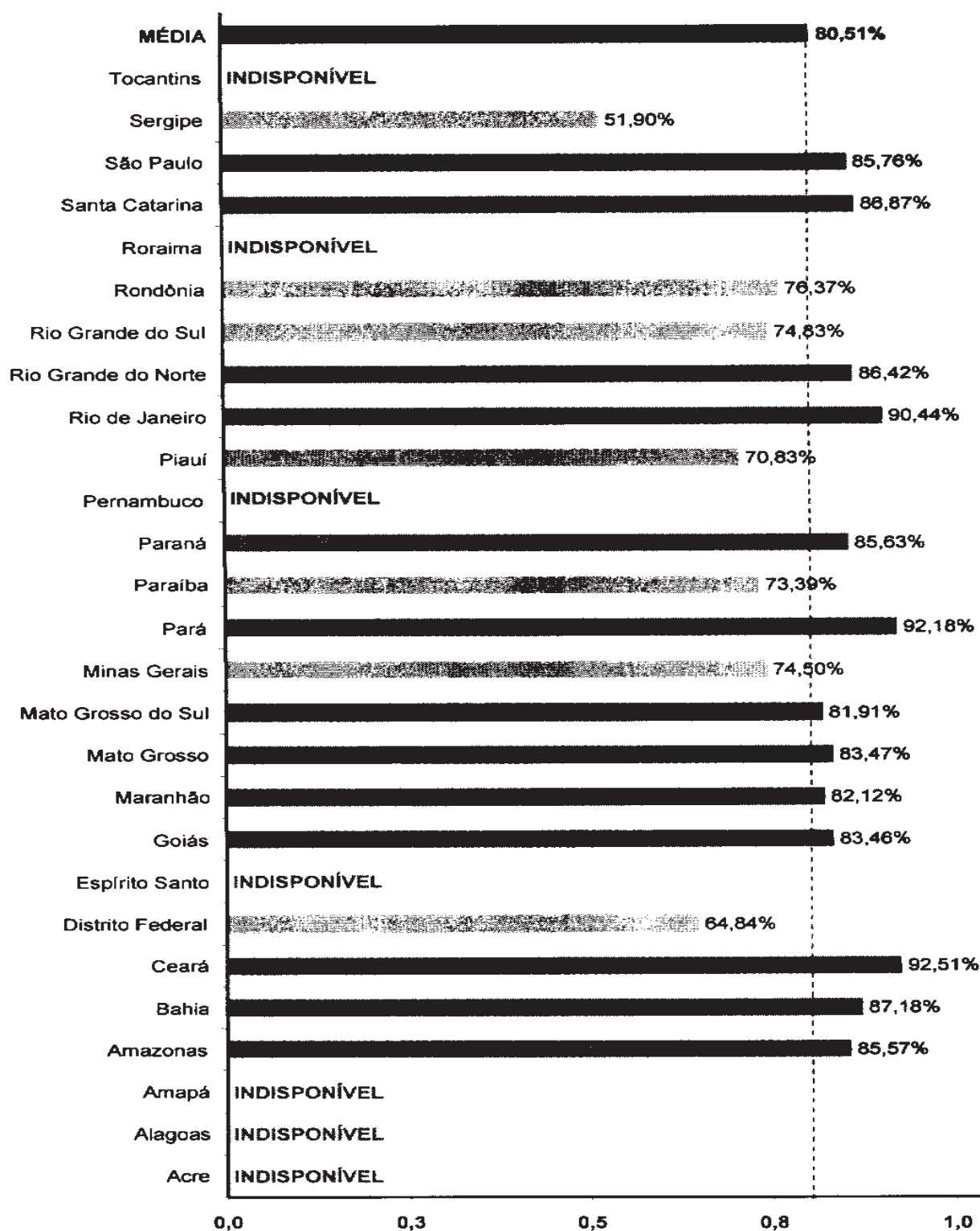
Onde:

 $CN_{1^\circ} \Rightarrow$ Casos Novos $Cpj_{1^\circ} \Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento $Sent_{1^\circ} \Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos ingressados/protocolizados na Justiça Estadual e do DF de 1º grau, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais e RPV's (Requisições de Pequeno Valor), e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual e do DF de 1º grau, em 31/12/2003, excluídos os enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (*Sent*) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.2. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.5.3. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	Sent JE	CN JE	Cpj JE	Γ JE
Acre	26.458	26.210	1.906	5,90%
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	29.071	38.961	13.934	45,04%
Amazonas	20.270	29.814	1.839	35,96%
Bahia	129.372	156.478	378.615	75,82%
Ceará	10.035	48.117	21.192	85,52%
Distrito Federal	105.888	98.023	44.390	25,65%
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	166.252	86.916	82.571	1,91%
Maranhão	20.744	10.646	34.389	53,94%
Mato Grosso	60.125	78.590	69.790	59,48%
Mato Grosso do Sul	84.105	47.970	68.976	28,08%
Minas Gerais	475.368	559.807	373.988	49,09%
Pará	13.957	32.842	53.339	83,81%
Paraíba	50.964	51.685	27.231	35,42%
Paraná	201.734	93.405	123.459	6,98%
Pernambuco	98.778	109.471	43.484	35,42%
Piauí	19.370	24.062	9.993	43,12%
Rio de Janeiro	476.721	505.427	567.974	55,59%
Rio Grande do Norte	58.857	67.306	12.155	25,93%
Rio Grande do Sul	509.629	503.565	241.462	31,60%
Rondônia	19.836	40.328	8.787	59,61%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	76.422	48.522	90.179	44,90%
São Paulo	495.658	983.601	974.584	74,69%
Sergipe	22.924	22.506	10.382	30,30%
Tocantins	9.095	16.491	20.584	75,47%
MÉDIA	131.104	153.364	136.467	50,21%

$$\Gamma_{JE} = 1 - \frac{Sent_{JE}}{CN_{JE} + Cpj_{JE}}$$

Onde:

$CN_{JE} \Rightarrow$ Casos Novos

$Cpj_{JE} \Rightarrow$ Casos Pendentes de Julgamento

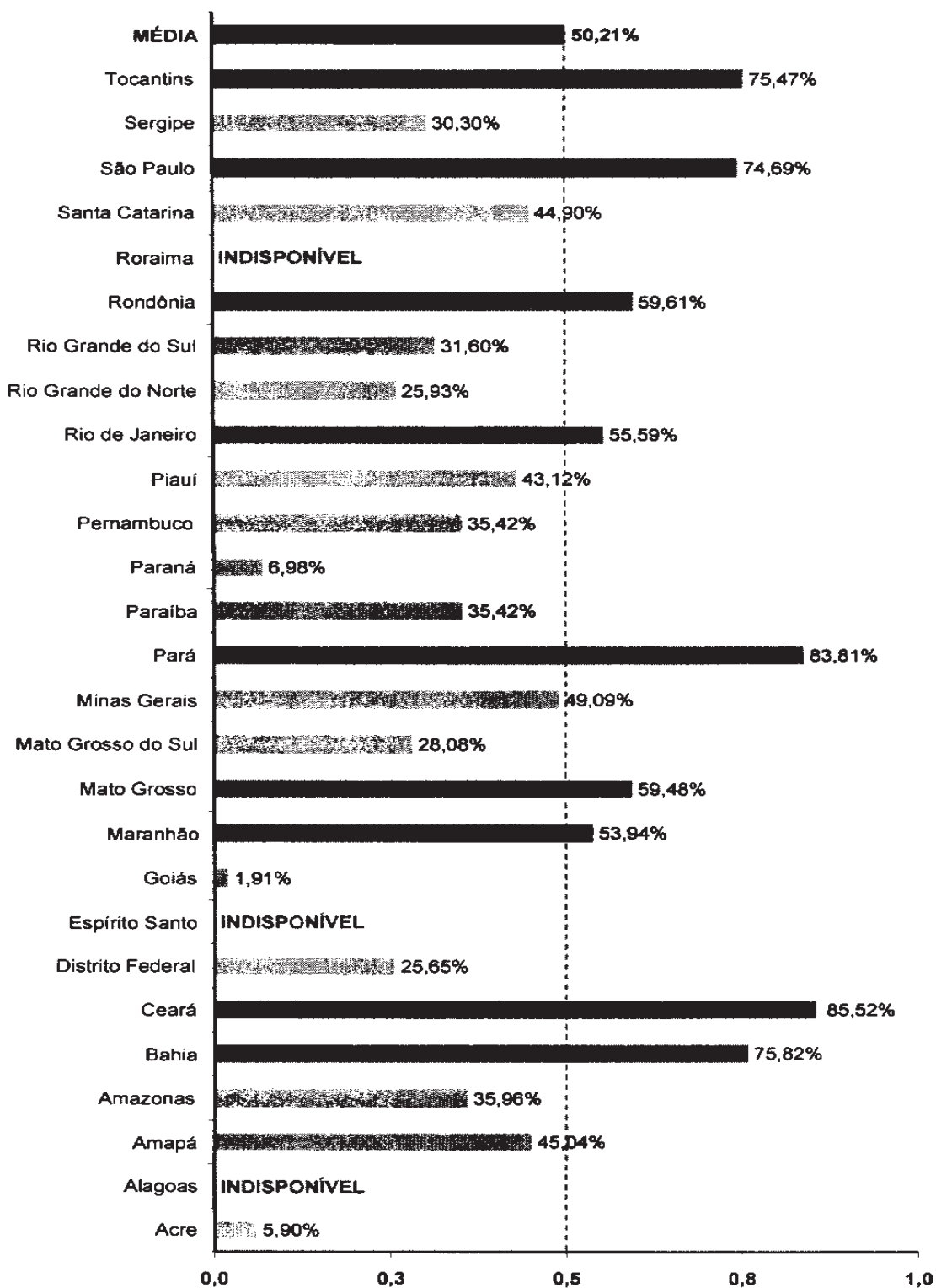
$Sent_{JE} \Rightarrow$ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados e protocolizados nos Juizados Especiais, no ano de 2004, excluídas as Execuções de Sentença Judicial;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação nos Juizados Especiais em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença ($Sent$) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – CONGESTIONAMENTO

2.5.3. TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA ESTADUAL NO 2º GRAU:

UF	Rsup 2º	Pj 2º	τ_{2°
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	3.023	indisponível
Amapá	21	indisponível	indisponível
Amazonas	917	7.315	12,54%
Bahia	470	12.639	3,72%
Ceará	1.548	6.508	23,79%
Distrito Federal	3.405	28.332	12,02%
Espírito Santo	indisponível	10.952	indisponível
Goiás	6.482	31.728	20,43%
Maranhão	552	4.546	12,14%
Mato Grosso	indisponível	12.562	indisponível
Mato Grosso do Sul	3.646	22.190	16,43%
Minas Gerais	6.696	43.730	15,31%
Pará	588	4.318	13,62%
Paraíba	1.207	11.883	10,16%
Paraná	indisponível	63.072	indisponível
Pernambuco	970	10.186	9,52%
Piauí	406	2.677	15,17%
Rio de Janeiro	42.410	86.842	48,84%
Rio Grande do Norte	340	3.897	8,72%
Rio Grande do Sul	27.008	235.676	11,46%
Rondônia	811	6.739	12,03%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	2.562	35.572	7,20%
São Paulo	11.541	93.620	12,33%
Sergipe	1.547	7.010	22,07%
Tocantins	indisponível	1.344	indisponível
MÉDIA	5.656	19.266	13,26%

$$\tau_{2^\circ} = \frac{Rsup_{2^\circ}}{Pj_{2^\circ}}$$

Onde:

$Rsup_{2^\circ}$ $\Rightarrow$ Recursos à Instância Superior

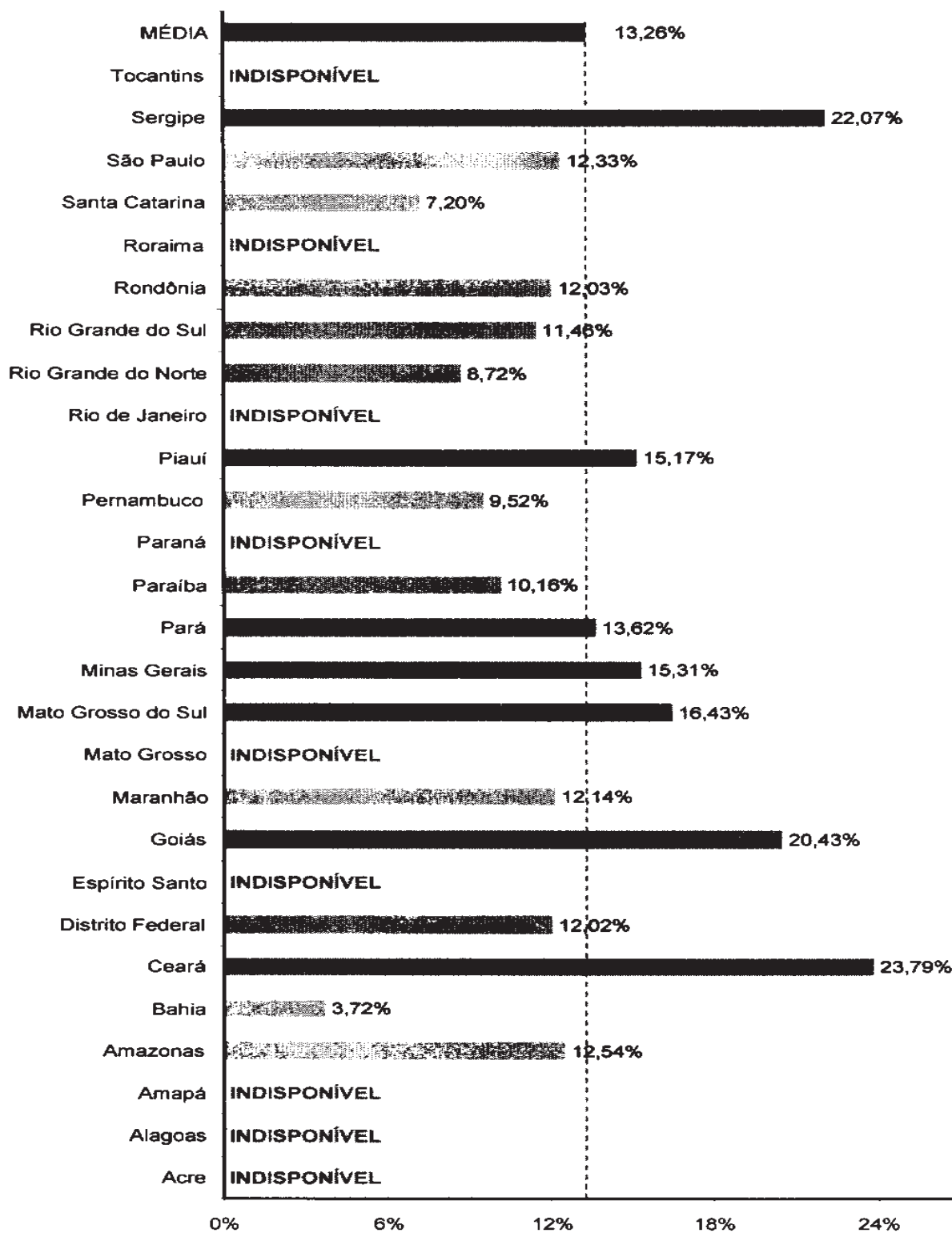
Pj_{2° $\Rightarrow$ Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, *Habeas Corpus* e Reclamação;
2. Consideram-se decisões judiciais no 2º grau, os acórdãos publicados em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA ESTADUAL NO 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA ESTADUAL NO 1º GRAU:

UF	Rsup 1º	Pj 1º	τ 1º
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	2.717	40.990	6,63%
Bahia	10.888	206.605	5,27%
Ceará	12.609	57.748	21,83%
Distrito Federal	2.380	199.433	1,19%
Espírito Santo	indisponível	142.813	indisponível
Goiás	19.477	160.408	12,14%
Maranhão	4.051	54.770	7,40%
Mato Grosso	indisponível	87.841	indisponível
Mato Grosso do Sul	8.528	98.972	8,62%
Minas Gerais	indisponível	612.039	indisponível
Pará	3.022	38.014	7,95%
Paraíba	7.188	87.078	8,25%
Paraná	47.764	293.513	16,27%
Pernambuco	2.423	849.077	0,29%
Piauí	1.908	57.488	3,32%
Rio de Janeiro	indisponível	343.758	indisponível
Rio Grande do Norte	3.628	30.338	11,96%
Rio Grande do Sul	165.238	667.354	24,76%
Rondônia	5.677	55.370	10,25%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	32.796	238.494	13,75%
São Paulo	90.394	2.026.087	4,46%
Sergipe	5.325	70.482	7,56%
Tocantins	1.485	32.519	4,57%
MÉDIA	22.500	286.744	9,29%

$$\tau_{1^\circ} = \frac{R_{sup_{1^\circ}}}{P_{j_{1^\circ}}}$$

Onde:

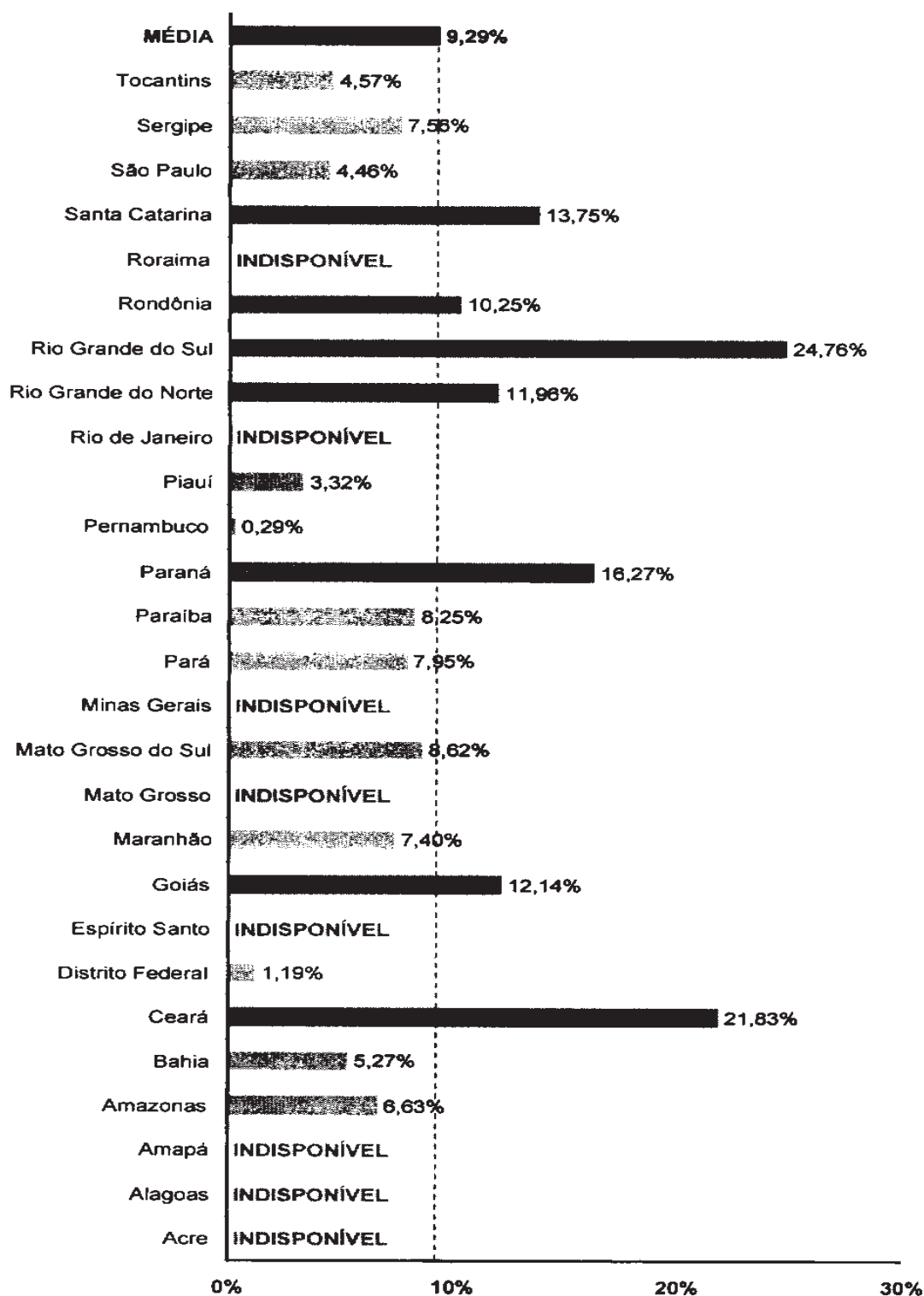
$R_{sup_{1^\circ}}$ ⇒ Recursos à Instância Superior
 $P_{j_{1^\circ}}$ ⇒ Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, *Habeas Corpus* e Reclamação.
2. Foram também computadas as remessas necessárias quando desacompanhadas de recurso voluntário;
3. Consideram-se decisões judiciais de 1º grau, as sentenças e as decisões interlocutórias publicadas em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.6.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DA JUSTIÇA ESTADUAL NO 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.6.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	Rsup JE	PJ JE	τ JE
Acre	373	25.974	1,44%
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	28.727	indisponível
Amazonas	607	19.781	3,07%
Bahia	7.270	116.417	6,24%
Ceará	1.129	6.694	16,87%
Distrito Federal	2.165	104.215	2,08%
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	907	164.429	0,55%
Maranhão	2.965	17.971	16,50%
Mato Grosso	indisponível	60.125	indisponível
Mato Grosso do Sul	2.994	81.677	3,67%
Minas Gerais	indisponível	465.011	indisponível
Pará	678	13.957	4,86%
Paraíba	2.315	48.128	4,81%
Paraná	indisponível	198.345	indisponível
Pernambuco	2.663	94.670	2,81%
Piauí	329	19.364	1,70%
Rio de Janeiro	49.572	416.616	11,90%
Rio Grande do Norte	1.273	58.857	2,16%
Rio Grande do Sul	35.360	446.319	7,92%
Rondônia	447	19.326	2,31%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	2.545	73.564	3,46%
São Paulo	23.056	464.868	4,96%
Sergipe	indisponível	22.924	indisponível
Tocantins	indisponível	9.095	indisponível
MÉDIA	7.972	124.044	4,73%

$$\tau_{JE} = \frac{R_{sup_{JE}}}{P_{j_{JE}}}$$

Onde:

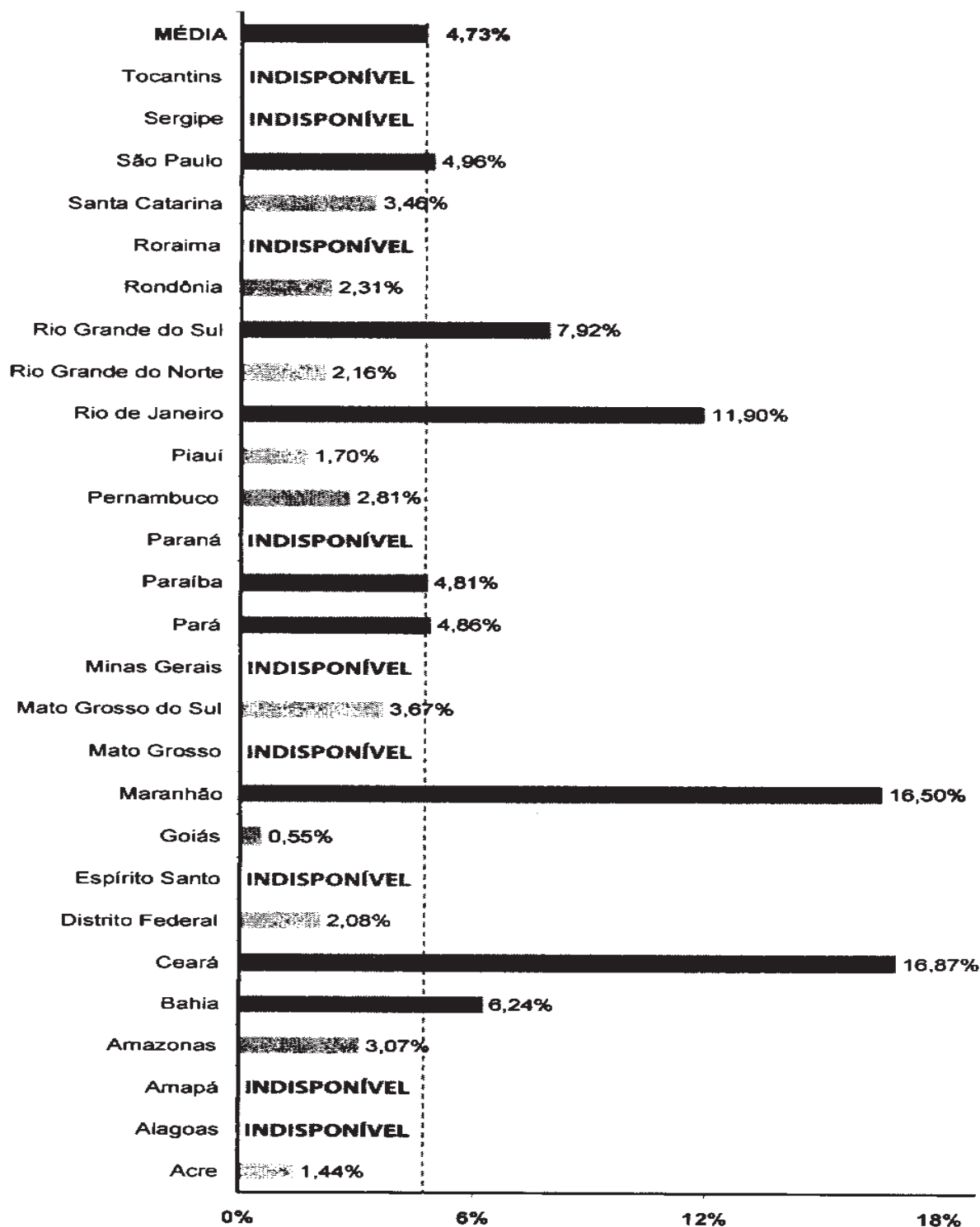
 $R_{sup_{JE}} \Rightarrow$ Recursos à Instância Superior $P_{j_{JE}} \Rightarrow$ Processos Julgados

Metodologia:

1. Consideram-se recursos todas as formas de impugnação de decisões judiciais, ordinárias e extraordinárias, tais como Agravo de Instrumento e outros, inclusive Mandado de Segurança, Suspensão de Segurança, Habeas Corpus e Reclamação;
2. Consideram-se decisões judiciais nos Juizados Especiais, as sentenças e acórdãos recursais publicados em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.6.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 2º GRAU:

UF	Rint 2º	D 2º	$\tau_{int\ 2^\circ}$
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	3.023	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	1.024	6.519	15,71%
Bahia	7.040	11.056	63,68%
Ceará	1.125	5.954	18,89%
Distrito Federal	7.260	25.892	28,04%
Espírito Santo	indisponível	10.952	indisponível
Goiás	4.060	28.168	14,41%
Maranhão	270	3.817	7,07%
Mato Grosso	1.185	12.562	9,43%
Mato Grosso do Sul	5.176	3.861	134,06%
Minas Gerais	indisponível	43.730	indisponível
Pará	588	4.318	13,62%
Paraíba	388	10.437	3,72%
Paraná	10.357	53.037	19,53%
Pernambuco	1.947	10.186	19,11%
Piauí	164	2.236	7,33%
Rio de Janeiro	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Norte	87	2.867	3,03%
Rio Grande do Sul	45.215	191.326	23,63%
Rondônia	647	6.164	10,50%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	4.305	31.466	13,68%
São Paulo	11.503	82.840	13,89%
Sergipe	1.229	5.849	21,01%
Tocantins	360	1.344	26,79%
MÉDIA	5.197	24.244	14,97%

$$\tau_{int\ 2^\circ} = \frac{R_{int\ 2^\circ}}{D_{2^\circ}}$$

Onde:

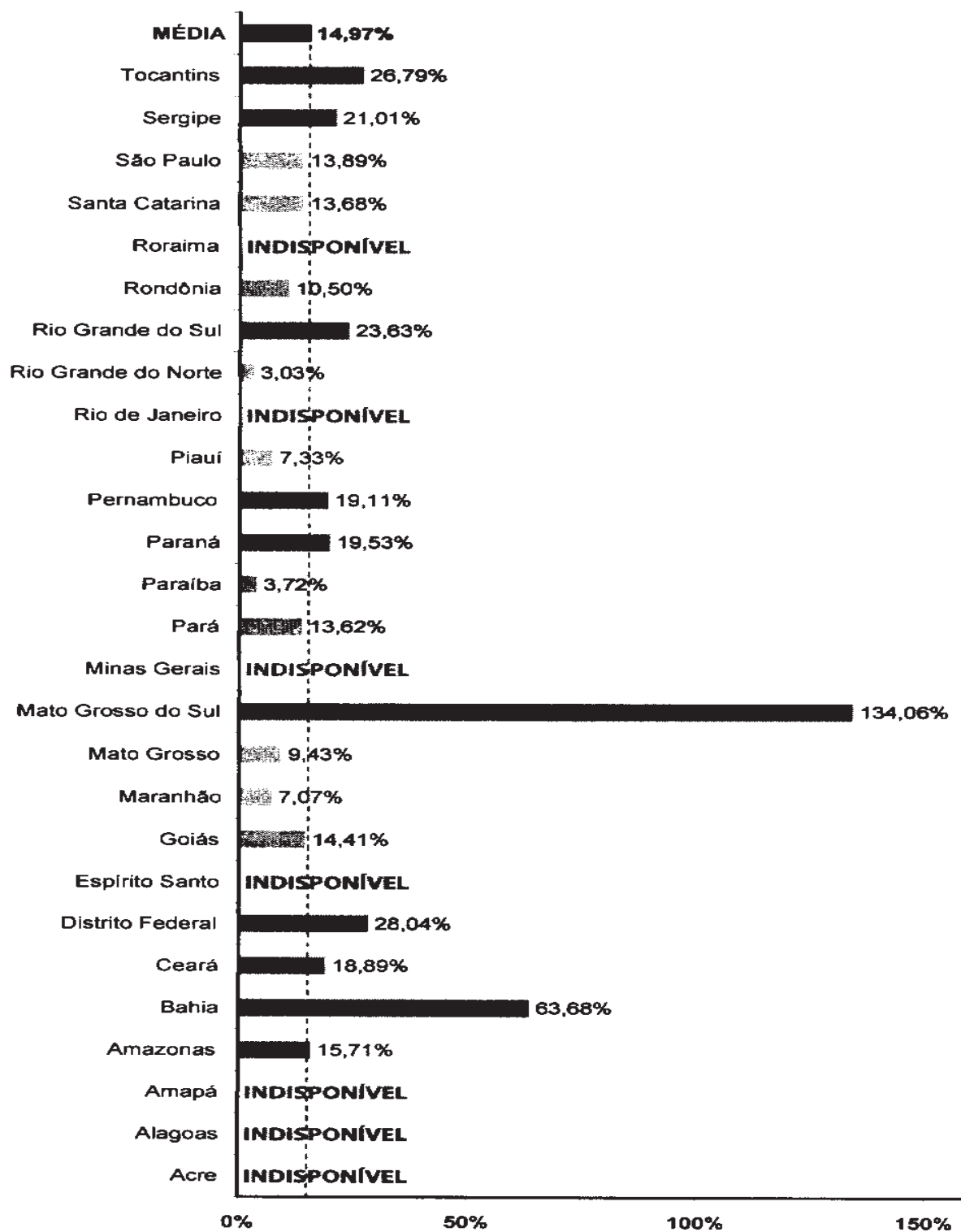
 $R_{int\ 2^\circ}$ ⇒ Recursos internos D_{2° ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

- Foram considerados Recursos Internos (R_{int}) aqueles interpostos para julgamento no mesmo grau de Jurisdição, tais como: Embargos de Declaração, Agravos Internos (Regimentais ou Legais), Embargos Infringentes.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 1º GRAU:

UF	Rint 1º	D 1º	$\tau_{int 1^\circ}$
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	4.953	40.990	12,08%
Bahia	112	206.605	0,05%
Ceará	3.460	55.795	6,20%
Distrito Federal	indisponível	199.433	indisponível
Espírito Santo	indisponível	142.813	indisponível
Goiás	indisponível	160.408	indisponível
Maranhão	indisponível	54.770	indisponível
Mato Grosso	indisponível	87.841	indisponível
Mato Grosso do Sul	indisponível	98.972	indisponível
Minas Gerais	10.532	601.507	1,75%
Pará	1.022	38.014	2,69%
Paraíba	173	86.905	0,20%
Paraná	indisponível	293.513	indisponível
Pernambuco	762	849.077	0,09%
Piauí	6	29.295	0,02%
Rio de Janeiro	indisponível	343.758	indisponível
Rio Grande do Norte	3.628	30.338	11,96%
Rio Grande do Sul	indisponível	667.354	indisponível
Rondônia	244	55.115	0,44%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	4.241	237.237	1,79%
São Paulo	indisponível	2.026.087	indisponível
Sergipe	indisponível	70.482	indisponível
Tocantins	indisponível	32.519	indisponível
MÉDIA	2.648	284.819	1,47%

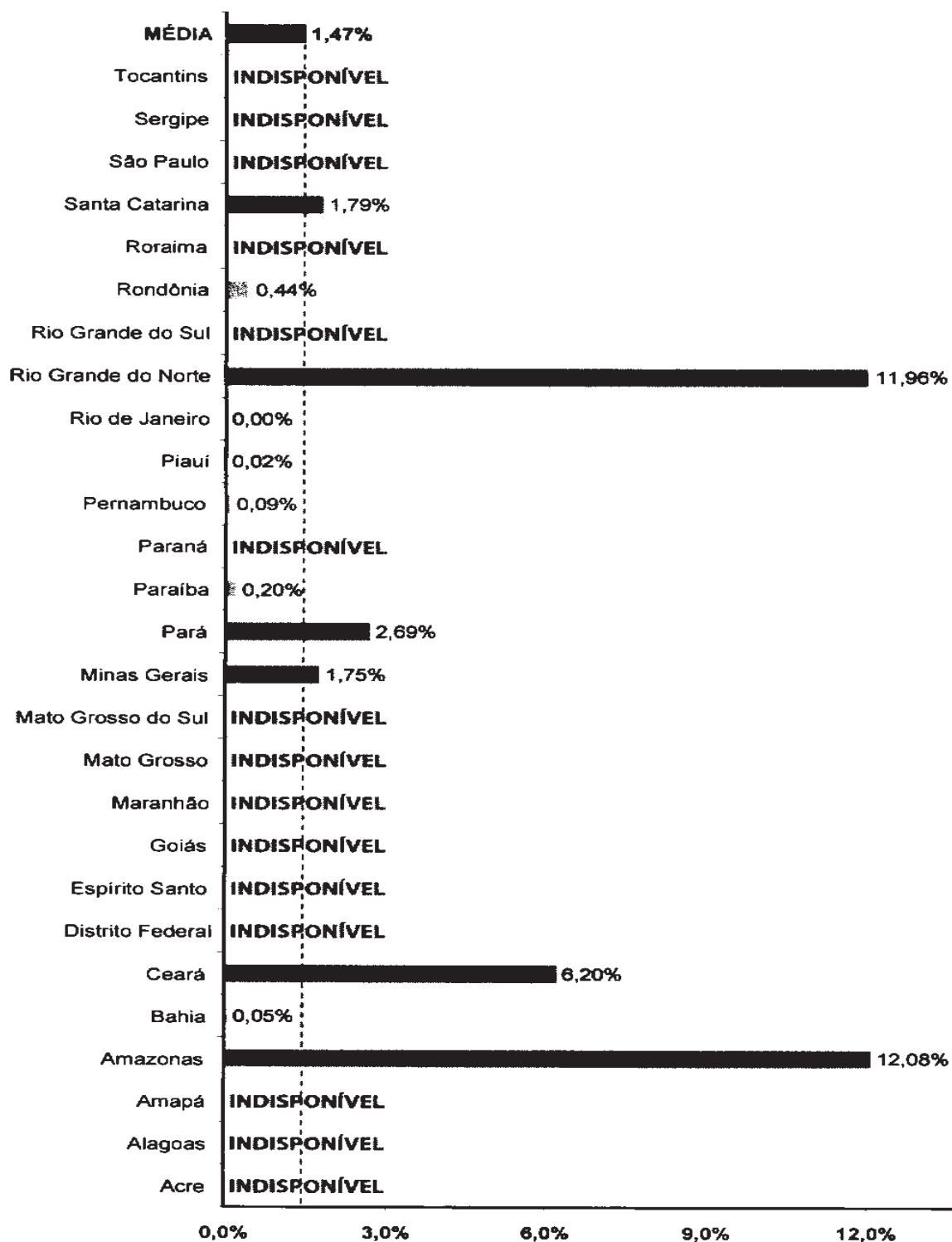
$$\tau_{int 1^\circ} = \frac{R_{int 1^\circ}}{D_{1^\circ}}$$

Onde:

 R_{int} ⇒ Recursos internos D ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

1. No 1º grau, foram considerados Recursos Internos (R_{int}) somente os Embargos de Declaração.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE**2.7.2. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO 1º GRAU:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	Rint JE	D JE	$\tau_{int JE}$
Acre	50	26.458	0,19%
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	29.071	indisponível
Amazonas	406	20.270	2,00%
Bahia	3.168	129.372	2,45%
Ceará	688	10.035	6,86%
Distrito Federal	indisponível	105.888	indisponível
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	752	166.252	0,45%
Maranhão	294	20.744	1,42%
Mato Grosso	indisponível	60.125	indisponível
Mato Grosso do Sul	indisponível	84.105	indisponível
Minas Gerais	1.624	475.368	0,34%
Pará	35	13.957	0,25%
Paraíba	267	50.964	0,52%
Paraná	indisponível	201.734	indisponível
Pernambuco	597	98.778	0,60%
Piauí	97	19.370	0,50%
Rio de Janeiro	indisponível	476.721	indisponível
Rio Grande do Norte	indisponível	58.857	indisponível
Rio Grande do Sul	indisponível	509.629	indisponível
Rondônia	59	19.836	0,30%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	817	76.422	1,07%
São Paulo	indisponível	495.658	indisponível
Sergipe	indisponível	22.924	indisponível
Tocantins	indisponível	9.095	indisponível
MÉDIA	681	132.568	0,84%

$$\tau_{int JE} = \frac{R_{int JE}}{D_{JE}}$$

Onde:

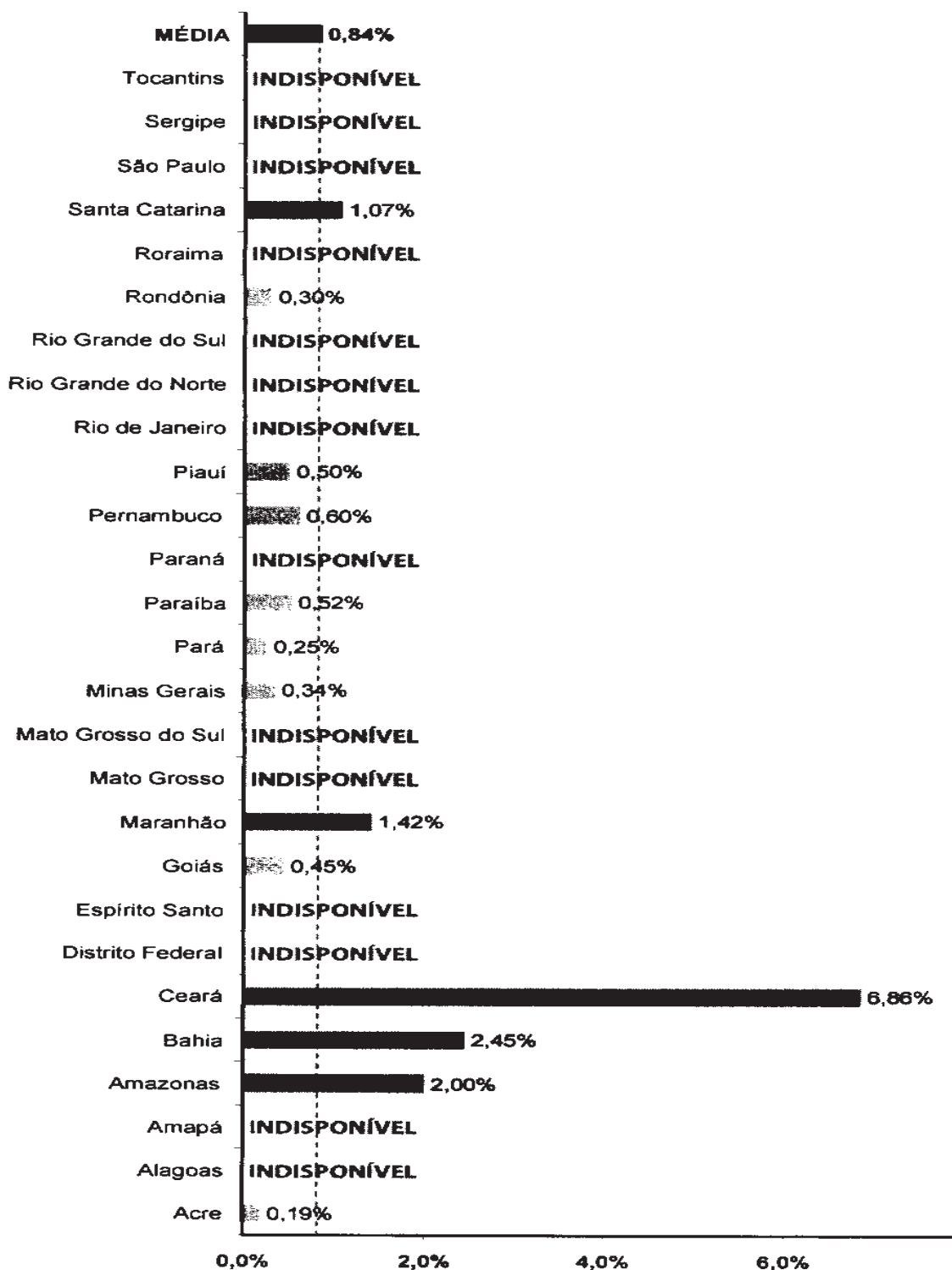
R_{int} ⇒ Recursos internos
 D ⇒ Decisões por instância

Metodologia:

1. Nos Juizados Especiais, foram considerados Recursos Internos (R_{int}) somente os Embargos de Declaração;

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – RECORRIBILIDADE

2.7.3. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NOS JUIZADOS ESPECIAIS:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 2º GRAU:

UF	Rp 2º	Rj 2º	Rd 2º
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	1.025	2.731	37,53%
Bahia	3.462	10.314	33,57%
Ceará	indisponível	indisponível	indisponível
Distrito Federal	331	2.810	11,78%
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	indisponível	indisponível	indisponível
Maranhão	939	3.332	28,18%
Mato Grosso	3.034	4.898	61,94%
Mato Grosso do Sul	indisponível	indisponível	indisponível
Minas Gerais	indisponível	indisponível	indisponível
Pará	1.224	indisponível	indisponível
Paraíba	2.443	7.451	32,79%
Paraná	14.906	41.664	35,78%
Pernambuco	indisponível	indisponível	indisponível
Piauí	533	1.877	28,40%
Rio de Janeiro	16.010	43.314	36,96%
Rio Grande do Norte	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Sul	74.294	221.788	33,50%
Rondônia	1.691	5.086	33,25%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	indisponível	indisponível	indisponível
São Paulo	indisponível	indisponível	indisponível
Sergipe	indisponível	indisponível	indisponível
Tocantins	indisponível	indisponível	indisponível
MÉDIA	9.991	31.388	33,97%

$$Rd_{2^\circ} = \frac{Rp_{2^\circ}}{Rj_{2^\circ}}$$

Onde:

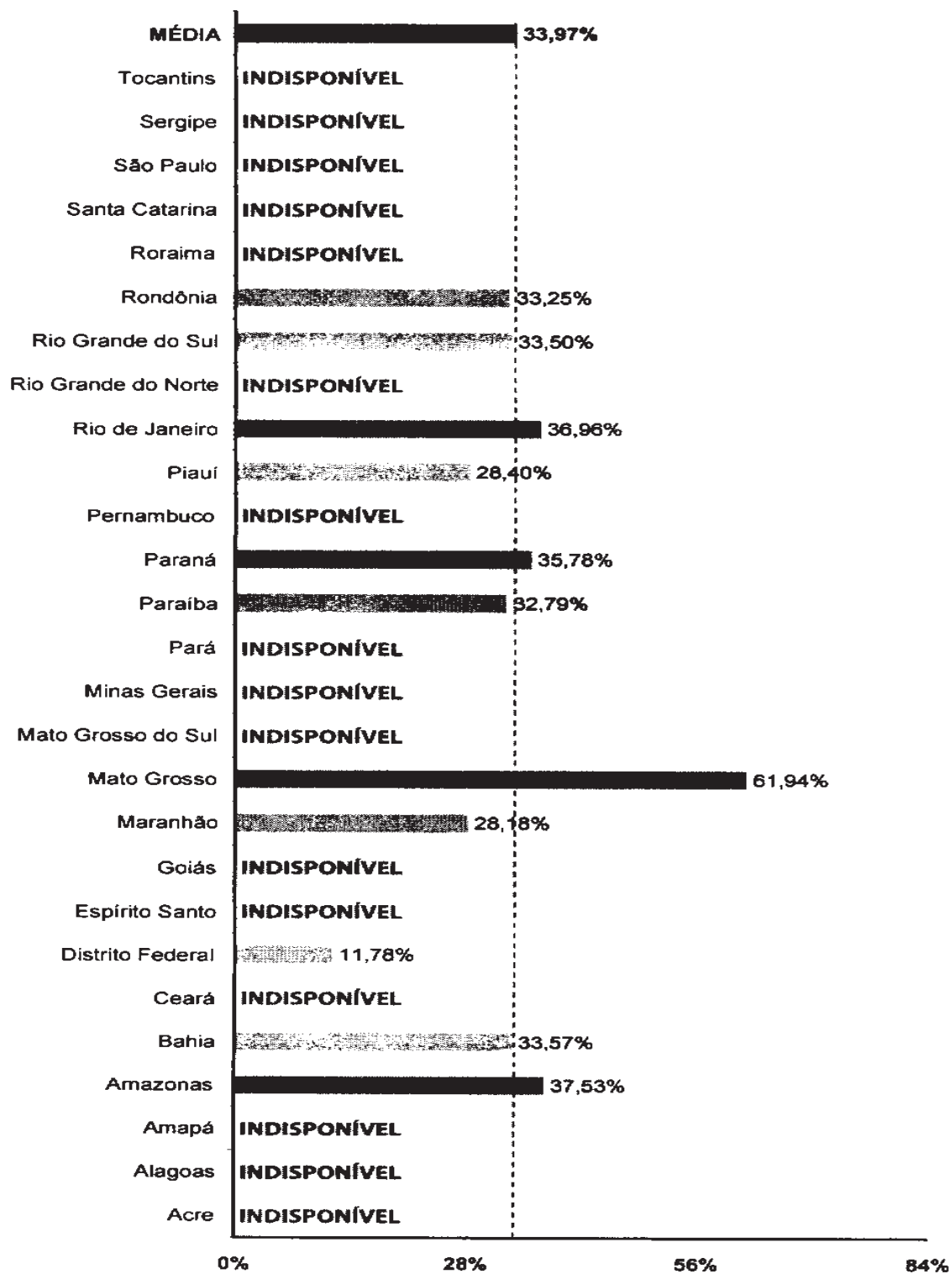
Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)
Rj ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

1. Foram considerados como Recursos Julgados (Rj) os acórdãos publicados em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – REFORMA DE DECISÃO

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 2º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.2. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 1º GRAU:

UF	Rp 1º	Rj 1º	Rd 1º
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	indisponível	indisponível	indisponível
Amazonas	10.325	16.834	61,33%
Bahia	indisponível	indisponível	indisponível
Ceará	indisponível	indisponível	indisponível
Distrito Federal	indisponível	indisponível	indisponível
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	indisponível	indisponível	indisponível
Maranhão	indisponível	indisponível	indisponível
Mato Grosso	indisponível	indisponível	indisponível
Mato Grosso do Sul	indisponível	indisponível	indisponível
Minas Gerais	3.502	10.532	33,25%
Pará	indisponível	indisponível	indisponível
Paraíba	68	173	39,31%
Paraná	indisponível	indisponível	indisponível
Pernambuco	indisponível	indisponível	indisponível
Piauí	474	1.441	32,89%
Rio de Janeiro	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Norte	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Sul	indisponível	indisponível	indisponível
Rondônia	147	268	54,85%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	indisponível	indisponível	indisponível
São Paulo	indisponível	indisponível	indisponível
Sergipe	indisponível	indisponível	indisponível
Tocantins	57	98	58,16%
MÉDIA	2.429	4.891	46,63%

$$Rd_{1^\circ} = \frac{Rp_{1^\circ}}{Rj_{1^\circ}}$$

Onde:

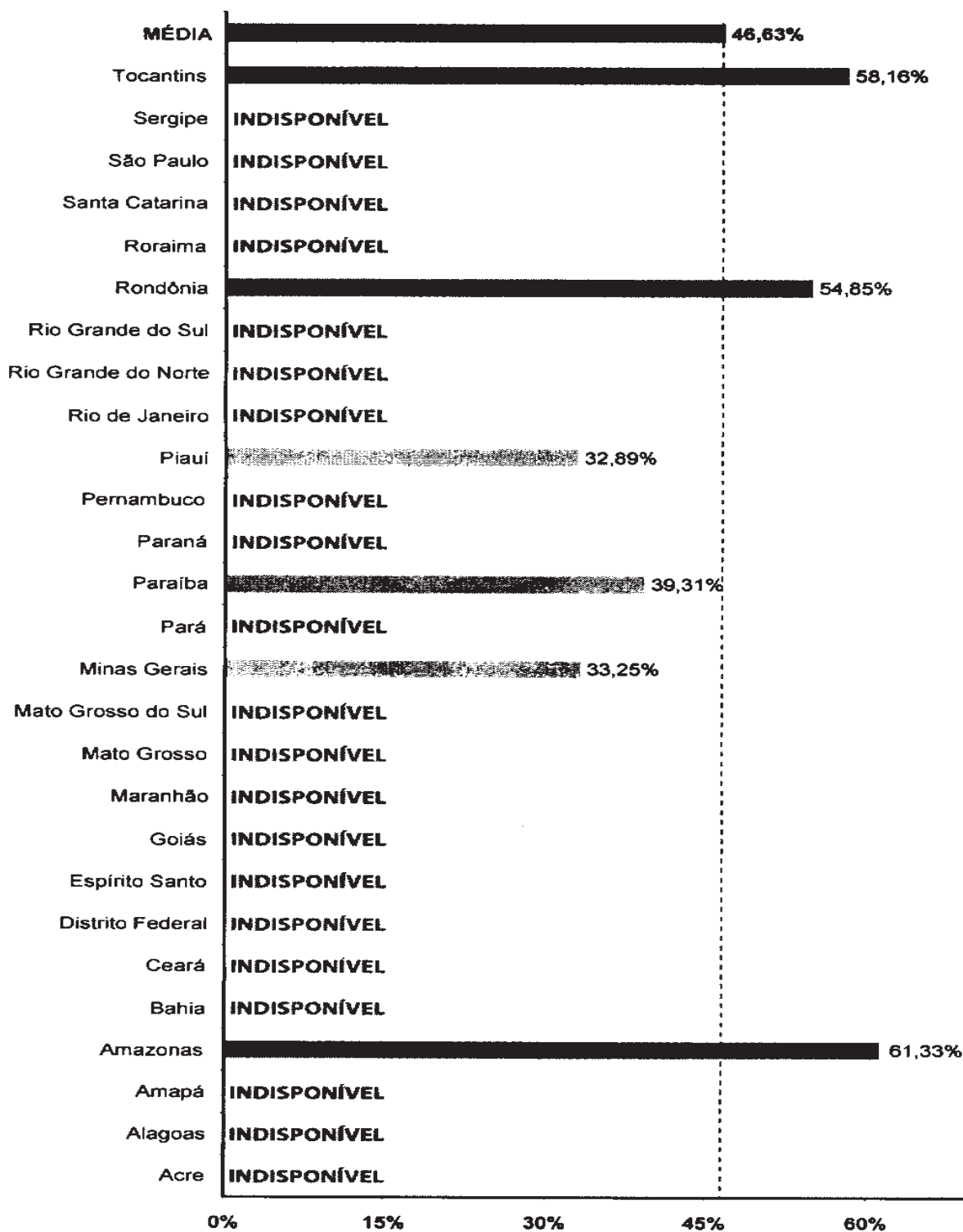
Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)*Rj* ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

1. Foram considerados como Recursos Julgados (*Rj*) as sentenças terminativas proferidas em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO – REFORMA DE DECISÃO

2.8.2. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO 1º GRAU:



RELATÓRIO ANUAL 2005

2.8.3. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS:

UF	Rp JE	Rj JE	Rd JE
Acre	indisponível	indisponível	indisponível
Alagoas	indisponível	indisponível	indisponível
Amapá	82	344	23,84%
Amazonas	indisponível	indisponível	indisponível
Bahia	5.185	14.592	35,53%
Ceará	indisponível	indisponível	indisponível
Distrito Federal	indisponível	indisponível	indisponível
Espírito Santo	indisponível	indisponível	indisponível
Goiás	287	997	28,79%
Maranhão	indisponível	indisponível	indisponível
Mato Grosso	318	1.086	29,28%
Mato Grosso do Sul	indisponível	indisponível	indisponível
Minas Gerais	154	666	23,12%
Pará	71	447	15,88%
Paraíba	795	2.874	27,66%
Paraná	1.163	3.389	34,32%
Pernambuco	24	134	17,91%
Piauí	79	228	34,65%
Rio de Janeiro	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Norte	indisponível	indisponível	indisponível
Rio Grande do Sul	indisponível	indisponível	indisponível
Rondônia	139	583	23,84%
Roraima	indisponível	indisponível	indisponível
Santa Catarina	768	2.861	26,84%
São Paulo	7.974	31.450	25,35%
Sergipe	indisponível	indisponível	indisponível
Tocantins	100	527	18,98%
MÉDIA	1.224	4.298	26,14%

$$Rd_{JE} = \frac{Rp_{JE}}{Rj_{JE}}$$

Onde:

Rp ⇒ Recursos providos (ainda que parcialmente)
Rj ⇒ Recursos julgados

Metodologia:

1. Foram considerados como Recursos Julgados (Rj) as sentenças proferidas em 2004.

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE O PIB ESTADUAL:

UF	JG	PIB	A1
Acre	indisponível	2.872.800.000	indisponível
Alagoas	2.485.767	11.149.090.000	0,0223%
Amapá	indisponível	3.372.580.000	indisponível
Amazonas	6.962.988	31.830.930.000	0,0219%
Bahia	1.366.215	78.977.090.000	0,0017%
Ceará	543	30.780.500.000	0,0000%
Distrito Federal	52.502.174	45.364.490.000	0,1157%
Espírito Santo	indisponível	31.440.520.000	indisponível
Goiás	1.744.880	39.803.290.000	0,0044%
Maranhão	3.345.294	14.522.940.000	0,0230%
Mato Grosso	indisponível	22.748.370.000	indisponível
Mato Grosso do Sul	21.858.035	19.511.870.000	0,1120%
Minas Gerais	24.641.177	159.458.610.000	0,0155%
Pará	17.906.590	32.466.790.000	0,0552%
Paraíba	373.265	14.795.090.000	0,0025%
Paraná	15.195	103.579.620.000	0,0000%
Pernambuco	125.424	46.430.180.000	0,0003%
Piauí	indisponível	7.841.370.000	indisponível
Rio de Janeiro	1.461.010	216.335.900.000	0,0007%
Rio Grande do Norte	indisponível	14.793.820.000	indisponível
Rio Grande do Sul	36.941.019	132.831.520.000	0,0278%
Rondônia	8.252.811	9.263.150.000	0,0891%
Roraima	3.560.910	1.892.310.000	0,1882%
Santa Catarina	6.776.374	65.910.250.000	0,0103%
São Paulo	185.504	557.197.780.000	0,0000%
Sergipe	6.753.382	12.076.170.000	0,0559%
Tocantins	3.814.227	4.508.220.000	0,0846%
MÉDIA	9.574.894	63.398.342.593	0,0396%

$$A_1 = \frac{JG}{PIB}$$

Onde:

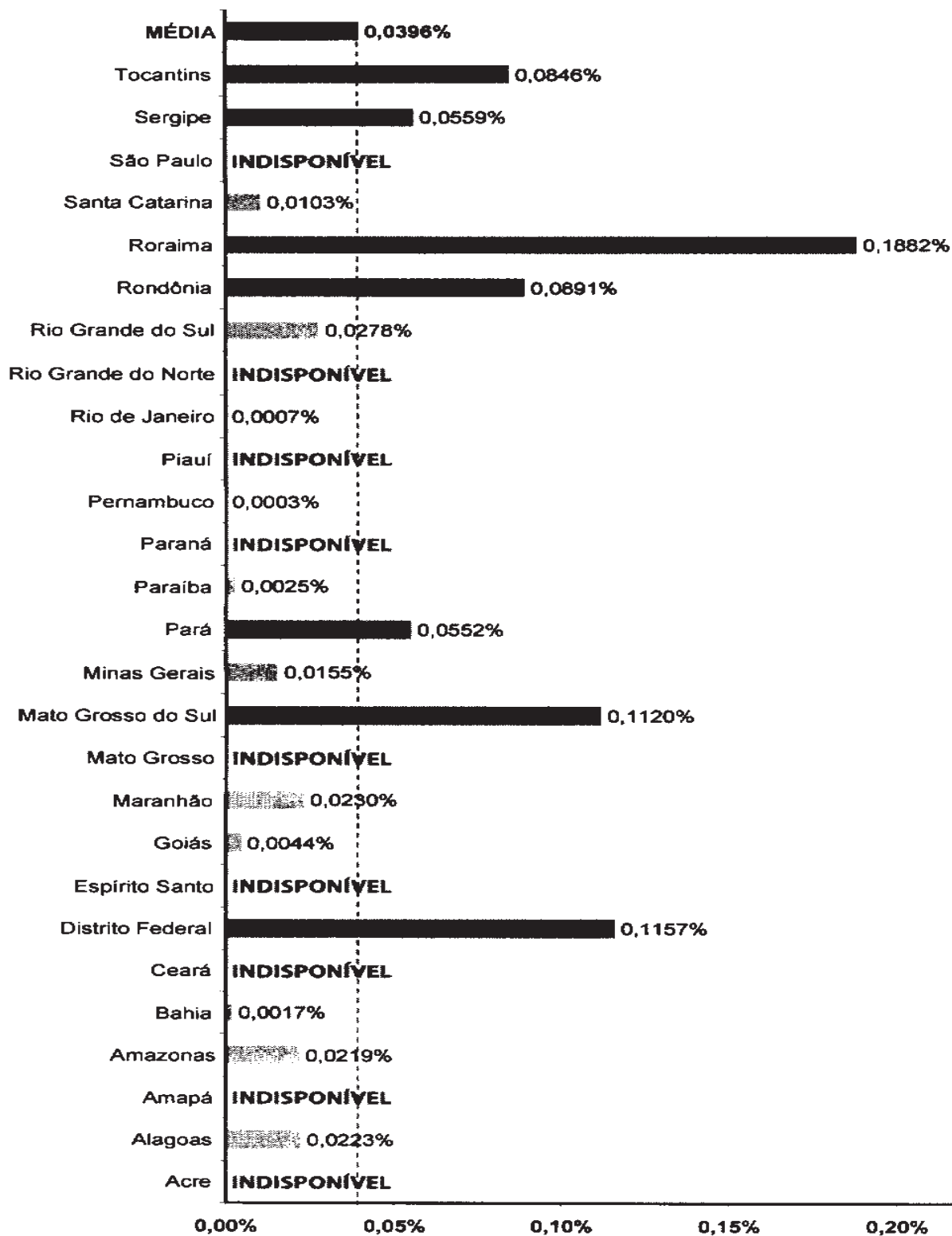
JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
 PIB ⇒ Produto Interno Bruto Estadual

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com Defensoria Pública, remuneração de defensores dativos, e convênios com a OAB, que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O valor de PIB estadual utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o valor informado pelo IBGE em 2003 e atualizado pela estimativa de crescimento dos últimos três anos.

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.1. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE O PIB ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL:

UF	JG	GT	A2
Acre	indisponível	1.349.054.347	indisponível
Alagoas	2.485.767	2.647.697.481	0,09%
Amapá	indisponível	1.255.915.941	indisponível
Amazonas	6.962.988	4.500.550.619	0,15%
Bahia	1.366.215	12.961.886.339	0,01%
Ceará	543	6.982.677.892	0,00%
Distrito Federal	52.502.174	908.148.000.000	0,01%
Espírito Santo	indisponível	5.661.972.391	indisponível
Goiás	1.744.880	7.282.336.920	0,02%
Maranhão	3.345.294	3.321.960.770	0,10%
Mato Grosso	indisponível	4.758.201.878	indisponível
Mato Grosso do Sul	21.858.035	3.919.006.252	0,56%
Minas Gerais	24.641.177	21.726.607.976	0,11%
Pará	17.906.590	5.089.621.672	0,35%
Paraíba	373.265	3.125.968.510	0,01%
Paraná	15.195	11.885.322.392	0,00%
Pernambuco	125.424	7.971.159.869	0,00%
Piauí	indisponível	2.413.218.179	indisponível
Rio de Janeiro	1.461.010	27.502.839.323	0,01%
Rio Grande do Norte	indisponível	3.236.257.707	indisponível
Rio Grande do Sul	36.941.019	15.391.164.235	0,24%
Rondônia	8.252.811	2.138.074.418	0,39%
Roraima	3.560.910	711.030.076	0,50%
Santa Catarina	6.776.374	7.671.102.405	0,09%
São Paulo	185.504	65.724.833.218	0,00%
Sergipe	6.753.382	2.532.029.128	0,27%
Tocantins	3.814.227	2.173.781.282	0,18%
MÉDIA	9.574.894	8.997.471.970	0,15%

$$A_2 = \frac{JG}{GT}$$

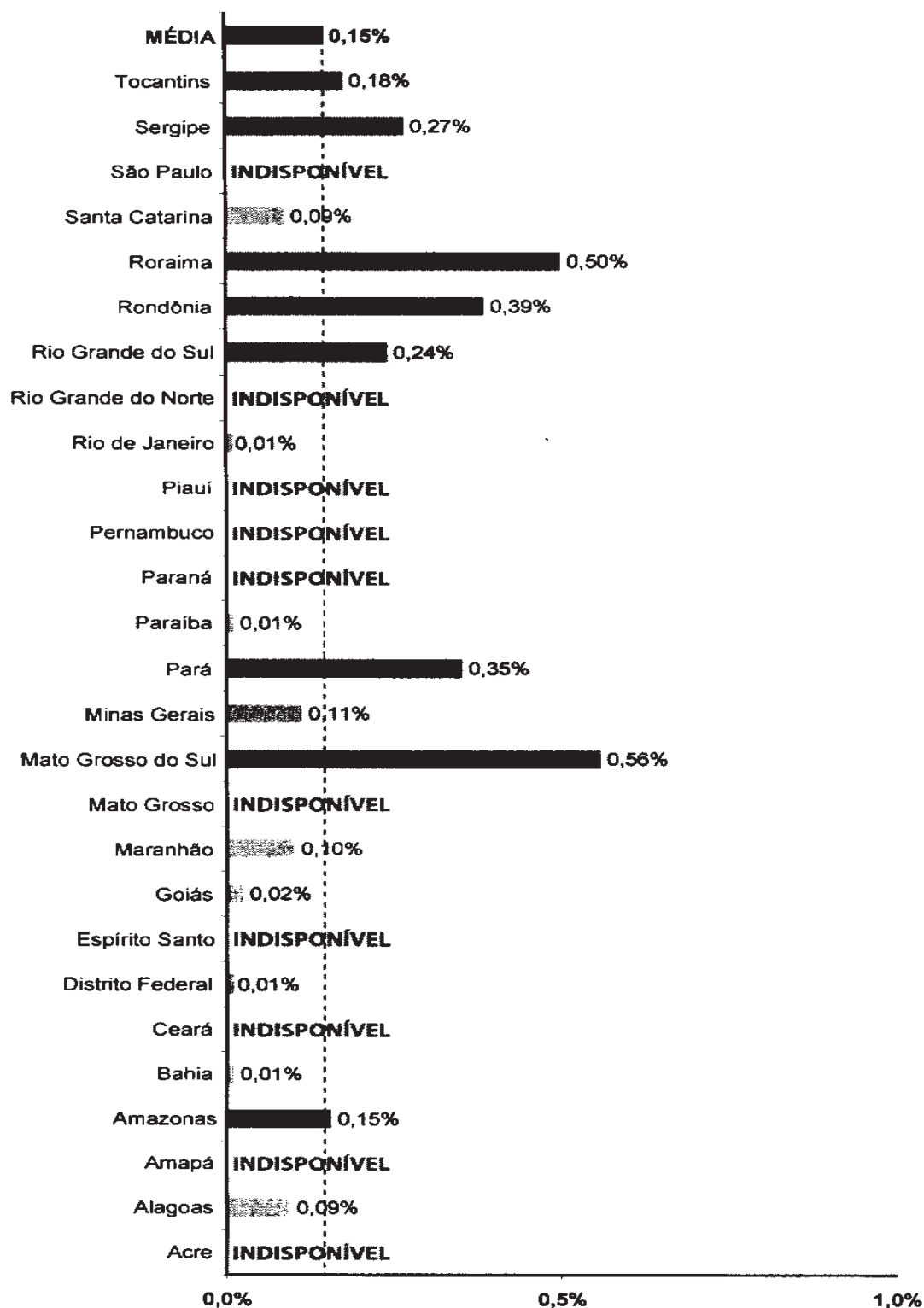
Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita

GT ⇒ Gasto Total (despesa pública estadual)

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O valor de GT utilizado foi fornecido pelos Estados e Distrito Federal, tendo por base a execução orçamentária liquidada.
3. Os valores relativos do DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da União (art. 21, XIII, CF).

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA**3.2. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA PÚBLICA TOTAL:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA TOTAL:

UF	JG	Dpj	A3
Acre	indisponível	64.182.161	indisponível
Alagoas	2.485.767	114.702.642	2,17%
Amapá	indisponível	93.888.656	indisponível
Amazonas	6.962.988	161.973.722	4,30%
Bahia	1.366.215	552.861.325	0,25%
Ceará	543	267.716.178	0,00%
Distrito Federal	52.502.174	792.348.158	6,63%
Espírito Santo	indisponível	329.249.886	indisponível
Goiás	1.744.880	281.677.460	0,62%
Maranhão	3.345.294	209.769.108	1,59%
Mato Grosso	indisponível	294.424.584	indisponível
Mato Grosso do Sul	21.858.035	185.233.207	11,80%
Minas Gerais	24.641.177	1.131.474.886	2,18%
Pará	17.906.590	228.174.272	7,85%
Paraíba	373.265	168.034.618	0,22%
Paraná	15.195	445.284.456	0,00%
Pernambuco	125.424	321.356.452	0,04%
Piauí	indisponível	119.882.423	indisponível
Rio de Janeiro	1.461.010	1.388.416.855	0,11%
Rio Grande do Norte	indisponível	188.181.247	indisponível
Rio Grande do Sul	36.941.019	1.101.369.649	3,35%
Rondônia	8.252.811	167.062.239	4,94%
Roraima	3.560.910	33.333.007	10,68%
Santa Catarina	6.776.374	383.936.212	1,76%
São Paulo	185.504	2.782.807.714	0,01%
Sergipe	6.753.382	138.268.788	4,88%
Tocantins	3.814.227	61.531.559	6,20%
MÉDIA	9.574.894	444.708.943	3,31%

$$A_3 = \frac{JG}{Dpj}$$

Onde:

JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita

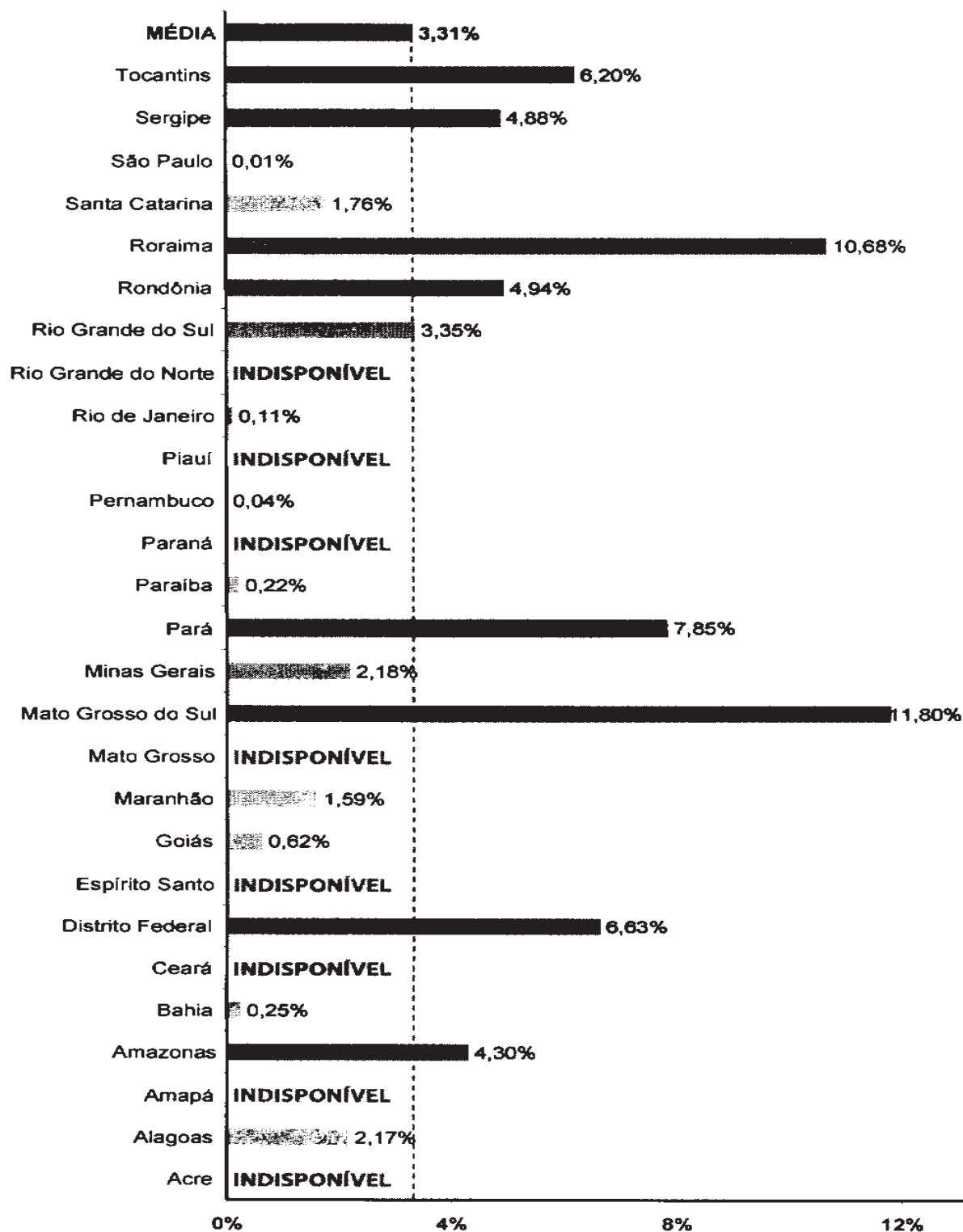
Dpj ⇒ Despesa Total da Justiça Estadual

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. Foi considerado como despesa da Justiça Estadual e do DF (DPJ) o orçamento liquidado de 2004, excluídos os Precatórios Judiciais e as RPV's (Requisições de Pequeno Valor);

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.3. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA SOBRE DESPESA TOTAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

3.4. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA POR HABITANTE:

UF	JG	h1	A4
Acre	indisponível	630.328	indisponível
Alagoas	2.485.767	2.980.910	R\$0,83
Amapá	indisponível	547.400	indisponível
Amazonas	6.962.988	3.138.726	R\$2,22
Bahia	1.366.215	13.682.074	R\$0,10
Ceará	543	7.976.563	R\$0,00
Distrito Federal	52.502.174	2.282.049	R\$23,01
Espírito Santo	indisponível	3.352.024	indisponível
Goiás	1.744.880	5.508.245	R\$0,32
Maranhão	3.345.294	6.021.504	R\$0,56
Mato Grosso	indisponível	2.749.145	indisponível
Mato Grosso do Sul	21.858.035	2.230.702	R\$9,80
Minas Gerais	24.641.177	18.993.720	R\$1,30
Pará	17.906.590	6.850.181	R\$2,61
Paraíba	373.265	3.568.350	R\$0,10
Paraná	15.195	10.135.388	R\$0,00
Pernambuco	125.424	8.323.911	R\$0,02
Piauí	indisponível	2.977.259	indisponível
Rio de Janeiro	1.461.010	15.203.750	R\$0,10
Rio Grande do Norte	indisponível	2.962.107	indisponível
Rio Grande do Sul	36.941.019	10.726.063	R\$3,44
Rondônia	8.252.811	1.562.085	R\$5,28
Roraima	3.560.910	381.896	R\$9,32
Santa Catarina	6.776.374	5.774.178	R\$1,17
São Paulo	185.504	39.825.226	R\$0,005
Sergipe	6.753.382	1.934.596	R\$3,49
Tocantins	3.814.227	1.262.644	R\$3,02
MÉDIA	9.574.894	6.725.223	R\$2,76

$$A_4 = \frac{JG}{h_1}$$

Onde:

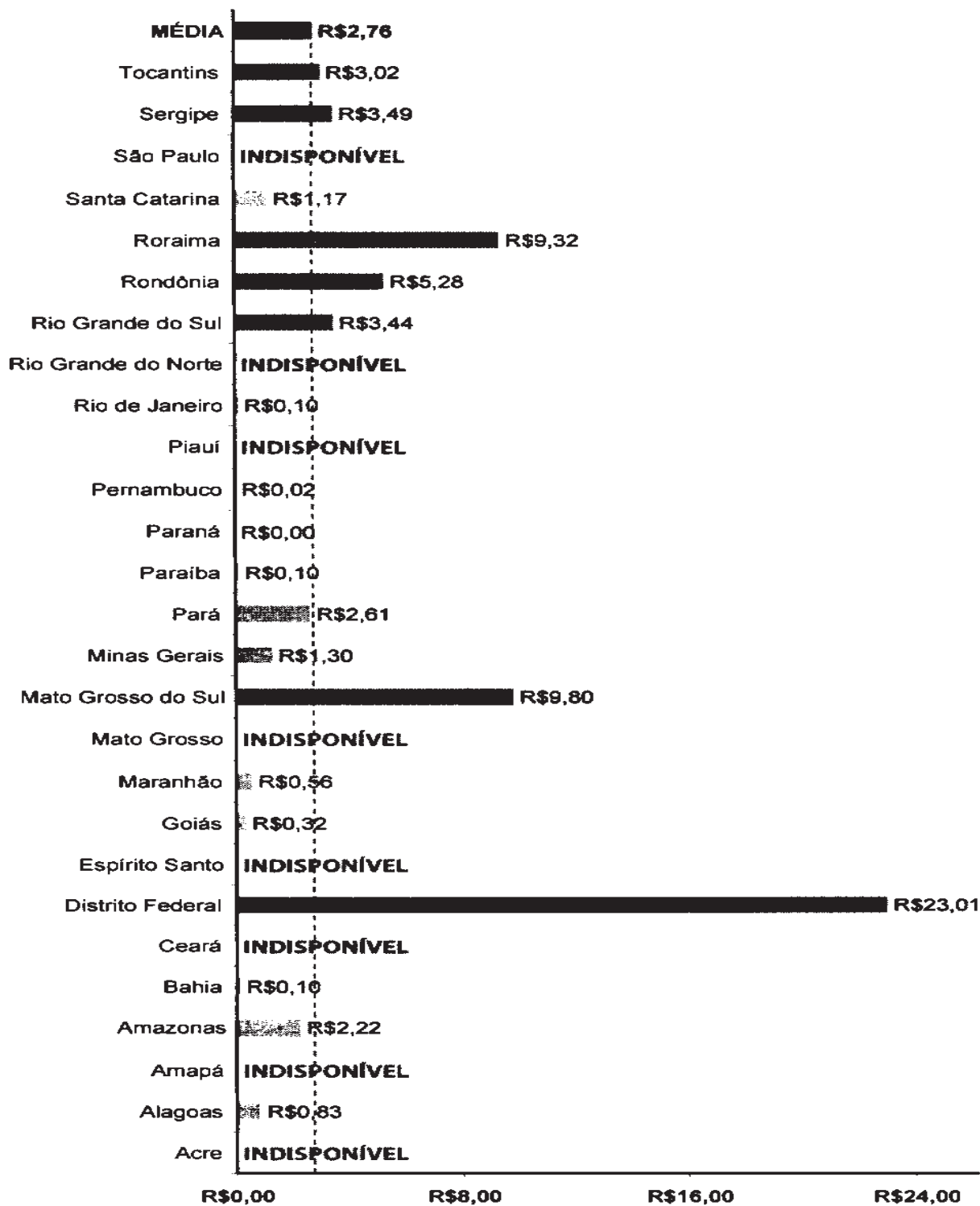
JG ⇒ Assistência Judiciária Gratuita
h₁ ⇒ Número de habitantes no Estado

Metodologia:

1. No cálculo de JG foram incluídas as despesas com a Defensoria Pública, a remuneração de defensores dativos, e de convênios com a OAB que implicaram em repasse de verbas públicas;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

ACESSO À JUSTIÇA – JUSTIÇA GRATUITA

3.4. DESPESA COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA POR HABITANTE:



RELATÓRIO ANUAL 2005

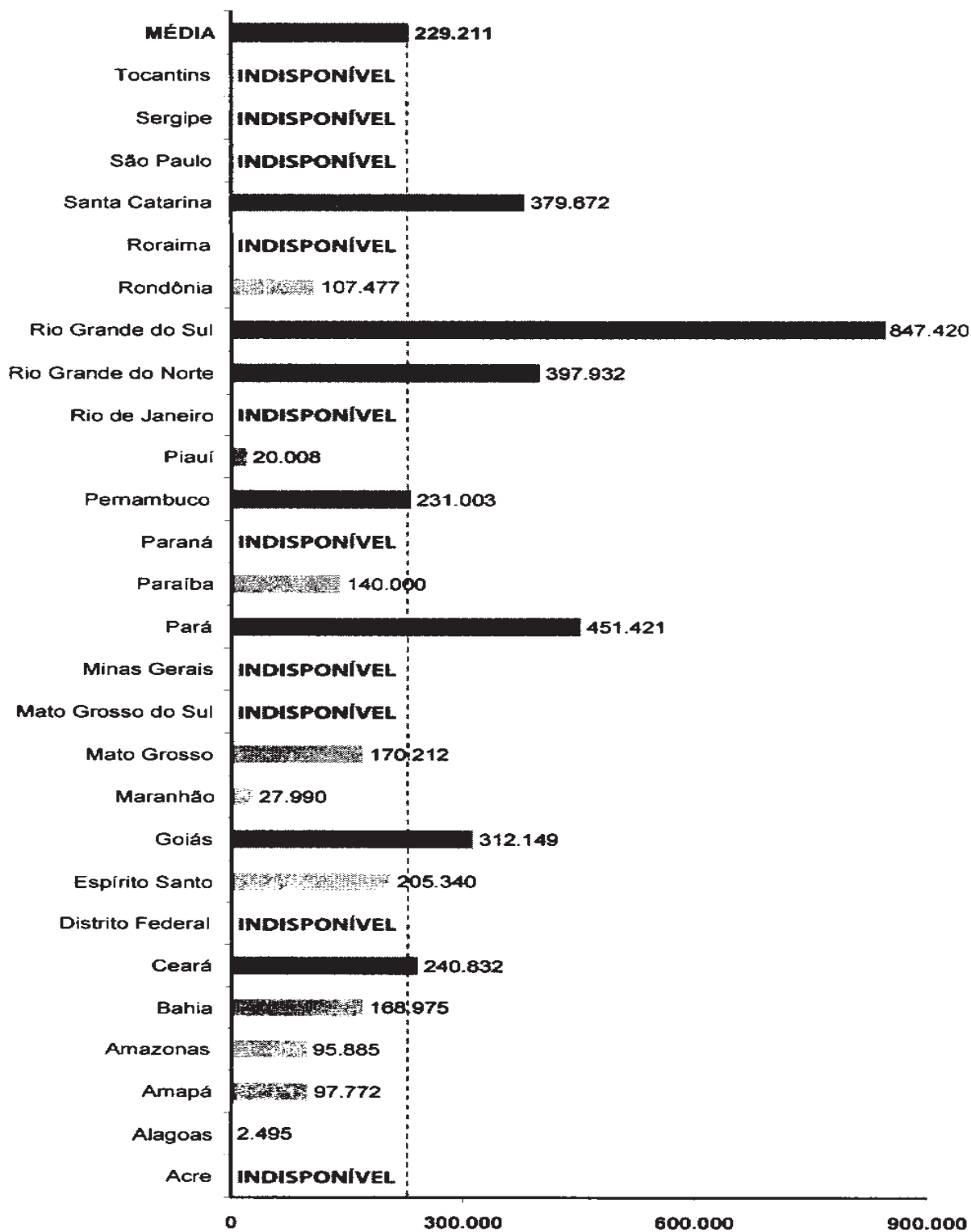
3.5. PESSOAS ATENDIDAS:

UF	PA
Acre	indisponível
Alagoas	2.495
Amapá	97.772
Amazonas	95.885
Bahia	168.975
Ceará	240.832
Distrito Federal	indisponível
Espírito Santo	205.340
Goiás	312.149
Maranhão	27.990
Mato Grosso	170.212
Mato Grosso do Sul	indisponível
Minas Gerais	indisponível
Pará	451.421
Paraíba	140.000
Paraná	indisponível
Pernambuco	231.003
Piauí	20.008
Rio de Janeiro	indisponível
Rio Grande do Norte	397.932
Rio Grande do Sul	847.420
Rondônia	107.477
Roraima	indisponível
Santa Catarina	379.672
São Paulo	indisponível
Sergipe	indisponível
Tocantins	indisponível
MÉDIA	229.211

PA = Pessoas _ Atendidas

Metodologia:

1. Foi computado o **número de pessoas** que ingressaram com alguma ação judicial no Poder Judiciário Estadual, no ano de 2004, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental.

ACESSO À JUSTIÇA – PESSOAS ATENDIDAS**3.5. PESSOAS ATENDIDAS:**

RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	DGov1
Acre	indisponível
Alagoas	indisponível
Amapá	indisponível
Amazonas	indisponível
Bahia	17.494
Ceará	indisponível
Distrito Federal	indisponível
Espírito Santo	indisponível
Goiás	indisponível
Maranhão	indisponível
Mato Grosso	2.428
Mato Grosso do Sul	indisponível
Minas Gerais	indisponível
Pará	5.144
Paraíba	11.737
Paraná	indisponível
Pernambuco	indisponível
Piauí	3.665
Rio de Janeiro	indisponível
Rio Grande do Norte	indisponível
Rio Grande do Sul	117.208
Rondônia	13.355
Roraima	indisponível
Santa Catarina	indisponível
São Paulo	indisponível
Sergipe	7.215
Tocantins	indisponível
MÉDIA	22.281

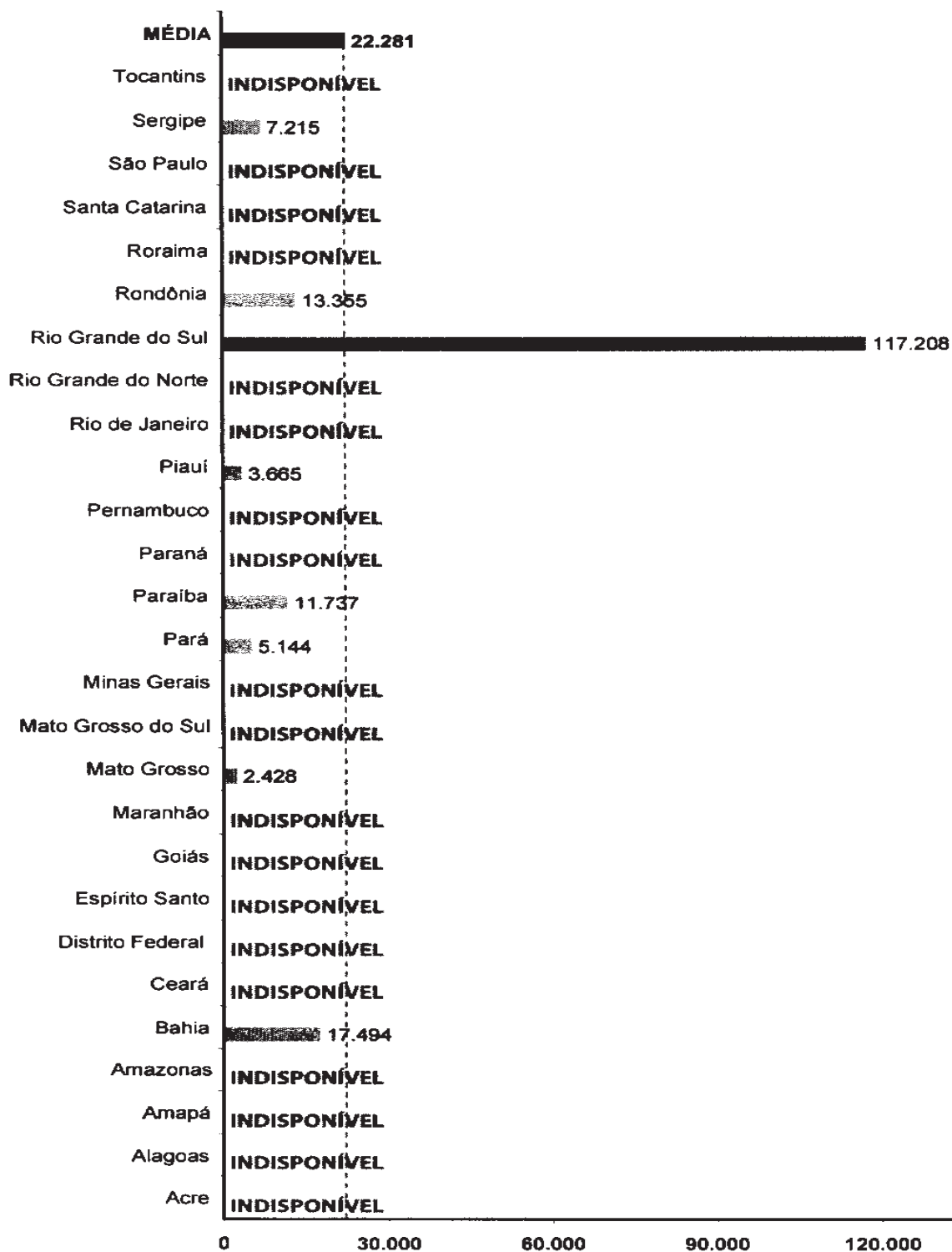
$$DGov_1 = Demanda\_Por$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas PELA União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

PERFIL DAS DEMANDAS – PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA ESTADUAL:



RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA ESTADUAL:

UF	DGov2
Acre	indisponível
Alagoas	indisponível
Amapá	indisponível
Amazonas	indisponível
Bahia	3.802
Ceará	indisponível
Distrito Federal	indisponível
Espírito Santo	indisponível
Goiás	indisponível
Maranhão	indisponível
Mato Grosso	2.047
Mato Grosso do Sul	indisponível
Minas Gerais	indisponível
Pará	1.385
Paraíba	8.189
Paraná	indisponível
Pernambuco	indisponível
Piauí	1.391
Rio de Janeiro	indisponível
Rio Grande do Norte	indisponível
Rio Grande do Sul	89.110
Rondônia	9.647
Roraima	indisponível
Santa Catarina	indisponível
São Paulo	indisponível
Sergipe	5.244
Tocantins	indisponível
MÉDIA	15.102

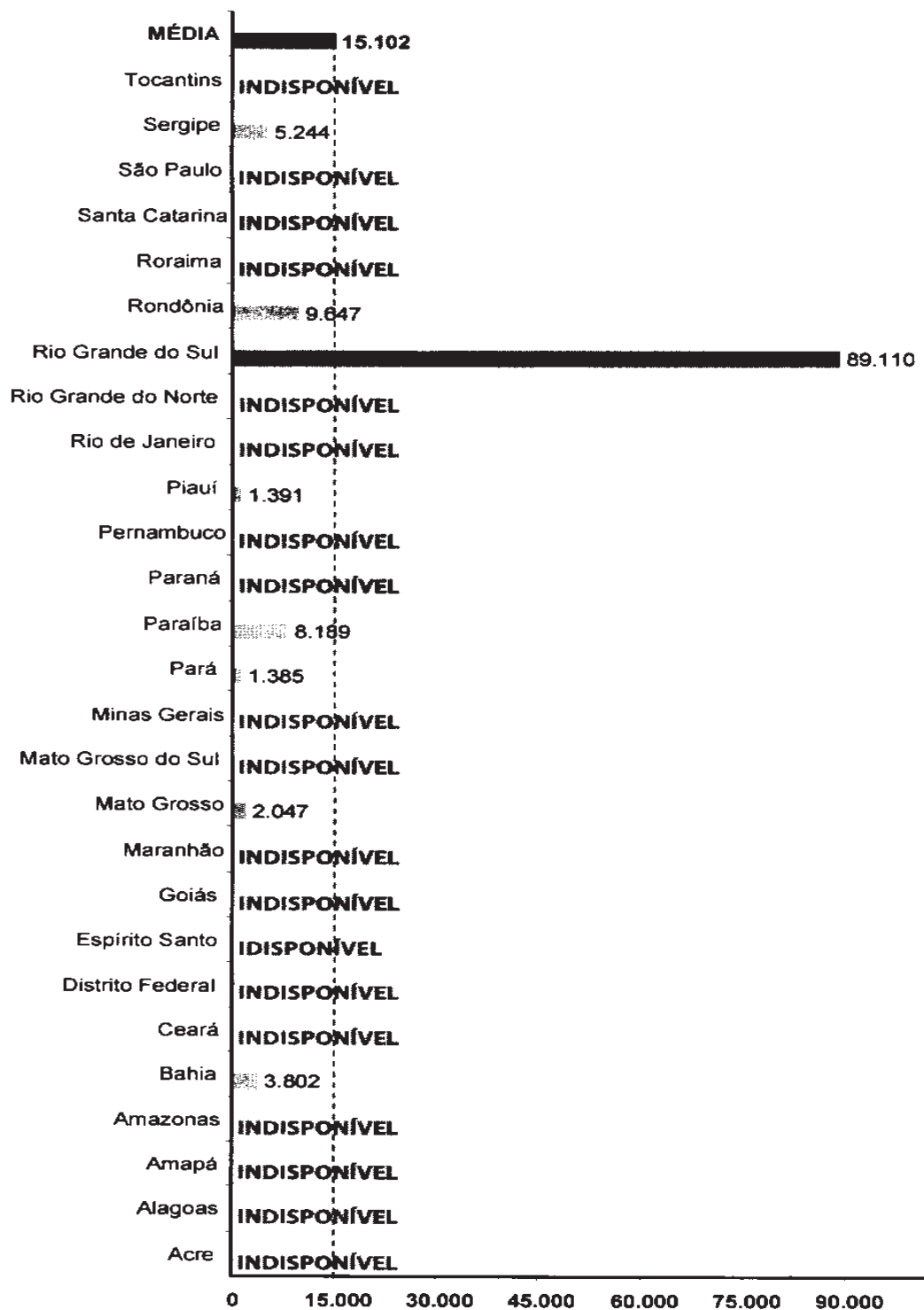
$$DGov_2 = Demanda\_Contra$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas CONTRA a União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

PERFIL DAS DEMANDAS – PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DA JUSTIÇA ESTADUAL:



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**JUSTIÇA EM NÚMEROS****INDICADORES ESTATÍSTICOS DO PODER
JUDICIÁRIO****SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ANO 2004****RELATÓRIO ANUAL 2005****1.1. DESPESA DO STJ SOBRE O PIB FEDERAL:**

CORTE	<i>Dpj</i>	<i>PIB</i>	<i>G₁</i>
STJ	459.597.067	1.711.755.240.000	0,027%

$$G_1 = \frac{Dpj}{PIB}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa do STJ
PIB ⇒ Produto Interno Bruto Federal

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado do STJ, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

1.2. DESPESA DO STJ SOBRE A DESPESA PÚBLICA:

CORTE	<i>Dpj</i>	<i>GT</i>	<i>G₂</i>
STJ	459.597.067	908.148.000.000	0,051%

$$G_2 = \frac{Dpj}{GT}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa do STJ
GT ⇒ Gasto Total (despesa pública da União)

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado do STJ, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foi considerado como Gasto Total (despesa pública da União) o orçamento liquidado da União.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO**1.3.1. DESPESA TOTAL DO STJ COM PESSOAL E COM BENS E SERVIÇOS SOBRE A DESPESA TOTAL:**

CORTE	Prh	Bs	Dpj	G₃	G₄
STJ	391.317.503	68.279.564	459.597.067	85,14%	14,86%

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{D_{pj}} \quad G_4 = \frac{B_s}{D_{pj}}$$

Onde:

P_{rh} $\Rightarrow$ Despesa com Pessoal (recursos humanos)
 B_s $\Rightarrow$ Despesa com Bens e Serviços
 D_{pj} $\Rightarrow$ Despesa do STJ

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal (P_{rh}) foram computadas todas as parcelas de índole remuneratória, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, representação, verba de gabinete, etc.), tanto para ativos quanto para inativos e servidores que não são do quadro efetivo, remunerados pelo orçamento do STJ;
2. Na Despesa com Bens e Serviços foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as relativas a pessoal (P_{rh}).

1.3.2. DESPESA TOTAL DO STJ COM PESSOAL E ENCARGOS E COM CUSTEIO E CAPITAL SOBRE A DESPESA TOTAL:

CORTE	Pe	Cca	Dpj	G₅	G₆
STJ	372.119.503	87.477.564	459.597.067	80,97%	19,03%

$$G_5 = \frac{P_e}{D_{pj}} \quad G_6 = \frac{C_{ca}}{D_{pj}}$$

Onde:

P_e $\Rightarrow$ Despesa com Pessoal e Encargos
 C_{ca} $\Rightarrow$ Despesa com Custeio e Capital
 D_{pj} $\Rightarrow$ Despesa do STJ

Metodologia:

1. Na Despesa com Pessoal e Encargos (P_e) foram computadas as parcelas de índole remuneratória, para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, remunerados pelo orçamento do STJ, excluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias;
2. Na Despesa com Custeio e Capital (C_{ca}) foram consideradas todas as despesas com outros custeios e de capital, incluídas as despesas de exercícios anteriores e as parcelas indenizatórias para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, bem como as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não são do quadro permanente.

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.5. DESPESA TOTAL DO STJ POR HABITANTE:

CORTE	D_{pj}	h_1	G_7
STJ	459.597.067	181.581.024	R\$ 2,53

$$G_7 = \frac{D_{pj}}{h_1}$$

Onde:

D_{pj} ⇒ Despesa do STJ

h_1 ⇒ Número de habitantes do Brasil

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado do STJ, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

1.6. MAGISTRADOS POR 100.000 HABITANTES DO STJ:

CORTE	Mag	h_2	G_8
STJ	33	1.815,81	0,018

$$G_8 = \frac{Mag}{h_2}$$

Onde:

Mag ⇒ Número de Magistrados do STJ

h_2 ⇒ Número total de habitantes do Brasil dividido por 100.000

Metodologia:

1. Considera-se como Magistrados no STJ o número de cargos criados até 31/12/2004;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO

1.7. PESSOAL AUXILIAR DO STJ POR 100.000 HABITANTES:

CORTE	Paux	h ₂	G ₉
STJ	3.150	1.816	1,73

$$G_9 = \frac{Paux}{h_2}$$

Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal auxiliar

h₂ ⇒ Número total de habitantes do Brasil dividido por 100.000

Metodologia:

1. No Total de Pessoal Auxiliar em atividade considerou-se os servidores ativos do quadro permanente, os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, os cedidos, os licenciados, os afastados, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados a contratação temporária de mão-de-obra;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

1.8. PESSOAL DO QUADRO EFETIVO DO STJ POR 100.000 HABITANTES:

CORTE	Pap	h ₂	G ₁₀
STJ	2.403	1.816	1,32

$$G_{10} = \frac{Pap}{h_2}$$

Onde:

Pap ⇒ Total de pessoal auxiliar do Quadro Efetivo

h₂ ⇒ Número total de habitantes do Brasil dividido por 100.000

Metodologia:

1. No Total de Pessoal do Quadro efetivo em atividade considerou-se apenas os servidores ativos do quadro permanente, ocupantes de cargo de provimento efetivo;
2. O número de habitantes utilizado foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.9. VALORES RECOLHIDOS SOBRE DESPESA TOTAL DO STJ:

CORTE	T	Dpj	I ₁
STJ	285.843	459.597.067	0,06%

$$I_1 = \frac{T}{Dpj}$$

Onde:

T ⇒ Custas e Recolhimentos Diversos
 Dpj ⇒ Despesa do STJ

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado do STJ, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram considerados como Recolhimentos Diversos todos os valores arrecadados pelo STJ, tais como taxas, custas, emolumentos, alvarás, certidões e fotocópias, excetuados os valores arrecadados em execução fiscal;

1.12. GASTOS COM INFORMÁTICA DO STJ:

CORTE	G _{inf}	Dpj	Inf ₁
STJ	11.664.759	459.597.067	2,54%

$$Inf_1 = \frac{G_{inf}}{Dpj}$$

Onde:

G_{inf} ⇒ Gastos com Informática do STJ
 Dpj ⇒ Despesa do STJ

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou em 2004;
2. Foi considerado como despesa realizada o orçamento liquidado do STJ, no ano de 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
3. Foram computados todos os gastos com informática, independentemente de existir origem em orçamento, fundos, convênios, etc.

INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAUS DE UTILIZAÇÃO

1.13. NÚMERO DE COMPUTADORES POR USUÁRIOS NO STJ:

CORTE	Comp	Ui	Inf ₂
STJ	2.397	3.183	0,75

$$Inf_2 = \frac{Comp}{Ui}$$

Onde:

Comp ⇒ Número de computadores de uso pessoal

Ui ⇒ Usuários de computador

Metodologia:

1. Foram levantados todos os equipamentos em uso, microcomputadores e *laptops* e terminais de uso pessoal, interligados em rede ou não;
2. Foram incluídos como usuários de computador todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam, continuamente, os computadores do órgão.

1.14. OCUPAÇÃO DE ÁREA EM m² NO STJ:1.14.1. DESPESA POR m² TOTAL:

CORTE	Dpj	m ² total	D _{m²}
STJ	459.597.067	203.470	R\$ 2.258,80

$$D_{m^2} = \frac{Dpj}{m^2total}$$

Onde:

Dpj ⇒ Despesa do STJ

m²total ⇒ Área Total em metros quadrados

Metodologia:

1. O STJ informou a despesa que efetivamente realizou, a partir do orçamento liquidado em 2004, excluídos os gastos com Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV);
2. A ocupação em m² total incluiu a área total de todos os prédios do STJ, independentemente da finalidade (atividade-fim, arquivos, depósitos, inclusive estacionamentos privativos, etc.).

RELATÓRIO ANUAL 2005

1.14.2. PESSOAS POR m² ÚTIL:

CORTE	Paux	m²útil	P_{m²}
STJ	3.183	98.300	0,032

$$P_{m^2} = \frac{Paux}{m^2\acute{u}til}$$

Onde:

Paux ⇒ Total de Pessoal Auxiliar

m²útil ⇒ Área Útil Total em metros quadrados

Metodologia:

1. Foram considerados os Magistrados e todo o Pessoal Auxiliar (servidores, requisitados, terceirizados, contratados, estagiários etc.);
2. A ocupação em m2 útil incluiu a área útil total de todos os prédios do STJ, independentemente da finalidade.

1.14.3. PROCESSOS POR m² ÚTIL:

CORTE	proc	m²útil	proc_{m²}
STJ	208.384	98.300	2,12

$$proc_{m^2} = \frac{proc}{m^2\acute{u}til}$$

Onde:

proc ⇒ Número Total de Processos

m²útil ⇒ Metro Quadrado Útil Total

Metodologia:

1. Foram considerados todos os processos em papel (em tramitação e arquivados) existentes no STJ em 31/12/2004;
2. A ocupação em m2 útil incluiu a área útil total de todos os prédios do STJ, independentemente da finalidade.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO**2.1.1. CASOS NOVOS POR 100.000 HABITANTES NO STJ:**

CORTE	CN	h₂	C_h
STJ	215.411	1.816	118,63

$$C_h = \frac{CN}{h_2}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

h₂ ⇒ Número total de habitantes do Brasil dividido por 100.000**Metodologia:**

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados no STJ, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. O número total de habitantes foi fornecido pelo STF, tendo por base o número informado pelo IBGE como estimativa de 2004.

2.2.1. CASOS NOVOS POR MAGISTRADOS NO STJ:

CORTE	CN	Mag	C_m
STJ	215.411	33	6.527,61

$$C_m = \frac{CN}{Mag}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Mag ⇒ Número de Magistrados do STJ

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados no STJ, no ano de 2004, excluídas as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Considera-se como Magistrados no STJ o número de cargos criados até 31/12/2004.

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.4.1. CARGA DE TRABALHO NO STJ:

CORTE	CN	Cpj	Mag	κ
STJ	215.411	112.726	33	9.944

$$\kappa = \frac{CN + Cpj}{Mag}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

Mag ⇒ Número de Magistrados do STJ

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados no STJ, no ano de 2004, excluindo as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação no STJ, em 31/12/2003, excluindo os processos enviados a outros órgãos;
3. Considera-se como Magistrados no STJ o número de cargos criados até 31/12/2004.

2.5.1. TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO STJ:

CORTE	Sent	CN	Cpj	Γ
STJ	203.041	215.411	112.726	38,12%

$$\Gamma = 1 - \frac{Sent}{CN + Cpj}$$

Onde:

CN ⇒ Casos Novos

Cpj ⇒ Casos Pendentes de Julgamento

Sent ⇒ Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim ao processo.

Metodologia:

1. Casos novos foram os feitos originários e recursais, ingressados/protocolizados no STJ, no ano de 2004, excluindo as Cartas de Ordem recebidas e outros que não comportam decisões judiciais;
2. Os casos pendentes de julgamento representam o saldo de processos em tramitação no STJ, em 31/12/2003, excluindo os processos enviados a outros órgãos;
3. Foram computadas todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade);
4. Não foram computados como Sentença (*Sent*) os despachos de mero expediente.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO

2.6.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA EM ACÓRDÃOS DO STJ:

CORTE	Rsup	Apublic	τ
STJ	3.765	61.099	6,16%

$$\tau = \frac{R_{sup}}{A_{public}}$$

Onde:

R_{sup} $\Rightarrow$ Recursos à Instância Superior

A_{public} $\Rightarrow$ Número de Acórdãos Publicados

Metodologia:

1. Foram considerados Recursos à Instância Superior os Recursos Extraordinários e os Recursos Ordinários;
2. Foram considerados os acórdãos publicados em 2004.

2.6.1.a. TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA DE DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DO STJ:

CORTE	Agr	Da	τ
STJ	1.619	2.212	73,19%

$$\tau = \frac{Agr}{Da}$$

Onde:

Agr $\Rightarrow$ Agravos às Decisões de Admissibilidade de Recursos;

Da $\Rightarrow$ Decisões de Admissibilidade de Recursos.

Metodologia:

1. Foram considerados em Agr, os Agravos de Instrumento;
2. Foram consideradas em Da, as Decisões de Admissibilidade de Recursos.

RELATÓRIO ANUAL 2005

2.7.1. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA NO STJ:

CORTE	Rint	Decmono	τ_{int}
STJ	41.906	177.275	23,64%

$$\tau_{int} = \frac{R_{int}}{Decmono}$$

Onde:

R_{int} $\Rightarrow$ Recursos internos
 $Decmono$ $\Rightarrow$ Número de Decisões Monocráticas

Metodologia:

1. Foram considerados Recursos Internos (R_{int}) os Agravos Internos (Regimentais ou Legais);
2. Foram consideradas as Decisões Monocráticas proferidas em 2004.

2.7.1.a. TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA DE ACÓRDÃOS NO STJ:

CORTE	Rint	Apublic	τ_{int}
STJ	21.296	61.099	34,85%

$$\tau_{int} = \frac{R_{int}}{Apublic}$$

Onde:

R_{int} $\Rightarrow$ Recursos internos
 $Apublic$ $\Rightarrow$ Número de Acórdãos Publicados

Metodologia:

1. Foram considerados Recursos Internos (R_{int}) aqueles interpostos para julgamento no mesmo grau de Jurisdição, tais como: Embargos de Declaração, Embargos Infringentes e os Embargos de Divergência.
2. Foram considerados os acórdãos publicados em 2004.

LITIGIOSIDADE E CARGA DE TRABALHO

2.8.1. TAXA DE REFORMA DA DECISÃO NO STJ:

CORTE	Rp	Rj	Rd
STJ	indisponível	indisponível	indisponível

$$Rd = \frac{Rp}{Rj}$$

Onde:

Rp $\Rightarrow$ Recursos providos (ainda que parcialmente)
 Rj $\Rightarrow$ Recursos julgados

Metodologia:

1. Foram considerados como Recursos Julgados (Rj) os acórdãos publicados em 2004.

3.5. PESSOAS ATENDIDAS:

CORTE	PA
STJ	12.506

$$PA = \text{Pessoas\_Atendidas}$$

Metodologia:

1. Foi computado o **número de pessoas** que ingressaram com alguma ação judicial no Poder Judiciário Estadual, no ano de 2004, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental.

RELATÓRIO ANUAL 2005

4.1.1. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DO STJ:

CORTE	DGov₁
STJ	55.115

$$DGov_1 = Demanda\_Por$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas PELA União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

4.1.2. PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL NA DEMANDA DO STJ:

CORTE	DGov₂
STJ	21.143

$$DGov_2 = Demanda\_Contra$$

Metodologia:

1. Número total de ações propostas CONTRA a União, Governo Estadual, Governo Municipal, INSS, CEF, Banco do Brasil e outros órgãos e entes da Administração Indireta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O 1º Secretário, Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, procederá à leitura da Mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República.

É lido a seguinte:

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Brasil de hoje é um País com mais desenvolvimento e menos desigualdade. Um País no qual o econômico e o social, longe de ser excludentes, caminham lado a lado.

Ao prestar contas das ações do Executivo em 2005 e apresentar nossas metas e desafios para 2006, quero reafirmar que a construção deste Brasil melhor se deve ao esforço conjunto do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e ao engajamento de toda a sociedade brasileira.

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE em novembro de 2005, confirma que estamos avançando na superação de injustiças históricas, com a redução da pobreza e da concentração de renda.

Nesses últimos três anos, foram criados 3,4 milhões de novos postos de trabalho, todos com carteira assinada. Além disso, mais de 80% dos acordos salariais fechados em 2005 resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação.

Pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre o Governo e as centrais sindicais definiu o valor do novo salário mínimo, que já foi encaminhado ao Congresso Nacional na forma de um projeto de lei.

Ganha o trabalhador, que receberá um salário mínimo mais digno, mas ganha também o País como um todo, com os R\$15 bilhões que irão aquecer a economia graças ao aumento do poder de compra de significativa parcela da população brasileira.

Estamos, todos juntos, mudando o Brasil, mas sem perder de vista a estabilidade econômica, uma vez que inflação alta penaliza duramente os mais pobres e inviabiliza qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Nossos esforços conjuntos e nossa disciplina na condução da política econômica permitiram a devolução antecipada dos recursos emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), economizando US\$900 milhões em juros.

Não mais devemos ao FMI. Podemos caminhar com as próprias pernas, condição para avançar neste novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Estamos também retomando as grandes obras industriais e de infra-estrutura. Além de gerar milhares de empregos e reforçar as bases para o desenvolvimento do País, obras como a ferrovia Transnordestina, o Pólo Side-

rúrgico do Ceará, a duplicação da BR-101 e a Refinaria Abreu e Lima consolidam a industrialização do Nordeste, corrigindo desigualdades regionais históricas.

Fruto da parceria entre Brasil e Venezuela, a Refinaria Abreu e Lima é um dos muitos símbolos da integração do continente, que temos buscado desde o primeiro dia de nosso Governo, assim como o Gasoduto do Sul, que une Venezuela, Brasil e Argentina.

Enquanto avançamos na integração da América do Sul, nosso comércio exterior nos aproxima cada vez mais da Ásia e da África, sem perder de vista parceiros tradicionais e importantes como os Estados Unidos e a Comunidade Européia.

Nossas exportações continuam crescendo e chegaram ao patamar histórico de US\$118,309 bilhões em 2005, com um saldo comercial de US\$44,764 bilhões. As exportações continuarão a se expandir em 2006, gerando mais emprego e renda.

Ao mesmo tempo em que se prepara para atingir, em breve, a tão sonhada auto-suficiência em petróleo, o Brasil torna-se pioneiro na produção de uma alternativa energética menos poluente. Fortemente vinculado à agricultura familiar, o biodiesel é mais um exemplo de como a economia e a conquista de direitos sociais estão andando de braços dados no Brasil de hoje.

Estamos também criando condições para uma vida mais digna no campo. O Programa Luz para Todos já leva energia elétrica a mais de 2,2 milhões de brasileiros que vivem na zona rural. Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) subiram de R\$2,4 bilhões na safra 2002/2003 para R\$6,2 bilhões na de 2004/2005. Para a safra 2005/2006, foram oferecidos R\$9 bilhões.

Mas o Pronaf não apenas cresceu em volume de recursos. Antes concentrado na região Sul, o programa nacionalizou-se e hoje chega a todos os estados e a 5.360 municípios do País, também contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Superadas as dificuldades iniciais, o ritmo da reforma agrária se acelerou e, em 2005, assentamos 127.506 famílias. Nosso esforço tem sido para fazer uma reforma agrária de qualidade, com crédito, assistência técnica, educação, habitação, estradas e cisternas para assentamentos novos e antigos. Em 2006, pretendemos novamente ultrapassar a meta anual, avançando no cumprimento do estabelecido com os movimentos sociais do setor.

Queremos continuar avançando, e muito, na implementação das mudanças que o País precisa.

Ampliamos fortemente os investimentos sociais, que vêm crescendo a cada ano. Em 2003, investimos R\$11,4 bilhões em programas vinculados ao Ministério do Desen-

volvimento Social. Em 2004, R\$14 bilhões. Em 2005, R\$17,8 bilhões. Este ano, vamos investir R\$21,2 bilhões.

O Programa Bolsa Família já chega a 8,7 milhões de famílias, o equivalente a 77% daquelas que vivem abaixo da linha de pobreza. Nossa meta é chegar ao final de 2006 beneficiando 100% das famílias que vivem em extrema pobreza. Não se trata apenas de fazer transferência de renda, mas de resgatar cidadanias.

Se o Bolsa Família visa o combate imediato à extrema pobreza, cabe à Educação criar oportunidades para o futuro, sobretudo em benefício dos mais jovens.

Com a contribuição do Congresso Nacional, na apreciação e aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a educação deverá receber R\$21 bilhões a mais já em 2006.

Ao mesmo tempo, estamos criando dez novas universidades federais e 40 pólos universitários em várias regiões do Brasil. Estamos, também, possibilitando o acesso maciço de alunos de baixa renda ao ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que este ano já concedeu 203 mil bolsas.

O ProUni oferece a milhares de jovens vindos da rede pública a oportunidade, antes remota, de chegar à universidade. Da mesma forma que o ProJovem, outro importante programa voltado para a juventude brasileira, está assegurando a inserção social de 200 mil rapazes e moças que vivem em situação de risco nas regiões metropolitanas.

Trata-se, enfim, de continuar construindo hoje o Brasil de amanhã, tarefa que tem no Congresso Nacional um dos atores essenciais, apreciando, debatendo e aprovando medidas indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Quero destacar que, em 2005, saíram aprovados do Congresso – entre muitas outras iniciativas – o Programa Nacional de Microcrédito Orientado, a MP do Bem, a Lei de Falências, além do ProUni, do ProJovem e do Programa Nacional do Biodiesel.

Em 2006, temos novas conquistas pela frente: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Saneamento Básico, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, o Conselho Nacional de Bioética, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outras.

Tenho certeza de que continuaremos trabalhando juntos, Governo, Congresso e sociedade, na construção de um Brasil cada vez mais desenvolvido e menos desigual – para nós, nossos filhos e as futuras gerações.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República.

I – A Consolidação das Bases Para o Desenvolvimento Sustentável, com Inclusão Social

Nos últimos doze meses, o Brasil deu prosseguimento à construção de um sólido ambiente macroeco-

nômico e à criação de condições para um processo de desenvolvimento sustentado e equilibrado nos próximos anos. O controle das finanças públicas e da inflação, a ampliação da poupança doméstica e o excepcional desempenho das contas externas do País são os pilares econômicos que permitirão o Brasil crescer a um ritmo cada vez mais forte, sem gerar desequilíbrios que comprometam o desenvolvimento futuro.

A construção das bases para um novo padrão de desenvolvimento do País está, no entanto, muito além da solidez das variáveis macroeconômicas. A mudança no padrão de gestão das políticas públicas e um conjunto amplo de reformas institucionais tem criado as condições para um aumento da eficiência da economia em geral – e do setor público em particular –, bem como um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e ao investimento privado.

O mais importante é que esse fortalecimento da base econômica do desenvolvimento ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento de políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais, cujos resultados já aparecem de forma bastante clara.

Após a forte expansão de 2004, em 2005 o crescimento econômico desacelerou-se em decorrência, principalmente, da necessidade de a política monetária controlar o surto inflacionário observado entre meados de 2004 e meados de 2005 e do efeito das turbulências políticas sobre as expectativas que se acentuaram a partir do segundo trimestre. Nesse contexto, 2005 foi essencialmente um ano de consolidação do ajuste macroeconômico iniciado em 2003.

A inflação medida pelo IPCA, que já havia caído de 9,3%, em 2003, para 7,6%, em 2004 (e que, em função das pressões inflacionárias chegou a alcançar 8,1% no acumulado em 12 meses em abril de 2005), voltou a cair, fechou 2005 em 5,69% e ficou pelo segundo ano consecutivo dentro da faixa definida pelo regime de metas de inflação. Já a inflação medida pelo IGP-M (que é utilizado na correção de diversas tarifas de serviços públicos, como eletricidade e telecomunicações) declinou de 12,4% em 2004 para 1,21% em 2005, a menor taxa de variação de toda a série histórica do índice.

Além de sua importância para a estabilidade macroeconômica e, portanto, para a criação de condições para um crescimento sustentável nos próximos anos, o controle da inflação também tem claros benefícios sociais. Em 2005, o valor da cesta básica em São Paulo reduziu-se em 0,5%, registrando a maior queda anual desde 1994, o que contribuiu para o aumento do poder de compra da população mais pobre.

Apesar da desaceleração decorrente do esforço de contenção dos preços e do impacto das turbulências políticas, a economia seguiu sua trajetória de cresci-

mento e, ao que tudo indica, o biênio 2004-2005 deverá registrar a expansão mais forte desde 1995.

Mais importante que o desempenho conjuntural, no entanto, é o fato de que, apesar do ambiente político mais conturbado, o Brasil seguiu em sua trajetória de consolidação macroeconômica, com a inflação e a dívida pública em queda e com o reforço da solidez das contas externas. Em particular, as expectativas de inflação para 2006 estão convergindo para a meta de 4,5%, o que confirma o sucesso da política de controle da inflação e abre espaço para um crescimento mais robusto da economia.

Nesse contexto, não apenas as condições macroeconômicas para uma nova aceleração do crescimento estão cada vez mais fortes, como os dados indicam que esse processo já se iniciou e que deve se consolidar em 2006. De fato, a continuidade do crescimento do emprego e da renda do trabalho – que resultaram em uma expansão de 5% na massa salarial em termos reais no acumulado de 2005 até o mês de dezembro –, a manutenção de um ritmo acelerado de expansão do crédito e, principalmente, a reversão da tendência de queda da confiança dos consumidores – indicador de que o efeito das turbulências políticas sobre as expectativas está sendo diluído –, reforçam a perspectiva de um crescimento ainda mais sustentado em 2006.

No âmbito das contas públicas, o compromisso do Governo com uma política fiscal consistente tem garantido a contínua redução da dívida pública, afastando de forma clara o risco de insolvência do setor público e ampliando a confiança na sustentabilidade fiscal de longo prazo. Após ter sido reduzida de 55,5% do PIB para 51,7% do PIB entre o final de 2002 e o final de 2004, a dívida líquida do setor público continuou em declínio, alcançando 50,9% do PIB em novembro de 2005.

Avanços importantes também foram alcançados nas relações econômicas do País com o resto do mundo. O setor exportador soube aproveitar a expansão do comércio mundial e registrou um excepcional desempenho. As exportações cresceram 22,6% em 2005, alcançando US\$118,3 bilhões, e foram determinantes para a elevação do superávit comercial de US\$33,7 bilhões em 2004 para US\$44,8 bilhões em 2005. Como consequência, o superávit em transações correntes passou de US\$11,7 bilhões em 2004 para US\$14,2 bilhões em 2005.

O desempenho positivo do saldo em conta corrente e a atração de investimentos estrangeiros diretos – que alcançaram US\$15,2 bilhões no acumulado em 12 meses até dezembro de 2005 – permitiram ao País ampliar significativamente suas reservas internacionais e seguir na trajetória de redução da dívida externa. Enquanto as reservas internacionais líquidas do Brasil (não considerados os créditos do Fundo Monetário Internacional – FMI) subiram de US\$27,5 bilhões para

US\$53,8 bilhões entre 2004 e 2005, a relação entre a dívida externa e o PIB de nosso País, que já havia caído de 45,9% para 33,3% entre o final de 2002 e o final de 2004, seguiu em queda, alcançando 24,7% do PIB em setembro de 2005.

Esse excelente desempenho das contas externas reflete não apenas o grande potencial produtivo e competitivo de nossas empresas, mas também uma política incisiva de defesa dos interesses comerciais do Brasil, que tem viabilizado a abertura de novos mercados e a obtenção de vitórias significativas em disputas comerciais. O fortalecimento das contas externas e o compromisso com a consistência macroeconômica criaram as condições para que o Brasil pudesse encerrar de forma tranqüila um longo período de dependência do apoio do FMI. A liquidação antecipada da dívida com o FMI foi o desdobramento natural da melhora alcançada nos fundamentos econômicos e confirma a redução significativa da dependência de capitais externos, que havia se constituído em um dos principais fatores de instabilidade econômica do País nas últimas décadas.

Tais avanços não apenas reduzem o grau de volatilidade das variáveis macroeconômicas, como também a exposição de nossa economia a mudanças no cenário internacional. Uma consequência dessa mudança é a contínua melhora da percepção do risco associado ao País, cujo principal indicador, o índice EMBI+ (que mede a diferença em centésimos de pontos percentuais entre as taxas de juros dos títulos brasileiros e as taxas de títulos do Tesouro Norte-Americano de mesmo prazo), que já havia caído do patamar de 1.300 pontos no final de 2002 para 400 pontos no final de 2004, seguiu em queda, alcançando pouco mais de 300 pontos no final de 2005.

Mas os avanços na gestão da economia observados no último ano vão muito além do controle da inflação e da consolidação de bons resultados no setor externo. Em continuidade às mudanças iniciadas em 2003, seguiu-se, em 2005, o processo de aperfeiçoamento na condução da política fiscal. No que diz respeito à gestão da dívida pública, no ano de 2005 foi dado prosseguimento à diminuição da parcela da dívida doméstica indexada à taxa de câmbio, que após ter sido reduzida de 40,7% em setembro de 2002 para 9,9% em dezembro de 2004 alcançou 1,2% do total em dezembro de 2005.

Ao mesmo tempo, a parcela da dívida prefixada, que havia crescido de 6,5% para 20,1% do total e em setembro de 2002 e dezembro de 2004, alcançou 27,9% em dezembro último. Essa mudança fortalece a política fiscal ao reduzir a exposição da dívida pública a flutuações na taxa de câmbio, que foi um dos principais motivos para o forte aumento da dívida entre 1999 e 2002.

A mudança mais importante na gestão da política fiscal diz respeito à forma de se promover o ajuste das contas públicas. Enquanto na administração anterior esse ajuste foi realizado essencialmente por meio de sucessivos aumentos de tributos – que elevaram a carga tributária de 29,8% do PIB em 1995 para 35,6% do PIB em 2002 –, a melhora do desempenho fiscal observada em 2005 ocorreu sem o aumento de alíquotas ou a criação de novos tributos.

Ao contrário, o bom desempenho da arrecadação federal no ano – que decorreu da boa rentabilidade das empresas num ambiente de crescimento econômico, e levou a um expressivo aumento da arrecadação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro – permitiu a adoção de uma série de medidas de desoneração tributária, voltadas ao aumento

do potencial de crescimento da economia e melhoria da distribuição de renda do País. A lista de medidas adotadas em 2003 é extensa (o Quadro 1 apresenta as principais), mas é possível agrupá-las em dois grandes grupos.

O primeiro conjunto diz respeito às medidas voltadas à redução do custo do investimento, cujo objetivo é criar condições para ampliar de forma sustentada o volume de investimentos no País. Entre essas, destaca-se a finalização do processo de redução a zero da alíquota do IPI incidente sobre os bens de capital. Também se incluem nessa categoria medidas voltadas à correção de distorções tributárias que oneravam nossas exportações, como o RECAP (voltado às empresas exportadoras em geral) e o REPES (voltado à exportação de *software*).

QUADRO 1 – Medidas de Desoneração Tributária

Medidas de Desoneração Tributária	Instrumento Legal
I. Redução do custo do investimento	
Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP)	Lei nº 11.196/2005 Decretos nº 5.649/2005 e 5.629/2005
Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES)	Lei nº 11.196/2005
Desoneração do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes e defensivos agropecuários	Decreto nº 5.630/2005
Redução da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre o Biodiesel	Decreto nº 5.457/2005
Desoneração de IPI sobre bens de capital	Decreto nº 5.468/2005
II. Eficiência econômica	
Mercado Imobiliário/Agronegócio	
Regime especial de tributação do patrimônio de afetação	Lei nº 11.196/2005
Contabilização da receita financeira das empresas do setor imobiliário – apuração da base de cálculo de IR e CSLL	Lei nº 11.196/2005
Isenção do Imposto de Renda na troca de imóveis residenciais	Lei nº 11.196/2005
Redução do Imposto de Renda sobre a alienação de imóveis residenciais	Lei nº 11.196/2005
Tratamento tributário dos fundos imobiliários	Lei nº 11.196/2005
Tratamento tributário do faturamento das companhias securitizadoras do agronegócio	Lei nº 11.196/2005
Mercado financeiro	
Isenção de PIS/COFINS nas operações de Hedge	Decreto nº 5.442/2005
Adequação da tributação do PIS/COFINS, CSLL e IR incidente sobre os instrumentos derivativos	Lei nº 11.196/2005
Inovação tecnológica	
Incentivos tributários à inovação tecnológica	Lei nº 11.196/2005
Programa de Inclusão Digital	Lei nº 11.196/2005 Decreto nº 5.602/2005
Outros	
Ampliação do prazo de recolhimento de tributos	Lei nº 11.196/2005
SIMPLES – Ampliação e regulamentação dos limites	Lei nº 11.196/2005 MP nº 275/2005

A ampliação da eficiência da economia em diversas áreas é o objetivo do segundo conjunto de medidas de desoneração tributária. Esse é o caso, por exemplo, das medidas voltadas à melhora do funcionamento do mercado imobiliário por meio, por exemplo, da redução do imposto incidente na troca de imóveis residenciais e da instituição de um regime especial de tributação para as incorporações que adotarem o regime de patrimônio de afetação. É o caso também da consolidação e ampliação dos incentivos fiscais para a inovação e o desenvolvimento tecnológico das empresas, bem como de um amplo conjunto de medidas voltadas ao funcionamento mais eficiente dos mercados financeiros,

como a isenção de PIS e Cofins nas operações de *hedge* e a desoneração tributária de instrumentos de captação voltados ao financiamento habitacional.

As mudanças na qualidade da gestão econômica iniciadas em 2003 e que tiveram continuidade em 2005 vão, no entanto, muito além das medidas fiscais e tributárias. Ao lado das mudanças institucionais voltadas para o aumento da eficiência econômica e para a melhoria do ambiente de negócios no País (ver o Quadro 2 para um resumo das principais medidas), foi dada sequência à implementação de aperfeiçoamentos importantes na forma da condução das políticas públicas em diversas áreas.

QUADRO 2 – Reformas Institucionais

Reformas Institucionais	Instrumento Legal
Lei de Falências	Lei nº 11.101/2005
Lei de Falências – Código Tributário Nacional	Lei Complementar nº 118/2005
Aperfeiçoamento da Lei de Concessões	Lei nº 11.196/2005
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	Decreto nº 5.352/2005
Parceria Público Privada – Integralização das cotas no Fundo Garantidor de PPPs & Criação do Comitê Gestor	Decreto nº 5.411/2005 Decreto nº 5.385/2005
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)	Lei nº 11.182/2005
Atuação integrada e intercâmbio de informações entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária	Decreto nº 5.644/2005
Reformulação do Código de Processo Civil – Execução do Código de Processo Civil	Lei nº 11.232/2005
Previdência Complementar e Setor Imobiliário Permissão para que recursos previdenciários possam ser usados como colateral de financiamento imobiliário	Lei nº 11.196/2005
Blindagem dos planos de previdência privada	Lei nº 11.196/2005
Fundos de locação imobiliária	Lei nº 11.196/2005
Política Social ProUni	Lei nº 11.096/2005 e Lei nº 11.128/2005
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituição do Conselho Gestor do FNHIS	Lei nº 11.124/2005
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Lei nº 11.110/2005

Entre as reformas institucionais implementadas no período destacam-se os avanços na reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências, publicada em fevereiro de 2005, que tem como principal objetivo a criação de condições para que empresas com dificuldades financeiras, mas que sejam operacionalmente viáveis possam continuar em atividade, invertendo a lógica da legislação anterior, que levava empresas viáveis a serem sucateadas pela falta de um mecanismo de coordenação dos credores. A nova Lei de Falências também contribui para aumentar a segurança jurídica dos contratos, ao ampliar a prioridade dos créditos com garantia real nos processos de falência, contribuindo assim para a redução do risco dos credores e, portanto, do *spread* bancário.

O aumento da eficiência do sistema de crédito e o desenvolvimento de novos instrumentos de intermediação financeira são o objetivo de uma série de outras medidas. Na área do crédito imobiliário, deu-se sequência à regulamentação dos mecanismos destinados à securitização dos créditos imobiliários, criando condições para o desenvolvimento de novas fontes de financiamento imobiliário, além das fontes tradicionais do Sistema Financeiro de Habitação.

Outra área que mereceu atenção no âmbito das reformas institucionais foi a da infra-estrutura. O principal avanço nessa área foi o progresso na regulamentação das parcerias público-privadas (PPP), que contribuirão para o aumento do investimento privado em obras de infra-estrutura nas quais a rentabilidade é insuficiente para uma concessão tradicional.

Na área do agronegócio, foi colocada em prática uma série de instrumentos criados neste Governo e voltados para o financiamento da produção e da comercialização, bem como para o funcionamento mais eficiente dos processos de armazenamento e comercialização da produção. Também foram introduzidos aperfeiçoamentos na forma de operação da política agrícola, como a possibilidade de utilização de subvenções para o seguro agrícola e para as opções de venda privadas. Essas medidas constituem os primeiros passos de uma reforma do modelo de política agrícola, que precisa ser atualizado para acompanhar o potencial de crescimento do agronegócio no País.

O Governo adotou, também, uma série de medidas nas áreas da política industrial e tecnológica. Entre essas se destacam a entrada em operação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a regulamentação da nova Lei de Inovação, que tem como objetivo principal a maior integração entre a pesquisa desenvolvida nas universidades e centros de pesquisa e o atendimento das necessidades de desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras. Por meio dessas

medidas procura-se construir as condições para que o Brasil possa ter uma participação ativa e consolidar uma posição de destaque nas áreas em que o desenvolvimento tecnológico é mais acelerado.

Por intermédio de uma política econômica voltada para o crescimento sustentável – tanto pela consolidação de um ambiente macroeconômico estável quanto pela implementação de um amplo conjunto de reformas institucionais – e da definição de uma nova forma de atuação das políticas setoriais, o Governo tem construído um novo modelo de desenvolvimento que compatibiliza crescimento, estabilidade econômica e a priorização de áreas estratégicas para fortalecer a inserção do Brasil na economia mundial.

O mais importante é que esses avanços na esfera econômica têm se realizado simultaneamente com um amplo conjunto de ações voltadas para a inclusão social e para a redução das disparidades de renda no Brasil. Além da ampliação dos programas sociais – entre os quais se destaca o Bolsa-Família -, a estratégia de inserção social do Governo tem priorizado a criação de condições para o acesso ao capital, a custos aceitáveis, por parte dos pequenos empreendedores, formais e informais.

O conjunto de medidas voltadas ao acesso da população de baixa renda ao crédito e aos serviços bancários é bastante amplo. Entre essas medidas destaca-se a forte ampliação dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passaram de R\$4,5 bilhões na safra 2003/2004 para R\$6,1 bilhões na safra 2004/2005 e devem alcançar R\$9,0 bilhões na safra 2005/2006. Também se destaca, em 2005, a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a ampliação de programas de inclusão financeira iniciados neste Governo, como a criação das contas bancárias simplificadas e o estímulo ao desenvolvimento das cooperativas de crédito.

A priorização das políticas de acesso ao capital pela população de baixa renda e pelos pequenos empreendedores se configura como uma verdadeira revolução na forma de fazer política social no Brasil. Ao difundir a cultura do crédito e da produção, e ao potencializar a capacidade produtiva da parcela mais pobre da população, essas políticas têm impactos extremamente positivos sobre a redução das desigualdades sociais.

Na área da educação, o principal destaque foi a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que, a um custo baixo, viabilizou uma expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior para a população de baixa renda.

Ainda que as políticas econômicas e sociais deste Governo tenham características estruturantes, e portanto o conjunto de seus resultados só fique claro no longo prazo, alguns de seus efeitos positivos já podem ser percebidos.

Um desses efeitos é a geração de empregos, principalmente formais, que vem ocorrendo em um ritmo sem precedentes na História recente do País. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005 foram criados 3.42 milhões de empregos no País e, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de ocupação alcançou, em 2004, o maior nível desde 1996. Com referência ao ano de 2005, os dados do Cadastro Geral de Empregados Desempregados (CAGED) mostram que foram abertas mais de um milhão e duzentas mil vagas, confirmando a trajetória de forte recuperação do emprego formal.

Também no que diz respeito à renda recebida pelos trabalhadores já pode ser percebida uma inflexão de trajetória. Segundo a PNAD, após um período de queda contínua iniciada em 1997, a renda média real dos trabalhadores estabilizou-se em 2004. Já para o ano de 2005, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME) mostram que, até o mês de dezembro, houve um aumento real de 1,7% da renda média habitual dos trabalhadores, tendência que – a partir da sólida base econômica que está sendo construída – deverá se consolidar e expandir nos próximos anos.

Os avanços sociais que começam a ser observados não dizem respeito apenas à renda e ao emprego, mas se refletem também numa ampliação relevante da cobertura de serviços sociais como educação e saneamento. E, o que é mais importante, os dados da PNAD indicam que a pobreza e a desigualdade de renda apresentaram uma redução significativa entre 2002 e 2004, confirmando o sucesso das políticas que têm sido adotadas. De acordo com esses dados, a taxa de pobreza, que entre 1995 e 2002 havia caído a uma taxa média de 1,6% ao ano, acelerou a queda entre 2002 e 2004, caindo a um ritmo médio de 2,2% ao ano, mesmo com os fortes ajustes econômicos realizados em 2003.

Embora os resultados já obtidos sejam importantes, o trabalho de construção de um novo modelo de desenvolvimento ainda não está concluído. No âmbito macroeconômico, além da atenção sempre constante à inflação e da necessidade de manter a política firme de defesa dos interesses comerciais do Brasil, é preciso consolidar o compromisso do Governo com a sustentabilidade das contas fiscais e a redução progressiva da dívida pública, ao mesmo tempo em que se constro-

em as condições para a redução progressiva da carga tributária e a ampliação dos investimentos públicos. O sucesso na gestão macroeconômica cria condições não apenas para uma redução sustentável das taxas reais de juros, mas também para que o crescimento se dê de forma sustentável, sem gerar desequilíbrios que comprometam sua trajetória futura.

Nesse contexto, as perspectivas para 2006 indicam não apenas um crescimento mais robusto do que o de 2005 – consequência natural do ajuste realizado no último ano –, mas também o avanço contínuo na direção de um ambiente macroeconômico cada vez mais sólido.

No que diz respeito às finanças públicas, a manutenção do compromisso com um regime fiscal consistente deverá viabilizar a continuidade da trajetória de queda da dívida pública concomitantemente com a melhora de sua qualidade, por meio da ampliação do prazo médio dos títulos e do aumento da participação de títulos pré-fixados e dos títulos indexados a índices de preços, conforme sinalizado no Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal.

Já no tocante à inflação, a perspectiva para 2006 é de continuidade da queda da taxa medida pelo IPCA, que tende a convergir para um nível próximo à meta de 4,5%, perspectiva confirmada pelas projeções de mercado. Por fim, com relação às contas externas, a tendência é de manutenção da trajetória de expansão das exportações, bem como de fortalecimento das reservas internacionais e de redução do endividamento externo líquido do País e do setor público, ampliando ainda mais a solidez construída ao longo dos últimos anos.

No âmbito das reformas institucionais há ainda uma agenda a implementar. Um conjunto de projetos de grande relevância já se encontra em tramitação no Congresso Nacional e sua aprovação certamente contribuirá para ampliar ainda mais a capacidade de crescimento sustentável do País. Entre esses projetos merece destaque a reforma tributária – que a partir da unificação da legislação do ICMS e do fim da guerra fiscal criará condições para uma expressiva racionalização da tributação indireta no País. Também na área tributária estão em tramitação os projetos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e da Pré-Empresa, este último de grande importância para promover a formalização de uma importante parcela dos empreendimentos informais do País.

Outros projetos que já se encontram em tramitação no Congresso Nacional podem contribuir de forma relevante para a melhoria do ambiente de negócios e para o aumento da eficiência econômica. Entre esses se destacam os que tratam da criação da Receita Fe-

deral do Brasil – unificando a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária –, da abertura do mercado de resseguros, da reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, da regulamentação das agências reguladoras, bem como o projeto que regulamenta os bancos de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo), que deve contribuir para uma redução relevante do custo do crédito ao viabilizar maior acesso às informações sobre o histórico de crédito das pessoas físicas e das pequenas empresas.

Naturalmente, a agenda de reformas não se esgota nos projetos em tramitação no Congresso. Uma série de outras medidas encontra-se em estudo, com destaque para o projeto que simplifica os procedimentos de abertura e fechamento de empresas e a revisão da estrutura do seguro rural no Brasil – etapa indispensável na reformulação da estrutura da política agrícola.

Em particular, uma mudança de grande importância é o processo de integração dos fiscos federal, estaduais e municipais, que vem sendo conduzido pela Secretaria da Receita Federal. Esse processo se inicia com a sincronização dos cadastros dos fiscos (que já está em vigor para alguns estados) e deve conduzir, dentro de alguns anos, à implementação de um sistema integrado de emissão de documentos fiscais por meio eletrônico. Quando esse processo estiver completado, uma revolução na estrutura tributária do País será possível, não apenas pelo fechamento de importantes brechas de sonegação fiscal, ruas também porque permitirá a unificação e racionalização dos tributos indiretos, que são hoje a maior fonte de distorções em nossa estrutura de tributação.

Os avanços realizados na gestão econômica e social do Brasil nos últimos trinta e seis meses e, em particular, em 2005 são relevantes, mas devem ser entendidos como o que realmente são: parte de um processo mais amplo de mudança no modelo de desenvolvimento do País. Mudança que já tem produzido resultados importantes e que seguirá sendo implementada, apresentando benefícios cada vez mais claros em termos do desempenho econômico e social do País.

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Em 2005, O Governo Federal investiu esforços na consolidação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) mediante ação coordenada de diversos órgãos da administração pública federal e parcerias com instituições privadas.

As ações da PITCE buscaram valorizar os setores produtivos de alto valor agregado, por meio da criação de arranjo institucional e de mecanismos legais,

além de fomento aos setores prioritários. Foram criados e encontram-se em pleno funcionamento o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), além da Agência Brasileira de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil).

Do temas tratados pelo CNDI, em 2005, destacam-se a discussão da proposta para simplificação do processo de registro e legalização de empresas, visando desburocratizar o processo atual, e o diagnóstico do setor de eletrônicos e semicondutores no Brasil, com proposta de um Plano Nacional de Microeletrônica.

A programação de trabalho da ABDI tem se fundamentado em quatro macroprocessos mobilizadores: Indústria Forte; Inova Brasil; Opções Estratégicas e Temas Portadores de Futuro; e Inteligência Estratégica. A ABDI tem acompanhado a execução dos programas e projetos que compõem a PITCE, produzindo informações relevantes para os processos de tomada de decisão com vistas ao alcance dos resultados propostos por essa Política.

Foram registrados, no ano de 2005, avanços no que se refere à constituição de novos marcos legais com a formação no País de um ambiente indutor do trabalho integrado de cientistas, pesquisadores e empresários no desenvolvimento de novos processos e produtos, ampliando a participação da iniciativa privada no esforço nacional de geração de conhecimento e inovação.

O trabalho conjunto entre o Governo e a iniciativa privada permitiu a regulamentação da Lei de Inovação, fundamental para incentivar parcerias entre centros de pesquisa, universidades e o setor produtivo. Além da subvenção, foram estabelecidos os dispositivos legais para a incubação de empresas no espaço político e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores, criando-se também regras para a participação do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo.

Destacam-se também a constituição de incentivos fiscais para a inovação nas empresas criados pela Lei nº 11.196, de 2005. Essa lei permite a criação de um pacote de incentivos fiscais à inovação tecnológica, que inclui a redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. Outra medida contemplada nessa norma legal refere-se à inclusão digital. A lei define os valores máximos de isenção da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente

da venda de computadores no varejo. Esse incentivo é válido até 2009.

As empresas inovadoras também se beneficiarão da nova lei, pois elas poderão deduzir do Imposto de Renda até o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento, abater como despesas operacionais as transferências destinadas à execução de atividades de inovação feitas às microempresas e empresas de pequeno porte e a inventores independentes, além de receber subvenção pública de até 50% da remuneração de pesquisadores contratados para exercer atividades de inovação tecnológica.

Em 2005, foi também regulamentada a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a chamada Lei de Biossegurança. Essa lei estabeleceu um novo marco no que se refere às normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados.

Em 2006, espera-se a regulamentação da Lei de Informática que concede incentivos fiscais às empresas que investem em P&D, localizadas na Zona Franca de Manaus, mediante desconto no recolhimento do IPI referente ao produto a ser fabricado no Brasil.

No ano de 2005, foram efetivados aportes significativos de recursos, reembolsáveis e não-reembolsáveis, para os setores prioritários da PITCE. Foram oferecidos, no ano passado, R\$343,3 milhões, em recursos não-reembolsáveis, voltados para as ações dessa Política.

A estruturação do novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais permitiu focar na PITCE cerca de 60% dos recursos disponíveis para novos investimentos desses fundos, em 2005. Agregam-se a isso os créditos reembolsáveis estendidos a empresas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento. O novo modelo de gestão aumentou a eficiência na execução dos recursos dos fundos, atingindo-se a marca aproximada de 99% de execução dos recursos disponíveis 2005. A execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), compostos fundamentalmente por recursos dos Fundos Setoriais, aumentou de R\$343 milhões, em 2002, para R\$628 milhões, em 2004, atingindo R\$800 milhões em 2005.

No âmbito da PITCE, ocorrerão em 2006: i) a estruturação e implantação das linhas de subvenção a atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas com recursos do FNDCT, previstas na Lei de

Inovação; ii) a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC); iii) a seleção e contratação de projetos nos setores prioritários e áreas portadoras de futuro (bens de capital, microeletrônica, semicondutores, fármacos, *software*, nanotecnologia, biotecnologia e biomassa); iv) a seleção e contratação de projetos de parceria entre instituições científicas e tecnológicas e empresas; e v) a seleção e contratação de projetos de suporte a serviços tecnológicos para empresas (Tecnologia Industrial Básica, Incubadoras de Empresas, Parques Tecnológicos, Núcleos de Inovação e Portais).

A concessão de crédito para projetos de inovação em empresas totalizou, em 2005, R\$650 milhões em recursos reembolsáveis, 80% dos quais se destinaram a projetos prioritários da PITCE, com especial destaque para o setor de bens de capital.

Foram analisados, também em 2005, um total de 1.254 requerimentos para inclusão na lista de produtos do regime de ex-tarifários, sendo concedidas 1.251 reduções tarifárias, o que resultou em um investimento em bens importados, sem similar nacional, de US\$1,97 bilhão. O impacto da ampliação dessa lista, até novembro de 2005, foi de US\$16,6 bilhões de investimentos vinculados em reestruturação e modernização de diversos segmentos industriais, com significativos reflexos nas exportações e na geração de empregos.

A meta de exportação para o setor de *software* continua sendo de US\$2 bilhões, em 2007, meta essa que está sendo efetivamente incorporada pelo mercado. Por sua vez, a PITCE e a ABDI continuam desenvolvendo núcleos de excelência no Brasil nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa.

a) Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior propiciou a superação das metas estabelecidas para 2005. O Governo elevou para US\$132 bilhões a meta de exportações do Brasil em 2006. Esse número representa uma revisão de 10% da meta inicialmente estabelecida, em 2002, de duplicar as vendas externas do País até o final do Governo. Esse objetivo está muito próximo de ser alcançado, tendo em vista que desde 2003 as exportações brasileiras vêm crescendo acima da média mundial.

Para viabilizar essa meta, o Governo reforçar suas incumbências na área de promoção comercial com a realização de missões empresariais, feiras internacionais e eventos para a divulgação de serviços e produtos nacionais. Será dada continuidade também ao processo de desburocratização do comércio exterior.

Está prevista em 2006, a instalação de três novos centros de distribuição, na Alemanha, Polônia e em Portugal. Esses centros contribuirão com a redu-

ção da distância entre exportadores brasileiros e seus clientes no exterior, atendendo à dinâmica da demanda local e apoiando atividades e ações focadas nos canais de distribuição.

O ano de 2005 encerrou-se com exportações de US\$118,309 bilhões, importações de US\$73,545 bilhões, saldo comercial de US\$44,764 bilhões e corrente de comércio de US\$191,854 bilhões. Em valor, a expansão das exportações significou geração adicional de divisas da ordem de US\$21,834 bilhões, de 2004 para 2005. Já nas importações, o aumento foi de US\$10,732 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar corrente de comércio superior a US\$190 bilhões em 2005, valor 20,9% acima dos US\$159,288 bilhões de 2004.

A continuidade do esforço de simplificação e de desburocratização das operações de comércio exterior contemplou a redução dos trâmites burocráticos e operacionais, com a consolidação de todas as normas de exportação e importação, inclusive as que versam sobre o mecanismo do *drawback*, em duas portarias, o que passou a possibilitar, aos usuários desses serviços, o rápido acesso à regulamentação e aos procedimentos que devem ser observados. Nessa oportunidade, reduziu-se, também, o universo de produtos sujeitos a tratamento prévio tanto na exportação quanto na importação. Os referidos documentos estão disponíveis na Internet, sendo tempestivamente atualizados. Tal medida resultou em maior transparência e publicidade dos atos legais em vigor, ampliando ainda mais o acesso às informações e reduzindo a margem de erros nas solicitações de licenciamento de operações de comércio exterior. Em relação à redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para remessas financeiras destinadas ao pagamento de despesas relativas à promoção das exportações, foram editados novos atos normativos, visando à simplificação dos procedimentos.

No tocante às ações de modernização dos sistemas operacionais, estão sendo desenvolvidos o novo módulo comercial do Siscomex Exportação e o *drawback* eletrônico na modalidade isenção, e aperfeiçoado o *drawback* eletrônico na modalidade suspensão. Todos estarão disponíveis na Internet, com previsão de implantação no ano de 2006. Há que se registrar o caráter permanente na implementação de medidas para a simplificação dos procedimentos normativos e operacionais do comércio exterior brasileiro, em consonância com os anseios do empresariado nacional.

Em 2006, será dada continuidade ao aperfeiçoamento do Sistema de Automação de Registro do

Comércio (SIARCO), bem como à ampliação da participação do Governo em negociações internacionais sobre serviços e investimentos, no âmbito de acordos bilaterais, regionais e multilaterais. Ainda nessa área, deve ser destacado o desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado e Integrado de Informações de Operações de Comércio Exterior de Serviços (SIS-COSERV), que contribuirá para fortalecer a participação do Governo nas referidas negociações.

O Radar Comercial, sistema informatizado de inteligência comercial, instrumento que auxilia o exportador brasileiro, principalmente as pequenas e médias empresas, no levantamento das potencialidades dos seus produtos, alcançou, durante o ano de 2005, 43.700 acessos e atingiu 15.188 usuários cadastrados, permitindo a identificação de oportunidades comerciais em mais de 54 países responsáveis por 92% do comércio mundial. Já o Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior (ALICE) tem mais de 75.500 usuários cadastrados, oriundos de 97 países, com média de 820 acessos/dia e 1.355 consultas/dia. O Portal do Exportador, com *links* e informações sobre comércio exterior, ultrapassou 1,4 milhão de acessos, representando incremento de 45,6% em 2005. O Portal, que inclui o sistema Fala Exportador – para dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera em comércio exterior –, recebeu 16.923 consultas com a redução do tempo de resposta para um dia útil, com índice de atendimento de 98,8% em relação ao número de consultas recebidas.

Em 2005, foram analisados vinte e quatro processos de defesa comercial, incluindo os processos abertos em 2004 e ainda não encerrados, resultando na aplicação de dez medidas de defesa comercial e no encerramento de quatro processos sem a aplicação de medidas. Ademais, visando subsidiar a participação brasileira nos fóruns internacionais de defesa comercial foram realizados mais de cento e quatro estudos. Durante as negociações que culminaram com a entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi acordado com aquele país a previsão de aplicação de salvaguardas transitórias aos seus produtos. Em vista disso, o Governo, considerando o elevado patamar de entendimento alcançado pelas relações bilaterais com a China, a intensificação do intercâmbio comercial em benefício de ambas as partes e tendo presente, ainda, que medidas de salvaguarda são importante instrumento para evitar o desenvolvimento desordenado do comércio, decidiu regulamentar a aplicação de salvaguardas aos produtos procedentes daquele País.

Na estratégia de ampliação e diversificação da pauta brasileira de exportação e dos mercados de

destino, serão promovidos 17 Encontros Nacionais de Comércio Exterior (ENCOMEX) em todo o País. Além disso, cerca de 3.500 profissionais, entre empresários e agentes de comércio exterior, serão capacitados pelo programa REDEAGENTES visando facilitar o acesso das empresas de pequeno porte ao mercado internacional.

Foi também desenvolvido o Projeto Design Excellence, com a participação do Brasil na Feira Internacional Design Award, um dos principais concursos de *design* da Europa. Em 2005, foram classificados 163 produtos brasileiros, consolidando a promoção e o fortalecimento da Marca Brasil no exterior.

Uma das iniciativas de destaque, em 2006, será a execução da campanha promocional We do it different (Nós fazemos diferente), que estará presente em feiras, missões, temporadas em grandes redes varejistas, bem como em locais públicos e privados. O objetivo da campanha é ampliar a divulgação da Marca Brasil e aumentar o potencial da geração de negócios, principalmente na Europa.

Outro ponto de destaque foi o Programa do Artesanato Brasileiro. O Programa apoiou a participação de artesãos em seis feiras nacionais e em quatro feiras regionais, além de desenvolver a Rota da Estrada Real em oito municípios do Rio de Janeiro, em 2005, o que contribuiu para a promoção, a divulgação e a comercialização dos produtos artesanais. Além disso, com vistas ao incremento da produção artesanal e da capacidade empreendedora dos agentes envolvidos, promoveu ações de capacitação de artesãos e multiplicadores. Com a instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, em 7 de dezembro de 2005, o Programa passou a contar com um ambiente propício para a discussão e implementação de políticas públicas para o setor e seis Grupos Temáticos já foram instalados: i) regulamentação da profissão do artesão; ii) organização do Seminário “Conceituação do artesanato e sua formalização no mercado brasileiro”; iii) desenvolvimento de sistema de informações para o artesanato brasileiro; iv) definição de critérios para a Carteira Nacional do Artesão; v) plano de trabalho com metas de curto, médio e longo prazos; e vi) inserção no mercado internacional.

O Governo consolidou, em 2005, os Fóruns de Competitividade para ampliar a competitividade das empresas brasileiras.

Foram reinstalados e instituídos os seguintes fóruns: de Franquias; de Biotecnologia; e das principais cadeias produtivas (Madeira e Móveis; Gemas e Jóias; Couro, Calçados e Artefatos; Têxtil e Confecções; Agronegócio; Automotiva; Plástico; Farmacêutica, Perfumaria e Cosméticos; Agroquímica; Eletroeletrônica;

Siderurgia; Construção Civil), constituindo-se no principal instrumento de interlocução entre Governo, setor produtivo e trabalhadores.

b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte completou cinco anos, em novembro de 2005. O Fórum é composto por 57 entidades representativas do setor privado e 50 órgãos de governo. O ano de 2005 foi marcado pela consolidação do Fórum, cuja trajetória esteve pautada por avanços históricos: i) discussão da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; ii) reestruturação do Fórum e de seus Comitês Temáticos; e iii) discussão e apresentação de 31 propostas de ações a serem substanciadas em políticas públicas pelo Governo. As ações vão desde a desoneração das exportações para o setor e incentivos na área de inovação e tecnologia até ações de desburocratização e capacitação.

O Governo também atraiu para o Brasil a sede da “Conferência Global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre Empreendedorismo e Financiamento às Pequenas e Médias Empresas”, a realizar-se em março de 2006. A Conferência deverá reunir 800 pessoas de mais de 90 países para debater o tema e apontar novos caminhos no campo das políticas públicas nesse terreno. Sedar o evento é resultado de esforços empreendidos pelo Governo e reflete a dimensão do segmento das pequenas empresas no Brasil.

O Programa Arranjos Produtivos Locais (APL) foi reestruturado em 2004, passando a incorporar as ações da Política Industrial. A criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional Permanente (GTP APL) possibilitou coordenar a atuação conjunta de instituições governamentais e privadas, até então pulverizadas. Em 2004, O GTP APL, que conta hoje com 33 instituições, priorizou 11 APL pilotos, distribuídos em todas as regiões do País. Em 2005, já são 142 novos arranjos produtivos priorizados. A nova metodologia de trabalho está sendo aplicada, contando, inclusive, com a implementação de Planos de Desenvolvimento em cada arranjo atendido.

O Projeto Telecentros de Informação e Negócios (TIN), concebido pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conta com 1.616 Telecentros habilitados, sendo que 1.479 foram habilitados no ano de 2005. A parceria intragovernamental, firmada entre os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica Federal, assegura a doação de computadores para a implantação de todos os Telecentros habilitados, contribuindo para aumentar a competitividade das pequenas empresas brasileiras

e a geração de emprego e renda, mediante a inserção de novos conteúdos de gestão empresarial e o acesso a novas tecnologias da informação. Destaca-se, ainda, que 134 Telecentros já foram habilitados para implantação em unidades dos Comandos Militares do Exército, no âmbito do Programa Soldado Cidadão, que capacita o jovem recruta para o primeiro emprego.

Até o final de 2006, será dado prosseguimento na implantação de mais 1.000 Telecentros de Informações e Negócios (TIN). O Telecentro oferece cursos e treinamentos presenciais e a distância, informações, serviços e oportunidades de negócios visando inserir a microempresa e a empresa de pequeno porte na Sociedade da Informação, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.

O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) – ação estruturante do Programa APL – consiste em sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos *in loco* e visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural em APL. Já foram atendidos, nos seis Núcleos Operacionais implementados em 2004, cerca de 1.300 micro, pequenas e médias empresas, com impacto direto sobre cerca de 13.000 trabalhadores. No segundo semestre de 2005, o PEIEx instalou oito novos Núcleos Operacionais. Com esses novos núcleos, estima-se atender a cerca 2.010 empresas no decorrer de 2006, além de beneficiar cerca de 20.100 trabalhadores. Em 2006, o PEIEx prevê a instalação de mais dez Núcleos Operacionais, com estimativa de atendimento a mais 2.520 empresas e 25.250 trabalhadores. Os resultados são alentadores. Importantes conquistas do Brasil ocorreram no campo da promoção de produtos nacionais no mercado internacional: Programa de Certificação da Cachaça; Programa Brasileiro de Etiquetagem; Programa de Certificação Florestal (CERFLOR); Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF); e a implementação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, que contempla 55 produtos, processos ou serviços passíveis de certificação. Entre esses vale mencionar o programa de certificação sanitária da castanha do Brasil, destinada à exportação para a União Européia, e o programa de certificação fitossanitária de diversas frutas *in natura*, como manga, mamão, citros, cucurbitáceas, banana e uva, destinadas aos mercados externo e interno.

Ao longo desses três anos, foi implementada uma política persistente de atração de investimentos e de viabilização de grandes projetos industriais no Brasil. Em 2006, a atenção estará voltada para a oferta de melhores condições de infra-estrutura e a consolidação de um ambiente de negócios favorável aos inves-

timentos de capital estrangeiro e nacional já em vias de execução no País.

Outro programa importante foi o lançamento, pelo Presidente da República, do Bônus Certificação, que apóia financeiramente a pequena empresa para a certificação de produtos. O Bônus Certificação está sendo desenvolvido em parceria entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Sebrae, encontrando-se atualmente em processo de certificação 418 empresas.

Serão investidos, em 2006, R\$295,8 milhões no Programa Metrologia e Qualidade Industrial que tem por finalidade elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor, contribuindo para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

c) Inovação e propriedade industrial

No âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no ano de 2005, observou-se um aumento nas decisões substantivas (aquelas efetivamente baseadas em exame) de 80% em marcas e 50% em patentes, respectivamente. Atingiu-se, assim, produtividade comparável à dos principais institutos de marcas e patentes do mundo e obteve-se autorização legal para o aumento do quadro de recursos humanos em 440 vagas, 300 das quais para examinadores de marcas e patentes. No exercício de 2005, em relação ao anterior, os registros de marcas cresceram 9,35% e os de patentes 2,18%.

A reestruturação do INPI, a ser efetivada em 2006, tem como objetivo modernizar a estrutura física e de gestão da instituição a fim de torná-la ágil, moderna e flexível, visando acelerar o processo de obtenção de marcas e/ou patentes.

No decorrer de 2005, construiu-se e consolidou-se ampla rede de parcerias com as principais universidades, institutos de pesquisa, federações de indústrias, o “sistema S” e demais instituições do sistema nacional de inovação, de modo a oferecer serviço efetivo de apoio ao uso do sistema de propriedade industrial, especialmente pelas micro, pequenas e médias empresas, com especial atenção aos arranjos produtivos locais priorizados na nova PITCE, com o objetivo de aumentar o volume de depósitos de marcas e patentes por empresas brasileiras.

A rede foi construída por meio de convênios celebrados, em quatorze estados da federação, em torno das respectivas Secretarias de Ciência e Tecnologia. O objetivo desses convênios é promover a implementação do previsto na lei de inovação quanto à estruturação de escritórios de inovação tecnológica nas universidades, de modo que estes atinjam não apenas o público acadêmico, mas também as empresas.

Quanto à promoção do uso da informação tecnológica de patentes, foi assinado contrato com o Escritório Europeu de Patentes, provendo o acesso do Inpi à mais importante ferramenta de consulta à informação relativa a patentes, conhecida como sistema Epoque.

Iniciaram-se negociações com o Sistema Indústria (Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações de Indústrias) de modo a estabelecer no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Instituto Euvaldo Lodi (IEL), estruturas voltadas para apoiar a capacitação inovativa das empresas brasileiras a partir da informação das patentes.

Em dezembro de 2005, foi constituída a Associação de Biotecnologia da Amazônia (ABA), com vistas a dar sustentação às atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O CBA é um projeto do Governo que tem como missão promover o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias e incentivar atividades industriais, baseadas na exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia. O CBA destinará R\$10,6 milhões para o desenvolvimento de seis projetos que visam incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira, de modo sustentável.

No âmbito do Pólo Industrial de Manaus (PIM), foi fortalecido o modelo Zona Franca, fixado até 2023. O Programa alcançou, em 2005, resultados positivos. Destaca-se que esses resultados são consequência de uma política adequada de desenvolvimento implementada pela Suframa, ao longo dos últimos anos, conforme demonstram os indicadores: faturamento de US\$17,3 bilhões; 93,3 mil empregos gerados; exportações de US\$1,9 bilhão; investimentos totais de US\$5,2 bilhões; e arrecadação de tributos federais no Estado do Amazonas de R\$3,2 bilhões. Além disso, as exportações do PIM cresceram 41%.

Em 2006, serão aplicados R\$19,5 milhões na análise e controle de 985 projetos beneficiados com incentivos fiscais, de modo a consolidar a estrutura produtiva do PIM.

d) Fomento aos Investimentos

No âmbito da PITCE estão sendo implementados pelo Governo os seguintes programas com vistas ao financiamento ao setor produtivo: i) Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA); ii) Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Novo PROSOFT); iii) Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados, para bens de capital; FUNTEC (Fundo Tecnológico), para inovações tecnológicas; iv) MODERMAQ, Modernização Geral da Indústria e Dina-

mização do Setor de Bens de Capital; MODERCARGA, aquisição de caminhões para modernização da frota; e v) o PROGEREN, geração de emprego e renda nas empresas com capacidade ociosa de produção que necessitem de capital de giro.

Posição em 31/12/2005				R\$ Mil
	Programa	Límite da Linha de Crédito	Contratações em 2005	Nº de Projetos
	BNDES – Caminhões	6.600.000	1.543.740	8.426
	Modermaq	3.000.000	2.197.930	5.018
	Profarma	Não Estipulado	101.681	15
	Progeren	Não Estipulado	2.198.301	1.225
	Prosoft	Não Estipulado	101.514	12
	Total		6.143.166	14.696

2. Agronegócio

Com um clima diversificado, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil é o único País do mundo com potencial para crescer 136 milhões de hectares (ha) em área plantada. Desse total, nenhuma árvore da floresta amazônica necessita ser derrubada; 106 milhões de hectares (ha) podem ser acrescentados sem impactos e 30 milhões de ha com integração da lavoura pecuária (pastos degradados). Esses fatores fazem do País um lugar de vocação natural para a agropecuária e para todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Estima-se que, nos próximos 10 anos, deverão ser produzidos 60 milhões de toneladas de grãos a mais para atender ao crescimento da demanda mundial. Isso significa o incremento de, no mínimo, 2 milhões de ha de cultivo por ano.

A propósito, estudos também indicam tendências de diversificação dos hábitos alimentares em âmbito mundial. Nos países em desenvolvimento, a urbanização crescente deverá incrementar significativamente a demanda por gêneros alimentícios de maior valor protéicos (carnes, por exemplo) e energéticos (açúcar). Nos países desenvolvidos, o envelhecimento da população tende a incrementar a demanda por alimentos com valor nutricional diferenciado (frutas principalmente). Sem esquecer do atendimento às necessidades domésticas, o Brasil poderá se beneficiar consideravelmente dessas tendências do mercado global. Para tanto, é necessário investimento contínuo na produção e na exportação de carnes, frutas, açúcar e outros produtos que venham a ser demandados.

a) Novo Modelo do Agronegócio

O agronegócio brasileiro é eficiente e competitivo, responde por um em cada três reais de renda “gerados no País e contribui decisivamente para o su-

perávit da balança comercial”. O setor abrange 34% do PIB, 40% das exportações e 37% dos empregos, sendo 17,7 milhões desses empregos gerados diretamente no campo.

As exportações do agronegócio mais que duplicaram em relação ao início do Governo: em 2005, atingiu-se a marca histórica de US\$43,6 bilhões, um incremento de 11,8% sobre o ano de 2004. Destacaram-se novamente as exportações de soja, com vendas de US\$9,5 bilhões em 2005, e carnes, com US\$8,0 bilhões. O complexo de carnes merece atenção especial, pois as vendas cresceram 31,1% sobre o ano de 2004, sendo que a carne bovina somou US\$3,0 bilhões contra US\$2,5 bilhão em 2004, o frango acumulou US\$3,5 bilhões contra US\$2,6 bilhões e os suínos US\$1,1 bilhão contra US\$744 milhões.

Apesar disso, a situação de crise de renda do agronegócio em 2005 – devido à significativa redução da safra de verão nos estados atingidos por estiagem e os baixos preços do commodities agrícolas – exigiu medidas emergenciais do Governo. Destaca-se a edição de normas que prolongaram prazos de pagamento das dívidas de custeio e investimento dos produtores e suas cooperativas, especialmente quando situados nos municípios em estado de calamidade ou emergência e para os cultivos de algodão, arroz, milho, trigo e soja. Além disso, R\$3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foram destinados ao refinanciamento de débitos de produtores rurais ou cooperativas junto a fornecedores de insumos. O Governo desembolsou mais de R\$1,2 bilhão no apoio direto à comercialização de 5 milhões de toneladas de arroz, trigo, milho, algodão e mandioca. Os desembolsos incluíram R\$522 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF), R\$353 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$160 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (PROP) e R\$169 milhões em opções públicas. A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

Estruturalmente, uma das prioridades da política agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R\$44,35 bilhões na Safra 2005/2006, sem contar os R\$9 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos a juros controlados superou em 18% o da safra 2004/2005, atingindo 63% de todo o crédito rural oficial disponível.

Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas estão sendo adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção. Nesse sentido, a Lei nº 11.076, de 30-12-2004, criou três novos títulos destinados ao refinanciamento de recebíveis originados nas relações comerciais entre produtores rurais e empresas atuantes em todos os ramos do agronegócio. Com eles, as empresas terão maiores interesse em adiantar insumos e financiar as operações agropecuárias de seus clientes com prazo de pagamento até a safra. Os novos títulos são: i) o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), emitido por cooperativas, prestadores de serviços e empresas supridoras ou demandantes da produção agropecuária; ii) a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), emitida por instituições bancárias e cooperativas de crédito; e iii) o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitido por sociedades com propósito específico de atuar no mercado de recebíveis agropecuários. Um quarto título, ainda, denominado Nota Comercial do Agronegócio (NCA) ou Agrinote foi regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução nº 422, de 20-9-2005. De maneira inédita, a CVM autorizou incluir empresas limitadas e cooperativas – que tenham relações comerciais com produtores rurais – entre os potenciais emissores da NCA, que é um título para distribuição pública.

No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o Governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. A Lei nº 11.076/2004, autorizou a subvenção econômica pelo Governo Federal aos contratos de opção de venda de produto agrícola lançados pelo setor privado, em benefício de produtores rurais e cooperativas. Esse modo, em leilão público é definido o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), que será a subvenção a ser paga à empresa na data estipulada, caso o produtor exerça o direito de entrega do produto. Esse novo instrumento demanda menor volume de recursos orçamentários do que o tradicional lançamento de opções públicas ou a compra direta de produto pelo Governo por meio de AGE, tornando a política de sustentação de preços mais eficiente, ou seja, permite ao Governo apoiar a comercialização de maior volume de produto em relação aos recursos utilizados via outros instrumentos. O sucesso do Prop já foi comprovado na prática, em

2005, tendo equiparado 12,8% da safra de algodão do País, além de outros produtos.

Outras inovações deste Governo são o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA), também criado pela Lei nº 1.076/2004. O CDA e o WA são títulos gêmeos representativos da promessa de entrega de produto depositado em armazém, com emissão pelo depositário (o armazenador), a pedido do depositante (o produtor rural). Têm o objetivo de atrair a entrada de especuladores dispostos a assumir o risco de preço associado ao carregamento de estoques, aumentando a liquidez da comercialização agropecuária. O WA pode servir como uma espécie de “EGF Privado”, possibilitando ao seu detentor dá-lo em garantia de empréstimos. Em 2005, a Central de liquidação e Custódia de Títulos (CEIIP), registrou a negociação do primeiro contrato de CDA/WA, referente à comercialização de 30.988 sacas de café de 60 quilos.

Em relação à infra-estrutura e à logística, para superar gargalos que podem limitar o crescimento da produção agropecuária, em 2006, serão implementadas mesas de integração e logística para minimização do problema, já que sua resolução depende do esforço de diversos setores governamentais. Além disso, recursos para manutenção e ampliação de unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), aumentarão em aproximadamente 8% a capacidade estática de armazenagem do Governo Federal.

Cabe salientar que, no final de 2002, contava-se com apenas 42 unidades armazenadoras governamentais, passando-se para 88 unidades na atual gestão. Os investimentos em 2005 foram da ordem de R\$6,6 milhões. No final de 2002, os estoques públicos somavam menos de 300 mil toneladas. Atualmente, esses estoques totalizam 4 milhões de toneladas de produtos agropecuários, principalmente de milho e arroz, com investimento financeiro da ordem de R\$1,1 bilhão. Destaca-se também a disponibilidade de acesso ao Moderinfra, que é uma linha de financiamento a juros fixos para a construção de armazéns nas propriedades rurais, com objetivo de reduzir a pressão de oferta dos produtores, especialmente no momento de concentração da colheita.

Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a Conab utiliza dois importantes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP) e o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP).

Pelo VEP foram vendidas e removidas 695.768 toneladas de milho e trigo dos estoques públicos para abastecimento de alguns dos estados das regiões Nor-

te e Nordeste. Pelo PEP, promoveu-se o escoamento de 2.146.365 toneladas de trigo, milho e algodão em pluma para abastecimento de estados das regiões Norte e Nordeste, do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais, sendo que o algodão em pluma foi direcionado ao abastecimento de todas as regiões brasileiras. Além disso, conforme já mencionado, iniciou-se a compra de produtos pelos Contratos de Opção de Venda Privado. Em 2005, foram negociados 31.563 contratos, do total de 852.201 toneladas de arroz em casca, milho em grão, trigo em grão, algodão em pluma e raiz de mandioca.

Quanto à formação dos estoques públicos, a previsão de aquisição em 2006 é de 3,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques foram estimados em R\$2,2 bilhões.

Em relação ao serviço de levantamento de informações e planejamento de safras, uma inovação importante iniciada pela Conab, em 2005, foi à realização dos primeiros levantamentos de produção de cana-de-açúcar. Foram visitadas 370 usinas de açúcar e destilarias de álcool e 60 entidades de classe, constatando-se uma produção de 436,8 milhões de toneladas na safra 2005/06, com incremento de 5,1% sobre a anterior. Esse trabalho será complementado pela utilização de geotecnologias, tais como: geoprocessamento, sensoriamento remoto e imagens de satélites georreferenciadas.

Na política de gestão e minimização dos riscos associados à atividade agropecuária, foram fortalecidas as ações de meteorologia e climatologia, Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o seguro rural.

As ações de meteorologia e climatologia imprimiram maior celeridade à coleta dos dados, contribuindo para o aumento na frequência do monitoramento das situações meteorológicas e climáticas, permitindo melhora significativa das previsões de tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Além disso, buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, o Projeto Piloto de Investimentos viabilizou a aquisição de 240 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País.

As ações de Zoneamento Agrícola de Risco Climático identificaram e dimensionaram, em cada município, os riscos de natureza climática a que estiveram sujeitas as respectivas culturas. Essas ações foram metodologicamente aperfeiçoadas e ampliadas em 2005, tendo sido realizados 484 zoneamentos, que contribuíram significativamente para minimizar o risco de perdas de safras agrícolas por adversidades climáticas.

Quanto ao Seguro Rural, em 2005 a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural cobriu entre 30% e 50% do valor a ser pago pelos agricultores, beneficiando os cultivadores de algodão, arroz irrigado, feijão, milho, soja, trigo, maçã e uva. O efetivo início das operações se deu no quarto trimestre de 2005, com a concessão R\$2,3 milhões de subvenção ao prêmio. Em 2006, o Governo consolidará o Seguro Rural no País por meio da disseminação de Subvenção ao Prêmio, da revisão da legislação para o resseguro e de alterações no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

Para manter a liderança de produção e exportação de diversos alimentos, é preciso forte investimento em defesa sanitária, qualidade de produto, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico. Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Sistema Brasileiro de Inspeção Federal por autoridades sanitárias internacionais – Canadá, Comunidade Européia e Estados Unidos – assegurou o aumento das exportações. Em 2005, o Brasil exportou o total de 1,3 milhão de toneladas de carne bovina. Ainda na área animal, exportaram-se 2,8 milhões de toneladas de carne de frango, principalmente para Arábia Saudita, Rússia e Comunidade Européia, 581 mil toneladas de carne suma, notadamente para Rússia e Ucrânia, e 68 mil toneladas de produtos lácteos para vários países. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil é responsável por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel, e 23% do tabaco consumidos mundialmente.

Na defesa sanitária, as perspectivas para 2006 são de fortalecimento do sistema de combate a pragas e doenças que afetam a produção agropecuária nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, nas prevenções do mal da “vaca louca” e da gripe aviária, no combate às doenças de Newcastle, ferrugem da soja e Syngatoka Negra. Para tanto, as principais medidas previstas são: i) incremento na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros; ii) melhoria da rede laboratorial; e iii) revisão e adequação da legislação vigente.

No momento, é muito importante a continuidade das ações direcionadas à manutenção do *status* sanitário na área vegetal e animal, frente à ameaça de doenças oriundas de outros países. Nesse sentido, são intensificadas medidas preventivas contra a entrada no País de doenças como a BSE (doença da vaca louca), *influenza* aviária e demais pragas e doenças exóticas, por meio do fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito interestadual e internacional de animais, vegetais e de produtos

agropecuários. Foram implantadas 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais. Assim, em 2005, realizou-se a classificação de 3,6 milhões de toneladas de produtos vegetais importados, foram realizadas inspeções em 4.000 estabelecimentos produtores de bebidas e fiscalizados cerca de 5.000 produtos registrados no MAPA.

Uma questão essencial relacionada à sanidade agropecuária é a confiabilidade dos serviços de inspeção do País. Em 2005 os Estados de Rondônia, Acre e dois municípios do Amazonas foram incorporados à zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento internacional feito pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), cumprindo, assim, cronograma previsto no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. A zona livre composta por 15 estados e o Distrito Federal representava mais de 50% do território brasileiro e comportava em torno de 84% do rebanho bovino. Com a reintrodução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná no mês de outubro de 2005, a condição de zona livre foi suspensa pela OIE, com exceção dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Acre. Entretanto, a transparência e a rapidez da ação governamental no combate aos focos de aftosa demonstram a seriedade do Governo na matéria, pois todas as medidas para o controle e extinção da doença foram e estão sendo adotadas, conforme as normas previstas no Código de Animais Terrestres da OIE.

No que tange ao combate à febre aftosa, em 2005, salienta-se que o Governo destinou R\$33 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população atingida. Toda a área com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada, foram montados dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi iniciado rapidamente, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença.

Outro aspecto positivo na defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema laboratorial agropecuário. Com infra-estrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial competitivo, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento dos acordos internacionais. A implantação do laboratório de alta segurança biológica, fundamental aos países em processo de erradicação de doenças como a febre aftosa, peste suína clássica, doença de Newcastle e a prevenção da *influenza* aviária, que se constituem

nas principais barreiras não tarifárias ao comércio internacional, é um marco para o Brasil.

Por sua vez, a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é aliar segurança à saúde do consumidor. Em 2006, o Governo Federal pretende: i) estabelecer normas regulamentares de prevenção, controle e monitoramento dos fatores que afetam a segurança dos alimentos; ii) revisar o Sistema de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários; iii) tornar obrigatória, em todo o território nacional, a inspeção dos produtos de origem vegetal industrializados, processados, semiprocessados ou minimamente processados, *in natura*, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; e iv) estabelecer parcerias com associações e lideranças do agronegócio.

Outro exemplo de medida governamental de promoção da competitividade da produção agropecuária é o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que objetiva elevar a produção e, principalmente, a qualidade dos produtos, de modo a atender às rigorosas exigências do mercado internacional, tais como: i) sustentabilidade ambiental; ii) rastreabilidade; iii) trabalho justo; iv) uso adequado de agrotóxicos e da água. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se as normas técnicas de produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros (PIF Brasil) e, ainda, as normas técnicas de outras cadeias produtivas de aves, suínos, grãos e hortaliças. Na cadeia produtiva da maçã, por exemplo, está em implantação o modelo de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas, beneficiando 211 produtores (40% da área total cultivada), com produção de aproximadamente 46.860 toneladas, nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em breve, a maçã terá sua terceira colheita a receber o selo PIF Brasil e sua participação no sistema chegará a 70% da área total cultivada com a fruta.

Outra ação do Governo Federal consiste em agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se: i) a rastreabilidade; ii) a certificação; iii) a disseminação da cultura de identificação geográfica de origem para produtores e consumidores; iv) a produção integrada; v) o manejo sustentável; e vi) a produção orgânica.

Quanto à agricultura orgânica, apesar de ainda responder por tão-somente 3% da área agricultável no mundo, o Brasil perde apenas para a Austrália em área de produção. O País conta com 6.587.637ha certificados ou em processo de certificação orgânica. Esse universo abrange 12.801 projetos individuais e coletivos, nas cinco regiões brasileiras, com a participação de mais de 20 mil produtores rurais.

Em relação à sustentabilidade ambiental, merece destaque a inclusão no crédito rural oficial da possibilidade de financiamento de projetos de adequação ao meio ambiente. Nesse sentido, como estímulo à produção rural, podem ser elevados em até 15% os limites dos créditos de custeio para os produtores que comprovem a existência de reserva legal e áreas de preservação permanente previstas na legislação, ou que apresentem plano de recuperação com anuência das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente ou do Ministério Público. Esse benefício também alcança os produtores rurais que comprovem a prática de integração de lavoura com pecuária.

Além da agricultura para a produção de alimentos, o Brasil também possui grande potencial para a agricultura energética. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a atuação do Brasil no campo da agroenergia ocorrerá no cerne das principais cadeias produtivas (etanol, biodiesel, biomassa florestal, biogás e resíduos agropecuários e da agroindústria) e sistemas complexos, de forma integrada com os princípios do MDL. Em 2006, o Governo pretende: i) implantar banco de informações sobre os setores sucroalcooleiro e agroenergético; ii) promover estudos sobre o álcool carburante e sobre os custos de produção da cana-de-açúcar; e iii) identificar nichos de mercado para o uso do biodiesel acima de 2%. No campo da pesquisa, o principal objetivo é desenvolver e transferir conhecimento e tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e o uso racional da energia renovável, visando à competitividade do agronegócio brasileiro e ao suporte de políticas públicas.

Para fortalecer as ações nesse campo, serão criados a Embrapa Agroenergia e o Consórcio Nacional de Agroenergia. Ao mesmo tempo em que o novo Centro da Embrapa funcionará como catalisador dos esforços de pesquisa da empresa, o consórcio será o instrumento de compartilhamento de experiências e gestão dos recursos voltados para o financiamento das pesquisas, nas cadeias produtivas eleitas como prioritárias.

Outro setor com recordes históricos é a produção sucroalcooleira, que deverá atingir 436,8 milhões de

toneladas de cana e 15,9 bilhões de litros de álcool em 2005/2006. O Governo tem atuado decisivamente na abertura de mercados internacionais e na divulgação da experiência brasileira no uso do etanol como combustível. Resultado disso é o salto de 600 milhões de litros exportados em 2002 para os mais de 2,5 bilhões em 2005. Foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool como canal permanente entre o Governo e o setor produtivo nacional.

Ainda nesse campo, destaca-se o desenvolvimento e lançamento do Plano Nacional de Agroenergia, em 14 de outubro de 2005, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o aumento da participação da energia de biomassa agrícola em nossa matriz energética, minimizando riscos de perturbações nos mercados da agricultura alimentar. O Plano define quatro grandes áreas de atuação: álcool, biodiesel, florestas energéticas cultivadas e aproveitamento de resíduos. Essas duas últimas áreas aparecem como a grande inovação do Governo Federal, no sentido de conferir tratamento diferenciado para o plantio florestal, com foco na produção do carvão vegetal e no aproveitamento de resíduos, especialmente os dejetos de suínos (produção de biogás), de frigoríficos (produção de biodiesel), além dos resíduos sólidos, como o bagaço de cana (produção de energia elétrica).

O fomento à pesquisa e à cunhagem de novas tecnologias são áreas priorizadas pelo Governo. A biotecnologia, a nanotecnologia e a engenharia genética tornam-se, num cenário competitivo, importantes diferenciais do País que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando fortemente as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo envidará esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética serão prioritárias, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas.

Em 2005, o Governo trabalhou com uma carteira de 750 projetos de P&D em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o seqüenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Foram geradas 150 novas cultivares, realizados 240 monitoramentos e zoneamentos agropecuários e lançadas 160 novas metodologias científicas de trabalho. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem assim para o planejamento

de ações voltadas para o desenvolvimento territorial. Ainda no campo da pesquisa, os Centros de Pesquisas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) desenvolveram 167 projetos de P&D, com ênfase na recuperação da lavoura cacaueira, sendo que os clones já liberados para os produtores permitiram a ampliação da produção brasileira de cacau.

Por sua vez, o Programa Nacional de Silvicultura, que trata da conservação produtiva de espécies arbóreas nativas e sistemas agroflorestais sustentados nos ecossistemas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, conta com mais de 400 projetos para implantação de sistemas agroflorestais com cacaueiros, implantados em 8.607ha.

Em 2005, foram direcionados recursos não só para a divulgação da doutrina associativista para a sociedade, como também para o aperfeiçoamento gerencial das entidades já constituídas, visando aumentar sua estabilidade e a capacidade de prestação de serviço aos seus associados. O Governo duplicou a verba disponível para atender demandas de capacitação gerencial de cooperativas. Foram beneficiados, em 2005, 14,6 mil cooperados.

Para fortalecer o cooperativismo e o associativismo, ferramentas fundamentais de desenvolvimento no campo, o foco em 2006 será: i) apoio às agroindústrias cooperativas; ii) aumento da atuação das cooperativas nas regiões Norte e Nordeste; iii) incentivo ao crédito cooperativo; e iv) implementação do Plano Brasil Cooperativo.

Além de investimentos em sanidade animal e vegetal, em qualidade, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico, a abertura de novos mercados e a manutenção dos atuais se fazem com negociações internacionais contínuas e sistemáticas. Em 2006, a perspectiva é de: i) conclusão de acordos comerciais em curso no Mercosul; ii) conclusão das negociações entre Mercosul e União Européia e conformação da área de livre comércio entre os blocos; iii) condução da Presidência Pró-Tempore do Conselho Agropecuário do Sul (CAS); iv) recuperação da condição sanitária que o rebanho brasileiro detinha até setembro de 2005, para a reabertura dos mercados perdidos em decorrência de focos de febre aftosa, assim como a incorporação de novas áreas livres da doença no País; e v) a promoção do agronegócio brasileiro no exterior.

3. Turismo

a) Plano Nacional para o Turismo

Em 2005, para o desenvolvimento das ações e programas do Plano Nacional do Turismo, perfeitamente adaptado ao Plano Plurianual 2004-2007, o Governo Federal priorizou a gestão participativa, realizando am-

pla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Fórum Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de empregos e ocupação e a geração de divisas para o País. Pode-se afirmar que os resultados do setor são, em geral, os melhores de toda a sua história no Brasil e ao projetá-los pode-se pressupor que as metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT) serão alcançadas até o ano de 2007.

No exercício de 2005, foi aplicado em apoio às ações do setor o valor correspondente a R\$740 milhões, o que corresponde a um crescimento de 92,76% em relação ao ano anterior.

Para acompanhamento e avaliação do PNT, o Governo desenvolveu um sistema informatizado com indicadores de monitoramento interno do Ministério do Turismo, e indicadores de monitoramento externo, que permitirão a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política pública do Turismo.

Os trabalhos desenvolvidos compreendem também a realização de estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências do turismo nacional e internacional. Entre os principais trabalhos executados estão: i) o Boletim de Desempenho Econômico do Turismo; ii) a pesquisa do comportamento do fluxo turístico receptivo internacional; iii) o estudo de fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil; iv) a construção de metodologia de aplicação da conta satélite de turismo no Brasil; v) o estudo da caracterização e dimensionamento do turismo internacional para o Brasil – perfil e o tipo de gasto do turista; e vi) o estudo econômico dos meios de hospedagem.

Também foi iniciado o desenvolvimento em 2005, estrutura de dados para a implantação da Conta Satélite, recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo, seu reflexo no mercado e o estabelecimento de bases comparativas.

b) O Setor Turismo cresce no Brasil acima da média mundial

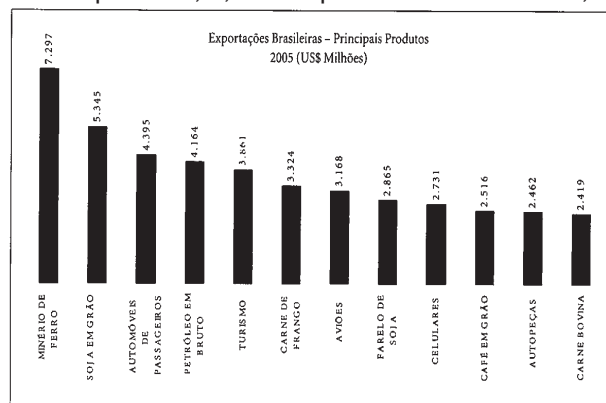
A execução dos Programas e Ações do Plano Nacional de Turismo inseridos no PPA, considerando a excepcional execução orçamentária de 2005 e ainda a conjuntura externa favorável, propiciou as condições

para que o Brasil obtivesse seus melhores resultados em relação ao histórico do setor:

i) desembarque de 6,79 milhões de passageiros de vôos internacionais no ano de 2005 (inclui brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros), 10,5% superior ao total de desembarques no mesmo período de 2004 (6,14 milhões). São 36 meses consecutivos de crescimento (desde janeiro de 2003);

ii) em 2005, o desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 43,1 milhões, 17,8% acima do verificado no ano passado (36,6 milhões de passageiros). Isso significa 27 meses consecutivos de crescimento (desde outubro de 2003), considerando o acumulado de doze meses;

iii) em 2005, os vôos *charters* (fretados), que transportam exclusivamente turistas, apresentaram um recorde histórico de 349,6 mil pessoas, 6,82% superior ao ano de 2004; e



Fonte: Banco Central do Brasil

iv) em 2005, o País alcançou a receita cambial turística de US\$3,86 bilhões, superior em 19,83% à do ano de 2004 (US\$3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento (desde março de 2003). Considerando a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e que em todos os meses de 2005 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano de 2004, o Banco Central do Brasil, que faz essa estatística desde 1969, registrou três recordes, um deles em agosto de 2005, quando foi alcançado o resultado de US\$360 milhões no mês;

v) os resultados do turismo no ingresso de divisas para o País foram da ordem de US\$3.861 bilhões, ocupando a 5ª posição na pauta de *exportação*, o que representa 19)13% acima do resultado alcançado em 2004 (US\$3.222 bilhões).

c) Programa de Regionalização do Turismo no Salão Brasileiro do turismo – Roteiros do Brasil

O Programa de Regionalização do Turismo, um dos principais elementos da execução da Política do Turismo e referência para todas as ações do Governo, procedeu, em 2004, ao mapeamento das regiões turísticas em todo o País, identificando 219 Regiões Turísticas, que envolvem 3.203 Municípios. Entre essas regiões, definiu-se as prioritárias para serem trabalhadas no estágio da promoção e comercialização, fato que culminou com sua apresentação no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em 2005, como um dos principais eventos do turismo brasileiro.

A realização do Salão, como um esforço conjunto das iniciativas pública e privada, que trabalharam em sintonia para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras, constituiu um marco do desenvolvimento da atividade no País, gerando resultados que estabelecem um novo patamar para a sua expansão, abrindo perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico para diferentes regiões, ofertando novos produtos e inserindo novas parcelas da população no mercado do turismo, seja pela oferta de novos postos de trabalho ou pela ampliação do consumo para faixas de renda até então excluídas.

Nessa primeira edição, foram divulgados 451 novos roteiros e produtos turísticos de 134 regiões turísticas brasileiras, que envolvem 959 Municípios. O evento foi realizado no principal mercado emissor nacional, que propiciou um ambiente favorável à interação, promoção, divulgação, discussão e reflexão sobre a atividade turística no País, com a participação de agentes públicos e privados, profissionais de turismo e o público em geral totalizando mais de 110 mil pessoas.

d) Infra-Estrutura do Turismo

O Governo investiu, em 2005, R\$406,7 milhões em infra-estrutura do turismo, incluídos os investimentos em sinalização turística e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito dos PRODETUR, o que deve permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista. Os valores foram aplicados na recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e miniações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário, recuperação de mercados e feiras. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, centros de cultura, teleféricos e mirantes, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre ou-

tras. Esses investimentos são 117,4% superiores aos realizados em 2004 (R\$ 187,1 milhões).

Os Programas de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR NORDESTE II, PRODETUR Sul, PRODETUR JK e PRODETUR II visam o desenvolvimento sustentável da atividade turística em grandes regiões do País. Os Planos de Desenvolvimento Integrado do turismo Sustentável (PDITS), instrumento fundamental para a implementação dos Programas, foram desenvolvidos de forma participativa por meio dos Conselhos de Turismo dos Pólos existentes nas Unidades da Federação. Os PDITS são instrumentos de planejamento que traçam estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo e definem ações para o desenvolvimento da atividade nos Pólos selecionados pelos Estados. Dada a experiência acumulada com o PRODETUR NE I, foi dada, em 2005, grande ênfase no papel do Município para o desenvolvimento desses Programas, principalmente por serem eles os detentores dos ativos turísticos e, em última instância, as localidades que irão receber os impactos positivos e negativos da atividade.

O PRODETUR NE II abrange os nove Estados da Região Nordeste e a parte norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo 14 Pólos, envolvendo 113 Municípios. Em 2005, foram repassados pelo Governo, como contrapartida federal, o total de R\$18,8 milhões. Os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará já contrataram subempréstimos no montante equivalente a US\$105,3 milhões. Por sua vez, os Estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Espírito Santo e Minas Gerais estão em processo avançado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para obtenção dos respectivos subempréstimos.

O PRODETUR SUL abrange os três Estados da região Sul e o Estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo quatro Pólos, envolvendo 39 Municípios. Em março de 2005, o Programa no valor de US\$150 milhões foi aprovado pelo Comitê de Empréstimo do BID. A minuta de empréstimo foi encaminhada ao Governo Federal dando início ao processo de negociação. A preparação do Programa encontra-se em estágio final, sendo que uma amostra de 30% dos projetos está pronta para a execução. Isto significa que assim que o contrato for assinado os Estados estarão em condições de pleitear subempréstimos. O Governo, em 2005, aportou recursos de contrapartida para preparação do programa no montante de R\$6,4 milhões. Destes, foram investidos R\$1 milhão em infra-estrutura; R\$2,3 milhões em planos, estudos e projetos, como Planos Diretores Municipais, projetos de fortalecimento da gestão em turismo em âmbito estadual e municipal,

projetos executivos de obras, entre outros; e cerca de R\$3 milhões em bases cartográficas.

O Governo vem trabalhando em outros dois programas análogos aos já citados, ambos em fase de preparação: o PROECOTUR, na Amazônia Legal, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e o PRO-DETUR JK, na região central e Sudeste do País (neste caso os estudos de preparação estão sendo iniciados com a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica para o Desenvolvimento do Turismo na região do cerrado brasileiro).

e) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo

Para aumentar a competitividade dos destinos turísticos e a satisfação do turista é necessário fomentar, de forma continuada, a melhoria da qualidade dos serviços turísticos ofertados e os ganhos de produtividade. Isso aponta para a necessidade de uma política pública que privilegia a qualificação profissional e empresarial, referenciada na demanda assinalada pelo setor privado e pelos trabalhadores da cadeia produtiva do turismo.

Sob esta concepção, o Governo criou o Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, o que resultou em um aporte de R\$16,2 milhões para atender a qualificação profissional no País, em 2005. Esses recursos foram aplicados, em sua maioria, na qualificação de profissionais empregados, atendendo a 62 mil pessoas. Também foram qualificados, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 554 manipuladores de alimentos e estão em andamento, em parceria com outras instituições, cursos para 2.565 manipuladores.

Para incrementar a competitividade do turismo brasileiro, também foram criados o Programa de Certificação de Pessoas, de Turismo de Aventura e de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem. Esse programa, em 2005, possibilitou o desenvolvimento de 13 normas brasileiras referentes a: i) informações mínimas sobre segurança e os aspectos contratuais pertinentes aos produtos ou serviços prestados aos turistas de aventura; ii) competência mínima para condutores de atividade de turismo de aventura; e iii) 11 normas de competências e de ocupações básicas. Registre-se que estão em construção mais dezessete normas específicas para a gestão da segurança e de requisitos mínimos para Operação das atividades de aventura, e que está em aplicação-piloto, em 400 empresas de 14 destinos, a norma de sustentabilidade de meios de hospedagem, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para os meios de hospedagem.

Fomentar e valorizar a produção associada ao turismo, em especial o artesanato, é dotar a política pública para o desenvolvimento do turismo de atributos que fortalecem os aspectos naturais, culturais e sociais dos destinos turísticos. Como resultado, promove-se a dinamização econômica das comunidades locais, com a geração de renda e trabalho e com a distribuição dos benefícios do crescimento econômico proporcionado pelo turismo.

Com intuito de alcançar esses objetivos, o Governo executou em 2005, o valor de R\$6,1 milhões para fomentar o desenvolvimento e a adequação dos produtos artesanais e para apoiar a sua promoção. Diversas ações estão sendo realizadas com esses recursos, beneficiando diretamente cerca de 900 artesãos com cursos para adequar os seus produtos ao exigente mercado turístico e voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo, além de ter patrocinado a sua participação em 10 feiras e eventos nacionais, visando agregar valor na apresentação dos produtos turísticos e gerar trabalho e renda. Importante salientar a realização de ações voltadas para agregar conhecimento à cadeia, a exemplo do Seminário Ibero-americano de turismo e Artesanato, ocorrido durante o Fórum Mundial na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 2005.

f) Promoção do Turismo e Produto Turístico brasileiro

Em 2005, foi dada continuidade a projetos que visam à promoção do turismo brasileiro relacionado ao conceito de diversidade, ou seja, em respeito à defesa do patrimônio histórico, cultural e humano do país.

Como resultados do Fórum Mundial de Turismo, o Conselho Nacional de Turismo dedicou o ano de 2005 ao Turismo Sustentável & Infância, em homenagem à causa, e durante o evento foram elaborados materiais promocionais e houve o lançamento da campanha **“Brasil. Quem Ama Protege”**; veiculada em todos os meios de comunicação nacional e com mobilização e sensibilização direta nas capitais: Belém, Goiânia e Fortaleza. O conceito da campanha tem sido reconhecido internacionalmente pela sua abordagem eficiente e positiva em torno da valorização dos direitos da infância e da promoção de destinos de turismo sustentável.

Durante o verão e o carnaval de 2005, a campanha destinada a conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para a proteção da infância no exercício da atividade turística foi divulgada em vários setores da atividade turística, no Estado do Rio de Janeiro e nas seguintes capitais: Belém, Fortaleza, Aracaju e Salvador.

Foi criada, ainda, a Câmara Temática “Turismo Sustentável e Infância (TS&I)”, que atua como instru-

mento de diálogo e subsídios às políticas de prevenção à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo. A Câmara é integrada por instituições nacionais e internacionais como a Confederação Nacional do Comércio, a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureau, o Ministério da Justiça, a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, a World Childhood Foundation (WCF) Brasil, a Save the Children Suécia, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, dentre outras.

O Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável (PMT), foi construído a partir de 2003 e se constitui em um movimento permanente e contínuo, que envolve organizações e indivíduos de todo o mundo em torno de uma causa – contribuir para o desenvolvimento de conceitos e práticas do turismo que promovam e valorize a diversidade cultural e étnica, desenvolvimento econômico e social, preservação da biodiversidade e condições para paz. Ademais, sua estrutura é baseada em três grandes vertentes: estabelecimento de diálogos, a partir da construção de uma Rede de Redes; promoção e disseminação de realizações concretas e inovadoras, que resultam de Projetos Demonstrativos; e realização de Encontros Anuais, no Brasil no período de 2004 até 2006, com o objetivo de apresentar e analisar resultados de casos concretos e ainda discutir novos conceitos.

O Governo tem incrementado também o financiamento das atividades do setor, assim como da infraestrutura turística. Destaque para o Programa Turismo é Emprego, com linha de crédito específica lastreada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e para a aplicação de 12% dos recursos dos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO) no desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, podendo atender empresas de qualquer porte, nacionais ou estrangeiras. Em 2005, foi aplicado um montante de R\$1,78 bilhão, 29,8% superior ao aplicado no ano anterior.

Posição em 31/12/2005

R\$ Mil

Mês/Ano	Instituições Financeiras					Total
	BB	CEF	BNDES	BNB	Banco da Amazônia	
2004-Dez	893.590	403.046	17.472	42.457	14.145	1.370.710
2005-Dez	1.008.895	680.822	31.784	40.509	17.717	1.779.727
Δ 2005/4	12,9%	68,9%	81,9%	-4,6%	25,3%	29,8%
Últimos 12 Meses	1.008.895 56,7%	680.822 38,3%	31.784 1,8%	40.509 2,3%	17.717 1,0%	1.779.727 100,0%

Fontes: Relatórios de informações gerenciais das instituições financeiras federais. BNB e Banco da Amazônia: dados relativos a financiamentos do FNE e FNO, respectivamente. BNB e Banco da Amazônia: dados relativos a financiamentos do FNE e FNO, respectivamente.

Considerando tratar-se de meta prioritária, as ações de promoção do produto turístico Brasileiro, em especial na promoção do destino Brasil no exterior, foram contempladas, no ano de 2005, com o maior volume de recursos orçamentários já executados. Essas ações, no Brasil e no exterior, focadas em promoção, *marketing* e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também no apoio à realização de eventos que atraem os turistas e que evidenciaram as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro, receberam o montante de R\$166,05 milhões.

Para que os investimentos em promoção fossem aplicados de forma adequada, considerando as especificidades dos mercados emissores de turistas para o Brasil, foi instituído o Plano de *Marketing* do Turismo Brasileiro no Exterior, denominado “Plano Aquarela”, que adota uma estratégia de investimento nos principais mercados emissores.

O Plano Aquarela – Plano de Marketing Turístico Internacional – e o Plano Cores do Brasil (estratégia para o marketing interno) delimitam os mercados, desenham estratégias, sugerem investimentos e fixam metas, até 2010. A FMBRATUR começou a implantar o Plano Aquarela no segundo semestre de 2005 e prevê investimentos de US\$60 milhões por ano no âmbito da promoção, do *marketing* e do apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior.

Primeiro resultado direto do Plano Aquarela, a Marca Brasil, desenvolvida em 2005, passa a representar a imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção, divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. O verde é associado às florestas; o azul ao céu e às águas; o amarelo ao sol e à luminosidade; o vermelho e o laranja às festas populares; e o branco às manifestações religiosas e à paz. A Marca Brasil foi construída tendo como referência pontos como alegria, sinuosidade, luminosidade e modernidade.

Além do Plano de Marketing Internacional (Plano Aquarela) o Governo, instituiu, também, o Plano de Marketing do Turismo para o Mercado Interno, denominado “Plano Cores do Brasil”, que estabelece estratégia e diretrizes para a aplicação de recursos na promoção do ativo turístico brasileiro para os próprios brasileiros, de forma a incentivar o turismo interno e dar conhecimento, no mercado interno, das opções de destinos turísticos brasileiros e as características dos mesmos.

Diversos materiais promocionais foram desenvolvidos pelo governo para divulgar os produtos turísticos brasileiros no Brasil e no exterior, enfocando os ativos turísticos de diversos Estados brasileiros que, por meio dos Fóruns Estaduais de Turismo, decidiram o que seria promovido. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu uma promoção de forma descentralizada, mas seguindo uma mesma metodologia. As propostas foram avaliadas por cada Fórum estadual, que decidiu pela alocação de recursos de acordo com critérios específicos para cada Estado que teve seus projetos realizados e gerou a confecção de fôlderes, cartazes e bancos de imagens, entre outros materiais. É a primeira vez que um projeto de promoção turística do Governo Federal é feito em parceria com todas as unidades estaduais. Uma grande vantagem é que o País se apresenta com um só *layout*, evitando a dispersão de investimento e fortalecendo a construção de sua marca e, ainda, do ponto de vista da transparência, cada Estado sabe quanto é destinado a si e aos outros, de maneira antecipada.

Destaque para o efetivo desempenho dos nove Escritórios Brasileiros do Turismo (EBI) no exterior, que são postos avançados de promoção e divulgação do Brasil, seus produtos turísticos, sua cultura e a sua produção associada ao turismo, tais como o artesanato e a gastronomia. Os EBT foram instituídos contemplando os principais mercados emissores de turistas para o Brasil, distribuídos da seguinte forma: Estados Unidos (Nova Iorque); Portugal (Lisboa); Reino Unido (Londres); França (Paris); Alemanha (Frankfurt); Itália (Milão); Espanha (Madri); e Japão (Tóquio). Na sede da EMBRATUR, em Brasília (DF), funciona, desde o final de 2003, o EBT responsável pela América do Sul. Como unidades avançadas de promoção turística do Brasil no exterior, esses escritórios têm a missão de consolidar a imagem do Brasil no exterior como destino turístico competitivo. Em 2005, os Escritórios envolveram mais de 3.200 pessoas entre operadores de turismo, agentes de viagens e representantes de companhias aéreas – em seminários de venda com 24 feiras internacionais de turismo, bem como garantiram a presença de 78 novos operadores estrangeiros no País, divididos em dezoito viagens no âmbito da Caravana Brasil – programa voltado para o conhecimento e integração dos operadores estrangeiros com o produto turístico nacional e a realização de dezesseis novos vôos para o Brasil, além de outras ações estratégicas.

Por meio do Caravana Brasil, em 2005, ocorreram 32 viagens que passaram por 17 Estados, contemplando 56 destinos. Grande parte delas foi voltada exclusivamente para profissionais estrangeiros. Tudo em sintonia com os onze produtos promovidos pela

EMBRATUR no exterior com o objetivo de diversificar a oferta do Destino Brasil na vitrine internacional. São eles Sol & Mar, Cidades Patrimônio, Resorts, Ecoturismo, Aventura, Mergulho, Pesca Esportiva, Golfe, Festas & Eventos Populares, Negócios & Eventos e Incentivo. Participaram, ao todo 256 operadores estrangeiros e 64 operadores nacionais.

Em 2005, o Governo iniciou a segunda etapa da campanha publicitária Vire Fã do Brasil, desenvolvida exclusivamente para alguns mercados da América do Sul, Estados Unidos e Europa. O investimento é de US\$800 mil na América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile, Peru) e de US\$1,5 milhão para os Estados Unidos (Nova York).

O Governo Federal iniciou sua estratégia de vender o país no exterior, participando, em 2005, de 39 feiras internacionais de turismo e 10 feiras comerciais. Cerca de 569 co-expositores – entre órgãos públicos, empresas de turismo e companhias aéreas – apresentaram seus produtos, serviços e destinos nos diferentes eventos. Sempre atrelada à agenda das feiras, a inovação ficou por conta da organização de Noites Brasileiras (Chicago, Barcelona, Lima, Buenos Aires e (Santiago, Paris etc.), que enfatizaram a diversidade da cultura brasileira. Foram também realizados diversos seminários de venda descubra o Brasil (Nova York, Nova Jersey, São Francisco, Los Angeles, Paris, Londres, Santiago e Montevideu etc.), que reuniram milhares de participantes.

Foram captados, em 2005, um total de 27 eventos internacionais para o Brasil que vão acontecer até 2012 em diversas cidades brasileiras. Juntos, eles devem atrair cerca de 39 mil estrangeiros e gerar US\$12 milhões em gastos desses turistas estrangeiros em território nacional. Trata-se de uma conquista histórica, pois o Brasil é hoje o segundo nas Américas, uma vez que ultrapassou o Canadá em número de eventos internacionais.

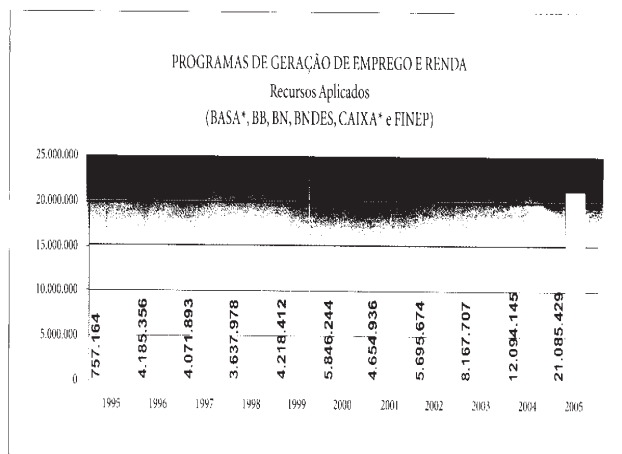
4. Trabalho e Emprego

a) Estímulo ao Emprego e Geração de Renda

Um passo importante para criação de novos empregos e o aumento da renda foi dado por meio da ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), via Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

O Proger é constituído por linhas de crédito voltadas para o financiamento de ações empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, prioritários de políticas gover-

namentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micro e pequenas empresas. Destacam-se também entre os objetivos do programa: i) desenvolvimento de infra-estrutura que propicie aumento da competitividade do País e/ou melhore as condições de vida dos trabalhadores, em especial os de baixa renda; ii) estímulo às exportações do País; iii) estímulo ao adensamento das cadeias produtivas; e iv) participação ativa na democratização do crédito produtivo popular.



*Dados preliminares.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

As linhas, voltadas prioritariamente para micro e pequenos empreendimentos, compõem a opção mais barata de crédito, tanto para investimento como para capital de giro. Essa ampliação se deu graças a profundas reestruturações do Proger, ocorridas a partir de 2003, que contribuíram para o incremento das aplicações dentro dos setores produtivos atendidos pelo Programa, o que viabilizou um maior acesso ao crédito.

Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, foram realizadas mais de 6 milhões de operações de crédito, tom investimentos da ordem de R\$41 bilhões. Apenas em 2005, tivemos cerca de 2,9 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R\$21 bilhões. Comparativamente, entre 1999 e 2002 foram realizadas 3,4 milhões de operações, com valor aplicado de R\$21,6 bilhões, e entre 1995 e 1998, 1,5 milhão de operações, com valor de R\$12,6 bilhões.

Destaque-se o Proger Urbano, que tem como público alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Entre 1999 e 2002, o Proger Urbano teve uma média anual de 110 mil operações (440 mil para o período), com valores médios contratados por ano de R\$773 milhões. Apenas em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R\$2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R\$4,4 bilhões. Em 2005, mais de

2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R\$6,4 bilhões.

A linha de crédito FAT – Material de Construção, criada neste Governo, também tem apresentado bons resultados. Em 2003, foram quase 54 mil operações (com valor contratado de R\$130,6 milhões); em 2004, as operações saltaram para 401,2 mil, com valor de R\$935,7 milhões; em 2005, foram mais de 255 mil operações, com recursos de R\$550,3 milhões (dados preliminares).

As linhas de crédito já existentes do FAT foram reforçadas pelo lançamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse Programa também será tratado na seção “Microcrédito Produtivo Orientado”, dada sua relevância. O microcrédito produtivo orientado está voltado preferencialmente para microempreendimentos do setor informal – que, devido à carência de opções de crédito e orientação, têm dificuldade em se estruturar e se formalizar. Para chegar a esse público, o Pnmpo irá fortalecer, a partir do apoio técnico, as instituições que já operam com o microcrédito. Ao longo de 2005 o Programa foi regulamentado e iniciado o processo de habilitação das instituições que irão operá-lo. Uma outra linha de ação, de fomento a empreendimentos cooperativados e autogestionários, ganhou relevância e escopo no âmbito do Governo, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No biênio 2004-2005, foram realizadas 43 feiras de economia solidária para estimular o comércio justo e solidário e apoiados, quase 2 mil empreendimentos cooperativados.

Para o conhecimento preciso dos empreendimentos de economia solidária, o Governo tem feito seu mapeamento. Projeta-se a existência de 20 mil empreendimentos, envolvendo mais de 2 milhões de trabalhadores associados. No que se refere à distribuição geográfica, mais de 50% dos Empreendimentos Econômicos Solidários estão localizados nos nove Estados da região Nordeste, seguida pela região Sul, com 20%. Tal mapeamento permitirá alocar os recursos de forma a amplificar os impactos das intervenções em 2006.

O Governo vem implementando estratégia de ação com vistas a fomentar a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários no campo e na periferia das grandes cidades, com destaque para o trabalho já iniciado junto a 200 comunidades quilombolas, atingindo uma população de 76 mil famílias.

O Programa Nacional de incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), parceria da Senaes com a Finep, EBB, BB, Coep e MDS vem apoiando 50 incubadoras universitárias de cooperativas populares, localizadas na maioria dos Estados e que

formam e assistem grupos de produção associada e cooperativas formadas, predominantemente, por desempregados e pessoas socialmente excluídas.

Outras políticas ativas de emprego do Governo Federal precisam ser ressaltadas, notadamente as de qualificação profissional, as de intermediação de mão-de-obra e as de estímulo ao primeiro emprego.

Criado em julho de 2003, o Programa de Qualificação Social e Profissional vem apresentando resultados com nível satisfatório de efetividade social. Um primeiro dado relevante é o da priorização de públicos específicos. Com efeito, a participação de jovens, mulheres, negros, indígenas e pessoas com déficit educacional (grupos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro) superou suas respectivas participações na PEA nacional. Houve, ainda, aumento da participação dos trabalhadores desempregados nos cursos de qualificação. A carga horária média de 62,4 horas, em 2002, evoluiu para 195,6 horas, consolidando o aumento da qualidade pedagógica das ações de qualificação social e profissional. Em 2005, foi contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, com recursos da ordem de R\$88,5 milhões. Além disso, foram firmados convênios com 23 entidades para o desenvolvimento metodológico e curricular do programa, com repasse de R\$6,8 milhões.

A ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra de trabalhadores em busca de (re)inserção no mercado de trabalho tem contado com uma crescente rede de atendimento. Em 2002, havia 949 postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Hoje, existem 1.150 postos. O resultado da ação tem acompanhado a expansão da rede de atendimento. Neste Governo, até novembro de 2005, já foram (re) colocados 259 milhões de trabalhadores no mercado, o que equivale a praticamente 100% do resultado obtido no período de 1999 a 2002. Apenas em 2005, o Sine colocou 856.805 trabalhadores no mercado.

Ainda no âmbito do Sistema Público de Emprego, foram fortalecidas as ações de proteção ao trabalhador – seguro-desemprego e abono salarial. O seguro-desemprego é a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa ou por paralisação parcial ou total das atividades do empregador. Além disso, o seguro-desemprego cobre também trabalhadores resgatados da condição análoga à da escravidão e pescadores artesanais, no período de defeso. Em 2005, 5,3 milhões de trabalhadores receberam o seguro desemprego.

Deve-se ressaltar que o número de pescadores artesanais que passaram a ter direito ao seguro aumentou a partir da Lei nº 10.779/03, que reduziu a

exigência de tempo mínimo de registro de pescador artesanal. Em 2005, 206 mil pescadores artesanais tiveram acesso ao benefício.

Outro benefício importante sob a responsabilidade do Governo Federal é o abono salarial pago aos trabalhadores que contribuem para o Fundo de Participação Pis/Pasep e que recebem, em média, até dois salários mínimos. Desde o início do atual Governo, o número de benefícios tem aumentado, a cada exercício. Em 2005, 9,7 milhões de benefícios foram pagos, com dispêndio de R\$2,9 bilhões.

Ressalta-se que, entre novembro de 2004 e agosto de 2005, o MTE, em parceria com o Codbfat e o fórum de Secretários Estaduais do Trabalho, realizou 2 congressos nacionais e 5 congressos regionais, mobilizando 1.161 congressistas para debater as propostas de reestruturação do sistema público de emprego e renda. Foi constituída uma comissão tripartite responsável pela elaboração de propostas de revisão da legislação que ordena o sistema, parte das quais deverá ser submetida à avaliação do Congresso Nacional no primeiro semestre de 2006.

b) Recuperação do Emprego Formal

Durante o Governo Lula a economia brasileira tem gerado um número expressivo de empregos. Os números da Pnad/Ibge apontam que, nos anos de 2003 e 2004, foram criados quase 3,9 milhões de empregos – 2,65 milhões deles apenas em 2004.

Uma das mais importantes características dos empregos gerados é que eles são formais, empregos com carteira de trabalho assinada. Também segundo a Pnad, embora os empregos com carteira sejam 31% do total de ocupações no Brasil, 62% dos empregos gerados durante o Governo Lula são com carteira assinada – o que reforça o claro processo de formalização do trabalho.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) também aponta para expressiva criação de empregos formais. Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, o saldo entre admissões e desligamentos do Caged registrou a criação de 3,423 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada. Esse volume é sem precedentes nas gestões anteriores. Entre 1995 e 1998, por exemplo, o saldo do Caged apontou para a eliminação de 1,02 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, enquanto entre 1999 e 2002, foi gerado 1,8 milhões.

Assim, a média mensal de postos formais gerados neste Governo, até dezembro de 2005, segundo o Caged, é de 95,075 mil. No período 1995-1998, foram eliminados, por mês, em média, 21,2 mil postos de trabalho formais. Entre 1999 e 2002, foram criados 37,8 mil postos/mês.

O processo de formalização do mercado de trabalho no Brasil é muito importante, pois aumenta a parcela da força de trabalho que conta com proteção social. Assim, no caso da ocorrência de algum risco (como o desemprego ou um acidente de trabalho), uma parcela maior de trabalhadores terá acesso a benefícios como o seguro-desemprego, o auxílio acidente e a aposentadoria.

c) Aumento do Salário Mínimo

Não apenas a geração de emprego, mas também a elevação do valor real do salário mínimo é um compromisso do atual Governo. Por esta razão, nos três primeiros anos, o reajuste do mínimo sempre superou a variação dos preços. Como resultado, o salário mínimo real era, em novembro de 2005, 22,4% superior ao vigente em dezembro de 2002. Outro aspecto importante da evolução recente do salário mínimo é a relação entre seu valor real e o custo da cesta básica do Dieese. No início deste Governo, um salário mínimo permitia adquirir 1,3 cestas, relação que se elevou para 2,04 em outubro de 2005, correspondendo a um ganho real de 56%. Para esse resultado, além dos aumentos reais do salário mínimo, também contribuiu a desoneração tributária de vários produtos que compõem a cesta básica promovida a partir de 2005.

De forma inédita, o Governo promoveu, em 2005, um amplo processo de discussão sobre a importância estratégica de uma política de valorização do salário mínimo para o País, tendo criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego uma comissão quadripartite, integrada por representantes de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo, assegurada, inclusive, representação dos Estados e dos Municípios. Essa comissão iniciou os seus trabalhos em agosto de 2005 e deve apresentar, no primeiro semestre de 2006, uma proposta de política de longo prazo para o fortalecimento do salário mínimo.

Para o ano de 2006, após estudos técnicos e ampla discussão no âmbito do Governo Federal, com participação ativa das centrais sindicais, estabeleceu-se que o valor do salário mínimo a ser proposto ao Congresso Nacional por meio de Projeto de Lei será de R\$350,00, para vigorar a partir de 1º de abril, um mês antes da data prevista. Esse valor reflete o consenso alcançado, resultado do esforço de conciliar a melhoria das condições de vida da população e os efeitos dinamizadores da economia, que advêm do aumento real do salário mínimo, com as limitações impostas pelo orçamento da União, em especial, as derivadas do aumento dos gastos com benefícios pagos pela Previdência Social.

Se aprovado pelo Congresso Nacional nos termos a serem propostos, o salário mínimo de R\$350,00 ex-

pressará um crescimento real (já descontada a inflação projetada para o período) de 13% no salário em relação ao ano de 2005, a maior variação desde 1995.

d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador

Outro compromisso do Governo é o fortalecimento da capacidade de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e a garantia dos direitos dos trabalhadores. Com o programa Rede de Proteção ao trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do Fgts, o trabalho no campo. Em 3 anos, foi registrado 1,98 milhão de trabalhadores sob ação fiscal, contra 185 milhões nos quatro anos que antecederam a atual administração. Somente em 2005, foram registrados 746.272 trabalhadores sob ação fiscal.

Um dos mecanismos de estímulo à participação sindical no planejamento anual da fiscalização do trabalho foi a instalação, em 2003, da Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), que atua junto às delegacias Regionais de Trabalho e Emprego (DRVs). Trata-se de um canal de comunicação com o Estado para denunciar irregularidades trabalhistas e participar na elaboração do planejamento e avaliação da fiscalização.

O compromisso com a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil foi mantido, com reforço dos instrumentos operacionais a disposição dos auditores fiscais. A política de combate ao trabalho escravo no País foi impulsionada, com a instituição do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e com a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). Nesse período, foram criadas equipes especiais de fiscalização nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Bahia que contribuem com ações para a libertação de trabalhadores. Desde 2003, já foram realizadas 218 ações fiscais, com 13.079 trabalhadores libertados. De 1995 a 2002 foram realizadas 175 operações, com a libertação de 5.993 trabalhadores. Merece destaque, ainda, a criação, em 2003, da chamada lista suja com objetivo de informar aos diversos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que cada instituição adote as medidas cabíveis em seu respectivo âmbito de competência. O empregador que está na lista suja perde, entre outras coisas, acesso ao crédito bancário para a produção agrícola. Em sua quinta atualização, de novembro de 2005, a lista totaliza 159 empregadores rurais flagrados que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão. Ressalte-se que 2006 será o primeiro ano em que todos os bancos públicos terão respaldo

do Codepat para restringir o acesso dos infratores ao crédito com recursos do FAT.

O trabalho de crianças, bem como adolescentes com menos de 16 anos (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade), é combatido pelas Drts, que têm participação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. As ações são dirigidas a atividades econômicas formais e informais. Em 2005, 11.849 crianças e adolescentes tiveram suas situações regularizadas pela ação fiscal. Aqueles que não se enquadraram na condição de aprendizes foram encaminhados para inserção no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em relação às questões de saúde e segurança no trabalho, além da intensificação das ações fiscais, ressalta-se a revisão e publicação de normas como a Norma Regulamentadora nº 31, que trata da segurança e saúde no trabalho rural, um marco histórico na promoção da saúde e preservação da vida do trabalhador do campo. Pela primeira vez, desde a publicação da Lei que regulamenta as relações do trabalho rural, em 1973, existe uma norma completa e adequada para a prevenção de agravos à saúde do trabalhador. Merece destaque, ainda, a publicação da Norma Regulamentadora nº 32, que trata da segurança e saúde no setor de saúde – um dos setores que possui maior índice de acidentes de trabalho no Brasil.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

Além da criação de um ambiente macroeconômico adequado ao investimento e à produção, o Governo conferiu especial ênfase ao marco regulatório e a medidas que permitissem ampliar o acesso do trabalhador e do microempreendedor ao sistema financeiro e ao crédito e elevar o padrão de consumo das pessoas de baixa renda.

Entre as medidas destacam-se: i) elevação das fontes de financiamento para microcrédito; ii) regulamentação do crédito com desconto em folha de pagamento; iii) ampliação da atuação dos bancos públicos em microfinanças; iv) criação do Banco Popular do Brasil, voltado eminentemente para operações de microfinanças; v) a ampliação do Crediamigo do Banco do Nordeste e da adoção da mesma metodologia, a de Microcrédito Produtivo Orientado, pelo Basa; e vi) a permissão para constituição de cooperativas de crédito de livre adesão.

Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e os de mais baixa renda, o Governo criou ainda em 2003 a conta corrente e a poupança simplificada pela qual as pessoas podem abrir contas, gratuitamente, em instituições financeiras. Essa medida, que dispensa comprovação de renda,

garante cidadania, reduzindo a exclusão social e combatendo a pobreza.

Desde a implantação dessa medida, em 2003, até outubro de 2005 foram abertas nos bancos públicos (CEF, BB, Banco Popular do Brasil, BNB e BASA) 6,3 milhões de contas simplificadas.

a) Banco Postal

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atingiu em 2005 a marca de 5.445 unidades operadoras de seus serviços. No ano, foram 162 pontos de atendimento ampliados. Atualmente, 96% das agências da rede dos Correios, em 86% dos Municípios Brasileiros, contam com o Banco Postal implantado. Dentre as localidades beneficiadas, cerca de dois mil Municípios não têm nenhum atendimento bancário que não seja o Banco Postal.

O avanço ainda é mais expressivo se tomado o volume de atendimentos. Em 2005, foram abertas mais de dois milhões de contas correntes.

b) Crédito Consignado

O Governo criou o programa de crédito com desconto na folha de pagamento visando ampliar o acesso ao crédito, a taxas de juros mais baixas, pelos trabalhadores assalariados e pelos aposentados e pensionistas do INSS.

O crédito consignado tem crescido mês a mês e essa modalidade de financiamento já representa 45% das operações de crédito pessoal realizadas no Brasil. A taxa de juros cobrada nesse tipo de financiamento tem apresentado uma significativa redução. Para os financiamentos realizados para aposentados e pensionistas do INSS as taxas de juros praticadas têm variado entre 1% a 175% ao mês nas operações de até 6 meses; 2% a 2,9% ao mês para operações de 6 a 12 meses; e 2,8% a 3,5% ao mês para operações entre 12 e 36 meses.

Analisando o conjunto das instituições financeiras, dados do Banco Central apontam para uma carteira ativa de R\$32 bilhões, em dezembro de 2005. Desse valor a CEF foi responsável por R\$5,5 bilhões e o Banco do Brasil por R\$3,8 bilhões.

As operações de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS apontam para o mês de outubro de 2005 cerca de 4,9 milhões de contratos ativos, com R\$9,5 bilhões emprestados.

e) Microcrédito Popular e Microfinanças

Em 2003, o Governo fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês. Essa medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas

de baixa renda tivessem acesso às microfinanças e ao microcrédito.

Essa modalidade de microfinanças já realizou, segundo o Banco Central, mais de 11 milhões de contratos, com mais de R\$2,3 bilhões emprestados. A maior parte desse crédito é de uso livre (basicamente para consumo) e cerca de 7% é tomado por pequenos empreendedores, o que pode ser classificado como crédito produtivo.

d) Microcrédito Produtivo Orientado

O microcrédito produtivo orientado se diferencia do microcrédito popular por ser destinado a pequenos empreendedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, inclusive informais, com a finalidade de iniciarem ou melhorarem seus negócios. O Governo criou em 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que conta com recursos do FAT, operados principalmente por intermédio do BNDES, além de parte dos recursos dos depósitos à vista dos bancos. As taxas de juros nesta modalidade são de 2% até 4%. O programa, executado pelo do Ministério do Trabalho e Emprego, já habilitou 53 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO), que já atendem a 57 mil clientes (dos quais 56,13% são mulheres), com carteira ativa total de R\$65 milhões.

As instituições operadoras são as cooperativas de crédito, as agências de fomento, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS). Os bancos, públicos e privados, também podem operar com o Programa. Para as operações entre as instituições financeiras e as de microcrédito são utilizados como Fundos de Aval o FUNPROCER e o Fundo de Aval do SEBRAE (FAMPE). O Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil, e a Caixa Econômica Federal também estão fazendo parcerias com as instituições de microcrédito para operação do Programa.

O CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste, pioneiro na concessão de microcrédito no País, foi ampliado e fortalecido no atual Governo. De 2003 a 2005, foi realizadas 1,54 milhão de operações e emprestados R\$1,35 bilhão. Em três anos os contratos superaram em 48% o período de 1998 a 2002.

Hoje o CrediAmigo é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul. Os clientes assistidos são, em sua maioria, pessoas que trabalham *por* conta própria, em negócios de pequeno porte. Metade (54%) é analfabeto funcional e 60% possui renda familiar mensal inferior a mil reais, 62% são mulheres e 38% homens.

6. Política de Incentivo à Aquicultura e à Pesca

Criada em 2003, a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP) assumiu a missão de promover o desenvolvimento sustentável, articulando atores e ações, estimulando a produção, promovendo a inclusão e contribuindo com a segurança alimentar e o crescimento do Brasil – umas dívidas sociais que começa a ser paga àqueles que nunca tiveram acesso às políticas públicas.

O Brasil tem um potencial reprimido pela histórica dispersão e descontinuidade de políticas e programas para o setor pesqueiro. Além disso, o panorama se completava com a ausência de normas e de uma legislação definida; de infra-estrutura, logística e alternativa de comercializações insuficientes; reduzida agregação de valor ao pescado; e inexistência de linhas de crédito. Com essa nova política, esses aspectos dão lugar à retomada do desenvolvimento econômico, social, sustentável.

O ano de 2006 será para o Governo o marco da consolidação da política nacional de agricultura e pesca. Um setor que nunca havia sido olhado pelos últimos Governos terá neste exercício a efetivação de políticas de gestão, ordenamento e apoio. Se no primeiro ano foi necessário organizar e diagnosticar, 2004 foi dedicado à formatação de políticas e em 2005 várias delas saíram do papel, 2006 será o ano de resultados concretos.

As ações estão centradas na promoção da cidadania e no desenvolvimento de infra-estrutura para encurtar o caminho entre o pescador e o consumidor. A eliminação de intermediários, o incremento tecnológico e de infra-estrutura, além da qualificação profissional são os eixos de atuação. As metas são elevar o consumo de pescado, reduzir o preço ao consumidor e contribuir com a qualidade de vida da população, melhorando as condições de vida do pescador e resgatando a sua auto-estima.

a) Ações que fortalecem a inclusão social

O Governo está realizando o recadastramento de todos os cerca de 500 mil pescadores profissionais, numa operação iniciada em 2005, que envolve 50 equipes e que está percorrendo mil Municípios. O recadastramento dos pescadores visa à inclusão social de trabalhadores que até o momento não tiveram acesso a direitos como aposentadoria, auxílio defeso e, ainda, combater a fraude mediante a eliminação do registro do falso pescador.

Em 2006, entra em vigor a nova carteira de pescador profissional, confeccionada pela casa da moeda. Assim projeta-se que os 500 mil pescadores que foram recadastrados, em 2005, tenham acesso a essa nova carteira. O novo registro da pesca fará parte do cadas-

to único do Governo Federal e o pescador profissional poderá ter acesso mais facilmente a direitos como seguro defeso, aposentadoria, entre outros. Associado ao novo registro está também à conclusão do censo estrutural da pesca, que será o primeiro diagnóstico de embarcações, petrechos e produção – uma radiografia completa da pesca no Brasil.

Os pescadores ainda apresentam um alto índice de analfabetismo. São cerca de 79% entre analfabetos e pessoas com quase nenhuma escolaridade. Em parceria como Serviço Social da Indústria (5h51), Banco do Brasil e entidades ligadas ao setor pesqueiro, o Pescando letras, uma proposta pedagógica voltada para pescadores no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, que é gerenciado pelo MEC, concluiu a alfabetização, em 2005, de 50 mil pescadores. A meta para 2006 é colocar em sala de aula 100 mil novos alunos.

b) Ações que fortalecem o setor da pesca

b.1) Profrota Pesqueira

Para desenvolvimento da pesca do Brasil, foi criado o Programa de Modernização da Frota Pesqueira Oceânica, o Profrota Pesqueira, o principal Programa de inserção responsável do setor pesqueiro criado nos últimos anos no Brasil, com o objetivo de garantir a substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à nossa realidade, possibilitando explorar a riqueza de nossos recursos pesqueiros. Em 2005, o primeiro edital contemplou as embarcações, no valor de R\$42 milhões de reais, com mais R\$11 milhões para equalização de juros. Em 2006, será lançado o segundo edital com um potencial de atendimento a 100 novas embarcações, totalizando R\$200 milhões em projetos. Também serão construídas as 10 embarcações que receberam financiamento em dezembro de 2005, devendo, ainda em 2006, já terem substituído as embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à nossa realidade.

Em 2006, serão adquiridos equipamentos, no valor de R\$1,5 milhão, para implementar o sistema de monitoramento da frota pesqueira que, por meio eletrônico, vai garantir o controle da frota industrial em atividade em águas marítimas sob jurisdição nacional. Também estará em implantação e operação o Navio Pesquisa Escola, que viabilizará pesquisas de monitoramento e avaliação de estoques e servirá como base para capacitação profissional e tecnológica, representando um investimento no valor de R\$7,334 milhões.

b.2) Subvenção ao preço do óleo diesel

A subvenção ao preço do óleo diesel, passou de 12%, para 20%. Dirigida antes apenas ao setor indus-

trial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Assim, em 2003, 1.700 embarcações estavam habilitadas e 25 milhões de litros de óleo diesel foram subvencionados, representando um investimento de R\$2,7 milhões de reais; já em 2005, foram habilitadas 2.500 embarcações e 90 milhões de litros de combustível receberam subvenção, representando um investimento de R\$7,7 milhões de reais. Cabe salientar ainda que, dessas embarcações, 15% são da pesca artesanal, quando em 2003 eram apenas 5%.

b.3) Crédito aos pescadores artesanais

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio agricultor, seja por meio do PRONAF, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de novas carteiras de créditos que estão sendo estimuladas. Com isso, procura-se transformar, na prática, o sistema financeiro estatal em instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 2005, cerca de 40 mil contratos foram aprovados para a pesca artesanal e a aquicultura familiar. A meta para 2006 é de 100 mil contratos.

b.4) Assistência técnica

Com a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Agricultura, milhares de pescadores e agricultores em todo o Brasil recebem orientação e capacitação que garantem o acesso ao crédito, a organização da cadeia produtiva e o incentivo ao associativismo e cooperativismo. Essas ações melhoram a renda do agricultor e do pescador aumenta a oferta de pescado e integra e facilita o acesso aos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo. Em 2005, em parceria com o MDA, foram viabilizados 42 projetos estaduais de assistência técnica, representando um investimento de R\$7 milhões e beneficiando milhares de pescadores.

b.5) Parque Aquícolas

Os Parques Aquícolas tiveram seu marco regulatório definido em 2004, contemplando o modelo de gestão de uso e ocupação das águas federais. Assim, com a emissão dos primeiros títulos de autorização de uso, define-se uma linha divisória entre dois momentos: o primeiro, no qual nenhum produtor estava regulamentado, e o outro, com um futuro de possibilidades e garantias diante de um procedimento consolidado.

Em 2005, foram investidos R\$4 milhões de reais em estudos de zoneamento para garantir a inserção

da aquicultura como forma legítima de produção e, atualmente, estão em execução 23 projetos. Começaram a ser demarcados e regularizados parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná, e Tucuruí, no Pará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa. Além destes, está em curso a demarcação de parques nos lagos das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, no Estado de Minas Gerais; em Ilha Solteira, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso; e no Açude Castanhão, no Ceará.

Em 2006, serão concluídos os estudos de zoneamento para garantir a inserção da aquicultura, marinha e continental como usuário legítimo da água, numa perspectiva de ordenamento e gestão participativa, minimizando conflitos e direcionando investimentos em infra-estrutura para espaços territoriais pré-selecionados. Começará, então, a fase de licenciamento e autorização, que, a partir de entendimentos com os órgãos ambientais e os governos estaduais, deverá passar a ser atribuição dos Estados. Também serão concluídos os Parques Aquícolas nos reservatórios de Itaipu, Tucuruí e Serra da Mesa, iniciando-se a fase de produção.

Os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura começaram a ser elaborados em 34 Municípios, em sete Estados (AL, PR, SC, SE, RJ, RS e SE), e serão concluídos em 2006, somando um investimento de R\$ 1,7 milhão. Assim, os parques aquícolas marinhos proporcionarão a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de cerca de 6 mil empregos diretos. Estão em construção dois laboratórios de produção de peixes marinhos em São Paulo e na Bahia e 24 unidades demonstrativas de maricultura estão sendo instaladas em Santa Catarina, Magoas e Bahia, com previsão de conclusão em 2006.

c) Incentivo à comercialização

c1) Exportação de pescado Brasileiro

As primeiras exportações oficiais de peixes nativos de cultivo da história do Brasil foram realizadas por meio do Projeto Novos Exportadores, em parceria com a APEX. Além disso, foi desenvolvida uma logomarca para o pescado brasileiro para divulgação em feiras internacionais, nas quais também foram levados exportadores brasileiros e foram promovidas rodadas de negócios. A meta de exportação de pescados das empresas participantes do Projeto (de US\$33 milhões de dólares) já foi ultrapassada, com expectativas de exportações, resultantes de contatos e negociações realizadas e iniciadas em ações do Projeto, chegando a US\$54,8 milhões nos anos de 2004 e 2005. A meta

para 2006 estimada para a exportação pelas empresas participantes do Projeto é de US\$45 milhões.

c.2) Semana do Peixe

A promoção da Semana do Peixe, realizada este ano em setembro, pelo 3º ano consecutivo, ganha espaço significativo na aproximação do consumidor ao produtor. Em parceria com a Associação Brasileira de Supermercadistas (ABRAS), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e diversos parceiros locais, a Semana do Peixe é um incentivo ao consumo de pescado. Além da comercialização, com redução significativa de preços, são realizadas campanhas de difusão de informações sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de peixe e a escolha e manuseio na hora da compra. De acordo com dados da ABRAS, o consumo de pescados em supermercados aumentou em 16%, entre 2002 e 2005. Deve ser destacado, também, o programa Feira do Peixe, que viabiliza a venda direta ao consumidor. A SEAP e a CONAB disponibilizam barracas de lona e utensílios (kits feiras) para manuseio e venda do pescado, aumentando assim a renda dos criadores e pescadores, que negociam diretamente com o consumidor.

d) Investimentos na cadeia produtiva

As grandes obras do Governo no setor da pesca, além de valorizar o pescado, beneficiam *milhares de pessoas*. Todos os esforços são para investir e estimular investimentos, que já chegam a R\$20 milhões de reais na cadeia produtiva, especialmente na parte de recepção de pescado, com frigoríficos, fábricas de gelo e entrepostos. Em 2005, foram instaladas 22 fábricas nas cinco regiões do País, beneficiando mais de 80 mil pescadores artesanais.

Quanto aos Terminais Pesqueiros Públicos, o de Manaus já teve o seu convênio para o início das obras de infra-estrutura assinado, no valor de R\$14 milhões, ficando sob a responsabilidade da SEAP um investimento de cerca de R\$2,5 milhões para equipamentos. Sua inauguração está prevista para outubro de 2006 e suportará uma capacidade de 200 toneladas de peixe por dia. O Terminal de Cabedelo/PB, está em obras, com um investimento de R\$6 milhões e inauguração prevista para dezembro de 2006. Em Laguna/SC, as obras que o tornarão o mais moderno terminal da América Latina, somam R\$2,5 milhões, tendo sua inauguração prevista para março de 2006. Além destes, estão sendo iniciadas as obras dos Terminais de Cananéia/SR orçada em R\$1 milhão e em Santos/SE no valor de R\$4 milhões. Encontram-se ainda em fase de negociação os terrenos para os Terminais de Belém/PA, Camocim/CE, Fortaleza/CE e Recife/PE. Ode

Natal/RN já tem recursos destinados de R\$14 milhões e ode Vitória/ES, que recebeu o terreno em novembro 2005, tem obras orçadas em R\$1,5 milhão.

Em Santana (AP) foi assinado convênio para a obra no valor de R\$3,5 milhões e no Rio de Janeiro já foi publicado o decreto de Utilidade Pública do terreno e depositado em juízo o valor de R\$3,5 milhões. Em 2006 serão elaborados os projetos executivos e iniciadas as obras dos terminais de Natal, Rio de Janeiro e Belém, para as quais já foram repassados R\$13 milhões.

e) Ordenamento da Pesca

O Governo também tem participado de definição de medidas de ordenamento da pesca marinha, respeitando o uso sustentável do recurso e, fundamentalmente, contemplando os interesses dos próprios pescadores, sob as premissas da rentabilidade econômica da atividade e a equidade social.

A participação e o acompanhamento no processo de ordenamento da pesca de espécies marinhas, assim como de águas continentais, possibilitou a adoção de medidas sobre a pesca da lagosta e a instituição de Mapas de Bordo para a pesca marinha costeira, para aperfeiçoar os métodos de controle e ordenamento pesqueiro, especialmente para os recursos de importância comercial, como piramutaba, pargo, camarões, lagosta, sardinha, pescada, pescadinha, castanha e corvina. A implantação de recifes artificiais também segue a determinação de ordenamento pesqueiro e recomposição dos estoques costeiros.

7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar

a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural

O Governo Federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e beneficiários da Reforma Agrária. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando um novo padrão de desenvolvimento do meio rural, com inclusão social e econômica de milhões de pessoas.

Além dos números que serão apresentados a seguir, os maiores da história, é importante dizer que a população rural passou a ser reconhecida na sua diversidade, ampliando-se o alcance das políticas, agora ajustadas às especificidades regionais e às necessidades da agricultura familiar, dos assentados, das comunidades rurais tradicionais, das mulheres e dos jovens. Acesso à terra, água, documentos, educação, crédito, assistência técnica, seguro, eletrificação rural, estradas, programas de comercialização e de apoio às agroindústrias, valorização dos direitos das comunidades quilombolas e apoio à autonomia das

mulheres estão entre as muitas iniciativas que transformam em realidade o desenvolvimento sustentável do meio rural no Brasil.

Como perspectivas para 2006, espera-se a resolução de dois temas: i) novo padrão de gestão do Seguro da Agricultura Familiar; e ii) criação do Fundo de Aval para investimentos em agroindústrias familiares e de assentados da reforma agrária.

A aprovação da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005), acompanhada dos atos disciplinadores, possibilitará a implementação de um abrangente programa de regularização fundiária para os ocupantes de áreas de até 500ha na Amazônia Legal. Serão mais de 150 mil beneficiados com a regularização de cerca de 8 milhões de hectares.

b) Uma Reforma Agrária de Qualidade

As mudanças na reforma agrária, a partir de 2003, estão levando mais qualidade aos assentamentos. Cumprindo os compromissos assumidos pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Governo está implementando um programa de reforma agrária integral, que reconhece as especificidades de cada público e de cada região. Viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial orientam esse novo modelo, que apenas começa na garantia do acesso à terra e prossegue na criação de infra-estrutura social, estradas, energia elétrica, acesso a direitos e apoio à produção e à comercialização.

c) Fortalecimento do Incra

A ampliação das políticas de reforma agrária veio acompanhada do fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi estabelecido um plano de carreira, foram contratados 471 novos servidores e está em andamento um concurso para a seleção de mais 1,3 mil servidores. Isso representa uma ampliação de mais de um terço na força de trabalho do órgão.

Além disso, o Incra está sendo dotado de equipamentos e tecnologia para fazer frente aos desafios existentes, particularmente o de realizar o georreferenciamento e a regularização fundiária no País.

O Governo também está regularizando o licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária promovidos pelo Incra. Até o momento, estão em andamento 1.066 processos de solicitação de licenciamento de instalação e operação e 231 processos de solicitação de licenciamento prévio.

d) Política de Assentamento

d.1) Mais de 127 mil Novas Famílias Assentadas em 2005

Desde a criação do Incra, há 35 anos, foram assentadas 785 mil famílias no País. Mas a reforma agrária ganhou ritmo e, principalmente, qualidade nos dias atuais. Nos três primeiros anos de Governo foram assentadas 245 mil famílias: mais de 30% do total já realizado em todo o período de existência do Órgão. Em 2005 o Incra alcançou o melhor resultado da sua história, superando a meta prevista para o exercício: foram assentadas 127.506 novas famílias e a área incorporada à reforma agrária foi de 13.242,124 ha.

Para o próximo ano a prioridade estará no cumprimento das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária e na consolidação das políticas e instrumentos que integram uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Isto envolve a ampliação do alcance das políticas, o aprimoramento dos mecanismos de gestão e monitoramento, e sua integração, tanto internamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, como na articulação com ações correlatas de outros órgãos federais.

d.2) Assentar é apenas o Primeiro Passo

A simples concessão do lote, como se fez no passado, não significa reforma agrária. Para reverter esse processo, o Governo está investindo em crédito, assistência técnica, eletrificação, educação, habitação e outros itens. A seguir, os principais resultados obtidos em 2005: i) em obras de infra-estrutura, como estradas e saneamento (abastecimento de água), foram investidos no exercício R\$193,67 milhões; ii) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) atendeu a 74,3 mil assentados, aplicando recursos em educação da ordem de R\$34,66 milhões. O Pronera foi criado para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais a partir de uma proposta pedagógica adaptada à realidade do campo; iii) foram empenhados R\$591,66 milhões para instalação inicial e recuperação de assentamentos em 2005. Esse recurso, além de habitação, construção e reforma, contempla construção de cisternas no semi-árido e manutenção das famílias até iniciar a produção. Os valores foram ampliados no atual Governo, passando de R\$4,5 mil para até R\$11,3 mil por família; iv) os créditos produtivos disponíveis para assentados foram ampliados para o Plano Safra 2005-2006: a) foi criada uma nova linha de crédito de investimento de até R\$6 mil por família para a recuperação dos assentamentos; b) as mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural (Pronaf B), destinada a atividades produtivas;

c) o limite de financiamento do Pronaf A (destinado a investimentos) subiu de R\$15 mil para R\$18 mil; e e) o total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/E do Pronaf, por família assentada, aumentou de uma para três.

d.3) Crédito Fundiário Amplia o Acesso à Terra

De forma complementar aos mecanismos tradicionais de obtenção de terra para a reforma agrária, o Governo conta com o Programa de Crédito Fundiário para viabilizar a aquisição de terras por trabalhadores rurais. São linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva em áreas que não podem ser desapropriadas para a reforma agrária. Em 2005 o programa beneficiou 8.142 famílias.

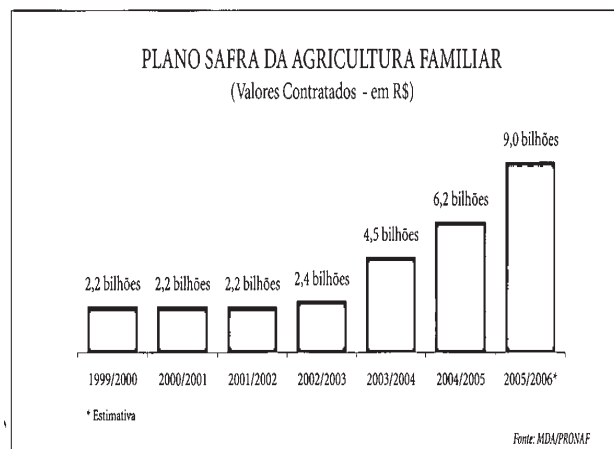
O Programa tem linhas voltadas a segmentos específicos: i) Combate à Pobreza Rural; ii) Consolidação da Agricultura Familiar; iii) Nossa Primeira Terra (jovens de 18 a 24 anos); iv) Terra para a Liberdade (trabalhadores libertados de situação de escravidão); e v) Terra Negra (trabalhadores rurais negros).

e) Apoio à Agricultura Familiar

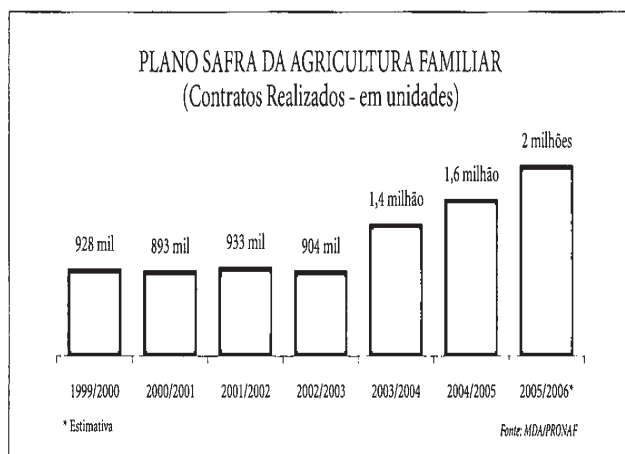
A ação do Governo na reforma agrária se combina com as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. O apoio à agricultura familiar vai muito além do Pronaf. Hoje um conjunto de programas está melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais.

e.1) Ampliação do Crédito

Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) chegaram a R\$6,2 bilhões na safra 2004/2005 e devem atingir R\$9 bilhões na safra 2005/2006.



O número de contratos realizados pelo Pronaf chegou a mais de 1,6 milhão na safra 2004-2005. Deverá atingir 2 milhões de contratos na próxima safra.



Mas o Pronaf não apenas cresceu, o programa nacionalizou-se e hoje chega a todos os Estados e a 5.360 Municípios do País. O crescimento do acesso ao crédito nas regiões Norte e Nordeste representa uma importante contribuição para a superação das desigualdades regionais.

DESEMPENHO DO PRONAF POR REGIÃO

Região	SAFRA 2002/2003		SAFRA 2004/2005		VARIAÇÃO (%)	
	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)
SUL	435.009	1.205.702.271	678.312	2.887.090.668	56%	139%
SUDESTE	118.358	389.899.633	236.370	1.046.935.249	100%	169%
CENTRO-OESTE	30.104	186.663.776	57.704	381.263.745	92%	104%
NORTE	35.145	201.081.157	98.959	591.630.812	182%	194%
NORDESTE	285.595	393.094.834	568.156	1.266.315.125	99%	222%

Fonte: MDA/PRONAF

Entre as medidas implementadas para atingir estes resultados, pode-se destacar:

i) nos últimos 3 anos houve maior envolvimento das instituições financeiras, que agora valorizam mais o setor da agricultura familiar e buscam associar sua imagem ao desenvolvimento rural. O Banco do Brasil segue como o principal operador do Pronaf, mas se ampliaram significativamente as aplicações feitas por outros bancos públicos, como é caso do Banco do Nordeste, com crescimento superior a 100% e do Banco da Amazônia, com mais de 500% de aumento nas aplicações. Outros agentes financeiros também participam do Pronaf, como as cooperativas de crédito (BAN-SICREDI, BANCOOB, Sistema CRENOR e CRESOL) e o BNDES;

ii) destinação obrigatória de 10% da exigibilidade bancária para aplicações do Pronaf diminuindo os seus custos para o Tesouro Nacional. Até então, não havia essa obrigatoriedade e apenas o Banco do Brasil adotava tal procedimento;

iii) outras mudanças importantes, iniciadas a partir da safra 2003/2004, foram a desburocratização do acesso ao financiamento e a ampliação da vigência para cinco anos de seu contrato. Assim, a cada ano, o agricultor não precisa refazer todo o processo;

iv) desde 2002, novas linhas de crédito foram criadas e outras foram ajustadas para adequar-se às necessidades dos assentados da reforma agrária e para estimular a autonomia econômica das mulheres, a agroecologia, a implantação de agroindústrias e a convivência como semi-árido.

Para 2006, espera-se a conclusão do Plano Safra 2005-2006 com o atingimento das metas estabelecidas: i) R\$9 bilhões de volume total de crédito e 2 milhões de contratos; ii) consolidação das novas linhas; iii) continuidade da expansão do acesso ao crédito nas regiões Norte e Nordeste; e iv) crescimento das operações do Pronaf Mulher e Pronaf Jovem.

e.2) Agricultores Familiares Conquistam Seguro Agrícola

A atividade agropecuária é sujeita a intempéries e, historicamente, os agricultores se descapitalizavam, se endividavam e muitos até perdiam suas terras quando ocorriam calamidades climáticas. Para enfrentar esses imprevistos e garantir a renda dos agricultores o Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar, antiga reivindicação dos movimentos sociais do campo, que garante, além de 100% do valor financiado, 65% da receita líquida estimada. A adesão ao Seguro ocorre no momento de contratar o crédito do Pronaf.

Cerca de 550 mil agricultores aderiram ao Seguro da Agricultura Familiar no seu primeiro ano de existência e boa parte deles comprovou sua importância diante dos efeitos da grave seca que atingiu a região Sul do País, especialmente o Rio Grande do Sul, na safra 2004/2005. O Programa beneficiou cerca de 220 mil famílias que, se não estivessem seguradas, estariam com dívidas em atraso nos bancos, não poderiam acessar novos créditos e enfrentariam extrema dificuldade para se manterem até a safra seguinte.

Para atender às especificidades da região do semi-árido (Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo), o Governo fortaleceu o Programa Garantia-Safra. O Programa atende as famílias com renda mensal

de até um salário mínimo e meio, sem acesso ao crédito rural e que cultivem algodão, milho, feijão, arroz ou mandioca, garantindo uma renda de até R\$550,00 aos atingidos por seca. A adesão ao programa tem crescido ano a ano, atingindo 287.861 famílias, de 463 municípios, na safra 2004/2005. Receberam o benefício 106,8 mil famílias, em 116 municípios.

Além dos instrumentos supramencionados, em 2005, o Governo Federal também pagou um auxílio financeiro emergencial no valor de R\$300,00 para 197.060 famílias de trabalhadores rurais atingidas pela seca e que não estavam cobertas pelo Seguro da Agricultura Familiar.

f) Assistência Técnica

A ampliação do número de famílias com acesso ao Pronaf vem acompanhada por outros serviços e políticas complementares ao crédito, que possibilitam a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, visando garantir a renda dos produtores.

O Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) está sendo reconstruído de forma a oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. A ATER é uma ação integrada do Governo Federal, governos estaduais e prefeituras, com a participação de organizações não-governamentais e de cooperativas. Até o final da safra 2005/2006 os serviços de ATER chegarão a mais de 1,9 milhão de unidades familiares, com recursos federais da ordem de R\$237 milhões.

g) Apoio à Comercialização

Completando o conjunto de políticas de apoio à produção e à garantia de renda, implementaram-se várias ações voltadas para a comercialização e a agroindustrialização da produção. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destacou-se, em suas diferentes modalidades, na compra da produção de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, vinculadas, sempre que possível, com programas de distribuição de alimentos.

Em 2006, terá início a atuação direta do MDA no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de uma dotação orçamentária de R\$130 milhões, adicionais aos recursos já destinados pelo MDS, que contribuirá para a maior integração dos instrumentos com capacidade de impulsionar o desenvolvimento rural.

Além disso, o Governo vem criando as condições para ampliar o acesso dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicio-

nais a novos mercados, por meio da participação em feiras internacionais, nacionais e regionais. Destaca-se a Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária que, pelo segundo ano consecutivo, exibiu a riqueza e a diversidade cultural e econômica desses setores.

h) Produção Orgânica

Para fortalecer iniciativas de transição da produção agrícola convencional para a produção orgânica, foram investidos cerca de R\$40 milhões no apoio à assistência técnica, canais de comercialização, validação de pesquisas e de intercâmbio de técnicos e agricultores.

i) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar

O Governo Federal está implementando o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Além de sua contribuição para a economia de divisas, redução da dependência do petróleo importado e para a melhoria das condições ambientais, o Pnpb foi construído para proporcionar novas possibilidades para o desenvolvimento rural, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. As empresas produtoras têm incentivos (reduções nas contribuições sociais, como PIS e Cofins) quando adquirem produtos da agricultura familiar com certificação feita pelo MDA por meio do Selo “Combustível Social”. Com a realização do 1º leilão, em novembro de 2005, estima-se que cerca de 65 mil famílias serão envolvidas na produção de oleaginosas.

Em 2006, o Pnpb envolverá mais 200 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Além do estímulo proporcionado pela Certificação do Selo Combustível Social, destaca-se também o lançamento da linha de crédito adicional do Pronaf para o cultivo de oleaginosas, já em vigência na Safra 2005-2006.

j) Outros Projetos

j.1) Desenvolvimento de Territórios

Outra iniciativa de qualidade nas políticas de desenvolvimento rural está expressa na criação dos territórios rurais. A partir de 2003, ao criar estrutura para esse fim, o Governo reconheceu que a dimensão territorial se apresenta muito mais adequada a processos de desenvolvimento sustentável. A existência de diferenciações na dinâmica econômica, social e cultural demanda combinações específicas de políticas públicas com foco em territórios delimitados.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apóia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não-governamentais com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortale-

cimento das organizações sociais locais (sindicatos e associações). Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento e mobilizar os atores locais na construção de planos territoriais capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Ao final de 2005, já estavam constituídos 104 Territórios Rurais, envolvendo cerca de 1.700 Municípios, nos quais foram aplicados R\$102,38 milhões.

j.2) Projeto Dom Hélder Câmara

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste (Projeto Dom Hélder Câmara) tem como objetivo fortalecer processos locais, participativos e solidários de construção social e de desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras, na perspectiva da convivência com o Semi-Árido e de superação da pobreza. É um Projeto de ações complementares de fortalecimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

(Entre os resultados obtidos, destacam-se: i) 9,3 mil famílias beneficiadas com assistência técnica permanente; ii) 150 unidades demonstrativas de produção agropecuária implantadas; iii) 120 projetos produtivos e sociais implantados; iv) 50 barragens subterrâneas construídas; v) 80km de adutoras instaladas beneficiando cerca de 1.200 famílias; vi) 361 professores capacitados em educação do campo e convivência com o semi-árido; vii) 9 mil alunos beneficiados com educação do campo e convivência com o semi-árido; e viii) 120 filhos de agricultores familiares formados em técnicas agropecuárias.

j.3) Valorização das Mulheres

A ação voltada para a superação das desigualdades imposta às trabalhadoras rurais e o apoio à sua autonomia abrange vários temas:

i) documentação civil e trabalhista das mulheres rurais, sem os quais não podem ser beneficiárias da reforma agrária, terem acesso ao Pronaf ou exercerem seus direitos sociais e previdenciários. Em 2005, foram realizados 197 mutirões, com a emissão de 140 mil documentos, sendo que, deste total, 96 mil referem-se a mulheres. O programa de documentação deverá beneficiar aproximadamente 150.000 mulheres rurais em 2006, por meio da emissão de documentos civis e trabalhistas em todas as regiões do país;

ii) titulação conjunta das terras na reforma agrária e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, também no nome da mulher,

garantindo o acesso a todas as linhas de crédito e ao seguro da agricultura familiar;

iii) criação de uma linha de crédito específica, o Pronaf Mulher, voltada ao apoio dos projetos produtivos deste público e com uma política setorial de assistência técnica adequada às suas especificidades.

j.4) Levando o Conhecimento ao Campo

Como parte das ações para garantir o acesso a direitos fundamentais às populações rurais, o Governo Federal implementou o Programa Arca das letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar.

O acesso à leitura ocorre por meio de bibliotecas móveis, no formato de caixas-estantes, em assentamentos da reforma agrária e comunidades de agricultores familiares e quilombolas. Já são 1.369 Arcas, em 314 Municípios de 16 Estados. Foram distribuídos 321 mil livros e atendidas 112.761 mil famílias.

Essas bibliotecas são planejadas com a participação da comunidade, que indica os assuntos de seu interesse, escolhem o local de funcionamento e os seus agentes de leitura. Os livros são doados por órgãos públicos e privados e contam com a participação voluntária das populações urbanas. Os móveis são fabricados por sentenciados das penitenciárias estaduais, que recebem bolsa de trabalho e redução de suas penas. Além disso, cada penitenciária participante do programa também recebe uma biblioteca completa.

8. Desenvolvimento Regional

No decorrer dos últimos três anos, o Governo concentrou esforços na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que introduziu profundas alterações na forma de atuação governamental no território brasileiro. De um padrão de intervenção fragmentado e sem qualquer orientação programática, evoluiu-se para a retomada do planejamento estratégico, com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento territorial, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

A PNDR instituiu mecanismos e instrumentos de definição e implementação de políticas públicas. Foi dada ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo e no envolvimento dos Estados, dos Municípios e da Sociedade Civil para fortalecer a integração, a racionalização de ações e o incentivo à

participação social nas decisões, na implementação e no controle das ações de promoção do desenvolvimento regional.

Para conceber, implantar e coordenar essa Política foram criados a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, por meio do Decreto nº 4.793/2003. O colegiado é composto por 23 ministérios e secretarias especiais do Governo Federal e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

No âmbito da Câmara, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Programas Regionais avançou na materialização da necessária transversalidade das ações e na convergência entre as diversas políticas e os programas de governo. Dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GTI resultou uma agenda de compromissos que reúne iniciativas dirigidas para espaços estratégicos selecionados do território nacional.

Nessa perspectiva, investimentos de grande expressão, particularmente nos programas de desenvolvimento regional e de infra-estrutura, constituem os dois conjuntos principais de ações da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Em consonância com a Pender, os programas de desenvolvimento regional têm sido implementados em escala sub-regional, em substituição à abordagem macrorregional que prevaleceu no passado. Espaços mesorregionais de baixo dinamismo e renda têm sido apoiados na retomada ou aquecimento de seu desenvolvimento, o que envolve a organização dos atores socioeconômicos, a capacitação local, o apoio ao associativismo e ao cooperativismo e, principalmente, o fortalecimento de atividades produtivas potenciais nos espaços identificados.

Neste enfoque, destacam-se as ações realizadas nas Mesorregiões do Alto Solimões, no Norte; da Chapada do Araripe, no Nordeste Semi-Árido; dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na área menos desenvolvida do Sudeste; e da Grande Fronteira do Mercosul e da Metade Sul do Rio Grande do Sul, no Sul do País.

No Alto Solimões, merecem ênfase as ações de organização da atividade produtiva da pesca, com elevado grau de promoção da inclusão social e de geração de impacto local sobre as práticas de comercialização até então utilizadas. A região apresenta características peculiares pela sua localização e condições de acesso, inclusive entre os Municípios que a compõem, e, por essa razão, em parceria com a RADIOBRÁS, foi implantada uma rádio mesorregional para propiciar a integração e facilitar a organização social da população local.

Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura,

com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Esta mesma atividade é apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se nessas regiões a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri compõem uma região conhecida pela baixa qualidade de vida de que dispõe sua população, e concentra os Municípios mineiros que apresentam menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para minorar as desigualdades sociais e regionais lá observadas, foram implantadas ações de dinamização de atividades produtivas para as quais a região apresenta vocação, com alto potencial de inclusão social, como a profissionalização crescente da produção de cachaça e de gemas e jóias, realizada em parceria com a iniciativa privada. A fruticultura também tem sido apoiada na Região, e as iniciativas públicas têm apresentado resultados e impactos similares aos daquelas de fomento às demais atividades econômicas.

Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, que vem sofrendo as consequências da estagnação econômica provocada pela derrocada na produção de arroz, ressalta-se o apoio ao desenvolvimento de novas atividades produtivas, como a fruticultura e a indústria moveleira. Além destas, ganhou fôlego a atividade extrativa florestal sustentada, com inversões de porte da iniciativa privada.

No extremo oeste da região sul é importante registrar o apoio à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul para o desenvolvimento dos segmentos de turismo rural e de produção leiteira e de embutidos, contribuindo para compassar o avanço da Mesorregião à dinâmica econômica dos Estados que a compõem – Paraná e Santa Catarina.

No Semi-Árido, foi introduzida uma lógica diferenciada de combate aos problemas vivenciados na região, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER). Rompendo com o padrão de intervenções cíclicas emergenciais na ocorrência de seca, as intervenções para promoção do desenvolvimento regional, calcadas na dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas e na convivência com a realidade do semi-árido, articuladas e integradas com a implantação de infra-estrutura hídrica, vêm contribuindo para a sustentabilidade de atividades econômicas e a inserção produtiva da população da região.

Assim, registra-se o apoio, nessa Região, às atividades de piscicultura em tanques-rede, ovinocaprinocultura, artesanato, mineração, fruticultura irrigada, turismo

agroecológico, além da disseminação, em parceria com o Sebrae e a Fundação Banco do Brasil, de tecnologia alternativa para a produção agrícola sustentável junto a 900 famílias em 27 Municípios localizados nos 9 Estados do semi-árido. A esta iniciativa somam-se ações tradicionais de perfuração e manutenção de poços, instalação de dessalinizadores e construção de cisternas, sem deixar de mencionar estudos e pesquisas relevantes, como os destinados à produção de alimentos alternativos obtidos a partir do tratamento de algas que se desenvolvem nos açudes públicos.

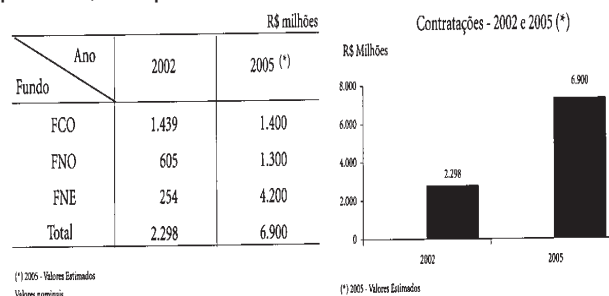
Em 2006, sob a perspectiva das novas premissas e diretrizes da Pndr, serão finalizadas consultas para elaboração e legitimação dos documentos preliminares dos planos macrorregionais de desenvolvimento, com base na sub-regionalização de cada macrorregião. A proposta inicial é de incorporação de quatro novos territórios prioritários no conjunto das ações dos programas governamentais de desenvolvimento regional relacionados à área de influência da BR 163. Esses territórios localizam-se no Seridó (RN-PB), Oeste do Pará e confluência do nordeste do Pará com o noroeste do Maranhão. Além destas, pretende-se redefinir outras três áreas já mapeadas (Xingó, Mangabeiras e Bico do Papagaio). Ademais, espera-se a consolidação definitiva dos Fóruns nas Mesorregiões para acelerar iniciativas de dinamização econômica e inserção social alavancadas em 2005.

Outro território importante sobre o qual assentam-se programas de desenvolvimento regional é a Faixa de Fronteira. Em 2005, foi consubstanciada uma proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da região, que transcendeu o enfoque apenas geopolítico, para uma abordagem inovadora dos aspectos geoeconômicos, permitindo que essa área seja alvo de uma ação pública federal não exclusivamente focada na segurança nacional para incorporar aspectos típicos do desenvolvimento regional. A perspectiva para 2006 é materializar as diretrizes desse estudo, tendo como âncora o desenvolvimento dos projetos e a ampliação de objetivos e do alcance territorial, tais como os que foram conduzidos para as cidades gêmeas.

Nas Regiões Norte e Nordeste, onde o problema regional é mais agudo, e também no Centro-Oeste, estão sendo definidas estratégias de longo prazo. Dentre estas, cite-se a conclusão do documento-base do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE). Em 2006, espera-se a conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que orientará as ações governamentais para o desenvolvimento da região. Além disso, a aprovação da recriação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (SUDAM, SUDENE e

SUDECO), iniciativa do Governo amplamente discutida com o Congresso Nacional, deverá representar mais uma medida impulsionadora do desenvolvimento de cada uma dessas regiões.

A principal fonte de financiamento para essas macrorregiões consiste nos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, para o Norte; FNE, para o Nordeste; e FCO, para o Centro-Oeste). Os financiamentos contratados evoluíram de R\$2,3 bilhões em 2002, para R\$6,9 bilhões em 2005, apresentando, no período, o expressivo crescimento de 200%.



É importante ressaltar a contribuição que os recursos desses Fundos vêm prestando à manutenção e à geração de novos postos de trabalho, ao incremento das produções regionais, à arrecadação de tributos e à redução do êxodo rural. Aos agricultores familiares foi destinado o total de R\$3.091 milhões, financiados nos últimos três anos (2003 a 2005) com o amparo do Pronaf. Nesse segmento, houve um incremento nas contratações da ordem de R\$1,2 bilhão, passando de R\$272 milhões em 2002 para R\$1,5 bilhão em 2005.

Em 2006, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nestas áreas. No total, serão destinados aproximadamente R\$9,0 bilhões, sendo R\$7,3 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$1,7 bilhão dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE), conforme tabela a seguir:

FINANCIAMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS
Estimativa ano 2006

Recursos (R\$ milhões)	Fundos Constitucionais (FCO, FNE e FNO)	Fundos de Desenvolvimento (FDA e FDNE)	Total
Região Centro-Oeste (FCO)	1.975	-	1.975
Região Nordeste (FNE e FDNE)	3.932	1.026	4.958
Região Norte (FNO e FDA)	1.357	684	2.041
Total	7.264	1.710	8.974

em R\$ milhão

No que se refere à infra-estrutura, as ações obedecem a uma lógica articulada com a estratégia de desenvolvimento regional. Destacam-se a modelagem jurídico-financeira para tornar viável a malha ferroviária do Nordeste (Transnordestina); os projetos de macrodrenagem urbana, infra-estrutura hídrica e irrigação; e a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e a sua integração às bacias do Nordeste Setentrional, de grande impacto no Semi-Árido.

A Ferrovia Transnordestina vai deixando de ser projeto para se tornar realidade e para integrar definitivamente o Sistema Ferroviário do Nordeste com os modais rodoviário, hidroviário e com o complexo portuário local. Foram definidos seus ramais, nos trechos Eliseu Martins/PI-Serrita/PE, Serrita(PE-Pecém/CE e Serrita/PE-Suape/PE. Também foi definida a modelagem econômico-financeira de financiamento do empreendimento, concorrendo recursos de investidores privados, de Fundos de Pensão, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE) e do BNDS, por meio de financiamento e de opções do Finor. A previsão é de que as obras se iniciem no primeiro semestre de 2006.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2006, apresenta um novo modelo de desenvolvimento na área de influência da rodovia. A partir da valorização do patrimônio sociocultural e natural, busca melhorar a qualidade de vida, promover a gestão democrática e sustentável do território; tornar viável a produção sustentável com inovação tecnológica; implementar e manter obras de infra-estrutura nos setores de transportes, energia, comunicações e saneamento básico e fortalecer a inclusão social e a cidadania. Essa iniciativa atende e beneficia a população residente nos cerca de 70 municípios que compõem a área de influência do Plano e que, segundo o Censo Demográfico de 2000, somava 1,744 milhão de habitantes.

Quanto aos projetos de infra-estrutura hídrica, importantes avanços foram obtidos com a aprovação de um novo marco regulatório, expresso na Portaria nº 70, de 2 de fevereiro de 2004. Esta introduziu critérios técnicos para a celebração de convênios com a União para a construção de obras hídricas, o que vem permitindo uma significativa melhoria na qualidade dos projetos apresentados. Complementarmente, foi definida, como diretriz, a priorização de conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado possam gerar resultados para a sociedade.

No esforço de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade para o abastecimento humano, em 2005, foram concluídos 25 sistemas de

abastecimento na região do semi-árido, contemplando a construção de 1.150km de adutoras e aumento de 197 milhões de m³ na capacidade de armazenamento de água, a fim de beneficiar uma população estimada em 3,0 milhões de habitantes, com investimentos da ordem de R\$114,0 milhões.

Nesse sentido, também se deu continuidade a outros grandes empreendimentos, que correspondem a 418km de adutoras e a barragens com capacidade para retenção de 1,5 bilhões de m³ de água, o que permitirá beneficiar 2,8 milhões de pessoas.

Em 2006, projeta-se a conclusão da Barragem do Córrego João Leite (GO) e da Barragem Caçamba (AL), do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios. Serão continuadas, também, as obras das adutoras de São Bento (SC), do Oeste (PE), do Canal do Sertão Pernambucano (PE) e do São Francisco, além das barragens Poço do Maruá/PI, S. Maria Ulghin/RS, Berizal/MG e Jequitaiá/MG.

Especificamente na região do semi-árido, serão implantados cerca de 1.100km de sistemas de abastecimento em 2006, com aporte da ordem de R\$11,0 milhões, compreendendo, dentre outros, os seguintes projetos: 3ª Etapa da Adutora do Feijão/BA, Planalto e Barra do Choça/BA, Lavras da Mangabeira/CE, Serra do Félix Boqueirão/CE, 2ª Etapa do Padrão Central/BA, Diamantina/MG, 2ª Etapa de Araçuaí (MG), Luís Gonzaga/PE, Garrincho/PI e Serra de Santana/RN, que poderão beneficiar cerca de 318 mil habitantes.

Na agricultura irrigada, foram investidos cerca de R\$106,7 milhões em 2005 para a implantação de projetos de infra-estrutura de irrigação de uso comum. Estes representam uma área de aproximadamente 27 mil ha. e projetam benefícios para cerca de 135 mil habitantes. Além disso, setenta e três perímetros públicos de irrigação, com área irrigável de 250,6 mil hectares, foram avaliados em parceria com Estados e organizações da sociedade civil, com vistas à transferência da gestão aos produtores. Para tanto, foram aplicados R\$173,0 milhões em 2005, com benefício direto para 300 mil pessoas.

Do montante aplicado para possibilitar a emancipação dos projetos públicos de irrigação, R\$67 milhões foram investidos em trinta e quatro perímetros com expectativa de transferência da gestão em curto prazo. Adicionalmente, outras ações foram desenvolvidas para o aproveitamento das áreas inexploradas, como licitação das ainda não ocupadas, retomada de lotes não explorados, recuperação e modernização da infra-estrutura, assistência técnica e elaboração de proposta, em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil, para oferecer melhores condições de crédito aos produtores dos perímetros irrigados.

Em 2006, há a expectativa de que seja incorporada uma área aproximada de 8.770ha para a exploração da produção irrigada em etapas dos projetos Tabuleiros de São Bernardo/MA, Luís Alves do Araguaia/GO, Várzeas de Sousa/PB, Gurita/TO, Propertins/TO e Flores de Goiás/GO. Esses projetos também deverão ser objeto de intervenções complementares do Programa transferência da Gestão, com o objetivo de colocá-los em operação e produção. Dar-se-á continuidade, também, às obras dos projetos São João (TO), Sampaio/TO, Salitre/BA, Santa Rosa/PI, Rio Balsamo/AL, Flores de Goiás/GO e Jenipapo/PI.

No campo da drenagem urbana, algumas obras nas regiões metropolitanas estão sendo implementadas, e, com os recursos adicionais previstos para 2006, será possível a execução de 4,0km de desassoreamento de canais, com a conclusão do Córrego Bandeira (MS) e do Córrego Neblina/TO, Projetos Tabuleiros dos Martins/AL e a continuidade das obras de Canalização e Urbanização em Araçatuba/SP e do Córrego Cascavel/GO.

Seguindo a mesma lógica da PNDR, desenvolvem-se ações de desenvolvimento sustentável nas Bacias do Parnaíba e do São Francisco, objeto de um amplo programa de revitalização e de desenvolvimento sustentável. Para contribuir com a sustentabilidade socioambiental das Bacias, vale destacar a importância que vem sendo atribuída à sua revitalização. Nos municípios situados próximos aos afluentes dos rios Parnaíba e São Francisco, estão sendo implantados sistemas de saneamento básico, drenagem urbana e projetos de dessalinização de águas, que conduzirão a otimização de poços subterrâneos e ao fomento de sistemas produtivos locais baseados no aproveitamento dos rejeitos da dessalinização para a melhoria das condições de convivência com a seca.

Esse conjunto de ações engloba estratégias de diagnose ambiental e desenvolvimento das potencialidades de regiões específicas. Ressalta-se a restauração do “Barco-Escola São Salvador, que tem por objetivo integrar educação, cultura e meio ambiente nas comunidades ribeirinhas, para resgatar a história da navegação do rio São Francisco, atendendo a cerca de 280 mil pessoas.

Ressaltem-se, ainda, as ações de recuperação de estradas vicinais, tal como a que percorre a reserva indígena na Ilha de Assunção, em Pernambuco, com benefício para a comunidade de cerca de 4.100 indivíduos. Essa iniciativa resultará na melhoria das condições de escoamento da produção, o que contribui para o êxito da economia local e para o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

Alinhado a esse propósito, incluem-se os projetos agroflorestais, para a produção de mudas de floras de essências nativas, de capacitação de jovens em técnicas agroflorestais e de treinamento de multiplicadores para recuperação da vegetação. Projeta-se com isso a melhoria das condições de conservação do solo e do próprio ciclo hidrológico, superficial e subterrâneo da Bacia.

Em relação ao projeto Integração do rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, foi concluído o Plano Decenal de Recursos Hídricos para a Bacia do Rio São Francisco, aprovado pelo Comitê da Bacia, refeito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de forma compatível ao Plano Decenal e elaborado o estudo de sustentabilidade hídrica do empreendimento, confirmando-se a sua viabilidade técnica, em face da utilização de apenas 2% da vazão total do rio São Francisco, o que não prejudicará a população da bacia doadora e trará grandes benefícios às populações das regiões pobres dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O Projeto foi aprovado em janeiro de 2005 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e teve a sua Licença Prévia expedida pelo Ibama em abril, viabilizando o início de suas atividades em três vetores: elaboração e conclusão do cadastramento fundiário, início da elaboração dos programas ambientais e dos procedimentos licitatórios referentes à aquisição de moto-bombas e contratação da execução e supervisão de obras civis.

Após a celebração, em setembro de 2005, do “Pacto de Sustentabilidade” do empreendimento, entre Ministros de Estado e Governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e concluídos os Estudos de Sustentabilidade Técnica, Administrativa, Financeira e Operacional do projeto, foi obtida a outorga definitiva do uso D’água do rio São Francisco, com vazão de 26m³/s, aprovada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

a) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas por uma reversão, também inovadora, de uma prática voltada exclusivamente para intervenções emergenciais, passando a congregar ações de prevenção. Os marcos dessa virada foram a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e a expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC), ampliando em 71% o número de Municípios cobertos, de 2.200, em 2002, para 3.762, em 2005.

Também, em 2005, como objetivo de fortalecer as Defesas Civas municipais, foram realizados cursos

de capacitação para 10.291 técnicos em todos os Estados e no Distrito Federal. Além disso, participaram das atividades da 1ª Semana Nacional de Redução de Desastres 20 mil crianças de ensino fundamental de 859 escolas situadas em 274 municípios afetados por desastres em 2004. Em 2006, pretende-se capacitar cerca de 11.800 agentes, dando continuidade à estratégia de acelerar o atendimento à demanda dos municípios pelos cursos de capacitação.

Com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo instituiu no início de 2004 o Auxílio Emergencial Financeiro. Esse Auxílio consiste no pagamento de benefício às pessoas residentes em municípios atingidos por estiagem que tenham o reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública. Com essa medida, foram beneficiados, entre 2004 e 2005, cerca de 160 mil agricultores familiares de 1.490 Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 12 mil no Estado do Mato Grosso do Sul e, ainda, cerca de 126 mil agricultores na Região Nordeste.

9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil

A política ambiental implementada pelo Governo integra a estratégia de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ecologicamente, com equidade social e capaz de reverter o quadro das desigualdades regionais do País.

O desafio de um novo modelo com sustentabilidade socioambiental implica em superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento pautado somente em indicadores econômicos. A política ambiental, até então, era feita de modo setorial e marginal às outras políticas.

Visando mudar esse modelo, o Governo vem implementando uma política ambiental integrada que se expressa na construção de espaços institucionais de articulação e planejamento, dos quais participam os três níveis de governo e a sociedade, que passa a integrar as ações governamentais desde o seu planejamento.

Essa política está apoiada em quatro pilares principais: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); a participação e controle social; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Nesse sentido, devem ser destacados os resultados alcançados no ano de 2005 e as perspectivas para 2006 que mais claramente expressam as diretrizes dessa nova política ambiental, que demonstram concretamente que é possível construir no Brasil um novo modelo de desenvolvimento.

a) Plano BR-163 Sustentável

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá/Santarém – Plano BR-163 Sustentável, rodovia que corta a Amazônia no sentido Norte-Sul, é um exemplo marcante da nova concepção de política ambiental associada ao modelo de desenvolvimento regional adotado no Brasil.

Conforme mencionado na seção 8 desse capítulo, esse Plano está sendo elaborado por um grupo de ministérios, em parceria com os governos dos Estados, organizações da sociedade civil e o setor privado. O seu objetivo é inserir a pavimentação da BR-163 no planejamento mais amplo do desenvolvimento regional, com ações voltadas ao ordenamento territorial e gestão ambiental, ao fomento a atividades produtivas sustentáveis, à inclusão social e cidadania e à infraestrutura para o desenvolvimento.

b) Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco

O Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, que tem como objetivo promover sua recuperação, conservação e preservação, é outro exemplo da política ambiental integrada, envolvendo diferentes Ministérios e a sociedade civil.

Entre os resultados alcançados destaca-se a implementação e instalação de estações fluviométricas e estações de monitoramento da qualidade da água; implantação de Comissões intermunicipais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental, além do fortalecimento das oito salas verde/azul; implementação de cursos de Educação Ambiental para 48 comunidades e lideranças da região da bacia; instalação de Viveiros-Escola para produção de 2 milhões de mudas de espécies nativas; construção de 5 mil Sistemas de Cisternas de placas; implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Cabrobó/PE, Bom Jesus da Tapa/BA, Petrolina/PF, Penedo/AL, Pirapora/MG, Juazeiro/BA, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e Caeté/MG; elaboração de projetos básicos de saneamento para 50 municípios da bacia e elaboração do I Plano de Desenvolvimento Florestal da Bacia do rio São Francisco e do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco.

Em 2006, será priorizado o fomento a projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, especialmente por meio da implementação do Programa Nacional de Conservação da Água e do Solo e o Fortalecimento do processo de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Os recursos empenhados no ano de 2005, em um montante de R\$58 milhões, destinaram-se às ações de recuperação e revitalização do Rio São Francisco,

recuperação dos processos erosivos na bacia, monitoramento da qualidade da água e reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas de Minas Gerais e da região Nordeste.

A partir de 2006, será realizado o cadastramento dos usuários dos recursos hídricos da Bacia, o monitoramento da qualidade da água em pontos estratégicos, o macrozoneamento ecológico-econômico de toda a Bacia Hidrográfica e a elaboração do Projeto Demonstrativo de Gestão Mineral na Bacia, para a recuperação de impactos da atividade minerária, incluindo assessoria tecnológica adequada e configuração de arranjos produtivos minerárias sustentáveis.

Ainda está prevista a conclusão da 1ª etapa da obra de proteção contra a erosão da margem direita do rio São Francisco e o realinhamento do dique nos Perímetros de Irrigação de Continguiaba/Pindoba e Betume. A conclusão das obras beneficiará os ocupantes e os moradores, com a redução do risco da ocorrência de erosão, que poderia resultar na ruptura de estruturas de proteção e operações desses Perímetros. Na Bahia, serão elaborados estudos com vistas à instalação de barragem para atender o Município de Tabocas do Brejo Velho e de adutora para abastecer 438 famílias do Município de Sítio do Mato, bem como ações para contenção do processo erosivo nas proximidades do povoado de Gameleira.

c) Ações Integradas

Foi criado o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais, tendo como objetivo a adequação da malha rodoviária federal pavimentada às normas ambientais. Sua implementação vem produzindo resultados positivos, como a redução de riscos de acidentes com produtos químicos perigosos.

Em outubro de 2003, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente firmaram, perante o Ministério Público Federal, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, objetivando a efetiva utilização do sistema de licenciamento ambiental, e assim o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária promovidos pelo Incra e a superação de limitações hoje impostas pela falta do licenciamento, como o acesso ao crédito. A partir desse compromisso, o Incra solicitou aos Órgãos Ambientais Licenciadores – estaduais e distrital – a abertura de 231 processos de licenciamento prévio e 1.066 processos de licenciamento de instalação e operação, resultando, em 2005, na expedição de 213 Licenças Prévias (LP) e 82 Licenças de Instalação e Operação (LIO).

Foi realizado, também, em setembro de 2005, o I Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária”,

com o objetivo de avaliar a aplicação das diretrizes do Licenciamento Ambiental dos projetos de assentamentos de reforma agrária e discutir propostas para harmonização de procedimentos e de critérios para o licenciamento desses projetos. É importante destacar a presença de representantes dos diversos setores envolvidos no tema e a proposta de adequação da resolução Conama nº 289/2001, que estabelece os procedimentos para o licenciamento de assentamentos, como resultado do evento.

O MMA, o IBAMA e o Ministério de Minas e Energia (MME) têm trabalhado em conjunto, visando assegurar o incremento de oferta de energia de forma ambientalmente sustentável para o País. Nesse sentido, esforços têm sido empreendidos no sentido de identificação de empreendimentos ambientalmente viáveis para serem ofertados nos leilões de energia, já com as respectivas licenças prévias obtidas pelo setor energético, em consonância com o Novo Modelo do Setor Elétrico. Nesse sentido, o aumento de oferta de energia nova, por meio do leilão realizado em dezembro de 2005, ensejou grande esforço e articulação dos órgãos envolvidos, coordenados pelo Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), representando, já com a mencionada obtenção respectivas licenças prévias, o aporte de 1.579MW de energia ao sistema brasileiro interligado de energia.

Ademais, esse trabalho conjunto permitiu a continuidade do licenciamento de usinas anteriormente licitadas, mediante a identificação de soluções para questões de natureza sócioambientais que se apresentava como obstáculo a continuidade de seus licenciamentos.

Alcançou-se assim, no período 2004-05, o licenciamento prévio de 87% da potência envolvida (13.102MW), possibilitando a entrada em geração de 41% desse montante, com a emissão de suas respectivas licenças de operação pelos órgãos ambientais licenciadores competentes. O esforço conjunto dos órgãos de Governo possibilitou o ajuste de cronogramas de empreendimentos e órgãos ambientais, visando sinergia entre os interesses privados e governamentais, especialmente no que range a assegurar o desenvolvimento sustentável.

A sinergia estabelecida entre o setor ambiental e energético proporcionou a efetiva inserção da componente ambiental no planejamento energético, possibilitando a adoção de um novo instrumento de planejamento, desenvolvido e coordenado pelo MMA, a Avaliação Ambiental Integrada de Bacias, cuja implementação é atribuição da Empresa de Planejamento

Energético (EPE), e deverá ser aplicada em bacias hidrográficas estratégicas.

O Governo incluiu preceitos de sustentabilidade ambiental no Plano Nacional de turismo, na Política Nacional de Saneamento (PNS) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

d) Prevenção e Controle do desmatamento da Amazônia

As diretrizes da política ambiental integrada também foram especial mente aplicadas na elaboração e implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia legal, elaborado com a participação de 13 ministérios e lançado em março de 2004, pelo Presidente da República.

O plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamentos na região amazônica considerando fatores econômico e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas uma vez que não se infinita exclusivamente a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla também ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis.

Entre os resultados alcançados destacam-se: i) implantação de 14 bases de fiscalização integradas IBAMA, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia rodoviária Federal e Exército) no Arco do Desmatamento; ii) realização de grandes operações conjuntas envolvendo, além dos órgãos acima, o INCRA e as Polícias dos Estados, como as operações Curupira 1 e II e Ouro Verde que desmantelaram e prenderam quadrilhas de grilagem de terras e de extração ilegal de madeiras; iii) criação de 17 Unidades de Conservação, resultando em 8,4 milhões de hectares para proteção integral ou uso sustentável; iv) implantação do Sistema Compartilhado de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais nos órgãos estaduais de meio ambiente e IBAMA, já implantado em Mato Grosso e Rondônia e em andamento nos Estados de Tocantins, Acre, Amapá, Maranhão, Roraima, Amazonas e Pará; v) elaboração do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe, para o ordenamento da atividade madeireira na Amazônia, a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a instituição do Serviço Florestal Brasileiro e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; vi) desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas para controle do desmatamento em tempo real, como o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os resultados do Plano sobre o desmatamento já são muito positivos, tendo havido, no primeiro ano

de sua execução, redução de 31% da taxa de desmatamento em relação ao período 2003-2004. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 9 anos.

Em 2006, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia será fortalecido por meio de operações de fiscalização e combate às práticas de desmatamento, queimadas, exploração madeireira ilegal e combate à grilagem de terras públicas, assegurando orçamento compatível com as ações conjugadas com todos os ministérios envolvidos.

e) Criação de Novas Unidades de Conservação

Em 2005, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) expandiu-se em 6,2 milhões de hectares com a criação de 20 unidades de conservação e a ampliação e recategorização de uma área. A categoria de manejo mais representativa em área foi Estação Ecológica (3,4 milhões de ha ou 36,5% da área total criada/ampliada em 2005) e em número de unidades foi Reserva Extrativista (oito áreas criadas ou 40% do número total).

Por iniciativa do Governo, foi editada a Lei nº 11.132, de 4 de julho de 2005, possibilitando a decretação de limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental em áreas de interesse para a criação de novas unidades de conservação, constituindo-se em novo instrumento de proteção dessas áreas, especialmente contra invasão e grilagem.

As primeiras cinco áreas limitadas no Estado do Pará totalizam aproximadamente 8,2 milhões de ha, nas quais será criado um mosaico de unidades de conservação para o ordenamento territorial dessa ampla área no entorno da Rodovia BR-163.

Em 2006, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) será expandido para todo o território nacional e terá início a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, priorizando a implantação do SNUC, a mediação de conflitos decorrentes da sobreposição de Unidades de Conservação e a implementação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas.

f) O Programa Nacional de Florestas

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como objetivos a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

O PNF desenvolve ou apóia atividades voltadas para a produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação per-

manente, implantação de Sistemas Agro-florestais em áreas de reserva legal, recuperação e conservação de nascentes, crédito, capacitação, assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais.

Como resultados do PNF obteve-se, de 2002 a 2005, um crescimento de mais 300% na área de manejo florestal certificada. Em 2004, a área de manejo florestal certificada era de 1.256.345ha, aumentando para 1.278.486,9 em 2005. Houve um aumento expressivo também na área de plantio florestal, passando de 280 mil ha ao ano, em 2002, para 465.000 em 2004 e para 530 mil ha em 2005, reduzindo, assim, o déficit histórico existente entre áreas desmatadas e plantadas. Aumentou-se, também a participação de pequenos produtores, passando de 19% em 2002 para 25% em 2005.

Em 2006, o Plano Nacional de Florestas tem como meta aumentar a Base Florestal Plantada em aproximadamente 23%, com relação ao ano de 2005, agregar seis milhões de ha de florestas naturais ao regime de produção florestal sustentável e reflorestar 70.000 ha de áreas degradadas. Ademais, espera-se que em 2006 seja aprovado, pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas.

g) Zoneamento Ecológico-Econômico

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem como objetivo promover o zoneamento ecológico-econômico do território nacional a fim de planejar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando a gestão e o planejamento territorial do País. As parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos estaduais possibilitaram ampliar para 23% a área do território nacional sob zoneamento. Em 2006, espera-se ampliar em mais 20% a área do território sob zoneamento.

h) Política Nacional de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem como objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos seus múltiplos usos, a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem naturais ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte hidroviário. O Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado no atual Governo com ampla participação social, é um dos instrumentos para atingir esses objetivos.

Um importante avanço foi a implantação, em 2005, do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água, na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Foi implementada a cobrança voluntária na Bacia Hi-

drográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Os recursos arrecadados são aplicados em ações diretas na própria bacia, voltadas para a recuperação de áreas degradadas e construção de estações de tratamento de esgotos.

Outro importante avanço foi a implementação de um novo modelo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Sistema Cantareira, no Estado de São Paulo. Por meio desse Sistema, é feita a transposição de águas da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, permitindo o abastecimento de cerca da metade da população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), aproximadamente oito milhões de pessoas. A implementação desse novo modelo de alocação de água entre a SABESP (responsável pelo abastecimento da RMSP) e os usuários localizados a jusante do Sistema Cantareira, na bacia do rio Piracicaba, na qual se concentram três milhões de pessoas, resolve um conflito de uso de recursos hídricos existente há trinta anos.

Em 2006, terá início a elaboração dos Planos de Bacia nas 12 regiões hidrográficas brasileiras com auxílio do instrumento de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e expansão do sistema de cobrança voluntária. O Plano Nacional de Recursos Hídricos terá sua implementação iniciada assim como a implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.

Serão ainda ampliadas as atividades de outorga do direito de uso dos recursos hídricos sob domínio da União e dos Estados e será finalizado do Atlas de Obras Prioritárias para a região Semi-Árida.

i) Responsabilidade compartilhada

A política ambiental é, por princípio constitucional, de responsabilidade compartilhada e complementar da União, dos Estados e dos Municípios. O Governo Federal vem promovendo a descentralização dos processos decisórios e dos recursos financeiros de gestão ambiental para os entes federados.

Para consolidação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), estão sendo implementadas em todos os Estados e no Distrito Federal as Comissões Técnicas Tripartites como um espaço formal de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Estão sendo desenvolvidas, também, i) ações de aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental; ii) elaboração e implementação de um programa nacional de capacitação de gestores e conselheiros municipais de meio ambiente (em implementação em dezessete Estados, visando à inclusão maciça dos Municípios na gestão ambiental compar-

tilhada e incentivando a descentralização de funções compatíveis com o papel municipal); e iii) implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA).

Adicionalmente, gestões estão sendo realizadas com vista à regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que definirá mais detalhadamente as atribuições dos entes federados na gestão ambiental. Nesse sentido, foi elaborado um Projeto de Lei Complementar fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

j) Esfera internacional

Na esfera internacional, a política ambiental do Governo considera a relevância e o protagonismo do Brasil. Sob essa ótica, o Governo trabalhou junto ao Congresso Nacional pela ratificação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos – ações integrantes do Programa Viver sem Contaminação. A implementação desses compromissos internacionais se dará por meio de atividades envolvendo vários setores governamentais e não governamentais, especialmente no que se refere à elaboração do Plano Nacional de implementação da Convenção de Estocolmo, que deverá ser concluído até o final de 2006.

A ratificação do Protocolo de Cartagena, que assegura, entre outras coisas, o respeito ao princípio da precaução e da biossegurança no trato com os organismos geneticamente modificados, representa também um passo importante do Brasil rumo ao desenvolvimento biotecnológico com competência científica e responsabilidade social e ambiental.

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

No âmbito das ações de Ciência e Tecnologia, o Governo se norteou pelas seguintes diretrizes que compõem a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I):

i) consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, expandindo a base científica e tecnológica nacional

ii) criar um ambiente favorável à inovação no País, estimulando o setor empresarial a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

iii) integrar todas as regiões e setores ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação; e

iv) desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 2005, o Governo consolidou uma nova etapa no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais, promovendo a articulação e integração de diversos atores para alavancar a geração de riqueza e renda no País e promover a Estratégia Nacional de C,T&I. Envolveram-se múltiplos agentes públicos e privados, não mais se limitando apenas a ações do Governo Federal e de alguns Estados da Federação, revertendo o quadro anterior de dispersão e segmentação de instrumentos e iniciativas.

No marco legal-regulatório, destacam-se; a regulamentação da Lei de Inovação em 2005; a aprovação da nova Lei de Informática, com extensão dos incentivos para a Pesquisa e Desenvolvimento no setor; a constituição de incentivos fiscais para a inovação nas empresas nos marcos da Lei nº 11.196, de 2005; e a aprovação da Lei de Biossegurança. Esse conjunto de iniciativas instituiu no País um novo ambiente indutor do trabalho integrado de cientistas, pesquisadores e empresários no desenvolvimento de novos processos e produtos, ampliando a participação da iniciativa privada no esforço nacional de geração de conhecimento e inovação. Em 2006, deverá ser aprovada a Lei de Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e regulamentados os incentivos fiscais para inovação nas empresas previstos na Lei nº 11.196, de 2005.

Do ponto de vista da gestão, a formulação da Estratégia Nacional de C,T&I permitiu dar foco às iniciativas do Governo, segundo as prioridades da política de desenvolvimento, acabando com a descoordenação de ações que caracterizou os últimos anos. Destaca-se, aqui, a implementação de novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, que se constituem no principal instrumento de fomento do Governo para essa área. O novo modelo, a ser consolidado na regulamentação definitiva do FNDCT, permitiu integrar grande parte dos investimentos dos Fundos através de ações transversais alinhadas com as prioridades do Governo, evitando a duplicidade ou dispersão de iniciativas e assegurando maior transparência e eficiência na execução dos recursos.

Na formação de recursos humanos qualificados para consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, destaca-se a ampliação da concessão de bolsas via CNPq, cujo valor global passou de R\$439 milhões, em 2002, para R\$598 milhões, em 2005, um aumento, portanto, de 36%. No nível de doutorado, somando-se os programas do CNPq, CAPES e de outras instituições federais e estaduais, o Brasil

deverá formar 9.500 doutores, em 2005. Vale destacar neste período a concessão demais de duas mil bolsas adicionais e o aumento, em 2004, do valor das bolsas em 18%, após 8 anos de congelamento.

Em 2006, serão estruturados os novos Institutos do Milênio, já selecionados em 2005. Também ocorrerão a seleção e a contratação dos projetos de apoio à infra-estrutura institucional de pesquisa, e a seleção e contratação de projetos nas diversas linhas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a formação e fixação de recursos humanos qualificados.

Cabe destacar a estrutura da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que integra em rede de alta velocidade de transmissão de dados mais de 300 instituições de pesquisa em todos os Estados do País, beneficiando a um milhão de usuários vinculados a atividades científicas e tecnológicas. A velocidade de transmissão da nova rede foi atualizada em 8,558%, alcançando a banda agregada total de 35 Gbps (gigabits por segundo) e, por força da nova tecnologia óptica utilizada, com uma redução de custo por gigabit de 37,8% em relação a 2003, situando a rede acadêmica brasileira, que apóia as instituições de pesquisa do Brasil, no mesmo patamar de conectividade das redes existentes nos países mais desenvolvidos. Em 2006, continuará a expansão da Rede e conhecimento, com destaque para a implantação de redes metropolitanas no interior dos Estados e das redes internas das Instituições Federais de Ensino Superior.

O foco em objetivos nacionais de longo prazo permitiu retomar os investimentos em programas estratégicos para o País. Após um prolongado período de restrições, os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), foram ampliados, chegando ao patamar de R\$225 milhões, em 2005, com foco no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e no desenvolvimento, montagem e lançamento dos satélites da “família” CBERS, em parceria com a China. Em 2006, deverá ser construído e lançado o satélite CBERS 2B. Também ocorrerá a construção da plataforma de lançamento do VLS e apoio à infra-estrutura do Centro de lançamento de Alcântara. O PNAE deverá adquirir grande visibilidade em 2006 com o voo, em parceria com a Agência Espacial da Rússia, do primeiro astronauta brasileiro que realizará experimentos científicos em ambiente de microgravidade na Estação Espacial Internacional (ISS).

O mesmo processo de recuperação e ampliação se verifica no Programa Nacional de Atividades Nucleares, sob coordenação da Comissão Nacional de

Energia Nuclear (CNEN). A CNEN teve o orçamento ampliado de R\$71 milhões, em 2003, para R\$116 milhões, em 2005. O Programa Nuclear tem como foco principal a viabilização da fábrica de enriquecimento de urânio em Resende para fornecimento de material combustível para as usinas nucleares de Angra dos Reis, devidamente autorizada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em 2006, ocorrerá a inauguração e expansão da Planta de Enriquecimento de Urânio da empresa Indústrias Nucleares do Brasil em Resende. Em Recife, Pernambuco, foi inaugurado o Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN-NE). Além de apoiar os pólos médicos das regiões Norte e Nordeste, destacadamente nos campos da Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear, o Centro contribui para a desconcentração das atividades da CNEN, atualmente restritas à região Sudeste. A CNEN adquiriu, em 2005, dois novos ciclotrons, a serem instalados em Belo Horizonte, Minas Gerais, no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), e em Recife, no CRCN-NE, o que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças, contribuindo para fortalecer a utilização da energia nuclear na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Destaca-se também a reestruturação da área de segurança nuclear da CNEY, com foco na modernização dos processos licitatórios e de controle das atividades envolvendo radiação ionizante.

Em 2006, haverá uma ampliação do Programa de CT&I para a Amazônia, com ênfase no investimento de infra-estrutura de pesquisa na região e na formação e fixação de recursos humanos qualificados. Também será estruturada a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, com o apoio a iniciativas integradas de monitoramento de fenômenos naturais.

O foco na promoção da inclusão e do desenvolvimento social – dimensão ausente em fases anteriores de estruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – permitiu lançar iniciativas pioneiras de universalização do acesso ao conhecimento, bem como de ampliação das capacidades locais de geração de renda e elevação da qualidade de vida. Destaca-se, aqui o Programa Vida de Extensão Tecnológica, que fomenta a transferência de tecnologia e parcerias entre instituições de pesquisa e comunidades carentes. Operando desde 2004, o programa já apóia 349 projetos, com um investimento total de R\$32,5 milhões, em áreas como o processamento de materiais recicláveis e a produção de alimentos para famílias pobres e pequenos criatórios. Em 2006, serão ampliados os programas de transferência de tecnologia, com ênfase no Programa

Vida, na implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) focados em cadeias produtivas locais, e na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo a da agricultura familiar. No âmbito das iniciativas de popularização, cabe ressaltar o sucesso da 1ª e 2ª Semanas Nacionais de Ciência e Tecnologia, em 2004 e 2005, respectivamente, que contaram com a participação de mais de um milhão de pessoas em milhares de atividades. Em 2006, será realizada a 3ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Já a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, realizada em 2005, contou com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.

Na área da nanociência e nanotecnologia estão sendo apoiados 27 projetos de pesquisa participativa entre universidades e empresas e investimentos da ordem de R\$7 milhões. Em 2005, foram investidos recursos da ordem de R\$29 milhões. Registra-se o apoio a dez novas redes de pesquisa em nanotecnologia, a 19 projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação), a nove projetos de pesquisa participativa com empresas, a três laboratórios estratégicos – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Embrapa Instrumentação e Centro Estratégico de Tecnologia do Nordeste, e a 11 projetos de apoio a incubadoras em nanotecnologia.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em 16 de fevereiro de 2005, o Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando com um total de 85 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 23% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 133 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima aprovou 28 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. O Brasil possui, ainda, 83 projetos em processo de validação, reduzindo emissões em cerca de 130 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, o que corresponde a uma redução anual de 15 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto. Essa redução representa 1,5% das emissões de gases de efeito estufa brasileiras no ano de 1994.

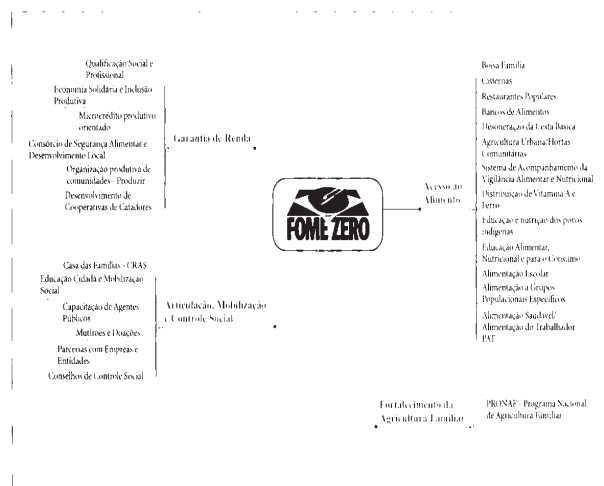
1. Prioridade para os mais pobres

A prioridade para os mais pobres vem sendo implementada, sobretudo, por meio do Fome Zero,

estratégia conformada por um conjunto de programas de diversos órgãos do Governo, que visam à inclusão social das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza e a garantia, a todos os brasileiros, do direito humano à alimentação.

Tal estratégia articula programas e ações de diversas Pastas em torno de 4 eixos fundamentais no combate à fome:

- i) ampliação do acesso aos alimentos;
- ii) fortalecimento da agricultura familiar; iii) geração de renda; e iv) mobilização e articulação dos beneficiários dos programas, e da sociedade civil.



O Governo buscou racionalizar e integrar as políticas de proteção social e promoção da inclusão social envolvendo três grandes áreas: transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social.

a) Transferência de Renda: o Bolsa-Família

O Programa Bolsa-Família é o maior programa de transferência condicionada de renda já posto em prática no Brasil e articula três eixos específicos: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio das condicionalidades que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação; os programas complementares que são ações coordenadas dos governos e da sociedade nas áreas de geração de trabalho e renda e alfabetização.

Em dezembro de 2005, o Bolsa Família alcançou a marca de 8,7 milhões de famílias atendidas em 100% dos Municípios brasileiros, atingindo aproximadamente 77% das famílias com renda familiar per capita de até R\$100,00 por mês, que constituem seu público alvo, com investimento total de R\$6,5 bilhões. Das famílias

atendidas pelo Programa, 48% se encontram na região Nordeste.

Os recursos repassados pelos programas de transferência de renda do Governo Federal, só no mês de novembro de 2005, somaram mais de R\$627 milhões, o que representa 26,7% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 15,5% do total de Transferências Constitucionais. Na região Nordeste, os recursos repassados pelos programas de transferência de renda equivalem a 39,1% dos recursos repassados pelo FPM e 23,7% do total das Transferências Constitucionais, fato este que demonstra a importância desses programas para os cidadãos e para a economia da região.

Em janeiro de 2005, foi formalizada a Rede Pública de Fiscalização, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério Público Federal (MPF), os Ministérios Públicos Estaduais, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), para fiscalização do Bolsa Família. Com relação ao controle social, foi desenvolvido um conjunto de ações visando o seu fortalecimento culminando na criação de 5.382 Instâncias Municipais de Controle Social (ICS), compostas por representantes das prefeituras e da sociedade civil.

Ademais, o ano de 2005 também foi fundamental para o aperfeiçoamento da gestão do Programa, com destaque para a atualização cadastral, a descentralização da gestão de benefícios, o acompanhamento de condicionalidades e, principalmente, a formalização do compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo na implementação do Programa. Nesse aspecto, 5.382 Municípios tiveram o termo de adesão ao PBF publicados, de um total de 5.548 termos enviados ao Ministério. Ainda, o Distrito Federal e mais 25 Estados tiveram seus termos de adesão publicados.

Vale citar o apoio externo que vem recebendo o Bolsa Família. Em 2005, o Banco Mundial concedeu empréstimo no valor de R\$ 30,6 milhões ao Programa, sendo eles destinados ao aperfeiçoamento do CadÚnico (Cadastro Único), ao fortalecimento institucional e a ações de monitoramento e avaliação.

Até o final de 2006 está previsto: i) universalização do atendimento a 100% das famílias consideradas pobres; ii) inserção de todos os beneficiários do PETI no Cadastro Único, consolidando a integração com o Bolsa Família; iii) desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON); iv) fortalecimento das Instâncias de Controle Social por meio de acompanhamento e capacitação continuada tanto dos conselheiros

como dos formadores no sentido de torná-los aptos para disseminar as principais ferramentas de gestão e acompanhamento do Programa Bolsa Família aos conselheiros; e v) promoção da oferta articulada de programas complementares que possibilitem a autonomia e a inclusão social das famílias beneficiárias.

b) Ações de Assistência Social

Na Assistência Social, o grande avanço se expressa no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), novo modelo de gestão que institui uma nova forma de financiamento e fortalece o controle da política de assistência social deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2013. O SUAS tem como objetivo consolidar a assistência social como política pública de seguridade social, tendo como matrizes estruturantes; a centralidade na família; a participação social; a complementaridade da rede de serviços organizada com base no território, de acordo com a complexidade dos serviços, e o financiamento compartilhado pelas três esferas de governo.

Esse modelo foi traduzido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elaborada e aprovada em 2004. O SUAS organiza os serviços de proteção social com base em duas modalidades: proteção social básica, cujo objetivo é, sobretudo, a prevenção de situações de risco; e proteção social especial, que se destina a restabelecer direitos já violados.

É importante destacar o papel do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), pilar da modalidade de proteção social básica, que a partir de 2004 passou a integrar a rede de serviços de ação continuada da assistência social, co-financiada pelo Governo Federal (Decreto nº 5.085/2004), assegurando maior sustentabilidade e a possibilidade de expansão contínua nos próximos anos. O PAIF é implementado por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), também conhecidos como “Casas das Famílias”, espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza com capacidade de atendimento adequada aos parâmetros indicados na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Com a expansão das ações em 2005, o número de unidades de atendimento (CRAS) chegou a 1.980 (sendo 38 em comunidades quilombolas e 176 em comunidades indígenas), referenciando cerca de 5 milhões de famílias em 1.353 Municípios. Cabe esclarecer que famílias referenciadas são aquelas que podem acessar os serviços ofertados nos CRAS e que a capacidade média de atendimento destes é estimada em até 750 famílias/ano.

A Política Nacional de Assistência Social incorpora e financia um amplo contingente de serviços e ações voltadas para a infância e juventude, a saber:

i) crianças de zero a seis anos – em 2005 foram atendidas, por meio de parcerias com listados, Municípios e Distrito Federal, mais de 1,69 milhão de crianças, em 81% dos Municípios, por meio da disponibilização de serviços de creches, pré-escolas, abrigos, famílias acolhedoras e outras modalidades de atendimento. Foram utilizados R\$ 264,9 milhões para essas iniciativas;

ii) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende a mais de 1 milhão de crianças e adolescentes na faixa-etária entre 7 e 10 anos que se encontram em situação de trabalho, em 3.256 Municípios. O Governo investiu R\$ 533,2 milhões em bolsas e jornada ampliada, sendo que esta última consiste em atividades sócio-educativas desenvolvidas em horário complementar ao da escola;

iii) Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, de abrangência local e regional (CREAS) prestam ações socioassistência e atendimento psicossocial e jurídico às crianças, adolescentes e famílias vitimadas pela violência. Tiveram sua capacidade de atendimento expandida para 70,4 mil crianças e adolescentes em 1.103 Municípios. Sua operacionalização ocorre de forma descentralizada, em co-responsabilidade com os Municípios e Estados, mediante aporte técnico e financeiro. Os recursos investidos em 2005 promoveram a expansão em mais de 790 Municípios.

iv) Benefício de Prestação Continuada (BPC) – outra importante ação da área da Assistência Social consiste no benefício mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, incapacitadas para vida independente e para o trabalho cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo. Em 2005, foram atendidos cerca de 1,07 milhão de idosos com um aporte de R\$ 3,48 bilhões. Além disso, 166 mil idosos, em razão do direito adquirido, permanecem sendo atendidos pela Renda Mensal Vitalícia (RMV), extinta em 1996.

No ano de 2005, 1,21 milhão de pessoas com deficiência foram atendidas, superando a meta prevista para o final do ano de 1,2 milhão de beneficiários. Para esse benefício foram aplicados R\$4,06 bilhões. Outras 370 mil pessoas com deficiências são atendidas pelo benefício RMV, perfazendo um gasto de R\$1,20

bilhão. Além disso, idosos e pessoas com deficiência também são atendidos pelos serviços de ação continuada, co-financiados pelo Governo Federal e executados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal. Em 2005, as ações de Proteção Social da Pessoa Idosa realizadas no âmbito da proteção social básica e especial atenderam a 335,9 mil pessoas em 2.289 Municípios, com gastos de R\$39,4 milhões. Em relação às pessoas com deficiências, os serviços de Atenção à Pessoa com Deficiência atenderam a mais de 150 mil pessoas em 1.532 Municípios, com um gasto de R\$76,6 milhões.

Um fato relevante que deve ser registrado refere-se à execução do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que, em 2005, incluindo despesas discricionárias e obrigatórias, atingiu o total de R\$10,58 bilhões liquidados (R\$99,6% do orçamento).

A partir de 2006, será consolidada a sistemática de financiamento por meio do piso de proteção social básica e do piso de proteção social especial, com repasse automático fundo a fundo. Além disso, serão estabelecidas responsabilidades para os três entes federados no co-financiamento das ações, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A PNAS inclui, também, outros importantes aspectos para uma gestão qualificada da política, tais como o controle social, o Sistema de Informação e de Monitoramento e Avaliação e a Política de Recursos Humanos para a área.

Várias ações serão desencadeadas, com vistas a consolidar o processo de implementação do SUAS, destacando-se: i) elaboração do Plano Nacional de Assistência Social, a partir da V Conferência Nacional de Assistência Social; ii) finalização de regulações dos serviços, programas, projetos e benefícios da PNAS (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial); iii) regulamentação dos arts. 2º e 3º da LOAS; iv) expansão do PAIE por meio do qual serão atendidas 7,5 milhões de famílias em 2.150 CRAS; v) consolidação e aprimoramento do Sistema Nacional de Informação de Assistência Social (REDE SUAS); vi) elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; vii) implantação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento que possibilite acompanhar o desenvolvimento das ações; e viii) elaboração e implantação da Política Nacional de Capacitação da Assistência Social.

c) Ações de Segurança Alimentar

A partir de 2003, o problema da fome e o desafio da construção de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional passaram a ser enfrentados por meio da reestruturação do Estado e do diálogo com a sociedade. Destaca-se a recriação do Conselho Nacio-

nal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

São ações de segurança alimentar e nutricional:

i) O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); ii) o Programa de Acesso à Água para Consumo Doméstico (cisternas); iii) a distribuição de cestas de alimentos, os restaurantes populares, os bancos de alimentos; e iv) as ações de Educação Alimentar e Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública criado para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar por meio da compra da produção familiar. Após dois anos de execução, o PAA apresenta resultados positivos expressivos, como 139.158 agricultores familiares atendidos, 2.482.695 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais beneficiadas pelas doações de alimentos em 1.526 municípios.

Em 2005, o PAA atendeu 11.465 famílias e adquiriu 49.664 toneladas de produtos. Ainda por meio do PAA em sua modalidade Leite (PAA-Leite), o Governo já investiu, até 2005, R\$230 milhões. Diante do sucesso do programa, foram firmados, em outubro de 2005, novos convênios entre a União e os Estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe, que garantirão a distribuição e aquisição de leite até março de 2007. Em 2005, o PAA-Leite recebeu um grande incentivo, passando de um investimento de R\$61 milhões, em 2004, para R\$107 milhões, em 2005. O programa está presente em 1.152 municípios do Semi-Árido e, de janeiro a outubro, beneficiou a 15,3 mil produtores com a compra de leite, que atenderam diariamente a 647 mil famílias.

Para o ano de 2006, está previsto orçamento de R\$46 milhões a ser destinado à aquisição de alimentos para constituição de cestas básicas (1,8 milhão de cestas ou 44 toneladas de alimentos), que serão distribuídas gratuitamente às populações vulneráveis. Para compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, no âmbito do PAA, estão previstos R\$405 milhões.

Nos municípios rurais do Semi-Árido, por meio do Programa Acesso à Água para o Consumo Doméstico – construção de cisternas para captação de água de chuva – foram construídas, até novembro de 2005, 116 mil cisternas, sendo 80 mil com recursos do Governo Federal e as demais com recursos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e outras

organizações. Somente em 2005 foram construídas cerca de 39 mil cisternas com a aplicação de R\$64,2 milhões do Governo Federal.

O investimento no Programa de Construção de Cisternas em 2006 será de R\$69,1 milhões, contabilizados somente os recursos do Governo Federal, sem considerar a contrapartida dos entes parceiros. A meta referente a esses recursos é a construção de mais 52,5 mil cisternas até o fim de 2006.

Até 2005, foram firmados convênios e contratos de repasse para a implantação de 98 restaurantes populares, estando mais quarenta unidades em processo para celebração de convênio. No mesmo sentido, avançaram as ações para a instalação de cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Sob o enfoque de a Educação Alimentar e Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis, foram distribuídas, em 2005, 54 milhões de cartilhas aos alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, bem como 700 mil “Cadernos do Professor” aos professores desse mesmo nível de 140 mil escolas públicas.

Na área de segurança alimentar, foi elaborado, pelo Consea, com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil, a proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), enviada à Câmara dos Deputados, em outubro de 2005. Essa proposta representa uma importante conquista, pois cria as bases institucionais para que todos tenham uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, conforme deliberação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional dá um importante passo ao instituir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que permitirá integrar e organizar as políticas de segurança alimentar desenvolvidas pelas três esferas de governo e pela sociedade. O Sisan também permitirá o monitoramento da situação nutricional da população, o estabelecimento de ações e políticas de segurança alimentar e nutricional, definindo direitos e deveres do Poder Público, da família, das empresas e da sociedade. Além disso, a proposta de lei institui de forma permanente o Consea, órgão formado por representantes da sociedade e do Governo.

Na área de agricultura urbana e periurbana, está previsto para 2006 o gasto de R\$10 milhões com hortas comunitárias, viveiros, pomares e similares, em cidades com mais de 25 mil habitantes. Estima-se ainda que com o orçamento do ano de 2006 seja possível concluir a implantação de 55 restaurantes populares e implantar mais 42 unidades de bancos de alimentos, o que representa um investimento de R\$36,5 milhões.

As ações são complementadas pela educação alimentar, que pretende distribuir quarenta milhões de cartilhas educativas e setecentos mil cadernos do professor ao ensino fundamental da rede pública, em 2006. Com relação às políticas de desenvolvimento territorial, no ano de 2006 está prevista a consolidação dos 40 Consad existentes no Brasil como instância de planejamento e execução de ações de segurança alimentar e desenvolvimento regional nos territórios alvos. Paralelamente, serão implantadas novas experiências de Consad. O fortalecimento da comunicação do governo com o público interlocutor dos Consad (lideranças e Poder Público locais) será outra meta a ser perseguida.

2. Juventude

a) A institucionalização do setor – criação da Secretaria Nacional de Juventude

A criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, em fevereiro de 2005, colocou definitivamente a pauta da juventude brasileira na condição de política estratégica para o País e definiu um marco institucional para a integração das ações do Governo Federal voltadas a esse público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude é instrumento importante para a incorporação da temática juvenil também no âmbito dos municípios e dos estados, de forma a impulsionar e contribuir para a criação de organismos de juventude em todo o País. A secretaria também dialoga intensamente com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude. Criou-se o primeiro conselho totalmente dedicado à temática da juventude. O Conselho Nacional de Juventude realizou reuniões plenárias, nas quais foram debatidos temas de extrema relevância para a juventude brasileira, tais como a Campanha do Desarmamento, o Plano Nacional de Juventude, o orçamento de programas voltados à juventude e a regulamentação da contratação de aprendizes. A regulamentação da contratação de aprendizes foi efetivada pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 3.398, de 1º de dezembro de 2005.

No âmbito internacional, o Brasil vem ganhando destaque nessa temática, seja pela dimensão demográfica do País, seja pela qualidade e velocidade com que inúmeros programas e ações foram implantados nos últimos três anos. Por esse trabalho, o Brasil foi anfitrião do Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças Juvenis (PANLAC), realizado em parceria

com as agências das Nações Unidas, quando as diferentes organizações juvenis de 27 países da região puderam debater e contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Em 2006, a secretaria desenvolverá um sistema de informações sobre as políticas de juventude no Brasil, por meio de um portal na internet e do fomento a pesquisas sobre os temas juvenis.

b) ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi lançado em fevereiro de 2003 e iniciou suas atividades em julho de 2005, com a aula inaugural proferida pelo Senhor Presidente da República, em Recife, para 1.200 jovens. O ProJovem é uma iniciativa inovadora, que conjuga elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Os jovens que cumprirem 75% da frequência e das atividades programadas para o curso recebem mensalmente um incentivo no valor de R\$100,00, durante os 12 meses do programa.

O Projovem oferece a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e profissionalização para jovens de 18 a 24 anos, que vivem nas capitais e no Distrito Federal, que não concluíram o ensino fundamental e não têm emprego com carteira assinada.

A coordenação do programa criou uma central de atendimento pela qual mais de 210 mil jovens se inscreveram gratuitamente pelo telefone 0800 642 7777.

O governo fornece todo o material didático utilizado por alunos e professores, transfere às prefeituras os recursos para pagamento do pessoal, do incentivo financeiro e da alimentação dos alunos, além de instalar mais de 15 mil computadores nas “Estações Juventude”. As prefeituras fornecem as instalações para os núcleos e estações de juventude, o acervo para as bibliotecas e manutenção da infra-estrutura. Cerca de dez mil profissionais, entre professores, assistentes sociais e educadores de qualificação profissional foram contratados para o programa em todo o Brasil. Em 2005, foram executados R\$10,5 milhões referentes ao pagamento do auxílio financeiro aos jovens regularmente participantes do programa. O ProJovem pressupõe o jovem como protagonista, oferecendo elevação da escolaridade, qualificação profissional e ações comunitárias, e já possui 219.700 vagas conveniadas com as prefeituras das capitais. Em 2006, o programa estará consolidado, tendo inclusive seus primeiros formandos.

c) Agente Jovem

O Serviço de Proteção Socioassistencial da Juventude, por meio do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, possibilitou a oferta,

em 1.560 Municípios brasileiros, de atividades de capacitação teórica e prática, a cerca de 57 mil jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo. Essas atividades asseguram a participação ativa e efetiva do jovem em sua comunidade, propiciando condições para inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, integração à família e favorecendo – o protagonismo dos jovens enquanto agentes de transformação e desenvolvimento da comunidade. Além de possibilitar o desenvolvimento de ações que facilitem a inserção do jovem no mundo do trabalho, diminuem-se, assim, índices de violência, uso abusivo de drogas, DST/AIDS e gravidez precoce e não planejada.

O jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$65,00, mediante o compromisso de permanência na escola e participação nas atividades inerentes ao serviço. Para as bolsas foram empenhados R\$54,4 milhões e para capacitação R\$15,6 milhões. Ainda na área de políticas para a juventude, deve ser mencionada a continuidade da implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na qual foi empreendido um esforço sistemático para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho. Após sua reestruturação, em 2005, o PNPE passou a centrar suas ações nos eixos de qualificação socioprofissional, inclusão social e inserção no mundo do trabalho, qualificando cerca de 45 mil jovens, e dados parciais demonstram que mais de 40 mil já foram inseridos no mercado de trabalho. A execução financeira das ações do programa foi de aproximadamente R\$70 milhões. Para 2006, existem 917 propostas de prefeituras para atuar na linha Juventude Cidadã, das quais 208 já apresentaram planos de trabalho.

3. Educação

A educação é um elemento estratégico para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Ao gerar coesão social, elevar a escolaridade de nosso povo e produzir conhecimento, tornamos nosso País competitivo e criamos as condições para a consolidação de um projeto nacional coerente. As ações do governo nessa área visam à democratização do acesso à educação, à construção de uma escola que aceite e acolha as diferenças e à ampliação do ensino que prepara o jovem para o mundo do trabalho, garantindo uma educação de qualidade em todos os níveis. Para 2006, o governo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), estruturou seu orçamento de forma a solidificar e ampliar os programas prioritários.

a) Educação Básica

As acentuadas desigualdades socioeconômicas regionais, associadas às diferentes capacidades de estados e municípios de financiar a educação, têm sido historicamente um dos principais obstáculos à universalização do acesso e melhoria da qualidade da educação em nosso País.

Com vistas ao enfrentamento dessa situação, o governo, após exaustivas negociações com Governos estaduais e municipais encaminhou, em 2005, ao Congresso Nacional, proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – PEC nº 415/05. Trata-se de iniciativa que, uma vez aprovada, garantirá mais recursos para que estados e municípios ofereçam a educação básica, assegurando ampliação de vagas, especialmente para o ensino médio, com melhoria da qualidade em todo o sistema.

O Fundeb substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que financia exclusivamente o ensino fundamental. O Fundeb pretende atender cerca de 47 milhões de estudantes devendo ser implementado de forma gradativa nos quatro primeiros anos. Além do ensino fundamental, o Fundeb abrangerá os outros níveis da educação básica – educação infantil e ensino médio – e suas modalidades.

O Brasil tem uma enorme carência de docentes na educação básica, e muitos dos profissionais em sala de aula não possuem a formação adequada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com o objetivo de garantir condições profissionais para que os educadores atuem mais preparados e motivados, o Governo Federal está implementando um sistema nacional de formação de professores que lecionam em escolas públicas.

Milhares de professores da educação básica, que atuam nos sistemas municipais e estaduais, estão sendo beneficiados por programas de formação inicial (ProInfantil, Proformação, Pró-licenciatura) para aqueles sem habilitação legal – magistério e licenciatura, e formação continuada (Pró-Letramento e Rede Nacional de Formação Continuada de Professores), para melhorar e atualizar a didática dos profissionais que já possuem magistério ou licenciatura. Em 2006, o programa de formação de professores terá recursos expressivos, passando dos atuais R\$90 milhões para cerca de R\$120 milhões. Hoje, cerca de 200 mil docentes da educação básica não têm formação superior. Com a implantação do Sistema Nacional de Formação, em parceria com universidades de todo o País, será possível agir de forma concreta para melhorar a qua-

lidade da educação. Além disso, as escolas também passarão por reformas e receberão equipamentos, permitindo melhorias na sua estrutura física.

Em 2005, pela primeira vez, foram avaliadas todas as escolas públicas urbanas de 4ª e 8ª séries do País, pela Prova Brasil, instrumento de avaliação criado para diagnosticar a qualidade da educação básica. A Prova Brasil identifica as experiências positivas e as dificuldades de aprendizado enfrentadas por escolas, alunos e professores. Foram aplicadas provas de Matemática e leitura em 43 mil escolas envolvendo mais de cinco milhões de alunos.

Ainda na avaliação da educação básica, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Trata-se de um exame individual, voluntário e oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio. Além de ser uma referência para auto-avaliação, o Enem serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção aos exames de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, e é um dos pré-requisitos às bolsas de estudo do ProUni. A edição 2005 do Enem teve três milhões de inscritos, o que se constituiu na maior participação desde 2000.

Em 2005, foi realizada a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), uma ação dirigida à inclusão social, com o objetivo de incentivar crianças e jovens a se interessar por matemática e descobrir novos talentos para a ciência e tecnologia. Cerca de dez milhões de crianças, de 31 mil escolas de cinco mil municípios brasileiros participaram dessa prova. Promovida pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Educação, a iniciativa foi dirigida aos alunos de 5ª à 8ª séries dos ensinos fundamental e médio, que concorreram a prêmios, de acordo com a sua classificação nas provas.

A cerimônia de premiação está agendada para março de 2006, onde serão agraciados trezentos alunos com medalhas de ouro, 405 com medalhas de prata e outros 405 com o bronze, além da entrega de trinta mil menções honrosas. Também serão oferecidas 2.001 bolsas do tipo Iniciação Científica Júnior, do CNPq, para os primeiros alunos colocados. No caso dos municípios, a premiação irá estimular a prática de esportes entre as comunidades. As cinco cidades das melhores escolas colocadas em cada região geográfica receberão quadras de esporte. As 27 escolas com maior número de pontos em cada estado receberão laboratórios de Computação e cem Certificados de Mérito Nacional. Um total de cem professores também foi premiado com a participação em um estágio de aperfeiçoamento, durante 15 dias, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Em 2006, o MCI diversificará

as iniciativas focadas na melhoria da educação em ciências no ensino fundamental e médio.

O programa de distribuição do livro didático para o ensino fundamental beneficia anualmente cerca de 31 milhões de alunos de 1ª à 8ª séries. Em 2005, as escolas públicas de ensino fundamental e de educação especial e as instituições privadas e filantrópicas receberam mais de 110 milhões de livros.

No início de 2005, foi concluída a primeira distribuição da história da educação brasileira de livros das disciplinas de Português e Matemática a alunos do ensino médio. Nessa primeira ação, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio atendeu 1,3 milhão de alunos de 5.392 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. O programa tem o objetivo de suprir a falta de livros nas regiões mais carentes do País.

O Programa Nacional da Biblioteca Escolar beneficiou, em 2005, 16,3 milhões de estudantes com a distribuição de 3,6 milhões de exemplares em 136 mil escolas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como “merenda escolar”, é um dos mais amplos programas de alimentação escolar do mundo. A merenda escolar é um importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres. Em algumas regiões do Brasil, o benefício é a única refeição de crianças matriculadas na rede de ensino público, dessa forma, o PNAE tem contribuído para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para a segurança alimentar e ajudando a reduzir a evasão escolar, atendendo a 37 milhões de alunos por ano na educação infantil e no ensino fundamental, desde crianças matriculadas nas creches públicas ou filantrópicas a estudantes de escolas indígenas e de comunidades quilombolas. O reajuste acumulado desde 2004 no valor da merenda por aluno chegou 38,5% após dez anos sem aumento.

Em 2005, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), criado em 2004, por iniciativa do Governo, confirmou a eficácia do repasse automático de recursos aos municípios que têm alunos residentes em área rural. O objetivo é garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos 3,3 milhões de alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, que utilizem transporte escolar. Foram alocados ao programa, em 2005, recursos orçamentários da ordem de R\$267 milhões. Esse montante de recursos expressa a prioridade e a atenção que o atual Governo atribui ao transporte escolar.

b) Educação Superior

Reconhecendo a importância da educação superior pública e gratuita para a inclusão social, geração

de trabalho e renda, diminuição das desigualdades regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, o Governo está executando um plano de expansão da rede federal de educação superior, após dez anos de estagnação. Em 2006, estão previstos R\$162 milhões para a expansão. Além disso, já estão autorizadas 4.000 vagas para professor de 3º grau, com nomeação prevista para a partir de junho de 2006.

O Governo está investindo na educação superior, especialmente em cidades do interior, em regiões sem acesso às universidades federais. Estão em processo de criação dez universidades federais – como as universidades federais do – ABC (SP), do Recôncavo Baiano (BA) e da Grande Dourados (MS), outras por desmembramento de instituições ou, – ainda, por transformação de faculdades isoladas em universidades. Também estão sendo criados ou consolidados novos 40 pólos em dezenas de municípios brasileiros.

Além da expansão da rede federal de educação superior, o Governo ampliou significativamente os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento das universidades federais. Em 2005, o orçamento global das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) teve significativo incremento, passando de R\$7,7 bilhões para R\$8,9 bilhões. O aumento da verba de custeio (menos pessoal) e investimento foi ainda mais significativo, chegando a R\$958 milhões em 2003. Esse foi o maior incremento orçamentário para as universidades federais nos últimos dez anos.

Com vistas a se construir as bases de um novo marco regulatório para o ensino superior, o Governo Federal deu continuidade, no ano de 2005, a um amplo processo de discussão. Esse debate, que envolveu a interlocução democrática com mais de 200 entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade civil permitiu a conclusão de aprofundado diagnóstico da realidade do ensino superior no Brasil.

A partir do diagnóstico realizado e da proposta resultante do processo de discussão, será encaminhado ao Congresso Nacional, em 2006, projeto de lei que promove a reforma da educação superior. Essa proposta deverá enfatizar a importância que representa a educação superior no contexto da Nação e deverá resgatar o papel do Estado na formulação da política e na gestão da educação superior, vista não como uma mercadoria, mas como um bem público estratégico para o desenvolvimento do País.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi implantando com o objetivo de garantir a qualidade do ensino de todas as instituições públicas e privadas de ensino superior do País, se opondo à expansão desenfreada de instituições

privadas de ensino superior com frágil regulação do Estado. Três diferentes instrumentos de avaliação compõem o sistema: a avaliação das instituições (interna e externa), a avaliação dos cursos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O sistema permite uma avaliação completa e integrada dos diversos aspectos da educação superior.

Diferentemente do Provão, que avaliava apenas estudantes do último ano, o Enade avalia os conhecimentos gerais e específicos de estudantes do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, permitindo aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento de seus estudantes.

Além de mais completo, o Enade avaliará todas as 52 áreas do conhecimento. O Provão avaliou 26 áreas. O investimento feito pelo Governo no sentido de melhorar a qualidade e ampliar o acesso ao ensino superior foi reforçado com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. O ProUni garante transparência à filantropia revertendo incentivos fiscais em vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas de educação superior, por meio de bolsas de estudo. Já no seu primeiro processo seletivo, o programa recebeu a adesão de 1.142 instituições de ensino superior privadas e ofereceu 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinquenta por cento, totalizando 112.275 bolsas, distribuídas em todo o território nacional. Em 2006, serão oferecidas mais 130 mil bolsas, quando, então, terão sido beneficiados com a garantia de acesso à universidade, cerca de 242 mil jovens, em dois anos de existência do programa.

Além de contribuir para o acesso ao ensino superior, o ProUni também está implantando ações para garantir a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade, como a concessão da bolsa-permanência, ajuda financeira de R\$300,00 por mês àqueles que estudam em regime de tempo integral. Com os recursos previstos no orçamento de 2006, o Governo terá condições de oferecer cinco mil bolsas de um salário mínimo, para quem faz cursos em turno integral. Por seu lado, muitos estudantes que recebem bolsa parcial (50%) do ProUni não têm condições de arcar com a outra metade do custo da mensalidade. Por isso, o Governo direcionou o financiamento do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), para cobrir metade da mensalidade não coberta pelo ProUni. Com isso o aluno, com bolsa de 50% do ProUni, paga o equivalente a somente 25% do valor total da mensalidade.

A formação de mestres e doutores contempla cerca de 250 instituições de todas as regiões do País, que

atuam no ensino de pós-graduação, mantendo cerca de 26.000 bolsistas de mestrado e doutorado em regime de dedicação integral aos estudos. Todos os bolsistas precisam fazer estágio docente, na graduação ou na rede pública de ensino médio, como forma de contraprestação de serviço e base para o estabelecimento de parcerias entre as instituições de ensino superior e os demais níveis de ensino. É importante destacar, também, que o valor das bolsas, que estava congelado há uma década, foi reajustado em 18%.

c) Alfabetização e Educação Continuada

Qualquer pessoa com 15 anos ou mais que ainda não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever é o público-alvo do Programa Brasil Alfabetizado. O principal objetivo do programa é o de consolidar uma política nacional de alfabetização, além de garantir a continuidade do processo de escolarização por meio da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de educação básica para maiores de 15 anos que não tiveram oportunidade de estudar. O programa se realiza em parceria com os estados, o Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior e organizações não-governamentais.

O Brasil Alfabetizado atendeu a aproximadamente dois milhões de adultos e jovens com mais de 15 anos, em 2005, abrangendo cerca de quatro mil municípios. Os resultados do programa vêm crescendo tanto em número de alfabetizando, como na cobertura geográfica de municípios.

O atendimento na educação de jovens e adultos, por meio da ação Fazendo Escola, foi ampliado. Em 2005, passaram a ser apoiados todos os sistemas de ensino que apresentaram matrícula no ensino fundamental de jovens e adultos no Censo Escolar de 2004. Assim, além do Distrito Federal, foram contemplados 4.148 municípios de todos os estados brasileiros e beneficiados 3,3 milhões de alunos.

A ação Escola Aberta apóia o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas públicas, abertas nos finais de semana. Em 2005, foram desenvolvidas atividades em 1.237 escolas de seis regiões metropolitanas. O objetivo é promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.

d) Educação Profissional e tecnológica

Com o intuito de aumentar ainda mais a oferta de vagas no ensino profissional, o Governo já comprometeu recursos da ordem de R\$57 milhões para a implantação de 25 novas Unidades de Ensino Des-

centralizadas. Foram, também, autorizadas 1.000 vagas para professor nas Instituições Federais de Educação Profissional (IFET), sendo 500 para 2006 e 500 para 2007.

Com um orçamento de R\$25 milhões para 2005, o Projeto Escola de Fábrica, programa de iniciativa deste Governo, criado por meio da Lei nº 11.180, de 2005, firmou parcerias com 558 escolas, 700 empresas privadas e sete empresas estatais, atendendo a 11,5 mil alunos em 19 estados. O programa amplia os espaços de formação profissional, transformando a fábrica em sala de aula. Como forma de incentivo aos jovens de 16 a 24 anos, é oferecida uma bolsa-auxílio mensal de R\$150,00 pelo período de seis meses.

Em 2005, foi criada a 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, que conta com aproximadamente 15.500 alunos e 1.330 professores, distribuídos em sete unidades de ensino. A transformação da instituição em universidade tecnológica federal abre novos horizontes para a pesquisa e a pós-graduação. Também em 2005, iniciou-se a integração entre ensino médio e educação profissional técnica, de modo a garantir não só a formação profissional do aluno como também a elevação da escolaridade de jovens cidadãos brasileiros. Vinte estados já aderiram à retomada da oferta do ensino médio integrado à educação profissional, com 35.500 matrículas previstas para o ano de 2006.

Além disso, foram investidos R\$12 milhões na recuperação da infra-estrutura da rede federal de educação profissional, somados aos aumentos na verba de custeio das IFET. As IFET ampliaram, neste Governo, em mais de 100% as matrículas dos cursos superiores de tecnologia.

4. Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter universal, tem garantido o atendimento de milhões de cidadãos nos diversos níveis da atenção à saúde. Dados registrados nos sistemas de informações ambulatoriais e hospitalares indicam que o número de procedimentos assistenciais realizados na rede de serviços do SUS têm crescido de forma acentuada. Estima-se que em 2005 o SUS realizou dois bilhões de procedimentos assistenciais, entre consultas, terapias e exames diversos, o que representa um aumento de 200 milhões de procedimentos realizados, em relação a 2002.

O Governo Federal implementa um conjunto de estratégias para fortalecer o sistema, apóia e promove ações e serviços que culminem na sua efetiva consolidação e na melhoria da eficiência e eficácia das políticas sociais e práticas empreendidas. Tais esforços

visam, essencialmente, gerar impacto na qualidade da atenção prestada, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. A atuação ocorre por meio da formulação e implementação das políticas públicas em todas as áreas de abrangência do SUS, as quais são concretizadas, sobretudo, mediante a cooperação técnica e financeira com estados e municípios. Exemplo disso foram os recentes reajustes de 12 procedimentos de Parto, 3 procedimentos de Diária de UTI, 10 procedimentos em Terapia Renal Substitutiva (Hemodiálise) e 26 procedimentos em Radioterapia. O reajuste médio foi de 10%.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da família

O Governo tem priorizado a implementação da estratégia de saúde da família como eixo estruturante da atenção básica. Entre os resultados alcançados, destaca-se o aumento da cobertura populacional tanto das equipes de saúde da família, quanto das equipes de saúde bucal. A cobertura das equipes de saúde da família evolui de um percentual de 30,4%, em 2002, para 44,4%, em dezembro de 2003 alcançando 78,6 milhões de brasileiros. Atualmente, estão em plena atuação nos municípios 24.564 equipes de saúde da família e 208.14 agentes comunitários de saúde. Verifica-se que 94% dos municípios brasileiros já contam com agentes comunitários de saúde e 90% com equipes de saúde da família em atuação. A expectativa é de que, até dezembro de 2006, estejam em atuação cerca de 26 mil equipes de saúde da família, que cobrirão uma população de 89,7 milhões de pessoas. Prevê-se, também, que serão 226.800 agentes comunitários de saúde atuando em todo o País, suficientes para o acompanhamento de cerca de 13 milhões de pessoas.

a.2) Saúde bucal

A Política Nacional de Saúde Bucal, iniciativa deste Governo, é integrada ao Programa Brasil Sorridente, que reúne ações em saúde bucal voltadas a pessoas de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico no âmbito do SUS. As principais linhas de atuação são: i) a reorganização da atenção básica – em especial por intermédio da estratégia Saúde da Família; ii) a reorganização da atenção especializada (mediante, principalmente, a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses dentárias); e iii) a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público.

A cobertura populacional das equipes de saúde bucal passou de 17,5%, em 2002, para 34,9% em

2005, alcançando 62 milhões de brasileiros. Atualmente, 12.603 equipes estão em plena atuação nos municípios; 70% do total dos municípios possuem equipes de saúde bucal em seus territórios. Ao final de 2006, espera-se que haja 15.500 equipes de saúde bucal em atuação.

Em 2005, foram fornecidos 475 consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal da modalidade II. Essa ação beneficiou diretamente 270 Municípios em 18 estados. Em 2006, serão distribuídos outros 369 consultórios odontológicos as equipes dessa modalidade.

As ações de atenção à saúde bucal, em 2005, contaram com uma aplicação de mais de R\$274,3 milhões. Desse total, R\$23,0 milhões foram utilizados para a implantação de Custeio, CEO nos quais são realizados diversos procedimentos, como tratamento da gengiva, cirurgia oral, diagnóstico de lesões orais, bem como o atendimento a pacientes especiais e a colocação de próteses. Em 2005, foram implantados 336 CEO e realizados mais de 1,3 milhão de procedimentos especializados. Outros 232 municípios já receberam antecipação do recurso financeiro para novas implantações. Em 2006, está prevista a implantação de 139 CEO, que totalizarão 473 centros funcionando em todo o País.

Ainda na área de atenção à saúde bucal, em 2005, entraram em funcionamento, em seis estados, 205 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público, abrangendo 106 municípios. Outros 363 projetos estão em análise e a meta para 2006 é de que estejam em funcionamento 500 sistemas de fluoretação de águas de abastecimento público.

a.3) Hipertensão e diabetes

A hipertensão arterial (HA) e a diabetes melitus (DM) são também prioridades da atenção básica, e afetam principalmente a população adulta e idosa. No combate a esses agravos, em 2005, destacam-se a capacitação de quatro mil profissionais de saúde na rede básica e a ampliação do fornecimento do elenco de medicamentos sob responsabilidade do Governo Federal para 100% dos portadores de HA e DM. Em 2006, será desenvolvido um conjunto de ações específicas para o controle da hipertensão e do diabetes, com previsão de atender 4.194 municípios. Além das ações específicas, serão desenvolvidas ainda outras, que terão como foco a promoção da prática regular de atividade física e da adoção da alimentação saudável, do combate ao tabagismo e do uso abusivo de bebida alcoólica e dos cuidados especiais voltados ao processo de envelhecimento saudável.

a.4) Recursos humanos

No âmbito da atenção básica, ainda, vale registrar o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) que visa aproximar a formação de graduação no País e as necessidades da atenção básica, que se traduzem, em especial na estratégia de saúde da família. O Pró-Saúde tem como eixo básico a realização do ensino nos ambientes em que ocorre a assistência na saúde pelo SUS. Em dezembro de 2005, foram selecionadas 57 escolas de medicina, 77 de enfermagem e 51 de odontologia, que abrangem todas as regiões brasileiras. Essas escolas se habilitaram a receber financiamento da ordem de R\$1,8 milhão, para os cursos com seis anos de duração; R\$1,5 milhão, para os com cinco anos; R\$ 1,4 milhão, para os de quatro anos e meio; e R\$1,2 milhão, para os de quatro anos.

a.5) Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras)

Lançado em dezembro de 2005, esse sistema contempla 121 municípios fronteiriços. Ao aderir ao SIS Fronteiras, os municípios recebem 40% a mais do total de recursos que lhes são destinados do Piso da Atenção Básica (PAB fixo), com o objetivo de fortalecer, racionalizar e melhor planejar a organização das ações de saúde nessa região de fronteira, cuja área necessita de incentivos específicos com vistas a cumprir os princípios do SUS.

b) Atenção a populações mais vulneráveis

A política de saúde mental, considerada pelos organismos internacionais de saúde como exemplo de política social inclusiva na América Latina, continuou avançando em 2005. Foram cadastrados 135 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), alcançando o total de 738 serviços no País. Em 2006, serão implantados 190 novos Caps e 200 Serviços de Residências Terapêuticas.

O número de atendimentos ambulatoriais – Caps e outros serviços – passou de aproximados 3,4 milhões em 2003, para 6,8 milhões em 2005; e o volume total de gastos na atenção ambulatorial em saúde mental foi igualmente duplicado neste período, passando de R\$58,1 milhões, para R\$115,7 milhões.

O Programa de “Volta para Casa” encerrou o ano com 1.911 beneficiários do Auxílio Reabilitação Psicossocial. Para 2006, a meta é beneficiar 3.500 pessoas. A Política de Álcool e Outras Drogas avançou na definição de mecanismos de cobertura assistencial de cuidados intensivos no nível hospitalar e na expansão de rede específica de Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento de Pacientes com Transtornos

Decorrentes do Uso e Dependência de Substâncias Psicoativas.

A Política de Saúde Auditiva recebeu um incremento de R\$126,2 milhões para a implantação de sua rede de reabilitação e concessão de aparelhos auditivos. Em 2006, a implementação das Redes Estaduais de Saúde Auditiva envolverá 126 serviços.

Cerca de R\$120 milhões serão aplicados em 2006 para o aprimoramento da rede de atenção SUS, para o atendimento integral e qualificado da pessoa idosa, por meio de ações como: i) distribuição de cinco milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, que conterá informações relevantes sobre a saúde do seu portador, possibilitando um melhor acompanhamento por parte dos profissionais de saúde; ii) distribuição de 50 mil Manuais da Atenção Básica e Saúde para a Pessoa Idosa para as equipes de saúde da família; iii) criação ou implementação de 50 Centros de Referência em Saúde do Idoso, conforme a Portaria nº 249/2002 (atualmente, estão cadastrados e em funcionamento 26 Centros); iv) qualificação de 10 mil profissionais integrantes da estratégia Saúde da Família na área de envelhecimento; v) implantação do selo “Unidade de Saúde Amiga da Pessoa Idosa”; vi) implantação de Ficha de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência Contra Idosos; vii) implementação do Programa de Atenção Domiciliar para idosos com foco nos seguintes agravos: acidente vascular encefálico, fraturas e traumas, dor e cuidados paliativos. Esse programa será desenvolvido nas capitais e regiões metropolitanas, estando previstos recursos da ordem de R\$30 milhões para a sua implantação; e viii) vacinação contra a gripe de, pelo menos, 70% da população idosa de, no mínimo, 80% dos municípios.

Na área da saúde da Criança, Adolescentes e Jovens, foram fornecidas 3,5 milhões de cadernetas de Saúde da Criança; distribuídos 50 mil Manuais de vigilância do óbito infantil; implantados quatro novos bancos de leite humano, totalizando 186 unidades e 35 postos de coleta; e credenciados 21 novos Hospitais Amigos da Criança, alcançando assim 328 unidades.

A redução da mortalidade materna e infantil continuará sendo prioridade em 2006, sendo adotadas para esse fim as seguintes ações: i) a qualificação de 100% dos profissionais que atuam em urgências e emergências obstétricas e neonatais em todas as maternidades dos 78 municípios prioritários do Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família e do Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que totalizarão 400 maternidades de referência; ii) a implementação da Política de Atenção Obstétrica e Neonatal, com ênfase no fortalecimento do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento e sua

expansão para 100% dos municípios, com a realização de 30 cursos AISO (Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia), atingindo todas as regiões do País; iii) a capacitação de todas as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na atenção às urgências obstétricas e neonatais; iv) a garantia de leitos de UTI neonatal, de exames e de abastecimento de medicamentos e insumos imprescindíveis ao pré-natal, parto e puerpério, preconizados pela triagem obstétrica e neonatal; v) a implantação dos comitês de mortalidade infantil em todas as Unidades da Federação e da nova caderneta de saúde da criança.

Por sua vez, a população penitenciária foi beneficiada com um programa de saúde específico, por meio do qual foram implantadas 122 equipes de saúde nas unidades prisionais de 10 estados. Em 2006, serão qualificados mais seis estados. Na atenção à saúde da população indígena foram alcançados importantes avanços: houve um incremento de recursos humanos (equipes multidisciplinares de saúde indígena) e crescimento da rede de atenção básica. Hoje, a rede é composta de 717 postos de saúde, 55 Casas de Saúde Indígena e 323 pólos base. Estas funcionam com estrutura logística das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Em 2005, foram destinados recursos da ordem de R\$20 milhões para saneamento em áreas indígenas, que beneficiarão 297 aldeias com ações de abastecimento de água, e 127 aldeias estão sendo beneficiadas com a implantação de melhorias sanitárias, que consistem na construção principalmente de banheiros, pias e tanques. Em 2006, as ações voltadas para a saúde indígena serão intensificadas, com ênfase no controle de doenças como a tuberculose, malária, DST/AIDS e hepatites, na implantação da vigilância alimentar e apoio às ações de promoção da segurança alimentar e nutricional.

c) Atenção Hospitalar e de Alta Complexidade

Na organização da atenção hospitalar, merecem destaque a Política de Reestruturação dos Hospitais de Ensino e a Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte. Em relação à primeira, desde a sua implementação, há um ano, 63 hospitais de ensino aderiram à Política que visa otimizar a relação desses hospitais com o SUS, com a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. A partir da adesão, a instituição assume o compromisso de alcançar, além das metas de produção tradicionais, outras relacionadas à qualidade da assistência, ensino e gestão hospitalar, considerando a sua vocação no atendimento à atenção especializada e na formação de profissionais de saúde. Ao lado disso, deve ser incorporado o desenvolvimento tecnológico da unidade, numa perspectiva de inserção

e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidade da população respectiva.

Em 2006, será implementado o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, com a certificação (espécie de qualificação) dos 196 hospitais desta natureza em todo o País e o estabelecimento de novas bases contratuais com exigências destinadas a promover a extensão da cobertura da assistência e a qualificação desses hospitais, além de incentivos à pesquisa.

Quanto à Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte, a principal mudança é que esses estabelecimentos (1.431 hospitais) deixam de receber recursos financeiros somente após a prestação de contas de cada serviço realizado e passam a contar com um orçamento global, ampliando assim sua capacidade de gestão e de planejamento da assistência.

Em contrapartida, os hospitais participantes devem cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, como: i) oferta de atendimento humanizado, com acolhimento apropriado; participação em políticas prioritárias do SUS, como as de saúde da mulher e do trabalhador, de saúde bucal, de prevenção e controle do HIV/DST/AIDS; e ii) de integração no sistema de referência hospitalar no atendimento às urgências e emergências, entre outras. Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico, odontológico e pequenas cirurgias, e constituem importante ponto de apoio para o Programa de Saúde da Família (PSF). Atualmente, 154 hospitais de pequeno porte já integram essa Política Nacional, sendo 64 do Estado do Ceará, 66 no Paraná e 24 em Tocantins. O Piauí será o próximo Estado a integrar o programa; Paraíba, Pernambuco e Rondônia também já formalizaram o termo de adesão.

As ações relativas à expansão da atenção oncológica tiveram investimentos de aproximadamente R\$18,0 milhões em equipamentos e obras, além dos gastos com capacitação de recursos humanos e oferta de consultoria técnica, no processo de implantação dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) no Acre, Alagoas, Distrito Federal e Pará.

Em 2006, as ações de prevenção e controle do câncer de mama, do colo uterino e da próstata receberão atenção especial, o que abrange desde a captação de usuários no atendimento da atenção básica, até o tratamento nos centros especializados de oncologia. Entre as estratégias a serem implementadas, estão a ampliação da oferta de mamografia e a organização da atenção básica e de média complexidade para exames preventivos de câncer de colo de útero.

Serão gastos, ainda em 2006, R\$80 milhões para credenciamento de 16 novos centros de referência e R\$44 milhões para o controle do câncer do colo do útero e de mama. A criação de redes regionais de atenção oncológica, interligadas a uma rede nacional também está prevista.

Na área de transplante, o País vem apresentando importante crescimento. Em 2005, foram realizados mais de 15 mil transplantes de órgãos e tecidos, o que representa um aumento de 33% quando comparado ao ano de 2002. Para 2006 espera-se um aumento de 10% do número de transplantes e de 15% do número de doações efetivadas de órgãos e tecidos. Recursos do SUS financiam 95% dos transplantes de órgãos sólidos realizados no Brasil. Ressalta-se também o aumento do número de procedimentos ambulatoriais referentes ao acompanhamento de pacientes transplantados: de 169,7 mil, em 2002, para 258,5 mil, em 2005, o que significa um incremento superior a 52%. De 2003 a 2005, os gastos do SUS com transplantes tiveram um acréscimo de 45%, de R\$314 milhões para R\$455 milhões, e os gastos com medicamentos para os pacientes transplantados aumentaram 56% nos últimos três anos, com um acréscimo de R\$118 milhões para R\$184 milhões.

Um outro destaque é a Política de Qualificação da Atenção à Saúde no SUS (QualiSUS), que já começou a ser implementada em 13 capitais (Rio de Janeiro/RJ, Aracaju/SE, Recife/PE, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Palmas/TO, Maceió/AL, Fortaleza/CE, Macapá/AP, Brasília/DF e Natal/RN). Até o final de 2005, foram assinados 65 convênios, envolvendo um montante de R\$140 milhões, para atender a totalidade das capitais.

O Governo pretende envolver no QualiSUS, em 2006, 74 hospitais em todas as capitais, além da conclusão de 56 obras já em andamento, para o que serão investidos R\$200 milhões. O QualiSUS promove a adoção de um elenco de mudanças nos hospitais, com o objetivo de proporcionar maior conforto ao usuário, entre eles o atendimento de acordo com o grau de risco, a atenção mais efetiva pelos profissionais de saúde e o menor tempo de espera no atendimento e permanência no hospital. Os hospitais que aderirem ao QualiSUS receberão recursos para a compra de equipamentos novos e reforma de suas instalações. Essa Política é resultado de parcerias entre as três esferas de gestão do SUS.

d) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

Uma grande prioridade na área da saúde é a Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emer-

gências, com ênfase na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). O SAMU destina-se a melhorar o nível de resposta do sistema de saúde nesses casos e está permitindo a organização e a racionalização da rede pública. A estrutura física requer, além dos profissionais de saúde e dos veículos, Centrais de Regulação Médica das Urgências, com fácil acesso ao público, por via telefônica (192), em sistema gratuito, e o envolvimento de outros profissionais não oriundos da área de saúde, como telefonistas, rádio-operadores e condutores de veículos de urgência.

No ano de 2005, a Rede Nacional SAMU 192 obteve significativa ampliação, tendo sido efetuados investimentos pelo Governo de aproximadamente R\$106,0 milhões. Em dezembro de 2005, já funcionavam 88 SAMU, beneficiando 77,4 milhões de pessoas de 478 municípios. Para a sua implementação em todo o País, em 2005, o Governo deu continuidade à distribuição das 1.108 ambulâncias, adquiridas em 2004, cujo investimento foi da ordem de R\$126,3 milhões. Também efetivou a entrega de 1.689 equipamentos para ambulâncias adquiridos em 2004 (R\$14,1 milhões) e está realizando a distribuição dos 298 equipamentos para ambulâncias de suporte avançado adquiridos em 2005 (R\$4,1 milhões).

O Governo garantiu o custeio em 50% das equipes de profissionais dos 88 SAMU, no montante de R\$195,6 milhões, em 2005. Também foram feitos investimentos de cerca de R\$10,0 milhões para a adequação de áreas físicas das 88 Centrais de Regulação Médicas do SAMU. Ressalte-se ainda a implantação de Serviços de Telecomunicações nas Centrais de Regulação Médicas de Urgência SAMU 192, em torno de R\$34,8 milhões, e a celebração de convênio com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal para a inserção de helicópteros e ambulâncias nas ações dos SAMU 192. Atualmente, estão trabalhando nos serviços implantados em 24 estados cerca de 13 mil servidores. Estão previstas também a inserção de sete barcos-ambulância (ambulâncias) na frota da Rede Nacional SAMU 192, com investimento da ordem de R\$2,2 milhões, para atendimento de cerca de 4,2 milhões de brasileiros, nas regiões ribeirinhas do Norte do País.

A ampliação da rede continuará, com a previsão de que haja 197 SAMU em funcionamento em todo o País até o final de 2006. Serão compradas 1.170 ambulâncias, além de aeronaves, para o início das ações aeromédicas. Unidades não-hospitalares de atenção às urgências (pronto atendimentos) serão reformadas ou construídas, qualificando o acesso às redes de referência loco-regionais onde estão implantados os SAMU. Está prevista, ainda, a implementação de Núcleos de Educação em Urgência (NEU).

e) Saúde Suplementar

A ação de regulação da Saúde Suplementar obteve um grande avanço, sendo exemplo: i) efetividade alcançada na implementação da legislação relativa às coberturas assistenciais mínimas obrigatórias oferecidas pelos Planos de Saúde; ii) o não-impedimento de ingresso no plano em razão de doença ou idade do beneficiário; iii) a regulação das condições de ingresso, operação e saída do setor; iv) a regulação dos preços, com normas fixadas para os reajustes; e v) o incremento das ações de fiscalização, garantindo um melhor atendimento a 41 milhões de beneficiários de planos de saúde.

Em 2005, foram implementados projetos importantes para a consolidação dessa nova proposta de ação regulatória, cabendo destacar: i) Programa de Qualificação da Saúde Suplementar; ii) implantação de normas para a autorização de funcionamento das operadoras; iii) consolidação do Sistema de Troca de Informação entre operadoras e prestadores de serviços; iv) Programa Cidadania Ativa, com a realização de 12 mil ações de apuração de denúncias de beneficiários de 1.400 ações de fiscalização junto às operadoras de planos de saúde; v) realização de seis eventos de divulgação aos Procon e ao Ministério Público sobre as ações da ANS (Parceiros da Cidadania); vi) realização do concurso público para o ingresso de servidores na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e vii) realização de fóruns intersetoriais para a discussão da regulação assistencial, com participação de todos os segmentos envolvidos.

Em 2006, o Governo dará continuidade às ações que tem por finalidade a consolidação do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, com incorporação tecnológica e revisão permanente das coberturas obrigatórias, a transição dos contratos antigos para contratos sob a proteção da Lei nº 9.656, de 1998, a consolidação do papel da ANS e a sustentabilidade do mercado.

f) Assistência Farmacêutica

Em relação à assistência farmacêutica, é importante destacar inicialmente o crescimento substancial dos investimentos do Governo nessa área. Em 2006, serão investidos R\$4,2 bilhões na assistência farmacêutica, representando assim um aumento de 100% em relação aos R\$2,1 bilhões aplicados em 2002. Em 2005, o Governo Federal reajustou o incentivo para a assistência farmacêutica básica em 65% passando de R\$1,00, para R\$1,50 em julho, e, a partir de outubro, foi reajustado em valores da seguinte forma: o Governo Federal: R\$1,65; Estados: R\$1,00; Municípios: R\$1,00. Para Municípios da região do semi-árido nordestino

considerados emergenciais, no âmbito do Programa Fome Zero, o Governo Federal repassa R\$2,00. O incentivo é um valor per capita, atualizado anualmente de acordo com informação populacional do IBGE e compõe um fundo tripartite para o custeio de um elenco mínimo obrigatório de medicamentos que deve estar disponível em todas as unidades de saúde – a chamada Farmácia Básica. São medicamentos adquiridos diretamente pelos próprios municípios.

Atualmente, são destinados 11,5% de todo o orçamento da saúde – o que representa cerca de R\$3,2 bilhões – para a aquisição de medicamentos da atenção básica e de alto custo, nestes incluídos os anti-retrovirais, que compõem o chamado coquetel de medicamentos para tratamento da Aids. Esse valor corresponde a um incremento de 52,4% no gasto com medicamentos, quando comparado ao ano de 2002.

Em 2005, foram produzidas 4,0 bilhões de unidades farmacêuticas. Cabe registrar também a aquisição de uma fábrica de medicamentos – inaugurada em 2005 –, que permitirá quintuplicar a produção e diversificar os produtos.

Um marco relevante em 2005 foi a implantação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), cuja lei de criação foi sancionada em dezembro de 2004. O investimento previsto na implantação da Hemobrás – para fracionar de 400-500 mil litros de plasma/ano – é da ordem de US\$65 milhões. Assim, o País tornar-se-á auto-sustentável na produção de hemoderivados num prazo estimado de cinco anos após o início de funcionamento da Hemobrás. Atualmente, o Brasil investe cerca de US\$100 milhões por ano na importação de hemoderivados. Outro resultado importante alcançado em 2005 foi o acordo, no valor de R\$296,4 milhões, para transferência de tecnologia de produção de Interferon alfa 2b humano recombinante e eritropoetina, necessários ao tratamento das hepatites. Esse acordo marcou oficialmente a inauguração de uma nova área de atuação da Fundação Oswaldo Cruz no desenvolvimento e produção de biofármacos.

Ao longo de 2005, foi realizado investimento de cerca de R\$20,0 milhões na estruturação e qualificação de serviços da hemorrede, ampliando o atendimento hemoterápico aos pacientes do SUS, além de contemplar os portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias.

Nesse sentido, ainda cabe destacar que, em 18 meses de lançamento, o Programa Farmácia Popular do Brasil já colocou em funcionamento 78 unidades, em 50 municípios de 20 estados. Essas farmácias tornaram disponíveis mais de 10 milhões de unidades de medicamentos, com uma economia para os consumidores de até 90% em relação ao preço de mercado. O

elenco de medicamentos conta com 95 itens e, para ter acesso aos medicamentos, basta o interessado se dirigir à farmácia munido de receita médica ou odontológica. A qualidade do atendimento é um dos pontos fortes do Programa que tem uma aceitação de 91% dos usuários, segundo pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde. Outras 273 farmácias populares já foram habilitadas e estão em processo de implantação para funcionamento em 2006, envolvendo 205 municípios, em 23 estados. O investimento nesse Programa em 2005 foi de R\$51,4 milhões.

g) Vigilância Sanitária

Nessa área, cabe registrar as medidas de vigilância sanitária dos produtos e serviços colocados para o consumo ou uso da população, voltadas tanto para o controle da qualidade, quanto para o monitoramento de custos. Entre as ações desenvolvidas em 2005, destacam-se:

i) realização de mais de 1,44 milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, além de cerca de 108 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária;

ii) início do processo de regulamentação para a propaganda de medicamentos, por meio de consulta pública divulgada no Diário Oficial da União, em 18 de novembro de 2005. (A partir da ação) de fiscalização para adequação das propagandas, constatou-se que 70% delas passaram a exibir informações essenciais (contra-indicações, efeitos adversos, cuidados e advertências) contra 21% dos casos anteriores;

iii) implantação do sistema de bula eletrônica para acesso público via Internet (www.anvisa.gov.br/bulas), visando disponibilizar os textos de bula e a notificação de atualização desses textos, bem como o gerenciamento eletrônico das bulas de medicamentos e a disponibilidade do Compêndio de Bulas de Medicamentos para instituições de interesse na área. Essas ações buscam assegurar a melhoria da qualidade da prescrição médica no País e promover o uso racional de medicamentos;

iv) desenvolvimento de ações conjuntas com órgãos de defesa do consumidor de seis Estados – Paraná, Goiás, Pará, Ceará, Pernambuco e Paraíba para o monitoramento da comercialização de medicamentos e orientação ao usuário;

v) implementação do Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos, com o objetivo de diagnosticar a qualidade desses produtos, baseada nas indicações do perfil epidemiológico nacional, abrangendo o monitoramento da qualidade dos medicamentos existentes no mercado;

vi) proibição da fabricação e distribuição de 130 medicamentos similares, de alto risco sanitário, pela insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, realizados em seres humanos;

vii) avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.501 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº. 10742, de outubro de 2003; –

viii) inspeções internacionais em cerca de 700 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, solicitando o nivelamento ao padrão de qualidade nacional;

ix) normatização do fracionamento de medicamentos, com o objetivo de reduzir custos e inspeção em empresas fabricantes e distribuidoras, com fracionamento de insumos farmacêuticos ativos, minimizando os riscos do mau uso do produto fracionado decorrente do descumprimento das boas práticas de fabricação;

x) implantação do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecções em Serviços de Saúde (SINAIS), que possibilitará a interligação de 406 hospitais, visando a prevenção e diminuição dos riscos à saúde dos usuários de serviços de saúde e população em geral;

xi) implantação da Rede Nacional de Monitoramento da Resistência Bacteriana em Serviços de Saúde, visando diminuir o índice de mortes por infecções hospitalares graves e de projeto de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

xii) implantação do registro de componentes de agrotóxicos e reavaliação de agrotóxicos já registrados, com elevado risco aos trabalhadores e consumidores;

xiii) implementação do projeto Farmácias Notificadoras, que tem como objetivo ampliar as fontes de notificação de casos suspeitos de efeitos adversos e queixas técnicas de medicamentos, em parceria com os centros de vigilância sanitária estaduais e municipais e com os conselhos regionais de farmácia de cada Estado. Em 2006, o projeto será ampliado, com a inclusão de mais sete Estados, além dos três que já estão notificando (60 – farmácias, no Pará; 143, em São Paulo; 184, em Santa

Catarina) e de Goiás, que já iniciou o processo de implementação, em 2005.

Em 2006, além dessas ações de Vigilância Sanitária, outras serão desenvolvidas, dentre as quais cabe destacar: i) implantação da cosmetovigilância, de modo a garantir a qualidade e a segurança dos cosméticos, criar canal de comunicação com a população e prevenir a ocorrência de reações adversas a esses produtos, bem como o lançamento do Guia de Controle de Qualidade e atualizar o Guia de Segurança de Produtos Cosméticos; ii) regulamentação dos Bancos e dos Serviços de Produção Assistida de Células, outros Tecidos e Órgãos; e iii) ampliação da Rede Nacional de Prevenção e Combate à Falsificação e Fraude de Medicamentos e Produtos para a Saúde, com o objetivo de reduzir a falsificação e desvios de qualidade.

h) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

No âmbito da vigilância epidemiológica para a prevenção e o controle de doenças e agravos, várias estratégias foram desenvolvidas visando a melhoria da eficiência e eficácia das medidas necessárias, entre as quais a implantação de Unidades Sentinela para a identificação exata dos tipos de vírus da gripe que têm circulado no País. Até agora, estão implantadas 46 dessas unidades, localizadas em 20 Estados e no Distrito Federal. Até o próximo ano, cada Estado terá pelo menos uma Unidade Sentinela.

Em 2006, o Governo disporá de um Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, que terá como principal objetivo fortalecer a capacidade do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, para identificar precoce e oportunamente emergências epidemiológicas de relevância nacional. Ao lado disso, propiciará a organização e adoção de respostas adequadas, que reduzam e contenham o risco à saúde da população, além de aperfeiçoar o processo de monitoramento e avaliação dos principais programas de prevenção e controle de doenças.

O Brasil já tomou medidas de preparação para uma possível pandemia de gripe. O Plano de Contingência Brasileiro para uma Possível Pandemia de Gripe já está sendo aprimorado, com a colaboração e participação de vários especialistas e autoridades. O Plano é uma resposta do Brasil para uma possibilidade alertada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que levou vários países a se mobilizarem. Além de medidas de prevenção e vigilância, o Governo já desencadeou o processo de compra do medicamento específico, visando minimizar o impacto da pandemia no País, caso ela venha a ocorrer. Além disso, em 24 de outubro de 2005, foi criado por Decreto Presidencial o Grupo Executivo Interministerial (GEI), para

acompanhar e propor as medidas necessárias para a implementação do Plano de Contingência. O referido Gil conta com a participação de 10 ministérios.

No conjunto das doenças que serão objeto de atenção especial, destacam-se a malária; as hepatites; as DSTs/AIDS; a tuberculose; a hanseníase e a dengue. Em 2006, deverão ser fortalecidas novas estratégias, recentemente adotadas, as quais buscam ampliar a integração entre as áreas de prevenção e de controle e a rede assistencial, visto que um importante foco da ação nesse conjunto de doenças está voltado para o diagnóstico e o tratamento das pessoas acometidas, visando a interrupção da cadeia de transmissão. Espera-se reduzir em 15% a incidência da malária nos Estados da Amazônia Legal e em 0% a letalidade por febre hemorrágica da dengue.

Como resultado das ações preventivas de combate à dengue, adotadas pelo Governo, em parceria com Estados e Municípios, houve uma redução no número de pessoas que contraiu a doença, passando de 794 mil casos, em 2002, para – 175.121, entre janeiro e setembro de 2005.

No controle da hanseníase, o Programa Nacional tem adotado como principal estratégia a integração das ações de diagnóstico e tratamento da doença na atenção básica. Uma outra estratégia do Programa é a organização das redes de alta e de média complexidades para a assistência aos portadores de incapacidades ou deformidades físicas decorrentes da doença. Com essa organização, é viabilizado o acesso dos pacientes aos procedimentos de reabilitação, como cirurgias reparadoras, órteses e próteses. Espera-se que, até junho de 2006, pelos menos 14 Estados atinjam a meta de prevalência inferior a 1 caso para cada 10 mil habitantes.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo. O Programa Nacional de Controle da Tuberculose tem notificado, anualmente, cerca de 80 mil casos novos, o que é fundamental para o êxito no tratamento dos doentes e na prevenção de novos casos. O Governo, entre 2004 e 2007, aplicará R\$19,5 milhões no Programa Nacional de Controle da tuberculose – maior investimento dos últimos 10 anos destinados ao aprimoramento das ações contra a doença. Esse investimento permitirá, até 2007: i) capacitar profissionais de saúde para o diagnóstico, tratamento e vigilância epidemiológica da doença; ii) integrar informações com o Programa Nacional de HIV/AIDS; e iii) adquirir equipamentos para laboratórios. Quanto ao tratamento curto diretamente supervisionado de portadores de tuberculose, está prevista, para 2006, a cobertura de 80% nas unidades de saúde dos cer-

ca de 315 Municípios prioritários, com o programa de controle da doença implantado.

A implementação do Programa Brasileiro de Prevenção e Controle das DSTs/AIDS é igualmente um destaque importante da ação governamental e envolve um conjunto amplo de ações, que inclui campanhas educativas e distribuição de preservativos, assim como a viabilização do tratamento de 170 mil pacientes com o coquetel de medicamentos anti AIDS.

Em 2006, está prevista a distribuição de um bilhão de preservativos.

A expansão verificada do tratamento aos pacientes com o coquetel é resultado da política de acesso universal e gratuito aos medicamentos anti-retrovirais. Ao contrário de previsões pessimistas, essa política obteve sucesso e reduziu custos diretos e indiretos, como os de internações hospitalares e de emergência. Uma medida do sucesso da política é o aumento de sobrevida das pessoas que vivem com HIV/AIDS, que saltou de 5 meses em 1996, para quase 58 meses em 2005 e deve chegar a 72 meses em 2006.

Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do Programa Nacional de Imunização indicam que 16,3 milhões de crianças menores de cinco anos de idade tomaram a vacina na primeira etapa, o que representa uma cobertura de 94,6%. A segunda etapa, realizada no dia 20 de agosto de 2005, alcançou uma cobertura de 95,37% e mobilizou cerca de 330 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários, em mais de 100 mil postos de vacinação em todo o País.

Nas duas etapas, foram aplicados R\$45,6 milhões. Cabe destacar que, em 2006, haverá ampliação do elenco de vacinas do calendário básico, com a inclusão da vacina contra o rotavírus (responsável por 30% dos casos de diarreia infantil no Brasil).

Já a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, realizada em abril de 2005, imunizou 83,93% das pessoas com mais de – 60 anos de idade, o que corresponde a 13 milhões de idosos. O resultado ultrapassa a meta de cobertura recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é de 70%. Em 2005, foram investidos R\$5,6 milhões em infra-estrutura dos Laboratórios nacionais produtores de imunobiológicos.

i) Pactos pela Saúde

A distribuição mais eqüitativa dos recursos humanos e financeiros e da oferta de serviços, a despeito dos avanços aqui destacados, ainda constitui um grande desafio para o SUS, o que exige a adoção de permanentes estratégias intergovernamentais de mediação e gestão cooperativa, além de um arranjo organizacional condizente com as distintas realidades e neces-

sidades do País. Com o propósito de enfrentar esse desafio, o Governo vem aprofundando as discussões baseadas em fundamentos teóricos e metodológicos necessários à construção de um modelo solidário de atenção à saúde, que se expressa no estabelecimento de pactos federativos, no fortalecimento do processo de descentralização e no respeito à autonomia dos gestores. Nesse sentido, para que sejam explicitados claramente os acordos entre os entes federados que materializam essa proposta, está em andamento a elaboração mediante pactuação tripartite de uma Agenda de Compromissos, na qual são selecionadas macro-prioridades articuladas em três dimensões e integradas sob a forma de três pactos: i) Pacto pela Vida; ii) Pacto em Defesa do SUS; e iii) Pacto de Gestão. Por intermédio desses Pactos, pretende-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

Em 2005, para iniciar a concretização do Pacto de Gestão, foi adotada a estratégia de construção de relação de apoio aos Estados e Municípios. Nesse sentido, todas as áreas técnicas foram articuladas com a finalidade de fortalecer a gestão do SUS em todas as esferas administrativas. Essa estratégia de apoio integrado está baseada na contratualização, que envolve co-responsabilização dos diversos atores, de forma a constituir redes de cooperação. Um outro instrumento importante para apoiar a gestão do SUS foi a implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde (SLSPLAM) para programas e ações sob a responsabilidade da esfera federal.

Na implementação do Pacto, outras prioridades serão consideradas, como 9 o fortalecimento da descentralização, priorizando os espaços intergestores Comissões Intergestores Bipartite e Iripartite (CIB e CLI) –, como instâncias de pactuação e de deliberação nos quais devem ser realizados todos os pactos intra-estaduais; ii) a adequação da gestão do trabalho na saúde e o redirecionamento dos processos de formação; iii) a avaliação, incorporação e utilização de tecnologias no SUS; e iv) a participação social e controle público.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

No primeiro trimestre de 2003, o Governo criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para desenvolver, de forma pioneira, uma política de Estado para assegurar

os avanços que o povo brasileiro espera na construção de um país livre de discriminação e preconceitos raciais. Trata-se de uma resposta concreta e efetiva deste Governo à reivindicação histórica do movimento democrático, com ênfase no movimento negro, por meto de um programa de ações afirmativas que inserem a igualdade étnico-racial na agenda das políticas públicas fundamentais do Estado brasileiro. Além da SEPIR, o Governo instituiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como instância de participação da sociedade no debate e na formulação das políticas para o setor já em novembro do referido ano, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). Com a PNPIR, a sociedade brasileira passou a contar com uma ação consistente, orientada pelos princípios da transversalidade, da gestão democrática e da descentralização. O primeiro princípio estende a Política de Igualdade Racial aos ministérios e demais órgãos da administração pública federal; o segundo assegura a participação direta da sociedade civil; por fim, o terceiro leva a Política aos Estados e Municípios.

O envolvimento dos Estados e Municípios no enfrentamento das desigualdades e da discriminação racial vem sendo buscado pelo Governo Federal por meio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), lançado em 2004, e que nesse mesmo ano já contava com a adesão de 33 administrações municipais e 10 estaduais. Ao final de 2005, o Fórum atingiu a marca de 392 Municípios e Estados com termo de adesão assinados. Dentre estes, 106 Municípios e 23 Estados já possuem organismos constituídos para a implementação de políticas de igualdade racial. O objetivo do Fórum é incentivar a criação de estruturas e de programas de promoção da igualdade racial (ações afirmativas) nos Estados e Municípios. Em 2016, o FIPIR buscará alcançar a meta de 400 adesões, completando o ciclo de crescimento iniciado em 2003. – Além disso, o esforço já implementado pelo Governo para incentivar a adoção de Planos de Promoção da Igualdade Racial nas esferas locais dos demais entes da federação resultará no sistema nacional de promoção da igualdade racial, tornando efetivo o princípio da descentralização previsto na PNPIR. – Após três anos de Governo, a sociedade brasileira já pode perceber os resultados, assim como confirmar a correção dessa orientação em busca da Igualdade Racial. Foram impulsionadas, dentre outras, as políticas nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, justiça, desenvolvimento social, energia, integração nacional, relações exteriores, trabalho e desenvolvimento agrário.

Na área da saúde, por exemplo, criou-se a Política Nacional de Saúde da População Negra, que contém ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como no aprimoramento da coleta e divulgação de dados que levam em consideração o recorte racial. Na política de educação, tem-se conferido especial ênfase à promoção da diversidade no ensino superior, por meio da adoção de cotas para afro-descendentes, assim como pela oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afro-descendentes de baixa renda na universidade (FIES e ProUni). O Governo, também, tem atuado para viabilizar o cumprimento da Lei nº. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares.

Por fim, em 2005, a maior realização do Governo na agenda de participação democrática para a promoção da igualdade racial foi a realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). A I CONAPIR, precedida de 26 conferências estaduais e uma distrital, mobilizou um total de 92.750 participantes em suas diversas etapas. A iniciativa inédita reuniu 2.823 pessoas na plenária final em Brasília, para discussão, análise e proposições no âmbito da PNPIR. – No início de 2006, será consolidado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial que integrará a PNPIR, incorporando, assim, os resultados da I CONAPIR. Por sua abrangência, legitimidade e ineditismo, o Plano será o principal documento para política pública de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em todos os níveis da Federação, vez que foi elaborado a partir da contribuição oferecida por diversos atores sociais a partir de conferências preparatórias realizadas nas 27 Unidades Federativas, as quais definirão propostas locais e regionais na mesma perspectiva.

Até abril de 2006, será apresentado o Estudo denominado “Revisão do Ordenamento Jurídico para a Igualdade Racial”. Trata-se da revisão, pelo Governo Federal, do sistema normativo nacional voltado à eliminação de anacronismos, inadequação terminológica, bem como o preenchimento de lacunas legislativas que obstaculizam e/ou limita a efetiva promoção da igualdade racial, combate ao racismo e à discriminação. O Estudo é composto de doze pareceres de juristas renomados nas diferentes áreas do Direito. Esses pareceres subsidiarão a realização de ajustes nas grades curriculares dos cursos de Direito e das escolas de formação e aperfeiçoamento de profissionais, com

o propósito de ampliar o debate, familiarizando operadores de Direito com instrumentos de proteção dos grupos tradicionalmente discriminados. – No âmbito das ações afirmativas no mundo do trabalho, o Governo implementará o Comitê Diversidade, que congregará empresas que já aplicam espontaneamente iniciativas dessa natureza no sistema das relações trabalhistas, particularmente no terreno das negociações coletivas. O Comitê será composto por representantes de empregadores, empregados e órgãos governamentais, e terá a incumbência específica de fornecer apoio técnico quanto à metodologia de indicadores, procedimentos, metas e monitoramento. No plano internacional, cabe ressaltar três importantes iniciativas. A primeira consiste da elaboração do projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação Étnico-racial, que, além de focar novos direitos ligados ao tema da discriminação, proporcionará um mecanismo para defesa dos direitos individuais e de grupos cujo acesso à justiça esteja eventualmente embaraçado ou negado em seus países de origem. A segunda é a realização da Conferência das Américas, com a finalidade de avaliar as políticas de promoção da igualdade no continente, destacando as melhores práticas. E, por fim, a terceira trata da organização da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), com o objetivo de afirmar a identidade africana e estreitar as relações do continente com as diversas regiões que se beneficiaram das diásporas negras e magrebins. Esses dois eventos serão sediados no Brasil e serão realizados no primeiro semestre de 2006.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Além das ações afirmativas dirigidas à reversão do quadro de desigualdade racial existente na sociedade brasileira, o Governo criou um programa destinado à garantia dos direitos das comunidades remanescentes dos quilombos às suas terras e também à promoção do desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Trata-se do Programa Brasil Quilombola. Embora a Constituição de 1988 tenha previsto a concessão de titularidade das terras às comunidades quilombolas tradicionais, onde originariamente se encontram desde a resistência à escravidão, somente em 2003 o Estado foi dotado de um instrumento legal consistente para iniciar o procedimento adequado para titulação, Decreto nº 4.887, editado em 20 de novembro daquele ano.

Dados atuais indicam a existência de, pelo menos, 2.250 comunidades remanescentes de quilombos em território nacional. Para o atendimento dessas comunidades e promoção de seus direitos, o Programa Brasil Quilombola articula um conjunto de políticas sociais e fundiárias que, em aproximadamente dois

anos de existência, viabilizou também o fornecimento de luz elétrica, alfabetização, saneamento, habitação adequada, escolas, infra-estrutura e políticas de saúde apropriadas para parte desse segmento comunitário. A execução da política pressupõe a participação direta das lideranças quilombolas nos fóruns institucionais destinados à adequação das políticas públicas aos interesses e necessidades comunitários.

Após a definição do marco legal para a regularização fundiária das terras quilombolas, o Governo dedicou-se a criar as condições técnicas, operacionais, logísticas e financeiras para a realização dessa complexa e vasta tarefa em mais de duas mil comunidades em todo o País. O reconhecimento e titulação desses territórios demandam um conjunto de ações de regularização fundiária, entre as quais a desapropriação de ocupantes não quilombolas com títulos reconhecidos, o que não era possível anteriormente, pois não havia decisão nem instrumentos legais para isto.

Atualmente, já são mais de 300 territórios em processo de regularização no Incra, abrangendo mais de 500 comunidades. Desses processos, 28 já obtiveram o reconhecimento do direito à terra por parte do Governo, com a publicação no Diário Oficial da União e dos Estados. Desses, 8 foram concluídos, com a titulação.

Entre as demais ações voltadas ao desenvolvimento dessas comunidades, destaca-se a instalação de energia elétrica em 73 comunidades por meio do Programa Luz para Todos, beneficiando 2.653 famílias. Em outras 52 comunidades as instalações elétricas já foram iniciadas. Essa ação beneficiou até o momento 4.544 famílias. O total de beneficiados pelo Programa, até 2008, chegará a 22.650 famílias em 969 comunidades quilombolas. O Governo vem incentivando programas de atenção à saúde nessas comunidades, por meio do aumento em 50% no repasse de recursos para as equipes de saúde da família que atuam junto a populações quilombolas.

No campo da segurança alimentar e nutricional foi expressiva a distribuição de cestas de alimentos para 24.909 famílias de comunidades remanescentes de quilombos, atendendo situações emergenciais tanto de comunidades quilombolas quanto de comunidades de terreiros. Soma-se a isso as ações de inclusão produtiva, por meio do Programa Bolsa Família, que viabilizaram a capacitação e o cadastramento de famílias quilombolas, sendo que somente no Município de Alcântara/MA, 156 comunidades foram cadastradas e incluídas no Programa, abrangendo cerca de 700 famílias. Em 2006, o Programa Bolsa Família promoverá a inclusão diferenciada de famílias quilombolas em sete

Estados prioritários (Bahia, Maranhão, Pará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Na prestação de assistência social e da segurança alimentar e nutricional, em 2006 serão potencializadas ações visando o apoio a essas populações por meio: i) da instalação de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); ii) da capacitação de gestores e da distribuição de cestas de alimentos; iii) do fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar; e iv) da implementação de projetos de inclusão produtiva.

b) Igualdade de Gênero

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, o Governo reconheceu a importância de ações que objetivam mudar o padrão de desigualdade de gênero no Brasil. A SPM percorre uma trajetória de transversalização da perspectiva de gênero, estabelecendo parcerias em diversas instâncias governamentais para enfrentar as desigualdades e as diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres com deficiência. Como consequência, houve a ampliação das ações com criação de programas de promoção da autonomia econômica das mulheres, de gestão da política de gênero, e combate à violência contra as mulheres.

A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Governo, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), contou com a participação e promoveu o diálogo com diferentes públicos, que incluem mulheres empresárias, profissionais liberais, camponesas, demais trabalhadoras urbanas e aquelas organizadas nas diferentes redes de organizações feministas.

Cabe ainda mencionar a parceria permanente com a Bancada Feminina do Congresso Nacional no que se refere ao trato legislativo da questão da igualdade de gênero.

Ressalta-se, ainda, a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em dezembro de 2004, que está baseado nas diretrizes da 1 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e tem caráter inovador não só pelo conteúdo das ações propostas, como também, e principalmente, por sua forma de implementação. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, instituído em abril de 2005, com representação de órgãos do Governo e sociedade civil, e a pactuação do Pnpm com governos estaduais e prefeituras municipais, que, assim, se comprometem com a implementação do Pnpm em suas localidades. Foram realizadas, ao longo de 2005, 100 pactuações, em todas as regiões do País.

Ressalte-se, ainda, que será lançado, em março de 2006, o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG), com o objetivo de disponibilizar um sistema de informações ao grande público por meio da Internet, que traz informações sobre educação, saúde, trabalho e violência, baseadas em pesquisas do Ibge, Ministério da Saúde, do Trabalho e da Educação.

b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que sistematizou ações nas esferas estaduais e municipais de forma articulada com o Governo Federal. Essa Política compreende as dimensões de prevenção, atenção e proteção às mulheres em situação de violência e do combate à impunidade dos agressores. Os principais resultados alcançados com a implementação da Política são:

i) implantação e/ou reaparelhamento de 35 Centros de Referência ou de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Destaca-se o projeto modelo, em desenvolvimento desde 2004, do Centro de Referência da Maré, no Rio de Janeiro, o qual prestará atendimento às mulheres em situação de violência na cidade universitária, Ilha do Fundão, e será um centro de pesquisa e capacitação na área de violência de gênero. A sua inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2006;

ii) implantação de 10 novos serviços de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SF-NASP), e reaparelhamento de 50 Deams por meio da entrega de viaturas;

iii) criação ou reaparelhamento de 50 Casas Abrigo para mulheres em situação de risco de vida, que são apoiadas financeiramente;

iv) implantação de 10 Defensorias Públicas ou núcleos de atendimento à mulher em situação de violência;

v) atendimento de 635 casos de violência pela Ouvidoria da SPM, com um grau de resolução de 89%;

vi) criação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), com a finalidade de receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. A partir de março de 2006, a Central de Atendimento será ampliada, passando a funcionar em regime de 24 horas;

vii) capacitação de 5.000 profissionais das áreas de segurança pública, saúde, centros de referência, casas abrigo e organismos de políticas para as mulheres estaduais e municipais. Destaca-se a capacitação de 940 policiais das Deams;

viii) elaboração de proposta de norma técnica para qualificar o funcionamento das Deams. Em 2006, a aplicação desta norma será negociada com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em conjunto com a Senasp Além disso, serão desenvolvidas ações para que se proceda, também, a uma normatização do funcionamento das Casas Abrigos, seguindo a mesma metodologia utilizada para as Deams.

No ano de 2006, as redes de serviços serão ampliadas, em atendimento à demanda espontânea, oriunda de Estados e Municípios, e por um sistema de indução já iniciado. Nesse sistema, cinco Estados e/ou Municípios, onde existam condições favoráveis de negociação política e um embrião da rede já formado, serão escolhidos, ainda no primeiro semestre, para configuração das redes, sua capacitação e funcionamento integrado.

b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho

Em relação à Autonomia, Cidadania e Trabalho cabem ressaltar as seguintes ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

i) lançamento do Programa Pró-Equidade de Gênero, em 2005, que tem o objetivo de premiar como Selo de Pró-Equidade de Gênero as empresas que adotarem práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no seu âmbito. No primeiro ano, participaram apenas empresas públicas, e a partir do segundo serão incluídas empresas e instituições do setor privado. Em 2005, o Programa recebeu a adesão de 14 grandes empresas dos setores de energia elétrica, petróleo e financeiro, entre outros. A premiação do Programa será entregue em 2006 e um novo período de inscrições será aberto.

ii) instalação da Comissão para a Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho, atendendo as Convenções 100 e 111 da OIT que tratam da equidade e combate à discriminação no mundo do trabalho. A comissão é de caráter permanente, tripartite e consultivo;

iii) celebração de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, visando à capacitação dos agentes de crédito, de forma que estes possam atender mais adequadamente as mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito produtivo;

iv) assinatura do Protocolo de Cooperação com o Banco Popular do Brasil, com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres;

v) capacitação de 5.500 mulheres quilombolas com vistas à geração de emprego e renda e construção de uma agroindústria no quilombo Calunga;

vi) emissão de 202.000 documentos civis para as mulheres com foco no meio rural, por meio da realização de 293 eventos; e

vii) lançamento de um programa de crédito para as mulheres rurais em março de 2005. Na safra 2003/04, chegou-se a 227.000 contratos concedidos às mulheres e 322.000 contratos para a safra 2004/05. Além do aumento do número de contratos, o montante de recursos disponíveis para as mulheres cresceu de R\$568 milhões em 2003/2004 para 1,2 bilhão na safra 2004/2005.

Cabe destacar que, em 2006, será assinada a Convenção 156 da OIT, que trata da conciliação entre vida familiar e trabalho fora do lar, e serão apoiadas as iniciativas de avaliação do Programa Bolsa Família com enfoque de gênero.

b.3) Iniciativas no plano legislativo

i) elaboração de proposta de revisão da legislação punitiva, que trata da interrupção voluntária da gravidez, pela Comissão tripartite composta de representantes de órgãos governamentais, além de representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de entidades da sociedade civil. A proposta foi apresentada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em 27-9-2005;

ii) encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 4.559/2004, que se destina a coibir a violência doméstica contra a mulher. Esse Projeto encontra-se em tramitação, tendo sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Seguridade e Família. O projeto prevê entre outras medidas a criação de Juizados Especiais para o julgamento dos casos de violência doméstica contra a mulher

b.4) Articulação Internacional

O Governo tem buscado cumprir os compromissos assumidos frente a organismos multilaterais, como a ONU e a OEA, além de participar ativamente no âmbito regional da Reunião Especializada da Mulher (REM), fórum pertencente à estrutura do Mercosul.

Em abril de 2005, o Brasil apresentou à ONU o VI Relatório Periódico à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que deverá ser analisado pelo Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 2006.

O Brasil ocupa, pela primeira vez a presidência da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), órgão da Organização dos Estados Americanos, responsável pela promoção da igualdade de gênero. Nessa gestão da CIM, cabe destacar a criação do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), composto por peritas no tema da violência contra a mulher dos 29 Estados-partes da Convenção, com o objetivo de monitorar a implementação dos compromissos assumidos.

c) Povos Indígenas

Em consonância com a prioridade atribuída às comunidades tradicionais nas ações e programas do Governo, entre as quais destacam-se os povos indígenas, tem sido feito um grande esforço no sentido de considerar suas características e especificidades sócio-culturais na implementação das políticas públicas, tendo sempre como diretrizes o respeito à diversidade e à sustentabilidade sócio-ambiental.

Em 2005, o Governo confirmou seu compromisso de garantir a participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos direitos desse crescente segmento da população brasileira. Essa participação foi marcante na condução das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-índios), que acolheu a proposta das representações indígenas de criação de uma Comissão Nacional de Política Indigenista, com ampla participação indígena. Essa Comissão funcionará até a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista, outra conquista há muito perseguida pelos povos indígenas e que será alcançada em 2006. A consolidação de espaços de participação indígena no Estado, também, foi caracterizada pela realização das Conferências Regionais de Política Indigenista, que estão sendo promovidas desde 2005 e servirão de base para realização da esperada Primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que ocorrerá em abril de 2006.

Durante as Conferências Regionais, destacou-se a expressiva presença dos representantes dos diversos grupos étnicos de todas as regiões do Brasil, que discutiram temas fundamentais, como autonomia política, autodeterminação, etnodesenvolvimento, gestão territorial e ambiental.

Outro ponto que se destaca com a valorização dos povos indígenas é o crescimento demográfico de suas populações, o que vem merecendo atenção das diferentes instâncias da administração pública que têm ações dirigidas a esse segmento da sociedade brasileira.

Por sua vez, a regularização fundiária das terras indígenas alcançou metas expressivas em que se destaca a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, que, após um longo e difícil processo que perdurou por duas décadas, reconhece às etnias Ingarijó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Em 2005, o governo homologou a demarcação de 8 terras indígenas, com uma área correspondente a 2,7 milhões de há. Também no último ano, foram regularizadas 22 terras indígenas, com uma extensão de 670 mil ha. No campo da segurança alimentar e nutricional, destaca-se ainda a distribuição de 277.176 cestas de alimentos, atendendo situações emergenciais de famílias indígenas e também a inclusão produtiva.

No Mato Grosso do Sul a ação de inclusão produtiva e de infra-estrutura, resultou na redução da mortalidade infantil em 60% desde o início da sua atuação do governo, em maio de 2005, com redução de mais de 35% das internações hospitalares em toda a região sul do estado.

Em âmbito nacional, com relação ao Programa Bolsa Família, destaca-se a ação de inscrição de nº 28.914 famílias indígenas no Cadastro Único, das quais 19.091 são beneficiadas pelo Programa. Em 2006, o Programa Bolsa Família promoverá a inclusão diferenciada das famílias indígenas dos territórios delimitados por sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) considerados prioritários: Xavante, Mato Grosso do Sul, Cuiabá, Interior Sul, litoral Sul, Potiguar e Vilhena.

Já no combate ao trabalho infantil, 629 crianças indígenas são atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ainda no campo da assistência social e da segurança alimentar e nutricional, serão potencializadas as ações de ampliação do espectro de apoio a estas populações, por meio, entre outros, da instalação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do aumento da inserção no Programa de Atenção Integral à Família, da capacitação de gestores e da

distribuição de cestas de alimentos conforme especificidades alimentares e culturais de cada grupo ao longo de 2006.

Serão priorizados ainda o fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar e a implementação de projetos de inclusão produtiva nas áreas indígenas o que conferirá maior dinamismo no reconhecimento e apoio a essas populações, sempre atuando no sentido do respeito das suas especificidades.

6. Direitos Humanos

O Governo tem dado passos largos na defesa dos direitos humanos, com ações promovidas para a intermediação de conflitos agrários e no combate à exploração sexual de crianças e adolescente, dando continuidade às parcerias com outras esferas governamentais e entidades da sociedade civil para o real enfrentamento desse crime.

Em relação ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a Comissão Intersetorial para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e desenvolvimento da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração – Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes concluiu o levantamento que tem como objetivo subsidiar as políticas públicas para a superação do problema no País. A Matriz, fruto da parceria do Governo com o Unicef e o Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES), do Departamento de Serviço Social da UNE, identificou cerca de 930 Municípios e localidades brasileiras em que ocorre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. O estudo apresentou ainda, informações sobre os programas federais existentes nesses municípios, bem como as organizações da sociedade civil e da cooperação internacional que possuem ações nessas localidades. O estudo permite constatar que esse fenômeno se distribui por todas as regiões do País, sem qualquer distinção entre cidades de maior ou menor concentração populacional e que se verifica uma crescente interiorização da exploração sexual no Brasil. – Durante o ano de 2005, houve expansão do Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), cuja metodologia foi implementada nos municípios listados na matriz. Além disso, foi lançada a campanha dos trabalhadores dos transportes, para enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como foram entregues equipamentos (carros e computadores) para conselhos tutelares. Em 2006, o Governo fortalecerá o diálogo com atores sociais e institucionais de forma a integrar as ações e consoli-

dar a política nacional de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Governo também tem trabalhado na formulação de uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de seres humanos (TSI-1) para fins de exploração sexual. Foram realizadas, em 2005, diversas oficinas regionais de capacitação sobre TSII para policiais civis, militares e federais de todas as Unidades da Federação, bem como ações para o resgate de adolescentes brasileiras traficadas para países vizinhos.

O horário de funcionamento do Disque Denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes (0800 99 0500) foi expandido e o disque também tem funcionado como ferramenta de denúncia de casos de tráfico de seres humanos, independentemente da idade das vítimas, e para receber informações do paradeiro de crianças desaparecidas.

Em 2005, foi implantado o serviço de prevenção ao desaparecimento de crianças, incorporando novas tecnologias da informação e recursos de informática para atualização do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, junto as Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente, bem como a capacitação de todos os Delegados titulares e operadores do sistema. O lançamento do Serviço Integrado de Atenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes (SECRIAD), fruto de parceria entre Governo e a Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, possibilitou o suporte psicológico e social às famílias, a investigação dos desaparecimentos e a projeção digital de envelhecimento das vítimas, além da divulgação e prevenção dos casos de desaparecimento.

Além disso, em 2005, foram elaborados, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos federais e do – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), consolidados na Resolução nº 101, de 17 de março de 2005. A lista com todos os projetos aprovados foi divulgada no Diário oficial da União, no dia 22 de agosto de 2005.

Iniciadas em outubro de 2003, as mobilizações nacionais pelo fim do sub-registro de nascimento (criativas nascidas vivas por ano e não registradas no prazo legal), realizadas em parceria com governos estaduais e 63 entidades de âmbito nacional, já apresentam os primeiros resultados. Segundo dados do IBGI, registrou-se uma queda de 8 pontos percentuais no índice de sub-registro, que passou de 24,4% (2002) para 16,4% (2015).

No âmbito do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, em 21/05, foi possível

assegurar a manutenção de 17 Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Provita) nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e São Catarina, além do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a testemunhas Ameaçadas, que atende aos casos de proteção dos Estados em que não existem programas implantados.

Sistema Nacional possui capacidade conjunta de proteção e assistência de 830 pessoas. Foram mantidos ainda 14 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), com capacidade média de atendimento de 250 pessoas/ano.

Em 2006, além desses Programas, será fortalecido e ampliado o Programa de Proteção do Adolescente Ameaçado de Morte. Serão desenvolvidas, ainda, ações para articular a integração dos programas de proteção a vítimas de violência e testemunhas ameaçadas implementados por outros órgãos.

O Governo também tem buscado assegurar espaços para a implementação de serviços de prevenção e combate a homofobia, com o objetivo de orientar o público GLTB sobre como agir em casos de discriminação, violência física ou psicológica sofridas por motivo de sua orientação sexual. A ideia do serviço é ser um local de atendimento especializado para esse público, além de oferecer informações gerais para qualquer cidadão que tenha algum de seus direitos violados. Nesse sentido, foram aprovados 17 projetos que abrangem todas as regiões do País.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos está sendo estruturado nos Estados do Pará, Espírito Santo – e Pernambuco, em parceria com os governos estaduais e organizações da sociedade civil.

Em 2005, foi realizado um – seminário nacional de metodologia, assim como a primeira capacitação de policiais para trabalho específico no âmbito – do Programa.

No tocante às pessoas com deficiência, o avanço na questão da acessibilidade foi marcado pela edição do Decreto nº 5.296, de 3 de dezembro de 2004, a partir do qual iniciou-se a efetiva implementação do Programa Nacional de Acessibilidade, e o cumprimento das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, que dispõem sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ressalte-se que conceito de acessibilidade, que estava restrito à supressão de barreiras físicas, atualmente tomou contornos muito mais amplos e nele estão inseridos aspectos como as barreiras na comunicação e informação, nos siste-

mas de transporte público coletivo e, de forma ainda mais abrangente, na eliminação de qualquer tipo de preconceito e atitudes discriminatórias. A edição do citado decreto, que gerou grande expectativa na sociedade brasileira, permitiu a realização de acordos de cooperação técnica com diversos órgãos e instituições, como a Infraero, a Caixa Econômica Federal, o Confea, o – Banco do Brasil, e a Anatel. A parceria com o Sistema Confea/Crea possibilitou as capacitações de profissionais em acessibilidade e a cooperação técnica com a Infraero teve como objetivo tornar os aeroportos brasileiros acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, capacitar os seus empregados para atender a esse público e realizarem atividades conjuntas de divulgação dos Direitos Humanos no espaço físico dos aeroportos.

Com relação às telecomunicações, os acordos de cooperação técnica resultaram na aprovação da Norma para Certificação e Homologação de Telefone de Uso Público, por meio da Resolução nº 412, de 9 de agosto de 2005. A norma estabelece os requisitos mínimos a serem demonstrados na avaliação da conformidade dos Telefones de Uso Público (conhecidos popularmente como “orelhões”). Passam a ser obrigatórios os seguintes itens: i) comprimento do cordão do monofone para 0,80m – o que facilita a utilização por usuários de cadeiras de rodas; ii) tecla suplementar destinada a aumentar o volume do sinal recebido da linha telefônica – o que facilita o uso por pessoas com deficiência auditiva; e iii) display que facilite a visualização das informações; entre outras.

Em 2006, será dado seguimento à implementação do Decreto nº 5.296/2004 no que se refere às normativas de adaptação do sistema de transporte, assim como da comunicação e da informação para as pessoas com deficiência sensorial nos meios de radiodifusão de sons e imagens e impressão em braille.

No mesmo sentido, destaca-se a edição do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos currículos dos cursos destinados à formação de docentes e profissionais que trabalham diretamente com pessoas surdas ou com deficiência auditiva e que são usuárias dessa Língua. A Libras foi reconhecida como língua oficial no País pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, mas até a edição do mencionado decreto não havia sido implementada devido à ausência de regulamentação. – Deve ser registrada a realização, pela primeira vez no Brasil, da Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-americana de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Políticas de Atenção às Pessoas com Deficiência e Idosos (RIICOTEC), na qual representantes gover-

namamentais e da sociedade civil dos 21 países que integram a rede discutiram políticas públicas voltadas para a integração das pessoas com deficiência. Na ocasião, o Centro Internacional para a Reabilitação (CIR) premiou o Brasil como “Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento”, em consideração aos esforços realizados no País para desenvolver políticas públicas e promover a inclusão das pessoas com deficiência.

A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência será realizada, em Brasília, de 19 a 23 de março de 2006. Serão 1.100 delegados e convidados, com paridade entre representantes governamentais e não-governamentais, para debater o tema central: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”. Esta é a primeira vez que o Governo convoca uma conferência nacional para deliberar sobre o futuro da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada desde 1989.

Quanto ao combate ao trabalho escravo, o Governo tem atuado preventivamente, por meio de ações integradas com outros órgãos governamentais e entidades não-governamentais, buscando coibir ocorrências de trabalho escravo e – outras normas degradantes de trabalho nos Municípios identificados como principais focos de aliciamento de mão-de-obra. Em convênio com diversas organizações não-governamentais, o Governo tem atuado nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rio de Janeiro e Mato Grosso, beneficiando diretamente uma população de mais de 3400 pessoas. No âmbito desse trabalho, o Instituto Ethos está elaborando um estudo sobre a cadeia produtiva do trabalho escravo, identificando em quais atividades ocorre a prática deste crime. A partir daí, foi lançado o Pacto para Erradicação do Trabalho Escravo, que conta com a adesão de várias empresas se comprometendo a não comprar produtos das linhas de produção onde for identificada a prática do trabalho escravo. – A prevenção a essa violação de direitos humanos terá continuidade em 2006, principalmente por meio da capacitação de lideranças, da implantação de serviços e da realização de campanhas para a sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos e formas de evitar o envolvimento com exploradores de mão-de-obra escrava.

O Governo também tem auxiliado a organização de serviços integrados de atenção ao idoso nos listados e Municípios, com tópicos central na prevenção à violência. Para tanto, no ano de 2003, priorizaram a capacitação de técnicos e profissionais de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil para a estruturação de seus serviços, com a realização do Seminário Internacional “Direitos Humanos e Envelhecimento”, de cursos, simpósios, confecção de cartilhas e capacitação de gestores das Instituições de Longa

Permanência. Além disso, investiu-se na construção de instrumentos importantes de elaboração de política pública voltada para essa parcela da população, como os Indicadores sobre as Condições de Vida da População Idosa Brasileira, a contratação de pesquisa sobre o Perfil das Instituições de longa Permanência para Idosos e o Plano de Ação para o Enfretamento da Violência contra a Pessoa Idosa.

A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada nos dias 23 a 26 de maio de 2006. A iniciativa é inédita e reunirá especialistas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais de todo o País. O tema da Conferência será “Construindo a Rede de Proteção de Defesa da Pessoa Idosa”.

Em 2006, serão desenvolvidas também ações para consolidar e difundir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e fazer com que seja apropriado por estados, municípios, universidades, escolas, polícias e pela sociedade em geral, por meio de encontros estaduais, conferências, articulação de comitês (estaduais e municipais), articulação com o MEC (sistema formal de ensino) e com a rede de organizações sociais responsáveis pelos programas de educação não-formal, compreendendo: educação universitária, ensino fundamental, ensino não-formal, mídia e segurança. – Será realizada a Décima Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que reunirá ativistas e representantes de organizações governamentais e não governamentais, bem como será apresentado o Relatório de Cumprimento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH, no qual constarão os programas e ações desenvolvidos pelo Governo para a garantia, promoção e reparação dos direitos humanos.

No que se refere aos mortos e desaparecidos políticos, será elaborado, em 2006, o relatório final sobre o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e pelo desaparecimento de pessoas por motivação política durante – a ditadura militar. O Governo Federal fará, ainda, o acompanhamento da implantação do Centro de Referência sobre a – Repressão Política no Brasil, no período de 1964 a 1985, e criará um Banco de DNA dos familiares de mortos e – desaparecidos políticos. – Está prevista para 2006, também, a constituição do Disque Direitos Humanos, uma central nacional permanente de recebimento e registro de alegações de violações de direitos humanos via telefone, de forma gratuita, confidencial e ininterrupta para todo o país. Essa central será capaz de assegurar o acompanhamento dos casos denunciados junto aos órgãos competentes, além de possibilitar a formação de um banco de dados amplo, capaz de fornecer automaticamente dados a respeito de padrões

de ocorrência das violações de direitos humanos registradas, inclusive com informações desagregadas por gênero, cor da pele, condição social, local de moradia e orientação sexual das vítimas e/ou dos agentes, dentre outras informações relevantes para a formulação de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos humanos. – Finalmente, terão continuidade os esforços para a implementação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), reordenando a rede de atendimento, melhorando sua qualidade, alcançando com isso maior equidade, a fim de contribuir para a inclusão social dos adolescentes em conflito com a lei, por meio do apoio aos sistemas estaduais e municipais de atendimento socioeducativo, além da ampliação e consolidação das parcerias com órgãos governamentais e com empresas socialmente responsáveis.

7. Previdência Social

No exercício de 2005, o Governo manteve o processo de mudança no âmbito da Previdência Social, com vistas ao atendimento aos interesses do segurado e dos beneficiários da Previdência Social, bem assim para o aperfeiçoamento da legislação, a redução de custos e modernização gerencial.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Dando prosseguimento à Reforma Constitucional Previdenciária consubstanciada pela Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 19-12-2003, que, dentre outras medidas, fortaleceu a posição da previdência pública básica como instrumento fundamental de proteção social, especialmente para os brasileiros mais idosos e de baixa renda, obteve-se a aprovação parcial da PEC 227, de 2004, conhecida como PEC Paralela, promulgada como EC nº 47 em 5-7-2005.

No Regime Geral da Previdência Social (RGPS), as principais mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 47 resultaram no tratamento diferenciado para concessão de aposentadoria por causas que possibilitem a redução da capacidade física para o trabalho e na criação de mecanismos que beneficiam o trabalhador de baixa renda ou sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência.

Em 2005, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R\$532,20, e 2,8 milhões são benefícios assistenciais, no valor de um salário mínimo e são custeados pelo Tesouro Nacional. De janeiro a novembro de 2005, cerca de 5,2 milhões de benefícios haviam sido requeridos, dos quais 2,5 milhões (48%) por incapacidade laborativa. No

mesmo período, a Previdência Social gastou R\$123,6 bilhões (em valores correntes) com pagamento de benefícios. No ano de 2005, foram realizadas 9,5 milhões de perícias médicas, considerando as perícias iniciais e também o passivo agendado.

Para 2006, no âmbito do RGPS, a arrecadação previdenciária projetada é de R\$119,1 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários estimada será de R\$165 bilhões. Com isso, o déficit projetado para o referido regime é de R\$45,9 bilhões.

Durante este Governo os aposentados e pensionistas foram atendidos em suas reivindicações mais justas, afastando-se da incômoda situação em que a cada plano econômico eram vítimas de medidas que resultariam em reduções ou estagnações inexplicáveis em seus benefícios. Um caso exemplar foi o expurgo de até 39,67% do índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), ocorrido em fevereiro de 1994, que trouxe enormes perdas aos beneficiários da Previdência Social. Este Governo reconheceu essas perdas e negociou proposta, que resultou na Lei nº 10.999, de 15-12-2004, que instituiu pagamento parcelado dos atrasados e correção imediata da renda mensal, além de prorrogar o prazo para ajuizamento de ações por mais cinco anos. O valor total desse reconhecimento supera os R\$12 bilhões e beneficiou quase dois milhões de aposentados e pensionistas. A implementação da medida resultou na revisão de 1.952.675 processos de benefícios, dos quais 1.329.091 tiveram correção do valor. Só não foram revistos os processos dos beneficiários que preferiram a via judicial.

Outra importante realização gerencial, em 2005, foi o Censo Previdenciário. Esse Censo foi iniciado, em outubro de 2005, por meio da rede de atendimento bancário. A atualização cadastral do banco de dados de benefícios resultante desse Censo reduzirá a possibilidade de fraudes e desvios de recursos, bem assim contribuirá para a realização de estudos e projeções atuariais com maior segurança. Esse trabalho está sendo realizado em três etapas e seu resultado final deverá ser conhecido até o início de 2007.

A primeira etapa, abrangendo 2,5 milhões de beneficiários, agrupados em três fases, teve início em outubro de 2005 e tem término previsto para março de 2006. Esses beneficiários participam do censo nas agências bancárias, onde recebem seus benefícios, evitando deslocamentos desnecessários até as unidades de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O aviso da necessidade de atualização dos dados é feito de maneira personalizada e nenhum benefício é suspenso sem prazo determinado e sem que o beneficiário seja comunicado por diversos meios. No ano de 2006, a atualização dos dados dos beneficiários

da Previdência Social prossegue com a continuação do Censo Previdenciário, quando serão convocados mais 13,1 milhões de segurados. Espera-se repetir o clima de tranquilidade verificado na primeira fase, uma vez que aposentados e pensionistas selecionados para o Censo continuarão recebendo o aviso por meio dos terminais de auto-atendimento bancário, na data do pagamento do benefício.

Atuando sobre a camada da população conhecida como “socialmente desprotegidos” – que não contribuem para a Previdência Social –, foram desenvolvidas campanhas educativas visando à ampliação do número de segurados contribuintes e, dessa forma, colaborando para a redução dos níveis de pobreza. Procura-se conscientizar o trabalhador quanto à importância de sua inscrição e permanência no RGPS, o que garantirá, futuramente, renda para o seu sustento e de sua família. As categorias que melhor têm respondido a essas campanhas têm sido as dos trabalhadores rurais, enfermeiros, vendedores ambulantes, empregados domésticos, pescadores, pedreiros e motoristas, confirmando a tendência de crescimento da proteção aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Entre as diretrizes para 2006, destaca-se a inserção da Previdência Social nos parâmetros curriculares nacionais, como tema transversal a ser trabalhado nos ensinos fundamental e médio. O objetivo é conscientizar o jovem estudante da importância da Previdência, tanto em relação ao seu futuro quanto para os seus familiares, informando-os e orientando-os sobre os seus direitos e deveres.

O Governo pretende, também, em 2006, incrementar as ações voltadas para a saúde do trabalhador. Por isso, já está em curso a implementação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, desenhada de maneira integrada e em consenso com a sociedade. O objetivo é buscar o estabelecimento de diretrizes e metas para enfrentar o trabalho insalubre, perigoso, penoso e degradante. Além disso, está em pauta, para 2006, a extensão dos direitos de seguridade social a um maior número de trabalhadores brasileiros no exterior, bem como de estrangeiros no Brasil. Assim, serão intensificadas ações para a celebração de novos acordos internacionais na área de Previdência Social. Nesse sentido, está prevista a continuidade da implementação do Acordo Multilateral de Previdência Social do Mercosul, bem como avanços na criação de um novo acordo bilateral entre Brasil e Portugal e entre Brasil e Espanha. Também está prevista evolução nas negociações para a criação de acordos bilaterais entre Brasil e os seguintes países: Alemanha, Japão, Canadá, Estados Unidos, Guiana Francesa, Holanda

e Chile, com destaque, para a negociação do Acordo Multilateral Ibero-Americano.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

O Governo foi pautado pela difícil tarefa de realizar a reforma nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), visando o alinhamento das regras desses regimes com as do RGPS e à obtenção do equilíbrio das contas que vinham exigindo a cada dia aportes mais crescente de recursos do Tesouro Nacional. Essa tarefa, que consistiu na essência da EC nº 41, foi cumprida a partir de um amplo debate com a sociedade organizada e conferiu ao sistema dos servidores públicos maior sustentabilidade e justiça social.

Os resultados numéricos da aludida reforma já estão sendo alcançados. Em termos absolutos, a necessidade de financiamento dos regimes dos servidores públicos federais e dos estados tem se mantido constante desde a promulgação da EC nº 41, revertendo a tendência de crescimento verificada até então.

Por seu turno, a EC nº 47 amenizou os efeitos da reforma de 2003 (EC nº 41), sobretudo ao flexibilizar as regras de transição para concessão de benefícios previdenciários e ao conferir tratamento especial a servidores públicos em virtude de causas que possibilitem a redução de sua capacidade de trabalho. Em 2006, será dada continuidade à análise da legislação dos 5.559 entes federados, especialmente em razão das alterações realizadas na Constituição Federal. Além disso, está prevista a elaboração de proposta de projeto de lei dispondo sobre os RPPS, na qual serão definidas as regras para aposentadorias, inclusive especiais, e pensões dos militares dos estados. Encontra-se em andamento, também, a elaboração de ato para regulamentação do Sistema Integrado de Informações de Remunerações, Proventos e Pensões de todos os servidores públicos da federação (SIDARP).

c) Previdência Complementar

No âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), o ano de 2005 foi muito peculiar. A edição da Medida Provisória (MP) nº 233, em 30 de dezembro de 2004, conferiu estrutura própria aos órgãos regulador e fiscalizador das EFPC. Entretanto, a não apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo no prazo regimental fez com que os mencionados órgãos retornassem à situação que vigorou até o ano de 2004. No exercício de 2005, a regulamentação da previdência complementar teve prosseguimento, concentrando-se em especial nos aspectos relacionados: i) aos institutos previstos na legislação (portabilidade, resgate, autopatrocínio); ii) ao regime tributário aplicável à previdência complementar; e iii) à governança corporativa e con-

troles internos das entidades fechadas e à previdência associativa, acessível aos associados e membros das entidades de classes, sindicatos, associações e cooperativa. Em relação ao papel fiscalizador do Poder Público, foi empreendido, neste Governo, um conjunto de ações com vistas a zelar pela segurança, liquidez e solvência do patrimônio dos planos de previdência, e, em última instância, assegurar aos beneficiários do regime os direitos contratados no âmbito da previdência complementar, das quais cabe destacar:

i) análise anual de 900 políticas de investimento dos planos de benefícios das EEPs e acompanhamento semestral dos relatórios de execução das políticas, elaborados pelas entidades e aprovados por seus Conselhos Fiscais;

ii) análise e aprovação de 16 Planos de Enquadramento das aplicações dos Planos de Benefícios das EFPC às novas diretrizes e limites de aplicação e investimento ditadas pela Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como acompanhamento dos relatórios semestrais de execução dos planos de enquadramento aprovados;

iii) edição, revisão ou aperfeiçoamento de normas referentes às diretrizes de investimentos para os fundos de pensão (EFPC); ao alongamento, pelas EFPC, de suas carteiras de títulos públicos marcados na curva; e à aquisição, pelas EFPCs, de quotas do fundo PIBB (Papéis Índice Brasil Bovespa);

iv) desenvolvimento interno de um novo sistema informatizado de captação das informações de investimento das EFPC, o Daieaweb, adaptado às novas diretrizes e regras de aplicação e investimento, mais fácil de ser preenchido e mais eficiente na tarefa de supervisão e auditoria das informações;

v) assinatura de convênios entre a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Cetip, Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID) e preparação de outros que serão firmados brevemente com o Banco Central do Brasil (BACEN), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), visando à troca de informações, experiências e conhecimentos, de forma a permitir uma melhor supervisão das aplicações das EFPC por parte da SPC, assim como a conferência

e checagem das informações rotineiramente prestadas por essas entidades; e

vi) elaboração do “Guia do participante: acompanhe mais de perto seu fundo de pensão”, com intuito de orientar o participante e assistido a fiscalizar seu próprio plano, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades do Poder Público. O referido guia pode ser consultado pela internet, no endereço: <http://www.previdencia.gov.br/spc/guia.asp>.

No que tange ao tratamento tributário das entidades de previdência complementar, foram construídas, em 2005, as condições para aplicação das regras estabelecidas pela Lei nº 11.053, de 30 de dezembro de 2004. Essa Lei constitui o marco legal de fomento à previdência complementar e de estímulo à formação de poupança previdenciária de longo prazo, estando suas diretrizes de acordo com as práticas adotadas pelos principais países do mundo. No foco dessas medidas estão: i) a extinção da incidência de Imposto de Renda sobre os ganhos e rendimentos das aplicações financeiras, atendendo a antiga reivindicação do Sistema; e ii) a instituição de regime alternativo de tributação pelos rendimentos auferidos de planos de benefícios, com alíquotas regressivas de acordo com o prazo de acumulação das reservas previdenciárias. Em 2006, será dada continuidade ao processo de incremento na fiscalização e supervisão das EFPC, incluindo o exame e aprovação prévia dos regulamentos dos planos de benefícios e dos estatutos dessas entidades, dos convênios de adesão e das retiradas de patrocínio. A programação de fiscalização para 2006 estará centrada na continuidade da avaliação do plano e cronograma de adequação das EFPC aos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos.

d) Atendimento ao Cidadão

A disponibilização de serviços em canais virtuais, como o teleatendimento (Prevfone 0800-780191), a prestação de serviços pela internet (Prevnet e <http://www.previdenciasocial.gov.br>) e os quiosques de autoatendimento (Prevfácil) representam meios adicionais de comunicação entre a Previdência Social e a população. Entre os principais serviços destacam-se a inscrição no RGPS e o agendamento para atendimento com hora marcada nas agências da Previdência Social (APS). De janeiro a dezembro de 2005, somente o Prevfone recebeu mais de 28,3 milhões de ligações no atendimento eletrônico e respondeu a cerca de 6,4 milhões de consultas pelo teleatendente.

A capacidade de atendimento do Prevfone está sendo ampliada com o incremento de serviços eletrônicos disponíveis. Desde 21 de novembro de 2005, o

Prevfone passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado, o que representou um aumento real de 12% na capacidade de atendimento. Em dezembro de 2005, havia 62 posições de atendimento, com 154 operadores e 14 supervisores em quatro turnos de 6 horas. A perspectiva para 2006 é atingir um aumento real de capacidade de atendimento de 52% em relação a dezembro de 2005.

Por sua vez, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social vem cumprindo o importante papel de agente conscientizado e mobilizado da cidadania, permitindo ao beneficiário ou contribuinte, assim como ao cidadão em geral, participar da gestão previdenciária ao exigir um atendimento mais digno e serviços de melhor qualidade.

A cada ano o número de usuários cresce. Desde sua criação, em 1998, até dezembro de 2005, a Ouvidoria recebeu e registrou 1.034.215 manifestações dos usuários, das quais 91,63% foram solucionadas. O crescimento da demanda pelos serviços da Ouvidoria tem sido constante e passou de 30 mil usuários, entre 1998 e 1999, para mais de 260 mil ao ano, entre 2003 e 2004, representando um acréscimo da ordem de 866% no período.

Em 2005, houve uma pequena queda no número de novas demandas pelos serviços prestados por esse meio. A Ouvidoria-Geral iniciou o exercício com registros girando em torno de 20 mil manifestações/mês e no último mês do exercício recebeu demandas da ordem de 10 mil manifestações, totalizando 186.786 novos casos no ano. Essa leve tendência de queda aconteceu a partir do mês de junho de 2005, o que nos permite avaliar que o bom índice de resolatividade das questões apresentadas à Ouvidoria tem ajudado a melhorar a satisfação do usuário.

8. Cultura

O ano de 2005 foi marcado pela consolidação de profundas mudanças na forma de atuação deste Governo na área da Cultura, decorrentes do esforço de estruturação de políticas sólidas e duradouras para o setor. A cultura passou a ser compreendida como agente indispensável à formação da cidadania da população à margem dos benefícios decorrentes do processo de desenvolvimento do País. A acessibilidade aos bens culturais, a geração de emprego e renda, a inclusão social, os direitos da cidadania e a valorização da diversidade e das expressões artísticas de nosso povo constituíram-se nos pilares da estruturação da nova política cultural brasileira. O Governo, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC) vem alterando substancialmente sua trajetória de ação, consubstanciada por meio de editais públicos amplamente divulgados,

com critérios definidos, de modo a atender às inúmeras formas de expressão da diversidade cultural do País. O foco das ações passou a ser o conjunto da sociedade.

A área da cultura logrou significativa ampliação dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, com concomitante crescimento de sua execução. No que diz respeito às leis do Mecenato (Rouanet e Audiovisual), observou-se uma ampliação do teto de renúncia fiscal, que em 2005 chegou perto dos R\$300 milhões. Tais conquistas permitiram que as ações da cultura chegassem a segmentos sociais, como populações carentes, comunidades quilombolas, povos indígenas, dentre outros, que anteriormente se situavam à margem dos investimentos públicos.

Novos instrumentos de financiamento foram criados, como as linhas de crédito do BNDES para pequenas e médias empresas culturais, visando à construção de salas de cinema, além dos Fundos de Investimento em Cinema. A desoneração da cadeia produtiva dos livros reduziu os seus preços. Os patrocínios culturais das empresas estatais agora estão em sintonia com as políticas públicas do setor. Com isso, têm-se mais recursos, investidos de modo mais eficaz e abrangente por meio das leis de incentivo à cultura.

Destacam-se dentre os programas e iniciativas deste Governo no campo da cultura:

i) o Programa Cultura Educação e Cidadania, implantado em 2004, que envolve um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola Viva. Os pontos de cultura, eixo central do programa, são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, e são desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social. Os pontos de cultura surgiram da necessidade de consolidar uma rede democrática de acesso à cultura como alternativa à tendência de concentração dos meios de produção e de transmissão que caracterizam a indústria cultural no Brasil. São instrumentos importantes da política de inclusão social do Governo, ao valorizar o potencial que a cultura tem revelado, mas ainda pouco explorado pelo Poder Público, que é o de se afirmar como poderoso instrumento de resgate da auto-estima das populações marginalizadas, e como elemento de afirmação e de cidadania.

Em 2005, foram mantidos e conveniados 449 pontos de cultura, beneficiando diretamente 18.300 pessoas e, indiretamente, cerca de um milhão e cem mil pessoas. Em parceria com o Programa Primeiro Emprego, foram concedidas 12.500 bolsas para profissionalização de jovens oriundos das comunidades carentes onde os pontos de cultura estão inseridos.

Estão previstos para 2006 recursos da ordem de R\$48,3 milhões em projetos de inclusão social para o programa.

ii) A política do audiovisual, mediante o Programa Brasil Som e imagem, passou a focar a ampliação do público para o cinema brasileiro, direcionando seus investimentos para setores-chave como: distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de circuitos comerciais paralelos. O grande objetivo dessa estratégia é aumentar a participação do cinema nacional no mercado interno. A abertura de novas frentes resultou no fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

Em 2005, o programa apoiou a produção de 35 documentários para TV e a realização de 24 oficinas estaduais para formatação de projetos cinematográficos, que reuniram 780 participantes – ambas as iniciativas por meio do Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DocTV). Também foram realizados 40 filmes pelo projeto “Revelando os Brasis” e 14 projetos cinematográficos nacionais foram apoiados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), dos quais oito relacionados à finalização de obras. A participação dos filmes nacionais no mercado brasileiro, que era de 8% em 2002, cresceu para 21,4% já em 2003 e, nesse mesmo período, constatou-se ampliação de 200% no número de espectadores. Em 2005, a platéia brasileira que usufruiu a produção cinematográfica nacional superou o patamar de 22 milhões de pessoas.

Trata-se de um setor em franca expansão, que possui alta capacidade de produzir parcerias e de criar resultados em curtíssimo prazo.

É importante ressaltar que investimentos da ordem de R\$25,0 milhões estão previstos para as áreas do cinema e do audiovisual, em 2006.

iii) As iniciativas referentes ao Patrimônio Histórico Material e Imaterial agregam três Programas: Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu Memória e Cidadania. Direcionam-se para a preservação e recuperação do patri-

mônio histórico e artístico brasileiro, tanto em seu aspecto material como imaterial e, ainda, para a manutenção das estruturas físicas e operacionais dos museus do País.

Na área do Patrimônio Imaterial destacou-se, em 2005, a conclusão de 38 projetos de inventário, dos quais nove foram concluídos e 29 estão em fase de conclusão: sete bens registrados e 23 em curso; e encontraram-se em andamento 16 projetos de salvaguarda de bens da expressão cultural brasileira. Merece destaque a continuação do projeto Rotas da Alforria – trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, na Bahia, iniciado no ano de 2004. No tocante ao Patrimônio Material, destacaram-se: a realização de 46 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 39 Municípios, a recuperação das estruturas de 109 museus e espaços culturais públicos e privados de 16 Estados, além dos 28 museus e três centros culturais mantidos tradicionalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e, Artístico Nacional (IPHAN). Já na área de Promoção do Patrimônio Cultural, houve concessão de 100 bolsas para capacitação de artistas. Para 2006, estão previstos recursos da ordem de R\$71,7 milhões, na preservação e recuperação do patrimônio histórico e artístico nacional.

No âmbito do Programa Monumenta, foram iniciados projetos em 82 municípios os históricos para promoção de atividades econômicas, implantação, modernização e ampliação de núcleos de educação profissional em restauro e conservação patrimonial, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); foram concluídas 44 obras de recuperação em sítios históricos de 18 Municípios contemplados pelo Programa e outras 3 obras estão em fase de conclusão em nove Municípios. Outra iniciativa de destaque é a parceria entre IPHAN e Unesco para Especialização em Patrimônio, que concede bolsas de estudos para profissionais recém-formados em diversas áreas visando sua inserção no campo da preservação cultural.

Sob a ótica de ampliar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais, o Programa Engenho das Artes realiza uma série de ações que contribuem para a produção e difusão cultural no País. Os beneficiários são a sociedade que tem acesso às apresentações e espetáculos a preços acessíveis ou gratuitamente, contribuindo para a formação de platéias e profissionais das artes – que encontram nesse Programa apoio para a continuidade de seus trabalhos e manifestações.

O Programa representa o principal instrumento das políticas de ampliação do acesso da população a

os benefícios da Arte e Cultura. Suas iniciativas contam com parcerias de governos estaduais, prefeituras, organizações do setor cultural, empresas estatais e empresas privadas.

Em 2005, no campo da Música, destacam-se as seguintes iniciativas: o Projeto Pixinguinha, que promoveu 160 espetáculos nas capitais dos Estados e nas principais cidades do país; e o Projeto Bandas, que distribuiu gratuitamente 1.477 instrumentos de sopro às bandas civis. Em outros segmentos artísticos, deve-se frisar o Apoio a Festivais, que promoveu 22 projetos de Artes Cênicas e música; e os Festivais “Arte sem Barreiras”, direcionados a pessoas portadoras – de necessidades especiais, que reuniram cerca de 75.000 participantes no desenvolvimento de experiências inovadoras de conteúdo estético e artístico em favor da valorização da percepção e da expressão individual desse segmento da sociedade. Nas Artes Cênicas, as Caravanas de Circulação Regional apoiaram 90 montagens de Teatro e Dança, em diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. Nas Artes Circenses, 94 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras premiações, nos segmentos de Arte Contemporânea e Dramaturgia, beneficiaram 48 artistas nacionais, que poderão contar com o apoio do MinC para o desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens estéticas nessas áreas. Deve ser registrada, também, a melhoria das estruturas físicas de 40 teatros públicos ou privados sem fins lucrativos de diversas localidades brasileiras, que tiveram seus equipamentos de iluminação cênica modernizados por meio do apoio do órgão.

Em 2006 será dada continuidade aos projetos de sucesso, como o Pixinguinha, Caravanas de Circulação Regional que contempla espetáculos de teatro e dança em, aproximadamente, 500 Municípios do País, e Arte sem Barreiras voltado para pessoas portadoras de deficiências.

No que concerne à Diversidade Cultural, constatou-se expressiva alteração na política cultural brasileira que, atualmente, não se circunscreve apenas às ações de estímulo às diferentes expressões de nossa Cultura, já realizadas pela grande maioria das programações do MinC. Passou a consagrar, também, outros aspectos humanos relacionados com a aceitação do outro e com a harmonização de diferenças, sejam de ordem social, cultural ou de gênero. A promoção da cultura da paz é um dos grandes pilares dessas iniciativas. Determinados agrupamentos humanos têm se firmado socialmente por expressões próprias, que os distinguem dos demais.

Nesse sentido, merecem destaque as manifestações originárias das sociedades indígenas, o movimento hip-hop, a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos enquadrados nesse novo rol de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) foi reconhecido por sua importância para a construção de um ambiente de tolerância, de combate à discriminação e à homofobia. Outros segmentos, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra, hoje se encontram plenamente inseridos nas iniciativas do Governo.

A Cultura Negra, particularmente, conta com programa próprio: Cultura Afro-Brasileira, cuja atuação tem se dado em diversos campos, dos quais os mais significativos dizem respeito ao fomento a projetos culturais da cultura afro-brasileira e ao desenvolvimento sócio-econômico de comunidades negras rurais. Essas ações foram responsáveis pelo apoio a 248 projetos, em 2005, criados por comunidades negras em linguagens diversas, como teatro, artesanato, cinema, capoeira, música, artes plásticas e literatura. Um grande diagnóstico sócio-cultural das comunidades quilombolas também foi objeto de suas realizações, definindo políticas públicas específicas para esse segmento social. Cerca de 317 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição social e étnica, que permitirão o estabelecimento de convênios para execução de ações voltadas para seu desenvolvimento e que, também, garantirão assessoria jurídica às comunidades tituladas.

No campo internacional, o ano de 2005 foi marcado pela realização do Ano Brasil na França, que promoveu cerca de 436 eventos culturais em 161 cidades francesas. Envolveu 2.129 artistas e palestrantes brasileiros, a realização de 224 exposições sobre o Brasil, 864 espetáculos, 1.298 exhibições de audiovisual e 83 eventos literários. Algo em torno de 15 – milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. O sucesso desse empreendimento alavancou a realização da Copa da Cultura na Alemanha, programada para 2006.

O princípio de que o Estado pode e deve estimular um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas e de criadores, para que o mercado possa ampliar-se e realizar seu potencial, não apenas de auto-sustentabilidade, mas de ganhos sociais (emprego, renda, inclusão ao consumo de bens culturais), será o ponto de partida do MinC em 2006, a partir do qual será desenvolvida uma nova iniciativa: Economias da (Alia) ou Economias da Criatividade. O ano de 2006 deverá ser marcado por relevantes conquistas para

as políticas culturais, resultantes da concretização de diversos planos estratégicos, cuja estruturação foi iniciada a partir de 2003. O Plano Nacional de Cultura e dos Sistemas Nacional e Federal de Cultura será um marco histórico quanto à construção de parcerias entre os entes federativos e o setor privado para o estabelecimento de ações concretas de curto e de longo prazo em favor da cultura brasileira. Os frutos dos debates das Câmaras Setoriais já resultaram em ações práticas prevendo-se ganhos expressivos com a implementação do Conselho Nacional de Políticas Culturais – órgão colegiado articulador entre os diferentes níveis de governo e da sociedade civil, para o desenvolvimento das atividades culturais em todo o território nacional.

9. Esporte

A grande transformação do esporte no Brasil continuou em 2005. O foco principal das ações do Governo na área esportiva é a inclusão social, com destaque para o Programa Segundo Tempo, além de outras iniciativas, que atingem o esporte de base, a renovação do futebol, a realização de jogos escolares, a descoberta e o apoio de talentos esportivos, entre outras.

O ano de 2006 será de consolidação da Política Nacional de Esporte e de Lazer e do Sistema Nacional do Esporte, que passarão a ter versões setoriais – educacional, de alto rendimento e de desenvolvimento do esporte e lazer. Será realizada a 2ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizará uma vez mais a comunidade esportiva de todo o País. Serão fortalecidos outros instrumentos de participação da sociedade, como o Conselho Nacional de Esporte, órgão superior do esporte, e os fóruns de Gestores Estaduais e Municipais do Esporte e Lazer.

Os avanços obtidos no Programa Segundo Tempo, em 2005, viabilizaram o atendimento a aproximadamente um milhão de crianças e adolescentes em todo o País, em mais de 800 Municípios. Ao criar um turno a mais na escola, com reforço alimentar, reforço escolar e material esportivo, esse Programa viabiliza o ensino integral a baixo custo. Por meio das parcerias com Estados, Municípios, organizações não-governamentais, clubes sociais e demais entidades públicas e privadas, encontrou-se a possibilidade de disponibilizar espaços físicos para uso da comunidade escolar, de forma organizada e com orientação didático-pedagógica. Nos cerca de 2.500 núcleos implantados, são oferecidos aos alunos modalidades esportivas como natação, futebol, basquete, capoeira, vôlei e tênis de mesa. Mais de 100 entidades parceiras participam do Segundo Tempo, com destaque para o Serviço So-

cial da Indústria (SESI), com cerca de 50 mil crianças atendidas.

Em 2006, o Programa estará em condições de manter um milhão de crianças e adolescentes atendidos em todo o País. O cadastramento dos inscritos estará completamente informatizado e serão capacitados mais de cinco mil professores e monitores, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Será dada continuidade, também, às ações de implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do “Esporte Educacional”, com a construção de quadras esportivas em estabelecimentos escolares de todo o País.

O Programa “Esporte e Lazer da Cidade” – em sua dimensão de projeto social – tem se voltado para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer, que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. Esse Programa fortalece os mecanismos de participação popular no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações no desenvolvimento da política de lazer do Município, apresenta a possibilidade de formação continuada de gestores e agentes sociais de esporte e lazer, e define parâmetros para a construção de equipamentos de lazer. Já são mais de 500 núcleos implantados em 15 Estados.

Em 2006, será ampliada ação que utiliza a estrutura do SUS e do Programa Saúde da Família para incentivar a prática esportiva e de lazer, como forma de promoção de saúde. Será o “Ano do Esporte e Saúde”.

Os programas “Pintando a Liberdade” e “Pintando a Cidadania” produzem material esportivo, principalmente em prisões, para distribuição à rede pública de ensino. O programa ressocializa e profissionaliza os internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei, e absorve a mão-de-obra de pessoas que residem em comunidades carentes em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a inclusão social e geração de renda. Já são mais de 70 unidades de produção, que produziram, em 2005, em torno de 1,2 milhão de itens de materiais esportivos, atendendo 3.832 entidades e beneficiando mais de 5 milhões de indivíduos residentes nessas comunidades. São bolas, agasalhos, bolsas, redes, raquetes, mesas e até pistas de atletismo feitas com sobras de pneus. Nesses Programas participam 13.000 presidiários e adolescentes.

Em termos de articulação internacional, como parte de sua política externa, o Governo assinou acordos de cooperação técnica com Moçambique e Angola, para implantação de Unidades de Produção de material esportivo naqueles países, nos moldes do Programa Pintando a Liberdade. Está prevista, também, a implantação de fábricas de material desportivo em Cuba e no Haiti.

Em 2005, foram revitalizados os “Jogos Nacionais” (Escolares, da Juventude, Universitários e Indígenas) e criadas as Olimpíadas Escolares e as olimpíadas Universitárias, que ganharam novo formato. Esses jogos propiciam uma ampla mobilização de milhares de jovens e indígenas, promovendo a integração e o incentivo para a realização da prática de esportes. Em 2006, além da ampliação dos jogos, será implantado, com programa de apoio ao esporte de aventura. Várias medidas estão sendo tomadas na área do esporte de alto rendimento. Foi dado início à implantação de programa de “Descoberta de Talentos”, que consiste na avaliação com testes e medidas, de crianças e jovens escolares, visando à detecção de indivíduos com possibilidades de se tornarem um talento esportivo. Já foram avaliados cerca de 80 mil jovens em todo o Brasil, e criado um banco de talentos. Uma vez identificada sua aptidão, a criança será encaminhada para núcleos de alto rendimento, a serem montados em parceria principalmente com clubes sociais. Estão sendo implantados cinco centros de treinamento de grande porte, um em cada região do País, aproveitando infra-estruturas já existentes. O do Norte, em Manaus/AM, já está em operação.

Em 2005, iniciou-se a concessão de bolsas a atletas – Bolsa Atleta – ajuda pecuniária mensal a atletas destacados, desde o talento estudantil recém-descoberto ao mais alto rendimento, que não possuem outro tipo de apoio financeiro, garantindo uma manutenção pessoal mínima e buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. No ano passado, o Bolsa Atleta apoiou 975 atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional, olímpica e para-olímpica em 22 Estados.

Na área do Futebol também têm sido registrados avanços significativos. Por proposta do Governo, foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que cria uma nova loteria, a *Timemania*, que contribuirá para o saneamento financeiro dos times de futebol. Com esses recursos, os clubes poderão quitar suas dívidas com a Previdência Social, com a Receita Federal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Pretende-se, assim, tornar mais transparente a

contabilidade dos clubes, melhorar as relações entre estes e os atletas, e contribuir para a promoção da paz nos estádios.

Para a preparação dos jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro, o Governo criou uma secretaria especial para acompanhar os preparativos do para uma comissão interministerial que articula as ações federais relativas ao evento. Já em obras, a Vila Pan-Americana, onde ficarão hospedadas as delegações, contou com financiamento da Caixa Econômica Federal (CAIXA) da ordem de R\$190 milhões. O Governo, também, para significativos investimentos na Vila Militar de Deodoro, que receberá diversas modalidades esportivas, e cuidará do Programa de Segurança. Financiará, também, toda a infra-estrutura tecnológica do evento, as cerimônias de abertura e encerramento e o Para-Pan, destinado a atletas portadores de necessidades especiais, e parte significativa dos custos de segurança.

10. Energia – Luz para Todos

Até dezembro de 2005, o Programa Luz para Todos ultrapassou a marca de 2,2 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2005, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1,89 milhão de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados 187 mil assentados, 24 mil remanescentes de quilombos e 10.800 índios.

O Programa deverá atender cerca de 3,0 milhões de pessoas no ano de 2006. Nessa soma estão incluídos 695 mil assentados e 20 mil remanescentes de quilombos, que totalizará em mais de 5,0 milhões de beneficiados desde o início das obras em todo o País.

A universalização do acesso à energia elétrica será condocida nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 1,45 milhão de pessoas atendidas nessas Unidades da Federação, somente em 2006.

Deverão ser assinados novos contratos entre os agentes executores e o Governo Federal, no montante de R\$1 bilhão, o que viabilizará a utilização de aproximadamente 1,4 milhão de postes, 200 mil transformadores e 133 mil km de rede.

11. Inclusão Digital

O Governo tem dado atenção especial às ações na área de inclusão digital, por entender que todos os cidadãos devem ter acesso ao conhecimento, mediante o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação.

Pesquisa recente demonstra que apenas 15% da população brasileira têm acesso à rede mundial de

computadores. Para reduzir esse hiato digital e diminuir esse número de excluídos o Governo tem desenvolvido programas de inclusão digital que permitirão ampliar o acesso à informação, trazendo como resultado, a construção de uma sociedade mais justa.

O Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) alcança atualmente 3.200 pontos de presença em todo o território nacional, incluindo 200 telecentros, 2.400 escolas e outras 200 entidades da sociedade civil, como ONG, comunidades indígenas, de quilombos e de assentamentos rurais. Para 2006, está programada a ligação de mais de 1.200 pontos, quando será atingida a marca de seis milhões de pessoas atendidas.

O projeto Casa Brasil temo propósito de implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. O projeto propõe o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação, visando capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza. Esses espaços comunitários, de acesso livre e gratuito, contemplam, entre outros módulos, um telecentro, uma sala de leitura e um miniauditório.

Em 2006 serão estruturadas as noventa primeiras “Casas Brasil” selecionadas em 2005 e contratados novos projetos de inclusão digital. Para o edital já lançado foram apresentadas 220 propostas, das quais foram selecionadas 89 (além da unidade piloto de Valente/BA). O CNPq está concluindo os últimos contratos com os Parceiros Estratégicos do Projeto. Foram firmados diversos convênios, que resultaram no funcionamento experimental de 34 unidades das 90 unidades técnicas. Estão sendo alocados, ainda, R\$20 milhões na instalação dos projetos selecionados para abrigar outras 90 Casas Brasil, em diversos Municípios do País.

Por meio do Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos, foi implementada uma série de medidas com o objetivo de viabilizar a aquisição de microcomputadores. Além de proporcionar a pessoas físicas a oportunidade de acesso à tecnologia, o Programa também beneficia micro empreendedores, escolas e prefeituras. Os computadores utilizam *software* livre, são isentos de PIS/Cofins NS e possuem condições especiais de financiamento. Essas medidas resultaram na redução dos preços dos computadores, que chegam hoje a, no máximo, R\$1.400,00, financiados em

até 24 meses, a juros de até 2% ao mês. Ademais, é garantido o suporte técnico por um ano.

Em 2006, o Programa Computador Conectado induzirá a ampliação do mercado interno de computadores em 1 (um) milhão de unidades, reduzindo o mercado informal de aparelhos e periféricos de informática, além de estimular a inclusão digital.

Na área de inclusão digital, destaca-se, também, o acordo firmado entre o MCT/CAIXA para operacionalizar a implementação de telecentros voltados para a popularização carente dos Municípios brasileiros. Esse Programa objetiva a alfabetização em técnicas de informática, melhoria do ensino público (fundamental e médio), capacitação para o primeiro emprego e disponibilização da Internet para a população carente. Esses telecentros são implantados em escolas públicas, bibliotecas e centros comunitários públicos. Em 2005, foram atendidos aproximadamente 600 Municípios, beneficiando em torno de 300.000 pessoas.

Em 2005, também, merece destaque o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a telecentros comunitários, por meio da criação de uma rede nacional de recondicionamento e doação de computadores descartados pela administração pública, no Projeto Computadores para a Inclusão. A esse Programa está vinculada a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Reconcondicionamento de Computadores (CRC), em parceria como Programa Nacional de Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda na área de inclusão digital, deve ser registrado o fato de que muitos pescadores estão se aproximando do mundo da informática e dos computadores, com acesso às novas tecnologias, à Internet e ao processo de democratização da comunicação, por meio do Telecentro Maré. São salas, geralmente cedidas pelas comunidades atendidas, com 10 computadores cada, conectados à Internet batida larga por satélite e com uso de “*software*-livre”. Em 2005, foram iniciadas as instalações de 21 telecentros, que atenderam a três mil pescadores e, em 2006, serão concluídas as instalações, com o objetivo de promover a inclusão digital de 6 mil pescadores artesanais.

12. Justiça e Segurança Pública

Os esforços do deste Governo no campo da Justiça e da Segurança Pública priorizam a reconstrução das instituições republicanas, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e a criação do Sistema Penitenciário Federal, permitindo ampliar a justiça e a cidadania no País.

a) Reconstrução da Institucionalidade

O Governo tem promovido uma série de medidas destinadas a fortalecer a Polícia Federal (PF) com os recursos necessários e suficientes para a consecução de seus objetivos e de sua missão constitucional, tornando-a uma instituição isenta e confiável, que não privilegia e não persegue.

Nesse sentido, merece destaque a recomposição do quantitativo de recursos humanos pertencente aos quadros da PF. Apenas em 2005, ingressaram, por meio de concurso público, 841 novos servidores para as carreiras de agente de polícia, delegado, perito, escrivão e papiloscopista. O objetivo é realizar novos concursos para totalizar, até 2007, um efetivo de aproximadamente 15.000 homens e mulheres engajados no combate à criminalidade, ou seja, um acréscimo de 61,5% em relação ao número de policiais existentes no início de 2003.

O Governo também tem promovido um incremento substancial, ano-a-ano, na dotação orçamentária da PF, possibilitando a realização de investimentos em obras, equipamentos e sistemas. O valor empenhado em 2005 (R\$580, 1 milhões) é cerca de 14% superior à execução orçamentária de 2004 (R\$509,4 milhões). O maior volume de investimentos tem proporcionado uma melhor qualificação dos policiais, dotando-os também de meios tecnológicos modernos no combate à criminalidade.

Destacam-se os investimentos realizados na aquisição de equipamentos destinados ao novo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal (DPF) – R\$ 110 milhões em 2005 –, como Laboratórios de Análises Químicas, de Documentoscopia, de Fotografia, de DNA e à implantação da Rede de Radiocomunicação Digital nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e nas respectivas unidades táticas móveis para os demais Estados.

É importante lembrar, ainda, que a Rede de Radiocomunicação Digital (TETRAPOL), que está sendo implantada, atuará como base tecnológica do sistema de radiocomunicação dos órgãos de segurança pública nos Estados, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura, integrando as polícias estaduais à Polícia Federal e Rodoviária Federal. Assim, os investimentos em tecnologia de ponta realizados pela PP não atendem apenas ao órgão, mas proporcionam o desenvolvimento da base tecnológica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O fortalecimento institucional, aliado à cooperação do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário e da Polícia Rodoviária Federal, entre outros, vem garantindo à PF efetividade nas operações deflagradas,

desarticulando redes ligadas ao tráfico de drogas e esquemas de fraudes em várias regiões do País, inclusive dentro da administração pública.

Os reflexos dessa ação intensa são extremamente positivos, permitindo a elucidação de crimes de forma integrada, efetiva e rápida, a exemplo do que aconteceu no caso da execução da missionária norte-americana, Irmã Dorothy, no Estado do Pará, em fevereiro de 2005. Apenas no último ano, foram deflagradas 82 operações, que resultaram em mais de mil prisões.

A Polícia Rodoviária Federal, por seu turno, também deu continuidade à ampliação do quadro de servidores, e em 2005, foram admitidos mais 1.100 policiais rodoviários federais por meio de concurso público.

Na área de tecnologia, os investimentos também são significativos. Até 2005, 80% das unidades operacionais da Polícia Rodoviária Federal (PRF) receberam a instalação de sistemas de comunicação, e a previsão é atingir os 100% ainda no primeiro semestre de 2006.

Aliada aos investimentos em recursos humanos e materiais, está a valorização da área de Inteligência da PRF, responsável por subsidiar as atividades policiais de ponta, de forma que os esforços empregados gerem resultados mais expressivos e representativos.

Nesse contexto, vale ressaltar as 48 operações nacionais que foram alimentadas pelo trabalho da Inteligência, como o combate à exploração sexual infantil, que ocorreu por meio do monitoramento e identificação dos pontos de prática deste tipo de ilícito. Na área de meio ambiente, principalmente na fiscalização dos transportes de cargas e produtos perigosos, em apenas uma operação, realizada em novembro de 2005, no Estado de São Paulo, cerca de 1.048 notificações por irregularidades no transporte foram expedidas. Nas regiões com grande presença de florestas nativas, operações específicas alcançaram o número de 65.946 animais silvestres recuperados, apenas em 2005.

b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

A implementação do SUSP tem como principal característica promover a integração entre os entes federados, permitindo que a segurança pública desenvolva uma identidade nacional, desde políticas até procedimentos.

A coordenação do SUSP nos listados e no Distrito Federal é efetivada pelo respectivo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI), composto por representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, PF, PRF, Polícia Civil, Polícia Militar e da Guarda Municipal, que age como um Fórum Deliberativo e Executivo que opera por consenso, sem hierarquia, e respeitando a autonomia das instituições que o compõem.

Em vinte e quatro Unidades da Federação, os GGI estão em pleno funcionamento, sendo que nos Estados do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Sergipe e Rondônia vêm sendo desenvolvidas ações integradas nas áreas de combate à prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes, prevenção ao uso de drogas, polícia comunitária, conflitos agrários e combate à pirataria.

O ano de 2006 deve marcar a consolidação dos GGI como instrumentos de implementação e sustentação do SUSP, com a criação de Câmaras Técnicas Temáticas para difusão de conhecimento em Segurança Pública e do Sistema de Informações para monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelos Gabinetes.

Seguindo o objetivo de promover maior integração entre os órgãos de segurança pública em todo o País, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública, que é um grupo de elite inspirado na atuação das forças de paz da ONU. Controlada pelo Governo Federal a Força Nacional atua em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados e em eventos que exijam reforço na segurança, mediante requisição pelos governos estaduais ao Governo Federal, ficando sob o comando do solicitante e respeitando, assim, o princípio da não-intervenção.

Formada por policiais de todo o País, a Força Nacional tem o importante papel de estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que dificultam a cooperação entre as Polícias estaduais e geram conflitos de jurisdição, favorecendo a atuação desmedida de grupos criminosos.

Até o final de 2005, foram formados 4.690 Policiais e Bombeiros Militares de todo o País-homens e mulheres. A previsão – é de que, até dezembro de 2006, a Força Nacional tenha 10.000 integrantes, aptos a atuar em qualquer ponto do Território Nacional em ações de segurança pública. Também em 2006, a Força Nacional deve receber treinamentos específicos para a preparação da segurança dos jogos Pan-americanos, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2007.

Outro avanço importante a ser destacado na área de Segurança Pública é a implementação do Sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça (INFOSEG), que está operacional para as 27 Unidades da Federação, englobando informações oriundas dos seguintes órgãos: DPF, DPRF, Receita Federal, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A rede foi totalmente reestruturada pelo Governo Federal, com a participação de técnicos de todos os Estados e

órgãos federais, sendo acessada por meio da Internet, equipamentos de rádio e celulares. Atualmente, são mais de 40 mil usuários cadastrados no INFOSEG em todo o Brasil, todos integrantes de forças de segurança pública. Em 2005, o número de acessos ao sistema foi de aproximadamente 10 milhões, um aumento de cerca de 150% em relação ao ano de 2004.

Outra iniciativa do SUSP refere-se à adequação dos portos e terminais brasileiros às normas internacionais de segurança do comércio marítimo, que é responsável por US\$73 bilhões em exportações anuais. Atualmente, 80% dos portos e terminais brasileiros estão total ou parcialmente adaptados à nova legislação mundial contra o terrorismo. c) Criação do Sistema Penitenciário Federal

O Governo, em atenção ao determinado na Constituição, iniciou a implementação do sistema penitenciário federal, com o intuito de abrigar os líderes de grupos criminosos e, assim, desmobilizar a atuação do crime organizado. O sistema será constituído por cinco estabelecimentos de segurança máxima, totalizando 12,6 mil m² de área construída e 1.000 celas individuais, abrangendo cada uma das regiões do País, nas seguintes localidades:

i) Município de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. As obras foram iniciadas em outubro de 2004, no valor de R\$17,04 milhões, e a previsão é de entrega das obras até o final do mês de março de 2006.

ii) Município de Catanduvas – Paraná. Iniciada em dezembro de 2004, no valor de R\$16,94 milhões, a obra deve ser entregue até o final do mês de março de 2006.

iii) Município de Mossoró – Rio Grande do Norte. As obras foram iniciadas em outubro, sendo o valor contratado de R\$16,70 milhões. O prazo para entrega das obras é outubro de 2006.

iv) Município de Porto-Velho – Rondônia/RO. A previsão é de início das obras em março de 2006, ficando a conclusão prevista para fevereiro de 2007.

v) Quinta Penitenciária Federal – será localizada na região Sudeste, estando em fase de definição a localidade em que a penitenciária será instalada.

Para o efetivo funcionamento das penitenciárias federais, já foi realizado concurso público para o preenchimento de 368 vagas de Agente Penitenciário Federal. Os estabelecimentos penais federais, ao tutelar os presos de maior periculosidade, contribuirão para estabelecer o clima de paz necessário ao bom anda-

mento da execução penal nas Unidades da Federação e oferecer maior segurança à sociedade civil.

c.1) Política Penitenciária

Além da construção das penitenciárias federais, em 2005 foram conveniadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de financiamento aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais. Também no último ano, foram disponibilizadas aos Estados 6.434 vagas, conveniadas em exercícios anteriores.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde nas Penitenciárias, foi ampliado o número de equipes nos Estados qualificados em 2004 (Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro) e foram qualificados 5 novos Estados em 2005 (Bahia, Goiás, Rondônia, São Paulo e Tocantins), totalizando a implantação de 116 equipes de saúde em 105 unidades prisionais. Em dezembro de 2005, foi concluído procedimento licitatório para aquisição de equipamentos médico-hospitalares para suprir a necessidade de 37 unidades prisionais nos Estados qualificados.

A garantia da qualidade na prestação dos serviços penais no País foi um ponto sensível da política adotada pelo Governo, que no exercício da democracia e do diálogo com as gestões estaduais construiu uma plataforma para alavancar a formação, a capacitação e a valorização dos operadores da Execução Penal. O ano de 2005 foi o ponto alto dessa virada, com a celebração de convênios, da ordem de R\$1,8 milhão, para a implantação de oito Escolas de Administração Penitenciária, nos Estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Sergipe, Piauí e Espírito Santo e o apoio técnico e financeiro a diversos projetos.

Com relação ao Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a expectativa para 2006 é finalizar o desenvolvimento dos módulos que formarão a estrutura para o cadastro de presos, controle de visitas e cadastro de servidores.

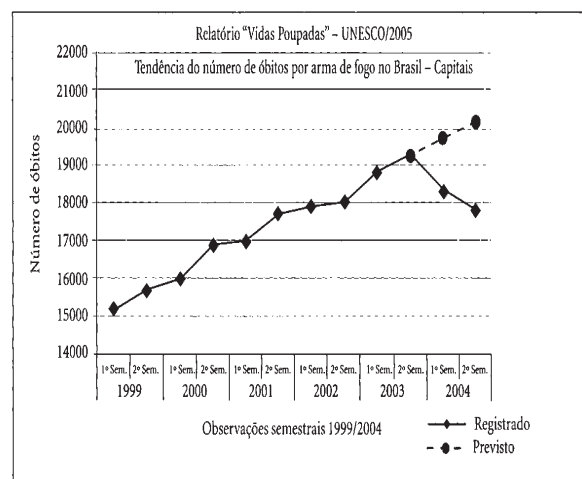
d) Desarmamento

Devido ao resultado surpreendente verificado em 2004, quando recebeu inclusive o Prêmio Unesco na categoria Direitos humanos e Cultura da Paz, a Campanha do Desarmamento foi estendida até setembro de 2003, sendo recolhidas cerca de 460 mil armas e pagos R\$46 milhões em indenizações, superando a meta inicial em 475%.

Um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde com relação ao impacto da campanha do desarmamento, divulgado em agosto de 2005, demonstrou que a mortalidade por arma de fogo no País decresceu

8,2% em 2004. O ano de 2004 foi o primeiro ano, desde 1992, a mostrar um decréscimo nesses números.

Outro estudo, desta vez realizado pela Unesco, também apresenta evidências de que a estratégia de desarmamento (Estatuto e Campanha) em 2004, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também confirmou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registradas em 2003. Essa queda aponta que o desarmamento possibilitou evitar 5.563 mortes, só em 2004.



e) Plano Nacional de Combate à Pirataria

O Combate à Pirataria é um tema que deixou há muito de ser problema meramente econômico. O Governo tem encarado a Pirataria como uma ação do crime organizado, que traz prejuízos generalizados para o setor produtivo, para a Administração Pública e para a sociedade em geral.

É fato que os produtos piratas podem, inclusive, colocar em risco a vida e a saúde da população, uma vez que as organizações criminosas têm atuado na falsificação, dentre outros produtos, de remédios, preservativos, equipamentos cirúrgicos, peças de automóveis e brinquedos.

Além disso, a Pirataria está diretamente relacionada com máfias internacionais que também atuam no tráfico de drogas, de armas e de munições. A produção em larga escala, aquela que é vinculada ao crime organizado, normalmente ocorre no exterior e entra ilegalmente no mercado interno, fazendo com que o Brasil seja o grande prejudicado com a ação dos piratas dentro de seu território, sob vários aspectos, tais como: evasão fiscal, perda de renda interna, desestímulo à produção intelectual, queda nos investimentos, fortalecimento do crime organizado, desrespeito aos direitos do consumidor e, sobretudo, aumento do desemprego – este apontado em pesquisas recentes como a

principal preocupação do brasileiro. Segundo estudos que apontamos efeitos danosos na cadeia produtiva nacional, cada vendedor de produtos piratas retira do mercado de 6 a 10 empregos formais no País.

É justamente na árdua combate à Pirataria, que a PF, com o auxílio da PRF e da Secretaria da Receita Federal, tem mostrado seus melhores resultados. Operações emblemáticas, como Comboio Nacional Hidra, por exemplo, resultaram no fim dos vergonhosos comboios que adentravam às nossas fronteiras, desrespeitando as autoridades constituídas do País, problema que até então era dado como insolúvel. Apenas nessa operação, deflagrada em maio de 2005, foram mobilizados 750 policiais nos Estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, sendo efetuadas 72 prisões.

Em 2005, houve um aumento de cerca de 120% no número de apreensões de produtos piratas em relação ao ano anterior, demonstrando a evolução do trabalho em rede dos órgãos federais no combate à Pirataria, os quais já contam com o engajamento dos órgãos repressivos estaduais.

Os resultados dessas operações, por si só, não revelam a abrangência que a Política Nacional de Combate à Pirataria vem assumindo. Em um curto espaço de tempo, o Brasil deixou de ser acusado de convivência com a ação delituosa e passou a ser referência internacional no enfrentamento do problema, a exemplo das recentes declarações do Diretor Geral da Interpol.

f) Cidadania e Justiça

f.1) Reforma do Poder Judiciário e legislação infraconstitucional

Não há cidadania sem a garantia de acesso aos serviços de Justiça, que devem ser prestados indistintamente para todos os cidadãos, de forma ágil e transparente.

Seguindo esse objetivo, o ano de 2005 marcou o início da implementação de mudanças importantes, introduzidas pela EC nº 45, referentes à estrutura das organizações ligadas ao Poder Judiciário, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nesse sentido, 2005 marcou ainda a continuidade das reformas legislativas, com a aprovação de alterações importantes em sede infraconstitucional.

Considerado um dos mais importantes projetos que compõem a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, o Projeto de Lei nº 52, de 2004, que altera o processo de execução civil, foi aprovado pelo plenário do Senado Federal, dando origem à Lei nº 11.232, de 2005. A nova lei dará mais racionalidade e agilidade

à tramitação de ações de cobrança, responsáveis por grande parte do congestionamento de processos nos tribunais brasileiros.

Em outubro de 2005, o Presidente da República sancionou o Projeto de Lei nº 72, de 2005 (Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005), segundo o qual os agravos (recursos de decisões judiciais interpostos no meio do processo) só serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de possível lesão irreparável.

f.2) Modernização da Justiça

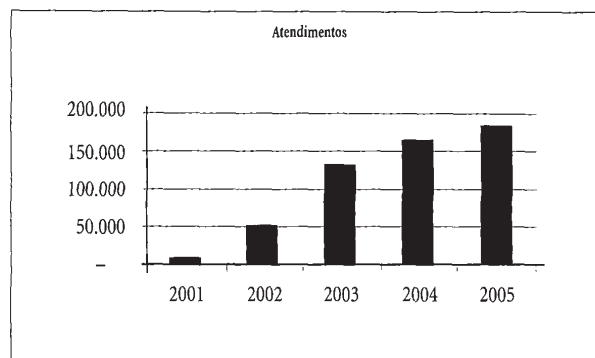
Como forma de propiciar a modernização operacional da Justiça, o Governo promoveu, em 2005, a segunda edição do Prêmio *Innovare*, que tem como principal objetivo disseminar práticas inovadoras e meritórias de modernização na gestão das organizações ligadas ao Poder Judiciário, de forma a melhor atender às demandas da sociedade por meio de um serviço público eficiente, transparente e desburocratizado.

Em 2005, a Comissão Executiva do Prêmio *Innovare* recebeu 167 inscrições, das quais foram premiados quatro projetos que apresentaram práticas inovadoras e de relevância para a modernização e eficiência da Justiça.

O Prêmio *Innovare* não se encerra com a escolha dos projetos vencedores. A partir da identificação das práticas inovadoras que contribuam para a modernização e eficiência da gestão da Justiça, inicia-se um trabalho de sistematização das iniciativas, que são cadastradas em um banco de dados para que possam ser implementadas em todas as instâncias do Judiciário brasileiro.

f.3) Melhoria do acesso à Justiça

Para garantia do acesso integral e gratuito à Justiça, a Defensoria Pública Geral da União (DPU) ampliou sua abrangência a 20 Unidades Federadas, possibilitando um grande salto no número de atendimentos, que foi de 163.963, em 2004, para cerca de 200.000, no exercício de 2005, conforme demonstra o gráfico que se segue.



Também merece destaque o projeto Defensoria Pública Itinerante, que permite a realização da assistência jurídica gratuita à população carente de localidades longínquas, onde não existem Núcleos da DPU instalados. Em 2005, o projeto foi implementado em municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Amazonas, Alagoas e Tocantins, atendendo 4.440 pessoas. Merece destaque o projeto Pronto Atendimento Itinerante (PAI), no Amazonas, que consiste na participação de vários órgãos do Governo Federal desenvolvendo ações em um grande barco, visitando as mais distantes localidades da região.

Para 2006, a DPU prepara a implantação de um serviço '0800', de âmbito nacional, à disposição dos cidadãos para a prestação de informações institucionais, de assistência jurídica e agendamento de atendimentos nos núcleos instalados em todo o País.

f.4) Controle de Estrangeiros – Acordo Internacionais e Refugiados

O ponto que merece destaque, referente às ações relativas à situação jurídica do estrangeiro no Brasil, bem como de brasileiros no exterior, está relacionado com o incremento da negociação e fechamento de acordos internacionais, principalmente na área de extradição e transferência de pessoas condenadas. Em 2005, foram negociados sete tratados referentes à transferência de pessoas condenadas e nove tratados sobre extradição. Ainda no último ano, foram negociados 10 tratados no âmbito do Mercosul e Estados associados, referentes a diversas áreas.

Por seu turno, o Governo destacou-se ainda na concessão de refúgio a estrangeiros vítimas de perseguições em seus países, sendo que, em 2005, foram reconhecidos 181 refugiados, número cerca de 12% superior ao verificado em 2004, o que evidencia a posição de destaque do Brasil no cenário internacional em questões relacionadas a refúgio.

f.5) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

O Governo assumiu, definitivamente, o seu papel como coordenador do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC), conforme preconiza o Código de Defesa do Consumidor, formulando e propondo políticas públicas voltadas ao tema.

Com esse escopo, o Governo Federal participou de Comissões e Grupos Nacionais e Internacionais de Trabalho, destacando-se, dentre outras, a do Comitê do CODEX de Rotulagem de Alimentos, o Comitê Permanente dos Consumidores, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONIQ) e o Programa de Monitoramento para a Proteção dos Consumidores Celíacos.

O Governo implantou nova gestão para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Como resultado dessa política para a Defesa dos Direitos Difusos, o número de projetos apresentados ao Conselho Gestor desse Fundo, no triênio 2003/2005 (1.473) setuplicou em relação ao número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188). É importante ressaltar que os critérios de seleção e de aprovação de projetos ganharam transparência com a inclusão do Relatório de Atividade anual no sítio na Internet. Na Defesa da Concorrência, deve-se destacar a conclusão e envio ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, do Projeto de Lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). As principais medidas são a unificação da instrução e julgamento em um único órgão, aumento do grau de autonomia das autoridades de defesa da concorrência e maior aporte de recursos materiais e humanos. A reformulação do SBDC e da Lei nº 8.884, de 1994, aumentará a eficiência da atuação do Estado no campo da política da defesa da concorrência, em especial, no combate aos cartéis e na redução do tempo de análise dos processos de concentração econômica.

Independentemente dos aprimoramentos legislativos e institucionais, merece ênfase à avaliação feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a lei e a política de concorrência brasileira (*peer review*), consubstanciada em um extenso relatório, no qual foram identificados diversos avanços da atuação dos órgãos e das próprias instituições. De fato, o desenvolvimento de técnicas investigativas sofisticadas, a partir de 2003, permitiu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) julgar e condenar um número maior de cartéis, dentre outras condutas anticoncorrenciais. Além disso, a elaboração de guias e diretrizes de análise diminuiu o tempo de instrução dos processos de fusão e aquisição, além de aumentar a transparência das decisões, o que contribui para que a sociedade monitore a consistência e a aplicação justa da lei. Nesse sentido, deve-se destacar, em 2005, a realização de consultas públicas sobre a revisão e consolidação de Portarias que regulamentam os processos administrativos que tramitam no SBDC, além da Portaria Interministerial (ME/MJ), que estabelece mecanismos de cooperação e de instrução conjunta entre os Ministérios da Fazenda e da Justiça.

1. Minas e Energia

No ano de 2005, o Governo buscou consolidar a tarefa de resgatar o papel de formulador de políticas para os setores energético e mineral, reestruturando e preparando os respectivos órgãos Federais para

viabilizar e garantir o suprimento de energia necessário ao crescimento sustentado e ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Dentre os programas criados neste Governo, no âmbito energético, destacam-se o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e o Programa de Incentivo às Pontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), ambos em pleno funcionamento e propiciando, no primeiro caso, maior participação da indústria nacional na produção de bens e serviços para o setor petrolífero e de gás, e, no segundo, incremento do número de empreendimentos que utilizam novas fontes alternativas de geração de energia, pautados pelo mecanismo de desenvolvimento limpo e sustentável, em consonância com o Protocolo de Quioto.

Tendo como eixo de sua política a universalização do acesso e a geração de renda, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) já conta com várias usinas em operação e em fase de construção, beneficiando a agricultura familiar e gerando renda para famílias de assentados em todo o País. Também inserido nesse contexto, o Programa Luz para Todos, já mencionado na seção “Energia – Luz para Todos”, que visa universalizar o acesso à energia elétrica para o meio rural em todo o País, em 2005 levou energia elétrica a mais de 1,8 milhão de pessoas, propiciando geração de emprego e renda e uma melhor qualidade de vida para esses brasileiros, além de contribuir para o aumento da eficiência produtiva em determinados logradouros.

As perspectivas para o ano de 2006 são de continuidade e consolidação das políticas de reestruturação e expansão do Setor Energético, bem como o fortalecimento do setor mineral.

a) Garantindo Energia a partir do Novo Marco Regulatório para o Setor Elétrico

a.1) Leilão de geração

Dando consecução à política do novo modelo para o setor elétrico, foram realizados na área de geração, no ano de 2005, três leilões de energia que visaram, predominantemente, garantir a contratação da energia descontratada, conhecida como energia “velha”, e reduzir os riscos das empresas de geração. Foram negociados nesses leilões 177.371.856MWh, para contratos na sua maioria de oito anos de duração, com início de suprimento entre 2006 e 2009, a preços médios que variaram no intervalo de R\$62,95 a R\$94,91/MWh, num montante negociado de R\$15 bilhões.

Nessa linha, em dezembro de 2005, foi realizado o 1º leilão de energia “nova”, no qual foram comercializados 494.650GWh a preços médios que oscilaram

de R\$106,95 a R\$132,26 para os diversos produtos. Foram arrematados sete novos empreendimentos hidrelétricos, correspondendo a 726,4MW, e sete térmicos, correspondentes a mais 998,72MW de potência instalada. Complementaram o leilão 15 usinas hidrelétricas e 22 térmicas que iniciaram a operação a partir de 2000 e não tiveram sua energia contratada, perfazendo tom total de 2.302MW médios.

a.2) Leilão de Novas Linhas de Transmissão

Os resultados do esforço recente para implementação do novo modelo estão esboçados, tanto nos leilões de geração de energia existente quanto nos de novas linhas de transmissão. Nesse contexto, o planejamento da expansão tornou-se crucial para o sucesso do modelo, e o investimento privado indispensável na construção e operação desses empreendimentos.

Na transmissão realizou-se, no ano de 2005, um leilão de concessão de linhas de transmissão, gerando investimentos de aproximadamente R\$2,875 bilhões, criando mais de 10 mil empregos diretos e indiretos e perfazendo a extensão de 3.056km de novas linhas contratadas. Com um deságio de cerca de 40% sobre os preços estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Governo assegurou o objetivo de manter a expansão e melhorar a segurança do sistema interligado nacional, preservando o atributo da modicidade tarifária.

O Programa de Financiamento de Geração de Energia Elétrica, lançado no ano de 2005, difere das condições padronizadas em situações anteriores, principalmente nos seguintes aspectos: primeiro, a participação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi elevada para 80% dos itens financiáveis; e, segundo, a exigência de capital próprio foi reduzida para 30%. Tais alterações nas condições de financiamento aumentam o retorno do investidor e reduzem os riscos dos projetos.

b) Planejamento do Setor Energético

No ano de 2006, a retomada dos estudos de planejamento da expansão do setor elétrico será consolidada com a elaboração dos planos descontinuados em gestões passadas, como a Matriz Energética Nacional, o Plano Nacional de Energia e o Plano Decenal de Expansão de Energia, além da continuação do Balanço Energético Nacional.

Estão previstas, para o início deste ano, divulgação dos relatórios da Matriz Energética Nacional 2023 e do Plano Decenal de Expansão de Energia 2006/2015, e, posteriormente, da Matriz Energética Nacional 2030, do Plano Nacional de Energia 2030,

do Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016 e Balanço Energético Nacional 2006.

Em 2006, deverão ocorrer dois leilões de linhas de transmissão, um com 2.159km de linhas e investimentos de R\$1,1 bilhões e um outro leilão, no 2º semestre, com 3.155km de linhas e investimentos de R\$4,3 bilhões. Na área da geração serão leiloados 5.000MW em novas usinas.

c) Expansão do Setor Energético

Energia Elétrica

Expansão da Geração: a potência instalada de usinas geradoras de energia elétrica totalizou 92.865MW ao final de 2005. Neste ano, o incremento de capacidade do sistema elétrico correspondeu a 2.187MW, representando um crescimento de 2,4% em relação a 2004.

As principais realizações na expansão da geração foram: a implantação de mais uma parte (750MW) da segunda etapa da UHE Tucuruí, dos 4.125MW projetados para esta usina; a UHE Aimorés, com 330MW; a UHE Barra Grande, com instalação da primeira de três unidades geradoras, de 232MW, e a UTE Termorio, com 423MW, movida a gás natural.

O Brasil, em 2006, deverá superar os valores de expansão de potência instalada registrados nos últimos anos. A conclusão da segunda etapa da UHE Tucuruí e o início da entrada em operação das usinas do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) serão os destaques dos 5.685MW previstos para serem incorporados ao Sistema Elétrico Nacional. Com esse incremento, o País terá, até o final de 2006, 106.772MW de capacidade disponível, computando-se a energia importada.

Para expansão da Geração Termelétrica, até dezembro de 2006, está prevista a conversão de sete usinas termelétricas para operação bi-combustível, com investimentos de US\$245 milhões. São elas: Termobahia, 172MW (BA); Nova Piratininga, 385MW (SP); Ibirité, 226MW (MG); Termorio, 1.636MW (RJ); Eletrobolt, 379MW (RJ); Canoas, 161MW (RS) e Termoceará, 220MW (CE).

Expansão da Transmissão: a extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, no final de 2005, a marca de 82.834km. Naquele ano, foram construídos 3.036km de linhas de transmissão, um incremento de 3,8% em relação a 2004, e implantados 5.415MVA de potência de transformação em nove subestações distribuídas em todo o território brasileiro. Esse significativo crescimento no sistema de transmissão proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões,

aproveitando a diversidade hidrológica do País e garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Entre as regiões Norte e Nordeste, destaque para a linha de transmissão TeresinaII/Sobral/Forquilha II, em 500kV, com 545km, que ampliou a capacidade de recebimento da Região Nordeste em 19%. Entre as regiões Sul e Sudeste, destaque para a linha de transmissão Londrina/Assis/Araraquara, em 500kV, com 364km, que ampliou a capacidade de transferência do Sudeste para o Sul em 67%.

Em 2006, a infra-estrutura de transporte de energia elétrica será reforçada com a entrada em operação de 2.705km de linhas de transmissão associadas à rede básica, totalizando 85.539km em operação até o final do período. Além disso, haverá a ampliação de 43 subestações com acréscimo de 9.770MVA na capacidade de transformação.

d) Petróleo e Gás Natural

O Governo deu continuidade, em 2005, à política que propiciou a ampliação da capacidade de refino nacional com a modernização das refinarias existentes, representando ganhos de eficiência com reflexos positivos para a balança comercial.

No início de 2005, as reservas provadas de petróleo sob concessão da Petrobrás no Brasil eram de 13.023 milhões de barris de óleo equivalente – boe (pelo critério SPE – **Society of Petroleum Engineers**) alcançando, ao final daquele ano, a marca de 13.232 milhões de boe. Registre-se que a produção em 2005 foi de 673 milhões de boe, enquanto a apropriação de reservas foi de 882 milhões de boe.

Ainda em 2005, a produção de petróleo alcançou seu ponto máximo em 19 de dezembro, quando foi batido o recorde de produção diária, com 1,857 milhões de barris. Sendo que em maio, pela primeira vez na história, a produção média de petróleo superou a demanda interna por derivados.

É esperado que o ano de 2006 seja o marco da auto-suficiência na produção de petróleo no País, fato que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre, com a entrada em operação da plataforma P-50 no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos. Também está previsto o início da operação de duas outras plataformas: a PMNT-1 no Campo de Manati, na Bacia de Camamu-Almada em abril; e a P-34 no Campo de Jubarte, na Bacia de Campos, em junho de 2006.

A 7ª Rodada de Licitações foi realizada em outubro de 2005 e considerada um grande sucesso, não somente pelos recordes alcançados, mas devido à continuidade do planejamento governamental, que

tem propiciado ao empreendedor uma maior segurança para os seus investimentos, ensejando, por parte das empresas, participação recorde. Dos 1.134 blocos exploratórios e 17 campos marginais licitados, 251 blocos e 16 campos, respectivamente, foram arrematados, totalizando a concessão de aproximadamente 194 mil km² de área para os blocos e 88km² para os campos. Foi arrecadado o valor de R\$1,088 bilhão a título de Bônus de Assinatura. Tem-se a previsão de investimentos da ordem de R\$1,758 bilhão a serem executados no período de 2006 a 2013. Os números de blocos licitados, blocos arrematados e valores de bônus de assinatura foram recordes para as licitações no Brasil.

Ainda em 2006, haverá duas licitações específicas para Áreas Inativas de Campos Marginais, sendo uma no primeiro semestre e a outra concomitante à 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que deverá ocorrer em novembro. Essas iniciativas são fundamentais para a manutenção da auto-suficiência na produção de petróleo.

As políticas de incentivo para a ampliação da capacidade de refino nacional permitiram também a disponibilização de derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso do petróleo nacional.

Para o aumento da oferta e a melhoria da qualidade dos combustíveis e a adequação do perfil de processamento ao tipo de petróleo produzido no País, estão previstos investimentos da ordem de US\$1,0 bilhão nas refinarias nacionais. Nesse sentido, deve-se destacar a parceria com a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) no projeto de construção de uma nova refinaria em Suape/PE, de US\$2,5 bilhões, cujos estudos estão sendo desenvolvidos.

Concomitantemente, o Governo tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. Em 2005, de um total de 4.687km de novos gasodutos em preparação até 2008, que representam investimentos da ordem de US\$4,5 bilhões nos próximos três anos, foram construídos 389km, correspondentes a investimentos de US\$381 milhões.

Em 2006, entrarão em operação os gasodutos Campinas-Rio de Janeiro/SP– RJ, Vitória-Cacimbas/ES e Dow-Aratu-Camaçari/BA. Estão previstos ainda os gasodutos Atalaia-Itaporanga/SE e Carmópolis-Pilar/SE-AL. Serão iniciados outros sete empreendimentos, destacando-se os gasodutos Coari-Manaus/AM, Cabiúnas-Vitória/RJ-ES, com principal objetivo de escoar a produção de gás natural da Bacia de Campos/RJ para o mercado consumidor do Nordeste, e Urucu-Porto Velho/AM-RO.

Na área de petroquímica, destaca-se a inauguração, em 2005, do Complexo Petroquímico Rio Polímeros, capaz de produzir 540 mil toneladas anuais de polietilenos.

e) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), lançado em dezembro de 2003 com objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior, tem revertido tendência anterior, trazendo de volta para o Brasil a construção das plataformas de produção de petróleo da Petrobras. Em paralelo, passou-se a exigir um nível de conteúdo nacional desses empreendimentos, variando entre 65% e 75%. Como consequência, a indústria naval brasileira foi reativada, com a encomenda de oito plataformas e investimentos que totalizam R\$4,5 bilhões, com estimativa de geração de 32.500 empregos diretos. Para responder à grande demanda de recursos humanos especializados, gerada pelos novos projetos do setor de petróleo e gás natural, em 2006, será implementado o Plano de Qualificação Profissional do PROMINP, que prevê a qualificação de 70 mil profissionais em 12 Estados da Federação.

Com o mesmo intuito, na área de materiais e equipamentos, iniciaram-se investimentos da ordem de R\$75 milhões, para execução de 35 projetos de capacitação de fornecedores, visando o desenvolvimento de produtos e a substituição competitiva de importações.

Pode-se destacar também, em 2005, a licitação para construção de um novo dique seco para construção de plataformas de petróleo e o lançamento do “Prominp Recebíveis”, uma operação que permite a antecipação de recebíveis para financiamento de capital de giro a empresas com contratos de fornecimento de bens e serviços com a Petrobras. Atualmente, o Prominp conta com a participação de 2.700 colaboradores, 241 empresas, 13 associações de classe e sete federações da indústria.

f) Fontes de Energia Sustentáveis

f.1) Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, tem por base a diversidade de oleaginosas e matérias-primas do País, a garantia do suprimento, a qualidade, a competitividade frente aos demais combustíveis e uma política de inclusão social e desenvolvimento regional

que beneficia agricultores familiares de todo Brasil e, de modo especial, das regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido, por meio do mecanismo Selo “Combustível – Social”.

A forma como o PNPB foi concebido, e vem sendo implantado, cria condições amplamente favoráveis para a inclusão social, por meio da geração de emprego e renda para pequenos produtores das regiões mais carentes do País. Serão aproximadamente 150 mil postos diretos de trabalho somente com a produção necessária à mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral, que passará a ser obrigatória em todo o território nacional a partir de janeiro de 2008, passando para 5% em 2013.

Além de atender os princípios orientadores básicos de promover a inclusão social e atenuar disparidades regionais, o PNPB diminuirá nossa dependência do petróleo importado, com uma economia de divisas de até US\$160 milhões/ano, proporcionando ainda ganhos ambientais e o adensamento da estratégica cadeia produtiva de energias renováveis e limpas, com amplo potencial de inserção no mercado internacional, já que a demanda por combustíveis renováveis vem crescendo no mundo ante as preocupações ambientais que se acentuam continuamente.

Além do marco legal e regulatório totalmente definido, o Pnpb conta com modelo tributário e linhas de financiamento próprias às necessidades de toda a cadeia produtiva, incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, intercâmbio com outros países e ampla rede de informações. Tudo isso vem despertando crescente interesse na produção de biodiesel por parte de empresários, cooperativas e associações de produtores, o que foi reforçado no final de 2005 com a garantia de aquisição, por meio de leilões públicos promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de todo biodiesel produzido sob as condições previstas no mecanismo Selo “Combustível Social”. No primeiro leilão de aquisição de biodiesel foram arrematados 70 milhões de litros, a serem entregues durante o ano de 2006, beneficiando 65 mil famílias de agricultores.

No final de 2005, o País já contava com cinco usinas de biodiesel em operação e mais onze em construção, perfazendo uma capacidade instalada de 156 milhões de litros/ano.

A obrigatoriedade de adição de 2% de biodiesel ao diesel mineral cria um mercado potencial interno nos próximos anos de pelo menos 840 milhões de litros anuais. Em 2013, com a obrigatoriedade de 5%, esse mercado será ampliando para cerca de 2 bilhões de litros/ano.

Em 2006 serão realizados novos leilões de compra de cerca de 500 milhões de litros de biodiesel, para entrega até dezembro de 2007. Até o final de 2006 estima-se a ampliação da capacidade instalada em 568,7 milhões litros/ano, o que resultará em capacidade de produção de 724,7 milhões litros anuais, representando investimentos da ordem de R\$448 milhões. Como as necessidades para atendimento do percentual de mistura de 2% situam-se ao redor de 840 milhões de litros anuais e novos projetos deverão ser instalados, a demanda deverá ser plenamente atendida a partir de 2008, contribuindo para consolidar a introdução do biodiesel como novo combustível renovável na matriz energética nacional.

f.2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Visando diversificar a matriz e permitir o desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, o Governo desenvolve o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por meio do Proinfa a contratação de energia de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE) de fontes alternativas eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e biomassa vai permitir o aumento da oferta de energia elétrica, a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Como principais ações do Programa, em 2005, deve ser destacado que, em abril, foi lançado o aperfeiçoamento do programa de apoio do Bndes para o Proinfa, ampliando o período de amortização e aumentando o financiamento para até 80% dos investimentos, excluindo bens e serviços importados e a aquisição de terrenos. Em outubro do mesmo ano foi definido o plano anual do Proinfa, estabelecendo a quantidade de energia a ser adquirida pela Eletrobrás no ano de 2006, resultando em 207,08MW médios (Pequena Central Elétrica – PCH 40,08MW médios – eólica 33,47MW médios – biomassa 133,52MW médios).

Até o final de 2005, estavam em implantação 13 empreendimentos de PCH (227,74MW), 19 de biomassa (394,66MW) e 12 de eólica (474,34MW), totalizando 44 empreendimentos e uma potência de 1096,74MW (33,2% do programa).

Segundo dados do Bndes, 55 empreendimentos estão em sua carteira de projetos, sendo que 28 estão em enquadramento, três em carta-consulta, II em análise, dois aprovados e 11 contratados, totalizando 1.470MW (44,55% do programa) e financiamento de R\$4,1 bilhões. Destes, duas Pequenas Centrais Elétricas (PCH) estão aprovadas, além de outras três PCHs, sete Biomassas e uma eólica que foram contratadas.

Os benefícios esperados compreendem a redução anual da emissão de gases de efeito estufa de 2,8 milhões de toneladas de CO₂; geração anual de cerca de 150.000 empregos, diretos e indiretos, em todo o País; demandas industriais, com a exigência mínima de 60% na nacionalização de equipamentos e serviços; e internalização de tecnologias de ponta.

Para o ano 2006, está previsto o comissionamento de 37 empreendimentos do Proinfa, perfazendo 915MW instalados, sendo 20 empreendimentos de PCH, 10 de Eólica e 17 de Biomassa, distribuídos em 23 Estados, gerando aproximadamente 1.338GWh. São os primeiros empreendimentos a entrar em operação por meio do programa.

g) Reluz – Eficiência Energética na iluminação Pública

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, tem contribuído para as ações do Governo voltadas para a melhoria das condições de segurança, a redução de custos e uso eficiente da energia. Pretende-se, até o ano de 2010: i) tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de Iluminação Pública; ii) reduzir em 540MW a carga no horário de ponta; iii) economizar 2.400GWh por ano; e iv) instalar três milhões de novos pontos de iluminação pública. Essas ações, além de melhorar as condições de iluminação das cidades brasileiras, têm propiciado também outros benefícios, como a redução de despesas municipais com eletricidade, melhoria das condições para o turismo, comércio e lazer noturnos, geração de novos empregos e aumento da qualidade de vida da população urbana em todo o País. No ano de 2005, foram investidos R\$57,3 milhões em 347.500 pontos de iluminação. Com essas medidas, conseguiu-se uma economia de consumo de 57 mil MWh nos 229 Municípios atendidos.

Em 2006, o Governo pretende investir cerca de R\$145 milhões para a melhoria da iluminação de 544 Municípios. A previsão é de uma economia de energia na ordem de 58.893MWh/ano e redução da demanda em 13.591kW.

h) Resgate do Papel do Estado no Setor Mineral

No setor mineral, o Governo continuou investindo na recuperação da gestão pública dos recursos minerais e na geração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. Esses dados são essenciais para a atração de novos investimentos e para implantação de projetos de exploração mineral.

Os efeitos econômicos e sociais dos investimentos públicos na produção do conhecimento geológico básico estão bem expressos nos dados de exportação e de empregos no setor da mineração. A mão-de-obra

direta ocupada na indústria extrativa mineral é de 246 mil pessoas, no entanto, deve-se considerar ainda que cada emprego gerado nesta indústria induz a criação de outros dez na cadeia produtiva. Estima-se que 2,7 milhões de brasileiros trabalham direta ou indiretamente para o setor de mineração. No comércio exterior, observa-se que o setor mineral registrou saldos positivos nos chamados “minerais sólidos” e, incluindo os produtos da primeira transformação, foi responsável, em 2005, por cerca de 31% do saldo da balança comercial, à semelhança do que ocorreu em 2004.

Em 2005, foram mapeados geologicamente 220.000km² e 553.000km² do território brasileiro constituíram objeto de levantamento aerogeofísico, no âmbito do Programa Geologia do Brasil. Esse Programa tem como meta mapear, até 2007, 30% do território nacional com geologia, geoquímica e aerogeofísica. Estima-se que investimentos públicos em levantamentos geológicos, da ordem de R\$150 milhões/ano, induzirão investimentos privados anuais em pesquisa mineral, que poderão alcançar R\$900 milhões em médio prazo.

Para 2006 está programada a execução de 228.000km² de levantamentos geológicos e 155.000km² de levantamentos aerogeofísicos, atingindo até o final de 2006 um acumulado de aproximadamente 10% e 9,0% do território nacional, respectivamente. Serão realizadas ainda avaliações de recursos minerais, com prioridade para a região Amazônica, e 33 levantamentos hidrogeológicos, estes prioritariamente na região do Semi-Árido nordestino.

Esses investimentos demonstram a prioridade do Governo em prover a infra-estrutura indispensável ao crescimento econômico, garantindo o suprimento nacional sustentado da indústria mínero-metalúrgica, e criando as condições para o início de um novo ciclo de descobertas de jazidas.

2. Transportes

Importante vetor estrutural para a sustentação do crescimento econômico de longo prazo, a infra-estrutura de transportes, ao longo das últimas décadas, recebeu investimentos proporcionalmente decrescentes quando mensurado em relação ao PIB – aproximadamente 3% nos anos 70; 1,5% nos anos 80; e, 0,7% nos anos 90. Esse comportamento provocou uma redução da capacidade da oferta de transportes, que não conseguiu acompanhar a evolução da demanda, mesmo no contexto de baixo crescimento da economia ocorrido na última década. A deterioração da infra-estrutura tem gerado reflexos negativos sobre a produtividade e a eficiência do sistema de transportes, comprometendo

a competitividade do setor produtivo, notadamente no complexo exportador.

Diante dessa realidade e a partir dos diagnósticos sobre o setor no que tange à eficiência dos modais, à situação do patrimônio público e a dificuldades de gestão organizacional, e tendo como objetivo um aumento imediato da capacidade operacional da malha física, o Governo priorizou remover os pontos de estrangulamento da malha existente, privilegiando a conclusão das obras em andamento e estabelecendo critérios rigorosos na seleção de novas obras. Dessa forma, tem-se buscado: i) atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento, principalmente do comércio exterior; ii) reduzir os níveis de ineficiência em número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes; iii) estruturar corredores estratégicos de transportes; iv) estimular maior participação dos nodais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade; v) apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo; e vi) consolidar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul.

a) Ampliação da Capacidade de Investimento

O Governo conseguiu aumentar sua capacidade de investir, especialmente em transportes, a partir de negociações que resultaram na utilização de recursos, não incluídos no cálculo do superávit primário, para investimentos em infra-estrutura. Em 2005, foi iniciado o Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Grande parte dos recursos do PPI foi destinada à recuperação da malha rodoviária federal; à adequação e duplicação de rodovias; e a melhorias das infra-estruturas – portuária e ferroviária.

Ao mesmo tempo, para ampliar o atendimento às demandas de transportes, foram adicionadas outras modalidades de financiamento da infra-estrutura, buscando criar condições para participação de investimentos privados, sem prejuízo da utilização de instrumentos tradicionais como as concessões e os arrendamentos.

Destaca-se a aprovação da lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), no final de 2004, e a seleção, com base em critérios técnicos, de quatro projetos candidatos à PPP, quais sejam: a BR-116/BA, a BR-493 – Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, o Ferroanel de São Paulo e a Variante Ferroviária Guarapuava-Ipiranga, no Paraná.

Para 2006, em termos de política e planejamento, destacam-se: i) a elaboração do Plano Nacional de logística de Transportes; ii) a gestão da regulação e supervisão das rodovias concedidas pelos Estados por meio de convênios de – delegação; iii) a implementação

da 2ª e início da 3ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais; e iv) a aprovação do plano de outorga do projeto da rodovia BR-163/MT/PA.

Em outra área importante, a de regulação dos transportes terrestres, as ações para 2006 abrangem: i) o aprimoramento do cenário regulatório com a edição de resoluções relativas à receita alternativa, comunicação de acidentes, plano trienal de investimentos, monocondução ferroviária, investidor dependente, transporte ferroviário de produtos perigosos e revisão da resolução de tráfego mútuo e direito de passagem; ii) a implantação de novos sistemas de acompanhamento de informações das concessionárias, permitindo maior confiabilidade dos dados e maior volume de informações; iii) o investimento de R\$3,0 bilhões pelas concessionárias ferroviárias; e iv) a elaboração de modelo para estudo de viabilidade de linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros, instrumento importante para analisar a viabilidade das linhas existentes e a definição de parâmetros para a licitação de linhas, que deverá ser realizada até o ano de 2008.

b) Transporte Rodoviário

As ações rodoviárias visaram melhorar níveis de conforto e segurança para os usuários da malha e contribuir para o escoamento das exportações. Em 2005, O Governo contratou, por meio da ação de conservação, mais de 36,5 mil km da malha rodoviária federal, recuperou 3,2 mil km de rodovias e sinalizou 2,9 mil km. Por seu lado, com o objetivo de evitar a deterioração das rodovias, foi implementada importante ação de controle de excesso de peso dos veículos, por meio da instalação de balanças nas rodovias, contando hoje com 42 unidades em funcionamento, das quais 19 em caráter educativo. Em 2006, está prevista a instalação de mais 30 balanças para controle do excesso de peso nas rodovias, totalizando 72 em pleno funcionamento no País. Para 2006, está prevista a conservação de 38 mil km e a recuperação de 9,3 mil km de rodovias federais. Além disso, terá continuidade o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, com intervenções de recuperação de pavimento e sinalização horizontal em rodovias de 25 unidades da Federação, numa extensão total de 26,5 mil km, onde serão investidos R\$440 milhões.

Obras estruturantes de construção, pavimentação, duplicação e ampliação de capacidade das rodovias federais terão continuidade em 2006. Nesse sentido, é importante ressaltar os passos finais para a consolidação do Corredor Mercosul, com a conclusão da duplicação das pistas das Rodovias: Fernão Dias (BR-381 – trecho Belo Horizonte – São Paulo), Régis Bittencourt (BR-116 – trecho São Paulo–Curitiba) e da

BR-101 – trecho Curitiba-Florianópolis (já entregues ao tráfego). Também foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101/Sul, no trecho entre Palhoça/SC e Osório/RS, com previsão de conclusão em 2007. Esse trecho ampliará a ligação entre os principais mercados consumidores brasileiros e os países vizinhos do Mercosul.

Outras obras de duplicação e adequação de capacidade estão em andamento, com recursos disponibilizados no PPI, atendendo importantes eixos econômicos, tais como a BR-050/MG (Uberaba – Uberlândia), a BR-381/MG (Belo Horizonte-Governador Valadares), a BR-060/DF/GO (Brasília/DF-Anápolis/GO) e a BR-153/GO (Aparecida de Goiânia-Itumbiara).

Destaca-se, ainda, a conclusão das obras de construção da BR-116/BA, no trecho entre Tucano e Ibó, restando à finalização de uma obra-de-arte especial na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, completando, dessa forma, a ligação pavimentada do Norte ao Sul do País pela BR-116. Com o mesmo objetivo, encontra-se em andamento a obra na BR-116/CE, trecho Fortaleza-Pacajus. Ainda em 2005, foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101/Nordeste (trecho Natal/RN-Palmares/PE), de extrema relevância econômica, turística e de integração nacional. – Para 2006, além da continuação das obras já citadas, ressaltam-se a previsão da construção de trechos rodoviários – estratégicos como a BR-364/AC (Sena Madureira-Cruzeiro do Sul), a BR-401/RR (Boa – Vista-Bonfim-Normandia/fronteira com Guiana), a BR-156/AP (Ferreira Gomes e Oiapoque/fronteira com a Guiana – Francesa), a BR-230/PA (Itaituba-Altamira-Marabá – divisa TO/PA), a BR-158/MT (divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira), a BR-346/MT (Diamantino-Sapezal-Comodoro) e a BR-153/PR (Ventania-Alto do Amparo).

Em relação à integração nacional, cabe destacar as ações de implementação da BR-156/AP (Macapá-Oiapoque) da BR-158/MS (Selvíria-Três Lagoas) e da BR-364/RO (Porto Velho-Candeias do Jamari). Além dessas, visando promover a integração física com o continente sul-americano, foi concluída a Ponte sobre o Rio Acre, na BR-317/AC, incluindo os acessos rodoviários, possibilitando a ligação Brasil-Peru, via Assis Brasil (Brasil) e Inapari (Peru). Para 2006, está planejada a construção de pontes binacionais sobre o Rio Oiapoque (BR-156/AP), fronteira com a Guiana Francesa, e sobre o Rio Itacutu (BR-401/RR), fronteira com a Guiana, além do desenvolvimento de projeto executivo para a construção da segunda ponte na região de Foz do Iguaçu (BR-277/PR), fronteira entre Brasil e Paraguai.

No âmbito da regulação, o Governo vem pautando a atuação na intensificação da fiscalização, no

aperfeiçoamento e provimento de marcos regulatórios para disciplinar as relações entre usuários e prestadores de serviços de transportes regulados. O objetivo é garantir eficiência, equilíbrio da concorrência e melhorias na logística de transportes, resultando em melhor desempenho econômico do setor e das atividades econômicas dele dependentes.

Nesse sentido, foram revistos todos os Programas de Exploração Rodoviária (PER) nas concessões rodoviárias, em especial o da concessionária da rodovia BR-290/RS, trecho Osório-Porto Alegre, no qual foi incorporado um novo trecho e solucionado o acompanhamento físico do contrato. Além disso, foi transferida para o Programa de Concessões da BR-116/São Paulo-Curitiba a execução de algumas obras complementares e a construção de um trecho de 30km na Serrado Cafezal.

O transporte de passageiros também contou com ampliação nas ações de fiscalização, com apoio de universidades federais, agências reguladoras estaduais, departamentos de Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, com ênfase no combate ao transporte irregular, controle das autorizações de transporte eventual e turístico e vistorias operacionais e financeiras nos terminais e garagens.

Cabe, ainda, destacar o início do processo de reorganização do Transporte Rodoviário de Cargas, com o objetivo de aumentar a segurança e criar as bases para a modernização desse setor, principal responsável pelo transporte de carga no País. Sendo assim, foi implantado o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), que envolveu o cadastramento de transportadores e veículos do transporte rodoviário de cargas, realizado em 182 pontos do País, e que atingiu 544 mil registros de transportadores, entre autônomos, empresas e cooperativas, e 847 mil veículos. No transporte rodoviário internacional de cargas, foi concluída a implantação do sistema de cadastramento e controle, o qual está disponibilizado para a fiscalização nos 22 postos de fronteira.

c) Transporte Ferroviário

Praticamente toda a malha ferroviária brasileira, de 28,6 mil km, foi transferida à iniciativa privada, no período, 1996/99, restando apenas os 200km já construídos da Ferrovia Norte Sul, que são explorados pelo Estado, com operação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Como parte do processo de Revitalização do Setor Ferroviário, em 2005, foram realizados, pelas concessionárias, investimentos da ordem de R\$2,1 bilhões na expansão e modernização das malhas, com destaque para as encomendas de aproximadamente

nove mil vagões, o que resultará na revitalização da indústria ferroviária.

De forma a melhorar as condições operacionais das ferrovias e segurança da população, estão em andamento estudos, projetos e obras voltadas à implantação e adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. O intuito é corrigir graves conflitos entre a malha ferroviária e o sistema viário urbano decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário e do desenvolvimento das cidades.

Com relação à expansão da malha, destaca-se em primeiro lugar, a Ferrovia Norte-Sul, onde, a partir de 2005, com recursos do PPI, foram aceleradas as obras de construção do tramo norte – entre Aguiarnópolis e Araguaína no Tocantins, com 147km de extensão, previstos para conclusão até outubro de 2006 – e do Pátio Multimodal de Araguaína. Em relação à Norte-Sul, é prevista para 2006, a modelagem de licitação do trecho operacional Araguaína-Palmas e a continuidade da execução da obra ferroviária no trecho Anápolis/GO (km 0,0) – Ouro Verde/CO, totalizando 40km.

Além dessas ações, terá início em 2006 a Nova Transnordestina, que envolve investimentos privados da ordem de R\$4,5 bilhões – por meio de uma alternativa importante de financiamento, o “Project Finance”. Com essa ferrovia, será criado um novo corredor ferroviário de alta capacidade, em bitola larga, entre Eliseu Martins, no Piauí, e os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

Outras importantes ações previstas para este ano são: i) a conclusão de viaduto sobre a ferrovia em Alagoinhas/BA; ii) o início da construção de contorno ferroviário no Município de São Felix/BA; iii) a conclusão de passagem inferior sobre a ferrovia em Vespasiano/MG; iv) a retomada das obras do contorno ferroviário de Campo Belo/MG; v) o início da adequação de ramal ferroviário no perímetro urbano de Barra Mansa/RJ; vi) a conclusão da ponte ferroviária de Lins/SP; e vii) o início da construção de contorno ferroviário de São Francisco do Sul. Prevê-se, ainda para 2006, um encaminhamento conclusivo para a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), atualmente em processo de liquidação.

d) Transporte Marítimo e Hidroviário

No período 2003-2003, deve ser destacada a evolução da produtividade dos portos. Houve no citado período um crescimento de 18,21% na movimentação geral de cargas, incluindo grãos sólidos, líquidos e carga geral, passando de 571 milhões de toneladas em 2003, para 675 milhões de toneladas em 2005. Incremento mais acentuado foi o obtido, no mesmo período, na movimentação de unidades de containe-

res, da ordem de 44.4%, passando de 2,7 milhões de unidades em 2003, para 3,9 milhões de unidades em 2005. Contribuindo para esses resultados, o Governo realizou obras de recuperação e de melhoramentos em 17 portos públicos. Destaca-se a instituição do grupo de trabalho interministerial, denominado “Agenda Portos”, que em 2004 visitou 11 dos principais portos brasileiros – responsáveis por 93% de todas as exportações via portos marítimos – identificando gargalos de natureza operacional.

A programação da Agenda Portos principalmente nos portos de Rio Grande, Itajaí, São Francisco do Sul, Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaquí, incluem as seguintes ações em curso: i) implantação de sistemas de controle de acesso de pessoas, cargas e veículos ‘as áreas dos portos organizados; ii) dragagens de aprofundamento e de manutenção; iii) derrocagens diversas; construção de complexos administrativos portuários; iv) construção de instalações portuárias para inspeções fitossanitárias; v) recuperação de berços e do pavimento de áreas internas; vi) recuperação de molhes de abrigo; vii) modernização da sinalização náutica; viii) melhoramentos na infra-estrutura portuária como em sistemas elétricos, instalação de balanças, construção de pátios de estacionamento, de centros de controle de tráfego marítimo e terrestre; e ix) melhoria nos acessos, com destaque para o processo licitatório em curso para a construção das avenidas perimetrais do Porto de Santos, além da elaboração de termo de contratação de empresa especializada para implantação de Portal e realização de estudos para o Sistema de Controle e Monitoramento dos Portos (SISPORTOS), que fornecerá dados em tempo real das movimentações portuárias.

Para 2006, espera-se a continuidade das ações de melhoria da infra-estrutura portuária e da segurança nos portos públicos federais e delegados, principalmente investimentos em dragagem e derrocagem, recuperação de cais, construção de dolphins de atracação, sinalização e iluminação, construção de instalações portuárias e controle do acesso de pessoas e cargas para fins de atendimento a normas internacionais de segurança. Observa-se ainda a inclusão de recursos para a repotencialização do sistema de atracação de navios no ‘Terminal Salineiro de Areia Branca e de construção do cais 4 no Porto de Suape.

Em prosseguimento às atividades desenvolvidas em 2004, devem ser destacadas também as ações de melhoria da operação portuária, visando tornar mais competitivo e seguro o comércio exterior, representadas principalmente pela adequação do sistema portuário brasileiro às normas internacionais de segurança da Organização Marítima Internacional (IMO) denomina-

das ISPS Code – International Ship and Port Facility Security Code, Em 2005, 10 portos brasileiros – Areia Branca, *Natal*, Fortaleza, Itajai, Itaqui, São Francisco do Sul, Suape, Pecém, Santana e Porto Velho-obtiveram a Declaração de Cumprimento (certificado da CON-PORTOS), Além disso, foram solicitadas inspeções para certificação pelos Portos de Santos, Belém, Vila do Conde, Santarém, Salvador, Aratu e Ilhéus.

Visando o atendimento às demandas de transporte de carga e passageiros de relevância para a integração regional, o Governo iniciou um programa para construção/ampliação de 30 terminais hidroviários na Região Amazônica. As prioridades para 2006 reforçam ainda a intensificação do programa para construção e ampliação de 65 terminais hidroviários na Região Amazônica.

No âmbito da Navegação Interior, estão sendo desenvolvidas atividades de supervisão e manutenção das condições de navegabilidade em 9,4 mil km de rios, incluindo atividades de dragagem, sinalização e balizamento, desobstrução de canais, garantindo a trafegabilidade e a segurança da navegação interior.

No exercício de 2005, foram emitidas 49 autorizações para a exploração de serviços de transporte aquaviário e 15 autorizações para a construção/ampliação de terminais de uso privativo exclusivo ou misto.

Para 2006, no âmbito do transporte aquaviário, estão previstas: i) a continuidade do aperfeiçoamento do marco regulatório, buscando a ampliação da competição por meio do aumento da oferta dos serviços de transporte e de exploração da infra-estrutura portuária, principalmente, no que tange à navegação de cabotagem; e ii) a realização de levantamento e identificação da demanda e da capacidade operacional dos portos nacionais, para subsidiar a formulação de políticas para o subsector e o incremento das ações fiscalizatórias a partir de implantação das unidades administrativas regionais previstas para o início do exercício.

e) Fomento à Indústria Naval

Aspectos fundamentais para o desenvolvimento da indústria naval residem nos marcos legais e nos mecanismos de financiamento ao setor. O Governo vem trabalhando no sentido de adequar e complementar as normas legais imprescindíveis à atividade e de aprimorar os procedimentos para a concessão de financiamento para os projetos prioritários de construção e reparação de embarcações, e construção e modernização de estaleiros. – Ressalte-se o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Arrecadação do Adicional de Frete para a renovação da Marinha Mercante (MERCANTE), que deu tratamento adequado às informações provenientes das operações de transporte

de carga, implantando rotinas com a participação de aproximadamente 20.000 usuários, como empresas de navegação, agências de navegação, consignatários de cargas, despachantes aduaneiros. Esse Sistema está conferindo ao setor maior agilidade, por meio de medidas de desburocratização e otimização de procedimentos, gerando redução de custos operacionais para liberação de cargas nos portos brasileiros. Essas medidas resultaram na retomada dos investimentos na infra-estrutura de transportes, com maior disponibilidade de recursos no setor de construção e reparação naval. No ano de 2005, foram entregues 27 embarcações, sendo liberados aproximadamente R\$215,3 milhões para construção de 82 embarcações, construção de 1 cábrea e modernização e ampliação de um terminal portuário. Foram contratadas 19 obras, o que demandará a aplicação de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no montante aproximado de R\$400 milhões. Por seu turno, 41 obras, já contratadas, encontram-se em andamento.

Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira encontra-se em um momento de revitalização, reativando-se antigos estaleiros, ampliando-os ou implantando novas áreas industriais. Com o incremento na contratação de empreendimentos estima-se a geração de mais de 28 mil empregos diretos e indiretos por essas atividades.

Cabe ressaltar a inclusão de novos agentes financeiros para realização de operações com o FMM, o que foi regulamentado por meio do Decreto nº 5.543, de 20 de setembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.893, de 2004.

A previsão orçamentária de destinação de recursos ao FMM, em 2006, é de R\$1,5 bilhão. A perspectiva será contratar as obras priorizadas pelo Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (89 projetos), cujas operações totalizam o montante de R\$1 bilhão e os navios da Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE), operadora de navios da TRANSPETRO.

Na área **offshore**, a indústria naval brasileira conseguiu, em curto espaço de tempo, colocar-se entre aquelas de ponta em nível internacional, sendo que para os próximos anos, o potencial de crescimento do setor deverá ampliar-se com a perspectiva de financiamento, em curto prazo, de pelo menos 54 embarcações, entre essas, 22 navios da TRANSPETRO, 20 navios em fase de negociação com os Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) e 12 navios da iniciativa privada.

f) Cooperação do Exército Nacional.

A engenharia militar do Exército participou da melhoria da infra-estrutura de transporte e de sane-

amento no País com a construção da BR-282/SC e a recuperação de inúmeros trechos de rodovias federais, dentre elas a BR – 153/SP/MG; a BR-163/PA; a BR-174/RR; a BR-324/BA; a BR-135/BA; a BR-364/RO; a BR-343/PI e a BR-230/PI. São relevantes, ainda: a construção do trevo da cidade de Uberlândia/MG; a construção do anel rodoviário em Barreiras/BA; pavimentação urbana em Lages/SC, Barreiras/BA e Cuiabá/MT; obra de saneamento básico da cidade de Araguari/MG; implantação de estradas vicinais e rede de energia elétrica em assentamentos do INCRA, em Santa Rosa do Purus/AC e em diversas localidades em Mato Grosso; restauração do dique do Poti Velho, em Teresina/PI; serviço de conservação ferroviária na Ferrovia Centro-Atlântico; construção da pista do Aeroporto Internacional de Natal/RN; e a recuperação da pista do Aeroporto de Marabá/PA.

Além dessas obras, o Exército Brasileiro iniciou a duplicação da BR-101/RN/PB/PE e está executando a adequação de um segmento da BR-381/MG, trecho Governador Valadares – Belo Horizonte. Participa também da manutenção preventiva das rodovias, dentre as quais a BR-020/PI e a BR-407/PI, a BR-316/MA e a BR-324/BA, bem como a recuperação de 10 postos de pesagem espalhados pelo território nacional. Há cooperação também em obras de infra-estrutura aquaviária, como a recuperação de berços no porto de São Francisco do Sul/SC e na construção de molhes do porto de Rio Grande/RS, assim como em análises de suporte às obras de construção da eclusa de Lajeado/TO.

Foram também firmados convênios com Governos Estaduais para conservação de rodovias no Rio Grande do Norte (RN-076 e RN-226), em Minas Gerais (MG-235) e em Mato Grosso (estrada vicinal Poconé/Boqueirão, MT-040 e MT-361).

3. Aviação Civil e Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária.

O setor de transporte aéreo encontra-se atualmente em recuperação, em relação a meados de 2003. Ao final de 2005, o desempenho do setor no mercado doméstico se mostra expressivo, com resultados operacionais positivos, com taxas médias de aproveitamento e ocupação das aeronaves crescendo de 53%, ao final de 2002, para 69%. Registraram-se assim os maiores índices de aproveitamento e ocupação das aeronaves dos últimos cinco anos.

Uma das prioridades do Governo, nos últimos três anos, foi à ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, além de fortalecer o setor de aviação civil, de modo a contribuir diretamente com o desenvolvimento sustentável do Brasil. Os projetos con-

cluídos nos últimos três anos elevaram a capacidade instalada nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) de 97 para 117,3 milhões de passageiros/ano. Também o fluxo de cargas nos aeroportos aumentou em cerca de 28%. A modernização dos aeroportos, além de gerar cerca de 50 mil empregos, dotou o País de estrutura aeroportuária adequada para desenvolvimento do turismo interno e internacional. Coroando o esforço de vários anos, com a participação de entidades de representação dos empresários, dos trabalhadores, do Congresso Nacional e do Governo, contando com significativas contribuições de técnicos e especialistas dos diversos setores da aviação civil, foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com a promulgação da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, constituindo um marco na aviação civil brasileira. Seu funcionamento promoverá a ordenação do setor, mediante a coordenação e supervisão dos serviços de transportes aéreos, da infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica. Com o funcionamento da ANAC, previsto para o início de 2006, criam-se condições para uma maior estabilidade regulatória e sinalização positiva para maiores investimentos privados no setor de transporte aéreo.

A criação de uma nova linha de financiamento, em moeda nacional para comercialização de aeronaves de fabricação nacional para venda no mercado interno, e a criação da ANAC representarão um novo cenário para o setor em 2006.

4. Comunicações

Em 2006, as comunicações no Brasil darão um salto com as novas tecnologias, como o Sistema Brasileiro de TV Digital além da ampliação de serviços ao cidadão.

a) TV Digital

O Sistema Brasileiro de IV Digital (SBTVD) – aberto e gratuito –, a ser apresentado no primeiro trimestre de 2006, será um dos mais modernos do mundo. Em junho, na Copa do Mundo, já teremos transmissões para testes, em São Paulo. Em setembro, as emissoras de TV poderão começar a operar comercialmente.

A educação será uma das áreas mais beneficiadas com a nova tecnologia, que permite levar, de forma mais rápida e com mais qualidade, imagens de programas educativos para as escolas em qualquer ponto do País. Outra grande vantagem é – a interatividade. A TV digital permite o acesso à telefonia e à Internet e, ainda, a participação direta do telespectador, resultando em maior aproveitamento nos programas de educação à distancia.

Em 2005, foram feitas as contratações dos consórcios de pesquisa, que estão em fase final de desenvolvimento dos seus protótipos, relatórios, algoritmos e modelos. Foram investidos nas pesquisas, até outubro de 2005, mais de R\$42 milhões, incluindo os trabalhos da Fundação CPqD e dos consórcios de pesquisas contratados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

b) Serviços Postais

Para atender com qualidade a demanda crescente por serviços postais, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – (ECT) aplicou, em 2005, mais de R\$1,7 milhão na abertura de 190 novas agências. Foram também investidos mais de R\$5,5 milhões na ampliação da infra-estrutura de produção e distribuição.

Dentre os serviços prestados pela ECT, destacam-se: i) a entrega domiciliar de medicamentos; ii) o pagamento de benefícios a mais de 800 mil aposentados da Previdência Social Básica; e iii) o incremento do comércio, com o acesso da população de regiões remotas aos produtos não disponíveis em seus mercados locais.

Destacam-se, também os serviços de que dispõe a ECT para facilitar o comércio com outros países. O Exporta Fácil dá oportunidade para micro e pequenas empresas exportarem, para qualquer lugar do mundo, produtos com valores de até US\$10 mil dólares por operação. Em 2005, foram exportados R\$32 milhões por meio desse instrumento, contribuindo positivamente para a balança comercial. Por seu lado, no mesmo período, o Importa Fácil possibilitou a 260 entidades científicas trazerem para o País material de pesquisa mais barato e sem burocracia.

c) Rádio Digital e Comunitária

Em 2005, foram concedidas 381 outorgas para os serviços de radiodifusão sonora e de televisão e seus ancilares e auxiliares, além de 627 licenças definitivas de radiodifusão comunitária. Em 2006, será lançado o rádio digital permitindo que a mais comunidades, universidades e escolas tenham sua própria emissora.

A ampliação das rádios e TVs comunitárias é um dos compromissos do Governo. O objetivo é dispor de pelo menos uma emissora em cada Município, passo determinante e ousado na universalização e na democratização dos meios de comunicações.

5. Saneamento

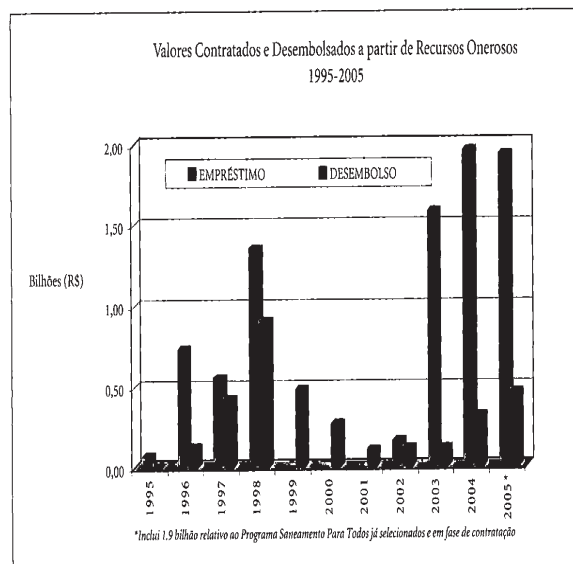
Em 2005, foi mantida a iniciativa do Governo de priorizar os investimentos em saneamento. A revisão de todos os programas e ações do Plano Plurianual e a adoção de critérios técnicos transparentes para a concessão de financiamentos foram medidas de me-

lhoria na qualidade do gasto público nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Essas medidas aumentaram a eficiência, a sustentabilidade e o atendimento às áreas mais necessitadas do País.

Um avanço significativo remete à aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, maior fonte de financiamento para o setor de saneamento, com criação do Programa Saneamento Para Todos, em substituição ao Pró-Saneamento. Esse novo programa garantiu maior eficiência das ações financiadas com recursos do FGTS, adotando mecanismos de incentivo financeiro para os projetos de maior sustentabilidade econômica e condicionando o acesso aos recursos a níveis mínimos de qualidade na prestação dos serviços. Ainda no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, estão em fase de contratação por meio de processo seletivo, que teve sua primeira etapa concluída em 28 de dezembro de 2005, recursos de R\$1,9 bilhão para ações de saneamento, dos quais R\$861 milhões (44%) foram direcionados a 22 Municípios que integram oito regiões metropolitanas em risco.

Esse volume de contratações segue a trajetória de retomada dos financiamentos iniciada em 2003, assegurando a manutenção do viés crescente de desembolsos para investimentos no setor. Além disso, em 2006, deverá ser contratado R\$1,7 bilhão destinado à segunda etapa do processo seletivo a ser finalizada em abril.

No gráfico que se segue, podem ser observados os valores contratados e desembolsados de recursos onerosos a partir de 1995.



No que tange aos recursos do Orçamento Geral da União, foi comprometido um montante da ordem de R\$1,6 bilhão na área de saneamento em 2603. Isso significa melhoria na qualidade devida de mais de 1,7 milhão de famílias, diminuição dos gastos com saúde e geração de mais de 250 mil empregos diretos. Destaca-se a continuidade do Projeto Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, que apóia iniciativas de abastecimento de água, esgoto e lixo, priorizando o atendimento à população com renda familiar inferior a três salários mínimos. Nesse âmbito, foram firmados 165 convênios com os governos municipais e estaduais de todas as Unidades da Federação e comprometidos recursos no total de R\$186,6 milhões. Esses valores deverão beneficiar cerca de 207 mil famílias com abastecimento de água, esgotamento sanitário e ações de resíduos sólidos urbanos. Também teve bom desempenho o Programa PAT-Prosaneer, cujos recursos são oriundos de empréstimo da União junto ao Banco Mundial (BIRD). Foram investidos, no âmbito desse Programa, em 2005, R\$32,8 milhões, em planos de desenvolvimento e projetos de saneamento integrado visando à recuperação ambiental de áreas degradadas, ocupadas por população de baixa renda, em cidades com mais de 75 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, beneficiando cerca de 8 mil famílias.

Ressaltam-se também os investimentos do Governo em saneamento em aldeias indígenas que, em 2005, alcançaram R\$18,5 milhões. Atualmente, os serviços de saneamento em aldeias indígenas atendem a 280.000 índios de uma população total de 450.000 índios existentes no País. Também foi priorizado o atendimento em áreas remanescentes de quilombos em que foram aplicados R\$7,3 milhões em 19 comunidades, beneficiando cerca de 2.200 famílias com serviços de abastecimento de água e destino adequado de dejetos.

Além de aumentar os investimentos e melhorar a qualidade do gasto, o Governo se empenhou em formular um marco regulatório para o setor de saneamento. Após um amplo processo de discussão com os diversos segmentos da sociedade civil, atuantes no setor, o Governo já encaminhou ao Congresso Nacional para aprovação, o Projeto de Lei que estabelece as diretrizes gerais e uma política nacional para os serviços públicos de saneamento básico.

6. Habitação

O Governo vem orientando suas atividades na área de habitação em duas linhas de atuação: a reestruturação institucional e legal do setor; e o incremento nos investimentos com a revisão dos programas.

No sentido de articular as ações e os recursos para habitação nos três níveis de governo e direcioná-los para o atendimento das famílias de baixa renda, foi sancionada a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), oriunda de iniciativa popular que tramitava há 13 anos no Congresso Nacional. Há que se ressaltar, também, que essa Lei é uma demanda histórica da sociedade brasileira, sendo o projeto que deu origem a esse normativo foi apresentado ao Congresso Nacional por meio de iniciativa popular.

A criação do SNHIS foi um avanço institucional para o setor e representa a possibilidade de recuperação do planejamento e organização das políticas de prioridades e investimentos. Tal medida é fundamental para estruturação da Política Nacional de Habitação, cujo projeto de lei, resultante de um processo participativo e democrático, que contou com a contribuição de diversos setores da sociedade, será encaminhado ao Congresso Nacional, em 2006.

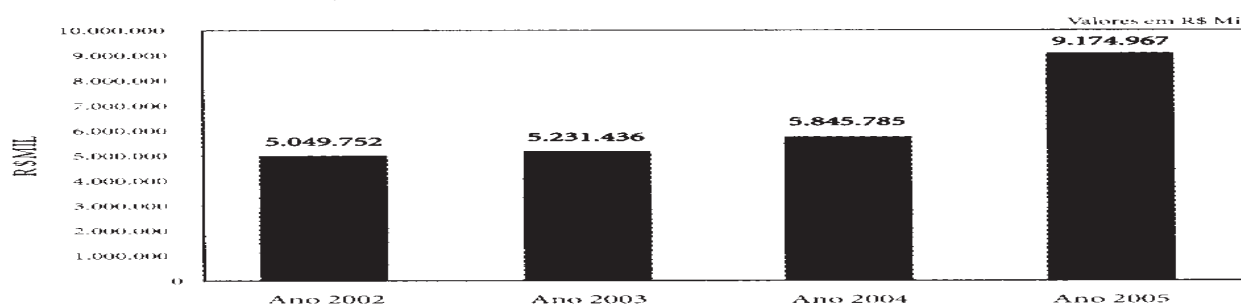
Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo SNHIS para a aplicação dos recursos do FGTS, o Conselho Curador do Fundo fez uma completa revisão nos critérios para concessão de subsídios em seus programas habitacionais, direcionando-os ao atendimento de famílias na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Passou-se a considerar a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis, de acordo com o porte e localização dos Municípios, o que potencializou as parcerias com esses entes e os Estados, ampliando o acesso à moradia dos cidadãos de menor renda. No exercício de 2005, somente com recursos do FGTS, foram alocados R\$1 bilhão em subsídios, dos quais 50% foram destinados a famílias com renda até três salários mínimos, faixa responsável por mais de 80% do déficit habitacional do País. Ademais, para contribuir na ampliação da habitação de mercado foi sancionada a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que cria mecanismos de segurança para financiamentos imobiliários e incentivos fiscais para os compradores de imóveis.

Essas medidas se somaram às alterações no direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança, adotadas pelo CMN, que impulsionaram a oferta de crédito pelos agentes financeiros para a classe média, possibilitando contratações da ordem de R\$4,2 bilhões (62% a mais de recursos em relação ao mesmo período do ano de 2004), com 49.820 atendimentos, estimulando o setor da construção civil, a geração de empregos e o aumento no número de atendimentos.

Assim, em 2005, os investimentos do Governo no setor habitacional foram marcados por um significativo incremento em relação aos anos anteriores. No total, os investimentos dos diversos programas habitacionais totalizaram R\$9,1 bilhões, beneficiando cerca de 458 mil famílias. Não obstante o crescimento do volume investido, destaca-se o seu direcionamento em favor das classes de menor renda. Houve um incremento significativo, notadamente no tocante ao número de famílias atendidas nos segmentos com renda familiar de até 5 salários mínimos. Em 2002, foram atendidas

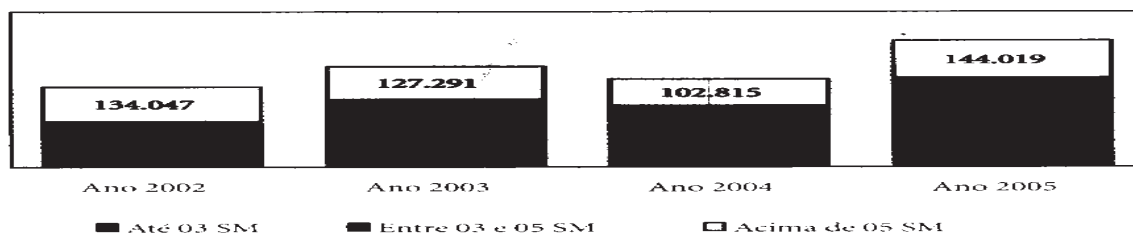
175 mil famílias, o que correspondia a 57% do total de beneficiados, ao passo que, em 2005, alcançou-se 70% de atendimentos nessa faixa de renda, o que equivale a 343 mil famílias. Para tanto, teve grande contribuição a ação de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH), que abarcou R\$433,1 milhões em 2005, beneficiando 25.239 famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos. A seguir, está demonstrada graficamente a evolução dos investimentos em habitação e o número de atendimentos por faixa de renda desde ano de 2002.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO



Fontes de Recursos: FGTS, FAF, FDS, OGU, FAF, CAIXA
Fonte de Informação: Municípios e Relatório CEF
Informações atualizadas até 31/12/05

Atendimento por Faixa de Renda



Fontes de Recursos: FGTS, FAF, FDS, OGU, FAF, CAIXA
Fonte de Informação: Municípios e Relatório CEF
Informações atualizadas até 31/12/05

7. Planejamento Territorial Urbano

A gestão da situação fundiária dos assentamentos de população de baixa renda em lotes regularizados a prevenção e contenção de riscos em assentamentos precários – normalmente distantes, sem acesso, desprovidos de infra-estrutura e equipamentos mínimos – e o estímulo à reabilitação de áreas centrais em municípios estratégicos foram objeto de ações desenvolvidas com recursos do Orçamento Federal.

Nessa linha, a campanha “Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos” representa um movimento inovador de apoio ao planejamento municipal, que mobilizou 25 estados brasileiros e já alcança, em parceria com diversos segmentos da sociedade, cada um dos 1.700 municípios que têm a obrigatoriedade de elaborar seus planos diretores, segundo o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade, base da reforma urbana e da política nacional de desenvolvimento urbano, traz os instrumentos para tornar as cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. Somente em 2005, foram empenhados R\$16,5 milhões para o apoio à implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e à elaboração de planos diretores, disponibilizando recursos a 136 municípios para a elaboração ou revisão de seus planos diretores participativos.

Em 2006, espera-se a finalização de 184 contratos firmados com municípios e estados, para apoio à elaboração e capacitação para planos diretores participativos, assim como a conclusão de cerca de mais 200 planos diretores apoiados com recursos de parcerias com outros ministérios.

O Programa Papel Passado constitui uma ação inédita que apóia a regularização fundiária de assentamentos humanos em parceria com municípios, es-

tados e entidades da sociedade civil. Em 2005, foram aplicados recursos da ordem de R\$10,4 milhões, beneficiando mais de 90 mil famílias com processos de regularização. Até o final de 2006, espera-se alcançar 910.000 famílias de baixa-renda com processos de regularização iniciados, 848.000 famílias com processos de regularização em estágio avançado, 596.000 famílias com títulos concedidos e 364.000 famílias com títulos registrados em todo o País.

8. Transporte e Mobilidade Urbana

Em 2005, foi elaborado um anteprojeto de lei do marco regulatório da mobilidade urbana. Espera-se, em 2006, o seu aprimoramento, por meio de seminários regionais com ampla participação social. Posteriormente, o projeto de lei deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, havendo a expectativa da aprovação desse importante instrumento ainda no exercício de 2006.

Diversas iniciativas inovadoras foram implementadas pelo governo na área de mobilidade urbana. No tocante aos sistemas de circulação não motorizados, merece destaque a criação do Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, que incentiva o uso da bicicleta como meio de deslocamento, promovendo sua integração aos demais sistemas de transporte urbano. Em 2005, foi financiada a construção de oito ciclovias e um projeto de ciclovia, em diversos estados.

No âmbito dos sistemas motorizados, ressalta-se o apoio do governo à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e às intervenções viárias em benefício dos sistemas já existentes. Nesse sentido, em 2005, foram apoiados 57 projetos que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para população, totalizando investimentos da ordem de R\$117 milhões. Destaque-se o empenho de R\$75 milhões, no escopo do PPI, para o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo, no trecho Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes, que irá beneficiar diretamente cerca de 1,5 milhão de pessoas carentes de serviços de transporte coletivo inseridas em sua área de influência. Em 2006, outros 15 projetos de corredores expressos deverão ser contemplados, totalizando investimento de R\$7 milhões. Além disso, há previsão de gasto de R\$1 milhão em estudos e projetos de sistemas integrados de transporte, visando racionalizar a oferta e estimular o planejamento, principalmente em grandes cidades e regiões metropolitanas.

No que tange aos sistemas metroviários urbanos, foram retomados os projetos de ampliação e implantação dos sistemas de Fortaleza – CE, Recife – PE,

Salvador – BA e Belo Horizonte – MG. Destaque-se a implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, incluído em 2005 no PPI, com aporte de recursos da ordem de R\$83,5 milhões. Assim, assegurou-se um ritmo mais adequado às obras e viabilizou-se a operação plena do trecho, ainda em 2005. Com intuito semelhante, foram empenhadas, no escopo do PPI, as dotações respectivas de R\$140 milhões e R\$100 milhões para investimentos nos sistemas de Fortaleza e Salvador. Ainda nesse setor, foi assinado convênio entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Companhia de Transportes de Salvador (CTS), formalizando a transferência do sistema de trem metropolitano e a sua gestão para a companhia municipal, seguindo o preceito constitucional de descentralização desse serviço da União para os estados e municípios.

A proposta de lei orçamentária para 2006 prevê recursos da ordem de R\$293,5 milhões para as ações de investimento em transporte metroferroviário. Tal montante permitirá grandes avanços nas obras de implantação dos sistemas de Salvador e Fortaleza, ações que compõem o PPPI, além de intervenções menores em Natal, João Pessoa e Maceió. Em Salvador, estão previstos investimentos de R\$158 milhões para dar continuidade às obras civis e à implantação dos sistemas de eletrificação e sinalização. Em Fortaleza, há previsão de investimentos da ordem de R\$124 milhões, que permitirão a continuidade dos serviços na Linha Sul e o início da modernização da Linha Oeste, entre João Felipe e Caucaia, com a remodelação da via permanente, reforma de estações e recuperação da frota de material rodante. Em João Pessoa, continuarão os serviços de recuperação dos carros de passageiros. Já no sistema de Maceió, será iniciada a recuperação da frota de carros transferidos da RFFSA.

O governo vem atuando não só nos projetos de natureza ferroviária, mas também em planos integrados de transportes, evoluindo em termos de planejamento, estudos e projetos, do coloque estritamente ferroviário para uma visão de sistemas de transporte associados ao desenvolvimento urbano e social. Assim, foi desenvolvido um projeto piloto de apoio à implantação e modernização de sistemas de transportes metroferroviários, denominado “Desenvolvimento Urbano Integrado das Áreas de Influência dos Sistemas de Transporte sobre Trilhos”, tendo a escolha de local recaído sobre a Região Metropolitana de Natal. Para 2006, está prevista a conclusão da fase de diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades para a capital potiguar e o início do desenvolvimento de projeto semelhante para as cidades de João Pessoa e Maceió.

9. Trânsito

No ano de 2005, o governo manteve seu propósito de implementar ações voltadas à estruturação e ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Ressalta-se a continuidade da implementação do Registro Nacional de Informações Interestaduais (RENAINF), já implantado nos principais estados da Federação e no Distrito Federal, abrangendo cerca de 89% da frota de veículos no País, bem como os avanços no Programa de Implantação da Municipalização do Trânsito, que integrou 212 municípios em 2005, totalizando 708 municípios integrados ao SNT.

Além disso, no âmbito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), foram discutidas e aprovadas 43 resoluções, modernizando e regulamentando a legislação de trânsito. Destaca-se em especial o término da exigência da Autorização Especial de Trânsito (AET) para bitrens de até 37 toneladas e 19,80 metros de comprimento, beneficiando proprietários de cerca de 80 mil composições, que anualmente eram obrigados a obter a autorização para cada veículo, sem que houvesse qualquer restrição de horário e de percurso.

No Programa de Capacitação para Profissionais do SNT, foram realizados 101 cursos, capacitando 3.520 técnicos e gestores de trânsito em 1.180 municípios, abrangendo todos os estados da Federação. Também, foram realizadas campanhas educativas nos mais variados temas, como Direção Defensiva e Semana Nacional de Trânsito e de Segurança.

Em 2006, além da conclusão da implantação do Renainf, espera-se: i) aprimorar a oferta de informações e melhorar a segurança, com a reformulação do Sistema Nacional de Estatísticas de Trânsito (SINET); ii) implantar a Identificação Automática de Veículos (IAV), do Programa de Inspeção Técnica de Segurança Veicular; e iii) adotar novos requisitos de segurança nos documentos do veículo e do condutor. Além disso, será implementado o Programa de Educação para a Cidadania no Trânsito e realizados o Exame Nacional de Instrutores e Examinadores e o VI Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito.

1. Política Externa

Em 2005, o Governo brasileiro continuou priorizando, em sua ação externa, a promoção da democracia nas relações internacionais, aprofundando seu compromisso com o multilateralismo, e o estreitamento das relações do Brasil com todas as regiões do globo, conferindo impulso renovado à universalidade de nossa diplomacia. Nesse sentido, o Brasil participou de forma decisiva na luta pela liberalização do comércio internacional, em prol do sucesso da Rodada de Doha, e nos esforços para a reforma do Conselho de

Segurança da ONU, de modo a torná-lo mais representativo da realidade contemporânea.

As posições assumidas pelo Brasil hoje refletem maior firmeza e ativismo nas negociações multilaterais. Essa postura firme e decidida contribuiu para a consolidação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que vem desempenhando papel central nas negociações da Rodada de Doha, sob a liderança do Brasil. O G-20 é ouvido nos fóruns internacionais e reconhecido como legítimo interlocutor do mundo em desenvolvimento, além de potencializar a cooperação sul-sul. Tal postura foi importante, também, para imprimir maior flexibilidade ao processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), levando em conta a assimetria das economias latino-americanas e o conjunto de acordos pré-existentes com países da região e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A definição das posições brasileiras resultou de debate que contou com ampla participação da sociedade civil.

A reestruturação da agenda das negociações na Alca, com a retirada da pauta negociadora de itens sensíveis para o Brasil, o fortalecimento do Mercosul, a preservação da capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento e o aumento da transparência e da participação da sociedade civil constituem conquistas recentes da diplomacia brasileira. Na IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005, Mercosul e Venezuela sustentaram não estarem dadas as condições necessárias para se lograr uma Alca equilibrada e eqüitativa. Dessa forma não foi possível o estabelecimento de um novo calendário para a retomada das negociações hemisféricas, o que deverá ocorrer apenas depois de conhecidos os resultados da Rodada de Doha da OMC.

Para o ano de 2006, o Brasil deverá continuar seguindo os compromissos supracitados. Destacam-se na agenda: i) a continuidade à política externa orientada pela integração com a Argentina e a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA); ii) a promoção de nossas exportações e a articulação de interesses com o G-20 nas negociações da OMC; iii) a mobilização de recursos para o combate à fome e à pobreza; iv) a democratização das relações internacionais e o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança; v) o aprofundamento da parceria com a Índia e a África do Sul; vi) a aproximação com outras regiões do mundo em desenvolvimento, como a África, e os países árabes e a América Central e Caribe; e vii) o desenvolvimento de nossas relações com parceiros tradicionais (EUA, Europa, Japão). Além de China e Rússia.

A América do Sul permaneceu como eixo central da política externa brasileira. Com a protocolização junto à Secretaria da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 2005, do Acordo de Livre Comércio com o Peru, o Mercosul consolidou as condições materiais para a consecução da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Além desse fato, em dezembro de 2005, o MERCOSUL acolheu a solicitação de incorporação da Venezuela como Estado Parte, a efetuar-se nos termos do Tratado de Assunção e do correspondente processo de adesão.

Em 2005, o Brasil sediou a I Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações, cuja essência é o entendimento político e a integração econômica e social da região. A parceria estratégica com a Argentina fortaleceu-se com a negociação de numerosos acordos, no contexto das comemorações de vinte anos da Declaração de Iguaçu. No mesmo espírito, buscou-se dar continuidade ao processo de fortalecimento institucional e econômico do Mercosul. Com o objetivo de melhorar as condições de competição no interior do grupo, foi criado o Fundo para Convergência Estrutural, que beneficia os sócios menores e as regiões de menor desenvolvimento; eliminou-se a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) entre os Estados Partes; e firmou-se compromisso de criar o Parlamento do Mercosul. O impulso dado pelo Governo à integração sul-americana começa a concretizar-se, tendo, inclusive, sido concluídos acordos comerciais que, na prática, estabelecem uma área de livre-comércio sul-americana, objetivo que vinha sendo perseguido há mais de dez anos.

As missões empresariais organizadas pelo Itamaraty, muitas delas acopladas a visitas presidenciais, contribuíram para o crescimento expressivo das exportações brasileiras nos últimos doze meses. O crescimento acelerado das exportações para países em desenvolvimento, que hoje respondem por mais de 50% de nossas vendas ao exterior, reflete o empenho do Governo em ampliar as relações comerciais do Brasil com os países sul-americanos, africanos, asiáticos e do Oriente Médio. No âmbito da OMC, nossas vitórias em dois importantes contenciosos – o do algodão, contra os Estados Unidos, e o do açúcar, contra a União Européia – simbolizam o novo período. Trata-se de passo importante na eliminação das graves distorções que caracterizam o mercado internacional de produtos agrícolas.

O G-20 teve participação ativa na VI Conferência Ministerial da OMC (Hong Kong, 13-18 de dezembro de 2005). Com posições tecnicamente sólidas e politicamente equilibradas, o Grupo pode articular-se com am-

pla espectro de alianças, do Grupo de Cairns ao G-90. Os resultados alcançados preservaram os interesses do Brasil e dos demais países em desenvolvimento. De acordo com os resultados de Hong Kong, espera-se a intensificação do processo negociador e da atuação política do G-20, com vistas a se alcançar um acordo satisfatório no primeiro semestre de 2006.

Em 2006, na área comercial, a atuação do Brasil seguirá pautada pelo objetivo de alcançar um acordo significativo na Rodada de Doha da OMC. A meta é assegurar efetiva abertura de mercados para os produtos brasileiros e o aperfeiçoamento das regras do comércio internacional. Seguir-se-á buscando avanços nas negociações comerciais extra-regionais do Mercosul, com vistas a assegurar o aumento e a diversificação das exportações brasileiras.

Também a África continua a receber atenção prioritária. Em 2005, foram realizadas viagens presidenciais à República dos Camarões, à Nigéria, a Gana, a Guiné-Bissau e ao Senegal; e foram recebidos no Brasil os Presidentes de Angola, da República do Congo, de Botswana, da Gâmbia, de São Tomé e Príncipe, da Nigéria, e de Cabo Verde. Em todas essas oportunidades, foram celebrados acordos e projetos que buscam reforçar as relações bilaterais, com destaque para o papel do Brasil como prestador de cooperação técnica. Foram reabertas as Embaixadas do Brasil na República dos Camarões, na Etiópia (também Representação junto à União Africana), na República Democrática do Congo e na Tanzânia. Guiné-Conacri e Guiné Equatorial iniciaram a instalação de Embaixadas residentes em Brasília.

A aproximação com os países árabes foi fortalecida com a realização da Cúpula América do Sul – Países Árabes. A iniciativa, que tem como objetivo criar novas frentes de aproximação cultural, comercial, econômica e científico-tecnológica entre as duas regiões, responde tanto à determinação presidencial de aprofundar relações com parceiros do mundo em desenvolvimento, como à premissa de que o processo de integração sul-americano é aberto e inclusivo. Deu-se início, em novembro, a negociações entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCC), com o objetivo de concluir um acordo bi-regional de livre comércio.

O Brasil tem, ao mesmo tempo, fortalecido suas relações com parceiros tradicionais, notadamente os Estados Unidos e a Europa. Realizaram-se, em 2005, importantes encontros, entre os quais as visitas dos Presidente Bush (EUA) e Zapatero (Espanha) ao Brasil e do Presidente Lula à França (no contexto do “Ano do Brasil na França”), Rússia, Portugal e Itália.

Prosseguem as negociações para um acordo de associação Mercosul-União Européia, o qual deverá aprofundar os vínculos entre as duas regiões.

Para o ano de 2006, no plano extracontinental, buscar-se-á aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento: China, Índia, Rússia e África do Sul. No segundo semestre de 2006, ocorrerá no Brasil a II Reunião de Cúpula do Fórum de Diálogo África do Sul, Brasil e Índia (IBAS). As relações com os países africanos continuarão a merecer particular atenção, estando previstas, entre outras iniciativas, visitas presidenciais à África do Sul, à Argélia, à Etiópia (União Africana) e ao Quênia. Será realizada em Salvador ali Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Estima-se que o evento reunirá cerca de 1.000 intelectuais e personalidades políticas. Prevê-se a abertura de Embaixadas do Brasil no Benin, na Guiné-Conacri, na Guiné-Equatorial, no Sudão, no Togo, em Belize, nas Bahamas e em Granada. O Brasil deverá, igualmente, dar seguimento às decisões emanadas da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Sul-americanos e Árabes. Nesse contexto, participará da Reunião de Ministros da Cultura das duas regiões, em Argel, em fevereiro; da Reunião de Ministros da Economia e Áreas Afins, em Quito, em abril; além de engajar-se na execução de projetos bi-regionais específicos, tais como a criação de portal na Internet sobre Ciência e Tecnologia, o estabelecimento da Biblioteca Árabe-Sul-Americana, e outras iniciativas de cunho cultural.

O Presidente da República participou da Cúpula de avaliação dos cinco primeiros anos da Declaração do Milênio, junto a cerca de 150 outros Chefes de Estado e Governo. O Documento Final da Cúpula traz diretrizes sobre temas centrais da agenda internacional, como desenvolvimento, direitos humanos, paz e segurança internacionais, e fornece orientações sobre a reforma das Nações Unidas. Outro acontecimento importante em 2005 foi o fato do Brasil ter quitado sua dívida com as Nações Unidas, eliminando a inadimplência de mais de dez anos.

No que se refere à reforma do Conselho de Segurança, ganhou terreno a concepção defendida pelo Brasil, favorável a novos membros permanentes, entre os quais países em desenvolvimento. Também foi perceptível a crescente aceitação da candidatura brasileira a assento permanente num Conselho reformado. Entre os meses de abril e maio de 2005, foram enviados 27 emissários especiais, portando mensagens do Presidente da República, a 104 países de todas as regiões do mundo, com prioridade para América Latina e Caribe, África, Ásia, Pacífico e Leste Europeu. Em setembro, foram enviadas oito novas missões a 28 países de vá-

rias regiões da África. Em alguns casos, tratou-se da primeira visita realizada por autoridade do Governo, o que permitiu o fortalecimento das relações bilaterais em áreas onde a presença brasileira era menos ativa. O Brasil encerrou, em 31-12-2005, seu nono mandato como membro eletivo do Conselho de Segurança. Nos dois últimos anos presentes no órgão, o Brasil teve destacada atuação em diversos temas, como Guiné-Bissau, Timor-Leste e Haiti.

O Brasil continuou a liderar os esforços de mobilização para a identificação de fontes inovadoras de financiamento do combate à fome e à pobreza. Em Davos, no G-8 e no Plenário das Nações Unidas, o Brasil propôs um fundo mundial contra a fome, com adesão imediata de 60 Chefes de Estado e apoio de outros 140. Junto com os cinco países que patrocinam a iniciativa (França, Chile, Espanha, Alemanha e Argélia), o Brasil vem trabalhando para o aprofundamento da discussão, O lançamento de projeto-piloto de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas deverá demonstrar a viabilidade de esquemas de taxaço internacional na geração de recursos adicionais, em bases estáveis e previsíveis, para o combate à fome e à pobreza.

Nas Nações Unidas, a candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança e a maior participação dos países em desenvolvimento continuarão a ser defendidas, com vistas a revitalizar e democratizar o sistema multilateral. O Brasil continuará também a promover a discussão sobre fontes inovadoras de financiamento do combate à fome e à pobreza.

A colaboração do Brasil para a reconstrução do Haiti colocou o País num novo patamar no cenário internacional. O bom desempenho das tropas e do comando militar brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), aliado ao amplo leque de cooperação técnica prestada, projeta o Brasil como importante parceiro regional do Haiti, em particular, e dos demais países que integram a Comunidade dos Estados do Caribe, em geral. O Presidente do Brasil foi o único Chefe de Estado sul-americano presente à Reunião entre Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana, em setembro, na Guatemala. A importância do Brasil para a região vem-se materializando no formato de missões interdisciplinares de cooperação técnica ao Caribe. Em 2005, iniciou-se processo de abertura de Embaixada residente nas Bahamas e em Belize. Barbados e Jamaica anunciaram intenção de abrir Embaixada residente no Brasil.

Na área cultural, o Brasil continuará priorizando a América do Sul. Estão previstos, também, um Festi-

val de Dança no âmbito do Foro Ibas e os mencionados projetos com os países árabes. Serão realizados, também, grandes eventos em países desenvolvidos com os quais o Brasil mantém tradicionais relações de amizade, tais como a “Copa da Cultura” na Alemanha e a exposição itinerante “Tropicália”, em 2006.

No âmbito da cooperação técnica multilateral, estão em execução 450 projetos nas mais diversas áreas, entre as quais: i) o combate à pobreza rural e urbana; ii) a qualidade da educação e saúde pública; e iii) a administração pública e o meio ambiente. Além disso, o País recebeu cooperação técnica em parceria com os Governos do Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, Países Baixos, Estados Unidos, Itália e Espanha. Em 2005, um total de 310 projetos e atividades, que internalizaram US\$86 milhões de recursos externos, sem contrapartida, consolidaram importante mecanismo de transferência de tecnologia.

Em 2006, o Brasil deverá participar da primeira reunião do Fórum de Governança da Internet, na Grécia, e continuará a contribuir ativamente para a consolidação de um regime do espaço cibernético multilateral, transparente e democrático.

Será realizada em março, em Curitiba, a VIII Conferência das Partes na Convenção de Diversidade Biológica e a III Reunião das Partes no Protocolo sobre Biossegurança.

O tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre cooperação de longo prazo na utilização do Veículo Lançador Cyclone-4, no Centro de lançamento de Alcântara (CLA), promulgado em 28 de abril de 2005, estabelece a criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, responsável pela construção, desenvolvimento e operação do sítio de lançamento do foguete Cyclone-4 para prestação de serviços de lançamentos a clientes comerciais e aos programas espaciais do Brasil e da Ucrânia. Com capital previsto de US\$105 milhões, com participação de 50% para cada parte, aguarda-se a conclusão dos termos do Estatuto que regerá a Empresa binacional. Isto permitirá o início imediato dos trabalhos da Alcântara Cyclone Space, que colocará, em breve, o Brasil no bilionário mercado internacional de lançamento de satélites, restrito hoje a um seleto grupo de países.

Em relação às comunidades brasileiras no exterior, elas atingem 4 milhões de pessoas. Ciente da importância de assegurar apoio e garantir a assistência a esses cidadãos brasileiros, o Governo ampliou os “Conselhos de Cidadãos” junto às Embaixadas brasileiras e a ação de “Missões Consulares Itinerantes”, para atendimento às comunidades brasileiras que residem fora da sede dos postos consulares. Foram abertos sete novas embaixadas e cinco novos consulados, em

Genebra, Atlanta, Paris, Beirute e Iquitos, além do Vice-Consulado em Puerto Ayacucho (Venezuela).

Em 2005, continuaram sendo negociados acordos de isenção de vistos de turistas, facilitando a circulação de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil. Negociaram-se também acordos de regularização migratória com o Suriname e a Bolívia, ambos em vigor, e que permitem a regularização da residência de migrantes brasileiros naqueles países e de bolivianos e surinamenses no Brasil.

Em 2006, serão implantados novos passaportes e documentos de viagem, dentro dos novos padrões internacionais, associados a um sistema de controle de documentos de viagem, que contemplará a informatização do processo de solicitação, emissão e controle dos documentos de viagem e do processo de obtenção de vistos em passaportes estrangeiros, além das atividades relacionadas ao processo de emissão daqueles documentos, tais como o controle de emolumentos consulares e consultas estatísticas e gerenciais sobre os documentos de viagem e vistos.

2. Soberania

O Governo tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

Em 2005, o Governo, por intermédio do Ministério da Defesa, apresentou à sociedade a Política de Defesa Nacional (PDN), documento condicionante de mais alto nível de planejamento de defesa, e que tem por finalidade estabelecer os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores civil e militar, em todas as esferas do Poder Nacional. A PDN anterior datava de 1996 e já não mais se adequava às necessidades do País.

Em 2006, deverá ser concluída a revisão da “Política Militar de Defesa” e da “Estratégia Militar de Defesa”, documentos que delinearão a arquitetura militar que o País requer, a fim de atender as suas demandas nessa área nas próximas décadas.

Na Amazônia, o Exército Brasileiro deu continuidade à transferência da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, de Niterói/RJ para São Gabriel da Cachoeira/AM, o que aumentará o efetivo militar na região em cerca de 2.400 homens. Prevê-se para o final de 2008 a transferência e implantação definitiva dessa unidade de selva.

Para 2006, o Comando do Exército dará prioridade à ativação de unidades militares nas fronteiras amazônica e sul do País. Entre outras ações, está prevista a

completa desativação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, no Rio de Janeiro, por meio da transferência de seus meios para o reforço da Região Sul do País.

Ainda com esse objetivo, parceria entre o Ministério da Defesa e os Ministérios da Saúde e da Educação incentivou profissionais da área de saúde a prestarem o serviço militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada à distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de residência médica em medicina comunitária e de médico da família. O grupo de profissionais envolvidos no programa é composto de 1.071 efetivos, contemplando médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários de várias especialidades.

Foi ampliada a área de abrangência do Programa Calha Norte, que passou a contemplar a Ilha de Marajó (16 Municípios) e os Estados de Rondônia (27 Municípios) e Acre (22 Municípios). Dessa forma, o Calha Norte, anteriormente com 74, agora cobre 151 Municípios, sendo 95 deles na faixa de fronteira, em seis Estados da Federação, com uma população de cerca de 5.300.000 pessoas, aí incluindo 30% da população indígena do Brasil. Ao final de 2005, foram celebrados 43 convênios com Municípios integrantes do Programa Calha Norte, atingindo cerca de R\$60,2 milhões. Esses recursos permitirão atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saneamento básico e infra-estrutura em 21 Municípios carentes. Para 2006, estão reservados cerca de R\$40 milhões, destinados a obras de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região.

Por sua vez, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi concluído, em julho de 2005, antes do término do prazo contratual e com economia superior a US\$50 milhões do valor financiado. A implementação do SIVAM propiciará uma nova era no trabalho integrado das instituições governamentais no monitoramento da Região Amazônica.

Foi intensificada a realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Além disso, essas operações foram sempre direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Ressalte-se, ainda, que nessas operações os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas foram intensivamente testados, relativamente aos seus atributos de segurança e efetividade. Para 2006, estão previstas diversas operações militares, pelos diversos comandos militares.

No tocante às obras de engenharia militar, em 2006 estão previstas a terraplanagem do novo aeroporto de Natal – RN, a restauração da BR-343 – PI, conservação da BR-163 – PA, a pavimentação da rodovia MT-040–MT-361, a implantação da BR-030 – MG, a recuperação do porto de São Francisco do Sul, a construção do trevo da BR-050 X BR-262 – MG e a revitalização da BR-381/MG.

No âmbito internacional, as Forças Armadas brasileiras foram convidadas a manter sua participação nas missões de paz no Timor Leste e no Haiti. Após seis anos de atividades e com os objetivos de apoio e pacificação plenamente alcançados, foi encerrada a participação brasileira na Missão de Apoio da ONU ao Timor Leste, com o retorno ao País do 13º contingente de 125 militares, permanecendo ainda alguns observadores brasileiros para acompanhar a evolução do processo de estabilização daquele país irmão. No Haiti, o Brasil participa da missão da ONU com um efetivo de 1.200 militares, representando um dos maiores efetivos entre os países contribuintes. Além desses efetivos, a Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, participando com 150 militares, tem apoiado o governo do Haiti em obras de infra-estrutura, compreendendo recuperação e construção de estradas, pontes e equipamentos públicos de uma forma geral.

Em 2006, o Brasil ainda se fará representar em Missões da Organização das Nações Unidas, tais como na de Observadores em Prevlaka – Croácia e em Chipre.

Em 2005, 88.888 jovens foram selecionados para cumprir o serviço militar obrigatório. O Plano Geral de Incorporação, relativo ao ano de 2006, prevê a prestação do serviço militar inicial por cerca de 57.000 jovens na faixa etária de 19 anos.

Em 2005, 24.775 jovens receberam formação profissional no âmbito do Programa Soldado-Cidadão, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com suporte das Forças Armadas, em apoio ao Programa Primeiro Emprego.

O Projeto Rondon foi retomado em janeiro de 2005, depois de permanecer desativado por 14 anos. Foram realizadas três operações nos Estados do Acre, Amazonas e Minas Gerais. Participaram dessas operações 700 estudantes universitários de diversas instituições de ensino superior do País, em 40 municípios brasileiros. A missão do Rondon é levar, durante o período de férias escolares, estudantes universitários a regiões carentes do País, possibilitando a esses jovens brasileiros o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária.

Merece destaque, também, a ativação das linhas do Correio Aéreo Nacional (CAN) no Acre e ao longo

dos rios Juruá e Purus, levando apoio às comunidades carentes e integrando, cada vez mais, o nosso território e o nosso povo.

Subsidiariamente a essa atividade, já foram realizados mais de 10.000 atendimentos médicos e odontológicos àquelas populações. Para 2006, pretende-se priorizar o atendimento e o apoio a essas comunidades carentes. Além das linhas nacionais, foi reativada a primeira linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevideú, contribuindo para a integração na área do Mercosul e para a aproximação dos países sul-americanos.

Também cabe mencionar a criação de três bases aéreas no arco amazônico, em São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé e Vilhena. Essas bases aumentarão a presença da Aeronáutica e do Estado brasileiro na região, trarão desenvolvimento e possibilitarão uma maior vigilância e controle de nosso espaço aéreo próximo à fronteira oeste.

No âmbito da construção naval, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro prossegue na construção da corveta “Barroso” e do 4º submarino nacional, o “Tikuna”, lançado ao mar em 2005. Também foram finalizadas as obras de modernização na primeira das seis unidades das Fragatas da classe “Niterói”.

A Marinha do Brasil prevê, a partir de 2006 e com prazo de quatro anos, iniciar o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). Contempla a modernização das fragatas classe “Niterói” a mencionada continuidade da construção do submarino “Tikuna” e da corveta “Barroso”, a modernização dos submarinos da classe “Tupi”, a revitalização do Arsenal da Marinha e a continuidade do Programa Nuclear da Marinha.

De forma segura e gradativa, o Programa Nuclear da Marinha vem inserindo o Brasil no reservado conjunto de países capazes de produzir combustível a partir da tecnologia nuclear. No projeto de desenvolvimento do ciclo de combustível, a tecnologia de enriquecimento de urânio está dominada e, como resultado, a Marinha do Brasil está construindo ultracentrífugas para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB). No projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LAB-GENE), atingiu-se cerca de 61% do andamento físico, com conclusão programada para os próximos dez anos. Essa instalação servirá de base e de laboratório para qualquer outro projeto de reator nuclear no Brasil, contribuindo como alternativa para a matriz energética nacional.

Recursos foram investidos na implantação do Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea, destinados à aquisição e modernização de 124 aeronaves de diversas categorias. Ainda prossegue a mo-

dernização da frota de aviões, que inclui a substituição dos Mirage, a incorporação de novos supertucanos, aviões de patrulha e de transporte e a modernização das aeronaves AM-X e F-5.

Em 2006, no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), prevê-se a entrada em operação das aeronaves AL-X (supertucanos), produzidas pela Embraer, a modernização das aeronaves F-5, o projeto de modernização das aeronaves AM-X, a aquisição das aeronaves de transportes CL-X e a modernização das aeronaves P-3, destinadas ao patrulhamento do nosso território.

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) deu continuidade aos projetos dos veículos de sondagem. O VSB-30 foi qualificado, em junho de 2005, para lançamentos a partir dos centros europeus. Foi assinado contrato com a Agência Espacial Russa para a análise da documentação dos processos de construção, ensaios e operação do Veículo de Lançamento de Satélites (VLS). Atualizou-se o Projeto Básico da Torre Móvel de Integração do VLS-1, que atualmente encontra-se em licitação para construção.

O Exército brasileiro, além da renovação gradual dos seus meios, iniciou a implantação de quatro novas brigadas – a de Infantaria de Selva, a de Forças Especiais, a de Garantia da lei e da Ordem e a de Forças de Paz.

1. Articulação com a Sociedade Civil

O governo tem adotado como método o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Essa interlocução permanente e qualificada permite que a sociedade passe a ser protagonista na formulação de políticas públicas, e não apenas instância consultiva, opinativa ou de fiscalização.

Em 2005, o governo realizou 412 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. O Presidente da República tem participado diretamente desse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso, sendo que nesse período foram realizados 98 encontros do Presidente com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional. Destacam-se os encontros com as centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

Também são exemplos dessa nova orientação as centenas de encontros, reuniões e eventos realizados por ocasião das visitas do Presidente da República aos 26 estados brasileiros. Nessas ocasiões, o governo vem colhendo importantes subsídios para implementação e aperfeiçoamento de programas e políticas públicas, ouvindo e incorporando sugestões da população diretamente beneficiada. Em 2005, foram realizados 133 viagens e eventos nas várias regiões do País, nos quais foram mantidos contatos com entidades e movimentos sociais locais, regionais e nacionais.

A sociedade pode se expressar em várias mobilizações como no Grito da Terra, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida, nos eventos organizados pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária, bem como nas mobilizações decorrentes da estiagem da região Sul. Ainda, em 2005, foram realizadas nove conferências que mobilizaram a sociedade civil e o governo, e em muitos casos, envolveram também estados e municípios.

Por meio do diálogo e da negociação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, foi possível criar e consolidar o Plano Safra 2003/2006, já em andamento, disponibilizando R\$9 bilhões para a agricultura familiar. Na elaboração do plano houve uma ativa participação do Consea.

A partir da consolidação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal, avançou-se em pontos relevantes da política salarial e funcional. Ainda na área trabalhista, houve importantes negociações com as centrais sindicais na definição do salário mínimo e da correção da tabela do imposto de renda dos assalariados, bem como na reforma sindical. Nesse âmbito, foi criada, em agosto de 2005, a Comissão Quadripartite, cuja composição plural (empresários, trabalhadores, aposentados e representantes dos três níveis de governo) demonstra espaço para o diálogo e intenção de fazer da valorização do salário mínimo uma política de estado e não apenas de governo. Outra iniciativa foi a participação do Governo nas audiências públicas sobre o Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco e sobre o desenvolvimento de políticas públicas para as áreas de segurança, integração nacional e radiodifusão comunitária.

Outra ação importante é a coordenação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM),

instituído em 2005 com a finalidade de reconhecer, estimular e difundir ações e projetos que contribuam para que o País atinja as metas de desenvolvimento estabelecidas pela ONU, a serem alcançadas até 2015. O prêmio é uma iniciativa do governo em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram recebidas 920 inscrições de iniciativas em todo o País e selecionadas 27 por um júri de renomados especialistas.

Em 2006, o governo continuará consolidando e fortalecendo a relação entre o estado e a sociedade civil de forma a ampliar os espaços de intervenção cidadã na formulação das políticas públicas. Os canais de participação social, como as conferências, mesas de negociação, os conselhos de direitos, fóruns, ouvidorias, mantidos pelos diversos ministérios e secretarias especiais do Governo Federal continuarão a funcionar como importante instrumento para a construção das políticas públicas. Será também dado prosseguimento às discussões para a efetivação de mecanismos de acompanhamento dos programas do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

De forma a aprofundar o diálogo com a sociedade civil, prevê-se em 2006 a qualificação de gestores públicos para uma política de participação social, por meio de atividades de formação com as principais escolas de governo, seja em forma de capacitações de curta duração, seja na formação de gestores públicos.

a) Diálogo Internacional

Outro fato marcante ocorrido no Governo Lula foi ampliação de espaços para que os movimentos sociais brasileiros participassem ativamente de negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul, entre outros. Isso possibilitou incluir na dinâmica das negociações a visão da sociedade civil na sua pluralidade, além determinar significado a abertura de espaço inédito a setores tradicionalmente sem voz, como a agricultura familiar, no caso das negociações de salvaguardas.

Para fortalecer o Mercosul, por meio de maior participação cidadã, o governo, em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul, promoveu os “Encontros com o Mercosul”, um ciclo de seminários que reuniu, em 2005, mais de 1.500 representantes de vários setores da sociedade civil e autoridades locais em Recife, Salvador, Belém e Belo Horizonte. Em 2006, o Brasil assume a presidência **pro-tempore** desse Mercado Comum e será dado prosseguimento ao fortalecimento do conceito de Mercosul Cidadão, visando maior participação da sociedade civil no bloco. Entre outras iniciativas, continuarão a ser realiza-

dos encontros e seminários de debate para lideranças de movimentos sociais e populares, organizados em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul. Outra atividade de destaque foi a participação expressiva de representantes do Governo brasileiro nos Fóruns Social Mundial em Porto Alegre e em Bombaim, na Índia. Por sua vez, na 2ª fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação da ONU, ocorrida na Tunísia, o Governo esteve presente no **stand** “Casa Brasil” e apresentou projetos de inclusão digital e cultura digital como os Telecentros, os Pontos de Cultura, o Computador para Todos e a urna eletrônica brasileira. Em parceria com a ONG Software Livre Brasil, foi apresentado o livro **Desafios de Palavras na Sociedade da Informação**, escrito em quatro idiomas por diversos ativistas e intelectuais de **software** livre dos cinco continentes.

No âmbito da Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), cuja coordenação é do Governo brasileiro, iniciou-se a Primeira Rodada de Consultas Estratégicas para a construção da Visão Estratégica Sul-Americana. A partir da deliberação da IV Reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA, da qual participam ministros de planejamento e de infra-estrutura dos 12 países, foi firmado compromisso entre os países de construir uma abordagem estratégica que forneça uma visão de longo prazo para a integração regional. No Brasil, foram realizadas, em 2005, uma oficina nacional e duas oficinas regionais com ampla participação da sociedade. Em 2006, o Brasil assume a presidência **pro-tempore** da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e o governo dará continuidade aos debates sobre a integração física, energética, de transporte e comunicações entre os países, além da consolidação do processo de construção da visão estratégica sul-americana.

Outra marca do diálogo internacional foi a inserção do eixo social no calendário do Ano Brasil na França, quando mais de 200 lideranças francesas e brasileiras puderam discutir modelos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável, a função social da cidade, economia solidária, segurança alimentar e os novos mecanismos para financiar o desenvolvimento.

Como membro e fundador do grupo intergovernamental Ação Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Presidente Lula na Assembléia da ONU, em 2004, e composto pelos governos da França, Espanha, Chile, Alemanha, Argélia e Brasil, o governo continuará, em 2006, a mobilizar as entidades da sociedade civil nacional e internacional em relação às propostas elaboradas nesse fórum, tais como as taxações inter-

nacionais para o combate à pobreza extrema, dentro do objetivo de alcançar as metas do milênio até 2015.

Foi intensificado o contato do Governo como mundo acadêmico, o movimento sindical e com intelectuais dos Estados Unidos, a partir de encontros com essas lideranças. Com ênfase na questão dos migrantes brasileiros, ocorreram encontros com comunidades de brasileiros nos Estados Unidos e em Portugal.

O governo continuará a envolver a sociedade civil brasileira na agenda internacional do Presidente da República. Ao mesmo tempo, será mantido o diálogo permanente com a sociedade civil mundial sobre a situação do Brasil, as ações do governo e as novas faces da globalização; o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais; as inovações da sociedade mundial da informação e conhecimento; e as propostas da Ação Global contra a Fome e a Pobreza, entre outras.

2. Articulação Federativa

A continuidade e o aperfeiçoamento do diálogo federativo entre União, estados e municípios constituiu-se em uma ação permanente do governo, que tem adotado uma série de iniciativas objetivando o fortalecimento da Federação e, dentro dela, o papel dos municípios.

Dentre essas iniciativas, merece destaque o amplo processo de mobilização e capacitação de equipes dos governos municipais para a elaboração dos Planos Plurianuais municipais (PPA). Esse processo envolveu os secretários de Planejamento e de Administração dos Estados, além das entidades representativas dos municípios, dos tribunais de contas estaduais e governos municipais. Como resultado do processo, obteve-se intensa mobilização dos prefeitos para a importância do PPA municipal e para o conceito de planejamento territorial integrado – reforçando a articulação federativa por meio dos Planos Plurianuais da União, dos estados e dos municípios.

As ações que fortalecem o município, como ente federado, têm sido desenvolvidas com a consciência de que existem contenciosos federativos, como a expressão das desigualdades regionais e assimetrias entre os entes federados. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por exemplo, vem instituindo mecanismos e instrumentos de definição e implementação de políticas públicas, com ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo e no envolvimento dos estados, municípios e sociedade civil. Tal iniciativa vem fortalecendo a integração, a racionalização de ações e o incentivo à participação

social nas decisões, na implementação e no controle das políticas públicas.

Com os estados e o Distrito Federal, vem-se consolidando o relacionamento com as representações oficiais dessas unidades em Brasília, e incentivando o diálogo em diversas questões, como o papel dos entes federativos na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento econômico com equidade social, assim como a execução compartilhada de programas de investimento em infra-estrutura econômica e social de interesse mútuo. O programa Bolsa-Família é caso emblemático de um programa desenvolvido após amplas negociações entre União, estados e municípios.

3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) vem ampliando, de forma inédita, os espaços de interlocução do governo com a sociedade. A perspectiva e a capacidade de definir os grandes rumos do País de forma compartilhada encontram-se em franca evolução. O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de governo e assumidos pela sociedade. No CDES, trabalhadores, empresários, movimentos sociais e personalidades de reconhecida competência e liderança nas suas áreas de atuação discutem em posição de igualdade questões fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

O reconhecimento desse espaço se traduz na presença e compromisso dos conselheiros nas atividades do CDES. Mais que ouvir e falar ao governo, os conselheiros ouvem uns aos outros, forjando novas sínteses, abrindo possibilidades de entendimento. O debate sincero, o processo de esclarecimento entre diferentes, o diálogo ativo em prol do interesse coletivo e a proposição legítima ao Presidente da República são a essência do CDES e o resultado maior que ele pode apresentar à sociedade.

As contribuições do CDES aumentaram a qualidade e legitimidade das ações de governo, avançou-se na construção do processo de diálogo entre os conselheiros, entre conselheiros e ministros e/ou representantes do governo. Os diálogos em torno de temas fundamentais para o desenvolvimento do País produziram resultados concretos, encaminhamentos e políticas públicas. Em 2005, o CDES realizou quatro reuniões plenárias, nas quais debateu os temas Oportunidades de Desenvolvimento para 2005; Micro e Pequena Empresa, Autogestão e Informalidade; Composição do Conselho Monetário Nacional; Aprovação

da Agenda Nacional de Desenvolvimento; Desindexação da Economia; e Segurança Pública e Cidadã. O Grupo de Acompanhamento das Políticas Sociais (GAPS) realizou três reuniões sobre a criação do Observatório Social da Equidade. No Plenário do CDES foram aprovadas diversas matérias, como a Agenda Nacional de Desenvolvimento e a Moção sobre Reforma Política.

A perspectiva do CDES, para 2006, é de se consolidar como **lócus** privilegiado de diálogo social, de tratamento hábil dos contraditórios e de construção de sínteses unificadoras que atendam aos interesses maiores do governo e da sociedade brasileira.

O processo de diálogo social iniciado pelo Governo Lula gerou frutos importantes que comprovam seu processo de amadurecimento e a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) é um produto concreto desse processo. O compromisso com o Brasil, a disposição em dedicar tempo e esforço intelectual, o desprendimento e a capacidade de diálogo dos conselheiros fez possível essa construção coletiva com o potencial de vir a ser considerada uma referência histórica. A AND é, também, um marco nas relações Estado-Sociedade e um exemplo de participação democrática nos processos de governo.

O CDES irá, ainda, atender ao chamado para ampliar sua participação em outros conselhos econômicos e sociais, no debate mundial sobre instrumentos e instâncias de diálogo social como elemento importante para o desenvolvimento nacional e para a superação de conflitos. Nesse contexto, o CDES assume a sua vocação de liderança para a disseminação da cultura do diálogo social na América latina, num momento em que se espera a consolidação de várias instituições de diálogo social no hemisfério latino-americano. Torna-se possível, inclusive, como desdobramento dessa nova situação, a criação de instâncias regionais de diálogo social.

O CDES vem atuando, também, na disseminação e na difusão da cultura do diálogo, por meio de diálogos regionais, ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico e social que permite estabelecer interlocução entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, num dado território do País.

4. Conferências Nacionais e Encontros

As conferências nacionais realizadas neste governo garantiram a participação e a influência decisiva da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas. Além da participação dos delegados nacionais, há que se considerar a realização das conferências preparatórias em diversos municípios e estados, o que propiciou o aprofundamento da descentralização, o fortalecimento da democracia e

a emergência de novos atores sociais na gestão das políticas públicas.

Em 2005, foram realizadas as seguintes conferências:

- i) II Conferência das Cidades;
- ii) II Conferência Nacional de Meio Ambiente;
- iii) VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- iv) I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- v) I Conferência Nacional de Cultura;
- vi) III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador;
- vii) III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (III CNCTI);
- viii) V Conferência Nacional de Assistência Social;

ix) Encontro Nacional dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADS).

Estão previstos para 2006 as seguintes conferências nacionais e encontros:

i) II Conferência Nacional do Esporte: será realizada em Brasília no período de 4 a 7 de maio, com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”;

ii) 1º Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva (CONBIDE): será realizado em Brasília no período de 25 a 28 de abril, com o objetivo de catalisar esforços e iniciativas de pesquisadores e instituições brasileiras vinculadas à informação e documentação esportiva, fortalecendo a interlocução da comunidade acadêmica e de gestores esportivos com seus congêneres internacionais;

iii) I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: será realizada em Brasília, de 12 a 15 de maio, com o tema central: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”. É a primeira vez que o Governo brasileiro convoca uma conferência nacional para deliberar sobre o futuro da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada desde 1989;

iv) I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: será realizada nos dias 23 a 26 de maio e terá o tema “Construindo a Rede de Proteção de Defesa da Pessoa Idosa”. O objetivo geral é definir as estratégias para implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. A iniciativa é inédita e reunirá cerca de 500 pessoas, entre especialistas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais de todo o País;

v) II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: ocorrerá no mês de março de 2006, consolidando a organização do setor e o diálogo com a sociedade

civil organizada, e será organizada pelo Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE);

vi) I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que ocorrerá em abril de 2006. Trata-se de iniciativa inédita, esperada há anos pelos povos indígenas; e

vii) X Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que reunirá ativistas e representantes de organizações governamentais e não-governamentais.

a) Encontros, Seminários e Outros Eventos

Outros eventos e iniciativas ocorridas, em 2005, buscaram fomentar o debate sobre temas de interesse nacional, incentivando a participação e a influência decisiva da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas. Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento da democracia, propiciando e consolidando a emergência de novos atores sociais na gestão das políticas públicas.

Na área de segurança alimentar e assistência social, destaca-se a atuação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), iniciativa de promoção do desenvolvimento local de caráter microrregional em áreas periféricas do País, que enfatiza a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda como estratégia principal para emancipação socioeconômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza. O Consad constitui mais uma modalidade eficiente de cooperação entre o Poder Público e a sociedade civil. Estão em fase de consolidação e constituição jurídica 40 Consad, envolvendo 562 municípios, em 26 estados.

No Seminário Nacional “a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social”, foram discutidos aspectos conceituais e operacionais com sessenta especialistas de universidades brasileiras públicas e privadas. Também, em 2005, após ampla discussão com a sociedade civil, foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa aprovação possibilitou a regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no que se refere à gestão e financiamento do sistema, outros eventos, ainda no âmbito do SUAS, foram o Seminário Nacional “Construindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Perspectiva do SUAS”; a 1ª Oficina Nacional sobre Gestão da Informação em Assistência Social; e as Teleconferências, realizadas com o objetivo de promover a disseminação de informações e orientações quanto às alterações e procedimentos relativos à sistemática de transferência de recursos federais fundo a fundo, para o co-financiamento dos serviços socioassistenciais de ação continuada.

No contato com a sociedade civil organizada, entre eventos e iniciativas destacam-se também: **i)** o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, que permitiu o diálogo interinstitucional e entre diferentes áreas de políticas públicas, contribuindo para a construção dessas políticas de forma democrática; **ii)** o Seminário Nacional Políticas Públicas para Culturas Populares, que objetivou elaborar uma pauta nacional das Culturas Populares; **iii)** o III Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do Sipec, que contou com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e **iv)** a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), que acompanha ações governamentais e não-governamentais para a erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente, além de ser responsável pelo monitoramento do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Por fim, outra forma de diálogo são as consultas públicas. Em 2005, aconteceu a Consulta Pública para a Nova Lei de Estrangeiros e deu-se continuidade, entre outras, às Consultas Públicas do Plano BR-163 Sustentável, que à exceção das representações indígenas, que contarão com três consultas públicas específicas, abrangeu a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos.

As ações desenvolvidas pelo governo na área de gestão têm como objetivos principais promover melhorias na gestão pública; aumentar a qualidade dos gastos governamentais; e estabelecer instrumentos mais adequados de gerenciamento e avaliação de resultados. Os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão são: a busca da eficiência na aplicação de recursos públicos; o uso intensivo da tecnologia da informação; o aumento da transparência; a valorização dos servidores públicos; a modernização da gestão; a melhoria do atendimento ao público; o combate à sonegação e à evasão fiscal; e a intransigência com a corrupção e o resgate da ética.

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Os processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo, foram otimizados, com o objetivo de alcançar melhorias na qualidade das compras e dos serviços contratados, além da ampliação da transparência e do controle social. O pregão eletrônico é a forma mais econômica de aquisição, porque funciona como um leilão reverso – vence quem oferecer o melhor preço. Em 2005, o crescimento da utilização dessa modalidade foi 204% superior em relação ao ano anterior, e o montante de

recursos utilizados foi da ordem de R\$478 milhões, contra R\$147 milhões em 2004.

Essa ferramenta além de conferir maior celeridade aos processos licitatórios, em relação às demais modalidades, tem viabilizado uma economia de 29% nas compras realizadas pelo setor público. A partir do Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, foi estendida para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, quando da celebração de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

A aquisição de bens e serviços de uso comum, em 2006, será feita na quase totalidade por meio do pregão presencial e do pregão eletrônico, resultando em redução da despesa pública e com o incremento da transparência no processo de aquisição.

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) já está funcionando, a partir de 2005, em vários órgãos da administração pública federal, e deverá ser utilizado por todos os órgãos, inclusive autarquias e fundações, e contribuirá para a transparência, racionalização e economia de recursos na realização de viagens.

Criado em 2005, o PPI tem por finalidade desenvolver um padrão diferenciado de investimento público. Novos paradigmas de gestão, coordenação, planejamento e controle foram adotados, tendo como objetivo superar as dificuldades históricas de execução de investimentos e melhorar a qualidade da alocação dos recursos públicos disponíveis. Foram garantidos os recursos necessários a execução de investimentos nas rodovias mais importantes do País, para o comércio exterior, nos principais portos, nos metrô de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador, na Ferrovia Norte-Sul (trecho Aguianópolis–Araguaína), em perímetros públicos de irrigação que serão concedidos à iniciativa privada, na estruturação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos na região do Semi-árido, na modernização dos sistemas de administração das receitas fiscal e previdenciária, na modernização do sistema nacional de meteorologia, no Centro de Desenvolvimento de Biotecnologia da Amazônia e nos estudos de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e de gás natural. Para o monitoramento do PPI – atualmente integrado por 138 projetos – foi desenvolvido mecanismo de gestão de contratos pertinentes a cada projeto com vistas a acelerar e maximizar a alocação dos recursos.

Dessa forma, a execução desses investimentos tem monitoramento intensivo do governo, de forma a

propiciar tempestividade nas decisões, em especial na eliminação de gargalos e na garantia de liberação de limites orçamentários e financeiros. Como resultado, em 2005, a emissão de empenhos foi superior a 99%, atingindo R\$3,58 bilhões. Em consequência, a execução física efetiva em 2006 deverá ser elevada, com forte impacto na logística do País, pela combinação de obras em andamento do PPI 2005 com as obras do PPI deste exercício.

Com a aprovação das Parcerias Público Privadas (PPP), o governo vem trabalhando para viabilizar a implementação de projetos de infra-estrutura que tenham alto impacto na competitividade da produção nacional e na eliminação de gargalos logísticos em corredores estratégicos de exportação. Foi instituído o Comitê Gestor, responsável por autorizar a licitação das PPP federais, formado pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e Casa Civil, e autorizada a integralização de cotas do Fundo Garantidor das PPP (FGP), no valor aproximado de R\$4 bilhões em ações, a ser gerido pelo Banco do Brasil.

Em 2006, serão lançados os editais de cinco projetos de Parceria Público-Privada – a continuidade da Ferrovia Norte-Sul, a BR 116/BR 324, o Ferroanel São Paulo, a Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava e o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

A evolução dos investimentos nas estatais manterá, em 2006, sua curva ascendente. Em 2002, os investimentos totais das estatais ficaram em R\$19,0 bilhões, em 2003 R\$21,8 bilhões, em 2004 R\$24,8 bilhões e R\$35,5 bilhões estão programados para 2005. Em 2006, a projeção é de R\$41,7 bilhões, contribuindo substancialmente para o crescimento da economia nacional.

No âmbito da captação de recursos externos com Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais, em 2005, o governo adotou medidas, objetivando assegurar maior eficiência na execução dos projetos financiados com recursos oriundos desses organismos, desenvolveu uma série de ações no campo institucional visando ao fortalecimento de seu papel na programação, supervisão, monitoramento e avaliação dos projetos. Foi elaborada proposta de metodologia para o acompanhamento da carteira de projetos; foi efetivada busca de novas parcerias estratégicas para investimentos em infra-estrutura, bem como para formulação de posição negociadora brasileira, sobretudo nos acordos iniciados com o México, Canadá, Chile, União Européia e, principalmente, no avançar da rodada de Doha, da OMC e do Mercosul; foi publicado o **Manual de Financiamentos Externos**; e deu-se início à elaboração do **Manual de Financiamentos Externos** para o setor privado.

Foram analisados, em 2005, pelo Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) 53 projetos, perfazendo um montante de R\$1,935 bilhão, tendo recebido 83 cartas-consulta, com demanda de recursos externos da ordem de US\$3,5 bilhões. A Cofiex recomendou a preparação de 47 projetos no valor total de US\$5,4 bilhões, tendo sido aprovados, no âmbito dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, a concessão de financiamentos da ordem de US\$1,4 bilhão, distribuídos em oito projetos. Nesse mesmo ano, o Brasil contratou um total de 17 projetos, somando cerca de US\$2,3 bilhões. Merece destaque o cancelamento de US\$112,8 milhões de recursos, tendo-se evitado o pagamento de comissão de compromisso sobre esse montante não desembolsado.

2. Informatização de Serviços – Investimento em Tecnologia de Informação (TI)

Iniciativas na área de Tecnologia de Informação (TI) propiciaram a utilização na administração pública de ferramentas e sistemas que viabilizaram níveis avançados de integração da ação de governo, simplificação de procedimento e redução da burocracia, melhoria da qualidade, segurança e rapidez dos serviços prestados pelo Estado, prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária, incremento da eficiência com a redução de custos, otimização das ações do governo perante o cidadão e a sociedade e a democratização da informação.

No âmbito do Programa Governo Eletrônico, destaca-se a implantação da Infovia Brasil, que representa a infra-estrutura básica de comunicação para uma administração pública integrada, na qual os processos e fluxos de informação transitam sob padrões de desempenho elevados, viabilizando novos serviços, como videoconferência e discagem direta a ramal entre órgãos. Além disso, essa infra-estrutura proporcionará redução de custos com serviços de telecomunicações e aumento de segurança no fluxo de informações governamentais, sendo também utilizada para apoiar iniciativas de inclusão digital. A primeira etapa da Infovia, em Brasília, entrou em operação em 2005, envolvendo obras de adequação em trechos da rede de dutos de energia elétrica, interligando com fibras óticas cerca de cinquenta órgãos localizados na Esplanada dos Ministérios e regiões adjacentes.

A segunda etapa já está em fase de implantação e atenderá a praticamente todos os órgãos públicos localizados na Capital Federal. Para tanto, foi ampliado o contrato de compartilhamento de dutos e postes para passagem dos cabos óticos, e está em curso processo licitatório para o lançamento de mais 30km de fibras.

Paralelamente, estão sendo realizados estudos para a extensão da Infovia a outras regiões do País, o que consolidará sua implantação em nível nacional, ligando órgãos e entidades da administração pública federal em nível nacional, já em 2006.

A implantação da Infovia Brasil garantirá, também, uma infra-estrutura de comunicação de voz, dados e imagem capaz de suportar as demandas de serviços dos projetos de governo eletrônico, com segurança, economia, disponibilidade, velocidade e performance, oferecendo novos serviços de telecomunicações, como videoconferência e telefonia IP.

O Ministério da Cultura, por exemplo, aumentou em nove vezes a velocidade da rede, e o novo cabeamento supre a necessidade do seu prédio pelos próximos dez anos, além de permitir o aperfeiçoamento da **intranet** e proporcionar novos serviços ao usuário. Ainda na área da cultura, foram implantados o Sistema de Gerenciamento de Editais, que se mostrou eficaz no processo de seleção das entidades inscritas no 3º e 4º editais dos Pontos de Cultura; e o Sistema Central de Atendimento às demandas internas, que está na fase final de preparação e possibilitará a transferência para meio eletrônico de muitos processos outrora encaminhados fisicamente em memorandos.

No âmbito dos Sistemas de Gestão Setorial do Plano Plurianual – PPA (InfraSIGs), foram desenvolvidas ações de suporte à implantação de sistemas de apoio ao planejamento e gestão setorial. Esses sistemas, em funcionamento em vários ministérios e secretarias especiais, foram apresentados e discutidos, em 2005, em oficina que versou sobre aprimoramentos no desenvolvimento e utilização dos sistemas de informações sob a ótica do planejamento governamental, com especial destaque para os sistemas desenvolvidos em plataforma não proprietária. A interoperabilidade desses sistemas com o Sistema de Informações Gerenciais do Plano Plurianual (SIGPlan) proporcionará automação na transmissão dos dados sobre execução física e financeira das ações e programas governamentais.

Em 2005, foi lançado o documento, “Guia Livre – Referência de Migrações para Software Livre do Governo Federal”, durante o II LACFree – Conferência Latino-Americana e Caribe para o Desenvolvimento e Uso do Software, cujo objetivo é disseminar orientações de migrações para **software** livre. A partir desse guia, foi elaborado o Plano de Padronização do Ambiente e de Migração para Software Livre do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que passou a servir de referência para instituições que estão começando o processo de migração como Ministério do Desenvolvimento Agrário, Radiobrás, MP dentre outros. A implementação do **software** livre no governo já

representou uma economia de R\$28 milhões. Dentre os vários órgãos do governo que vem utilizando soluções livres, destacam-se a Fundação Manguinhos, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Ministérios da Cultura e da Educação, Itaipu Binacional, Serpro e a Dataprev.

O Projeto Acerta Silva, desenvolvido em convênio com a OCIP Acessibilidade Brasil, que disponibilizou ferramentas de auxílio e reparos para apoio a **webdesigners** e desenvolvedores para adequação e construção de sítios acessíveis na internet, em **software** livre, foi concluído em 2005.

A continuidade, em 2005, no processo de modernização de Sistemas Criptográficos – projeto João de Barro, permitiu o desenvolvimento de quatro projetos que darão origem aos produtos que irão compor a solução da plataforma criptográfica para a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil. O primeiro deles está voltado para a construção do **hardware** propriamente dito, que ficará a cargo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), O **software** de aplicação da AC Raiz caberá ao meio acadêmico, liderado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que supervisiona o grupo de criptografia da Rede Nacional de Pesquisa, do qual fazem parte a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ficando com o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), da Marinha do Brasil a responsabilidade pelas especificações de todos os produtos.

Para 2006, por meio de acordo com a Sun Microsystems, está prevista a formação de 500 jovens brasileiros em **software** livre visando o atendimento de suporte e consultoria. Após a conclusão do curso, os 200 primeiros serão selecionados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para receber os benefícios do Programa Primeiro Emprego. Ainda em 2006, a perspectiva é de continuidade da Fiscalização e Auditoria das Autoridades Certificadoras, por se tratar de uma atividade rotineira e imprescindível, e a continuidade do projeto João de Barro, por se tratar de uma nova tecnologia a ser implantada, além da Assistência Técnica para Implantação e Manutenção de Telecentros – Projeto Casas Brasil.

No atendimento à população, merece menção o projeto de modernização e expansão da capacidade de tecnologia de informação da Previdência Social, que tem por objetivo a reforma do complexo tecnológico da Previdência. O seu escopo abrange desde a compra de novas máquinas para os centros de processamento de dados até a compra de estações para as agências do INSS, bem como o desenvolvimento dos novos sistemas computacionais que darão o su-

porte para a implantação do novo modelo de gestão da Previdência Social.

O estágio atual de execução do projeto aponta para uma considerável melhoria das condições gerais de evolução dos serviços prestados pela Previdência Social. No ano de 2005, foram adquiridos dois computadores de grande porte para suprir a necessidade de processamento central, além de 27 mil computadores e nove mil impressoras. A compra foi realizada por pregão eletrônico e resultou numa economia de aproximadamente R\$90 milhões aos cofres públicos.

O aumento do investimento em tecnologia da informação deverá reduzir a vulnerabilidade dos sistemas e eliminar a dependência tecnológica e acarretar redução no tempo de atendimento aos beneficiários e de processamento de benefícios, conforme prevê o Programa de Gestão de Atendimento (PGA).

Até o final de 2006, serão investidos R\$46 milhões na aquisição de equipamentos e aplicativos para adequação do parque computacional da Dataprest. A topologia da rede de telecomunicações da Previdência Social também será alterada, para possibilitar economia de recursos financeiros, tanto na aquisição de equipamento quanto na construção da infra-estrutura necessária.

Ainda no atendimento à população, o Ministério do Trabalho e Emprego investiu na implantação de sistemas de suporte aos seus programas sociais. Foi desenvolvida uma solução automatizada para desburocratizar o pagamento da subvenção econômica às empresas participantes do Programa Primeiro Emprego. O sistema possibilita o pagamento de todas as empresas que aderiram ao programa e estão cumprindo as regras de contratação de jovens, num processo quase totalmente automatizado, pois o único trabalho manual é a checagem das certidões. Visando maior controle e racionalidade, a partir de 2006, será elaborado plano de migração do sistema tecnológico para plataforma aberta, mais avançada e flexível, que possibilitará concorrência entre diversas empresas e maior controle, pelo Ministério do Trabalho, de suas bases de dados.

No início do governo, verificava-se um grande acúmulo nos pedidos de Certidões Positivas ou Negativas de Naturalização, as quais demoravam até um ano para serem expedidas, em função das precárias condições de consulta a livros e pastas do tempo do Brasil Império. Para melhorar a gestão desse processo foi feita a microfilmagem e digitalização de todo o acervo relativo a registros de naturalização, no âmbito do Departamento de Estrangeiros, do Ministério da Justiça. Com a conclusão desse projeto, a emissão de cerca de 1.500 pedidos mensais dessas certidões passará

a ser imediata, via internet, impressa pelo próprio interessado, de qualquer lugar em que se encontre, com todos os itens de segurança e confiabilidade, bastando para isso acessar o sítio do Ministério da Justiça. Os livros, antes utilizados para consulta, passarão a compor o acervo a ser exposto no Centro de Memória da Imigração no Brasil, projeto com previsão de conclusão para meados de 2006.

3. Transparência da Administração

Para facilitar o acesso dos cidadãos aos dados e informações dos órgãos e entidades do governo, foi desenvolvida a página “Transparência Pública”, na qual cada órgão deverá manter em seus sítios eletrônicos uma página com acesso a diversas informações. Entre elas, execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias dos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, além de outros conteúdos a serem estabelecidos, ampliando a transparência e a visibilidade das ações do governo. A iniciativa visa atender ao Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, que incumbe a Controladoria-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de disciplinar a divulgação de dados e informações por parte dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

A partir de 2005, além das informações já disponibilizadas acerca das transferências de recursos para estados, Distrito Federal e municípios, o portal passou a conter dados sobre as aplicações diretas dos órgãos federais. Em dezembro último, como resultado dos aprimoramentos foram incluídas também informações referentes aos gastos feitos com os cartões de pagamento pelo Governo Federal, as quais serão mensalmente atualizadas.

Hoje, o Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br) briga mais de 264 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R\$1,5 trilhão. Em 2006, o portal vai exibir informações sobre operações feitas no âmbito dos programas oficiais de financiamento.

Na Previdência, destaque para o serviço de ouvidoria disponibilizado aos usuários. A atuação da ouvidoria se dá a partir de cada uma das manifestações que são encaminhadas pelo público, na forma de reclamações, sugestões, elogios, e denúncias, nas quais estão inseridas manifestações contra corrupção de diversas fontes. A ouvidoria procura oferecer uma resposta para a questão levantada, no prazo de até trinta dias, contados da data do seu recebimento. Em 2005, foram recebidas 18.703 denúncias das quais 10.067 foram esclarecidas. A atuação da ouvidoria tem

contribuído para o aperfeiçoamento de ações dentro da Previdência Social, destacando-se o combate à evasão de receitas e à sonegação fiscal, que, por meio da apuração de denúncias, resultaram na recuperação de mais de R\$1 bilhão aos cofres da Previdência.

Em 2005, o Ministério da Saúde adotou uma série de medidas voltadas a ampliar a transparência, efetividade e controle social na gestão do SUS. Registra-se duas mil auditorias de unidades do SUS nos sistemas estaduais e municipais de saúde, a implementação o Sistema Nacional de Ouvidoria – que recebeu mais de nove milhões de ligações dos usuários – e a criação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, que envolve o ministério, os estados e os municípios.

Ao lado disso, o Ministério da Saúde valorizou o controle social como importante ferramenta para a gestão, apoiou a ação dos Conselhos de Saúde, mobilizou os movimentos populares pelo direito à saúde e realizou Conferências, com a participação de gestores, trabalhadores e usuários do SUS. A perspectiva para 2006 é de implementar essas atividades, de modo a possibilitar maior participação da população na gestão do SUS.

O Programa de Transparência do Ministério da Justiça criou um sítio na internet para a divulgação de seus atos e gastos, no qual a quantidade e o nível de detalhamento das informações disponíveis propiciam um acompanhamento mais profundo e efetivo daquilo que é realizado, com o conseqüente aprimoramento constante de sua gestão. Além da execução orçamentária mensal, o sítio traz a íntegra de todos os contratos e convênios firmados, dos editais de licitações publicados e ainda um banco de preços com todos os valores unitários pagos pelas unidades do ministério e pelos órgãos vinculados, para comparação e controle do cidadão.

O portal do Ministério da Justiça possibilita também o acompanhamento do desempenho do ministério, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no processamento e punição de irregularidades praticadas pelos seus servidores, por meio de estatísticas que são atualizadas mensalmente. É divulgada, ainda, a íntegra das atas de reuniões dos conselhos vinculados à pasta, além de todas as passagens e diárias pagas a servidores e colaboradores eventuais do ministério e dos órgãos vinculados.

No Ministério da Ciência e Tecnologia, o Projeto Transparência, tem por objetivo colocar à disposição do cidadão, por meio de consulta, o acompanhamento das despesas empenhadas pelo ministério, tanto das unidades da administração direta como da administração indireta. Permite a busca por ano, órgão (admi-

nistração central, agências e unidades de pesquisa), tipo de despesa e período de abrangência, por meio do sítio: www.mct.gov.br.

No Ministério das Cidades, avanços significativos foram registrados no tocante à padronização dos critérios adotados na seleção de propostas para implementação de ações e respectiva aplicação de recursos. Implantou-se processo de Seleção Pública de propostas para escolha das iniciativas a serem apoiadas ou financiadas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do regulamento. Além disso, tornou necessária a comprovação de pleno andamento de obras anteriormente financiadas ou apoiadas com recursos da União, para acesso a novos recursos. E finalmente, condicionou-se o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços.

O MinC também investiu no fortalecimento da transparência na gestão de suas políticas, que se materializou com os editais públicos para a seleção de projetos culturais a serem apoiados, implementando mudanças profundas na forma de atendimento das demandas apresentadas ao Governo, passando de uma política de balcão – em que os projetos eram encaminhados aleatoriamente, sem vinculação direta com um resultado almejado – para uma política de transparência, baseada nos mencionados editais públicos, amplamente divulgados, com critérios definidos, de modo a atender às inúmeras turmas de expressão da diversidade cultural brasileira.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, procurando também ampliar a transparência do processo de seleção e apoio a projetos propostos por entidades públicas e privadas, passou não somente a divulgar, anualmente, um “Manual de convênios”, como também a lançar portaria de convocação de projetos e de divulgação dos termos de referência destinados aos governos estaduais e municipais e às organizações da sociedade civil interessados em apresentar projetos no âmbito de suas ações.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) investiu na contratação de pessoal e aquisição de computadores para a equipe do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no projeto “Estoque Zero”, buscando agilizar e dar maior transparência à tramitação dos processos. O “Projeto Estoque Zero” é um conjunto de ações e procedimentos adotados pelo CNAS e pelo MDS que visa agilizar a análise e decisão dos processos encontrados pendentes, em julho de 2004, referentes aos pedidos de registro, concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS). Assim, o projeto tem por objetivo manter o quantitativo

adequado à rotina regular do CNAS, dando maior celeridade e transparência aos mesmos. Nesse sentido, desde agosto de 2004, todos os processos pendentes de primeira análise foram examinados, normalizando a rotina de tramitação dos mesmos no CNAS e prevenindo novos acúmulos.

O governo investiu fortemente na melhor disseminação das informações de natureza estatística e socioeconômicas, tanto internamente quanto para a sociedade, em iniciativas conduzidas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Destaca-se o “Radar Social”, trabalho que apresenta uma síntese das condições sociais da população brasileira, tendo como referência as seguintes áreas da política social: educação, saúde, trabalho, renda, habitação e segurança. Nele foram selecionados os principais indicadores que retratam a problemática atual dessas áreas. A análise é feita comparando a situação entre os estados brasileiros, assim como a situação do Brasil no cenário internacional. Finalmente, é feita uma correlação entre os principais problemas identificados em cada área com os resultados das políticas e programas federais pertinentes.

Os mecanismos de coleta e disseminação de informações de natureza estatística vêm sendo aprimorados pelo Governo nos últimos anos. Quanto às informações de natureza sociodemográfica, destaca-se a riqueza de informações que levanta e disponibiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Com a publicação “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 – Volume Brasil”, pela primeira vez, abrangendo todo o território nacional, com a inclusão da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Também foi divulgada a “Síntese de Indicadores”, que apresenta resultados selecionados da pesquisa referentes a 2003 e 2004, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos ao período de 1994 a 2004, para o conjunto do País e grandes regiões.

No final de 2005, ocorreu a implantação da nova sistemática de divulgação das estimativas de safra agrícola, que objetiva a antecipação da publicação nacional dos indicadores conjunturais produzidos mensalmente pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Além disso, houve a implementação do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000), o qual será a base para os sistemas Geodésico e Cartográfico, permitindo assim maior precisão no mapeamento do território brasileiro e na demarcação de suas fronteiras. Foi estabelecido um período de transição de dez anos, durante o qual

o SIRGAS2000 poderá ser utilizado em concomitância com os outros sistemas de referência (SAD69 e Córrego Alegre).

4. Valorização dos Servidores

O Governo tem investido fortemente na reestruturação de sua força de trabalho e na valorização do servidor público, que foi sendo continuamente desestimulado pelas reformas administrativas implementadas nos anos anteriores a esta gestão.

Em consonância com a política do governo de substituir funcionários terceirizados ou temporários por servidores públicos naquelas atividades em que a terceirização se configuraria como inapropriada, em 2005, foram realizados estudos e análises que resultaram na autorização de concurso público para o provimento de 23.275 cargos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Essa ação contribuiu para repor as perdas decorrentes de aposentadoria, substituir trabalhadores terceirizados que executam atividades inerentes a servidor público, estruturar órgãos sem quadro próprio de pessoal e profissionalizar o serviço público.

Como prova inequívoca do compromisso do governo com a profissionalização, o fortalecimento e a modernização do serviço público, 70% dos cargos de confiança, os chamados Direção de Assessoramento Superior (DAS), deverão ser obrigatoriamente preenchidos por servidores públicos, conforme regulamentação aprovada, em 2005, por meio do Decreto nº 5.497, de 21 de julho.

Os serviços terceirizados indevidamente, exercidos por profissionais contratados via organismos internacionais ou temporários, estão sendo substituídos por processos de seleção simplificados ou pela ampliação de concursos. Nas agências reguladoras, no DNIT, na Susep, nas carreiras da seguridade social e do trabalho e no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), novos concursos fortalecerão essas atividades, que são típicas de estado e intransferíveis. Em 2006, 18.223 novos servidores públicos concursados substituirão aqueles contratos e garantirão o funcionamento adequado dos serviços públicos nesses e em outros órgãos e entidades da administração pública federal.

Em 2005, como consequência das negociações coletivas no setor público, foram publicadas 25 leis alterando diversas carreiras das 35 existentes no serviço público. Em solenidade realizada em outubro de 2005, foram instaladas oito ouvidorias do servidor no INSS e nos Ministérios de Ciência e Tecnologia; Educação; Fazenda; Trabalho e Emprego; Transportes; Saúde; e

Previdência Social. Além dessas, também a Presidência da República já havia aderido ao sistema.

No que se refere à capacitação, em 2005, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), capacitou cerca de 17 mil servidores. Na área de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras, foram matriculados 425 alunos e em cursos de Pós-Graduação **Lato Sensu** foram capacitados 75 servidores. Na área de Desenvolvimento Gerencial, foram capacitados 15.854 servidores. Nessa área, é importante destacar, a consolidação da experiência da articulação de cursos em programas, resultado do desenvolvimento da capacitação dos servidores de forma complementar e integrada. Além do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), foram oferecidos nesse ano o Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas, o Programa de Capacitação em Logística Pública e o Programa de Capacitação em Gestão do PPA. Os programas reúnem cursos que podem ser realizados isolados ou sequencialmente, permitindo, aos servidores, uma visão sistêmica do processo de trabalho por intermédio da capacitação, mesclando as modalidades de ensino presencial e a distância.

Vale destacar, também, o desenvolvimento de novas oportunidades de capacitação como o Curso de Liderança: reflexão e ação e o Curso Gestão Integrada de Recursos, ambos adaptados da experiência da instituição parceira Escola Canadense do Serviço Público (CSPS), e o Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos. No final de 2005, ocorreu, também, a revisão de nove cursos regulares da escola com o intuito de promover a melhoria dos conteúdos programáticos e assegurar a qualidade permanente dos cursos oferecidos pela Enap.

O governo, por intermédio do MDS, também investiu fortemente na capacitação de agentes federais e de outras esferas de governo responsáveis pela implementação das políticas sociais, num esforço nunca empreendido desde a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. Em 2005, foi realizada a oficina nacional para construção da Política Nacional de Capacitação e de fóruns de capacitação referente à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contando com a participação de conselheiros, gestores e universidades.

Em 2005, também foi realizado o “Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais”, em obediência à diretriz básica de fortalecer a atuação do estado no âmbito das políticas sociais, bem como com fito a promover a disseminação da prática de avaliação de programas sociais a gerentes e formuladores dessas políticas.

5. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

O planejamento governamental, consubstanciado no PPA 2004/2007, apresentou como inovação, além do caráter participativo na sua elaboração, a preocupação com a institucionalização de seu modelo de gestão. Esse modelo, conforme estabelece o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, contempla a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas.

Esse modelo institucionalizou o Sistema de Monitoramento e Avaliação, criado pelo art. 9º, a Lei nº 10.933, de 2004, composto por uma Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e por Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMA) em cada ministério e secretaria especial. O sistema tem por pressuposto o fortalecimento das funções de monitoramento e avaliação nos órgãos setoriais e a disseminação de práticas que subsidiem e qualifiquem o processo de tomada de decisão. Compete também à CMA proceder a avaliação prévia de viabilidade socioeconômica e ambiental de projetos com custo total superior a R\$10,5 milhões (quando se tratar do orçamento fiscal e da seguridade social) ou a 5% do total de investimentos da empresa (no caso do orçamento de investimentos) de turma a priorizar os projetos de maior retorno.

O governo investiu também na gestão matricial e na coordenação da ação governamental, consubstanciando essa preocupação com a retomada do funcionamento das Câmaras do Conselho de Governo, desativadas no final do governo anterior, além de vários grupos de trabalho interministeriais, que contaram com a colaboração e participação de órgãos governamentais, inclusive de estados e municípios, organizações da sociedade e técnicos.

Também, para articular e integrar as ações de diversos órgãos da administração federal, foram criados vários grupos de trabalho.

No campo da cooperação técnica nacional e internacional, o governo, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vem desenvolvendo ações de apoio à melhoria dos processos e das condições para implementação de políticas públicas dos órgãos e entidades da administração pública, dentre os quais destacam-se:

i) Projeto de cooperação com os países da União Européia (Eurobrasil 2000), iniciado em julho de 2004, que atendeu, em 2005, a 1.478 servidores por meio de educação à distância, estudos técnicos e participação em eventos relacionados à modernização do estado, com a realização dos cursos “Ética e Serviço

Público” e “Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira”;

ii) Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF), concebido como instrumento de parceria entre o Governo brasileiro, BID e PNUD, que visa fornecer aporte financeiro e técnico à reforma do aparelho do estado. Durante o ano de 2005, o PMPEF desenvolveu um conjunto de ações que deverão se traduzir em contratos de melhoria e modernização nas áreas de redesenho e modelagem de processos, de desenvolvimento de sistemas e políticas de gestão do conhecimento e capacitação de técnicos, impactando positivamente os órgãos responsáveis pelos sistemas estruturantes do Governo;

iii) Programa Nacional de apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), retomado nesta gestão, alcançou os seguintes resultados, em 2005: elaboração dos 27 projetos estaduais, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para a eficiência e transparência administrativa, com vistas a elevar a qualidade do gasto público; a realização de eventos de capacitação para a execução (normas de aquisições e procedimentos de planejamento, execução e controle de programas com financiamento externo); estabelecimento de procedimentos de execução (aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP); elaboração do Manual de Execução do Programa); e negociação do Contrato de Empréstimo entre o Governo Federal e o BID.

iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX), cujo objetivo é apoiar os tribunais de Contas Estaduais na constituição de uma rede de transparência, que permite o acesso integrado a informações municipais e estaduais pela sociedade civil, possibilitando também o acesso e acompanhamento do cumprimento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Os principais resultados, em 2005, foram: elaboração dos 33 projetos dos tribunais de contas, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo, pelo incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social; realização de eventos de capacitação para a execução (normas de aquisições e procedimentos de planejamento, execuções e controle de programas com financiamento externo); estabelecimento de procedimentos de execução (aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP); elaboração do Manual de Execução do Programa); e assinatura do Contrato de Empréstimo entre o Governo Federal e o BID, em setembro de 2005.

a.1) Estruturação e Reestruturação de Órgãos da Administração

Em 2005, vários ministérios e órgãos passaram por processos de reestruturação organizacional, com vistas à obtenção de maior agilidade em seus fluxos de trabalho e processos decisórios. Dentre esses processos, devem ser destacadas a reestruturação do INSS, os projetos de estruturas organizacionais dos institutos e hospitais federais do Rio de Janeiro, bem como a reestruturação do DNPM/MME, Ibama e MMA. Foram, ainda, analisados sete projetos de lei para a criação de Universidades Federais.

a.2) Gestão do Patrimônio da União

No que se refere à Gestão do Patrimônio da União, em 2005, foi desenvolvido um conjunto de ações orientadas para os seguintes eixos estratégicos: destinação socioambiental dos imóveis; ampliação e consolidação de processos de arrecadação e cobrança; qualificação e ampliação da base cadastral; redução do estoque de processos e redução dos valores de débitos em aberto. Em 2005, a arrecadação foi de aproximadamente R\$230 milhões, o que representou crescimento de cerca de 10% em relação a 2004. Vale ressaltar que, para a redução do estoque de processos e redução dos valores de débitos em aberto, foram emitidos cerca de R\$227 milhões em débitos, referentes a 399 mil Darf. Para alcançar tal intento, foi implementado, no Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA), o módulo de envio automático de débitos para a Dívida Ativa da União.

b) Gestão Estratégica – Projeto Brasil em Três Tempos

O projeto Brasil em Três Tempos está voltado para a definição de objetivos estratégicos nacionais de longo prazo, que possam levar à construção de um pacto entre sociedade e o estado acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos, e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais.

O projeto – iniciado em 2004 – visa oferecer subsídios conceituais e metodológicos para conformar um processo de planejamento estratégico governamental, com adequação dos instrumentos e, meios à disposição do Estado para atingir um conjunto de objetivos desejáveis de desenvolvimento com inclusão social. Com horizonte temporal mais amplo que o Plano Plurianual (PPA 2004-2007), o Projeto busca realizar o alinhamento dos planejamentos macroestatais e setoriais do Governo central com os demais esforços e iniciativas de planejamento regional, estadual e local, nos demais níveis da federação e das agências públi-

cas encarregadas de programas de desenvolvimento regional. Uma síntese dos principais resultados mostra que: i) foram publicados os 5 primeiros números da série Cadernos do NAE: Projeto Brasil 3 Tempos: 2007, 2015, 2022; e ii) foi concluído em 2005 o trabalho de redação integrada dos documentos “Fatos Portadores de Futuro” “Análise da Conjuntura”, “Análise Retrospectiva”.

Deve ser registrada a execução da Consulta Delphi”, abordando os 50 temas estratégicos apontados pelos estudos publicados. Essa Consulta foi feita em duas fases, de maio a agosto de 2005: na 1ª foram convidados a participar 50.000 pessoas do setor público; produtivo; academia; imprensa; e sociedade organizada. Na 2ª fase, foi montada uma consulta aberta que permitiu selecionar 10 temas prioritários dentre os 30 temas estratégicos. Ao final, foram apontadas, pela Consulta, as 5 prioridades estratégicas: Melhoria da qualidade do ensino, Reduzir a desigualdade social, Reduzir a carga tributária, Reduzir os índices de criminalidade e violência, Universalizar e melhorar a qualidade do SUS.

Está em fase de conclusão o periódico Cadernos NAE 6 – Prospectiva’ que apresenta os cenários prospectivos gerados pelo Projeto. A família de cenários será utilizada para facilitar a identificação das janelas de oportunidades para a conquista dos objetivos estratégicos que compõem os temas do Projeto Brasil 3 tempos.

c) Melhoria do Atendimento ao Público: Previdência Social

O Ministério da Previdência Social investiu fortemente na melhoria do atendimento ao público, por meio do Programa Gestão do Atendimento (PGA). O programa tem como objetivos promover a excelência no atendimento ao cidadão; a simplificação das rotinas de trabalho; a implementação de um modelo de gestão mais participativo, com focos de processos e nos resultados; a valorização dos servidores e a melhoria da imagem da Instituição.

Implantado a partir de outubro de 2004, o PGA tem como grandes metas, até dezembro de 2006, a redução de 40% no estoque de represamento de benefícios e também a redução de 50% do tempo médio de espera para atendimento nas unidades da Previdência Social. Começou em 30 agências e até o final de 2006 estará implantado em todas as unidades de atendimento do INSS.

Em 2005, 585 Agências da Previdência Social foram fisicamente adequadas. Até dezembro de 2006, outras 109 serão reformuladas, totalizando 694 das 1.197 existentes. Na Grande São Paulo algumas agên-

cias terão o horário de funcionamento ampliado em quatro horas (de 8h às 18h), aumentando a capacidade de atendimento em 40%. Outra novidade é a criação de Agências de Benefícios por Incapacidade, que virão com a revisão do Modelo de Perícia Médica.

Destaca-se como parte do planejamento estratégico da Previdência Social para o início de 2006: i) finalizar a instalação de 27 mil novos computadores e 9 mil impressoras, que começou no final de 2005 e que vai gerar significativa redução dos custos operacionais e ampliará a capacidade de atendimento das Agências da Previdência Social; ii) a implementação do Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Atendimento (SGA) em todas as Agências da Previdência Social; e iii) a criação de uma página de serviços na internet, bem como o PREVCidade (parcerias com Governos Municipais, objetivando a capilarização da rede de atendimento nos Municípios onde não existem Agências da Previdência Social).

6. Combate à Corrupção

O Governo vem atuando desde seu início, de forma articulada, a fim de tornar efetivo e eficiente o combate à corrupção e à impunidade. Destacam-se nesse trabalho os órgãos de fiscalização: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal e da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Recuperação de Ativos, da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal, do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

a) Sorteios Públicos

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, executado pela CGU, experiência inovadora implantada por este Governo, em abril de 2003, atingiu inequívoco sucesso. A cada edição, 60 áreas municipais são sorteadas, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais. O Programa encontra-se na 19ª edição. Foram fiscalizados 981 Municípios, correspondendo a 17,64% do total de Municípios brasileiros. O montante dos recursos fiscalizados, até o momento, é da ordem de R\$5,6 bilhões. Em 2005, foram fiscalizados 300 Municípios, em 5 edições do Programa. O montante dos recursos fiscalizados foi da ordem de R\$1,6 bilhão. O Programa de Sorteios também foi estendido à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados. Foram realizadas, em 2005, três edições, com 36 fiscalizações concluídas.

A consolidação do Programa vai permitir, em 2006, o trabalho de cruzamento de dados e informações, para o planejamento de ações de combate e prevenção a modalidades específicas de desvios. No âmbito do Programa, será intensificado também o foco nas ações de capacitação de gestores e na orientação e mobilização de lideranças comunitárias para o exercício do dever cidadão de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos.

b) Auditorias

Em 2005, foram realizadas 2.785 auditorias e 1.631 Tomadas de Contas Especiais encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, as quais representam um retorno potencial aos cofres públicos da ordem de R\$448,5 milhões.

Na ECT, iniciou-se auditoria especial com o objetivo de avaliar a gestão de suprimento de bens e serviços naquela empresa, em face de denúncias amplamente divulgadas pelos meios de comunicação. Os trabalhos, já concluídos, abrangem as seguintes áreas: obras de engenharia, compras, serviços de informática e suprimento de materiais e serviços em geral. Foram divulgados 30 Relatórios de Auditoria, relativos à análise de 257 contratos e aditivos, totalizando um montante aproximado de R\$8,37 bilhões. Todos os relatórios encontram-se disponíveis na página www.cgu.gov.br e foram encaminhados à ECT, ao Ministério das Comunicações, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

c) Apuração de Denúncias

Em 2005, foram realizadas mais de 1.000 outras ações de controle decorrente de denúncias e demandas externas. Os casos mais graves foram enviados ao Ministério Público para fins de proposição de ações penais e civis. Nessas ações de controle, identificaram-se diversas tipologias de irregularidades, entre as quais se destacam pela frequência em que ocorrem, as seguintes: fraudes em licitações e contratos; ausência de certame licitatório; alteração do objeto constante do ajuste firmado com o órgão federal; pagamento superior ao valor contratado; pagamento antecipado; constatação de esquema de fraudes; lavagem de recursos públicos; identificação de empresas “fantasmas” e “laranjas”; desvio de finalidade de Convênio; emissão de notas fiscais inidôneas; e adulteração de documentos.

Ressalte-se que as investigações abertas, no âmbito do Governo, sobre as denúncias de desvios publicadas a partir de maio último, já levaram a mais de 50 exonerações e afastamentos de dirigentes e

servidores que ocupavam funções estratégicas em empresas estatais; mais de 20 sindicâncias e processos disciplinares já foram instaurados; e cerca de 60 outros procedimentos dessa natureza já tiveram instauração determinada.

d) Outras Ações

Prevenção e Capacitação – a fim de incentivar a participação direta do cidadão no controle da utilização dos recursos públicos e de orientar a atuação dos agentes públicos municipais, no que diz respeito ao cumprimento dos dispositivos legais, a CGU desenvolveu o Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, que contempla as seguintes ações: i) capacitação de agentes públicos municipais em gestão e controle de recursos públicos; ii) mobilização dos conselhos municipais como instrumentos de controle social; e iii) elaboração e distribuição de cartilhas informativas destinadas tanto aos agentes públicos municipais, contendo orientações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, como à população em geral, contendo informações e orientações básicas sobre a corrupção e sobre as formas de denunciá-la e combatê-la.

Nesse sentido, a CGU realizou 10 Seminários de Capacitação de Agentes Municipais, Conselheiros e lideranças, como objetivo de fomentar o controle social e a capacitação. Foram capacitados 504 agentes municipais, 492 conselheiros e 317 lideranças, atingindo um total de 73 Municípios, contemplando todas as regiões do País. A Controladoria também treinou 64 multiplicadores – servidores públicos federais dos seus quadros – para atuar na capacitação em gestão e controle de recursos junto a agentes públicos municipais nos Estados onde estão lotados.

No que concerne às cartilhas e manuais de orientação, a Controladoria distribuiu: i) um milhão de unidades da cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público”, dirigida, principalmente, às populações dos pequenos e médios Municípios, com o objetivo de incentivar o cidadão a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos e auxiliar na identificação dos casos mais comuns de desvios de recursos públicos; e ii) 26 mil unidades do Manual de “Gestão de Recursos Federais”, que tem por objetivo orientar os agentes municipais no tocante aos procedimentos necessários para a obtenção, aplicação e controle de recursos públicos federais.

Em 2005, foi formalizada a Rede Pública de Fiscalização do programa Bolsa Família, por meio da assinatura de termos de cooperação com o Ministério Público Federal (MPF), os Ministérios Públicos Estaduais, a CGU, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o MDS, com vistas ao incremento do monitoramento e do controle das execuções locais desse Programa.

Sistema de Ouvidoria – as ouvidorias têm por finalidade garantir ao cidadão o direito de petição, ouvindo e examinando o que a sociedade tem a dizer sobre os procedimentos e as ações dos agentes, órgãos e entidades públicas, propondo a adoção de medidas que visem a corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público. No início de 2003, o Poder Executivo Federal contava com 40 ouvidorias. Hoje, são 124;

Transparência Pública: o Governo, por meio do Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, instituiu o Portal da Transparência e criou a exigência de que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal mantenham suas próprias páginas de transparência, na Internet. Entre outros órgãos, o Ministério da Justiça e a CGU já implementaram essa medida, divulgando informações completas sobre suas execuções orçamentárias;

Divulgação dos Relatórios de Auditoria: o Governo, por meio do Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, estabeleceu a obrigação de que cada órgão e entidade do Poder Executivo Federal dê, em seu sítio na Internet, ampla divulgação ao relatório de gestão, ao relatório e ao certificado de auditoria;

Sindicâncias Patrimoniais: por meio do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, o Governo instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, a sindicância patrimonial, procedimento administrativo sigiloso e investigatório, destinado à apuração de fatos relativos à compatibilidade da evolução patrimonial de agentes públicos com sua renda declarada;

Sistema de Corregedorias: outra ação do Governo, por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, foi a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades.

Elaboração de Projeto de Lei para a Criminalização do Enriquecimento Ilícito: em 30 de junho de 2005, foi encaminhando projeto de lei ao Congresso Nacional que criminaliza o enriquecimento ilícito.

Anteprojeto de lei sobre Conflito de Interesses: em 2006, o Governo pretende elaborar um projeto de lei que visa definir e prevenir o conflito de interesses público e privado, no exercício de cargo ou emprego da Administração Pública Federal direta e indireta.

e) Combate ao Desvio de Recursos Públicos e ao Crime Organizado

No enfrentamento da impunidade e como forma de buscar o ressarcimento aos cofres públicos de re-

ursos desviados ou mal aplicados, a CGU implantou um programa de capacitação de servidores em Processo Administrativo Disciplinar e em Tomada de Contas Especial. Com efeito, a carência de servidores aptos a integrar comissões disciplinares e a realizar tomadas de contas especiais foi identificada como um dos principais problemas a alimentar a impunidade na esfera administrativa e o baixo volume de ressarcimentos ao erário público. Em 2005, a Controladoria capacitou 1272 servidores federais em Processo Administrativo Disciplinar e 168 em Tomada de Contas Especial, organizando um cadastro de agentes treinados ao qual podem recorrer os órgãos públicos, no momento da instauração desses procedimentos.

Em 2006, mais 2.000 servidores devem ser capacitados Processo Administrativo Disciplinar e em tomada de Contas Especial, juntando-se aos mais de 3.600 servidores já capacitados para esse fim.

A Polícia Federal (PF) tem sido um importante instrumento do Governo Federal no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado no Brasil. Nos últimos 3 anos, em 67 operações especiais de combate à corrupção, foram presas 1.300 pessoas por corrupção, dentre as quais 515 servidores públicos, federais, estaduais e municipais e 130 policiais federais e rodoviários federais, além de políticos e empresários, acusados de crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó.

Em 2005, vale destacar as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas conjuntamente pela Polícia Federal e o Ibama, no âmbito do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, com a participação do Ministério Público Federal, visando o desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. Só na operação Curupira I, no Estado do Mato Grosso, foi descoberta uma quantidade inicial de 431 empresas fantasmas cadastradas no Ibama. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi 1,98 milhão de m³ (equivale a uma fila de 76 mil caminhões, que enfileirados cobririam a distância Brasília – Rio de Janeiro).

As operações atacaram problemas históricos do Brasil, como as fraudes detectadas na Justiça de São Paulo, INSS, desmatamento na Amazônia, contratações ilegais de funcionários públicos e desvio de dinheiro, além de operações exitosa de combate ao

narcotráfico, tráfico de armas, pirataria, sonegação, fraudes e outras.

f) Combate à lavagem de Dinheiro

Dentre as ações desenvolvidas para o combate à lavagem de dinheiro está a organização anual da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de dinheiro e de Recuperação de Ativos (ENCLA), que está em sua 3ª edição. A ENCLA envolve participantes de mais de quarenta entidades dos Poderes Públicos e está baseada no princípio da articulação permanente dos órgãos que cuidam do assunto. As ações coordenadas pela ENCLA visam desestruturar as organizações criminosas mediante recuperação de ativos provenientes de crime e utilizar os ativos recuperados para financiamento do combate ao crime organizado.

A elaboração anual da Estratégia com a definição de metas, prazos e responsáveis, aliada ao seu acompanhamento pelo Gabinete de Gestão integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGILD), gerou resultados positivos, como o incremento dos indicadores do volume de inquéritos, denúncias e sentenças relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro.

Em 2006, o Governo vai implantar os módulos que compõem o Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos (SISBRA), entre eles, o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos e o Sistema de Alienação Eletrônica de bens apreendidos. Este exercício deve marcar, ainda, a implantação do módulo de interoperabilidade de Sistemas de Informações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos e o Escritório de Informações Estratégicas, possibilitando a recuperação de bens de origem ilícita como um efetivo instrumento de combate ao crime organizado.

g) Combate aos Cartéis

O Governo avançou substancialmente na implementação de uma política voltada para o combate aos cartéis. A conduta de cartel é uma conduta criminosa, com efeitos danosos evidentes para toda a sociedade. Quando envolve compras públicas, o cartel prejudica diretamente as políticas formuladas pelo Estado. Para reprimir essa prática, o Governo criou no Ministério da Justiça uma coordenação destinada unicamente a investigação de cartéis que atuam por meio de fraudes em licitações pública e foram consolidadas parcerias com os Ministérios Públicos, PF e Advocacia-Geral da União.

Foram concluídos diversos processos nos quais foram empregadas técnicas avançadas de investiga-

ção e produção de provas, a saber: ações de busca e apreensão de documentos na sede das empresas e seus sindicatos, contratação de peritos e aplicação de cálculos econométricos, para verificar a suposta divisão de vantagens financeiras entre os participantes dos cartéis.

Destaca-se que, por meio das provas colhidas por essas novas técnicas de investigação, o primeiro processo de cartel envolvendo compras públicas – o Cartel das Britas – foi julgado pelo CADE, em 2005, e resultou na condenação das empresas envolvidas em multa correspondente a 15% ou 20% de seus faturamentos brutos. Além disso, as pessoas físicas foram denunciadas criminalmente pelo Ministério Público de São Paulo, tendo sido imputada a eles pena de multa correspondente a 20% do salário bruto, nos próximos 4 anos.

h) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

O Governo intensificou as ações para diagnosticar e combater fraudes e sonegações contra a previdência social. Nesse sentido, a Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE), do Ministério da Previdência Social, centrada no intercâmbio com outros órgãos dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, tem intensificado o combate a essas ações lesivas, que culminam na evasão, tanto na área de benefícios como de arrecadação. O trabalho consiste na formação de equipes de inteligência para identificação de quadrilhas, grupos e pessoas que atuam praticando crimes em detrimento dos cofres da Previdência Social, em parceria com a PF, para conclusão das investigações, com o Ministério Público Federal, para representação judicial e com o INSS, na obtenção de recursos humanos e logísticos.

Em 2005, foram detectadas irregularidades em 7.769 benefícios previdenciários, que geraram economia mensal de R\$4,5 milhões, com possibilidade de recuperar R\$113 milhões que foram pagos indevidamente ao longo do tempo. Foram realizadas 158 prisões de pessoas do público externo e interno, que estavam envolvidas diretamente nas fraudes; 104 mandados de busca e apreensões de elementos de provas de materialização das fraudes; e 190 inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal para investigação de fraudes.

Atuando de forma integrada – Serviço de Inteligência, Forças Tarefas, Ministério Público Federal e Polícia Federal, deflagraram 28 operações, sendo que em 26 delas, houve cumprimento de mandados de prisão.

Sol Poente (CE)	Buscas e apreensões e prisão de 2 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 1 servidor, adulterava documentação com a finalidade de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta.
Caronte (PA)	Buscas e apreensões e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 15 servidores, falsificava comprovantes de pagamento de contribuições previdenciárias.
Ajuste fiscal (RJ)	Buscas e apreensões e prisão de 13 servidores. A quadrilha atuava extinguindo, ampliando ou criando débitos de grandes e médias empresas.
Paulo Afonso (BA/PE)	Estancamento de um esquema de fraudes em benefícios rurais nas regiões de Paulo Afonso/BA e Tacaratu/PE. A quadrilha, que tinha atuação do principal Sindicato Rural de Tacaratu, forjava documentação dos seus afiliados com a finalidade de obter aposentadoria.
Psique (MG)	Buscas e apreensões. A quadrilha, com envolvimento de servidores, médicos peritos e intermediários atuava na concessão de benefícios por incapacidade.
Quati (PR)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 3 servidores, atuava na preparação de documentação falsa e na inclusão de vínculos empregatícios fictícios.

Operações 2005	Principais Resultados
Sabará (MG)	Apreensões e prisão de 1 fraudador, que atuava na preparação de documentação falsa.
Sinceridade (RJ)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 1 fraudadora, servidora do INSS, que fazia gestão junto às empresas para que as mesmas não sofressem ação fiscal mediante o pagamento de propina.
Bangu (RJ)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 2 fraudadores, servidores do INSS, que atuavam na falsificação de tempo de contribuição de segurados.
Gavião (RS)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 9 fraudadores. A quadrilha atuava na preparação de documentação falsa e inserção de vínculos empregatícios fictícios.
Cerâmica (SP)	Prisão de 1 fraudador, que utilizava documentação falsa.
Fabricador (RS)	Prisão de 1 fraudador, que atuava na falsificação de cartas concessórias de benefícios do INSS.
Peruibe (SP)	Busca e apreensão e prisão de 1 fraudador, que através de documentação montada, recebia benefícios previdenciários.
Relâmpago (MG)	Prisão de um fraudador, que atuava obtendo benefícios por incapacidade irregulares.
Guafba (RS)	Busca e apreensão de farta documentação que seria utilizada na obtenção de benefícios previdenciários de forma fraudulenta.
Falsário (SP)	Busca e apreensão e prisão de 4 fraudadores. A quadrilha, com participação de um servidor, adulterava documentação.
Arara (SP)	Prisão de 1 fraudador, que portava documentação falsificada.
Mercado Negro (RJ)	Busca, apreensão e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com a participação de 9 servidores, era especialista na inserção de vínculos empregatícios falsos.
Vinhedo (SP)	Prisão de 4 fraudadores. A quadrilha portava documentação falsificada.

Mandrake (PR)	Buscas e apreensões e prisão de 3 fraudadores. A quadrilha atuava na inserção de vínculos empregatícios fictícios.
Bloqueio (PE)	Buscas e apreensões e prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com a participação de um servidor aposentado, atuava na adulteração de documentos.
Juiz de Fora (MG)	Prisão de 2 fraudadores, que atuavam na inserção de períodos não trabalhados nas CTPS.
Jatúca (AL)	Prisão de 2 fraudadores, que portavam atestados médicos falsos.
Centurião (AM)	Prisão de 23 fraudadores, que atuavam junto a empresas, facilitando a emissão irregular de CND.
Titan (SP)	Prisão de 14 fraudadores, que atuavam junto à classe empresarial “vendendo” facilidades e ilegalidades junto às instituições públicas que diziam representar.
Tiro Certo (MG)	Prisão de 3 fraudadores, que atuavam inserindo períodos não trabalhados nas CTPS com objetivo de obter benefícios previdenciários por incapacidade.
Resgate (SP)	Prisão de 1 fraudador, que atuava inserindo dados falsos nos bancos de dados da Previdência Social.
Benefício (ES)	Prisão de 3 fraudadores, que atuavam na falsificação de certidões de nascimento com objetivo de obter benefício previdenciário.

A participação brasileira em mecanismos internacionais de combate à corrupção mostra-se eficaz no acompanhamento da implementação de obrigações internacionais assumidas pelo País na OEA, OCDE e ONU, bem como no intercâmbio de informações sobre procedimentos e legislação, de forma a se desenvolver modalidades de cooperação internacional.

Essa participação reflete o compromisso do Governo em combater a corrupção em todas as suas formas, e auxilia substantivamente na difusão de ações e programas nacionais. Em 2005, houve acompanhamento e participação nos três principais foros mundiais dedicados ao combate à corrupção. Além disso, o Congresso Nacional aprovou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ratificada em junho de 2005, e em vigor desde 14 de dezembro de 2005. O Brasil também ratificou e promulgou duas importantes Convenções relativas ao combate ao terrorismo: a

Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento ao Terrorismo, das Nações Unidas; e a Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

7. Defesa Judicial da União

A atuação judicial da Advocacia – Geral da União (AGU) tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, na medida em que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União, na defesa das políticas governamentais. Destacam-se nesta atuação, por exemplo, as informações prestadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

Juntamente com essa atuação concentrada perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal

Federal, a AGU tem obtido constantes e significativas vitórias na Justiça Federal de primeira e segunda instâncias de todo o País, gerando expressiva economia para os cofres do Tesouro.

Uma das grandes inovações na gestão da AGU foi a criação de Comissões Temáticas, com o objetivo precípuo de assistir ao Advogado-Geral da União em sua atuação quanto à representação judicial e extrajudicial da União e quanto ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República. Estão em funcionamento onze Comissões Temáticas, a saber: Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público (CPDP), Comissão de Infra-Estrutura (CIE), Comissão de Assuntos de Servidores Públicos (CASP), Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Análise de Atos da Administração (CAPF); Comissão de Ações da Seguridade Social (CASEG); Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública (CADESP); Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social (CADES); e Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais (CCAI); às quais cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, bem como possibilitar a eventual redução das demandas Judiciais já existentes.

Outro desafio constante é o acompanhamento diferenciado das ações relevantes, assim consideradas, por exemplo, as que têm grande repercussão nas finanças públicas e no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, as execuções fiscais relativas a grandes devedores, além das ações que figurem como parte o Presidente ou o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado e Presidentes de Tribunais.

Ainda, a AGU vem atuando na busca da intensificação das impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos. Em 2005, dos R\$8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado¹. No que se refere à Dívida Ativa da União (DAU) a arrecadação de 2005 atingiu R\$2,62 bilhões. No exercício de 2005, merecem destaque as seguintes ações implementadas:

i) Projeto Grandes Devedores (PROGRAN): por meio da Portaria PGFN nº 53, de 1º-2-2005, foi instituída Coordenação de âmbito nacional, com o objetivo de padronizar a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no combate aos grandes devedores. A medida tem por fundamento dados que indicam que grande parte do estoque da DAU (60%)

encontra-se centralizada em pequena margem (0,13%) do universo de devedores da Fazenda Nacional;

ii) Manual da Certidão Conjunta: a Certidão de Regularidade Fiscal (CND, arts. 205 e 206 do CTN), no âmbito tributário federal, era emitida separadamente por dois órgãos do Ministério da Fazenda, a saber, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Por meio do Decreto nº 5.512, de 15-8-2005, desde 1º-9-2005 a certidão emitida por tais órgãos passou a ser unificada. iii) Parcelamento simplificado: outra medida que surtiu efeitos na arrecadação foi ampliação do limite de valor para fins de concessão de parcelamento simplificado (com dispensa de apresentação de garantia, excetuada a hipótese de garantia preexistente em ação judicial). O valor original, de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), foi ampliado, por meio da Portaria MF nº 222 de 30-6-2005, para R\$100.000,00 (cem mil reais), o que tem atraído contribuintes com débitos consolidados nesta faixa de valor.

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho (Art. 130-A, § 2º, inciso V da Constituição)

RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PREÂMBULO

Trata-se do Relatório Anual que faz a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, nos termos do artigo 130-A, § 2º, V, da Constituição Federal e artigos 127, §§ 1º e 2º, e 128, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos termos do artigo 128, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o Relatório Anual desta Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo versará sobre:

a) avaliação de desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um de seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo Conselho e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público.

A satisfação da primeira parte do relatório (item a) por certo, pressupõe a colaboração do Ministério Público dos Estados e da União, com o envio dos gráficos e dados necessários para a elaboração pormenorizada do relatório. Em vista disso, enviou-se Ofício Circular (nº 1/2005) por esta Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo aos diversos Estados da Federação e ao Distrito Federal com vistas à elaboração das planilhas demonstrativas.

A resposta a aludido ofício não veio, todavia, a contento, prejudicando uma análise global da situação dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, de forma que a elaboração do relatório sem a disponibilização dos devidos dados, nesse particular, tornou-se, parcialmente prejudicada. Assim, em um primeiro ponto, faz-se, apenas, sucinta exposição do material enviado pelos Ministérios Públicos dos seguintes Estados da Federação: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe.

Em um segundo momento, faz-se uma abordagem das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições com feridas pela Constituição Federal.

Por fim, exposição das medidas e providências necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público.

Conjuntamente com a parte principal, seguem três anexos compostos pelas atas das sessões ordinárias e extraordinárias, texto das Resoluções editadas por este Conselho Nacional no âmbito de suas atribuições e material enviado pelo Ministério Público dos Estados.

I – Da avaliação de desempenho dos órgão e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um de seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos

Material de análise: respostas dos Ministérios Público dos Estados ao Ofício Circular n. 1/2005 expedido pela Comissão de Planejamento Estratégico, a qual solicitou as seguintes informações, com vistas à elaboração do presente relatório:

1 – planejamento estratégico do Ministério Público dos Estados;

2 – avaliação do desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;

3 – indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público, além daquelas que já foram apresentadas ao CNMP pelo Colégio Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.

a) Ministério Público do Estado do Acre:

1 – Planejamento estratégico:

- sem dados disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- mapa estatístico dos feitos processuais das Procuradorias e Promotorias (2005);
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público;

- sem elementos disponíveis.

b) Ministério Público do Estado da Bahia

1 – Planejamento estratégico:

- Planejamento Estratégico (período: 2004-2009);
- objetivos gerais e estratégias, com enfoque para as seguintes áreas de atuação: consumidor, meio ambiente, saúde, educação, patrimônio público, infância e juventude, ordem tributária, combate ao crime organizado, área criminal, fundações e área cível.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Matriz programática orçamentária – Plano Plurianual (até 2007);
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

c) Ministério Público do Estado do Ceará**1 – Planejamento estratégico:**

- sem elementos disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- período: 2004;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

d) Ministério Público do Estado do Espírito Santo**1 – Planejamento estratégico:**

- sem elementos disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;

- Execução Orçamentária referente apenas ao exercício de 2004.

- Dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas no âmbito Cível, Criminal e da Infância e Juventude.

3 – movimentação processual (período janeiro/2005 a outubro/2005);

- Dados estatísticos relativos à movimentação da Administração de Recursos Humanos apurados até 07/11/2005;

- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

e) Ministério Público do Estado do Mato Grosso**1 – Planejamento estratégico:**

- período: 2004-2007;
- projetos e atividades constantes do Plano Plurianual de Investimentos; Planos de Trabalho Anual;
- relatório de gestão do biênio 2003-2004.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos**em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:**

- Demonstrativos em gráficos de gestão à vista da execução orçamentária dos projetos-investimentos, atividades de custeio, ações de informática (tecnologia e despesa com pessoal);

- sem elementos disponíveis para os demais dados,

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- Importância da implantação de programas e projetos, em nível nacional, voltados para o desenvolvimento e melhoria da gestão para resultado, para fins de captação de recursos, em virtude da limitação orçamentária que os Ministérios vêm passando.

f) Ministério Público do Estado de Minas Gerais**1 – Planejamento estratégico:**

- período: 2005;
- Plano Geral de Atuação: prevê a atuação em áreas prioritárias identificadas regionalmente, visando melhor atendimento às questões sociais mais urgentes em cada região do Estado.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem dados disponíveis.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

g) Ministério Público do Estado da Paraíba**1 – Planejamento estratégico:**

- em andamento o planejamento estratégico com vistas à 2006/2010.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- relatório das atividades funcionais (período janeiro a junho de 2005);

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

h) Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**1 – Planejamento estratégico:**

- Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Aferição de Desempenho dos órgãos da Administração: Projeto Interiorização (questionário 15 de julho de 2005);
- demais dados não disponíveis;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

i) Ministério Público Do Estado De Rondônia**1 – Planejamento estratégico:**

- Plano Geral de Atuação; período: 2004-2006.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Relatório de Gestão Institucional e Relatório de Auditoria Interna (período: 2004)
- demais dados não disponíveis;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

j) Ministério Público do Estado de Roraima**1 – Planejamento estratégico:**

- dados não disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem elementos.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

k) Ministério Público Do Estado De Sergipe**1 – Planejamento estratégico:**

- Plano Anual de ação do Ministério Público de Sergipe (período: 2006).

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem elementos para o ano de 2005.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

II – Das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público no âmbito de suas atribuições**a) Durante este primeiro ano de existência do Conselho Nacional do Ministério Público, foram realizadas:**

- 6 (seis) sessões ordinárias:

8-7-2005;

8-8-2005;

5-9-2005;

3-10-2005;

7-11-2005 (na cidade de Belo Horizonte por ocasião da realização do Congresso Nacional do Ministério Público brasileiro);

5-12-005.

- 2 (duas) sessões extraordinárias:

21-11-2005;

16-12-2003.

Obs.: Atas das sessões ordinárias e extraordinárias: ANEXO I.

b) Quantitativo de procedimentos enviados ao Conselho Nacional do Ministério Público até 19-12-2005:

- 129 (cento e vinte e nove) procedimentos:

7 (sete) aguardando resposta de ofício expedido;

10 (dez) pendentes de julgamento/inclusos em pauta;

5 (cinco) em secretaria;

- 4 (quatro) enviados a Conselheiros;
- 10 (dez) julgados;
- 3 (três) arquivados;
- 6 (seis) enviados ao Relator;
- 2 (dois) sobrestados;
- 1 (distribuído); e
- 6 (seis) autuados.

c) Procedimentos na Corregedoria Nacional do Ministério Público até 30-11-2005:

- 71 (setenta e um) procedimentos:
- 13 (treze) aguardando resposta de ofício expedido;
- 35 (trinta e cinco) conclusos;
- 10 (dez) sobrestados;
- 3 (três) aguardando prazo para recurso;
- 1 (um) remetido ao Procurador-Geral da República;
- 1 (um) redistribuído; e
- 8 (oito) arquivados.

Resta ressaltar, por fim, a edição de 3 (três) salutaros atos normativos – Resoluções – por este Conselho Nacional do Ministério Público.

A Resolução de nº 1, de 7 de novembro de 2005, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros do Ministério Público e dá outras providências.

A Resolução nº 2 de 21 de novembro de 2005 que dispõe sobre os critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento de membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

A Resolução nº 3, por sua vez, editada em 16 de dezembro de 2005 dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.

Obs.: texto das Resoluções Editadas pelo Conselho Nacional: ANEXO II.

III – Das medidas e providências necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público

Cumprе salientar, **ad instar** do que já ocorreu anteriormente, a escassez das informações prestadas pelos Ministérios Públicos dos Estados, impossibilitando a verificação das demandas específicas existentes na diferentes localidades do país. Dessa forma, faz-se um apanhado, em termos gerais, das providências necessárias e mais urgentes ao desenvolvimento do Ministério Público, e mais precipuamente deste Conselho, as quais passa-se a enumerar.

A fundamental aprovação do Projeto de lei enviado pelo Procurador-Geral da República objetivando a

regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público é necessidade premente. A estruturação e organização deste Conselho culminará com a otimização de seus Serviços.

Outro fator de destaque é a criação de ouvidorias do Ministério Público, por meio de leis da União e dos Estados, com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público. Tal implementação permitirá uma maior interação do Órgão do Ministério Público com a sociedade em geral, ampliando o acesso dos cidadãos às atividades deste Conselho.

Na seara legislativa, tem relevância, ainda, a edição de leis, por parte dos Estados da Federação, que contemplem a paridade salarial entre os membros do Ministério Público e da Magistratura. De fato, não obstante a previsão constitucional, muitas unidades da Federação ainda não implementaram tal isonomia. Dessa forma, o Conselho Nacional do Ministério Público se solidariza aos Ministérios Públicos que, por razões outras, sobretudo por percalços naturais de ordem política-institucional, ainda não obtiveram referido amparo legal garantidor de maior dignidade na sua atuação.

O acompanhamento dos Projetos de Lei que interessam ao Ministério Público e que se encontram em tramitação no Congresso Nacional vem, também, somar às finalidades deste Conselho, como forma de resguardar o exercício das garantias dos membros do Ministério Público e das finalidades essenciais da Instituição.

Por fim, sabe-se que o provimentos dos cargos vagos, no âmbito do Ministério Público dos Estados, muitas vezes é obstaculizado, em virtude da impossibilidade financeira imposta pelo escasso percentual estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É fato notório a existência de inúmeros cargos vagos de Promotor de Justiça, os quais desprovidos, não por razões de natureza operacional de cada Procurador-Geral de Justiça, mas sim em virtude do óbice imposto pela LRF. Dessa forma, vem o Conselho Nacional do Ministério Público sugerir a modificação do percentual destinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao Ministério Público, ou mesmo, conforme o caso, a modificação da base de incidência de tal percentual, aumentando-se a verba destinada à Instituição.

É o relatório.

Paulo Sérgio Prata Rezende, Presidente.

Hugo Cavalcanti Melo Filho, Membro.

Luciano Chagas da Silva, Membro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmo. Sr. Ministro Guilherme Palmeira, que representa, nesta oportunidade, o Tribunal de Contas da União. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (PCdoB – SP. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exma. Sra. Ministra de Estado Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, que representa o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Carvalho Vidigal; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, aqui representado pelo Sr. Ministro Guilherme Palmeira; Exmo. Sr. Núncio Apostólico Dom Lorenzo Baldisseri; Exmas. Sras. e Srs. Embaixadores; Exmo. Ministro Walter Pires; Exmo. Ministro Jaques Wagner; Exmos. Srs. Ministros do Judiciário; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores, esta é a última Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

Hoje, o povo brasileiro, na sua casa, toma conhecimento da Mensagem do Sr. Presidente da República, lida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, e da Mensagem do Supremo Tribunal Federal, nas palavras do Ministro Nelson Jobim. Ainda nesta sessão, tomamos conhecimento das Mensagens dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Portanto, o momento solene diz respeito aos mais elevados interesses da Nação e do povo brasileiro.

Aqui, os Três Poderes constituintes da República vislumbram os horizontes e abrem as perspectivas do ano que se inicia para nosso País e nosso povo. Três Poderes que, naturalmente, buscam grandes esperanças e perspectivas do nosso povo: o fortalecimento da coesão e do progresso desta Nação; a ampliação dos horizontes da construção democrática do País e a perspectiva do alargamento dos direitos sociais e da elevação do padrão de vida material e espiritual do povo brasileiro.

O Brasil, representado por todos os segmentos da sociedade, aspira ao desenvolvimento, ao crescimento da nossa economia. Creio ser esse o eixo diretor das aspirações nacionais.

O Brasil não se conforma mais com taxas de crescimento incompatíveis com suas potencialidades e, diria, com suas necessidades.

O Brasil sente a necessidade de realizar as suas energias e a sua capacidade, desenvolvendo e fazendo crescer a sua economia como pressuposto para a

afirmação democrática e para a realização da justiça social.

Creio, portanto, que, no ano legislativo que se inicia, a Câmara dos Deputados, sem se despreocupar com qualquer tema ou com qualquer assunto de relevante interesse social, deve concentrar os seus esforços, arranjar as suas energias, mobilizar a sua capacidade em torno de propostas e de projetos que potencializem a afirmação da vontade do País de crescer e desenvolver-se com mais eficácia e rapidez. Testemunho, como Presidente da Câmara e Deputado por São Paulo, essa vontade quase unânime dos trabalhadores, empresários, agricultores, das donas de casa, enfim, de todos os brasileiros. Essa vontade e essa agenda não são incompatíveis com a realização da disputa democrática que se avizinha: as eleições parlamentares, de Governadores e presidencial. A vontade do povo brasileiro de ver o seu País crescer e desenvolver-se pode muito bem ser representada aqui pelos partidos, pelas lideranças, pelas Deputadas e pelos Deputados.

Creio, portanto, que a nossa preocupação deve ser com a construção da nossa agenda em torno de propostas que facilitem o desenvolvimento do País – como o projeto de lei que trata das micro e pequenas empresas, que a Casa recentemente começou a discutir –, que facilitem a inserção dos trabalhadores na informalidade no mercado formal de trabalho para que tenham suas carteiras assinadas e possam contribuir para a Previdência, e que as empresas na informalidade passem, então, a pagar os seus tributos, a recolher os seus impostos. Creio que essa aspiração e a realização dessa vontade devam ser, em nossa Casa, a referência e a centralidade no ano que se inicia.

Creio ainda, Presidente Renan Calheiros, Presidente Nelson Jobim, Ministra Dilma Rousseff, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, que o Brasil deu passos fundamentais para a consolidação e o aprofundamento da sua construção democrática. Embora recente, marcada pela insegurança dos primeiros passos, podemos dizer que o Brasil hoje já é uma democracia madura; que o povo brasileiro deu passos firmes e concretos na opção pela construção de uma vida democrática sólida e que tem como pilar do seu funcionamento exatamente o Congresso Nacional, Poder cujos integrantes, sem nenhuma exceção, recebem o voto de cada cidadão brasileiro.

Representamos o País na sua unidade e diversidade. Representamos o País na vontade de desenvolvê-lo. Representamos o País na vontade de consolidar a democracia. Representamos o País na vontade de afirmar a herança civilizatória que recebemos dos nossos antepassados. Representamos o País na vontade

de alargar os horizontes daqueles que vivem à margem das conquistas e das vitórias materiais da nossa sociedade. Representamos, portanto, o Brasil na vontade sublime de construir uma nação coesa, unida, que não fale apenas o mesmo idioma em 8,5 milhões de quilômetros quadrados, que não se comunique apenas na língua única – patrimônio comum do povo brasileiro –, mas que alargue o patrimônio comum para as conquistas sociais e os direitos sagrados a uma vida melhor. Representamos o Brasil também na sua diversidade, nos seus desequilíbrios, nas suas desigualdades.

O Congresso Nacional tem o desafio de, a cada ano, a cada Legislatura, lutar com denodo e perseverança para combater esses desequilíbrios e essas desigualdades; o desequilíbrio regional visível, que transforma regiões do País em exemplos de desenvolvimento, onde se produz avião, computador, satélite e telefone celular, e outras regiões ainda mergulhadas nas trevas do século XIX, com o massacre de posseiros, garimpeiros e índios.

A Câmara dos Deputados precisa tomar nas mãos o desafio de limitar, de reduzir essas desigualdades inaceitáveis e insuportáveis, porque elas rompem e fragilizam a nossa coesão, a nossa unidade em prol do desenvolvimento e do progresso. As desigualdades sociais resistem a iniciativas importantes, como a que testemunhamos em governos passados e no presente, porque marcam a nossa história e encontram ainda, no fosso que separa os brasileiros, grandes resistências à sua limitação e ao seu combate.

A Casa é representada ainda nas desigualdades econômicas, que separam setores que, em determinados momentos, se beneficiam dos lampejos de progressos e outros que lutam desesperadamente para resistir com suas empresas, com seus negócios, com seus empreendimentos. Muitas vezes há fatores, entre outros, que poderíamos citar, como a escalada insuportável dos juros e a pressão insuportável da carga tributária.

Creio, portanto, que a superação dessas dificuldades não é o desafio de uma facção, de um partido, de uma classe, de uma corrente religiosa, de uma região, de uma raça, de um segmento da sociedade. Só será enfrentado com êxito se for o desafio do País, de todos os brasileiros, dos que trabalham, dos que empreendem, das mulheres, dos homens, dos que vigiam nossas fronteiras, dos sacerdotes, dos intelectuais. Tenho a mais absoluta convicção de que esses segmentos, sem exceção, estão representados na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, concluo minhas palavras, reafirmando minha confiança no País, no nosso povo e na nossa Casa, a Câmara dos

Deputados. Em meio ao crivo severo das críticas – muitas delas são justas, reconheço, mas também muitas são improcedentes e frágeis –, esta Casa demonstra vigor e capacidade de suportar o peso delas, porque é transparente, é a Casa do povo brasileiro, onde todos são ouvidos e as opiniões levadas em conta.

Que assim prossigamos, minhas queridas companheiras Deputadas, meus caros companheiros Deputados, na nossa jornada ao longo deste 2006.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Exma. Sra. Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, representante do Presidente da República; Exmas. Sras. Embaixadoras; Exmos. Srs. Embaixadores; Exmo. Sr. Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Nelson Jobim; Exmos. Ministros de Estado, Srs. Jaques Wagner e Waldir Pires; Exmos. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal; Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores; Exmas. Sras. Deputadas e Exmos. Srs. Deputados; Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal; Exmos. Srs. Membros do Conselho Nacional de Justiça; Exmos. Srs. Membros do Conselho Nacional do Ministério Público; Exmos. Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Exmo. Sr. Ministro Guilherme Palmeira, que representa nesta oportunidade o Tribunal de Contas da União; Srs. Líderes partidários da Câmara e do Senado; Exmos. Srs. Presidentes nacionais de partidos políticos; Eminentíssimo Dom Lorenzo Baldisseri, núncio apostólico; demais autoridades; senhoras e senhores, ao longo dos últimos 180 anos, mais que um ato simbólico, esta solenidade adquiriu o significado de celebração.

Aqui, Ministra Dilma, cultivamos todos os dias a liberdade, o ritual da democracia e o culto à soberania do povo brasileiro. Nos anos em que deixamos de realizá-los, não foi por não querer, mas por não poder celebrá-los. E a impossibilidade de fazê-lo sempre foi um sinal de alerta para a Nação.

Nem sempre que aqui, Presidente Aldo Rebelo, se calou a voz do povo, silenciaram também os protestos, as reclamações e o clamor de seus representantes. Por isso, em todos esses casos, eles foram sempre as primeiras vítimas do arbítrio e da violência que contaminaram o poder político em seus excessos, sempre condenados pelos homens e execrados pelo juízo sereno da história.

Nesses momentos, Presidente Nelson Jobim, não deixamos de ser uma nação. Mas éramos uma nação inanimada, vencida, pálida, padecendo a paz soturna dos cemitérios, de que falou o grande e inesquecível “estadista do Império”, Nabuco de Araújo.

Sempre que daqui desertou a Imprensa e se impediu a convivência, saudavelmente conflituosa, dos profissionais que todos os dias celebram conosco as conquistas e lamentam os retrocessos por que passamos, nessa via conturbada e fugaz a que damos o sugestivo nome de processo histórico, esse afastamento foi um sinal de alerta.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, pode haver Congresso sem democracia, mas não existe democracia sem Congresso. Nenhum Parlamento, aqui ou em outra parte do mundo, sobrevive sem a crítica e na ausência das primeiras e mais caras das liberdades: a da livre manifestação do pensamento, que se materializa com a liberdade de imprensa.

Reivindicações e protestos fazem parte do ofício que aqui se exerce todos os dias em busca do consenso, ideal sempre perseguido, mas nem sempre alcançado. A palavra, Srs. Deputados, é o nosso principal instrumento. Falar é o nosso ofício, mas ouvir, a nossa primeira missão e maior obrigação. Sem ouvir a voz das ruas, não exercemos dignamente o mandato.

Há mais de um século, o Presidente Campos Sales, restaurador da abalada estabilidade financeira do País, cunhou um termo que ele mesmo chamou de “política dos Estados”. O povo e a imprensa, porém, foram os responsáveis pela expressão de como esse termo passou à história: “política dos Governadores”.

Ele a sintetizou em apenas uma frase: *“O que querem os Estados, quer a União”*. Vivíamos o advento de um novo e inédito regime, a Federação, depois de quase 4 séculos de centralização do poder. Os Estados e seus Governadores eram, efetivamente, o único elo entre o Poder Central e os novos Estados na recémproclamada República Federativa. Os tempos mudaram e, com eles, o Brasil.

A prática defendida por Campos Sales teve de adaptar-se às transformações que mudaram a fisionomia desta Nação. E, se tivéssemos que sintetizá-la, em nova versão, teríamos de dizer hoje: *“O que quer o povo, quer o Congresso Nacional”*.

O processo político brasileiro viveu, no ano legislativo que ontem se encerrou, uma de suas mais inquietantes e prolongadas crises, cujas repercussões ainda não foram inteiramente superadas. Métodos e práticas inaceitáveis – muitas delas delituosas – afetaram a legitimidade do sistema eleitoral, suporte e principal fundamento da democracia representativa.

Urgia agir com presteza, como em outros momentos de nossa história. O País testemunhou a dedicação no encargo de ouvir testemunhas, afrontar mentiras, ouvir evasivas e engolir manobras de acusados.

Um esforço na busca dos elementos que permitam oferecer ao Ministério Público, quando for o caso, os elementos de convicção e as provas materiais que lhe habilitem a produzir as peças acusatórias sobre as quais a Justiça dará seu veredicto. Sentenças que não são, Ministro Jobim, exclusivas do Poder Judiciário. A sociedade saberá também julgar aqueles cuja estatura não estiver à altura dos mandatos.

Não posso deixar de expressar publicamente o reconhecimento e de manifestar meus agradecimentos – em nome da instituição que tenho a honra de presidir – aos Deputados e Senadores que, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, vêm executando com zelo, equilíbrio e competência os deveres, sem que por isso a Câmara e o Senado tenham deixado de cumprir seus deveres votando projetos de interesse do País.

A decisão conjunta de convocar extraordinariamente o Congresso foi fundamentada na convicção de que interromper o curso das investigações, paralisar a contagem dos prazos regimentais para o exercício do sagrado direito de defesa seria prejudicial não somente às instituições, mas sobretudo afrontaria as expectativas da sociedade brasileira.

Quando se fizer, Presidente Aldo Rebelo, o balanço de uma das mais conturbadas quadras por que passou o Congresso, os brasileiros hão de fazer justiça à serenidade, ao equilíbrio e à responsabilidade que cercaram a mais densa, a mais intensa, a mais longa, a mais abrangente das investigações públicas já realizadas aqui e em qualquer outra parte do mundo.

Não hesitamos em expor, crua e publicamente, como convém a toda democracia, os defeitos, as falhas e as mazelas que perturbaram e macularam o sistema eleitoral do País.

Reconhecer os erros é uma virtude.

Defendi mudanças – os senhores e as senhoras se recordam – no discurso de minha posse. Portanto, corrigir os defeitos é uma obrigação, um gesto de humildade. Somente as instituições permeáveis às mudanças, que respeitam a crítica, que têm a coragem de se depurar, corrigir seus erros, conseguem manter a confiança da sociedade, cada vez mais atenta e fiscalizadora.

Por isso, estamos discutindo medidas para prevenir os abusos eleitorais já identificados e comprovados. A verdadeira mobilização nacional, provocada pelo funcionamento simultâneo de 3 CPIs, causou sobresaltos, mas não impediu, como disse, o cumprimento dos demais deveres.

O volume de matérias aprovadas pelas duas Casas do Congresso extrapola, Srs. Senadores e Srs. Deputados, os resultados de várias outras Sessões Legislativas, não apenas pela quantidade de delibera-

ções, mas pela qualidade. Destaque-se, entre outras, a legislação infraconstitucional do Poder Judiciário, o combate ao desmatamento, o fim da verticalização e outros temas relevantes para o País, como a reforma eleitoral de emergência, que começamos e que, se Deus quiser, acabaremos de fazer.

Uma vez mais, porém, é meu dever, Srs. Deputados, Srs. Senadores, como já tenho feito publicamente, dizer, pelo menos em relação ao Senado, que em nada menos do que 65% das sessões ordinárias, o Plenário ficou impedido de deliberar, por ter a pauta de decisões relevantes sido trancada pela banalização de medidas provisórias. Daí a modificação que fizemos no Senado Federal, aprovando a proposta de emenda à Constituição, subscrita em primeiro lugar pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Claudicante no início, é verdade, porque convocado apenas para o dia 16 de janeiro, a convocação revelou-se produtiva. Mais do que eliminarmos vícios antigos, os números são desapaixonados e eloquentes. Em 43 dias úteis, o Senado Federal realizou 42 sessões e aprovou 123 matérias. No mesmo período, a Câmara dos Deputados fez 34 sessões e votou 101 matérias, em sua maioria, Presidente Aldo Rebelo, importantes para o País.

Se mais não foi feito, Srs. Deputados e Srs. Senadores, registre-se que esta é uma Casa política, onde não há forças hegemônicas e várias matérias, como o Orçamento e o fundo da educação, converteram-se em cavalo de batalha entre Governo e Oposição às vésperas da eleição. Mesmo assim, andaram e andaram bastante.

Com relação ao Orçamento, votamos todos os relatórios setoriais, e com relação ao fundo da educação, já aprovado na Câmara dos Deputados, vamos compatibilizar o seu calendário com a exigência que a sociedade faz da sua aprovação.

Feito o balanço, Presidente Aldo Rebelo, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que os costumes legislativos recomendam, é meu dever lembrar as circunstâncias sob as quais iniciamos um ano decisivo para a experiência e a vivência políticas do País.

Pela segunda vez em nossa história política, vamos testar o instituto da reeleição depois de 100 anos de vedação constitucional. Este é um ano de eleições gerais, o mais importante de todos os eventos que caracterizam o regime democrático brasileiro.

Vamos, de novo, celebrar a democracia representativa, na mais significativa de suas liturgias, as eleições. Confiamos, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que seja um pleito tranqüilo, tal como têm sido os dos últimos anos, desde que as eleições, exemplo para o mundo, foram informatizadas. E esperamos que as medidas

adotadas pelo Congresso Nacional as livres dos métodos espúrios de financiamento irregular.

Mais uma vez, Presidente Aldo Rebelo, tal qual como fiz ao assumir a Presidência, espero que a sensibilidade das senhoras e dos senhores voltem suas vistas e suas preocupações para tentarmos modernizar, agilizar e desburocratizar o processo interno de aprovação do Orçamento, nossa primeira e principal obrigação, desde que foi a fonte inspiradora da criação do mais antigo Parlamento do mundo.

Estou convencido, como a maioria do Congresso Nacional, de que é preciso pôr um limite à escalada sem fim do aumento da carga tributária, hoje, mais do que nunca, uma verdadeira expropriação que a Nação tem sido obrigada a suportar nas últimas décadas, reflexo do fato de a reforma tributária, aprovada pelo Senado, ainda não ter sido concluída. Definir previamente programas essenciais ao desenvolvimento nacional insuscetíveis de contingenciamento, e aos quais se restringiriam as emendas parlamentares, seguramente, Presidente Aldo Rebelo, contribuiria para tornar essa prática insuspeita.

Esta porém não é a única área que exige medidas moralizadoras. Para coibir os abusos representados por milhares de obras inacabadas em todo o País, situação que constrange todos os governos e desperta a justa indignação dos brasileiros, é preciso uma ação permanente e conjunta dos 3 Poderes, atuando direta e sistematicamente, mediante programação plurianual, e de forma preventiva, para erradicar de vez esse mal.

Outro impasse que pretendemos superar em 2006 é o dos precatórios, já aqui colocado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

Hoje, Srs. Senadores, Srs. Deputados, as dívidas judiciais dos Estados estão em cerca de 43 bilhões de reais e as dos Municípios em torno de 20 bilhões de reais.

A convivência harmônica com o Poder Judiciário permite que, hoje, os Ministros e o próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, estejam aqui também para apresentarem uma engenhosa e criativa proposta para os precatórios que o Senado e a Câmara dos Deputados, tenho certeza, analisarão com a atenção merecida.

No âmbito interno, Srs. Deputados e Srs. Senadores, criamos uma comissão para alterar o Regimento Interno, em face da modernidade e tornar o processo legislativo mais ágil. A mudança deve levar em consideração a urgência de medidas essenciais à eficiência do Poder Público e que, ao mesmo tempo, atendam aos reclamos da população nas proposições que digam respeito ao interesse coletivo e evitem tratamen-

to privilegiado às pressões corporativas, nem sempre legítimas, mas admissíveis em toda democracia.

Da mesma forma, Presidente Aldo Rebelo, acredito que seria útil para a produtividade de nossos trabalhos regularmos e limitarmos as sessões solenes, especiais e comemorativas, restringindo-as àquelas que sejam de extrema relevância.

Acredito, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que, a despeito das dificuldades a serem ainda superadas, temos condições de dar à opinião pública brasileira as respostas que de nós espera a sociedade.

É um avanço, sem dúvida, termos eliminado a antiga e indefensável prática do pagamento extra nas convocações extraordinárias do Congresso e, mais do que isso, termos abreviado o período de recesso, ampliando o período das Sessões Legislativas. Um binômio de regalias condenado pela sociedade que alimentava um círculo vicioso a provocar as desgastantes convocações extraordinárias do Congresso Nacional.

Ao homem público, Srs. Deputados e Srs. Senadores, não cabe aguardar elogios por cumprir suas obrigações. Essa prestação de contas é um dever do Congresso Nacional. Investigar, punir culpados por corrupção, eliminar os privilégios e votar projetos para uma sociedade mais justa é uma obrigação de todos. Sempre que houve uma sintonia entre a atuação do

Poder Legislativo e as aspirações da sociedade, de onde provém nossa legitimidade, todos ganham, pois a Câmara e o Senado são instituições nas quais não se entra ou se permanece contra a vontade do povo brasileiro.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos continuar moralizando e valorizando o Poder Legislativo e cuidando também de uma agenda suprapartidária de interesse do País. É uma agenda estática, que todo mundo sabe que existe, da qual o Brasil precisa muito. Porém, infelizmente, ninguém sabe por que ela não consegue andar.

A nenhum de nós, Srs. Deputados e Srs. Senadores, é dado o direito à inércia, ao imobilismo e à acomodação.

Que Deus nos ajude!

Agradeço às autoridades militares, civis, religiosas e diplomáticas a presença.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 24 minutos)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização⁽¹⁾

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 31-5-2005

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho

1º Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes

2º Vice-Presidente: Senador Sergio Guerra

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas

Relator da LDO/2006: Deputado Gilmar Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes ⁽³⁾	1. Demóstenes Torres (3)
Efraim Morais (3)	2. Jonas Pinheiro (3)
Romeu Tuma (3)	3. José Jorge (3)
Paulo Octávio (3)	4. Edison Lobão (3)
Sergio Guerra (3)	5. Flexa Ribeiro (3)
Lúcia Vânia (3)	6. Teotônio Vilela Filho (3)
Leonel Pavan (3)	7. Arthur Virgílio (3)
	8.
PMDB	
Valdir Raupp	1. Wirlande da Luz
Amir Lando	2. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	3. José Maranhão
Hélio Costa	4. Leomar Quintanilha
Garibaldi Alves Filho	5. João Batista Motta
	6. Antônio Leite ⁽⁴⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS)	
Nezinho Alencar	1. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2. Ideli Salvatti
Magno Malta	3. Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	4. Marcelo Crivella
Serys Sthessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1.
⁽¹⁾ P-SOL	
Geraldo Mesquita Júnior	1.

⁽¹⁾ Designação feita em 25-5-2005.

⁽³⁾ Designação feita em 31-05-2005, Bloco (PFL/PSDB) – SF.

⁽⁴⁾ Substituição feita em 7-6-2005. PMDB-SF.

⁽¹⁾ Designação feitas nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Assis Miguel do Couto – PR
Devanir Ribeiro – SP	2. Eduardo Valverde – RO
Gilmar Machado – MG	3. Ivan Valente - SP
João Magno – MG	4. Leonardo Monteiro – MG
Jorge Bittar – RJ	5. Neyde Aparecida – GO
Nazareno Fonteles – PI	6. Nilson Mourão - AC
Nelson Pellegrino – BA	7. João Grandão – MS ⁽¹⁾
Paulo Pimenta - RS	8. Paulo Rubem Santiago – PR
Professor Luizinho – SP	9. Vignatti – SC
Vander Loubet – MS	10. Zarattini – SP
Wasny de Roure – DF	11. Zé Geraldo – PA
PMDB	
Hermes Parciannelo – PR	1. Aníbal Gomes – CE
José Borba – PR	2. Edson Ezequiel – RJ
José Divino – RJ	3. Jorge Alberto – SE
José Priante – PA	4. Lupércio Ramos – AM
Luiz Bittencourt – GO	5. Marcelino Fraga – ES
Marcelo Castro – PI	6. Olavo Calheiros – AL
Mauro Lopes – MG	7. Rose de Freitas - ES
Pedro Chaves – GO	8. João Magalhães-MG (5)
Pedro Novais – MA	9. Paulo Afonso-SC (5)
Wilson Santiago – PB	10. Waldemir Moka-MS ⁽⁵⁾
Zé Gerardo – CE	11.

⁽¹⁾ 1. Substituição do Dep. Orlando Desconsi (S) pelo Dep. João Grandão (S), em 01-06-2005 – PT – CD

⁽⁵⁾ Indicações feitas em 17-6-2005, PMDB-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional. Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Cláudio Cajado – BA	1. Davi Alcolumbre – AP
Eduardo Sciarra – PR	2. Fernando de Fabinho – BA
José Carlos Machado – SE	3. José Mendonça Bezerra – PE
José Rocha – BA	4. José Roberto Arruda – DF
Júlio Cesar – PI	5. Kátia Abreu – TO
Laura Carneiro – RJ	6. Lael Varella – MG
Mussa Demes – PI	7. Luiz Carreira – BA
Pauderney Avelino – AM	8. Marcos Abramo – SP
PSDB	
Anivaldo Vale – PA	1. Antonio Carlos Mendes Thame – SP
Bismarck Maia – CE	2. Domiciano Cabral – PB
Carlos Alberto Leréia – GO	3. Jorge VI – AL
Gustavo Fruet – PR	4. Márcio Fortes – RJ
Narcio Rodrigues – MG	5. Rafael Guerra – MG
Ronaldo Dimas – TO	6.
Silvio Torres – SP	7.
PP	
Benedito de Lira – AL	1. João Tota – AC ⁽²⁾
Enivaldo Ribeiro – PB	2. Leodegar Tiscoski – SC
Francisco Dornelles – RJ	3. Mário Negromonte – BA
Márcio Reinaldo Moreira – MG	4. Ricardo Barros – PR
Nelson Meurer – PT	5. Sandes Júnior – GO
Pedro Canedo – GO	6. Paes Landim (cessão PTB)

⁽²⁾ Substituição feita em 1º-6-2005-PP-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS: ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Elaine Costa – RJ	1. Alex Canziani – PR
Iberê Ferreira – RN	2. Arnon Bezerra – CE
Jackson Barreto – SE	3. Cleuber Carneiro – MG
José Chaves – PE	4. Homero Barreto – TO
Josué Bengtson – PA	5. José Militão – MG
Jovair Arantes – GO	6. Pedro Fernandes – MA
PL	
Amauri Gasques – SP	1. Almir Sá – RR
Humberto Michiles – AM	2. Heleno Silva – SE
Jaime Martins – MG	3. Júnior Betão – AC
João Leão – BA	4. Milton Monti – SP
Miguel de Souza – RO	5. Raimundo Santos – PA
Welinton Fagundes – MT	6. Wellington Roberto – PB
PPS	
Dimas Ramalho – SP	1.
Geraldo Thadeu – MG	2.
PSB	
Gonzaga Patriota – PE	1. Beto Albuquerque – RS
Renato Casagrande – ES	2. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Luiz Piauhyllino – PE	1. Álvaro Dias – RN
Manato – ES	2. Dr. Rodolfo Pereira – RR
PC do B	
Sérgio Miranda – MG	1. Inácio Arruda – CE
PV	
Marcelo Ortiz – SP	1. Leonardo Mattos – MG

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães – (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 – Tel: 318-6937 – 318-6938

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 436 PÁGINAS